

-HELOISA PAULO
ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ
CRISTINA CLÍMACO
ENRIQUE CORAZA DE LOS SANTOS
(COORDS.)

**MIGRAÇÕES E EXÍLIOS
NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO**

Fruto de perseguições políticas ou religiosas, os exílios marcam o nosso actual quotidiano com imagens que parecem repetir o martírio sofrido pelos exilados do século passado. A visão de campos de refugiados e de crianças amontoadas em balsas em pleno Mediterrâneo lembra-nos cenas antigas, como as da “Retirada” dos republicanos espanhóis através dos Pireneus, em Fevereiro de 1939, ou as fugas em massa durante a Segunda Guerra. A Europa conflituosa e ditatorial gerou a saída de um grande contingente populacional para o território latino-americano. A partir da segunda metade do século passado, as ditaduras latinoamericanas cuidaram para que a rota em busca da liberdade fosse em sentido inverso.

Em Portugal, a partir do 28 de Maio de 1926, o exílio foi a única saída possível para muitos dos opositores do regime. Na Europa, nichos de liberdade, como a França antes de Vichy e a Espanha antes de Franco, também acolhem republicanos dispostos a dar sequência à sua luta pelo retomo da democracia em solo português.

Com a guerra, emigrados políticos e exilados buscam, em países fora da Europa e com larga tradição de emigração, como o Brasil ou os Estados Unidos, o porto de abrigo para continuarem o combate contra o Estado Novo.

A compreensão deste fenómeno requer uma ampla investigação e não pode excluir o debate interdisciplinar. Mais do que nunca é preciso utilizar recursos vários para a sua análise, comparar estudos com base em realidades diversas, analisar as formas de expressão dos exilados e trabalhar com manifestações políticas, mas também culturais. E, sobretudo, é preciso dar permanente atenção aos novos estudos que exploram a temática nos seus mais diferentes ângulos, como a literatura ou a sociologia. Mais do que qualquer outro tema, o exílio é um campo de estudo interdisciplinar. É com este objetivo que surge o presente trabalho, reunindo especialistas de diversas áreas em torno da temática do exílio em língua portuguesa, e da sua expressão como fenómeno internacional e contemporâneo. Daí a presença de investigadores latino-americanos, visto ser o exílio um marco na história recente dos seus países.

Heloisa Paulo é doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sendo uma das fundadoras do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Actualmente é investigadora integrada do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Espaço, Cultura e Memória, da Universidade do Porto. Em 2019, o seu trabalho sobre os exilados antissalazaristas no Brasil ganhou o Prémio de Melhor Investigação da RADI (Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos).

Alberto Pena Rodríguez é doutor em Jornalismo pela Universidade Complutense de Madrid e doutor em História pela UNED. Professor de História da Propaganda na Universidade de Vigo, entre as suas últimas obras, estão *News on the American Dream: A History of the Portuguese Press in the United States*, Tagus, 2020; *Salazar y Franco. la alianza del fascismo ibérico contra la España republicana: diplomacia, prensa y propaganda*, Ediciones Trea, 2017, *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários* (coordenado com Heloisa Paulo) Coimbra University Press, 2016.

Cristina Clímaco doutorada em História das Sociedades Ocidentais pela Universidade de Paris 7, é actualmente maitre de conférences na Universidade de Paris 8 Vincennes-SaintDenis, investigador do Laboratoire d'Études Remanes da mesma Universidade. Tem trabalho nas áreas da história do exílio e da oposição ao Estado Novo, em particular no período dos anos 30. Entre as suas obras mais recentes está *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Editora Colibri, 2017.

Enrique Coraza de los Santos, Historiador, Investigador Titular del Grupo de Estudios de Migración y Procesos Transfronterizos de El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR-CONACYT) Co coordina grupos de trabajo y redes de investigación en México, Portugal, España, Argentina y Uruguay. Ha publicado libros y artículos indizados en Europa y América Latina. Sus puntos de interés se centran en los estudios comparados, los análisis teórico conceptuales y metodológicos sobre las movilidades forzadas en América Latina (exilios, migraciones forzadas y desplazamientos forzados) durante el siglo XX y XXI.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Diretor Principal

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por referees.

Comissão Científica

Agnes Szilagyí

Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris

Columbia University

Álvaro Garrido

Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity

Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez

UNED – Madrid

Ioan Horga

Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues

Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra

Jorge Alves

Universidade do Porto

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles

Universidade do Porto

Maria Luíza Tucci Carneiro

Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega

Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi

Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins

Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos

Universidade de Lisboa

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Centro de Estudos Interdisciplinares

do Século XX

Imagem da Capa

© Arquivo da Guarda Fiscal, Lisboa

Infografia da Capa

Raquel Aido

Infografia

Ceis20

Revisão

Marlene Taveira

Print By

KDP

ISBN

978-989-26-1789-3

ISBN Digital

978-989-26-1790-9

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1790-9>

© AGOSTO 2020,

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

HELOISA PAULO
ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ
CRISTINA CLÍMACO
ENRIQUE CORAZA DE LOS SANTOS
(COORDS.)

MIGRAÇÕES E EXÍLIOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Introdução

Heloisa Paulo; Alberto Pena-Rodríguez; Cristina Clímaco; Enrique Coraza de los Santos 11

O EXÍLIO EM PORTUGUÊS

1. História de Exílios e Exilados: abordagens da memória

Heloisa Paulo 17

2. Redes e conexões antifascistas no exílio europeu nos anos 30

Cristina Clímaco 35

3. Armando Cortesão em Londres y la Comunidad Ibérica de Naciones: el federalismo en los exilios ibéricos

Jorge de Hoyos Puente 63

4. O Exílio no Novo Mundo. José Rodrigues Miguéis, o “Companheiro Pombo”

Luís Farinha 87

5. Inmigración y prensa étnica portuguesa en los Estados Unidos de América: raíces, significación histórica e imaginario

Alberto Pena-Rodríguez 103

6. Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O Jornal Portugal Democrático: questões e debates (1958-1977)

Maria Izilda Santos de Matos 125

7. A imprensa militante portuguesa em França: o caso do jornal “O Alarme! (1972-1975)

Sónia Ferreira 149

8. L'évolution d'O Imigrado Português au gré des logiques historico-politiques <i>Inês Espírito Santo</i>	177
9. A voz da oposição exilada no Seminário de Nova Deli (1961) <i>Filipa Sousa Lopes</i>	201
10. Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil <i>Débora Dias</i>	221
11. Casais Monteiro: um oposicionista português no Brasil <i>Rui Moreira Leite</i>	249
12. Um exílio literário. O caso de Carlos Selvagem <i>Sérgio Neto</i>	267
13. A Frente de Unidade Angolana (FUA) no Exílio em França e na Argélia (1962-1963) <i>Fernando Tavares Pimenta</i>	285

PORTUGAL COMO TERRA DE EXÍLIOS

1. Movilidades bélicas en Portugal durante y después de la guerra civil española <i>Ángel Rodríguez Gallardo</i>	309
2. Uma Internacional Intelectual <i>Lidiane Soares Rodrigues</i>	339
3. Anos dourados versus anos de chumbo: o exílio de Juscelino Kubitschek em Portugal e o nascimento da Frente Ampla de oposição à ditadura militar brasileira (1966-1967) <i>Sarah Luna de Oliveira</i>	367
4. De Leste para Oeste, histórias de exílio na literatura portuguesa: o caso de Ilse Losa e Jorge Listopad <i>Isabelle Simões Marques</i>	383
5. Portugal, the German exile's land: the extraordinary case of Ilse Losa <i>Giorgia Sogos</i>	405

6. Sentir-se surrealista em Portugal: os exílios (não) demandados dos surrealistas <i>Maria João Simões</i>	419
--	-----

EXÍLIOS: OLHARES CRUZADOS

1. Los exilios entre España y América y la dimensión comparada <i>Enrique Coraza de los Santos</i>	441
2. La investigación del exilio argentino de la última dictadura militar en el espejo de la historia/Historia del exilio republicano español <i>Silvina Jensen</i>	467
3. Los hijos del exilio y su generación: algunas imágenes de sus encrucijadas <i>Silvia Dutrénit Bielous</i>	499
4. Notas para un debate: los trabajadores exiliados. Aportes desde la experiencia latinoamericana <i>Mónica Gatica</i>	519

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Fruto de perseguições políticas ou religiosas, os exílios marcam o nosso atual quotidiano com imagens que parecem repetir o martírio sofrido pelos exilados do século passado. A visão de campos de refugiados e de crianças amontoadas em balsas em pleno Mediterrâneo lembra-nos cenas antigas, como as da “Retirada” dos republicanos espanhóis através dos Pirenéus, em fevereiro de 1939, ou as fugas em massa durante a Segunda Guerra. A Europa conflituosa e ditatorial gerou a saída de um grande contingente populacional para o território da América Latina. A partir da segunda metade do século passado, as ditaduras latino-americanas cuidaram para que a rota em busca da liberdade fosse em sentido inverso.

Em Portugal, a partir do 28 de maio de 1926, o exílio foi a única saída possível para muitos dos opositores do regime. Na Europa, nichos de liberdade, como a França antes de Vichy e a Espanha antes de Franco, também acolhem republicanos dispostos a dar sequência à sua luta pelo retorno da democracia em solo português. Com a guerra, emigrados políticos e exilados buscam, em países fora da Europa e com larga tradição de emigração, como o Brasil ou os Estados Unidos, o porto de abrigo para continuarem o combate contra o Estado Novo. Políticos, militares, profissionais liberais, académicos, escritores, pintores e representantes dos mais diferentes sectores da sociedade portuguesa fogem da repressão imposta em Portugal.

A compreensão deste fenómeno requer uma ampla investigação e não pode excluir o debate interdisciplinar. Mais do que nunca é

preciso utilizar recursos vários para a sua análise, comparar estudos com base em realidades diversas, analisar as formas de expressão dos exilados e trabalhar com manifestações políticas, mas também culturais. E, sobretudo, é preciso dar permanente atenção aos novos estudos que exploram a temática nos seus mais diferentes ângulos, como a literatura ou a sociologia. Mais do que qualquer outro tema, o exílio é um campo de estudo interdisciplinar. É com este objetivo que surge o presente trabalho, reunindo especialistas de diversas áreas em torno da temática do exílio em língua portuguesa, e da sua expressão como fenómeno internacional e contemporâneo. Daí a presença de investigadores latino-americanos, visto ser o exílio um marco na história recente dos seus países.

O texto de Enrique Coraza de los Santos aponta justamente para a necessidade do estudo comparativo dos exílios contemporâneos. Por sinal, os artigos dos investigadores da América Latina servem de ponto de partida para trabalhos de investigação baseados na análise comparada. Silvina Jensen, ao trabalhar com a historiografia, e Sílvia Dutrénit Bielous ou Mónica Gatica, ao pesquisarem os depoimentos orais, oferecem um foco de visão contemporânea sobre o impacto do exílio na primeira pessoa, levantando a questão da memória histórica e da necessidade da sua construção em sociedades onde regimes autoritários tenderam a apagar totalmente e qualquer referência ao exílio.

O artigo de Heloisa Paulo aborda a polémica em torno da memória dos exilados portugueses e sublinha a importância de o exílio ser pensado como rede de relações interculturais, políticas e internacionais. Mas, esse artigo é apenas a ponta de um véu que vai ser explorado em toda a sua complexidade pelo trabalho de Cristina Clímaco, ao tratar das redes estabelecidas pelos exilados e da sua importância para a compreensão dos diferentes grupos políticos e das suas alianças concretizadas no exterior.

Este ângulo de análise está presente em todos os outros trabalhos que tratam dos vínculos estabelecidos pelos exilados nas comunidades

de acolhimento. É o caso do texto de Jorge de Hoyos Puente sobre Armando Cortesão e a tentativa de restabelecimento de contacto entre os republicanos exilados e os membros da *Galeuzca* através da proposta de enquadramento de Portugal na luta dos nacionalismos ibéricos contra Franco. Pode aqui ser enquadrada a análise de Ángel Rodríguez Gallardo sobre o fluxo migratório em Portugal, procedente de Espanha, durante a Guerra Civil.

A presença do exilado como representante de uma facção política dentro das redes de contacto é abordada no texto de Luís Farinha ao abordar os esforços de José Rodrigues Miguéis, como representante intelectual de uma “esquerda marxista” portuguesa em território norte-americano ou na análise do papel de Manuel Sertório no Seminário de Nova Deli feita por Filipa Sousa Lopes.

Estabelecidas as redes e formalizada a situação do exilado, ele dá continuidade ao seu combate político através de diversas ações de mobilização de apoios na sociedade de acolhimento. A imprensa é a mais ativa arma de coesão política, da manutenção da sua identidade, mas sobretudo como instrumento de arregimentação de adeptos para uma proposta política definida. O texto de Alberto Pena-Rodríguez abre o debate ao tratar da imprensa portuguesa nos Estados Unidos como expressão da emigração, mas também da defesa de ideais oposicionistas. O caso do jornal *Portugal Democrático*, analisado por Maria Izilda Santos de Matos, centra a questão no combate dos exilados contra o regime no Brasil que, para além da numerosa colónia portuguesa, é um dos principais centros do exílio português a partir dos anos 40. Os textos de Inês Espírito Santo e Sónia Ferreira alargam o debate ao tratar de duas publicações específicas veiculadas pelos exilados portugueses em território francês, uma imprensa militante que visa arregimentar a simpatia do largo contingente de emigrantes naquele país, desde o final da década de cinquenta.

Assim sendo, a presença do exilado no país de acolhimento é inúmeras vezes tratada do ponto de vista da sua luta política e da

interação mantida com segmentos da sociedade local com os quais possuem afinidade política. É o caso do texto de Fernando Pimenta sobre uma parte da elite dirigente da Frente de Unidade Angolana exilada em França ou, ainda, das análises de Sarah Luna de Oliveira e Lidiane Soares Rodrigues sobre os que buscam refúgio em Portugal, invertendo o caminho dos exílios em português mesmo antes do 25 de Abril.

Nas abordagens desta temática não poderiam faltar os estudos sobre a importância da produção literária no exílio. É o caso de um dos emigrados políticos no Brasil, Joaquim de Carvalho, cuja trajetória é tratada por Débora Dias, ou o de Carlos Selvagem, trabalhado por Sérgio Neto.

No entanto, a presença daqueles que narram a sua passagem ou permanência em Portugal também merece destaque. A imagem do “paraíso” aparece nas análises sobre Ilse Losa feitas por Isabelle Simões Marques e Giorgia Sogos. Para completar este quadro, temos o trabalho de Maria João Simões sobre o “exílio interno” dos surrealistas durante o regime salazarista.

Todos estes textos, provenientes de áreas diferentes do planeta e escritos em cinco línguas, já por si, revelam a complexidade da temática do exílio. Esperemos que seja o primeiro passo para uma investigação maior, interdisciplinar, com estudos comparativos e sobre realidades diversas, como objetiva a Rede de Estudos Migrações e Exílios, da qual os autores fazem parte.

Como nota final, um agradecimento ao valioso trabalho de revisão realizado pela Dra. Marlene Taveira sem o qual este livro não seria publicado.

Heloisa Paulo

Alberto Pena-Rodríguez

Cristina Clímaco

Enrique Coraza de los Santos

O EXÍLIO EM PORTUGUÊS

(Página deixada propositadamente em branco)

HISTÓRIA DE EXÍLIOS E EXILADOS: ABORDAGENS DA MEMÓRIA

Heloisa Paulo

1. O exílio como memória e como presente: a contemporaneidade do tema

“As coisas persistem, mesmo quando não nos lembramos delas, já para não falar de quando nos lembramos, as remoemos e as debatemos. Elas vivem no que fazemos e em como fazemos”¹.

Na Espanha pós-franquista ou, mais recentemente, nos países latino-americanos, a recuperação do passado aparece como forma de resistência ao esquecimento infligido pelas ditaduras aos seus opositores. O problema da Memória Histórica surge da necessidade dos regimes democráticos de construir uma nova leitura do passado que, simultaneamente condene a versão da história recente imposta pelas ditaduras e reafirme os valores das novas instituições. Neste quadro, recuperar do esquecimento opositores, vítimas, exilados e refugiados passa a ser sinónimo da capacidade dos novos Estados em forjarem sociedades mais igualitárias e justas. Mais do que nunca, o conhecimento do passado é uma arma contra os possíveis desvios da democracia, no presente e no futuro.

¹ BAUMAN, Zigmunt – “O fim da História?”. In BAUMAN, Zigmunt; BORDONI, C. – *Estado de Crise*. Lisboa: Relógio D’Água, 2016, p. 141.

No entanto, também é preciso evitar os riscos de leituras lineares e demasiadamente partidárias da história recente, impedindo a instrumentalização deste passado pelos atuais regimes. Os estudos acerca dos opositores e exilados devem cruzar dados e, mais do que nunca, ter em conta a confiabilidade dos testemunhos existentes, usados sempre como “versões” da realidade e “ponto de partida” para uma pesquisa mais profunda. Devem, por outro lado, abster-se de cair no “mito” da coesão interna da oposição, já que todo o movimento opositor é, em princípio, marcado por correntes ideológicas e partidárias nem sempre conciliáveis². E, se as versões orais exigem uma atenção redobrada por parte do historiador, a existência de uma base documental das atividades de um dado partido não o transforma no único protagonista a ser considerado no combate a uma ditadura. Os próprios arquivos oficiais, nomeadamente dos aparelhos de repressão, devem ser considerados na procura da reconstrução da trajetória opositora. Quanto a estes, o cuidado do historiador, mais uma vez, deve ser redobrado, pois há de ter em conta os seus “produtores” e a constante necessidade de se fazerem “habilidosos” e “produtivos” frente aos seus superiores. Por outro lado, há sempre a necessidade da procura de novas fontes, esquecidas por condições adversas, como aquelas inerentes à condição de exílio, que levaram à dispersão de arquivos e documentação. O afastamento temporal e espacial dos eventos não pode ser um fator de esquecimento ou a subvalorização de determinados grupos no exílio.

² Os estudos acerca da resistência francesa apontam para os perigos para o historiador da imagem de coesão, elaborada no pós-guerra. Sobre o tema ver, entre outros, VAST, Cécile – *L'identité de la Résistance. Etre résistant, de l'occupation à l'après-guerre*. Paris: Payot, 2010; ou ainda, o trabalho de reconstrução da imagem de um dos líderes da Resistência, em FRATISSIER, Michel – *Jean Moulin ou la Fabrique d'un héros*. Paris: Harmattan, 2010.

Assim sendo, bem mais complexa do que aparenta, a memória do exílio deve ser cruzada com fontes provenientes de instituições e até de realidades distintas, considerando o peso do exílio na história dos movimentos oposicionistas. Parte integrante desta memória, os estudos dos grupos de exilados e emigrados políticos acrescentam mais um grau de complexidade nos estudos acerca das oposições aos regimes ditatoriais. A análise das suas trajetórias e estratégias de combate deve ter em conta as suas origens, ou seja, os condicionamentos que os levaram ao exílio; mas também as experiências vivenciadas nos países de acolhimento, através das relações que ali são estabelecidas e dos vestígios da passagem dos exilados por nestas sociedades. Neste sentido, a reconstrução da memória dos exílios requer do historiador um trabalho com as marcas deixadas pela sua luta política em dois mundos, cruzando histórias e culturas diversas.

Na recuperação de um passado tão recente, encontrar arquivos perdidos e traçar as devidas relações entre os personagens, alguns deles até então desconhecidos, torna-se um exercício “detetivesco”. Cada peça encontrada pode ser considerada um grande achado, se encontrado o seu sentido no grande *puzzle* da história dos exilados. Cartas, diários, anotações, fotografias podem remontar ao país de origem ou ao exílio, devendo ser analisados sob ambas as perspetivas. Para tal, é preciso conhecer os diferenciados contextos históricos de uma vida no exílio. Cada adjetivo ou neologismo deve ser enquadrado na sua realidade, remetido à sua origem, seja a do local do exilado ou a do exílio. O discurso do exílio é marcado por esta dupla via de análise, onde uma palavra pode adquirir significados diversos e traduzir o diálogo multicultural que passa a unir dois mundos diversos.

2. O exílio como encruzilhada transnacional e transcultural: como entender a linguagem cifrada da documentação

“Cunha Leal vai formar um partido, creio que “existencialista”, em que ele será a Chiquita Bacana [...]”³.

“Chiquita Bacana lá da Martinica
Se veste com uma casca de banana nanica
Não usa vestido, não usa calção
Inverno para ela é pleno verão
Existencialista com toda a razão
Só faz o que manda o seu coração”⁴.

No Carnaval de 1949, no Brasil, uma marchinha faz sucesso na voz de uma popular cantora chamada Emilinha Borba. A marcha chama-se Chiquita Bacana e faz uma paródia ao lado não científico do movimento existencialista, em especial, à conduta boémia e irreverente dos existencialistas que, então, desafiavam os padrões da sociedade. Esta mesma canção serve para o exilado Alberto Moura Pinto caracterizar a postura de um ex-rival político, Cunha Leal, ainda em Portugal, e as suas propostas para a formalização de um partido oposicionista no interior do regime salazarista. Provavelmente, o antigo adversário não compreenderia a ironia, mas, sem dúvida, os demais exilados no Brasil entendê-la-iam na perfeição.

Marcas como esta revelam todo um processo de aculturação dos exilados e a utilização de novas linguagens e simbologia, próprias dos países de acolhimento. Ainda que não cheguem nunca a perder a sua identidade nacional, o discurso dos exilados produzido nos países de acolhimento traz as marcas do processo de aculturação, ainda que

³ Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais datada de 27 de abril de 1949. Arquivo Jaime de Morais.

⁴ Chiquita Bacana, 1949, Alberto Ribeiro e João de Barros (Braguinha).

direcionado para as questões políticas dos países de origem. Mas, o enraizar de novos vocábulos e hábitos revela um longo período de adaptação às realidades novas, nem sempre familiares do exilado. A vida dos exilados portugueses na Espanha Republicana, apesar de alguns ajustes, não exige uma descoberta da sociedade espanhola e nem da mecânica política do então Estado Republicano. O prévio conhecimento do país por grande parte dos exilados e o convívio anterior de ambos os grupos, espanhóis e portugueses, no exílio em França são fundamentais para o processo de adaptação à sociedade espanhola durante a República. Os meandros do Estado Republicano espanhol são calcorreados pelos exilados portugueses que se aliam aos grupos ideologicamente mais próximos da sua proposta política.

O mesmo não ocorre quando estes chegam ao Brasil. Apesar da evidente facilidade linguística, a realidade encontrada é totalmente desconhecida, tanto em termos do universo de referências culturais, quanto em termos da vida política. Apesar das referências genéricas da existência de uma ditadura similar à portuguesa, é notória a falta de dados a respeito da real configuração do regime brasileiro nesse período. Jaime de Morais revela a sua ignorância acerca do perfil do regime ao rascunhar uma carta ao ministro Francisco Campos, um dos elementos mais reacionários do então Estado Novo de Vargas. Na missiva, onde solicita um visto de permanência no país, alega, em sua defesa, a sua condição de opositor político do regime de Salazar⁵.

O conhecimento gradual da nova realidade é feito através dos parceiros de contacto existentes, sejam eles emigrantes ou emigrados políticos, simpatizantes da causa que os levou ao exílio, ou ainda, elementos locais, igualmente imbuídos dos mesmos ideais. Em Espanha, a ajuda dos portugueses republicanos exilados ao Partido Socialista

⁵ Carta de Jaime de Morais, não datado, endereçado ao Ministro da Justiça brasileiro solicitando a legalização da sua situação no país e explicitando a sua condição de combatente antifascista. Arquivo Jaime de Morais.

Obrero Español, no caso das Astúrias, em 1934, reflete não só a colaboração pré-existente entre os dois sectores, mas a necessidade de afirmação do PSOE para a continuidade desta ajuda. No Brasil, o mesmo quadro de ação conjunta é configurado com a criação da SADP, a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, fundada por nomes como Hermes de Lima, vinculado posteriormente ao Partido Socialista Brasileiro, e que, inicialmente, acolhe os exilados republicanos, ainda em 1945. O relacionamento estabelecido é fortalecido pelo apoio mútuo na busca de continuidade ou de afirmação do ideário político comum. Mas não só, já que a sobrevivência diária requer o contacto com o mundo do trabalho e, novamente, com uma rede de apoios e relacionamentos.

A inserção do exilado na esfera produtiva do país de acolhimento marca uma acentuada diferença em relação ao emigrante comum. A necessidade de trabalho é um dado comum, mas a sua obtenção faz com que as semelhanças entre estes dois tipos de migrantes acabem aqui. A qualificação profissional dos exilados eleva-os um patamar acima do emigrante comum. Mesmo quando desempenham funções similares ao do emigrante comum, fazem-no em condições mais propícias, quer pelo nível de especialização, quer pelas condições inerentes à rede de contacto pré-estabelecidas. É neste contexto que o exilado republicano e herói da Primeira Guerra, Alexandrino dos Santos possui na Madrid republicana uma oficina de automóveis onde atende a elite madrilena, conseguindo assim prosperar no negócio. Outros, ainda, obtêm apoios diversos, como Jaime Cortesão que, durante a sua estada em Espanha, dá conferências na Universidade de Sevilha. No Brasil, a ajuda da colónia de emigração republicana é fundamental para a colocação dos exilados na década de 40. Os republicanos Ricardo Seabra de Moura e José Augusto Prestes usam da influência de grandes empresários para obterem postos de trabalho para Alberto Moura Pinto e Jaime de Moraes. De igual forma, é através da pressão deste grupo que Jaime Cortesão consegue o lugar de bibliotecário

no conservador Real Gabinete Português de Leitura. De igual forma, o empresário Lúcio Thomé Feteira procura entre os exilados os seus principais colaboradores na montagem da Companhia de Vidros do Brasil, como é o caso de João Sarmiento Pimentel e, posteriormente, do próprio Jaime de Moraes. Esta rede inclui a participação em cotas de empreendimentos, em conselhos fiscais ou consultorias, unindo no mundo do trabalho os companheiros de ideal político.

Este processo de inserção nas sociedades de acolhimento pode ser a pista para a recuperação da trajetória dos exilados nos respetivos países das redes que estabelecem e das formas empregues para dar continuidade ao seu combate político. Mas esta recuperação não é uma tarefa tão simples. Para o historiador, a localização da documentação é o primeiro grande problema. Nos arquivos dos países de origem, os documentos transmitem uma imagem negativa porque é construída para dar continuidade à imagem de “traição” com que o regime representa os seus opositores. Nos relatos dos órgãos repressivos é comum a imprecisão dos detalhes em troca da benesse obtidas com uma informação que se coadune ao esperado. Por outro lado, a fuga para o exílio, os anos de desterro e as condições materiais nem sempre favoráveis transformam os arquivos pessoais dos exilados em “objetos de luxo”. Nem sempre os documentos trazidos do exílio cobrem o período passado no exterior, sendo que, muitas das vezes, e no caso de exilados que morreram antes do fim da ditadura, os descendentes acabam por deixar a documentação em caixotes escondidos em caves, longe dos olhares suspeitos da repressão.

Nos países de acolhimento, se a documentação existe, é preciso localizá-la, um processo nem sempre fácil no caso de meios urbanos superpovoados, onde o apelido do exilado passa despercebido no meio da multidão. A localização de familiares em grandes cidades, como no caso do Brasil, a falta de vínculos de uma segunda geração com o passado familiar e a própria dispersão dos arquivos levam o historiador a admitir, como hipótese mais provável, a inexistência de

fontes escritas, relatos biográficos ou testemunhais. Para além disto, na grande maioria dos casos, os documentos herdados por esses familiares são vistos como papéis de um passado distante com o qual não possuem um vínculo direto. No que respeita aos documentos das associações políticas ou cívicas a que pertenceram os exilados, uma vez desaparecidas na sua maioria, terminam nos arquivos pessoais dos seus antigos dirigentes, acabando por ter o mesmo fim que a documentação pessoal já referida.

O recurso ao depoimento oral raramente é exequível; frequentemente, estamos diante de descendentes e não do próprio exilado. Contudo, quando ele é possível, para além de todo o cuidado recomendado pelos especialistas, o depoimento oral implica um trabalho prévio de persuasão, sem resultados imediatos, com inúmeros contactos preparatórios antes que seja possível obter uma narrativa sobre o passado. Paralelamente e não menos importante, é imperioso assegurar ao depoente ou à família o controlo do que é ou não é passível de divulgação.

Por outro lado, os diferentes grupos de exilados estabelecem uma rede de contactos com os seus congéneres nos mais diversos países. Em cada um deles temos um potencial de documentação, que terá de ser tratada e cruzada com os arquivos pessoais ou das associações. Também nos arquivos nacionais dos países de acolhimento guardam informações parcelares, mas preciosas, sobre os que lá se encontram exilados. As autoridades locais controlam o conteúdo das manifestações políticas dos exilados, fornecendo assim um manancial de documentos para o historiador. Nas hemerotecas nacionais podemos encontrar os jornais do exílio, ou a visão dos periódicos locais acerca da “vida pública” exercida pelos exilados no país.

O fascínio pelo documento transforma as trajetórias dos exilados em *puzzles* gigantescos e, por vezes, com peças perdidas. Na verdade, na maioria dos casos, é isto que ocorre. Entretanto, mesmo quando

a documentação existe, ela requer um trabalho adicional na sua catalogação, um cruzamento de dados pertencentes aos contextos vivenciados no exílio. É igualmente necessário ter em conta todo o processo de “esquecimento” da memória do exílio vivenciado nos países de origem. No caso de Portugal, o salazarismo tratou de apagar a história recente dos currículos académicos e, mesmo depois do 25 de Abril, a recuperação deste passado é marcado pela ausência das trajetórias dos exilados que não retornaram ao seu país. Para serem recuperados, estes verdadeiros “espaços vazios” precisam de um trabalho minucioso que ultrapassa as referências existentes acerca da história portuguesa dos anos da ditadura e do salazarismo. É preciso cruzar dados, redescobrir personagens e factos para entender imagens e decodificar as informações obtidas nos arquivos do exílio.

3. A invisibilidade do exilado: a memória apagada da oposição

“Por infelicidade, à força de julgar, acaba-se, quase fatalmente, por perder até o gosto de explicar. Com as paixões do passado misturando seus reflexos aos partis pris do presente, o olhar se turva sem remédio e, assim como o mundo dos maniqueus, a humana realidade vira apenas um quadro em preto e branco.”⁶

Em 2005, foi entregue à Fundação Mário Soares o arquivo pessoal de Jaime de Morais, antigo combatente do Revirinho e exilado no Brasil desde 1940. A documentação tinha sido por mim localizada na cidade de Niterói, na posse de um neto. As imagens aqui reproduzidas são cópias que me foram fornecidas pela família, antes da sua entrega ao arquivo da Fundação que, após alguns anos, as disponibilizou *online*.

⁶ BLOCH, Marc – *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 126.

Esse meritório trabalho de divulgação, no entanto, apresenta falhas que podem até ser vistas como um exemplo do esquecimento em que caiu o passado de muitos dos exilados no seu próprio país.



A primeira das imagens que aqui reproduzimos é de um grupo de deportados na Ilha de São Tomé reunidos na varanda e na frente de uma casa, o local da sua detenção⁷. Na Fundação Mário Soares não estão devidamente identificadas as pessoas que compõem o grupo, sendo esquecidos alguns dos principais nomes do movimento Reviralista. É o caso de Nuno Cruz, na varanda da casa; João Camoesas, o primeiro a contar da direita para além da cerca; o Tenente Manoel António Correia, Jaime de Moraes e o Coronel Velez Carço, este último pouco conhecido, mas cuja imagem pode ser encontrada em forma de *carte de visite* na correspondência de Armando Cortesão, disponível na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O primeiro dos retratados, Nuno

⁷ Ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07251.021.001>. Todos os documentos deste *website* (Casa Comum) foram revistos no dia 26 de fevereiro de 2017 e mantinham as descrições que aqui aparecem.

Cruz, foi um dos nomes sonantes do Reviralhismo, tendo participado de diversas ações em território português, incluindo o movimento de 1931. Camoesas é outro dos personagens incontornáveis deste período, antigo Ministro da Instrução Pública, e um dos dirigentes da oposição exilada nos Estados Unidos. Menos conhecido, Manoel António Correia é um militar ativo nas revoltas do Revirvalho, estando presente em Espanha ao lado do grupo dos “Budás”. Figura do universo colonialista, reviralhista do movimento de 1927, membro do Movimento de Unidade Democrática, Jorge Velez Carço é reconhecidamente um dos nomes a considerar quando tratamos da oposição ao regime ditatorial em Portugal.



Outro exemplo de algum descuido com os contextos que auxiliam na descodificação das imagens é a segunda foto aqui reproduzida. Se na primeira alguns dos nomes mencionados, embora relevantes na história do republicanismo, não chegaram a alcançar grande visibilidade

pública, já na segunda a descuidada identificação dos personagens pode não ser muito compreensível. Com efeito, a foto retrata um grupo disposto em torno da mesa de um restaurante e foi designada pelos peritos da Fundação entre as “não identificadas”. Entre os presentes, erroneamente é identificado “Sarmiento de Beires”, como sendo a figura sentada ao lado de Jaime Cortesão. Na verdade, o personagem não é o célebre aviador, mas Alberto Moura Pinto, antigo Ministro da Justiça e um dos três “Budás”, reunidos a partir de 1941, no Rio de Janeiro⁸.

Já a identificação de um outro conjunto de fotografias demonstra a necessidade do cruzamento de olhares quando tratamos da história dos exílios. São fotos tiradas na Covibra, Companhia de Vidros do Brasil, propriedade de Lúcio Tomé Feteira, localizada na região de São Gonçalo, então Estado do Rio de Janeiro. Mostram vários nomes importantes do Brasil no imediato período após o fim do Estado Novo de Vargas. É preciso um cuidado especial ao identificar os personagens, já que revelam o tipo de relação que os exilados podem estabelecer com o poder local, tendo em conta sempre o espaço e o tempo onde estão inseridos. A presença nestas imagens do presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, acompanhado do então Ministro de Viação e Obras Públicas, em 1946, e futuro governador do Estado do Rio de Janeiro (1947-1951), Edmundo Macedo Soares e Silva, comprovam a importância da implantação desta companhia vidreira, assim como atestam as conexões do novo governo brasileiro, instaurado após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, com os exilados antissalazaristas⁹. Boas relações, de facto, que nunca poderiam incluir Marcelo Caetano, que na catalogação feita pela Fundação é confundido erroneamente com Macedo Soares e Silva, presente numa outra tomada¹⁰.

⁸ Ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07251.035.001>

⁹ Ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07251.042.001>

¹⁰ Ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07251.046.001>

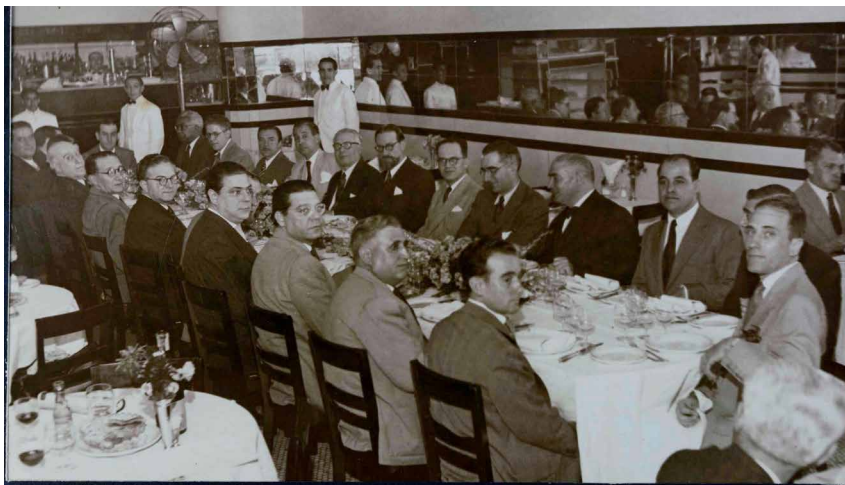


11



¹¹ <http://www.folhapress.folha.com.br/foto/5926153>

Uma outra fotografia passa despercebida no arquivo da Fundação, embora seja muito importante para dar conta dos vínculos desenvolvidos pelo grupo dos Budas na Espanha Republicana. A imagem retrata a cena de um almoço de convívio, em 4 de outubro de 1945. São bem visíveis diversas personalidades mas, nem o próprio Jaime de Morais é identificado¹². Este registo é um precioso documento para a história do exílio português e espanhol, nomeadamente dos componentes da *Galezca*. Nesta imagem podemos identificar, ao lado de Jaime de Morais, Alfonso Castelao, poeta e figura paradigmática da Galícia; diante dele e ao lado de Jaime Cortesão, José Maria Lasarte, representante do governo basco no exílio. Ao lado do historiador português, temos ainda o político brasileiro, Hermes de Lima, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1946. Comemorativo da ida de Castelao e Lasarte ao Brasil, esse almoço também assinala a retomada de contactos dos grupos republicanos ibéricos que, em simultâneo, procuram ser reconhecidos pela recém-formada Assembleia das Nações Unidas, para cuja missão Castelao foi designado representante do grupo português.



¹² Ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07251.039.001>

Tais considerações vêm ao encontro de uma noção mais ampla do que é verdadeiramente o exílio. Ele não é somente aquele estado de ausência do país ou de permanente desenraizamento apontado por muitos¹³. Ele pode significar a própria anulação da trajetória do exilado no seu contexto nacional.

A necessidade de preencher os vazios existentes na história dos diferentes exílios justifica a realização de projetos de investigação, mas também levanta um outro problema. Grande parte da memória oficial existente nos países marcados por grandes levadas de exilados foi estruturada com base nos depoimentos dos que retornaram após a volta do regime democrático. As biografias, assim como as histórias oficiais dos partidos, apresentam versões da luta desenvolvida no exílio que buscam acentuar o protagonismo que tiveram no combate aos regimes ditatoriais. No caso de Portugal, há uma espécie de “história oficial” dos partidos acerca da trajetória mantida pelos seus membros no exterior, onde são apontadas como fundamentais as ações desenvolvidas por estes contra o Estado Novo. No entanto, para aqueles que morreram no exílio, na maioria das vezes, o silêncio complementa o trabalho de “esquecimento” promovido pela própria ditadura. Apagados da memória oficial do regime, o distanciamento decorrente do afastamento temporal e da morte no exílio favorece que, mesmo na atualidade, alguns dos principais nomes que combateram a ditadura militar e o salazarismo permaneçam esquecidos pela historiografia.

¹³ Sobre o tema ver, entre outros, LÉVINAS, Emmanuel – *Totalidade e Infinito. Ensaio sobre a Exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 2008; ou o clássico SAID, E. – *Reflexiones sobre el Exilio*. Madrid: Debates, 2013.

4. A importância do estudo dos exílios em rede

“Para fazer uma ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem.”¹⁴

Tema atual, o exílio ganha as páginas dos periódicos desvendando as complexas relações existentes entre os Estados e entre estes e o cidadão comum. A recuperação de eventos históricos do passado marca a compreensão de um fenômeno que, porém, nunca desapareceu de todo da trajetória humana. No entanto, este passado não aparece de forma tão explícita na historiografia contemporânea na maioria dos países de origem dos exilados. A exceção fica por conta de alguns casos, onde o exílio serve de referencial para a reelaboração do conceito de nacionalismo, como o caso de Espanha, onde é um referencial político que redefine a cidadania e reconstrói o passado recente do país. No que tange aos países de acolhimento, o passado dos exilados estrangeiros é visto através da lente da história local, da capacidade de integração ou não na nova realidade social e política.

No entanto, o exílio não é temática exclusiva dos historiadores. A sua atualidade está refletida em trabalhos de sociologia, psicologia e filosofia que tratam o exilado enquanto indivíduo e as implicações na formação da sua personalidade e no impacto causado na sociedade. Em outro campo de análise, cada vez mais, os estudos literários e de todas as outras manifestações culturais ganham a atenção dos especialistas.

Assim sendo, torna-se fundamental uma visão mais ampla do exílio. Objeto de estudo passível de ser abordado por diversas áreas do conhecimento, a temática ganha complexidade e a necessidade do estabelecimento de redes de investigação alargadas, privilegiando um olhar multidisciplinar do tema. Para tal, é necessário o estabelecimento

¹⁴ BLOCH, Marc – *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 129.

de redes que cruzem investigações, possibilitando o conhecimento das diferentes áreas de atuação dos exilados e dos contextos que determinam as formas da sua inserção nos países de acolhimento. Neste caso, as redes devem também contemplar o método comparativo de análise como instrumento fundamental para o desenvolvimento de parâmetros que possam guiar o pesquisador no processo de investigação.

No entanto, é preciso que nos países de origem haja um novo olhar sobre a memória “oficial” do seu próprio passado. Desfazendo mitos e preenchendo lacunas, os investigadores devem construir uma outra leitura do exílio, repondo imagens e personagens que marcaram a sua presença na história do país e foram apagados pelo regime que os exilou e esquecidos pela distância do tempo e do espaço.

Bibliografia

- BAHIA, J. – “Imágenes que hablan. La fotografía en la investigación de campo”. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. N.º 29 (2003), p. 167-176.
- BURKE, P. – *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Educs, 2004.
- CENTLIVRES, P. ; FABRE, D. ; ZONABEND, F. – *La fabrique des héros*. Paris: Mission de Patrimoine Ethnologique, Collection Ethologie de la France – Cahier 12, 1998.
- COEURÉ, Sophie – *Archives interdites. L'histoire confisquée*. Paris: La Découverte, 2001.
- CRESPO, M. – “La problemática del exilio: espacio de confluencias”. *Gramma Virtual*. São Salvador: Universidade de São Salvador. Año I, nº 3 (febrero 2001), p. 69-73.
- DOMÍNGUEZ, P. – “La imagen del exilio español en México. Los Hermanos Mayo”. In MANCEBO, F. (Ed.) – *L'Exili Cultural de 1939*. Valencia: Universidad de Valencia, 2001. Vol. I, p. 169-178.
- HIRSCH, Marianne – *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- LÉVINAS, Emmanuel – *Totalidade e Infinito. Ensaio sobre a Exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- PAULO, Heloisa – “Exilados Republicanos: os grandes esquecidos”. In PEIXINHO, Ana T.; SANTOS, Clara A. (Org.) – *1910. 2010. Comunicação e Educação Republicanas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 83-92.
- PAULO, Heloisa – ““Recordar é viver?” Os problemas da memória e a memória como um problema para o historiador”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Universidade de Coimbra. N.º 11 (2011) p. 121-136.

- PAULO, Heloisa – “Memoria y exilio: la difícil tarea de recuperar vidas olvidadas”. *Trocadero* [Em linha]. N.º 25 (2013), p. 103-116. Disponível em <http://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/1971>
- PAULO, Heloisa – “Uma memória dos opositores sobre o regime e a oposição”. In TORRALBA, L. e PAULO, Heloisa (Org.) – *Estados Autoritários e Totalitários e as suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008. P. 377-387.
- PORTES, Alejandro – “Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. N.º 69 (2004), colocado *online* no dia 01 outubro 2012, criado a 02 outubro 2017. URL: <http://rccs.revues.org/1339>; <https://doi.org/10.4000/rccs.1339>
- SAID, E. – *Reflexiones sobre el Exilio*. Madrid: Debates, 2013.
- VAST, Cécile – *L'identité de la Résistance*. Paris : Payot, 2010.
- VAUTIER, Marine – *Les archives personnelles, valeur, mémoire, émotions. Les archives d'une famille déracinée*. Angers : Université Angers, 2013.
- VENTURA, António – *Memórias da Resistência*. Lisboa: Biblioteca Museu da República e da Resistência-Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- WIEVIORKA, Annette – *L'Ère du témoin*. Paris: Plon, 1998.
- WIEVIORKA, Annette – *La mémoire désunie*. Paris: Seuil, 2010.
- <http://www.folhapress.folha.com.br/foto/5926153>

REDES E CONEXÕES ANTIFASCISTAS NO EXÍLIO EUROPEU NOS ANOS 30

Cristina Clímaco

Universidade de Paris 8-LER

Pretende-se identificar as redes de sociabilidade e de apoio nas quais se insere a esquerda republicana no exílio. A nossa premissa é a de que os acontecimentos políticos que a partir de 1922 se sucedem na Europa, e que apelidamos numa forma abrangente de ascensão do fascismo, e o modo como em França se reage ao seu alastrar, influem nos caminhos seguidos pela esquerda republicana, moldando até certo ponto o seu carácter. Ou seja, tentar-se-á compreender o processo de maturação do antifascismo português, durante o período decorrente entre a chegada ao exílio, em inícios de 1927, e a fundação da Frente Popular em 1936-1937.

A percepção que, em maio de 1926, se tem em Portugal do perigo fascista é diminuta e circunstanciada, à imagem dos demais países da Europa. O seu amadurecimento far-se-á, de modo célere sob o fogo dos acontecimentos nacionais. O golpe do 28 de Maio e a consequente reação de fevereiro de 1927 conduz ao exílio os promotores da unidade antifascista que se tinha esquisado na primavera de 1926. A França constituía desde há muito uma fonte na qual bebia o republicanismo português, modelo que passa a ser analisado *in loco*, a partir da primavera de 1927, por uma parte da elite dirigente arredada do poder. O contacto dos exilados com organizações políticas francesas e

o convívio com outros exílios, nomeadamente o espanhol e o italiano, não se faz de modo incólume, tanto mais que os contactos repousam sobre um substrato antifascista. Não sendo estanque o meio do exílio, o modo como a França reage ao alastrar do fascismo e como as diversas forças políticas e cívicas organizam a resistência transbordam para a oposição republicana portuguesa. As respostas que vão sendo dadas pela esquerda francesa aos acontecimentos europeus repercutem-se na oposição portuguesa no exílio, orientando a reflexão sobre a ascensão do fascismo e o modo como a travar, que no nosso caso, se traduz pela luta contra a ditadura militar e, posteriormente, o Estado Novo. Assim, pareceu-nos necessário proceder ao rastreio dos círculos nos quais se movem os exilados ou com os quais estão em contacto entre 1927 e 1936, tanto mais que algumas destas organizações estão na origem do movimento unitário antifascista francês, formado em julho de 1935. A informação disponível é díspar, concentrando-se essencialmente na primeira fase de exílio (1927-1931), mas permite ainda assim esquisar o caldo antifascista do exílio republicano, que assenta na Liga dos Direitos do Homem (LDH), nos círculos pacifistas e nas organizações afins (*Ação Internacional Democrática para a Paz* do católico progressista Marc Sangnier, *Entente Pacifiste Internationale* de Raymond Offner). Os impenetráveis meios maçónicos, nos quais pontifica Afonso Costa, pespontam em filigrana e a eles conduzem muitas das pontas da meada emaranhada.

O antifascismo nas vésperas do 28 de Maio

A existência de um movimento antifascista em Portugal é anterior ao exílio. A “marcha sobre Roma”, de outubro de 1922, provoca uma tomada de consciência e suscita inquietação nos meios de esquerda. A ascensão de Mussolini é interpretada como resultante do contexto de crise profunda que atravessa a Europa do pós-guerra, da qual é

necessário retirar ilações¹. Se num primeiro momento o receio se limita a uma deriva autoritária do autista *Partido Democrático*, com o modelo fascista a tornar-se num referencial para a extrema-direita portuguesa², a reflexão sobre o perigo fascista toma ênfase, em particular nas páginas da *Seara Nova* sob a pena de Raul Proença³, mas também na imprensa anarquista e comunista⁴. A situação agudiza-se nos inícios de 1926⁵, com a *Cruzada Nuno Álvares* a acelerar a sua dinâmica revolucionária⁶ e a *Seara Nova* a denunciar o perigo fascista e a promover o antifascismo sob uma forma alargada, que se traduz pela organização da “semana antifascista”, nas vésperas do 28 de Maio. O apelo à unidade ultrapassa o campo republicano, com as

¹ O republicano *A Capital* estabelece um paralelismo com a situação portuguesa (partidocracia, contestação urbana, instabilidade política, corrupção) e apela os Portugueses à vigilância. *A Capital*, 28 de outubro de 1922 e 3 de novembro de 1922.

² PINTO, António Costa – *Os Camisas azuis. Ideologia, Elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

³ Para a esquerda republicana, há uma correlação entre o fascismo e as doutrinas da direita radical, e que é independente da existência de laços ideológicos ou orgânicos com o movimento que irradia a partir da Itália. Sob o termo fascismo sobrepõem-se simultaneamente várias realidades, numa espécie de círculos concêntricos que se abrem ou fecham em função do objeto a definir. A plasticidade do termo permite à esquerda republicana de o circunscrever ao modelo italiano, mas também de o abrir a formas nacionais da ideologia fascista, ou ainda, caso mais frequente, de o aplicar a todas as formas ditatoriais assentes na repressão e na restrição das liberdades.

⁴ *O Comunista* dedica ao longo de 1923 uma série de artigos à temática do fascismo e *A Batalha* vem denunciando o perigo fascista desde 1924 (GUIMARÃES, Paulo – “Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)”. Disponível em linha: http://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf).

⁵ Em repto à *Cruzada Nuno Álvares*, que atravessa nesta altura o seu período fascizante, Jaime Cortesão assiste à conferência da *Cruzada Nuno Álvares*, a 9 de janeiro de 1926, na Sociedade de Geografia, na qual Filomeno da Câmara e Nobre de Mello afirmam a urgência da instauração em Portugal de um governo forte semelhante ao Primo de Rivera e de Mussolini. Fazendo uso da palavra, Jaime Cortesão expressa o seu desacordo perante a solução preconizada pela *Cruzada*, o que lhe vale a hostilidade da assistência e uma tentativa de agressão.

⁶ LEAL, Ernesto Castro – “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”. *Análise Social*, vol. XXXIII (1998), p. 823-851.

organizações operárias a marcarem presença nas reuniões e comícios organizados no âmbito do evento.

O combate antifascista apresenta-se em três eixos indissociáveis: a ameaça do estabelecimento de uma ditadura, a luta contra as vias nacionais do fascismo e a solidariedade internacional. O apelo antifascista de *Seara Nova* repercute-se na imprensa republicana de esquerda, em particular nos jornais *A Capital* e *A Choldra*, tendo-se tornado este último num meio de expressão da *Esquerda Democrática*. A campanha antifascista inicia-se a 6 de março com a publicação pela *Seara Nova* de um artigo de Raul Proença⁷, “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”⁸, prosseguindo com a “semana antifascista”, que se realiza em Lisboa de 15 a 24 de março. Para Raul Proença, assim como para os tribunos da semana antifascista, as origens do fascismo mergulham na Primeira Guerra Mundial e na sua incapacidade em estruturar a nova ordem política. Assim, o fascismo não é senão “uma das graves doenças morais e espirituais ocasionadas pela Guerra. Não se trata de uma evolução normal da sociedade: trata-se, sim, de um desvio mórbido, que encontrou gérmenes anteriores e uma atmosfera maravilhosamente preparada pela decadência das personalidades políticas bem intencionadas e pela lentidão da Democracia em organizar-se segundo as necessidades novas do mundo”⁹. Não sendo uma *influenza* limitada a um quadro nacional, a luta contra o fascismo repousa na organização de grandes movimentos antifascistas em toda a Europa, porque: *se deixemos desenvolver os fascismos nacionais, gérmenes de outros tantos imperialismos, o*

⁷ Sobre o papel de Raul Proença na génese da consciência antifascista cf. REIS, António – *Raul Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Lisboa: IN-CM, 2003, 2 vols.

⁸ Martinho Nobre de Melo ripostará com um artigo intitulado “O antifascismo de Raul Proença”, *Reconquista*, n.º 5 (1 de abril de 1926), levando Raul Proença a responder com “Uma apologia do fascismo”, *Seara Nova*, n.º 87 (13 de maio de 1926).

⁹ *Seara Nova*, n.º 77 (6 de março de 1926). Raul Proença publica um segundo artigo sobre o fascismo no n.º 83 (15 de abril de 1926).

*choque destes vários imperialismos, exacerbados e magalomânicos, daria no futuro a guerra maior que o mundo ainda viu. Seria talvez a ruína, por muitos séculos, de toda a Civilização*¹⁰. Apelo que, por agora, fica sem resposta à escala europeia. Será necessário esperar pela ascensão do nazismo, alguns anos mais tarde, para que o aviso lançado em 1926 pela esquerda portuguesa ganhe expressão, mas para Portugal era já tarde demais.

A ação urge, e esta materializa-se na organização de uma série de conferências sobre o fascismo, que se realizam nas sedes dos sindicatos (arsenal do exército, arsenal da marinha, metalurgia, construção civil, estivadores, ferroviários do Sul e Sudeste, caixeiros), na Universidade Livre ou ainda no Grémio Escolar Republicano e no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, patenteando a abertura em direção do movimento operário e a promoção de uma propaganda antifascista comum. Se os oradores são oriundos do núcleo central da *Seara Nova* (Jaime Cortesão, Câmara Reys, David Ferreira, Rodrigues Miguéis), a conexão com o movimento operário e o desejo de unidade à esquerda estabelece-se com a presença do libertário Emílio Costa, do socialista Ladislau Batalha ou ainda do comunista Manuel da Silva Campos ao lado do esquerdista Pina de Moraes. O *meeting* de encerramento ocorre a 24 de março no Liceu Camões, reunindo o conjunto dos oradores e dando lugar a uma grande festa do antifascismo.

Duas ideias principais ressaltam da semana antifascista, a necessidade de restaurar a velha aliança entre a República e o movimento operário, e o papel deste enquanto cimento da luta antifascista. Os discursos convergem na imperiosidade da unidade das esquerdas como meio de fazer frente à ameaça fascista, mas o grau de percepção que as várias correntes têm desta difere. No caso da esquerda republicana, ainda que consciente da existência de um movimento fascista em Portugal, não o considera com capacidade para representar uma ameaça para

¹⁰ *Seara Nova*, n.º 77 (6 de março de 1926).

a República, classificando-o de “doença passageira”¹¹. Esta corrente tem, contudo, a percepção de que um movimento fascista, partindo de Itália, se propaga em toda a Europa, cuja progressão só poderá ser interrompida com a unidade das esquerdas europeias:

“A pretensão do doido perigoso que é Mussolini de distender a toda a Europa esse regime ignominioso que se denomina fascismo não há-de vingar porque estão nisso empenhados todos os liberais da Europa. Não só não vingará como até deve desaparecer de Itália. Em favor dos pobres italianos escravizados devemos todos pelear salvando-os das garras aduncas dessa fera humana, isto em nome da liberdade que é a criadora das mais belas manifestações da civilização humana”¹².

De momento a ação coloca-se num duplo plano: a vigilância no interior e a solidariedade internacional, mas o 28 de Maio e o deslizar do novo regime para valores e modos de ação que se distanciam dos princípios da democracia, tal como esta era concebida pela esquerda, virá introduzir um terceiro plano no antifascismo português: o da luta contra o regime que de antiliberal e antidemocrático vai sendo progressivamente apelidado de fascista à medida que o movimento antifascista internacional ganha fôlego, em particular com a vitória eleitoral das Frente Populares em Espanha e em França.

A Liga Dos Direitos do Homem

De suma importância para a integração dos exilados portugueses no movimento antifascista francês reveste-se a ligação à Liga dos Direitos do Homem (LDH), nascida no contexto do caso Dreyfus. A LDH,

¹¹ CORTESÃO, Jaime – *A Capital*, 17 de março de 1926.

¹² *Idem, ibidem*

cujo anticlericalismo das origens evoluiu a partir da 1.^a Guerra e em particular ao longo dos anos 20, adquirindo nesta fase uma dimensão mais política. A defesa da Paz assume-se como sendo a sua preocupação dominante, princípio que constituiu uma preocupação transversal à classe política e às opiniões públicas europeias. A política da segurança coletiva parecia então confortada pelos acordos de Locarno, em 1925, e pelo pacto Briand-Kellogg, em 1928. Os acontecimentos europeus no início dos anos 30, em particular a ascensão de Hitler ao poder, encarregar-se-ão de desmoronar o projeto, pondo a nu o seu irrealismo...

O ascendente moral exercido pela LDH¹³, que em 1931 contava cerca de 180 mil membros¹⁴, assim como a sua dimensão política não terão deixado de influenciar António Sérgio na comparação do papel interventor desta organização cívica na sociedade francesa com a missão orientadora e de vigilância da vida política que os fundadores da *Seara Nova* conferiam à revista. Tanto mais que para a LDH, o equilíbrio europeu repousava em três pilares: a SDN, o parlamentarismo e a promoção do pacifismo, conceção na qual o republicanismo português se revia. A LDH assume-se como sentinela da democracia e dos direitos do homem, pautando a sua atividade pela defesa das liberdades, e em cujo diretório predominam intelectuais e homens de ciência, pelo que a esquerda republicana exilada a investe como espaço de promoção da causa democrática portuguesa.

¹³ Sobre a LDH cf. CHARLOT, Jean e CHARLOT, Monica – “La Ligue des Droits de l’Homme. Un rassemblement d’intellectuels”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 9, n° 4 (décembre 1959), p. 995-1028; REBERIOUX, Madeleine – “Politique et société dans l’histoire de la Ligue des Droits de l’Homme”. *Le Mouvement social*, n° 183 (avril-juin 1998), p. 3-26; NAQUET, Emmanuel – *Pour l’Humanité. La Ligue des Droits de l’Homme de l’affaire Dreyfus à la défaite de 1940*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

¹⁴ NAQUET, Emmanuel - “Victor Basch et la Ligue des Droits de l’Homme”. In *Victor Basch (1863-1944), un intellectuel cosmopolite*. Paris: Berg International Éditeurs, 2000, p. 123-138.

Chegado ao exílio nos inícios de 1927 por ter assinado em nome da *Seara Nova* a nota de protesto enviada às embaixadas, é natural que quando a questão do empréstimo externo emerge, em meados de 1927, António Sérgio se mobilize contra o aval da SDN, do qual os futuros credores fazem depender a concessão dos fundos à ditadura portuguesa¹⁵. António Sérgio que, no ano letivo de 1915-1916 havia frequentado, conjuntamente com a esposa, o Instituto Jean-Jacques Rousseau¹⁶ mantinha contactos com os meios intelectuais genebrinos, que aciona quando se torna necessário agir contra o empréstimo. A campanha é desencadeada com o envio de umas notas informais a um amigo “da universidade de Genebra” (muito provavelmente o professor Claparède) que por sua vez as transmitirá a William Martin. Este, para além de professor universitário e redator de política estrangeira no *Journal de Genève*, tinha entrada no restrito círculo das organizações internacionais genebrinas¹⁷. A partir das notas de Sérgio, William Martin escreve um primeiro artigo, a 6 de dezembro de 1927, no qual denuncia o perigo por parte da SDN de transformar em regra um comprometimento que devia ser excepcional e acionado apenas para garantir a paz e a integridade dos Estados, assim como as implicações políticas do aval, nomeadamente a consolidação da ditadura portuguesa¹⁸. O artigo é secundado, alguns dias mais tarde, pela publicação das notas originais¹⁹. A campanha prossegue na imprensa internacional, nomeadamente na *Westminster Gazette* e no

¹⁵ Sobre o papel de António Sérgio em Genebra cf. CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio, 1927-1936*. Lisboa: Colibri, 2017.

¹⁶ HAMELINE, Daniel; NÓVOA, António – “Autobiografia inédita de António Sérgio”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29 (fevereiro de 1990), p. 141-177.

¹⁷ William Martin tinha sido diretor adjunto do gabinete de imprensa da SDN e conselheiro técnico do BIT.

¹⁸ No entanto, William Martin na análise global que faz das consequências do aval da SDN ao empréstimo português não deixa também de sublinhar os interesses estratégicos que a organização internacional poderia retirar, nomeadamente uma melhoria de imagem junto dos países latino-americanos.

¹⁹ *Journal de Genève*, de 13 de dezembro de 1927.

Irish Tunis, cujos artigos são reproduzidos no cosmopolita *Petit Niçois*²⁰. Paralelamente, é enviado um memorando a Aristides Briand²¹ através do qual se procura influir no voto do delegado francês na Comissão Financeira da SDN. A via seguida pelo memorando é exemplificativa do interesse que a LDH assume para a oposição portuguesa enquanto canal informal de acesso aos círculos do poder. Na origem da *démarche* encontram-se Victor Basch, presidente da Liga dos Direitos do Homem, e Paul Langevin²², igualmente membro do diretório da Liga, argumentando Sérgio que ficou a dever-se à amizade mantida com os dois *liguistas*, em particular com o físico. O memorando segue depois, por via da Liga, para Paul-Boncour, presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e igualmente membro da LDH, tido por Basch e Langevin como o meio mais seguro para aceder a Briand). Aquele, por sua vez, fá-lo chegar às mãos do delegado francês na SDN.

O memorando de Sérgio procura tornar o aval da SDN numa questão internacional e de princípios morais. Segundo Sérgio, a organização internacional não se pode limitar a uma análise técnica da questão, mas deverá ter em conta a dimensão ética, ou seja, a da legitimidade dos governos, que nesse sentido evoca a 5.^a resolução da Comissão do Crédito Internacional, adotada na Conferência Financeira Internacional de Bruxelas de 1920. A posição expressa por Briand na reunião da Comissão Financeira da SDN será favorável às pretensões da oposição portuguesa²³, mas o argumento apresentado mostra quanto os critérios de decisão estão longe dos princípios éticos evocados por Sérgio!

²⁰ Correspondência de António Sérgio para Sarmento Pimentel, de 26 de janeiro de 1928, publicada in *Diário Popular*, de 19 de maio de 1977.

²¹ Uma cópia do memorando encontra-se no arquivo diplomático francês (MAE, série Europa, subsérie Portugal, vol. 73).

²² António Sérgio evocará em diversas ocasiões a amizade que o ligava a Victor Basch e sobretudo a Paul Langevin, mas sem referir a data e as circunstâncias em que se entabularam as relações. Estamos, contudo, em crer que não eram anteriores ao exílio parisiense.

²³ MAE, série Europa, subsérie Portugal, vol. 27, telegrama de Genebra para os Negócios Estrangeiros, de 5 de março de 1928.

Para Briand, o empréstimo português era de natureza estritamente privada não apresentando um qualquer interesse para a Europa nem tinha sido solicitado por razões humanitárias. Em que medida a LDH influenciou na posição de Briand? Este teria confidenciado a Afonso Costa que se a oposição tivesse protestado antes de o governo português ter iniciado a *démarche* junto da SDN a questão nunca teria sido analisada pela Comissão Financeira, mas acrescenta estar convicto que a operação não se realizará²⁴. A discussão não foi pacífica. Não por o caso português ter suscitado controvérsia de maior mas por levantar a questão dos limites de intervenção da SDN e correr o risco de abrir um precedente perigoso transformando-a num mecanismo de proteção dos credores em detrimento dos países²⁵. Se bem que o voto acabe por ser favorável ao aval, evocando-se para isso razões de credibilidade da SDN, a Comissão Financeira conclui na necessidade de definir um quadro de intervenção futura²⁶.

Na sequência da intervenção junto de Briand, o presidente e o vice-presidente da LDH propõem a Sérgio a entrada para a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, fundada em 1921 por Magalhães Lima²⁷, e sugerem que esta o designe como seu representante em Paris, junto da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem²⁸,

²⁴ Correspondência de Augusto Alves Rito para Bernardino Machado, de 20 de dezembro de 1927.

²⁵ MAE, série Europa, subsérie Portugal, vol. 27, telegrama de Genebra para os Negócios Estrangeiros, de 5 de março de 1928.

²⁶ Esta posição conta com o apoio do italiano Scialoja e a reserva do alemão Stresemann, mas encontra forte oposição inglesa. O Comité Financeiro acaba por ceder face à insistência de Niemeyer por razões que se prendem com o grau de comprometimento já assumido, visto ter aceitado fazer uma avaliação das finanças portuguesas.

²⁷ A primeira referência à Liga portuguesa surge no *Bulletin Officiel de la Ligue des Droits de l'Homme* de maio de 1916, que reporta a sessão do comité central de 27 de setembro de 1915. Henri Guernut evoca a refundação da Liga portuguesa em 1921 no novo órgão da Liga, *Cahiers des Droits de l'Homme*, 21 de janeiro de 1921 e 25 de maio de 1922.

²⁸ NAQUET, Emmanuel - "L'action de la Fédération Internationale des Ligues des Droits de l'Homme entre les deux guerres". *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, n° 95 (juillet-septembre 2009), p. 53-64.

criada em 1922 sob o impulso da Liga francesa. Esta nomeação daria cobertura legal à ação de Sérgio, que passaria a processar-se através dos órgãos e estruturas da LDH e da Federação. A aplicação prática da proposta revelar-se-á de difícil concretização, quer pela má gestão da comunicação entre os exilados e Lisboa quer por esta se posicionar próximo dos meios governamentais, levando à situação *sui generis* da existência de duas Ligas portuguesas dos Direitos do Homem. Desencadeia-se então um conflito entre os exilados de Paris e a Liga de Lisboa pela representação de Portugal junto da Federação. A LDH intervém no conflito apoiando a candidatura do grupo de Paris em detrimento da Liga de Lisboa, o que leva ao corte de relações desta com a Federação e a Liga francesa, e à constituição em Paris de uma Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, segundo o modelo da Liga italiana (LIDU)²⁹. A nova Liga adquire assim existência legal, sendo a sua direção composta por Bernardino Machado, presidente, António Sérgio, secretário, e Jaime Cortesão, tesoureiro (substituído por Sebastião Costa no verão de 1931). Em finais de 1929, a Liga portuguesa tem cerca de trinta membros³⁰ e uma atividade que para além do intervencionismo político, procura através das instâncias da LDH dar uma resposta ao problema dos refugiados políticos, nomeadamente em questões de direito de asilo e de assistência jurídica. A atividade desenvolvida pela Liga portuguesa terá tido um significado político limitado, não tendo granjeado junto da imprensa e da opinião pública francesas a visibilidade e a empatia alcançadas pela LIDU³¹. Da ação

²⁹ A LIDU é fundada em França em 1922 pelos exilados antifascistas italianos para intervir junto das autoridades francesas, sendo utilizada como instrumento de propaganda e de luta política. MILZA, P. – *Les Italiens en France de 1914 à 1940*. Paris : École française de Rome, 1986 ; MILZA, Pierre – *Voyage en Ritalie*. Paris : Plon, 1993; VIAL, E. – “La Ligue française des droits de l’homme et la L.I.D.U., son homologue italienne, organisation d’exilés antifascistes dans l’entre-deux-guerres”. *Le Mouvement social*, nº 183 (avril-juin 1998), p. 119-134.

³⁰ APP, 56.800 K, relatório de polícia, 17 de dezembro de 1929.

³¹ A pouca recetividade que a causa da democracia portuguesa suscita na opinião pública francesa leva Raul Proença a redigir o manifesto *La lutte pour la liberté au*

da LDH em favor da causa portuguesa dirá Bernardino Machado, em 1932, quando a França se esvazia dos exilados portugueses, que ficou aquém das expectativas³², secundarizando radicalmente a intervenção junto das autoridades administrativas para a legalização dos exilados e obtenção de autorização de estadia.

Forte da legitimidade obtida em Genebra com o aval da SDN ao empréstimo externo, o governo da ditadura procura consolidar o reconhecimento internacional por parte dos países com os quais Portugal mantinha estreitas relações diplomáticas. O objetivo é duplo: consolidar a sua legitimidade a nível internacional e contrariar a ação dos exilados no exterior. Neste contexto, o caucionamento da ditadura portuguesa pela França é de suma importância por ser neste país que os exilados se mostram mais ativos. Em fevereiro de 1928, Gama Ochoa, ministro plenipotenciário de Portugal em França, insta junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros para que uma esquadra da marinha de guerra francesa visite Portugal. Favorável a esta visita mostra-se o ministro plenipotenciário de França em Lisboa, Pralon, justificando-a com argumentos de ordem económica, nomeadamente a perda de mercados por parte das empresas francesas, mas nos quais se denota, em filigrana, uma perceptível corroboração do regime ao escrever para Paris que “do nosso ponto de vista, a forma e o carácter

Portugal: sa portée universelle, ce que veulent les libéraux portugais, Imprimerie République, bd. Victor Hugo, Melun, 5 de outubro de 1928. O manifesto é assinado por Bernardino Machado, Álvaro Poppe, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão e Sarmento de Beires, mas não terá sido distribuído em razão das sanções decretadas pelo governo contra os autores de propaganda antigovernamental no estrangeiro e que revestiam a forma de multas pecuniárias (*Diário do Governo*, 9 de outubro de 1928). Um exemplar do manifesto encontra-se no espólio de Raul Proença, BNL, E/7, ms. 2169, tendo sido reproduzido in MARQUES, A. H. de Oliveira (Ed.) – *A Liga de Paris e a revolta militar, 1927-1928*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 125-135 e MARQUES, A. H. de Oliveira (Ed.) – *A Literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. Lisboa: Fragmentos, 1990, vol. I, p. 195.

³² Arquivo Bernardino Machado, cx. 133. Correspondência de Bernardino Machado para António Sérgio, 12 de setembro de 1931.

do governo português não revestem qualquer importância”³³. Menos motivado no envio da esquadra parece o *Quai d’Orsay*, que acaba por assentir procurando, no entanto, esvaziar a vista de conotações políticas ao escolher datas “neutras”, emblemáticas do republicanismo (5 de outubro) ou da recente história comum europeia (11 de novembro), numa tentativa de evitar polémicas integrando-a em comemorações de âmbito nacional ou extranacional, que estivessem acima das clivagens existentes na política portuguesa. A escolha não podia ser pior, mostrando o grande desconhecimento que a diplomacia e a opinião pública francesas tinham da história recente portuguesa e das correntes políticas arredadas do poder.

O anúncio da visita da esquadra francesa suscita a pronta reação de Bernardino Machado junto de Raimund Poincaré, presidente do Conselho, e de Aristides Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros. Uma vez mais a Liga dos Direitos do Homem intercede junto das instâncias governativas em favor das posições da oposição portuguesa. António Sérgio, utilizando a via Paul-Boncour, envia a Briand algumas considerações sobre a questão³⁴ e o secretário-geral da LDH e deputado, Henri Guernut, interpela a Assembleia Nacional numa intervenção em que qualifica os dirigentes portugueses de ditadores e inimigos de França³⁵. As *démarches* revelam-se inúteis, tendo a visita decorrido de 28 de novembro a 3 de dezembro de 1928, sem ter suscitado contestação de maior. Lúcido, Bernardino Machado tinha compreendido que a visita da esquadra marcava uma perda de terreno da oposição a nível internacional. O compasso de espera que o governo da França tinha

³³ MAE, série Europa, subsérie Portugal, vol. 13, ofício do Ministro Plenipotenciário de França, de 14 de agosto de 1928.

³⁴ Correspondência de António Sérgio para Sarmento Pimentel, de 28 de dezembro de 1928, publicada no *Diário Popular*, 8 de setembro de 1977.

³⁵ O texto da interpelação encontra-se publicado no *Journal Officiel de la République Française*, de 7 de dezembro de 1928.

concedido aos republicanos para retomarem o poder³⁶ estava a esgotar-se, e a França não podia adiar mais o reconhecimento da ditadura, tanto mais que pautava a sua relação com Portugal pela posição inglesa, e esta parecia disposta a jogar a cartada da estabilidade política que oferecia os militares do republicanismo conservador.

Para além da ação junto dos meios governamentais, a LDH atua junto da opinião pública francesa, segundo o modelo concebido para os republicanos italianos, explorando a temática da defesa dos direitos humanos, propícia à solidariedade transnacional. Através do enfoque da violência dos meios repressivos empregues pela ditadura, a LDH procura estimular, através das suas estruturas e da imprensa afeta, uma corrente de simpatia para com a causa republicana portuguesa. Para esta campanha António Sérgio procura elaborar um relatório sobre os prisioneiros políticos em Portugal, a tortura e os maus-tratos infligidos pela polícia, assim como as condições de vida dos deportados em Cabo Verde. Iniciado em 1929, o documento apenas estará concluído em 1931, apesar da insistência de António Sérgio junto dos correligionários em Portugal no sentido do envio de informação.

A morosidade na elaboração do relatório é reveladora das dificuldades da oposição republicana em adaptar estratégias de comunicação que, através do impacto psicológico gerado, lhe poderiam dar alguma visibilidade no exterior e granjear simpatias nos círculos internacionais e junto da opinião pública francesa, mostrando continuar presa a temáticas de propaganda política mais tradicionais. As vantagens deste novo tipo de ação política são equacionadas por António Sérgio, que sugere a criação em Portugal de um grupo de propaganda³⁷, à imagem da estratégia que será

³⁶ Cf. os ofícios do Ministro de França para os Negócios Estrangeiros do verão de 1926, em particular os de 19 de junho, 13 de julho e 26 de setembro.

³⁷ “Deveria formar-se em Portugal um grupo destinado a esclarecer o público sobre essas coisas, publicando certas notícias, bilhetes-postais com as fotografias dos mártires e meia dúzia de linhas explicativas, etc. Agora, em torno desse assunto,

utilizada por anarquistas e comunistas nos anos seguintes. Os conflitos da modernidade que atravessam a esquerda republicana antes de 1926³⁸, e cujas incoerências e hesitações, permitiram a queda da República, continuam a fazer-se sentir após esta data mostrando a dificuldade de adaptação a novas formas de fazer política. Resta saber se esta dificuldade se deve à incapacidade da oposição republicana ou ao *modus operandi* da ditadura, cujo recurso à tortura é seletivo, abatendo-se preferencialmente sobre os meios operários, a esquerda não republicana e as classes baixas do sector terciário e resguardando as classes privilegiadas republicanas da violência física, pelo menos até à Guerra de Espanha, ainda que falte um estudo sobre a violência carceral³⁹. O relatório sobre os presos políticos em Portugal e as difíceis condições de vida dos deportados é publicado no boletim da LDH e reproduzido em seguida em diversos jornais⁴⁰. O material gráfico (desenhos a tinta da China datados de 1929 de autoria de

deveria organizar-se finalmente a propaganda, cujo valor não é apreciado por indivíduos que não têm o sentimento das coisas políticas e da influência do factor psicológico. Cumpre não esquecer que as máquinas mortíferas são manejadas por homens, que actuam sobre homens, e que a grandeza e rapidez dos seus efeitos dependem do estado de espírito desses homens que as manejam e lhes sofrem o embate. Levar a dúvida ao espírito do inimigo é andar três quartos de caminho para o derrotar fisicamente. Sei que V. Exa. tem esta mesma opinião: por isso lhe peço que faça o possível para que se organize em Portugal um grupo de republicanos que investigue e divulgue os crimes da polícia. Parecia-me eficaz distribuir por todo o país pequenos retratos desses novos mártires, com uma breve legenda. Em grande quantidade por todo o país. Muitos oficiais à vista desses se envergonhariam de sustentar tal ditadura. (...) Até hoje não tivemos tão grande tema de propaganda – as torturas – e com motivo – falamos muito mais à imaginação que os erros e crimes de natureza administrativa.” Carta de António Sérgio para Bernardino Machado, de 29 de dezembro de 1930, Fundação Mário Soares, doc. 07020.054.

³⁸ PINTO, Ana Catarina - *A I República e os conflitos da modernidade (1919-1926)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.

³⁹ De entre os presos no campo do Tarrafal antes da II Guerra Mundial apenas Basílio Lopes Pereira era republicano.

⁴⁰ *Correspondência de António Sérgio para Raúl Proença*, organização e introdução de José Carlos Gonzalez, com um estudo de Fernando Piteira. Lisboa: Publ. Dom Quixote/Biblioteca Nacional, 1987, carta de 8 de agosto de 1931, p. 190; BM, cx. 133, correspondência de António Sérgio para Bernardino Machado, s.d.; BM, cx. 133, correspondência de Jaime Cortesão para Bernardino Machado, 12 de setembro de 1931.

Canelas) volta a ser utilizado em janeiro de 1934 no n.º especial de *A verdade*, jornal impresso em Espanha entre finais de 1933 e inícios de 1934, no qual a temática da tortura é novamente abordada.

A LDH propõe ainda aos exilados portugueses a criação de um comité dos Amigos da Democracia Portuguesa, composto por estrangeiros e destinado a intensificar a propaganda portuguesa em França. Bernardino Machado efetua diligências neste sentido, mas a ideia é abandonada após a sua partida para Espanha, em inícios de 1932.

A transferência para Espanha do centro nevrálgico do exílio e a amnistia de dezembro de 1932 reduz o ativismo junto das organizações francesas da esquerda republicana. António Sérgio regressa a Portugal após um semestre na Universidade de Santiago de Compostela. A representação da Liga portuguesa fica então a cargo de Jacinto Simões, que regressará igualmente a Portugal pouco depois. O período que se segue está pouco documentado, sendo no estado atual da investigação impossível de determinar se a oposição republicana desinvestiu as estruturas da LDH ou se manteve o contacto por via dos exilados que permanecem em Paris, ou seja Afonso Costa e José Domingues dos Santos. A intervenção que Henri Guernut fará em maio de 1935 junto do diretor-geral da *Sûreté Générale*, conseguindo evitar *in extremis* a expulsão de França de Jaime Cortesão⁴¹, é acionada pelo *lusitanista* e professor na Sorbonne, Georges Le Gentil, e processa-se por via de Ferdinand Brunot, membro fundador da Liga, antigo reitor da Universidade de Paris e prestigioso linguista⁴². Sorte diferente teve Jaime de Morais,

⁴¹ Jaime Cortesão e Jaime de Morais refugiam-se em França após a apreensão pela polícia espanhola das armas desembarcadas em San Esteban de Pravia, em setembro de 1934, destinadas à revolta das Astúrias. O navio segue para França, sendo apreendido pela polícia francesa no porto de Bordéus ainda com armas a bordo. A ligação entre as armas e os dois portugueses é rapidamente estabelecida pela *Sécurité Générale*. Acusados de *complot* contra a segurança do Estado recebem ordem de expulsão do território francês.

⁴² BNL, E/25, correspondência de Guernut para Brunot, de 29 de maio de 1935. Jaime Cortesão é, no entanto, obrigado a abandonar Biarritz e a instalar-se em Paris.

que apanhado também na mira dos serviços de polícia franceses é objeto de um decreto de expulsão, refugiando-se algum tempo na Bélgica antes de regressar a Espanha, em finais de 1935.

As organizações de defesa da Paz

A procura de apoios internacionais a favor da “política democrática portuguesa”⁴³ leva António Sérgio a aproximar-se dos círculos pacifistas, em particular da *Ação Internacional Democrática para a Paz*⁴⁴, fundada em 1921 pelo católico progressista Marc Sangnier para promover a reconciliação entre os povos e a segurança coletiva⁴⁵, assim como da *Entente Pacifique Internationale*, fundada em 1930 pelo escritor Raymond Offner, organização cujo perímetro de radiação permanece ainda mal conhecido, mas que parece despontar das organizações francesas de apoio à SDN com ligações à Maçonaria. A primeira, agindo nos círculos internacionais, e em particular nos da SDN, funciona como uma porta de entrada da oposição portuguesa nos meios diplomáticos internacionais. A segunda, com um perímetro de ação mais modesto, permite a extensão da rede de contactos a círculos intelectuais franceses. A convergência à volta de valores comuns proporciona aos exilados portugueses a circulação entre redes autónomas, forjando-lhes uma vivência comum e ancorando o antifascismo português no movimento europeu.

A *Ação Internacional Democrática para a Paz* tem como preocupação principal a aproximação internacional pela via do

⁴³ Arquivo Bernardino Machado, cx. 133, correspondência de António Sérgio para Bernardino Machado, s.d. [1928].

⁴⁴ Cf. CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio*. *Op. Cit.*

⁴⁵ Sobre Marc Sangnier cf. GRETEAU, Jean-Jacques – *Marc Sangnier, Le Semeur d'espérances*. Paris : L'Harmattan, 2007, 345 p. ; LEFEVRE, Denis – *Marc Sangnier, L'aventure du catholicisme social*. Paris : Mame, 2008, 328 p.; PRAT, Olivier – “Marc Sangnier et l'idée européenne”. In *Penser et construire l'Europe*. Nantes : Éditions du Temps, 2007, p. 46-62.

pacifismo, e mais particularmente a reconciliação franco-alemã⁴⁶. António Sérgio colabora ativamente com a AIDP no final dos anos 30, entrando em 1929 para o seu secretariado, onde ocupará uma das vice-presidências⁴⁷. Publica vários artigos na imprensa ligada ao movimento *Jeune République*, em particular no *Le Volontaire*, jornal destinado à juventude católica, fundado em janeiro de 1929 por Marc Sangnier, e toma parte nos congressos e nas iniciativas do movimento⁴⁸. Logo em 1928 vemo-lo, em Genebra, a presidir à primeira sessão de trabalhos do VIII Congresso, a colaborar na redação da carta da AIDP⁴⁹ e a dirigir a comissão do Ensino⁵⁰. É neste congresso que o senador belga La Fontaine apresenta um projeto de reforma da SDN que transformava a organização internacional numa “assembleia de povos” e levantava a questão da proteção das minorias e dos povos oprimidos. O projeto interessa particularmente António

⁴⁶ A AIDP contava em 1928 com 164 membros, em representação de 25 países. A maioria dos membros da AIDP era europeia, mas congregava também representantes oriundos de outros continentes, nomeadamente norte-americanos, chineses, arménios e azeris. GUERRIER, Claudine – *La Jeune République de 1912 à 1945*. Paris : Université Paris II, 1979. Tese de doutoramento. f. 480.

⁴⁷ Conjuntamente com o prémio Nobel da Paz Joseph Quidde, com o alemão Nikolaus Ehlen, os belgas La Fontaine, Hubaux e Albert Carnoy, a inglesa Ruth Fry, o espanhol Aguilar Jimenez e o francês Maurice Lacroix. O secretário-geral é Georges Hoog, diretor de redação do *Jeune République*. António Sérgio mantém-se no secretariado da AIDP até à extinção do movimento, em 1933.

⁴⁸ Nomeadamente, na Cruzada da Juventude para a Paz. Esta procura reunir, durante alguns dias em confraternização, jovens franceses e estrangeiros. A concentração tem lugar na fronteira, onde jovens franceses acolhem os participantes estrangeiros nos principais pontos de entrada em França (Nordeste, Este e Sudeste, Sudoeste, Oeste e *Midi*) a 16 de agosto, caminhando depois em conjunto até Paris, onde as colunas se reúnem. António Sérgio guia a coluna do Sudoeste.

⁴⁹ Publicada na *Seara Nova*, n.º 134 (25 de outubro de 1928), p. 274-276.

⁵⁰ A Comissão adota um certo número de moções no sentido de dar às crianças uma educação antimilitarista, da responsabilização dos chefes de família, da reforma dos manuais escolares (visando a supressão do chauvinismo e do militarismo), da criação de uma iconografia pacifista. GUERRIER, Claudine – *La Jeune République...*, *Op. Cit.*, f. 472.

Sérgio, que o interpreta como um meio de resistência às ditaduras e uma forma de dar voz à oposição portuguesa⁵¹.

No ano seguinte, o tema do IX Congresso é a reforma da SDN. António Sérgio é o autor de um dos relatórios preliminares⁵², sendo a sua intervenção no Congresso dedicada ao problema da democracia⁵³. As resoluções adotadas condenam as ditaduras europeias, a insuficiente adaptação do parlamentarismo às necessidades da cidadania moderna e do desenvolvimento das forças coletivas, sindicais e profissionais, assim como o poder excessivo dos *trusts* capitalistas, e propõem a limitação do poder executivo, a subordinação das Forças Armadas ao poder cível e a criação de uma câmara profissional. O IX Congresso reclama ainda a supressão do serviço militar obrigatório e a redução dos armamentos⁵⁴.

Nos anos que se seguem ao IX Congresso, a participação de António Sérgio no movimento para a paz perde visibilidade. Em 1930 é ainda designado como um dos participantes nas reuniões preparatórias que servirão de base às discussões do X Congresso, que se realizará em Bierville e na Bélgica⁵⁵, no qual é debatido o memorando Briand sobre a organização de uma união federal europeia. Continua ainda a colaborar na *Jeune République*, mas de maneira mais esporádica.

Acompanhando o presente histórico, marcado pela apresentação do projeto Briand de Federação Europeia na assembleia da SDN, em

⁵¹ “O Congresso Democrático para a Paz revela-se interessante para nós. Apresentou-se uma proposta do senador belga La Fontaine no sentido de na SDN serem representados também as verdadeiras Nações, os povos, e não os governos. Está vendo V. Exa. como poderemos chegar a brasa à nossa sardinha.” Correspondência de António Sérgio para Bernardino Machado, Genebra, domingo s.d. [1928], *Correio do Minho*, de 23 de julho de 1983.

⁵² Os outros relatórios versavam sobre a crise das instituições parlamentares e democráticas na Europa, as reformas a introduzir na organização interna dos Estados de maneira a reforçar a paz internacional e a organização económica internacional.

⁵³ GUERRIER, Claudine – *La Jeune République...*, *Op. Cit.*, ff. 479-480.

⁵⁴ *Idem*, f. 482.

⁵⁵ As reuniões do X Congresso realizam-se em Bierville, Ostende, Bruxelas, Antuérpia e Liège.

setembro de 1929, explanado no memorando de maio de 1930, e pela conseqüente constituição no seio da SDN de uma comissão para o estudo do projeto (Comissão de Estudos para a União Europeia) em setembro de 1930, é fundada em Paris, por iniciativa do escritor Raymond Offner, a *Entente Pacifiste Internationale*. O comitê de honra conta com mais de três dezenas de personalidades franco-alemãs oriundas de vários horizontes, destacando-se o prémio Nobel da Paz e antigo presidente da LDH Ferdinand Buisson, antigos presidentes do conselho e ministros nomeadamente os radicais Edouard Herriot, Joseph Cailloux e Anatole de Monzie, o socialista Paul Boncour, o deputado e advogado Henri Torrès, os cientistas Paul Langevin e Albert Einstein, os escritores Victor Margueritte, Emil Ludwig e Heinrich Mann... Segundo a declaração de registo na Prefeitura de Polícia, de 26 de janeiro de 1931, os fins da nova associação são a reconciliação franco-alemã, a promoção da federação europeia e a manutenção da Paz⁵⁶, e assentando os seus princípios no respeito das minorias, na revisão dos estatutos internacionais consignada à prévia obtenção de um acordo entre os povos interessados, no desarmamento, na arbitragem obrigatória por todos os países em caso de conflito e na criação de uma polícia internacional como medida de garantia da segurança coletiva. Com uma estrutura bastante fluida, a EPI procura congrega tanto membros individuais como outras associações que comunguem dos mesmos princípios. Os meios de ação são a realização de conferências, a distribuição de prospectos, a conceção de cartazes, as campanhas internacionais. António Sérgio assiste às reuniões de criação da EPI, nos finais de 1930, participação que se faz com o aval de Bernardino Machado, que segue de perto a evolução dos trabalhos, sendo convidado por Offner para membro de honra⁵⁷.

⁵⁶ A aproximação franco-alemã constituía a primeira etapa da construção da federação europeia, garantindo esta a Paz duradoura. Manifesto da EPI.

⁵⁷ Título conferido a personalidades de mérito reconhecido por serviços prestados na defesa da Paz.

Reuniões em que António Sérgio coteja não só políticos e intelectuais franceses, preocupados com a ameaça de uma nova guerra, mas também outros exilados, nomeadamente o antigo presidente do conselho de Itália, Francesco Nitti, uma das principais figuras do exílio republicano em França. A EPI torna-se assim, pelo menos no seu momento fundador, um espaço de convivência das oposições de esquerda no exílio.

A esquerda republicana vê o militantismo nos meios pacifistas como um meio de ação em prol de uma causa transcendente à oposição portuguesa, que é a da defesa de democracia contra as ditaduras⁵⁸. A dialética entre pacifismo e democracia é defendida por António Sérgio num artigo intitulado, “A juventude portuguesa e a paz”⁵⁹, no qual se argumenta que o pacifismo é um atributo da democracia e que necessita de circunstâncias precisas para se desenvolver. Para António Sérgio, a paz é um valor do sistema liberal e da democracia, à qual contrapõe a guerra, inspirada pelas ideias nacionalistas e ditatoriais, responsáveis pelo desenvolvimento do militarismo. Assim, será necessário, em primeiro lugar, lutar pela instauração da democracia e, só uma vez esta consolidada, é que o pacifismo poderá ser uma realidade. Sendo a paz e a liberdade valores dialéticos, complementares e interdependentes, que se adquirem pela educação, são desta forma o único meio capaz de libertar os indivíduos dos preconceitos e das paixões que conduzem à guerra. A liberdade é a condição primeira para que o conceito de pacifismo seja plenamente apreendido, pelo que “a educação para a paz é a educação para a liberdade”⁶⁰. António Sérgio recusa o pacifismo integral ou incondicional, custe o que custar. A paz, enquanto valor fundamental da democracia, só pode verdadeiramente existir numa sociedade livre. Nestas condições, o

⁵⁸ FMS, espólio Bernardino Machado, doc. 07020.067, carta de António Sérgio para Bernardino Machado de 23 de dezembro de 1930.

⁵⁹ *Le Volontaire*, n° 2 (13 de janeiro de 1929).

⁶⁰ SÉRGIO, António – “Éducation pour la Paix, éducation pour la liberté”. *Le Volontaire*, n° 26 (26 de janeiro de 1930).

primeiro passo a dar é o derrube da ditadura e o estabelecimento dum regime democrático. Segundo António Sérgio, Portugal era o país que se encontrava em melhores condições para se tornar num dos principais pilares da paz, por a luta pela liberdade ser aqui a mais ativa e onde a ditadura estava mais perto de cair, contrariamente à Espanha ou Itália onde se mantinham sem grandes entraves. Nestas condições, a participação da oposição portuguesa nas organizações pacifistas justifica-se pelos princípios defendidos, que constituem os fundamentos dos ideais liberais e democráticos⁶¹.

A imprensa francesa imprime alguma visibilidade à participação dos exilados nas iniciativas ligadas às organizações pacifistas e de defesa das minorias, abrindo uma janela para a rede de contactos da oposição portuguesa e sua inserção no movimento antifascista. A participação de Afonso Costa no “Banquete da Paz”, organizado anualmente pelo Conselho Nacional da Paz, é mencionada nas páginas dos jornais generalistas *Journal des Débats*, *Paris-Midi*, *Le Matin*, *Le Petit Parisien*, *L'Ouest-éclair* associando o nome do político português ao de figuras da esquerda francesa como Joseph Cailloux, Victor Basch, Marc Sangnier ou Léon Jouhaux, com particular destaque para o ano de 1935 de homenagem a Aristide Briand. Por seu turno Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro participam no *meeting* de 21 de dezembro a favor das minorias nacionais e dos povos oprimidos, organizado na sede do Grande Oriente de França pelo *Le Cri des Peuples*, um jornal fundado por Bernard Lecache para a defesa das minorias⁶². O *meeting*, que reúne cerca de 1200 pessoas, conta como oradores nomeadamente Ferdinand Buisson, o jornalista e escritor Georges Pioch, Henri Torrès, o socialista Jean Longuet, o secretário-geral da União Pan-europeia Francis Delaisi, ou ainda o socialista italiano Filippo Turati, sendo

⁶¹ *Idem, ibidem*

⁶² Igualmente membro fundador da Liga Internacional Contra o Antisemitismo (LICA).

igualmente lida uma mensagem da sufragista Sévérine. Uma mensagem de bom restabelecimento é enviada a Bernardino Machado, impedido de participar por motivo de doença. As alocuções exigem o respeito do direito dos povos e a revisão dos maus tratados, denunciam a política de opressão dos imperialismos europeus e americano e defendem o direito de asilo. O *meeting* termina com um apelo aos homens livres de todos os países para a luta contra a guerra, por uma paz verdadeira e pela independência dos povos oprimidos⁶³.

Conclusão

Na ligação com os meios de acolhimento franceses destaca-se até finais de 1932 a figura de António Sérgio, *Monsieur* de Sousa, nome pelo qual é conhecido nos círculos internacionais favoráveis à causa portuguesa. António Sérgio é incansável no trabalho dito “de propaganda”, procurando dar visibilidade à luta contra a ditadura e granjear no exterior os indispensáveis apoios políticos através da mobilização de associações francesas de cariz internacional. A implantação da República espanhola, em abril de 1931, e a posterior amnistia de dezembro de 1932 reduzem o número de exilados em França, que se aproximam geograficamente das fronteiras de Portugal. As conexões antifascistas diversificam-se com a transferência para Espanha, ganhando agora visibilidade os contactos com o movimento antifascista espanhol em detrimento do francês, ganhando a via espanhola uma certa autonomia. No entanto, as vicissitudes da história da oposição no exílio e a evolução dos acontecimentos na Europa reanimam a partir de 1934 a vivência com o antifascismo francês, como o demonstra o caso Jaime Cortesão. Este encontrar-se-á em Paris numa altura de intenso fervilhar dos meios intelectuais franceses de esquerda na procura de uma unidade de ação antifascista, e que

⁶³ *Le Cri des Peuples*, 10 de janeiro de 1929.

levará à constituição da Frente Popular francesa. Infelizmente, pouco se conhece da atividade política de Jaime Cortesão durante a estada parisiense e dos contactos que na sua dupla condição de intelectual e político não terá deixado de manter com os meios de esquerda, como aponta a sua participação, no Congresso dos Escritores Antifascistas⁶⁴, de junho de 1935 em Paris, no qual assume a representação portuguesa, e o convite que lhe é dirigido pela Associação Internacional de Escritores para participar, em Londres, na Assembleia Geral de junho de 1936, na qual seria debatido o projeto de uma nova enciclopédia internacional das artes e das letras⁶⁵. Jaime Cortesão participará também no II Congresso dos escritores antifascistas, que se realiza em Espanha de 4 a 11 de julho de 1937, cuja delegação portuguesa comporta igualmente Gonzalo de Reparaz⁶⁶.

As amizades e redes intelectuais estabelecidas durante os primeiros anos de exílio nos meios de apoio e de solidariedade manterão a oposição portuguesa ligada ao exterior, tendo servido de modo de pressão em diversas ocasiões. Em 1935 é enviado um telegrama a Carmona e ao presidente de Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, assinado nomeadamente pelos deputados Jean Longuet (socialista) e Pierre Cot (radical), assim como pelo presidente da Liga espanhola dos Direitos do Homem Ortega y Gasset, pedindo a libertação de António

⁶⁴ As comunicações encontram-se reunidas em TERONI, Sandra; KLEIN, Wolfgang – *Pour la défense de la culture, les textes du congrès International des écrivains*. Dijon : éditions universitaires de Dijon, 2005. Sobre o papel e os interesses da União Soviética na organização do congresso cf. STEEL, James – “Staline l’humaniste” ou l’édification d’un mythe”. *Revue française de Science Politique*, vol. 36, n° 5 (1986), p. 633-645.

⁶⁵ *Almamater*, Universidade de Coimbra, correspondência de Jaime Cortesão para Armando Cortesão, 7 de junho de 1936. Na qual Jaime Cortesão não participará por falta de passaporte.

⁶⁶ Jaime Cortesão intervém duas vezes nas sessões de Madrid e uma em Valência. O texto desta última é imediatamente publicado em *Nova Galiza*. Barcelona, n° 7, de 15 de julho de 1937 e no *Unir*, n° 6, de 17 de agosto de 1937. A reunião dos textos encontra-se em SCHNEIDER, Luis Mario; SOLER, Manuel Aznar – *II Congreso Internacional de Escritores Antifascistas (1937): Ponencias, documentos y testimonios*. Barcelona: Laia, 1979.

Sérgio, detido pelo seu envolvimento com o ex-tenente-coronel Ribeiro de Carvalho e a tentativa de revolta nacional-sindicalista, e dos presos a cumprir medidas de segurança. Sérgio será posto em liberdade em finais de dezembro e colocado na fronteira pelo regime português, com a interdição de residir em território nacional durante dois anos.

Se o substrato antifascista da oposição republicana portuguesa se ancora na cultura política das esquerdas europeias não comunistas, a maturação para uma ação “unitária”, que se começava a esboçar em maio de 1926, é entravada pela instauração da ditadura militar e pelo progressivo deslizar para uma situação de clandestinidade. No exílio, o convívio do republicanismo português com partidos políticos afins (em particular o Partido Radical) e com organizações cívicas fundadas sobre valores comuns, como os direitos do homem ou a paz, proporciona-lhe uma “aprendizagem do ativismo antifascista” através do fornecimento de um quadro de conduta e de uma estrutura de ação. Convém notar que o antifascismo francês servirá de modelo não só aos exilados portugueses, como também a outros nomeadamente italianos e espanhóis, ainda que a transladação para a situação nacional tenha forçosamente que operar uma adaptação ao quadro repressivo característico das ditaduras e às condicionantes internas, que neste caso são a debilidade das forças políticas organizadas, tanto a nível de implantação no território nacional como numérico, as querelas intrapartidárias e as recriminações mútuas do tempo da República, assim como a inadaptação à clandestinidade que leva a que os partidos políticos desapareçam ou fiquem reduzidos a grupos restritos.

A transferência da base geográfica do exílio português para Espanha, no primavera/verão de 1931, relegando a França para um plano secundário até ao início da Guerra de Espanha, e a solidariedade antifascista espanhola tanto por parte das forças políticas como da opinião pública, conduz à radicalização da ala esquerda do republicanismo, cujo antifascismo evolui segundo um padrão mais conforme ao movimento espanhol, com uma maior

abertura à esquerda tradicional (socialistas, comunistas e anarquistas), e que merece um estudo aprofundado. É assim que a primeira organização verdadeiramente “frentista” toma forma no verão de 1936, consubstanciada na União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), ainda que a sua existência nestes moldes seja efémera. Em França, o movimento antifascista evolui sob a batuta de Afonso Costa (até maio de 1937) e de José Domingues dos Santos, congregando os resquícios dos partidos republicanos que, apesar da adversidade, sobrevivem à repressão salazarista, levando à constituição do Comité de Ação, dito Comité de Paris, cuja ligação à Frente Popular não ultrapassa o nível teórico, e erguido fora desta. Contudo, quer em Espanha quer em França, o movimento antifascista português é timonado pelo republicanismo, defendendo-se a causa da democracia, o que no contexto da época significa a rejeição quer do fascismo quer do comunismo. Particularmente significativo no apelo de Afonso Costa e de José Domingues dos Santos, de janeiro de 1937, é a distinção operada entre “democratas” e “antifascistas”, ou seja, entre a oposição oriunda da esfera republicana e a das correntes comunista e anarquista, o que patenteia a fragilidade dos alicerces do movimento antifascista português e as profundas clivagens ideológicas. Igualmente significativa é a taxinomia do regime português, rotulado de clerical-militarista pelo republicanismo conservador, numa fórmula criada por Bernardino Machado, é necessário esperar por 1936 para ver o republicanismo radical empregar o adjetivo fascista (e com parcimónia!), quando a imprensa comunista e anarquista assim o apelidava desde há muito, no que tinha sido seguida pela imprensa estrangeira de esquerda⁶⁷.

⁶⁷ Em 1934, *Le Populaire*, pela pena de Angelo Tasca, exilado italiano, responsável pelas questões internacionais no órgão da SFIO, integra pela primeira vez Portugal no rol dos fascismos: “O regime instalado em Portugal é um regime fascista, no qual o exército dispõe de grande influência, que desde sempre desempenhou neste país um papel político directo e importante. Regime fascista que se faz acompanhar por todo um cortejo de medidas que se tornaram clássicas: supressão de todos os partidos políticos, censura da imprensa, reacção anti operária, poder absoluto da polícia...”

A relação de forças no seio do movimento antifascista português é favorável ao republicanismo, sendo esta corrente o motor das experiências frentistas que deram alguma expressão à frente popular, tanto no exílio espanhol como no francês. Paradoxalmente, se o princípio de constituição de “frente popular” foi esboçado pelos comunistas, estes não têm condições, nem em Portugal nem no exílio, para a concretizar. Primeiro, porque a congregação de forças políticas exigia a pré-existência de redes formais e informais, transcendentemente à esfera do Partido, e nas quais este não tinha ainda conseguido penetrar. Segundo, porque a unidade era uma tática tradicional da oposição republicana, reativada periodicamente ao sabor das oportunidades revolucionárias. E que, em maio de 1937, tal como no passado, é na defesa da democracia que assenta a nova unidade. É também na base da defesa de um princípio mínimo comum – o restabelecimento das liberdades – que os anarquistas participam desde 1927 nas revoltas contra a ditadura, salvaguardando, no entanto, a sua independência para o período posterior à vitória.

O antifascismo republicano manifesta-se preferencialmente no campo organizativo e teórico do que no trabalho de massas e na ação clandestina junto destas, para onde os comunistas o querem empurrar, ainda que a Guerra de Espanha tenha suscitado um *élan* de solidariedade mobilizador de camadas até então alheadas do ativismo político, gerando um movimento transversal e unificador das esquerdas. Assim, se o antifascismo em Portugal se apresenta multiforme, as suas raízes mergulham na reflexão suscitada nos anos 20 no seio da

O Presidente Salazar cuidou bastante bem da sua publicidade no estrangeiro, onde se procura fazê-lo passar por alguém de muito original e criador de novas vias. Nem os seus discursos, nem os seus escritos, nem a sua obra merecem uma tal apreciação. A sua doutrina é uma mistura, bastante heterogênea de maurassianismo e de mussolinismo, aspergido de água benta das encíclicas papais. (...) De entre os chefes fascistas, Salazar é o que menos recorre à demagogia e é por isso que a sua obra se aproxima mais da redação de direita de estilo tradicional do que do fascismo propriamente dito”. *Le Populaire*, 18 de dezembro de 1934.

esquerda republicana pela ascensão do fascismo em Itália, antes de se tornar na segunda metade dos anos 30 numa tática identificada com o Partido Comunista. Não obstante, foi a cultura antifascista – revestida dos ideais democráticos para uns, da utopia comunista para outros, ou ainda da crença da liberdade plena do indivíduo – que orientou a conduta e inspirou as escolhas da oposição à ditadura no entre guerras.

ARMANDO CORTESÃO EN LONDRES Y LA COMUNIDAD IBÉRICA DE NACIONES: EL FEDERALISMO EN LOS EXILIOS IBÉRICOS¹

Jorge de Hoyos Puente

Introducción

La aspiración a la unidad ibérica forma parte de la tradición liberal española y portuguesa desde el siglo XIX. Abundante es la historiografía dedicada a esta cuestión en ambos países, tema recurrente de eventos, congresos, conferencias y publicaciones². Sin embargo, mucho menos conocido es la confluencia de intereses y proyectos políticos desarrollados por exiliados portugueses y españoles, víctimas de las dictaduras salazarista y franquista. A pesar de las profundas diferencias y tensiones que marcaron el exilio español del que este año conmemoramos el 75º aniversario de su inicio, existieron algunos temas recurrentes en diversas culturas políticas como fue la ansiada unidad ibérica. No resulta nada novedoso afirmar que los exilios liberales portugueses y españoles del siglo XIX contribuyeron a difundir la posibilidad de una unión peninsular

¹ Este trabajo ha sido posible gracias al proyecto de investigación *Federalismo, Estado y nación en Europa del Sur y América Latina en la época liberal, una perspectiva comparada*. Referencia: HAR2012-35245.

² ROCAMORA, José Antonio – *El nacionalismo ibérico, 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1994.

bajo un mismo gobierno³. El iberismo se convirtió en un recurso habitual en tiempos de tribulaciones y dificultades a lo largo de toda la historia contemporánea de España y Portugal. Al encontrarnos con la figura de Armando Cortesão como impulsor de la Comunidad Ibérica de Naciones en 1944, nos planteamos profundizar en una idea asentada en la historiografía española con respecto al iberismo. Son varios los autores que sostienen que ese sentimiento solo se desarrolla en Portugal, cuando las cosas van mal⁴. A lo largo de las siguientes páginas vamos a intentar ahondar en esta cuestión, desde lo que hemos podido rastrear del pensamiento y la figura de Armando Cortesão, así como analizaremos el desarrollo de la Comisión por la Comunidad Ibérica de Naciones, una iniciativa política singular, producida por la confluencia de los exilios españoles y portugueses en Londres.

Ambos exilios se insertan dentro de una oleada histórica de movimientos migratorios forzosos, marcados por los conflictos europeos, derivados del auge de las dictaduras y los totalitarismos de diverso signo, así como de las aspiraciones imperiales de no pocas naciones. Los desplazamientos de grandes contingentes humanos europeos entre 1921 y 1945, obligaron a la toma en consideración de nuevas medidas legales para la regulación de una situación dramática y profundamente extendida⁵. Europa vivió en esos años un cuestionamiento radical de su existencia como centro cultural y motor del mundo. La crisis de los Estados nación y los deseos anexionistas desarrolladas, especialmente por Italia y Alemania, así como la incapacidad manifiesta de las democracias

³ ROCAMORA, José Antonio – Un nacionalismo fracasado: el iberismo. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie V, Hª Contemporánea, nº 2 (1989), p. 30.

⁴ TORRE, Hipólito de la – “Portugal y España: retórica del iberismo democrático”. *Cuenta y Razón*, nº 10 (1983), p. 151-158.

⁵ ALTED VIGIL, Alicia – *La voz de los vencidos. El exilio republicano de 1939*. Madrid: Aguilar, 2005, p. 24-25. PAULO, Heloisa (Org.) – *Memórias das Oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010.

occidentales para articular alternativas políticas viables a la hora de frenar el expansionismo totalitario, generaron importantes debates en torno a las ideas federales, básicamente a partir de los primeros años cuarenta del siglo XX. El colapso de la Sociedad de Naciones, y de su legalidad internacional por un lado, y el auge de los nacionalismos con ansias imperiales, por otro, propiciaron la búsqueda de salidas y propuestas alternativas de organización internacional que, a medio plazo, contribuyesen a estabilizar un futuro posbélico pacífico. En ese sentido, los debates en torno al diseño de nuevas estructuras nacionales y supranacionales en clave federal y confederal estuvieron presentes en los debates a lo largo de los años que duró la Segunda Guerra Mundial.

Los exiliados europeos fueron motores fundamentales en la elaboración de propuestas federales de muy diverso alcance, de las cuales los exiliados españoles y portugueses no estuvieron al margen. La convivencia en Londres en los primeros años cuarenta de buena parte de los dirigentes de los principales gobiernos víctimas del nazifascismo, incluido el presidente del gobierno español, Juan Negrín, hicieron de ese lugar un punto clave de encuentro. Allí había surgido en 1938 la *Federal Union*, propuesta política articulada en torno a la defensa de los valores federales, como camino viable hacia la integración europea, en un clima de paz y seguridad colectiva. Pronto surgieron las propuestas de establecer un gobierno supranacional que organizase de forma federal la gestión de futuros conflictos, desde una cesión de soberanía por parte de los Estados miembros. Así las ideas de Ivor Jennings, miembro del Instituto de Investigación de la *Federal Union*, tuvieron eco dentro de los exiliados europeos⁶.

⁶ JENNINGS, Ivor – *Federation for Western Europe*. London: Cambridge University Press, 1940.

Los representantes de los gobiernos polaco y checoslovaco, Wladyslaw Sikorski y Eduard Benes, ambos exiliados en Londres, firmaron un tratado confederal, con la esperanza de construir una alianza de futuro entre ambas naciones. También los gobiernos de Luxemburgo, Bélgica y Países Bajos acordaron en Londres, el 5 de septiembre de 1944, la unión aduanera de los tres países, inspirada en principios federativos. Este clima internacional contribuyó a fomentar dentro de la comunidad de exiliados ibéricos intensos debates en torno a la cuestión federal, renovando el interés por esta cuestión fundamental para las distintas culturas políticas españolas y portuguesas.

Fue en ese clima propicio en el que surgió una iniciativa abiertamente partidaria de la unión ibérica, constituida en torno a una ponencia de trabajo denominada *Comunidad Ibérica de Naciones*. Vieja aspiración de los progresistas españoles y portugueses, el iberismo se convirtió en una propuesta sugerente para los nacionalistas catalanes y vascos, que desde una concepción confederal, defendieron la unidad ibérica como un instrumento útil para la obtención de mayores cotas de autogobierno. Sus propuestas pronto encontraron la oposición de aquellos sectores partidarios de una República dual, formada por España y Portugal, como escenario previo a la constitución de un entre supranacional europeo. De este debate nos vamos a ocupar en las siguientes páginas.

El génesis de la Comunidad Ibérica de Naciones

La presencia de exiliados portugueses, contrarios a la dictadura salazarista, durante la Segunda República española y el hecho de compartir, más tarde nuevo exilio en Londres, propició el fortalecimiento de unas relaciones ya establecidas. Conocidos son los acercamientos previos de los líderes portugueses con Manuel Azaña, o las colaboraciones de Armando Cortesão en la famosa publicación *España, revista de vida nacional*, dirigida por José Ortega y Gasset,

Luis Araquistáin y el propio Manuel Azaña⁷. En Londres, portugueses y españoles vivían un exilio junto con líderes de otros países invadidos por el yugo nazifascista. En ese ambiente, donde se producían acuerdos de colaboración para el futuro, se dio también la búsqueda de una salida común para los dos Estados ibéricos regidos por las dictaduras.

La Comunidad Ibérica de Naciones fue una iniciativa política que surgió al calor de un ciclo de conferencias realizado en el Euzko Etxea de Londres a lo largo de 1944. El presidente de la institución era el exiliado vasco, dirigente del PNV, Manuel de Irujo, quien fuese ministro en los últimos gobiernos de la Segunda República durante la Guerra civil española. A pesar de ser un centro de clara afiliación nacionalista vasca, el Euzko Etxea fue un lugar de sociabilidad abierto y plural, donde era frecuente encontrar exiliados de diversa procedencia europea durante los años de la Segunda Guerra Mundial, tanto en su restaurante de cocina tradicional vasca, como en su salón de conferencias. Las cuestiones nacionales eran frecuentes temas de debate en un tiempo convulso, donde el mundo parecía necesitar su reinvencción total, tras los desastres de la Guerra. Manuel de Irujo ya había protagonizado un momento de gran tensión con el resto del exilio español en 1941, cuando defendió una salida unilateral para Cataluña y Euzkadi, buscando el reconocimiento de Inglaterra de su realidad nacional⁸. Sin embargo, en 1944 el PNV había reconducido su política hacia la búsqueda de salidas colectivas y colaborativas con el resto de los pueblos ibéricos⁹.

⁷ TORRE, Hipólito de la – “La conspiración iberista de Manuel Azaña”. En ALTED, Alicia; EGIDO, Ángeles y MANCEBO, M.^a Fernanda (Eds.) – *Manuel Azaña, pensamiento y acción*. Madrid: Alianza, 1996. p. 196-210.

⁸ “Declaración conjunta de los Consejos Nacionales de Cataluña y Euskadi al ministro de Estado inglés”, 18 de enero de 1941, Archivo Carlos Esplá, 5.3/5142-a. Centro de Documentación de la Memoria Histórica. Salamanca. Para el contexto, JIMÉNEZ DE ABERASTURI, Juan Carlos – “Irujo en Londres, 1939-1945”. *Vasconia*, nº 32 (2002), p. 99-132.

⁹ HOYOS PUENTE, Jorge de – *La utopía del regreso. Proyectos de Estado y nación en el exilio republicano en México*. México DF: El Colegio de México, 2012, p. 117.

En el ambiente general de los exiliados europeos estaba la necesidad de repensar las estructuras internacionales, en aras de una mejora sustantiva de su funcionamiento a la hora de evitar nuevos conflictos. En ese contexto es en el que debe insertarse el ciclo de conferencias realizadas en el Euzko Extea, con diversos ponentes que reflexionaron en torno a las naciones y su futuro. Desde un esquema interpretativo compartido acerca del momento excepcional que viviría Europa al final de la Guerra Mundial, los diversos ponentes expusieron sus visiones matizadas y contrapuestas en torno a la organización del futuro, que inevitablemente llevaría a un periodo constituyente de un nuevo orden, en que el mundo debía adentrarse tras el fin del conflicto.

El exiliado portugués Armando Cortesão pronunció una conferencia con el título, “Portugal, Inglaterra, Iberia” el día 16 de diciembre de 1944. En ella lanzó varias ideas que requieren ser analizadas. Tras una reivindicación del peso y la tradición portuguesa en el mundo, Cortesão señalaba la imposibilidad histórica de establecer lazos sólidos con Castilla, a pesar de los intentos liberales de ambos países a lo largo del siglo XIX. España había vivido periodos donde sus ansias anexionistas obligaron a Portugal a necesitar de la protección británica. A renglón seguido, continuó señalando la necesidad de superar esta cuestión ante una realidad cambiante. Tanto España como Portugal padecían dictaduras que no debían tener lugar en un escenario posbélico. España y Portugal debían dejar atrás las dictaduras para articular sistemas democráticos y colaborativos, donde las ansias imperiales no tuviesen lugar. Para Cortesão el mundo que se avecinaba requería de la colaboración de España y Portugal en una unidad que fomentase la colaboración económica, política y cultural. No se trataba de acabar con las diferencias culturales o lingüísticas, ni buscar la unidad política bajo una única república, sino la apuesta por una confederación de repúblicas, estructura hacia la que caminaba Europa. España y Portugal se necesitarán en el futuro para evitar las injerencias de las nuevas superpotencias que,

inevitavelmente, iban a surgir del triunfo aliado¹⁰. Aunque Cortesão no alude especialmente a la cuestión de las colonias portuguesas, en sus preocupaciones estaban de forma muy clara la posibilidad de una merma de soberanía lusitana en este campo, debido a un nuevo ordenamiento europeo y mundial.

Cortesão estableció en su ponencia unos cuantos pasos a realizar, para obtener este acercamiento institucional entre España y Portugal. En primer lugar, creía imprescindible poner en marcha una comisión de análisis que buscara la fórmula más idónea entre las partes interesadas. En segundo lugar, había que desarrollar los mecanismos de persuasión necesarios para convencer a los pueblos de la Península de la necesidad de construir marcos colaborativos para preservar su soberanía. Finalmente, conseguir la aquiescencia de Inglaterra para este proyecto.

Tras su conferencia se estableció un intenso diálogo entre los presentes. Uno de ellos, el dirigente socialista Luis Araquistáin, viejo conocido de Cortesão, propuso la constitución de una comisión de estudio acerca de los retos planteados por el conferenciante. La comisión quedó constituida, por aclamación de los presentes, por los señores Araquistáin, Cortesão e Irujo, y se invitó a Carles Pi Sunyer a participar, a pesar de no haber estado presente en aquella reunión. Todos ellos exiliados ibéricos, representantes de España, Portugal, Euzkadi y Cataluña. Todos ellos asumieron la tarea con carácter individual, sin pretender representar a sus respectivas organizaciones políticas en aquella iniciativa.

Antes de adentrarnos en el desarrollo de los trabajos de la Comisión es necesario analizar las motivaciones de Cortesão para lanzar esta iniciativa. Lo hacemos a través de la lectura de algunos de los artículos que escribió, desde su exilio londinense, en los primeros años cuarenta

¹⁰ Conferencia de Armando Cortesão, "Portugal-Inglaterra-Iberia", 16 de diciembre de 1944.

del siglo XX. Allí podemos encontrar algunas de sus preocupaciones en torno al futuro de Portugal, dentro de lo que Cortesão vislumbraba como nuevo orden mundial posbélico. En un artículo publicado en *Seara Nova*, en diciembre de 1943, Cortesão abordaba la cuestión de la política colonial portuguesa y su preocupación ante el interés creciente de Inglaterra¹¹. Cortesão estaba imbuido en el espíritu emergente en Reino Unido acerca de la reordenación del mundo en torno a ideas federales. Así hace mención a los textos del profesor Norman Bentwich y a la *Federal Union*, que propugnaban la creación de un gobierno mundial, garante de la paz y la seguridad colectiva. Ese gobierno mundial debía garantizar, entre otras muchas cuestiones, el gobierno de las colonias y el ejercicio del libre comercio. Bentwich no era el único británico que había desarrollado esta idea. Antes que él, en 1940, Ivor Jennings había publicado *Federation for Western Europe*, donde se exponía la misma idea de articular una federación europea que gestionase las colonias. Temía el político y cartógrafo portugués que esa organización de la nueva gobernanza del mundo, estaba diseñada para las colonias de los demás países, no para las británicas. Su profundo conocimiento de las colonias portuguesas, desarrollado a lo largo de los años, había forjado en Cortesão una especial sensibilidad hacia esa cuestión central de la vida política portuguesa de aquellos años.

Por tanto, en 1943 Cortesão ya estaba pensando en los peligros de la pérdida de influencia de Portugal en un futuro escenario internacional federal, donde inevitablemente, una Inglaterra triunfante, iba a marcar su hegemonía en Europa. Esta inquietud fue creciendo en sus artículos periodísticos de aquellos años. En ese sentido, en su artículo “Parto difícil” de julio de 1944 ya defendía la necesidad de confederarse con España para presentar una estrategia común dentro de la federación

¹¹ Este artículo aparece recogido en CORTESÃO, Armando – *Cartas de Londres 1941-1949*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.

européa y tener así más peso específico¹². Esta percepción de la peligrosidad de Inglaterra para el propio desarrollo del escenario europeo estaba asociado a su certeza sobre el papel de las élites privilegiadas europeas, que iban a poner en marcha una alianza supranacional, que defendiese sus intereses de clase, especialmente los económicos, a pesar de las buenas palabras que llamaban a la cooperación y la solidaridad¹³. En la conferencia de Cortesão en Euzko Etxea no encontramos referencias significativas a los temas que preocupaban públicamente a su autor salvo en la cuestión de la centralidad de Portugal. En su exposición, Cortesão hizo un repaso histórico a los distintos intentos de construir una unidad ibérica desde 1820. En ella reconocía que habían sido los liberales españoles los que más habían trabajado por construir puentes entre ambas naciones y que a pesar de la existencia de un sector portugués cercano a esas tesis, los miedos a las viejas aspiraciones castellanas de anexión y asimilación habían hecho inviable cualquier opción de acercamiento. Cortesão resaltaba los cambios dados en los últimos tiempos y la circunstancia de que tanto España como Portugal estuviesen siendo gobernadas de forma autoritaria. Su exilio, como el exilio de los republicanos españoles, ponía de relevancia que existían otros proyectos compartidos, derrotados por las armas pero con proyección para el futuro, un futuro democrático en un mundo diferente. En ese sentido, Cortesão apostaba por volver a tender puentes, capaces de “armonizar la existencia en común de las diferentes nacionalidades”. Portugal y España formaban una única unidad geográfica que debían convivir en paz y colaborar intensamente en terrenos claves para el desarrollo de ambos como el comercio, la industria, las infraestructuras o la cultura. Para ello, era necesario buscar una federación de repúblicas, que hermanasen

¹² CORTESÃO, Armando – “Parto difícil”. *Seara Nova*, nº 881 (1 de julio de 1944).

¹³ CORTESÃO, Armando – “Hegemonía inglesa”. *Seara Nova*, nº 882 (8 de julio de 1944).

a España y Portugal, cediendo parte de su soberanía a un órgano de coordinación y gestión superior, dentro de un marco democrático y probablemente socialista¹⁴. Todos estos antecedentes reforzarían la tesis de que Cortesão recurre a la federación con España cuando las cosas le van mal a Portugal. Sin embargo, es necesario analizar el proyecto de la Comunidad Ibérica de Naciones en toda su dimensión.

El desarrollo de la Comisión Ibérica de Naciones

El proyecto de la Comunidad Ibérica de Naciones, surgido en Londres a propuesta de Armando Cortesão, a finales de 1944, no ha sido todavía analizado de forma suficiente, a pesar de que autores como Luis Monferrer o Juan Francisco Fuentes han dado cuenta de su existencia¹⁵. La apuesta por crear una comisión de estudio sobre las posibilidades de articular una unión ibérica tras el conflicto mundial, había recibido el apoyo unánime de los asistentes a la conferencia del exiliado portugués. El público reunido en Euzko Etxea recogió con júbilo el contenido de la misma. Como ya dimos cuenta antes, entre los asistentes, el veterano político socialista español, Luis Araquistáin recogió el guante y propuso la creación de la comisión de estudios, que pusiera en marcha los trabajos para llevar a cabo el acercamiento propuesto por Cortesão. Junto a ellos, Manuel de Irujo y Carles Pi Sunyer, presidente del Consejo Nacional de Cataluña. Las conversaciones y trabajos exploratorios se desarrollaron entre diciembre de 1944 y marzo de 1945¹⁶. Desde la primera reunión de la Comisión, constituida

¹⁴ Conferencia Armando Cortesão, "Portugal-Inglaterra-Iberia", 16 de diciembre de 1944.

¹⁵ MONFERRER CATALÁN, Luis – *Odisea en Albión. Los republicanos españoles exiliados en Gran Bretaña (1936-1977)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 2007, p. 223 y sig.; FUENTES, Juan Francisco – *Luis Araquistáin y el socialismo español en el exilio (1939-1959)*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002, p. 81 y sig.

¹⁶ CORTESÃO, Armando; ARAQUISTÁIN, Luis; IRUJO, Manuel de y PI SUNYER, Carles – *La comunidad ibérica de naciones*. Buenos Aires: Ekin, 1945.

cuatro días después de su conferencia, Cortesão pudo comprobar como la parte “española” se encontraba enfrentada hasta el punto de impedir una de sus primeras propuestas que fue poder reunir y ampliar la convocatoria a todos los sectores del exilio. Cuando se planteó la necesidad de invitar a Juan Negrín, último presidente del gobierno de la República y exiliado también en Londres, Araquistáin se negó en rotundo, acusándolo de comunista y propugnando la ilegalización de todos los partidos comunistas. Araquistáin se negaba a colaborar con ese sector del exilio, al que demonizaba de forma sectaria, especialmente al que había sido su amigo y correligionario dentro del partido socialista. Aquello molestó a Cortesão y a Manuel de Irujo que consideraban necesario tener una participación más amplia de todos los sectores exiliados en España que habían defendido la democracia de forma inequívoca, como, sin duda, el caso de Juan Negrín.

A pesar de compartir exilio en Londres, y de haber desarrollado amistad con los republicanos españoles, probablemente el intelectual portugués desconocía en toda su dimensión las profundas complejidades que habían fracturado a los demócratas españoles desde la derrota republicana de 1939. La salida de todo el Estado republicano en febrero, con todas sus instituciones en pleno ejercicio de sus facultades, no impidió que los demócratas españoles comenzasen una guerra abierta por el control del exilio, que les llevó a cuestionar la legitimidad de su continuidad, tras la dimisión del presidente de la República Manuel Azaña. El propio Araquistáin había sido uno de los más activos en ese sentido, dimitiendo de su cargo de representante del grupo socialista en la Diputación Permanente de las Cortes y declarando que Negrín era el peor presidente del gobierno que había tenido España¹⁷.

Desde el primer momento, Araquistáin se convirtió en uno de los obstáculos más grandes de la comisión. Su amago de retirarse de la

¹⁷ Existe una copia de la carta en el Archivo de Ramón Lamonedá 166-48, sección archivos personales de la Fundación Pablo Iglesias.

ponencia cuatripartita si los otros tres dirigentes se empeñaban en ampliar la convocatoria a sectores cercanos a Negrín estuvo presente desde el principio¹⁸. A pesar de declararse abiertamente partidario de la federación, Araquistáin puso reparos a la utilización del nombre de Comunidad Ibérica y defendió como alternativa la Comunidad Hispánica, algo difícil de comprender para la comunidad portuguesa. Con todas aquellas notables limitaciones iniciales, la comisión encargó a Armando Cortesão que elaborase una ponencia marco sobre la que comenzar a trabajar, donde quedase reflejada su propuesta de forma concreta¹⁹. Los planes de futuro de Cortesão arrancaban desde un punto todavía lejano en el tiempo, como era la recuperación de las democracias en Portugal y España. A la altura de 1945 en los ambientes exiliados ibéricos había una cierta euforia en torno a un pronto regreso. Españoles y portugueses exiliados consideraban que las dictaduras no podían perpetuarse si la derrota del Eje se producía, como era ya factible en esos momentos. Tal era así que había una cierta tendencia a pensar en la reconstrucción democrática pero no en las estrategias de confrontación para acabar con las dictaduras. Ese era el caso de Cortesão, que daba por hecho que España sería una república federal con el reconocimiento explícito de la autonomía catalana, vasca y gallega.

La estructura institucional ideada por Cortesão debía constituirse en torno a un Consejo Supremo Ibérico, donde estarían representados castellanos, portugueses, catalanes, vascos y gallegos. Proponía una proporción de tres castellanos, tres portugueses, dos catalanes, un vasco y un gallego como miembros de ese consejo, que contaría con un presidente, un secretario general y dos subsecretarios, cada

¹⁸ Carta de Luis Araquistáin a Manuel de Irujo, de 21 de diciembre de 1944. Reproducida en CORTESÃO, Armando et al. – *La comunidad ibérica de naciones...* p. 66 y sig.

¹⁹ Comunicación de Armando Cortesão, de 1 de enero de 1945, en CORTESÃO, Armando et al. – *La comunidad ibérica de naciones...* p. 71 y sig.

uno de una nacionalidad diferente. Los miembros del consejo serían elegidos por sus respectivos parlamentos y debían tener dedicación exclusiva para evitar conflictos de intereses. En la práctica, las mayores atribuciones ejecutivas recaían en el secretario general, encargado de gestionar la coordinación con los gobiernos ibéricos, la gestión del presupuesto, la coordinación económica, la industria, la educación y la cultura, las infraestructuras, las colonias, los asuntos militares y la propaganda. Para completar esta institución, que debía contar con los recursos económicos y humanos suficientes para ejercer su labor y situarse lejos de cualquiera de las capitales de los estados ibéricos, se constituiría un Tribunal Supremo Ibérico, con jueces de todas las nacionalidades, encargados de arbitrar posibles conflictos. Cortesão señala como labor imprescindible la cuestión de la propaganda, para lo cual el Consejo debía tener a su disposición la mejor estación de radio de la Península, capaz de llegar a todos los lugares, con el objeto de hacer pedagogía política y convencer a los pobladores de las ventajas de esta unión. Cortesão fijaba tres fases imprescindibles para alcanzar ese objetivo. La primera de ellas encontrar entre todos la forma idónea de dar encaje institucional a ese anhelo de alianza duradera y consolidada. En segundo lugar, establecer una intensa campaña de concienciación para que los pueblos de la Península Ibérica tomaran contacto de las ventajas de articular ese sistema. Finalmente convencer a Inglaterra de que esa realidad era buena para todos.

Si reflexionamos en torno al proyecto de Cortesão bien podemos ver que su propuesta iba más allá de una estrategia coyuntural. Buscaba establecer un nuevo marco legal, capaz de compatibilizar el equilibrio entre estados y la organización supranacional, con la esperanza de conseguir una plena integración de las políticas particulares. En toda su exposición, la cuestión colonial y los peligros de la hegemonía inglesa apenas están presentes. Su proyecto era lo suficientemente coherente como para evitar conflictos de ningún tipo, sin embargo,

Cortesão subestimó la capacidad de los exiliados españoles para encontrar hondos motivos de disputa insalvables.

Al día siguiente de la emisión de la propuesta del portugués, los cuatro volvieron a reunirse para debatir sus objeciones, que pronto pusieron por escrito. El primero en reaccionar fue Manuel de Irujo, crítico con la ambigüedad del esquema de Cortesão en lo referente a la parte española²⁰. Para Irujo aspirar a que fuese una unión confederal entre la República Portuguesa y la República federal española no era suficiente. Irujo planteó la necesidad de ir a un proceso constituyente entre las cinco naciones, en plano de igualdad y siempre con la posibilidad de ampliar o disolver la unidad ibérica. En la concepción defendida por Irujo tiempo atrás, los Estados habían dejado de existir y lo que permanecía era la voluntad soberana de los pueblos de gobernarse, y por tanto, los vascos estaban fuera de toda unión con el resto de España, más allá de la unidad geográfica que compartían todos, la Península Ibérica. Irujo concebía cinco Estados, y que cada uno gobernase sus colonias, quedando las portuguesas bajo su propia responsabilidad. Irujo quería una estructura más amplia, con una cámara de senadores que ejerciese como poder legislativo y compuesto en función de la población de cada república y un presidente de la Comunidad Ibérica, elegido por el senado y un número similar de compromisarios. La estructura se completaría con una Consejo Económico, encargado de articular y coordinar la política económica y de desarrollo y un tribunal de Garantías. Cada república sería responsable del orden público en sus territorios pero la política exterior y de defensa estaría en manos del Consejo Ibérico.

La crítica de Carles Pi Sunyer a la propuesta de Cortesão se centró en la falta de planificación en torno a cómo se iba a producir la

²⁰ Comunicación de Manuel de Irujo, 8 de enero de 1945, en CORTESÃO, Armando et al. - *La comunidad ibérica de naciones...* p. 77 y sig.

restauración de las democracias²¹. Para Pi Sunyer aquella comisión compuesta por cuatro dirigentes era escasamente representativa y necesitaba articular una organización más amplia, que trascendiera el exilio en Londres. Era imprescindible implicar al resto de los exiliados para que considerasen, a través de la elaboración colectiva, el proyecto final como una apuesta de todos. Coincidiendo en el análisis de que el mundo caminaba hacia superestructuras políticas, Pi Sunyer sí defendía la posibilidad de intervenir en la gestión de las colonias portuguesas por parte del resto de las repúblicas democráticas ibéricas, así como en el fomento del bilingüismo, la economía, la energía y las comunicaciones.

Sin duda, la intervención de Luis Araquistáin fue la más polémica, no tanto contra la propuesta de Cortesão, sino contra la opción de Irujo. Para Araquistáin los nacionalismos vasco y catalán pretendían aprovechar aquella oportunidad para cambiar el propio sentido de España. Araquistáin no aceptaba la existencia de más naciones que la española y la portuguesa, de tal manera que ni la propuesta confederal de Irujo, ni la solución intermedia de Cortesão, satisfacían las necesidades de España. En ningún caso, argumentaba Araquistáin, los españoles iban a aceptar la balcanización del país, hecho que tampoco iba a ser aceptado por los portugueses. Su propuesta se centraba en estudiar los aspectos programáticos que podían beneficiar a ambos países, dejando de lado las reivindicaciones de una parte de la sociedad catalana y vasca, en la que ni siquiera había consenso al respecto de esas aspiraciones secesionistas.

Ante ese estado de opinión de la comisión, Armando Cortesão pudo tomar el pulso de lo difícil que era su propuesta. En su respuesta hizo bastante hincapié en los argumentos de Araquistáin. A su juicio no parecía muy buena opción partir de la desmembración de España,

²¹ Comunicación de Carles Pi Sunyer, 9 de enero de 1945, en CORTESÃO, Armando et al. – *La comunidad ibérica de naciones...* p. 86 y sig.

como paso previo para la construcción de la unión ibérica. En su argumentación y defensa de su posición, sostenía que el objetivo principal era conseguir la independencia de la Península frente a las presiones inglesas y también del estado vaticano. A pesar de las dificultades, que llevaron los trabajos a un punto muerto en su fase preliminar, las conversaciones tuvieron un fuerte impacto entre los exiliados y las noticias de su celebración cruzaron el Atlántico pronto, creando muchas expectativas entre sectores nacionalistas vascos de izquierdas como Acción Nacionalista Vasca. Así el militante Luis Arcitioaurtena escribía desde San Luís Potosí al dirigente Tomás Bilbao, preguntando por cuál iba a ser el papel de la organización en la posible Confederación Ibérica, de la que tanto se hablaba en la prensa británica. También solicitaba información acerca de si Juan Negrín estaba al tanto de aquella operación²². Lo cierto es que la desinformación era notable, en gran medida por la distancia existente.

Para finales de enero de 1945, los trabajos de la Comisión habían puesto de relevancia las notables diferencias que esos cuatro dirigentes políticos tenían en torno a la idea de Estado y nación, incluso de las diferentes concepciones que albergaban en torno a lo que significaban el federalismo o la confederación. Cortesão redactó una propuesta de manifiesto, destinado a los republicanos portugueses, en defensa de la unión ibérica, explicitando que su objetivo era reducir las interferencias inglesas sobre su soberanía. En su argumentario incluyó una defensa encendida de la firme voluntad de los demócratas españoles de establecer una colaboración sincera, alejada de cualquier intento de absorción de Portugal, sentimiento propio de dictaduras o monarquías y no de republicanos convencidos:

²² Carta de Luis Arcitioaurtena a Tomás Bilbao, de 2 de febrero de 1945. Archivo Tomás Bilbao, Caja 1, Correspondencia 3, hojas 18-21. Archivo Histórico del Ateneo Español de México.

“El ideal sería llegar a una forma de Comunidad Ibérica o República dual, en la que una República federal española y una República portuguesa entrasen en absoluta paridad de independencia, derechos y deberes y de la que cualquiera de ellas podría separarse a su voluntad”²³.

La posibilidad de consensuar ese documento tampoco resultó fácil por diversos motivos donde la parte española volvió a tener la responsabilidad. Esta vez el problema surgió porque Araquistáin exigía incluir la siguiente frase en la declaración:

“El denominador común de los tres firmantes españoles es la restauración de la República en España, con la Constitución de 1931, siempre revisable, como base”.

Ante la negativa de los otros tres de incluir esa frase, el 28 de marzo de 1945 se celebró la última reunión de la Comisión pro Unidad Ibérica. Lo que a todas luces fue una experiencia fracasada había generado importantes expectativas en el mundo del exilio republicano y también en Hispanoamérica. El diario *La prensa* de Buenos Aires publicaba un artículo en abril de ese año con el título “Fracasó el intento de formar una federación de naciones ibéricas”. En él se responsabilizaba a la parte española de su incapacidad para llegar a acuerdos fructíferos²⁴.

A pesar del fracaso, los trabajos de la Comisión continuaron teniendo repercusión en América durante todo 1945. Mariano Granados, destacado republicano liberal exiliado en México, se hizo eco de la importancia mediática y las expectativas creadas por la Comisión en

²³ CORTESÃO, Armando; ARAQUISTÁIN, Luis; IRUJO, Manuel de y PI SUNYER, Carles – *Comunidad Ibérica de naciones*. Buenos Aires: Ekin, 1945, p. 139.

²⁴ “Fracasó el intento de formar una federación de naciones ibéricas”, *La Prensa*, Buenos Aires, 4 de abril de 1945.

su obra *España y las Españas* publicada en México en 1950²⁵. Para los firmantes de *Galeuzca*, reconstituida en Buenos Aires en 1941, la posibilidad de la Unión Ibérica debía seguir siendo explorada²⁶. La organización conformada por nacionalistas gallegos, vascos y catalanes, *Galeuzca*, fue una de las principales impulsoras del debate en torno al iberismo en los primeros años cuarenta. A través de su publicación podemos ver como de forma implícita “Iberia” es un concepto reivindicado permanentemente como elemento central. Desde una afirmación cultural e histórica, los nacionalistas catalanes, gallegos y vascos se equiparaban a Portugal como naciones que conviven dentro de la Península con Castilla²⁷. Gracias a estos textos, podemos encontrar algunas divergencias fundamentales a la hora de formular las aspiraciones políticas de cada uno, lo cual llevó a la inoperancia este pacto entre nacionalistas. Y es que mientras el líder galleguista Castelao planteaba abiertamente su oposición a cualquier tipo de separatismo de España, apostando por un Estado plurinacional y republicano como forma de Estado, donde pudiera incluirse también a Portugal²⁸, el nacionalismo vasco mantenía vivas sus aspiraciones de crear una constitución para Euzkadi²⁹. Tal importancia alcanzó la cuestión que Manuel de Irujo y la editorial vasca Ekin, afincada en Buenos Aires, decidieron publicar en 1945 *La Comunidad Ibérica de Naciones*, obra gracias a la cual podemos rastrear con facilidad todos los matices que surgieron en los debates.

²⁵ GRANADOS, Mariano – *España y las Españas*. México DF: Almendros y Cía eds., 1950, p. 96.

²⁶ La revista *Galeuzca* se publicó entre agosto de 1945 y julio de 1946, fue editada por Leopoldo Zugaza en edición facsímil por la editorial Gráficas Bilbao en 1977. *Galeuzca*, da cuenta de los encuentros en su número 4, correspondiente a noviembre de 1945, p. 183.

²⁷ MIRAVILLES, Jaume – “Pasado y futuro de la Península Ibérica”. *Galeuzca*. nº 9 (abril 1946), p. 395 y sig.

²⁸ Véase en *Galeuzca*, nº 1 (agosto 1945), p. 4.

²⁹ GRANJA, José Luis de la; BERAMENDI, Justo; ANGUERA, Pere – *La España de los nacionalismos y las autonomías*. Madrid: Síntesis, 2001, p. 179.

El proyecto de la Comunidad Ibérica de Naciones fue apoyado por los nacionalistas exiliados, no así por el resto de los partidos políticos que conformaban el exilio político por distintos motivos. Por un lado, aquellos que defendían la vigencia de las instituciones republicanas y la Constitución de 1931, consideraron esta propuesta como un ataque al régimen establecido. Por otro lado, los partidarios de dar por muertas las instituciones y que apostaban por una solución plebiscitaria para decidir entre otras cosas el modelo de Estado, lo consideraban fuera de toda lógica.

Meses más tarde, Cortesão hacía balance de lo ocurrido señalando su fracaso ante la división existente entre los exiliados españoles. La falta de un clima de confianza había convertido el proyecto en una iniciativa precoz³⁰. Los debates perdieron importancia en el lado español con la reconstitución de las instituciones republicanas en el exilio en la reunión de Cortes, celebrada en México en agosto de 1945. Con la sustitución de Juan Negrín y la creación de un nuevo poder ejecutivo en el exilio, Manuel de Irujo asumió la cartera de Industria, Comercio y Navegación en el gobierno presidido por José Giral. De esta manera, el PNV estaba representado en las instituciones republicanas y avalaba la continuidad de la legalidad y del Estado republicano español. Sin duda, esto supuso un cambio en los intereses de Manuel de Irujo, que dejó al menos momentáneamente de lado su proyecto soberanista y con él, también las aspiraciones iberistas. Así se lo reprochó Josep Tarradellas en una carta en 1946, en la que le mostraba su interés por establecer alianzas políticas entre PNV y ERC, pero sin confundir la representación institucional. Ni el PNV ni ERC podían, según Tarradellas, arrogarse el monopolio de la representación de sus pueblos, a la hora de defender los intereses soberanistas³¹. A

³⁰ Conferencia de Armando Cortesão, en el Royal Hotel de Londres, organizada por Acción Republicana Española, en junio de 1945.

³¹ Carta de Josep Tarradellas a Manuel de Irujo, s/f (1946). Archivo Tomás Bilbao, Caja 1, Correspondencia 12, hojas 90-94. Archivo Histórico del Ateneo Español de

pesar de lo ocurrido, Cortesão continuó teniendo una relación cordial con Manuel de Irujo, como atestiguan las cartas que cruzaron estando ya el portugués en París, trabajando en la UNESCO³². El iberismo quedó para otro momento.

Esta iniciativa llevada a cabo en Londres fue el primer acercamiento al iberismo en el exilio. Una vez fracasados los intentos de dar forma a un proyecto compartido, se mantuvieron las reivindicaciones en un plano retórico e intelectual, como una aspiración legítima y necesaria en el futuro. En ese sentido, el papel de la revista *Las Españas* fue relevante en la medida en que consiguió aglutinar a exiliados de distintas tendencias políticas, pero que compartían una visión plural de España. Desde sus inicios en 1946, contribuyó a difundir aspectos muy variados en torno a la cultura española. De las formulaciones de Anselmo Carretero, Pere Bosch Gimpera, José Ramón Arana, entre otros, surgirá la idea formulada como “comunidad de pueblos” primero, como “nación de naciones” más tarde. España concebida de forma plural, como una suma de pueblos y naciones con singularidades y culturas diferentes que han formado todas ellas una identidad nacional que denominan *Las Españas* donde se incluía también a Portugal³³.

El iberismo continuó apareciendo en aquellos sectores del exilio que habían defendido la necesidad de reorganizar España desde un punto de vista federal. Así además del propio Carretero entre los socialistas, lo defenderán también los republicanos Gordón Ordás y Mariano Granados³⁴. La justificación de la complementariedad económica y cultural de ambos países continuó estando presente de forma retórica a

México.

³² Veáse Correspondencia entre Armando Cortesão y Manuel de Irujo en <http://www.euskomedia.org/fondo/4142>

³³ CARRETERO, Anselmo – *Las nacionalidades españolas*. México DF: s/n, 1948.

³⁴ Discurso pronunciado en el Homenaje a Companys celebrado el 15 de octubre de 1944 en el Centro Republicano Español en México. Reproducido en sus memorias. GORDÓN ORDÁS, Félix – *Mi política fuera de España. tomo II*. México: Talleres Gráficos Vitoria, 1967. p. 551 y sig.

lo largo de los años, aunque con menor acercamiento. En ese sentido, la creación en New York por Victoria Kent de la revista *Ibérica por la libertad* en la década de los cincuenta, supuso un impulso a la construcción desde el republicanismo liberal, de una estrategia de acción conjunta encaminada a denunciar las dictaduras ibéricas³⁵.

Las razones del fracaso

Con independencia de las profundas dificultades externas que jugaron un papel esencial en la continuidad de las dictaduras española y portuguesa, conviene analizar las razones internas del fracaso del proyecto de diseñar la Comunidad Ibérica de Naciones. A pesar de los intentos de llegar a un acuerdo, los cuatro ponentes partían, al menos, de tres motivaciones diferentes, con dos horizontes de futuro opuestos. Para Cortesão, la federación ibérica era una necesidad urgente, en la medida en que el mundo iba a caminar hacia grandes estructuras supranacionales, que inevitablemente pondrían en riesgo la soberanía de las pequeñas naciones. En 1944 Cortesão estaba pensando en los peligros de la pérdida de influencia de Portugal en un futuro escenario internacional federal, donde inevitablemente Inglaterra iba a marcar su hegemonía en Europa. Esta inquietud fue creciendo en sus artículos periodísticos de aquellos años. En ese sentido, en su artículo “Parto difícil” de julio de 1944 defendía la necesidad de confederarse con España para presentar una estrategia común dentro de la federación europea y tener así más peso específico³⁶. El principal peligro que Cortesão temía era la pérdida de las colonias portuguesas. Cortesão

³⁵ ALTED VIGIL, Alicia – “La oposición al salazarismo en Ibérica 1953-1974”. En TORRE, Hipólito de la y VICENTE, Antonio Pedro (Coords.) – *España-Portugal: estudios de historia contemporánea*. Madrid: Editorial Complutense, 1998. p. 223-245.

³⁶ CORTESÃO, Armando – “Parto difícil”. *Seara Nova*, nº 881 (1 de julio de 1944).

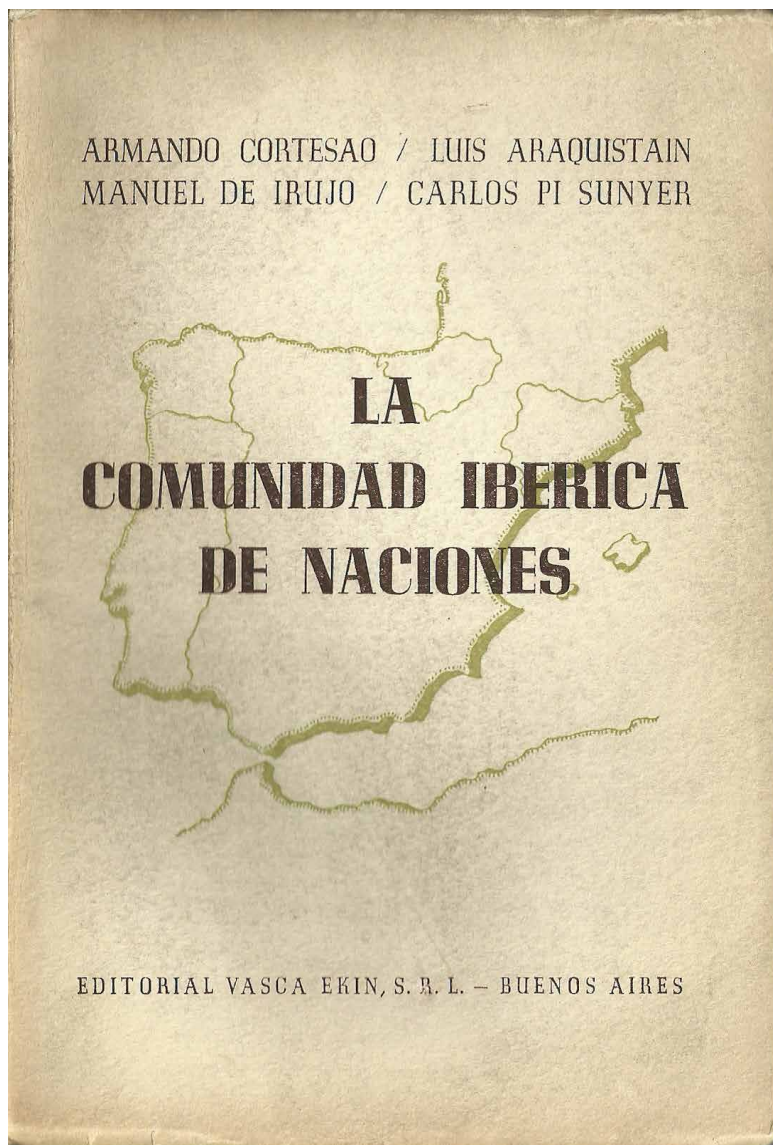
estaba imbuido en el espíritu emergente en Reino Unido en torno a la ordenación del mundo a partir de ideas federales.

Las motivaciones de los exiliados españoles eran bien distintas. Por un lado, la postura de Manuel de Irujo y Carles Pi Sunyer en la Comisión Ibérica de las naciones, buscaba el acercamiento con Portugal como estrategia de modificar el equilibrio de fuerzas en España. La inclusión de Portugal en una nueva estructura político-administrativa era vista como el mejor camino para establecer una relación confederal entre las cinco naciones, con sus respectivas cinco repúblicas, que ellos sostenían debían existir dentro de la Península Ibérica. Por otro lado, la postura de Luis Araquistáin que defendía una república dual entre las dos únicas naciones de la Península, España y Portugal y denunciaba los intentos por parte de Irujo y Pi Sunyer de aprovechar la coyuntura para buscar conseguir la desmembración de España.

A pesar de la expectación creada, las diferencias de proyecto pronto llevaron toda la iniciativa al fracaso. Mientras Cortesão y Araquistáin defendían explorar la república dual, en el caso del portugués con una mayor sensibilidad hacia las demandas nacionales de los representantes de PNV y ERC, Pi Sunyer y sobre todo Irujo diseñaron “boceto de bases para un régimen constitucional de comunidad de naciones ibéricas”, donde se contemplaba la federación de las repúblicas de España, Portugal, Galicia, Euzkadi y Cataluña, cada una con su parlamento independiente y su legislación propia. A la comunidad de Repúblicas le reservaba un papel en materia de guerra y en la coordinación económica a través de un Consejo Económico de la Comunidad. Por último, un Senado común para elegir a un Presidente y un Tribunal de Garantías. Irujo planteaba que la capital debía situarse en Lisboa.

En definitiva, la polémica se sustentaba en la existencia de proyectos de Estado y nación radicalmente diferentes y opuestos entre sí. Con todo, la apuesta iberista de Cortesão tenía visos de ser algo más allá que un proyecto coyuntural. Su figura ha quedado un poco desdibujada

ya que después de dos décadas de exilio en Londres y París, Cortesão se reconcilió con Salazar en 1952 y regresó a Portugal³⁷.



³⁷ GARCÍA, João Carlos – “Realidades y desvaríos: Armando Cortesão y la historia de la cartografía portuguesa”. En JARAUTA, Francisco (Ed.) – *El mundo de los mapas*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 2007, p. 202.



ARMANDO CORTESAO



LUIS ARAQUISTAIN



MANUEL DE IRUJO



CARLOS PI SUNYER

O EXÍLIO NO NOVO MUNDO. JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS, O “COMPANHEIRO POMBO”

Luís Farinha

Ei-lo que parte

“E a peregrinação recomeça, indefinidamente”¹

O exílio de José Rodrigues Miguéis – que talvez seja mais um autoexílio ou um expatriamento –, tem o mérito de nos colocar perante a ocorrência de um fenómeno histórico repetitivo na história portuguesa – o do homem de cultura “estrangeirado” que inicia esse êxodo com um Damião de Góis ou com um Luís António Verney –, por sentir estreitas as amarras da miséria e da pequenez nacional –, mas que encarna o espírito do seu tempo de forma empenhada e combativa: do humanismo de Góis ao Iluminismo de Verney vai um passo de tempo curto, e pouco menor que aquele que os separa da luta democrática, socialista e antifascista do tempo de Rodrigues Miguéis.

Partem porque no país os constringe a pobreza, a miséria e a ausência de liberdade para acompanharem as novidades intelectuais e culturais do seu tempo. Empenham-se cultural e politicamente na pátria de adoção e raramente voltam, porque se voltassem (ou

¹ MIGUÉIS, J. Rodrigues – “Peregrinação”. *Alma Nova*, n.º 4-6 (dezembro-março 1923), p. 74.

quando voltassem) raramente o país se disporia a aceitá-los e a aprovar-lhes a “fuga”.

No entanto, Miguéis já tinha feito a sua escolha entre as “duas culturas” que, no início da década de 30, opunham “publicistas” e jornalistas a escritores empenhados. E esse confronto ocorrera na *Seara Nova*, opondo a António Sérgio a cultura nova do escritor comprometido com o marxismo e com a via comunista que intelectuais e políticos, como Álvaro Cunhal e Mário Dionísio, entre outros, afirmavam em *O Diabo* ou em *Sol Nascente*.

De onde vem? Para onde vai? Porque parte?

Rodrigues Miguéis aportou ao Novo Mundo no verão de 1935, depois de uma anterior estadia na Bélgica, como bolsheiro da Junta de Educação Nacional. Quando partiu, a PVDE apressou-se a registar-lhe o cadastro de desafeto: era “um professor comunista” que casara em 1932 com Pesea Cortnoi Miguéis, de origem romena, de quem mais tarde se dirá que “faz propaganda dissolvente e proclama o amor livre”. Para mais, já depois de divorciada, Pesea manteria relações estreitas com Manuel Mendes, animador do “Núcleo Socialista de Lisboa”.

Rodrigues Miguéis naturalizou-se americano, mas sempre que veio a Lisboa (em 1946, 1951 e 1959), para além de ordem de prisão, a PIDE mantém-lhe o mesmo cadastro: “Americano por naturalização, José Rodrigues Miguéis está referenciado por desafecto à situação”.

Porque decidiu então Rodrigues Miguéis deixar o país e estabelecer-se no Novo Mundo? Na verdade, não há notícia de perseguições policiais violentas nos cadastros policiais² nem cortes da censura que tenham inviabilizado a sua intervenção na *Seara Nova*, o seu núcleo central de trabalho pelas décadas de 20-30. É

² O Arquivo da PVDE/PIDE tem dois processos de Rodrigues Miguéis: Proc. 3040-SC/CI (2) – 7246; Proc. 160/GT, ambos pouco significativos. RM é aí referenciado como “naturalizado americano”.

certo que certas experiências editoriais em que colaborou estariam condenadas ao desaparecimento, logo à nascença, como aconteceu com o jornal *O Globo*, de que saíram dois números em 1933, dirigidos por si e por Bento de Jesus Caraça. Também é verdade que, para o apelar de comunista, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado servia-se do facto de, com Manuel Mendes e Bento de Jesus Caraça, Rodrigues Miguéis preparar Conferências na Universidade Livre. Era também conhecida a sua atividade cooperante na “Revolta de 7 de fevereiro de 1927”, ao lado de Aquilino Ribeiro, bem como na “Revolta de 26 de agosto de 1931”. Mas, curiosamente, a polícia política não conseguiu na altura referenciar essa implicação ou não lhe deu a importância devida.

A polícia da ditadura aponta-o como comunista, mas não o prende, a não ser mais tarde quando regressa dos EUA em 1959, por algum tempo. Os seus companheiros seareiros e reviralhistas demandam o exílio espanhol ou francês, mas José Rodrigues Miguéis não os acompanha. Por outro lado, depois de 1933, muitos comunistas escolhem a clandestinidade e alguns dos seus “compagnons de route”, intelectuais ou estudantes, optam pelo combate resistente à prisão e à censura no interior do país e pela produção intelectual amputada nos meios culturais portugueses. Ora, de facto, só poucos portugueses da sua geração podiam aliar de forma tão completa o cosmopolitismo europeu ao enraizamento na cultura portuguesa – que tão brilhantemente realçou em obras como *A Escola do Paraíso* ou *O Milagre Segundo Salomé*. Mas também não será esta a opção de Rodrigues Miguéis – a de ficar –, apesar de serem conhecidas colaborações esparsas no jornal *O Diabo* e noutras publicações, durante a década de 30.

Então por que razão se autoexila Rodrigues Miguéis?

Desconhecemos a componente biográfica mais pessoal que o faz aceitar o convite de Camila Miguéis, sua segunda mulher, para demandar Nova Iorque em 1935 e que poderá ter sido decisivo, ao

ponto de, como afirma³, ter deixado de ir a Paris, por escolha dos seus pares, ao Primeiro Congresso dos Escritores em Defesa da Cultura, realizado nesse mesmo ano.

No entanto, Rodrigues Miguéis deixou pistas para a compreensão dos motivos objetivos desta escolha pelo Novo Mundo. Desde logo, um texto que mais parece um manifesto, e que dá a lume na *Gládio*, em 31 de janeiro de 1935, com o título “A Mensagem da Juventude”. Aí afirma que são “Tristes os que teimam em chupar a ponta murcha de um seio que já deu leite – e desconhecem o amargor saboroso dos frutos proibidos(...)”. São outros os tempos, outras deverão ser as respostas: “A terra mais dura, mais hostil a natureza, mais frequentes os perigos. Embora! De dentes cerrados e mão mais firme, vamos talhando a rocha (dentro de nós e fora de nós), vamos rompendo o caminho.”⁴

Impossível não ver aqui a conclusão definitiva da polémica que manteve, durante todo o ano de 1930, com Castelo Branco Chaves, com António Sérgio e com todo o corpo redatorial da *Seara Nova* e que, definitivamente, o afastou do idealismo *sergiano* dominante naquele agrupamento cultural e político⁵. À alegada eficácia da cultura literária da “Geração de 70” – de que eram herdeiros os seareiros – Rodrigues Miguéis contrapunha a ineficácia das belas palavras e dos clamores e lamentos para combater a abominação do fascismo que impunha uma violência intolerável aos homens da cultura por toda a Europa. E Rodrigues Miguéis sabia do que falava, porque teria oportunidade de conhecer de perto o ascenso do fascismo alemão e os preparativos

³ “Breve Encontro com Malraux”. In *O Espelbo Poliédrico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, p. 106.

⁴ “A Mensagem da Juventude”. *Gládio*, 31 de janeiro de 1935.

⁵ A polémica foi desencadeada pela resposta de JRM a um artigo de Castelo Branco Chaves intitulado “O Conceito da Revolução em Eça de Queirós”. *Seara Nova*, n.º 205 (20 de março de 1930), p. 201-203. O repto de JRM, intitulado “Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar” foi publicado em duas partes, *Seara Nova*, n.º 220 (18 de setembro de 1930), p. 58-61 e *Seara Nova*, n.º 222 (2 de outubro de 1930), p. 87-90.

da nova Guerra Mundial durante a sua estadia belga (1929-1931). Em “Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar” afirma sobre a cultura dominante em Portugal:

“A verdade é que, com raras exceções, esses homens fizeram dos seus apostolados, das suas lutas, simples exercícios espirituais – duelos, diálogos, controvérsias para raros, prolongados corps-à-corps culturais (...). A multidão, o povo, se preferem, desapareceu quase por completo dos seus escritos – o povo que é o instrumento e deve ser, em democracia, o terreno e o fim das grandes lutas e renovações sociais. A reforma da mentalidade não pode estar na simples especulação de ideias, nos torneios isolados em que os adversários se vão rendendo ou tombando – mas na condição harmoniosa e total das massas aos objetivos da renovação nacional”.

Miguéis passou a ser, evidentemente, um heterodoxo seareiro que o corpo se apressou a marginalizar através das intervenções de António Sérgio, que lhe apontou uma *“incompatibilidade fundamental – que não é aqui uma incompatibilidade de ideias, mas de atitudes e orientação”*. Rodrigues Miguéis, um *“nobre moço”*, passaria na altura por *“uma crise de consciência moral”*, segundo o “mestre”. Sérgio revelava ainda nesse artigo que Miguéis havia manifestado *“um certo pendor para o bolchevismo”*, numa sua conferência a que assistira em Paris⁶.

Assim era de facto, como bem se pode perceber pelos inúmeros manuscritos da primeira metade dos anos trinta que hoje é possível consultar no espólio de Miguéis depositado na Biblioteca Nacional,

⁶ SÉRGIO, António – “Sobre uma crise de consciência”. *Seara Nova*, n.º 231 (29 de dezembro de 1930), p. 232-233. Em outubro desse ano, também já o mesmo António Sérgio, acompanhado de Jaime Cortesão e de Raul Proença, na altura em Paris, tinham feito publicar na revista “A Seara Nova e o Conceito de Revolução”, em que se distanciavam claramente de Rodrigues Miguéis. Cf. *Seara Nova*, n.º 224 (30 de outubro de 1930).

em Lisboa. Denunciava às elites republicanas críticas – seareiros, esquerdistas, socialistas –, o facto de não terem percebido a natureza do fascismo, que consideravam uma especificidade da realidade italiana, quando, na verdade, segundo Miguéis se podia perceber, desde muito cedo, que as ditaduras peninsulares não eram simples “militaradas” e que o “fascismo era o começo de uma crise política de repercussões mundiais” a que nenhuma “União Cívica”, sem programa, e idealizada à margem da política e dos políticos poderia dar alguma vez resposta cabal⁷. O erro, segundo Miguéis, foi o de não ver “na Ditadura um cancro intestinal fascista, mas uma militarada grosseira”. Ninguém foi capaz de ver isso: perante o golpe, o movimento operário e socialista claudicou e o Revirvalho, vencido, permaneceu inebriado no “ópio da conspiração demagógica”, ou da “conspiração bizantina”⁸ e inconsequente, por mais de três décadas.

Num manuscrito datado, com alguma incerteza, de 1931 ou 1932⁹, Miguéis mostra como, através do materialismo histórico, o marxismo lhe parece a doutrina mais adequada para analisar a fascização da Europa e a forma de lhe dar uma resposta democrática. Reflete aí sobre a desigualdade social e económica dos contextos nacionais, sobre a derrota da revolução socialista na Alemanha e na Hungria e sobre a necessidade de, através da luta de classes e da educação socialista das massas, acelerar a evolução para o estado socialista, através de um processo revolucionário. Por esta altura, adotara, sem dúvida, o marxismo como doutrina política; não podia, pois, estar mais longe dos seus amigos seareiros, no início da década de 30.

⁷ Rodrigues Miguéis referia-se evidentemente, à União Cívica idealizada pelos Seareiros a partir de 1923 e a que ele próprio aderiu. Cf. “Unir”, manuscrito de JRM, 1938 (?), BNP, Espólio FR 132, bobine 5.

⁸ Rodrigues Miguéis faz um interessante retrospecto desses anos trinta numa carta que deixou manuscrita, datada de 6 de fevereiro de 1959, intitulada “Perfil de um Regresso” BNP, Espólio FR 132, bobine 6.

⁹ Cf. “As etapas da Revolução”, 1931 (?) 1932 (?), BNP, Espólio FR 132, bobine 5.

Havia então lugar em Portugal para homens como Miguéis, em meados da década de 30? Definia-se como um socialista e um democrata, de inspiração marxista, um intelectual empenhado politicamente, patriota mas não nacionalista (ou colonialista e guerrista).

Não parece que houvesse, apesar dos numerosos grupos de jovens intelectuais que, pelo início da década de 30, se deixavam inspirar pelo compromisso de intervenção social e política de inspiração marxista. Estaria disposto a “viver perigosamente”, a assumir as suas posições numa “época de conflitos, gumes e definições”, mas não abdicando das suas convicções, que faz questão de dizer que sempre manteve intactas. Para além do “camaleonismo socialista” e do “apoliticismo” generalizado das massas, restavam dois campos antagónicos aos portugueses: o comunismo e o fascismo. Ao fascismo reservava o seu combate mais árduo; ao comunismo uma compreensão e empatia que o levou a proximidades indiscutíveis, especialmente depois da “vitória de Estalinegrado”. A propósito da sua possível filiação comunista conta uma pequena história que talvez possa ser ilustrativa. Convidado por um amigo para uma “entrevista” com Georges Duhamel – um dos convidados de honra que António Ferro trouxe a Portugal para “beatificar” a Ditadura Salazarista –, e estando também presentes Bento Caraça, Manuel Mendes e Câmara Reys, Miguéis terá sido interpelado pelo visitante francês sobre se era comunista, pergunta que terá sido feita a todos os presentes. “Ninguém o era, evidentemente”, aclara Miguéis na sua crónica “De como Duhamel procurou salvar-me”¹⁰. A duplicidade da leitura não permite, evidentemente, um juízo definitivo. Como, muito provavelmente, também não permitiria ao próprio Rodrigues Miguéis por essa altura, quem sabe... Que era ser comunista em Portugal em meados dos anos 30? Um revolucionário perigoso assim designado pela polícia por esta não ter outro nome

¹⁰ MIGUÉIS, Rodrigues – “De como Duhamel procurou salvar-me”. In *Espelho Poliédrico*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 112.

feito para lhe dar? Por exemplo, judeu? Um leitor do marxismo que era empurrado para os caminhos do comunismo por não haver lugar para os socialistas revolucionários? Um “estrangeirado” no seu próprio país?

Se alguma coisa de interessante tem o percurso político e cultural de Rodrigues Miguéis nestes anos é o de poder servir-nos de objeto de estudo para a compreensão do que podia ser um intelectual marxista em Portugal, no início da década de 30. Não o ligariam ao marxismo formas orgânicas propriamente comunistas, até porque o Partido Comunista era, por essa altura, uma força diminuta e de contornos ideológicos pouco consistentes. No marxismo, estes intelectuais buscavam antes o compromisso político da palavra, ou seja, a eficácia da ação pedagógica e doutrinária junto das grandes massas. No *Globo*, um projeto efêmero que partilhou com Bento Caraça, afirma-se: “Na verdade, nem a razão, instrumento supremo, nem a vontade de justiça estão em crise. O que está em crise na Europa e no mundo, é a estimação dos meios de impor a razão e de multiplicar a justiça, superestruturas de um mundo social cujas bases se decompõem rapidamente. O que a Europa e o mundo reclamam dos intelectuais – é a coragem de assumir a responsabilidade de soluções capazes de integrar mais profundamente a Razão e a Justiça na existência comum dos homens. (...) Se em vez de se lançarem comicamente, quixotesicamente, *à la recherche de l'absolu*, eles tivessem a coragem, aliás fácil, de se voltarem para o real, e de aí buscarem as origens e os remédios dos nossos males – melhor teriam merecido os homens”¹¹.

Exílio no “Novo Mundo” – o escritor comprometido

Instalado em Nova Iorque, e apesar de todos os cuidados requeridos por uma situação precária de emigrante sem trabalho certo, Miguéis embrenha-se arduamente na luta política antifascista que, pela altura,

¹¹ Cf. *O Globo*, Lisboa, n.º 2 (novembro de 1933).

opunha os “defensores” do nazismo e os seus opositores, através do apoio às duas facções em confronto na Guerra Civil de Espanha. Na fase acesa da guerra – o ano de 1937 –, quando em Portugal e no exílio se organizava a Frente Popular Portuguesa –, o “Camarada Pombo”, nome de combate de Rodrigues Miguéis, empenhava-se decididamente na estratégia de luta antifascista pelos meios que tinha à mão: a organização e defesa dos trabalhadores das docas, através da criação de uma espécie de organização clandestina – o *Portuguese Workers’ Club*, situado em Greenwich Village – rapidamente descoberto pela polícia, como organização clandestina. Ficaram desta experiência de Miguéis figuras reais ficcionadas de um valor documental e literário indiscutíveis: avultam *O Natal do Clandestino* ou ainda *Cosme de Riba D’Ouro*, (in *Gente de Terceira Classe*), esse exilado de um país onde se lhe tornava difícil respirar e onde descobrimos partes inteiras de Miguéis: dantes, no seu país, lutara com palavras. “Mas as palavras já não chegam”, diz Cosme, um meio alter-ego de Miguéis.

Colaborava assiduamente com o jornal novaiorquino *La Voz* e com o *UNR* – jornal da Frente Popular Portuguesa – com o pseudónimo de “José Pombo”, ao mesmo tempo que ativava em Nova Iorque uma frente de combate internacional contra o fascismo e pelo apoio à causa republicana e socialista em Espanha. É nesta qualidade que, ao lado Earl Browder (Secretário do Partido Comunista Americano), Vito Marcantonio (um líder do Partido Trabalhista) e Angelo Herndon (ativista dos direitos dos negros), entre outros líderes políticos, durante 4 minutos, num *Madison Square Garden* repleto, fala em nome do Grupo Antifascista Português para denunciar a existência de uma base fascista internacional em Lisboa, apoiante dos nacionalistas espanhóis. Apresenta a agressão dos países do Eixo (aliados da Espanha franquista) e a complacência das democracias ocidentais como a base de um enorme *complot* internacional contra a democracia e contra o socialismo e anuncia a constituição de uma Frente Popular Portuguesa, em aliança com a Espanha republicana: da vitória democrática em Espanha dependeria a

libertação de Portugal, da Europa e do Mundo¹², acreditavam Rodrigues Miguéis e os seus companheiros de luta antifascista.

A denúncia do não intervencionismo de Chamberlain e de Daladier e daquilo a que chama a “vergonhosa abdicação” do “Pacto de Munique” permitirá a Rodrigues Miguéis uma leitura analítica que o ajudará a compreender o posterior “Pacto Germano-Soviético”. Com efeito, intelectuais como Miguéis não viam uma diferença substancial entre o “terror policial” existente nos EUA e em França ou os efeitos brutais do nazismo: a diferença, a existir, era de mera intensidade e efeito. Uns e outros, com gradações diferentes, apenas pretendiam formar “uma coligação internacional contra o socialismo”. Numa carta a Mário Neves, perguntava: “Quem, com efeito, entregou a Espanha a Franco, senão Chamberlain e o Governo Blum-das-famílias? Quem entregou a Hitler a Checoslováquia, impondo-lhe a rendição em três *ultimata*? Quem entregou a Manchúria ao Japão e se lhe prepara para entregar a China, com pequenas restrições? Quem governa a França, senão o “Comité das Forges e as 200 famílias”? Quem há 20 anos prepara a guerra-santa antissoviética?”¹³. Na perspetiva de Miguéis, a Alemanha nazi era apenas a frente avançada que a Europa das democracias empurrava para a guerra contra o comunismo internacional.

Esta era uma análise da política internacional próxima das defendidas pelo movimento comunista internacional e que, de forma quase normal, tornavam Rodrigues Miguéis um bom aliado do Partido Comunista Português, em profunda refundação no início da década de 40. É assim que, em 1941, Miguéis recebe uma carta do reorganizador Júlio Fogaça com a incumbência de facilitar o reatamento das comunicações

¹² “Discurso”, *Madison Square Garden*, 19 de julho de 1937, BNP, Espólio FR. 132, bobine 5.

¹³ Carta de RM a Mário Neves, Nova Iorque, 28/12/1939. BNP, Espólio FR. 132, bobine 6.

entre o novo partido e a Internacional Comunista, através do Partido Comunista dos Estados Unidos¹⁴.

Em 1945, a guerra acabou, mas a luta continuou para os portugueses. Em comícios, na rádio “Voz de España Combatiente”, Miguéis prosseguia, em nome do Comité Luso-Americano Pró-Democracia, a denúncia das prisões políticas de Salazar, a existência do Tarrafal, o “Dachau do fascismo português” e a falsa neutralidade do Ditador. Distribuía bofetadas aos “apaziguadores” que viam em Salazar um “ditador paternal” e se preparavam para o eternizar no poder e tomava, quase inevitavelmente, o partido do heroico povo soviético e dos seus líderes: em 20 anos de “gigantesco esforço”, tinham edificado, a partir do nada, um “mundo novo”, capaz de, através dos seus “soldados-operários”, derrubar a “máquina ciclópica de destruição posta em marcha pelo nazismo”¹⁵.

Exílio de um “estrangeirado”

Apesar do contentamento descontente que fazia Rodrigues Miguéis anunciar saudades irreprimíveis de Portugal por um lado e um desconsolado e impossível retorno por outro, o que é um facto é que o escritor nunca voltou ao país em definitivo, tendo preferido morrer e ficar sepultado na sua terra de adoção.

No fundo, talvez as razões do não retorno coincidam com as razões que o levaram a demandar o Novo Mundo, como explica na já referida carta de 1959: “A carência de liberdade (não só política mas pessoal), a miséria, o falso luxo, a agitação vazia, a desordem nas ruas e nas almas (...) a amargura e a má-língua implacável, a humildade e a grosseria, o falso contentamento da mediocridade, o

¹⁴ Cf. “Documentos sobre a tentativa de contato entre o Bureau Político do PCP e a I.C., em 1941”, Introdução e Notas de António Ventura. *Estudos Sobre o Comunismo*, Lisboa, n.º 1 (set-dez. de 1983), p. 23-30.

¹⁵ BNP, Espólio n.º 132, *Political Activity in US*, Bobine 7.

“nacionalismo” acentuado, até nas esquerdas, a pressão no sentido de me fazerem participar na “conspiração bizantina” crónica (de que eu fugira) (...)”. Ou seja, não era só a “demagogia do revirinho” inconsequente que o afastava, mas também (talvez principalmente) os “velhos preconceitos e hábitos cavernícolas” que tinham mantido fora do país os estrangeirados de todos os tempos: “Este é o panorama prolongado de fracassos, opressões, exílios, suicídios, sufocações de toda a ordem que, de Damião de Góis a Camões, ao Judeu, o Cavaleiro de Oliveira e tantos outros – nos trouxe até aos desiludidos do séc. XIX”.

Saíra porque o país não lhe permitia a criação literária livre; saíra do país porque se recusava a conviver com a “demagogia reviralhista”, com a clandestinidade adotada pelos comunistas ou com o “contentamento medíocre” dos nacionalistas de todos os matizes. E muito menos com o convívio sacrificial imposto pelos fascistas.

Saber o por que não voltou após a Revolução de 25 de Abril, como fizeram tantos exilados, eis outra questão interessante no percurso deste exilado/estrangeirado. Mas esse será assunto para outra oportunidade.

Obras seleccionadas de José Rodrigues Miguéis

A Escola do Paraíso. (8.^a ed. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1960) Lisboa: Editorial Estampa, 1989

O Milagre Segundo Salomé. (4.^a ed. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1975) Lisboa: Editorial Estampa, 2002. 2 vols.

Gente de Terceira Classe. (10.^a ed. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1962) Lisboa: Editorial Estampa, 1987

O Pão não cai do Céu, (6.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1981) Lisboa: Editorial Estampa, 1989

Gente de Terceira Classe, (5.^a ed. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1962) Lisboa: Editorial Estampa, 1990

O Espelho Poliédrico. Lisboa: Editorial Estampa, 1983

“José Rodrigues Miguéis, Exílio e Emigração”. *Peregrinação* (Revista das Artes e Letras de Expressão Emigrante), n.º 7 (jan.-mar.), n.º 8 (abr.-jun.); n.º 9 (jul.-set.); n.º 10 (out.-dez.)

Bibliografia seletiva sobre José Rodrigues Miguéis

- ALVES, Ana Maria – “Miguéis Seareiro”. In *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA: PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR [Registo sonoro]. Lisboa: Universidade Aberta, Departamentos de Língua e Cultura Portuguesa e de Ciências Humanas e Sociais, 2002 (CD).
- CORRESPONDÊNCIA ARQUIVADA, Prefácio e Notas de Taborda de Vasconcelos. Porto: [s. ed.], 1987.
- DUARTE, Maria Angelina – *Sociopolitical undercurrents in four Works by José Rodrigues Miguéis*. Minneapolis: University of Minnesota, 1980. Tese de Doutoramento.
- GARCIA, José Martins – “Gabriel: a máscara translúcida de Miguéis”. In *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- LOPES, Óscar – “O Pessoal e o Social na Obra de Miguéis”. In *Cinco Personalidades Literárias*. Porto: Divulgação, 1961.
- MACHADO, Álvaro Manuel – “José Rodrigues Miguéis – O Milagre Segundo Salomé” [recensão crítica]. *Colóquio Letras*. Lisboa, n.º 34 (nov. 1976), p. 79-81.
- MARGARIDO, Alfredo – *A Introdução do Marxismo em Portugal*. Porto: Guimarães Editores, 1975.
- MARINHO, Maria de Fátima – *Um Poço sem Fundo. Novas Reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo de Letras, 2005.
- MARINHO, Maria de Fátima (Org.) – *Literatura e História – Actas do Colóquio Internacional*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românticos, 2004.
- MARQUES, Teresa Martins – ““O Milagre Segundo Salomé”, de José Rodrigues Miguéis: a Construção de um Paralelismo Convergente, Introdução”. In MIGUÉIS, José Rodrigues – *O Milagre Segundo Salomé*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- MARQUES, Teresa Martins – *O Imaginário de Lisboa na Ficção Narrativa de José Rodrigues Miguéis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- MARQUES, Teresa Martins – *Leituras Poliédricas*. Lisboa: Universitária Editora, 2002.
- MEDINA, João – *José Rodrigues Miguéis, Cronista da Crise e Queda da Primeira República: o seu Milagre Segundo Salomé*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MIGUÉIS, José Rodrigues – *Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento*. Lisboa: s. ed., 2001.
- NEVES, Mário – *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- PAIXÃO, Sofia de Oliveira – *O Percurso das Personagens em O Milagre Segundo Salomé, de José Rodrigues Miguéis: Liberdade e Identidade*. Lisboa: NOVA FCSH, . Dissertação de Mestrado [policop.].
- PITA, António Pedro – *Conflito e Unidade no Neorrealismo Português: Arqueologia de uma Problemática*. Porto: Campo das Letras, 2002.

SERRA, Ana Paula – *A sensibilidade de José Rodrigues Miguéis: Neorrealismo, Saudosismo e Exílio*. Nova Iorque: New York University (NYU), 1994. Tese de Doutoramento.

SOARES, Luísa Ducla (Texto e Organização) – *Lisboa de José Rodrigues Miguéis*. Lisboa: Edição da CML, 2001.

Artigos em revistas e jornais

“Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar”. *Seara Nova*, n.º 220 (18 de setembro de 1930), p. 58-61 e n.º 222 (2 de outubro de 1930), p. 87-90

“A Mensagem da Juventude”. *Gládio*, 31 de janeiro de 1935

José Rodrigues Miguéis por Manuel Cabanas



Madison Square Garden, Boicote ao Nazismo, março de 1937



(Página deixada propositadamente em branco)

INMIGRACIÓN Y PRENSA ÉTNICA PORTUGUESA EN LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA: RAÍCES, SIGNIFICACIÓN HISTÓRICA E IMAGINARIO¹

Alberto Pena-Rodríguez
Universidade de Vigo

1. Introducción: la emigración portuguesa hacia América

Según los datos del Observatório da Emigração Portuguesa, la emigración de Portugal hacia Estados Unidos se puede ordenar en cinco grandes etapas históricas: la primera oleada migratoria se situaría a finales del siglo XVIII procedente de las Islas Azores hacia Nueva Inglaterra; la segunda, ocurriría en la segunda mitad del siglo XIX, también desde el archipiélago azoriano con destino en California; la tercera corriente migratoria, en el cambio de siglo, iría desde Madeira hacia Hawái; la cuarta se enmarca en las dos primeras décadas del siglo XX, cuando entran en Estados Unidos más de 147.000 portugueses; y finalmente, entre 1960 y 1980, se produce una nueva gran oleada en torno a los 175.000 emigrantes. Desde entonces, se produce una sensible contracción en los flujos migratorios debido a la adopción de políticas restrictivas y a la entrada de Portugal en la Unión Europea en 1986, que propició una mayor atracción hacia destinos migratorios europeos.

¹ Este trabajo ha sido posible gracias al apoyo de la Fundação Luso-Americana y la Fundação Calouste Gulbenkian. Una versión anterior del mismo fue publicado en la revista TSN-Transatlantic Studies Network en 2016.

El mapa de los emigrantes portugueses y el conjunto de la población luso-americana está concentrada en un reducido número de regiones y Estados. De acuerdo con los datos del United States Census Bureau, alrededor del 37 % de emigrantes nacidos en Portugal viven en la región de Nueva Inglaterra, fundamentalmente en el Estado de Massachusetts; otro 37 % aproximadamente residiría en la región del Mid-Atlantic, en los Estados de New Jersey y New York; un 15 % está establecido en la región del Pacífico, en los Estados de California y Hawai, y el 11 % restante se distribuye de forma dispersa en diversos Estados, con un núcleo importante en Florida. Debe tenerse en cuenta, además, que cerca del 60 % de los luso-americanos viven en Massachusetts y California, y que su presencia se extiende, aunque de forma muy minoritaria o incluso simbólica, a todos los Estados. En total, contando los emigrantes y sus descendientes, la comunidad luso-americana supera los 1,2 millones de personas². En el contexto actual, Estados Unidos es, junto con Francia y Suiza, el país con más emigrados procedentes de Portugal en cifras absolutas, aunque en el caso de los dos países europeos citados la historia de la emigración portuguesa es mucho más reciente. Según datos actuales, hay alrededor de 600.000 ciudadanos de nacionalidad portuguesa residentes en Francia; en Suíza, la cifra superaría los 190.000; y en Estados Unidos se acercaría a los 166.000 emigrantes.

La diáspora lusa en América se concentra, sobre todo, en Brasil y Estados Unidos. Durante todo el siglo XIX y las primeras décadas del XX, ambos países fueron los destinos preferidos por la emigración portuguesa. De acuerdo con los datos del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1880 y 1959 entraron en Brasil 1.529.851 portugueses. Y en Estados Unidos, de acuerdo con las cifras del

² VICENTE, A. L. – *Os Portugueses nos Estados Unidos da América. Política de Comunidades e Comunidade Política*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1998.

Yearbook of Immigrations Statistics 2012, entre 1870 y 1950 se establecieron en aquel país 258.892 ciudadanos procedentes de Portugal. En el primer caso, el conocimiento del idioma, la cultura común, las redes sociales y la simbología del pasado colonial fueron determinantes para atraer la emigración de Portugal. Mientras que en el destino norteamericano pesaron otros factores, algunos relacionados con las oportunidades que ofrecía Estados Unidos como nueva “tierra de promisión” o con el reclutamiento de tripulantes azorianos para la industria ballenera americana, entre otros³. En Norteamérica, también Canadá alcanzó una cierta relevancia como polo de atracción para la emigración lusa a partir de la segunda mitad del siglo XX; y en Suramérica los portugueses emigraron de forma destacada en diferentes períodos a Venezuela, principalmente después de la Segunda Guerra Mundial, y Argentina, de forma mucho más prolongada en el tiempo. En este último caso, el trabajo de Marcelo J. Borges es muy esclarecedor, pues examina los diferentes flujos migratorios portugueses a lo largo de la historia a esta área geográfica, con un detallado análisis socioeconómico, demográfico y las características regionales de los emigrantes, muchos de los cuales procedían de las regiones del Algarve y la Beira Alta, y cuya llegada se extendió, principalmente, durante la fase de colonización española hasta la primera mitad del siglo XX⁴. En Argentina, los portugueses llegaron a ser, de hecho, el mayor grupo de inmigrantes extranjeros, tras el numeroso grupo de españoles, la mayoría originarios de Galicia, como narra en su obra Jose C. Moya⁵.

De acuerdo con las investigaciones de Leo Pap, las primeras colonias lusas en territorio norteamericano se remontan a 1640, cuando

³ WILLIAMS, J. R. – *In Pursuit of their Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*. North Dartmouth: Tagus Press-Center for Portuguese Studies & Culture-University of Massachusetts Dartmouth, 2007.

⁴ BORGES, M. J. – *Chains of Gold. Portuguese Migration to Argentina in Transatlantic Perspective*. Leiden: Koninklijke, 2009, p. 11-12.

⁵ MOYA, J. C. – *Cousins and Strangers. Spanish Immigrants in Buenos Aires*. Berkeley-Los Angeles- London: University of California Press, 1998.

algunos grupos de judíos de origen portugués se establecen en New Amsterdam (atual New York). Posteriormente, los contatos entre la industria ballenera americana y portuguesa propiciaron la llegada de un número cada vez mayor de azorianos a mediados del siglo XIX, como cuentan Donald Warrin y David Bertão. Este flujo de emigrantes, atraídos sobre todo por el desarrollo de la industria textil de New Bedford, Fall River y otras ciudades al sur del Estado de Massachusetts, se fue incrementando en décadas posteriores, muchos procedentes también del Portugal continental y Madeira, hasta alcanzar su primer ciclo masivo entre 1880 y 1920; sobre todo en el período que va de 1900 a 1920, en el que se concentra más de la mitad de la cifra total de inmigrantes entre 1870 y 1930⁶.

Las causas generales que han provocado este éxodo hay que buscarlas en la falta de recursos económicos, de tierras para cultivar y, especialmente en el caso de Azores, también la superpoblación de las islas⁷. Por su parte, las compañías navieras jugaron un papel interesante. Algunas empresas de transporte marítimo trataron de incrementar su negocio haciendo publicidad en la prensa local europea para vender pasajes hacia Estados Unidos. Los anuncios prometían toda clase de comodidades y ventajas; algunos incluso anunciaban que era posible llegar hasta la costa Este a través de conexiones ferroviarias con los puertos americanos en los inicios del siglo XX.

A partir de 1850, algunos emigrantes portugueses comenzaron a llegar a California, con asentamientos en San Francisco y al sur del Estado, donde desarrollaron una intensa actividad agropecuaria. Crearon plantaciones agrícolas, granjas y pequeños negocios ganaderos que todavía hoy forman parte del tejido económico de los lusocalifornianos, llegando a controlar cerca de la mitad de la producción

⁶ WILLIAMS, J. R. – *Op. Cit.*, p. 29-45.

⁷ AVENDAÑO, F. – “Portuguese Immigration into the United States”. In *Contemporary American Immigration. Interpretative Essays (European)*. Boston: Twayne Publishers, 1982, p. 155-172.

lechera de California. Muchos otros se desarrollaron profesionalmente en la industria de la pesca, trabajando como marineros en barcos que tenían su amarre en varios puntos de la costa californiana y en Nueva Inglaterra, sobre todo en New Bedford, que ha sido históricamente el puerto pesquero de referencia en Massachussets. Entre 1880 y 1900, un importante contingente de portugueses naturales de Azores y Madeira llegaron al archipiélago de Hawai, algunos en barcos balleneros y otros persuadidos por una campaña de reclutamiento de europeos para trabajar en sus plantaciones de azúcar. El gobierno de Hawai y el de Portugal firmaron el 5 de mayo de 1882 el Provisional Convention Between Portugal and the Hawaiian Islands, mediante el cual se establecía oficialmente un marco legal para el intercambio económico y comercial que amparaba y estimulaba la llegada de trabajadores portugueses. La mayoría de los que llegaron en este período se agruparon en varias zonas, mayoritariamente en la isla principal, Honolulu, donde se establecieron, sobre todo, en Punchbowl y Kaka'ako. Otros grupos también se instalaron en varios lugares de Kauai y Kona. Poco a poco, los portugueses fueron integrándose en la vida local, abriendo pequeños negocios, granjas e introduciendo incluso la comercialización de la mantequilla en las islas⁸. Las duras condiciones de trabajo y la sensación de aislamiento en los campos hawaianos, hicieron que algunos portugueses sintieran la necesidad de fundar periódicos para proteger sus intereses y afirmar su sentimiento de comunidad⁹.

La llegada a Estados Unidos de miles de portugueses desorientados y ansiosos por estar informados sobre la vida política, económica, social y cultural de sus lugares de origen y de tener un contacto con

⁸ FELIX, J. H.; SENEAL, P. F. - *The Portuguese in Hawaii*. Honolulu: Centennial Edition: copyrighted by the authors: obtainable through the Liberty House, Honolulu, 1978.

⁹ KNOWLTON, E. C. - "The Portuguese Language Press in Hawaii". *Social Process in Hawaii*, vol. 24 (1960), p. 89-99.

su comunidad a través de medios de comunicación en su propia lengua, es lo que da lugar al fenómeno de la prensa étnica portuguesa. Como es evidente, hay una relación directa entre la aparición de la prensa luso-americana y los flujos migratorios. Existe una lógica coincidencia entre los períodos de mayor llegada de inmigrantes y los momentos más prolíficos en la edición de publicaciones periódicas en lengua portuguesa.

2. La significación histórica de la prensa étnica en Estados Unidos

Las causas esenciales que impulsaron la creación de publicaciones periódicas y el fenómeno periodístico a lo largo del tiempo entre las comunidades de inmigrantes en Estados Unidos fueron, esencialmente, tres: la necesidad de mantener una relación con sus raíces a través de la lectura de noticias e informaciones que alimentaban el vínculo emocional con su tierra; el deseo de afirmar su identidad cultural y su lengua en un entorno nuevo, en el que desconocían las costumbres y el idioma local; y su función como servicio público para informar sobre la vida de la colonia y ayudar a integrar a los inmigrantes en el nuevo mundo. Las consecuencias de su existencia también fueron varias. Este tipo de prensa creó de un verdadero sentimiento de comunidad entre los miembros de cada núcleo de inmigrantes; contribuyó a su dinamización económica y cultural; aumentó su influencia y participación política; impulsó el desarrollo de proyectos comunitarios, y fue un agente importante en su educación, orientación e integración social¹⁰.

Para conocer los rasgos específicos que definen el fenómeno periodístico luso-americano y su verdadera dimensión a lo largo de

¹⁰ RHODES, L. D. – *The Ethnic Press. Shaping the American Dream*. New York-Washington-Oxford: Peter Lang, 2010.

la historia, es necesario observar los datos cuantitativos dentro del contexto de la prensa étnica norteamericana. Las estadísticas que se conocen a través de los estudios de diversos autores aportan una muestra representativa para comprender la evolución de la prensa en lengua no inglesa en los Estados Unidos de América. El principal trabajo que ha registrado las cifras sobre la evolución histórica de los periódicos producidos por las comunidades de inmigrantes es el libro de Robert E. Park *The Immigrant Press and Its Control* (1922), en el que se puede observar que el fenómeno de la prensa étnica alcanza su máxima expansión en la etapa de la emigración masiva desde Europa, entre 1890 y 1930, cuando más de 22 millones de personas llegaron a Estados Unidos, sobre todo a través de los puertos de Nueva York y San Francisco. En torno a 1910, había más de 1300 periódicos en lengua no inglesa (hasta en 30 lenguas diferentes), según el N. W. and Son's Ayer's American Newspaper Annual and Directory (1880-1909), de los cuales más de 500 eran en alemán, más de 100 en italiano, 75 en sueco y otros 75 en español. Aunque las fuentes bibliográficas no proporcionan información sobre la prensa portuguesa, según los datos recopilados en los archivos para este estudio, se cree que en 1910 el número de periódicos en portugués ascendía a 12 títulos. En total, sumando todas las publicaciones étnicas, alcanzaban una tirada estimada de 2,6 millones de ejemplares, y cerca de 150 eran diarios¹¹.

En general, en la producción de prensa étnica, se pueden distinguir tres grandes fases relacionadas directamente con los ciclos migratorios a Estados Unidos, según la clasificación de Leara D. Rhodes¹². La primera gran oleada comienza en el período colonial y llega hasta 1865, durante la cual se establecieron alrededor de 10 millones de inmigrantes procedentes, sobre todo, de Inglaterra, Irlanda, Alemania, Francia,

¹¹ BJORK, U. J. – “Ethnic Press. Newspapers for non-English speakers have long history”. In BLANCHARD, M. A. – *History of the Mass Media in the United States. An Encyclopedia*. Chicago-London: Fitzroy Dearbon Publishers, 1998, p. 207.

¹² RHODES, L. D. – *Op. Cit.*, p. 5-6.

Escandinavia, Países Bajos y China. En este período, se registraron hasta 300 publicaciones en lenguas extranjeras, principalmente en francés y alemán, según Ulf Jonas Bjork¹³. Entre 1865 y 1890, comienza una nueva fase con un volumen de inmigrantes parecido. El final de la guerra civil americana y de las guerras europeas (las invasiones napoleónicas y el conflicto entre Prusia y la alianza franco-austríaca-danesa) y el impulso de la revolución industrial, con el inicio de la era ferroviaria, favorecieron particularmente el movimiento de trabajadores. El mito del Oeste, en busca de tierras gratis para cultivar y la fiebre del oro, fue un importante estímulo añadido. También los feligreses de varias congregaciones religiosas, como los menonitas, los baptistas y los cuáqueros alemanes, se decidieron a emigrar a Estados Unidos cuando algunos Estados del Este europeo crearon leyes que favorecían a determinadas confesiones. En la tercera fase, que iría de 1900 a 1930, continúa el aumento constante de la cifra de periódicos creados por las comunidades de inmigrantes hasta que se imponen las restricciones legales migratorias en los años veinte. The Immigration Act de 1921 y 1924, y The National Origins Formula de 1929, reducen el ritmo de crecimiento de la inmigración y, consecuentemente, el número de periódicos realizados por o para los inmigrantes. Las cifras indican que en 1886 el número de cabeceras en lengua no inglesa era de 796; en 1900, son 1163; en 1917, 1323; en 1920, 1052; y en 1930, 1037. El período más productivo fue, por tanto, entre 1884 y 1920, en el que se fundaron 3.444 periódicos, la mayoría de existencia efímera, que es uno de los rasgos que definen este tipo de prensa. Estadísticamente, como media, por cada 100 periódicos que se fundaban, 93 cerraban¹⁴.

A pesar de la fugacidad de la mayoría, algunos títulos alcanzaron posiciones de relevancia e influencia a lo largo de la historia. La

¹³ BJORK, U. J. – *Op. Cit.*

¹⁴ MILLER, S. M. (Ed.) – *The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook*. New York-Westport-Connecticut-London: Greenwood Press, 1987, p. 13.

prensa étnica no ha sido un fenómeno marginal, con escaso nivel de impacto en la sociedad norteamericana. Hay numerosos casos que ilustran hasta qué punto este tipo de prensa fue un actor relevante en la estrategia política de algunas organizaciones, las relaciones públicas institucionales y la propia estructura social americana en diferentes períodos históricos. Tal y como relata en su libro Leara D. Rhodes, entre las evidencias más interesantes, se podrían citar la extraordinaria experiencia de tres personajes singulares en la historia americana: Abraham Lincoln, Joseph Pulitzer y Carlo Barsotti¹⁵. Lincoln decidió comprar en 1859 el periódico en alemán *Illinois Staatsanzeiger*, de Springfield, para poder hacer una campaña eficaz entre la comunidad alemana en su carrera hacia la Casa Blanca. Pagó por él 400 dólares a Theodore Canisius, que trabajó a su servicio para captar el voto de los alemanes. Tras la elección, Canisius recuperó el periódico y fue nombrado Cónsul de Estados Unidos en Viena¹⁶.

Joseph Pulitzer fue un inmigrante nacido en Budapest que llegó a Estados Unidos en 1864 para combatir en la Guerra Civil del lado de los unionistas. Cuando finalizó el conflicto trabajó como reportero del diario alemán con sede en St. Louis *Westliche Post*. Posteriormente, adquiriría en 1874 el periódico de la misma ciudad *Saats-Zeitung* y, más tarde, el *St. Louis Dispatch*, que fusionó con el *Post*. En 1887, fundó el *Evening World* en New York City, que se convirtió en portavoz del partido demócrata. Tuvo una competencia feroz con el *New York Morning Journal*, de William Randolph Hearst, que fue uno de los empresarios periodísticos más influyentes de la historia de Estados Unidos. El tipo de periodismo realizado por Joseph Pulitzer era sensacionalista y está considerado uno de los creadores del llamado “periodismo amarillo”. A su muerte, dejó parte de su fortuna a la

¹⁵ RHODES, L. D. - *Op. Cit.*, p. 42-43.

¹⁶ WITTKER, C. F. - *The German Language Press in America*. Lexington: University of Kentucky Press, 1957.

Columbia University School of Journalism, que creó en 1917 los prestigiosos premios de periodismo que llevan su nombre¹⁷.

Carlo Barsotti fundó en Nueva York el periódico italiano *Il Progresso Italo Americano* en 1880, que se transformó en el periódico en lengua no inglesa de mayor tirada de la ciudad. Barsotti utilizó su cabecera para promocionar a la comunidad italiana en Nueva York y ganar así influencia pública. Realizó una campaña que pretendía reconocer la contribución de los italianos al progreso de Estados Unidos. Gracias a sus reportajes e informaciones de elogio a la comunidad italo-americana, consiguió que se inaugurasen varios monumentos conmemorativos en diferentes lugares de la ciudad en honor a personajes históricos de Italia, como Giuseppe Garibaldi, Dante Alighieri y Giovanni da Verazzano. Entre otros muchos ejemplos sobre la influencia de la prensa étnica en la vida política americana, también se podría añadir a uno de los líderes de la independencia americana, Benjamin Franklin, que publicó en 1732, en Philadelphia, un periódico dirigido a los inmigrantes alemanes¹⁸.

En cuanto a los contenidos, hay estudios específicos que demuestran que los periódicos creados por las comunidades de inmigrantes establecidas en Estados Unidos, tienen una serie de temas comunes. Según las conclusiones del trabajo de J. Zubrzycki, hay cinco asuntos que suelen repetirse en este tipo de prensa: informaciones sobre el país de acogida, noticias internacionales, noticias sobre su propia comunidad, noticias sobre su país de origen y artículos de opinión o de carácter editorial¹⁹. Sin embargo, aunque existen lógicas similitudes, se pueden observar diferencias notables entre todos ellos a partir de una serie de elementos clave. Por un lado, la propia lengua en sí misma es un

¹⁷ NASAW, D. - *The Chief. The Life of William Randolph Hearst*. New York: First Mariner Book, 2001.

¹⁸ RHODES, L. D. - *Op. Cit.*, p. 43.

¹⁹ ZUBRZYCKI, J. - "The role of the foreign-language press in migrant integration". *Population Studies*, Vol. 12, no. 1 (1958), p. 73-82.

factor determinante, pues establece una categoría fundamental en la caracterización del estudio de la prensa étnica. Cada lengua somete la interpretación de la realidad a un proceso de abstracción diferente. Por otro lado, la estructura cultural de la comunidad emigrante influye en el qué y el cómo se narran los hechos sobre los que se informa. La idiosincrasia de cada sociedad, basada en las tradiciones culturales y la estructura ideológica de su imaginario identitario, condiciona el discurso informativo²⁰. En la construcción de la narración periodística influye, además, el tipo de publicación, el público y la intencionalidad del editor en relación con el hecho sobre el que se informa²¹. La visión del mundo de cada periódico, dentro de su respectiva comunidad inmigrante, es única. Su versión de la realidad, de su realidad en el universo americano, ofrece una perspectiva singular que puede ayudar a comprender dinámicas sociales ajenas a la cultura local dominante²² o también mostrar el nivel de influencia pública en su contexto político y socioeconómico²³.

Para muchos inmigrantes, los periódicos se convirtieron en un nexo de unión fundamental entre su comunidad, su país de origen y los Estados Unidos. Una de las primeras funciones de la prensa étnica fue educar a los inmigrantes en sus diferentes roles como ciudadanos americanos, proporcionándoles información sobre sus países de procedencia y promoviendo causas políticas. Sus funciones se fueron adaptando a las necesidades de las poblaciones a medida que iban cambiando, por ejemplo, su relación con el inglés. Cuando los inmigrantes creaban nuevas familias en Norteamérica, con descendientes

²⁰ WHORF, Benjamin Lee – *Language, Thought and Reality*. Cambridge, MA: MIT Press, 1956.

²¹ VAN DIJK, T. A. – *Ideology. A multidisciplinary approach*. London: Sage Publications, 1998.

²² RHODES – *Op. Cit.*, p. 49.

²³ MADISON, C. A. – *Jewish publishing in America. The impact of Jewish writing on American culture*. New York: Sanhedrin Press, 1976.

escolarizados en inglés, el incremento de lectores en la lengua local hizo que muchos periódicos étnicos ofreciesen también contenidos en dos lenguas.

La prensa étnica trata de hallar un nicho de mercado complementario al de la prensa local americana, publicando noticias que aquella no ofrece, particularmente las relacionadas con los países de origen de los inmigrantes, sobre políticas de inmigración o de nacionalización, acerca de los acontecimientos públicos dentro de la colonia, etc.²⁴. Algunos eran portavoces de instituciones corporativas o religiosas. Además de ofrecer datos e informaciones interesantes para la vida como inmigrante, estimulaban la identificación cultural y espiritual necesaria para integrarse en un entorno nuevo y desconocido. La prensa étnica era un medio de supervivencia, pero también una oportunidad para crecer profesionalmente.

De acuerdo con R. E. Park, la mayoría de los periódicos eran fundados por personas que tenían los recursos suficientes, relacionados en ocasiones con entidades bancarias o agentes de pasaje, como fue el caso del empresario portugués afincado en New Bedford Guilherme Machado Luiz, fundador de los diarios *Alvorada* y *Diario de Noticias*. Hubo otros editores que contaron con el apoyo de entidades asociativas, fraternales, políticas o religiosas para afrontar el proyecto editorial con éxito. Por esta razón, algunos periódicos surgieron financiados por congregaciones religiosas o por sacerdotes que asumían un protagonismo que iba más allá de sus funciones propiamente espirituales. En el caso de la comunidad luso-americana, también hubo sacerdotes-editores; algunos incluso llegaron a fundar varias publicaciones, con línea editorial propia y orientación política²⁵. Entre ellos, en la comunidad luso-americana destaca el padre Joseph

²⁴ RHODES – *Op. Cit.*, p. 54-55.

²⁵ LIPTACK, D. A. – *Immigrants and Their Church, Makers of the Catholic Community*. New York-London: McMillan, 1989.

(José) Cacella, fundador y editor de *O Portugal* y *A Luta*, en New York City.

El negocio de la prensa étnica, especialmente si no era en inglés, dependía mucho de la audiencia de la propia comunidad. Encontrar los lectores era fácil en las áreas urbanas, cuando los inmigrantes se concentraban en pequeñas ciudades. Pero si la colonia se dispersaba o no era muy numerosa, los costes de promoción y distribución aumentaban demasiado. Por esta razón, muchas publicaciones periódicas eran efímeras o tenían una periodicidad irregular. Por otra parte, el analfabetismo de muchos inmigrantes llegados en las primeras oleadas complicaba aún más la búsqueda y fidelización de los lectores que podrían hacer sostenible cada nueva edición.

Por tanto, publicar un periódico en estas circunstancias exige tener una gran ambición y fortaleza. Para triunfar como inmigrante a través de la profesión periodística, es necesario tener capacidad para soñar y tener fe en que es posible alcanzar el “sueño americano” haciendo periodismo²⁶. Por eso los periódicos son un rasgo de comunidades inmigrantes que tienen la pujanza suficiente para reinventarse cada día, para producir información sobre su propio acontecer diario, semanal o mensual; para establecer un debate público sobre los asuntos que más le preocupan y mostrar su capacidad para crear consenso o disenso acerca de determinados temas; para desarrollar su sentido de la realidad a través de una representación consciente, crítica, metódica y regular; para fortalecer su propia identidad por medio de la narración de relatos que comparten valores comunes; para en definitiva desarrollar su proyecto en comunidad con una agenda de asuntos y objetivos comunes.

²⁶ CULLEN, J. – *The American dream: A short history of an idea that shaped a nation*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2003.

3. Radiografía general de la prensa portuguesa en Estados Unidos

De acuerdo con los datos recopilados en diferentes archivos, a lo largo de la historia se han fundado más de un centenar y medio de publicaciones periódicas hasta en 10 Estados diferentes, fundamentalmente en California y Massachusetts. Se cree que el *Jornal de Notícias*, fundado en Erie (Pennsylvania) en 1877, fue el primero periódico en portugués de Estados Unidos. En relación con la distribución de las publicaciones periódicas a lo largo de las diferentes décadas, los datos muestran que Massachusetts reúne la mayor cantidad de títulos (42) en la época que más portugueses llegaron al Estado, entre 1900 y 1930. Aunque a partir de 1921 comenzaron a imponerse restricciones migratorias, la gran afluencia de inmigrantes de los años anteriores propiciaron una concentración de audiencia suficiente para impulsar numerosos proyectos periodísticos, como se observa en el cuadro de abajo. De hecho, en la década de 1920, se fundaron 23 cabeceras en Massachusetts, la mayoría en la ciudad de New Bedford, que ha sido el gran núcleo de producción periodística en la historia de la inmigración luso-americana. Entre 1880 y 1900, se crearon 11 títulos en el Estado de Massachusetts. Una cifra similar a California, con 12 cabeceras, como se puede comprobar a continuación:

Número de Títulos Fundados, por Décadas y Estados

Cifras en orden cronológico

1870: 1. (Pennsylvania).

1880: 8. (2, Massachusetts.); (4, California); (2, Hawai).

1890: 23. (8, Massachusetts); (8, California); (7, Hawai).

1900: 17. (10, Massachusetts); (5, California); (2, Hawai).

1910: 18. (10, Massachusetts); (6, California); (1, Hawai); (1, New York).

1920: 34. (23, Massachusetts); (5, Cal.); (3, New Jersey); (2, Rhode Island);

(1, New York).

1930: 27. (6, Massachusetts); (11, Cal.); (5, New York); (4, New Jersey); (1, Connecticut).

1940: 3. (2, Massachusetts); (1, New York).

1950: 2. (2, New York).

1960: 5. (2, New Jersey); (2, California); (1, Massachusetts).

1970: 15. (6, New Jersey); (4, Massachusetts); (3, Rhode Island); (2, California).

1980: 7. (3, California); (1, Rhode Island); (1, New York); (1, Massachusetts).

1990: 4. (2, California); (1, New Jersey); (1, Rhode Island); (1, Florida).

2000: 3. (1, California); (1, Massachusetts); (1, Virginia).

2010: 0.

(Fuente: Elaboración propia, basada en datos obtenidos en diversos archivos)

En el período 1900-1930, en tierras californianas se crearon 16 cabeceras. En los años veinte, al contrario de lo que ocurrió en Massachusetts, sólo se fundaron 5 periódicos. En cambio, probablemente por la llegada de portugueses procedentes de otros Estados más afectados por la crisis de 1929, California experimentó el crecimiento más alto de su historia en la década de 1930, con 11 nuevos títulos fundados. Algo parecido debió ocurrir en Nueva York y New Jersey, donde nacieron 9 títulos en los años treinta. En las décadas siguientes, la comunidad luso-californiana ya no alcanzó las cifras de creación de periódicos de los años precedentes. Según los datos registrados, durante veinte años, entre 1940 y 1960, no hubo nuevos periódicos luso-americanos en California. Y desde 1960 hasta la actualidad, únicamente se han fundado 10 nuevos títulos.

El pronunciado descenso en la producción periodística durante el período 1940-1970 fue general debido a la reducción de nuevos inmigrantes. Tan sólo se registra un repunte en los años setenta (con 15 publicaciones en total), cuando se produce la segunda gran oleada migratoria iniciada con la salida masiva de azorianos por las erupciones volcánicas a finales de 1957. En esta época ganan

protagonismo otros Estados, como New Jersey y Rhode Island, donde aparecen un total de 11 cabeceras entre 1960 y 1980.

El discurso periodístico de los inmigrantes casi siempre trata de reforzar la identidad y la defensa de los intereses comunes, al tiempo que mantiene un vínculo emocional con el país de origen e informa sobre lo que ocurre en las respectivas colonias étnicas. Por ejemplo, la comunidad de origen germano, la más numerosa de Estados Unidos (con cerca de 50 millones de personas, entre inmigrantes y sus descendientes), ha fundado varios cientos de cabeceras periodísticas, algunas de las cuales han jugado un papel extraordinariamente relevante en la historia estadounidense, como ya se ha visto. Ingleses, irlandeses, italianos, franceses, chinos, hispanos e inmigrantes con otras procedencias también han producido cientos de títulos. La comunidad luso-americana no ha sido ajena a este fenómeno característico de los núcleos con fuerte concentración inmigrante, especialmente en las etapas con mayores flujos migratorios.

Quizás lo más característico de la prensa luso-americana se refleje en los siguientes aspectos: 1) Es una prensa creada por inmigrantes de origen portugués, salvo algunas excepciones (brasileiros y caboverdeanos). 2) La gran mayoría de sus fundadores y editores proceden del archipiélago de Azores. 3) Además de un interés especial por las informaciones relativas a los asuntos azorianos, debido a su vinculación a un país con un extenso imperio colonial es un tipo de prensa con intereses y preocupaciones universales, con noticias relacionadas con África, Asia, América, Oceanía y, por supuesto, Europa. 4) La concentración migratoria en Massachusetts y California, con periódicos de referencia en estos dos históricos y ricos Estados, como el *Diario de Noticias* (1927-1973) y el *Jornal Português* (1932-1997), la convierten en una prensa que tiene una marca territorial muy particular, presente también en Hawai, con una interesante influencia en las dos costas americanas.

4. Los periódicos y la mitología de la presencia portuguesa en Norteamérica

La presencia portuguesa en Estados Unidos no es un fenómeno circunscrito a períodos determinados de finales del siglo XIX y durante el siglo XX, sino que es mucho más extenso en el tiempo²⁷. La llegada de portugueses al territorio norteamericano podría remontarse simbólicamente a la colonización española de América, cuando soldados y marineros de origen portugués participaron en las expediciones al servicio de España. Entre todos ellos, hubo uno que destacó especialmente. Fue el marino João Rodrigues Cabrilho (conocido en la literatura histórica española como Juan Rodríguez Cabrillo), que se convirtió en el primer navegante en alcanzar la costa de California, a donde llegó el 28 de septiembre de 1542 en una expedición marítima procedente de México. Este episodio es particularmente importante, porque se convirtió en uno de los hitos históricos a los que de forma recurrente la prensa luso-americana, especialmente la californiana, ha apelado para reivindicar el papel de los portugueses en el descubrimiento y colonización del territorio norteamericano.

En California, incluso se creó una asociación de clubes con presencia en muchas ciudades que editaba una revista entre 1937 y 1938 titulada *Cabrillo Commentator Discoverer of California*. También el periódico más influyente y longevo de la prensa-lusoamericana en California, el *Jornal Português*, publicó el 3 de julio de 1942 un número conmemorativo de más de 50 páginas dedicado al “Quarto Centenário da Descoberta da Califórnia por João Rodrigues Cabrilho”. Entre otros muchos textos dedicados al navegante portugués, el editor de *O Amigo dos Cathólicos* y de *A Liberdade*, el sacerdote y poeta Guilherme Silveira da Glória, dedicó un poema al insigne navegante

²⁷ CARDOZO, M. S. – *The Portuguese in America (590 b.C-1974)*. Dobbs Ferry, New York: Oceana Publications, 1976.

português que comenzaba así: “A California é linda, a California é bela!/ Da América do Norte, a mais donosa estrela,/ Terra da Promissão, Terrestre Paraizo,/ Sônho da Natureza, Angélico Sorriso!/ Por séculos esteve envolta na neblina,/ Á espera que uma luz, celestial, divina,/ Ás suas praias guiando o Capitão Cabrilho,/ Sôbre ela derramase um deslumbrante brilho!/ (...)”. Joaquim Rodrigues da Silva Leite, que fue editor de *Portugália*, de *Cabrillo Commentator* y editor literario de *A Revista Portuguesa* llegó incluso a afirmar que “(...) dificilmente se encontrará na História outro nome que em si contenha tantas afirmações das mais belas qualidades da raça lusa.”

Hay constancia histórica de que otro navegante portugués de origen azoriano, Miguel Corte Real, exploró la región de Labrador y Terranova en los inicios del siglo XVI, aunque no hay datos exactos sobre si llegó o no a desembarcar en el atual territorio de Estados Unidos, pues se cree que su barco naufragó en algún punto desconocido de la Costa Este americana. En 1918, en un nuevo análisis de los petroglifos de la antigua Piedra de Dighton, descubierta en Berkeley (Massachusetts) a finales del siglo XVII, el investigador Edmund Delabarre creyó haber hallado inscripciones relacionadas con el navegante portugués, entre las cuales identificó la fecha de 1511. Este hallazgo propició un prolongado y controvertido debate que tuvo gran repercusión en los medios de comunicación luso-americanos. Pues de ser ciertas las conclusiones de Delabarre, se probaría que también la Costa Este americana tuvo un descubridor portugués. Con sus informaciones y artículos sobre el asunto, la prensa luso-americana elevó el interés por la historia de los portugueses en Estados Unidos. Su papel fue fundamental en la fundación y promoción del museo que Estado de Massachusetts inauguró para albergar la piedra, de la que se guarda una réplica en el Museo da Marinha, en Lisboa.

Hubo otros episodios legendarios, que forman parte del imaginario histórico sobre la colonización del territorio norteamericano, que la prensa luso-americana contribuyó a forjar como referentes fundamentales

de la singular identidad de la comunidad inmigrante portuguesa. Entre todos los relatos sobre los colonos de origen portugués que fueron protagonistas en algún momento de la historia americana, los periódicos de la colonia prestaron una atención especial a la vida de Peter Francisco, que fue un heroico soldado de la guerra de independencia, bautizado como “giant of the revolution” por la literatura de la época. Según la leyenda,, Peter Francisco nació en la isla de Terceira (Azores). Con tan sólo 5 años, fue abandonado (u olvidado, no se sabe) el 23 de junio de 1760 por el capitán de un navío portugués en el muelle de City Point (Virginia), donde hizo escala varios días, antes de dirigirse a Brasil. El niño fue adoptado por el juez de la localidad, que averiguó su procedencia y su nombre, que al parecer era “Pedro Francisco”. Intentó contactar por carta con sus posibles familiares, pero nunca obtuvo respuesta. Cuando Peter Francisco creció, en 1777 decidió alistarse en el ejército independentista. En la guerra contra Gran Bretaña, demostró un gran coraje y valentía, que le valieron el reconocimiento público de George Washington, que lo destacó como héroe entre los héroes: “Without him, we would have lost two crucial battles, perhaps the war, and with it our freedom”. La historiografía lo ha convertido en uno de los personajes militares más populares de la revolución norteamericana; atualmente forma parte de la mitología patriótica de los Estados Unidos. Existe incluso una Society of Descendents of Peter Francisco, que ha logrado construir el árbol genealógico completo de sus descendientes.

La prensa luso-americana jugó también un papel importante en la reivindicación del origen de Peter Francisco, obviado en muchos de los relatos oficiales americanos. En 1926, el periodista portugués establecido en Fall River (Mass.) Vasco de Sousa Jardim, y el padre Augusto Furtado, de Somerset (Mass.), con la ayuda de la revista *American Legion*, organizaron una campaña para dar a conocer el origen portugués de Peter Francisco entre los inmigrantes lusos. A la promoción pública sobre la identidad portuguesa de Peter Francisco,

se sumará posteriormente el abogado de New Bedford Edmundo Dinis y la União Portuguesa Continental de Boston, que creó un premio, la “Medalha Peter Francisco”, para distinguir a aquellas personas que hubieran destacado en la promoción de Portugal y la cultura portuguesa. Entre los condecorados con esta distinción, están John F. Kennedy (presidente de Estados Unidos), Basil Brewer (propietario del *Standard Times*, de New Bedford), Joe Martin (portavoz de la Casa Blanca con los presidentes Harry Truman y Dwight D. Eisenhower), John dos Passos (escritor de ascendencia portuguesa), João R. Rocha (director y propietario del *Diario de Noticias*) y Anibal Branco (editor de *O Independente*).

En Newark, el periódico *Luso-Americano* y la Portuguese-American Scholarship Foundation desarrollaron también una exitosa campaña para que el triángulo urbano entre Ferry Street, Edison Place y Railroad Avenue, en la que residían muchos portugueses, fuese bautizado con el nombre de Peter Francisco Park, que todavía hoy existe en la capital de New Jersey. La obra fue culminada en 1976 con la inauguración de un obelisco en honor al héroe luso-americano en la plaza homónima. El gobernador del Estado de Massachusetts, Christian A. Herter, designaría la jornada del 15 de marzo como Peter Francisco’s Day desde 1953 y el alcalde de New Bedford, Arthur R. Harriman, hizo pública el 12 de marzo de 1954 una proclamación oficial publicada en la prensa portuguesa para que la bandera de Portugal fuese hasteada junto a la enseña americana en el edificio del ayuntamiento, en honor a Peter Francisco y a la comunidad luso-americana. Salvando las distancias y las circunstancias, la historia de Peter Francisco podría ser equiparable con el del colonizador español Bernardo de Gálvez, que fue también ciudadano honorario de los Estados Unidos por su papel en la guerra de independencia.

Más allá de la época legendaria de la exploración marítima y de la colonización del territorio norteamericano, muy relevante en la construcción de la identidad luso-americana, pues dejó una marcada

huella emocional en su ideario simbólico, la verdadera historia colectiva de la emigración portuguesa a Estados Unidos la escriben inmigrantes anónimos cuya presencia en Estados Unidos ha contribuído a estimular el diálogo entre Norteamérica y el mundo ibérico. Un diálogo en el que la prensa ha servido para encontrar nuevos espacios de comunicación y conocimiento mutuo.

Bibliografía

- BERTÃO, D. – *The Portuguese Shore Whalers of California, 1854-1904*. San Jose, CA: Portuguese Heritage Publications of California, 2006.
- BJORK, U. J. – “Ethnic Press. Newspapers for non-English speakers have long history”. In BLANCHARD, Margaret A. (Ed.) – *History of the Mass Media in the United States. An Enciclopedia*. Chicago-London: Fitzroy Dearbon Publishers, 1998.
- BORGES, M. J. – *Chains of Gold. Portuguese Migration to Argentina in Transatlantic Perspective*. Leiden: Koninklijke, 2009.
- CARDOZO, M. S. – *The Portuguese in America (590 b.C-1974)*. Dobbs Ferry, New York: Oceana Publications, 1976.
- CULLEN, J. – *The American dream: A short history of an idea that shaped a nation*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2003.
- FELIX, J. H.; SENEAL, P. F. – *The Portuguese in Hawaii*. Honolulu: Centennial Edition: copyrighted by the authors: obtainable through the Liberty House, Honolulu, 1978.
- KNOWLTON, E. C. – “The Portuguese Language Press in Hawaii”. *Social Process in Hawaii*, no. 24 (1960).
- LIPTACK, D. A. - *Immigrants and Their Church, Makers of the Catholic Community*. New York-London: McMillan, 1989.
- MADISON, C. A. – *Jewish publishing in America. The impact of Jewish writing on American culture*. New York: Sanhedrin Press, 1976.
- MILLER, S. M. (Ed.) – *The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook*. New York-Westport-Connecticut-London: Greenwood Press, 1987.
- MOYA, J. C. – *Cousins and Strangers. Spanish Immigrants in Buenos Aires*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1998.
- N. W. and Son's Ayer's American Newspaper Annual and Directory*. Pennsylvania: N. W. Ayer and Son, 1880-1909.
- NASAW, D. – *The Chief. The Life of William Randolph Hearst*. New York: First Mariner Book, 2001.
- PAP, L. – *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publications-A Division of G. K. Hall & Co., 1981.
- PARK, R. E. – *The Immigrant Press and Its Control*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1922.

- PENA, A.; Mesquita, M. y VICENTE, P. (Coords.) – *Galiza e Açores. A Rota Americana*. Lisboa: Almedina, 2012.
- , *Emigración e exilio nos Estados Unidos de América. Experiencias de Galicia e Azores*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2015.
- RHODES, L. D. – *The Ethnic Press. Shaping the American Dream*. New York-Washington-Oxford: Peter Lang, 2010.
- RUEDA, G. – *La emigración contemporánea de españoles a Estados Unidos*. Madrid: Mapfre, 1993.
- VAN DIJK, T. A. – *Ideology. A multidisciplinary approach*. London: Sage Publications, 1998.
- VICENTE, A. L. – *Os Portugueses nos Estados Unidos da América. Política de Comunidades e Comunidade Política*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1998.
- WARRIN, D. – *So Ends This Day. The Portuguese in American Whaling, 1765-1927*. North Dartmouth: Tagus Press-Center for Portuguese Studies & Culture-University of Massachusetts Dartmouth, 2010.
- WILLIAMS, J. R. – *In Pursuit of their Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*. North Dartmouth: Tagus Press-Center for Portuguese Studies & Culture-University of Massachusetts Dartmouth, 2007.
- WITTKE, C. F. – *The German Language Press in America*. Lexington: University of Kentucky Press, 1957.
- ZUBRZYCKI, J. – “The role of the foreign-language press in migrant integration”. *Population Studies*, Vol. 12, no. 1 (1958), p. 73-82.
- WHORF, Benjamin Lee – *Language, Thought and Reality*. Cambridge, MA: MIT Press, 1956.

**EXÍLIOS E RESISTÊNCIAS ANTISSALAZARISTAS
EM SÃO PAULO/BRASIL
O JORNAL *PORTUGAL DEMOCRÁTICO*:
QUESTÕES E DEBATES (1958-1977)**

Maria Izilda Santos de Matos

Nas décadas de 1950/60 e 1970, entre os portugueses chegados a São Paulo/Brasil destacou-se um grupo de exilados antissalazaristas, que criou um jornal visando constituir um canal de expressão política – *Portugal Democrático*, este manteve suas atividades por 19 anos, totalizando 205 números impressos. Esta pesquisa, priorizando a trajetória do periódico, discute algumas ações, polêmicas, interlocuções, articulações, principais bandeiras e debates enfrentados por estes sujeitos históricos.

O tema: questão de memória

08/05/1974 Movimento estudantil – agitação na USP

A festa programada pelos estudantes para comemorar a queda da ditadura em Portugal, foi realizada no dia 03/05/1974, no prédio do Departamento de História da FFLCH/USP... a assistência se compunha de mais de 1000 pessoas... A sessão foi presidida pelo prof. Silvio Band, brasileiro há muito ligado aos democratas portugueses. Compunham, ainda, a mesa Antonio Soares Amora,

João Paulo Gomes Monteiro, Jorge Figueiredo, Ítalo Tronca, Paulo Emílio Sales Gomes, Antônio Candido, os exilados Miguel Urbano, João Sarmento Pimentel, Fernando Lemos, Edson Ribeiro Menezes (representante do Jornal Portugal Democrático), a viúva de Antonio Augusto Aragão, Juan Blanco e Raul Cirilo da Cunha, além de outras pessoas não identificadas.

Com a morte, no dia 02/05, do Prof. Victor Ramos, da USP, chegou a ser cogitado o cancelamento da festa, mas a reunião foi mantida em sua própria homenagem, já que falecera ele, quando, em companhia de outros, organizava as comemorações.

Enaltecendo a figura do falecido, falou Antonio Soares Amora, seu grande amigo. Os demais oradores enaltecem a luta dos portugueses, sob o regime salazarista. Merece destaque especial o estudante que falou em nome dos alunos da USP... prestada, inicialmente, homenagem ao falecido prof. Victor Ramos, no final da sua oração, após referir-se à prisão dos estudantes e ao COMITÊ DE PRESOS POLÍTICOS, afirmou que deveríamos “transformar o Brasil num imenso Portugal” ...

Encerrando a sessão falou o comandante, João Sarmento Pimentel, um dos fundadores da República Portuguesa e exilado no Brasil há 40 anos. Com mais de 80 anos de idade, visivelmente emocionado pelas possibilidades de voltar, em breve a sua Pátria, foi prolongada e entusiasticamente aplaudido...¹

A leitura deste documento, localizado no acervo do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social/SP), acionou campanhas de memória, num retorno a um passado de 40 anos atrás, possibilitando reviver cenários, ações e emoções. Maio de 1974 no prédio da FFLCH/USP celebrava-se a liberdade, o fim da ditadura

¹ Informação n.321 ARSI/SP.T/DSI/MEC/74, SP 08/05/74. DOPS/SP. Acervo DEOPS/SP, APESP Paulo.

salazarista, juntamente com as homenagens ao recém-falecido professor Victor Ramos. Eram “anos de chumbo”, momentos de intensa repressão, no comando da Secretaria de Segurança Pública São Paulo encontrava-se o temido coronel Erasmo Dias. Este acontecimento foi para mim, recém-ingressa no curso de História, o primeiro e marcante encontro com a academia e a resistência política; corações acelerados, emoções e medo pairavam no ar, era a primeira manifestação política campus desde o AI5 (dezembro/1968), a repressão podia vir a qualquer momento e com violência. Este experimento de memória, articulado às questões postas pelas discussões atreladas aos 50 anos do Golpe de 1964, no Brasil, e às quatro décadas da “Revolução dos Cravos” motivam ainda mais o desafio desta investigação.

Deslocamentos: perspectivas de análises

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, apesar de se identificar diversos pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas às múltiplas possibilidades de comunicação, dinamizam os deslocamentos, tornando-os perceptíveis e provocando hostilidades, rejeições, conflitos, xenofobia nas sociedades receptoras e transformando esta questão num desafio para o historiador.

Os deslocamentos devem ser analisados além dos seus condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, não sendo vistos apenas, como respostas às condições de pobreza e às pressões do crescimento da população. As mobilidades superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, agregando questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais, de gênero e políticas, que envolveram refugiados, exilados, asilados e expulsos, que frente às perseguições, lutaram pelos ideais de liberdade longe da pátria.

Neste sentido, estes escritos pretendem uma contribuição para o estudo da presença portuguesa em São Paulo (1920/70), destacando as experiências de um grupo, que no exílio, levou a frente ações de oposição ao regime salazarista e que constituiu um canal de expressão política: o jornal *Portugal Democrático*. Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: o próprio periódico, a documentação do DEOPS/SP, além de cartas e entrevistas².

Deslocamentos: saídas

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, como poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, somadas à infertilidade, improdutividade das terras, ao atraso tecnológico e às intempéries e flagelos, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e populacionais; também, se fizeram presente nestes processos os desejos de “fazer a América”, que se somaram aos exílios, frente ao aumento das tensões e perseguições políticas.

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres sós e saídas clandestinas) ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, outros setores viam na emigração uma possibilidade de aliviar as tensões sociais, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas³.

² As entrevistas foram realizadas por vários pesquisadores, com destaque para RAMOS, Ubirajara B. – *Portugal Democrático. Um jornal da Resistência portuguesa ao Salazarismo publicado no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2004. Dissertação de Mestrado.

³ Ações buscavam conter a emigração em condições desfavoráveis, viabilizar o repatriamento de desvalidos e desempregados, reprimir a clandestinidade e os engajadores, controlar as saídas através de exigências, taxas, custos de passaportes

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18), as dificuldades foram agravadas com a alta dos preços, desemprego e miséria no campo, gerando descontentamento, com lutas e reivindicações dos trabalhadores, bem como o crescimento das organizações operárias e sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (1921/PCP)⁴. Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926). Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de saídas, inclusive o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para pasta das finanças António de Oliveira Salazar, que investiu em ações para ajustar a economia nacional e reduzir os desequilíbrios; posteriormente, foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo implantado em 1933/34, que se caracterizou como um governo corporativo, forte e intervencionista, com leis trabalhistas e proibição de greves, cultivando alianças com a Igreja católica, constituindo-se num regime autoritário católico⁵.

O único partido legalmente reconhecido era a União Nacional, também compunham o esquema, a Legião Portuguesa, os “camisas azuis” e a “Mocidade Portuguesa”. A Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933), PIDE

e outras imposições, no entanto, nem sempre atingindo resultados. PEREIRA, Miriam Halpern – *A política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa: Regra do Fogo, 1981.

⁴ MAXWELL, Kenneth – *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵ SECCO, Lincoln – *A Revolução dos Cravos e a Crise do império colonial Português*. São Paulo: Ed. Alameda, 2004; PINTO, António Costa – *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal- 1914-45*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994; TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*. 2.^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 2 vols.; ROSAS, Fernando – “O Estado Novo”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. VII.

(1946), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Legião Portuguesa constituíram o equipamento de repressão, para conter as oposições (ampliando o número das saídas dos seus oponentes)⁶.

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48). A repressão às oposições era mantida por meio da PIDE e de outros órgãos, bem como de um sistema de estímulo às delações.

O governo era resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais e centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe.

Apesar do perfil do regime salazarista, o país manteve-se neutro durante a maior parte da II Guerra Mundial. Em 1943, com o avanço dos aliados, o governo cedeu os Açores para bases britânicas e norte-americanas. Após a guerra, Portugal integrou a OTAN e recebeu apoio do Plano Marshall, que lhe possibilitou uma situação econômica e financeira relativamente confortável⁷.

Durante a Guerra Fria, o PCP (na clandestinidade desde 1929) foi particularmente atingido, crescendo as tensões e as ações repressivas do regime a outros opositores. Estes conflitos se agudizaram em torno das eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado. A campanha do General tinha como plataforma a restauração das liberdades, a anistia aos presos políticos e a organização de partidos. Ele angariou adeptos e popularidade, desta forma, o

⁶ SECCO, Lincoln – *Op. Cit.*; PINTO, António Costa – *Op. Cit.*; TORRALBA, Luís Reis – *Op. Cit.*; MATTOSO, José e ROSAS, Fernando – *Op. Cit.*

⁷ MAXWELL, Kenneth – *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Ed. Schwarcz Ltda., 2006, p. 38.

resultado das eleições surpreendeu com 76% dos votos para Américo Tomás (candidato da situação)⁸.

A fraude eleitoral foi prontamente denunciada; contudo, o governo revidou anunciando aumento salarial para os funcionários públicos, concessão de créditos para a agricultura e a indústria e criação do Banco do Fomento; paralelamente, desencadeou a repressão com novas ações da PIDE, prisão de vários opositores, enquanto outros eram inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optando pelo exílio.

Apesar da coerção as ações e articulações da oposição estas ocorriam, cabe mencionar a “Operação Dulcineia” (1961), encabeçada pelo capitão Henrique Galvão que se apoderou do navio *Santa Maria*, no Mar do Caribe, com o objetivo de partindo do Golfo da Guiné, instalar-se em Luanda, uma base de apoio, para, posteriormente, dirigir-se a Portugal. A Marinha norte-americana apreendeu o *Santa Maria* e, depois de negociações complexas e enfrentando o governo português, conseguiu asilo para todos os envolvidos no Brasil⁹.

Nos anos 1960/70, a situação socioeconômica no país mantinha-se com poucas perspectivas, a crise econômica, particularmente, a agrícola que assolava o país, gerando carência de alimentos e declínio da produção nos campos. As saídas continuavam a ser a válvula de escape e as remessas enviadas pelos imigrantes amenizavam as carências.

⁸ Delgado organizou o MNI (Movimento Nacional Independente/59) que se tornou a base para várias de suas ações. Após a eleição, em inícios de 1959, ele foi demitido da Força Aérea, sentindo-se perseguido, pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa, aonde permaneceu por cerca de 100 dias. O pedido de asilo gerou controvérsias e tensões, pressões do governo português, dúvidas do então presidente do Brasil, JK, pressões do embaixador Álvaro Lins, que assumiu a defesa do asilado. Finalmente, em 24 de abril de 1959, Delgado partiu para o Brasil mantendo suas ações de oposição ao regime (também esteve na Argélia, Itália, França e retornou ao Brasil). Uma tentativa de regresso e ação política direta culminou no seu assassinato em 1965, próximo à cidade de Badajós (fronteira com a Espanha).

⁹ ROSAS, Fernando – “O Estado Novo”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. VII, p. 468-476.

A despeito da repressão continuar, a oposição crescia, mostrando sinais de esgotamento do regime. Em 1968, Salazar sofreu uma queda e não mais se recuperou, vindo a falecer em 1970. Com relutância, o presidente Américo Tomás indicou para Presidência do Conselho Marcelo Caetano, que se propunha a modernizar Portugal, entretanto, com cautela política¹⁰.

Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam e as resistências cresciam, articulando diferentes setores médios, estudantes, movimentos operários e oposicionistas (dentro e fora do país). Ampliavam-se os desgostos, especificamente, devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, o regime mantinha-se indiferente frente à questão, apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos.

As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal¹¹.

Deslocamentos: historiografia

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de e/imigrantes entrados no Brasil, tendo sua presença se estendido por praticamente todo o país, apesar disso, apenas recentemente esta temática instigou pesquisadores. A produção historiográfica sobre e/imigração em São Paulo privilegiou certos grupos, porém só ultimamente, que apareceram trabalhos que investigam os ibéricos e, em particular, os portugueses. Alguns destes estudos buscam ultrapassar as interpretações centradas nas referências expulsão- atração, priorizando aspectos que focalizam

¹⁰ MATTOSO, José – *Op. Cit.*; MAXWELL, Kenneth – *Op. Cit.*; ROSAS, Fernando (Org.) – *O Marcelismo e a crise final do Estado Novo*. Lisboa: Ed. Colibri, 1999.

¹¹ SECCO, Lincoln – *Op. Cit.*

as relações culturais, ações e lutas políticas, vínculos estabelecidos e redes de sustentação nos países de saída e de acolhimento, sonhos, expectativas e lutas construídos no processo¹².

A e/imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levadas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, mas, a maioria por conta própria. A concentração das entradas ocorreu entre os anos finais do século XIX e a Iª Grande Guerra, outro fluxo se estendeu pelos anos 1930/40 e uma retomada no pós-II Guerra até meados da década de 1960 (no qual se insere a maior parte do grupo aqui analisado).

Nos estudos sobre as resistências e lutas contra salazarismo, de modo recente passou-se a reconhecer a necessidade de recuperação do papel histórico dos que atuaram no exílio. A pouca visibilidade do desempenho político destes exilados pode estar vinculada a certo afastamento e/ou desconhecimento de articulações, redes de apoio, canais de divulgação e publicações que possibilitaram a revelação e denúncia no estrangeiro dos abusos do salazarismo. Neste sentido, se justifica a análise do grupo de exilados portugueses em São Paulo que se articularam em torno do *Portugal Democrático* (1958 e 1977), suas atividades oposicionistas e debates travados¹³.

¹² FRUTUOSO, M. Suzel G. – *A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: O Caso de Santos (1850-1950)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. Dissertação de Mestrado; FREITAS, Sônia M. – *Presença Portuguesa em SP*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006; MATOS, M. Izilda S. e SOUSA, Fernando – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru/Porto: EDUSC/CEPESE, 2008; PASCAL, M. Aparecida – *Portugueses em SP*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005; MATOS, M. Izilda S. – *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC, 2013.

¹³ PAULO, Heloisa – *Aqui também é Portugal. A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000; SILVA, Douglas M. A. – *Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006; OLIVEIRA, Fábio R. – *Trajatórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010. Tese de Doutorado; RAMOS, Ubirajara B. – *Portugal Democrático. Op. Cit.*; MATOS, M. Izilda S. – *Portugueses: deslocamentos. Op. Cit.*

Deslocamentos: São Paulo - a sociedade de acolhimento

A expansão urbana de São Paulo, nos finais do século XIX e início do XX, esteve vinculada à economia cafeeira, porém, gradativamente, a cidade consolidou-se como centro econômico e político, polo industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços¹⁴.

Apesar de espalhado por todo Brasil, os lusitanos estavam prioritariamente agrupados nos núcleos urbanos; depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior concentração de portugueses, tornando-se o principal polo de atração, devido às novas perspetivas geradas pelo desenvolvimento econômico e industrial. Os lusos se constituíram num grupo social e economicamente diversificado, desde abastados industriais e comerciantes (os comendadores) até trabalhadores, envolvidos em funções variadas na indústria, comércio, pequenos negócios, serviços e atividades domésticas.

A partir dos anos 1950 ocorreu nova retomada do fluxo de e/ imigrantes portugueses, particularmente, depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que também possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. Muitos vieram na busca de novas oportunidades profissionais, outros escapando das dificuldades da vida no campo e do serviço militar obrigatório, também fugindo das tensões/perseguições políticas.

Situações limites, como convulsões políticas, conflitos bélicos, repressões políticas e étnicas geraram a necessidade de deslocamentos de exilados e refugiados. No caso português, as perseguições políticas produziram uma onda de exílios em 1926/7, acentuando-se depois com a implantação do Estado Novo (1933). Podendo-se destacar

¹⁴ De 1870 a 1900, a cidade passou de 31.385 para 239.820 habitantes; entre 1920 e 1950, a população cresceu de 579.033 para 2.198.096 pessoas e na década de 1960 atingiu a cifra de 3.259.087 moradores. Em 1954, já como a maior cidade do país, entre os eventos celebrativos do seu IV Centenário, merece menção a *Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil*, sob a coordenação de Jaime Cortesão, com painéis de Fernando Lemos.

entre os motivos destas saídas a falta de perspectivas profissionais, as exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), a censura (de artistas, jornalistas e escritores), as situações de medo e insegurança¹⁵.

O final da IIª Guerra coincidiu com o retorno dos governos democráticos no Brasil e também com mudanças na legislação internacional (com a extensão do “asilo político”¹⁶), tornando o país uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo. Desta forma, se constituíram redes de apoio e recepção¹⁷, através de

¹⁵ “Observando os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português pode-se melhor caracterizar os fluxos de exílios. Inicialmente, identifica-se uma leva nos anos 1920/30, envolvendo os que atuaram na oposição e levantes contra o sistema estabelecido (1927/28 e 1931), eram na maioria republicanos e democratas, alguns, depois de passagens pela Espanha, exilaram-se na França e na sequência no Brasil; dentro desta primeira leva encontra-se João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão. Já entre 1940/56, intelectuais e políticos em tensão com o regime salazarista exilaram-se majoritariamente no Brasil. A dinâmica oposicionista e o agravamento da repressão depois de 1957/58 gerou novos fluxos, que levou diferentes quadros políticos e de opção ideológica diversa a saírem, tendo o Brasil como um dos destinos. Entre 1965/74, percebe-se que o aumento das saídas esteve associado às Guerras coloniais, ao movimento estudantil e à emergência de novos grupos políticos; além do Brasil, cresceram os fluxos para áreas mais próximas a Portugal como Marrocos e Argélia, França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e, em menor frequência, para Romênia, URSS, Canadá e EUA. As escolhas por estes destinos se vinculam as diferenças de opções políticas, articulações nas sociedades de acolhimento e nível de projeção dos agentes envolvidos.” MARTINS, Susana – *Socialistas na oposição ao Estado Novo: Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*. Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

¹⁶ O asilo político é concedido ao estrangeiro que se sente perseguido ou em situação de insegurança em seu país. O refúgio possui o objetivo de proteger o estrangeiro que por motivos religiosos, étnico-raciais ou políticos passam por perigo de vida em seu país. O exílio é o estado de estar longe da própria casa, podendo ser voluntário ou forçado, apesar de particularidades, utiliza-se como sinônimo das categorias banimento, desterro ou degredo, em alguns casos, também refúgio. Em 1960, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar o Estatuto dos Refugiados de Genebra (1951, em vigor 1954).

¹⁷ MACDONALD, J. e MACDONALD Leatrice – Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*. Vol. XLII, No. 1 (1964), p. 82-97; DEVOTO, FERNANDO J. – Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA. N.º 8 (1988), p. 103-123.

partidos (PCP e PCB), grupos profissionais e políticos, envolvendo jornalistas, intelectuais, acadêmicos brasileiros e associações.

Em São Paulo, através da influência de pessoas como João Sarmento Pimentel¹⁸, que era do círculo de amizade de Júlio de Mesquita, proprietário do grupo *Estado de São Paulo*, que acolheu jornalistas e intelectuais portugueses, tanto através de empregos nos jornais, como nas universidades paulistas e setores editoriais¹⁹.

Cabe observar que os exilados nas décadas de 1950/60 se diferenciaram dos que chegaram anteriormente (1927/33, em sua maioria, de orientação republicana e nos anos 1940, os “Budás”²⁰), incorporando comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos, e até dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957/58); não obstante a diversidade, esta oposição convergia nas plataformas antissalazaristas.

¹⁸ João Sarmento Pimentel (1888-1987). Oficial do Exército e membro do grupo *Seara Nova*, participou das ações de 1927, chegando no Brasil na década de 1930. Em São Paulo esteve a frente do Centro Republicano e participou do *Portugal Democrático*. Vinculado ao grupo dos “Budás”, é uma das principais figuras da oposição portuguesa em SP. PAULO, Heloisa – O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista. *Portuguese Studies Review*, vol. 14, no. 2 (2006/7), p. 125-42.

¹⁹ Miguel Urbano Rodrigues chegou em São Paulo no ano de 1957 para trabalhar no *Estado de São Paulo*, contava com a indicação de Jaime Cortesão, neste jornal também atuavam João Alves das Neves (segundo seu depoimento foi empregado por indicação de J. Cortesão e Antonio Sérgio), Victor da Cunha Rego, Carlos Maria de Araújo, Santana Mota e, durante certo período, Henrique Galvão (que se dedicava a uma exótica coluna sobre os safáris na África). O jornal também aglutinou vários intelectuais exilados que colaboravam para o Suplemento Literário. João Alves das Neves declarou que o *Estado de SP* foi o único, dos grandes jornais brasileiros, que manteve uma plataforma de oposição ao salazarismo (depoimento em 22/01/2004).

²⁰ Grupo dos “Budás” (Jaime de Moraes, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto), adeptos do republicano, exilados no Brasil participaram de uma “frente comum” visando a mobilização da opinião pública e a busca de apoios políticos internacionais no combate ao salazarismo, para tanto constituem a União dos Democratas Portugueses (1943) e o Comitê Português Antifascista (1945), do qual participam inúmeros nomes de opositoristas, englobando elementos de diferentes vertentes políticas, desde comunistas até republicanos. PAULO, Heloisa – *O exílio português no Brasil: Os “Budás”*. *Op. Cit.*

No Brasil, mesmo em períodos considerados democráticos (1945/64) os aparelhos repressores se mantiveram atuantes e estes exilados foram acompanhados e controlados pela Polícia Política, sendo que as pressões cresceram depois de 1964, o que pode ser detectado nos acervos do DEOPS/SP²¹, através dos dossiês dos membros do *Portugal Democrático*.

“Ministério do Exército, nos envia relatório de informações, sobre investigações procedidas na Universidade de São Paulo, ocasião em que vinham sendo constatados movimentos “comunistas”, com a participação de alunos e professores daquele e de outros estabelecimentos de ensino, constando em um de seus tópicos, a participação do professor “comunista” VÍTOR RAMOS da Faculdade de Assis, o qual mantinha ligações com o professor BARRADAS DE CARVALHO, de nacionalidade portuguesa que na oportunidade integrava o dispositivo “comunista” da Universidade de São Paulo.”²²

Deslocamentos e Resistências antissalazaristas: *Portugal Democrático*

Como já destacado, nas décadas de 1950 e 1960, no contingente de portugueses recém-chegados havia vários antissalazaristas, que se articularam em ações de oposição no exílio. Numa das salas do Centro Republicano Português de São Paulo (Rua Conselheiro Furtado

²¹ Na pesquisa na documentação do DEOPS, foram localizados cerca de 6.000 prontuários de portugueses, na análise pode-se observar 2 fases: 1- 1924 a 1940, que se caracterizou, na maioria, por lusos com baixa ou média instrução, trabalhadores do comércio ou do setor de serviços (ferroviários, motorneiros, pedreiros, pintores, etc.); 2- a partir de 1940, nota-se a presença de indivíduos com maior grau de instrução (professores universitários, profissionais liberais, escritores, jornalistas, artistas plásticos e de teatro e políticos) e vinculados às resistências ao salazarismo.

²² SSP/SP, Dependência Serviço de Informações, doc. 52z0 (4372), Vítor Ramos. Acervo DEOPS/SP.

n.191)²³ funcionou o jornal *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1977. Sua periodicidade foi ininterrupta e mensal (depois de 1958), com tiragens de cerca de 3.000 exemplares.

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/56) se esclarecia a plataforma:

“A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático*”²⁴.

O grupo agregava uma diversidade de tendências políticas, republicanos, simpatizantes do socialismo e com a hegemônica presença de comunistas. Pode-se dizer que as páginas do periódico refletem a pluralidade de perspectivas políticas e partidárias, tendo como plataforma unificadora a oposição ao regime salazarista, no entanto, isso não minimizou a existência de divergências e disputas internas.

Entre os envolvidos no *Portugal Democrático* encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários, operários, comerciantes, técnicos, vendedores, engenheiros,

²³ A partir da década de 1970, transferiu-se para a Rua Libero Badaró 488, 5. Andar.

²⁴ *Portugal Democrático*, n. 1, 1956.

contadores, agrimensores, torneiros mecânicos, empresários, vidreiros, ceramistas, escriturários, securitários, mecânicos industriais e funcionários.

Na sua trajetória o periódico enfrentou obstáculos, dificuldades de recursos, de distribuição e canais de acesso aos leitores tanto da comunidade portuguesa como da sociedade brasileira; estas, entre outras limitações, levaram à suspensão da sua publicação (julho/57 a maio/58). No entanto, com empenho, o projeto foi reavivado um ano depois com a chegada de um grupo de jornalistas (alguns com experiência no *Diário Ilustrado*, de Lisboa) que contribuiu para a reorganização do periódico. A esfera editorial passou a contar com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge Sena e Paulo de Castro.

Eram muitos os que colaboravam com o periódico²⁵:

“João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel, os engenheiros João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz, Manuel Myre Dorez, Jorge Fidelino de Figueiredo, Álvaro Veiga de Oliveira e Francisco Vidal, o ex-diplomata Pedroso de Lima, os irmãos Abílio e Manuel Rodrigues da Silva, Francisco Lopes, o advogado Manuel Sertório, Lenine de Jesus, Carlos Assunção Neves, Joaquim Duarte Baptista, Henrique Pereira Santo, José Portela, Jacinto Rodrigues, Lemos de Figueiredo, Humberto Silva, Fernando Correia da Silva, Alexandre Leal Dias, Fernando Ramos, Armando Correia Pinto, Manuel Rocheta, Luis Taborda Botelho, Maria Irolinda Roque, José Fonseca Martins, Mendes André, Raul Círico da Cunha, Pedro Rocha, Helander Gomes, João Rino, os escritores Carlos Maria

²⁵ Na vasta lista, foram identificadas quatro mulheres: Maria Ascher, Maria Irolinda, Manuela de Gouveia e Maria Antônia Fiadeiro, entretanto, vários depoentes declararam que outras participavam.

de Araújo, Castro Soromenho, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Maria Archer, Mário Bodas, Manuel Soares, Idelfonso Garcia, Manuel Algôdres, Antonio Baia, Gil Clemente, Carlos Seabra, Tomaz Ribeiro Colaço, os jornalistas Paulo de Castro, Victor da Cunha Rego, Sant'Anna Mota e João Alves das Neves, o economista e jornalista Jorge Galvão Figueiredo, o pintor Fernando Lemos, professores como Joaquim Barradas de Carvalho e Ruy Luis Gomes, os poetas Sidônio Muralha, Veiga Leitão e Mário Henrique Leiria, o ator Fernando Muralha, Manuela Gouveia Antunes, Maria Antonia Fiadeiro, Augusto dos S. Abranches²⁶.

O periódico também teve a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, como Florestan Fernandes, Lúcia Fagundes Telles, Sérgio Milliet, Ricardo Severo, Álvaro Lins, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Cláudio Abramo, Ênio Silveira, ainda autores das colônias portuguesas em África²⁷.

Buscou-se constituir um estilo próprio no periódico, tanto na estrutura como nos aspectos gráficos, optou-se por estabelecer editoriais (expressão da opinião da equipe frente a uma temática proposta), separando as sessões opinativas das de informação, agregavam-se comentários de colaboradores, além de outros itens como campanhas e denúncias, divulgação de livros e publicações com temáticas afins. Algumas das colunas fixas merecem menção a “Opinião insuspeita” de Sarmento Pimentel e o “Obscurantismo Salazarista” de Barradas de Carvalho; cabendo realce a riqueza

²⁶ RODRIGUES, Miguel Urbano – Portugal Democrático, um jornal revolucionário. In LEMOS, F. e LEITE, Rui M. – *A Missão Portuguesa-Rotas intercruzadas*. SP/Bauru: Ed. Unesp/EDUSC, 2003.

²⁷ SILVA, Douglas M. – *A oposição ao Estado Novo*. Op. Cit.

dos desenhos, charges e caricaturas de Fernando Lemos, que acrescentavam um toque de arte, humor, ironia e contribuíram para aprimorar a qualidade gráfica²⁸.

Num primeiro momento, o jornal teve circulação restrita, gradativamente, articulou diálogos e planos de ação através de toda uma rede de contatos e apoios, que contribuíram para divulgação e distribuição do periódico em vários estados e núcleos da oposição em outros países²⁹.

O *Portugal Democrático* era censurado em Portugal, entretanto, conseguia-se furar o cerco rigoroso da PIDE usando de várias estratégias, como: chegando por meio das tripulações dos navios, envolvido em outros jornais, em envelopes com nome fictícios de associações ou através de outros países, como: Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, EUA, Inglaterra e França, tornando-se o periódico português, publicado no exterior, de maior circulação entre os antissalazaristas exilados.

No cotidiano, a execução das tarefas era partilhada, constituindo um empenho coletivo e, muitas vezes, anônimo, alguns atuavam na busca de apoio financeiro, outros cuidavam da seleção dos temas – da pauta, dos textos, da redação, do convite aos colaboradores e formadores de opinião. Já outros se encarregavam de levar a tipografia, trazer as provas, fazer a correção/revisão/conferência, colaboravam na diagramação, dobragem, remessas/expedição e postagem.

Normalmente havia uma data convencionada para o "fecho" do jornal e um membro designado para coordenar a recolha e organização do "material" a ser publicado. Havia uma primeira reunião para definir o tema de fundo e as questões especiais a serem abordadas na edição em pauta, escolha dos colaboradores

²⁸ RAMOS, Ubirajara B. – *Op. Cit.*, p. 108.

²⁹ RODRIGUES, Miguel Urbano – *Op. Cit.*, p. 185.

a serem solicitados a escrever sobre as matérias selecionadas, etc. Depois, o coordenador e outros membros do corpo editorial faziam os contatos com os colaboradores indicados, redigiam os textos de que se tivessem incumbido e iam recolhendo matéria noticiosa.

Havia um elemento que fazia a ligação com a tipografia, levando originais e indicações gráficas e trazendo, posteriormente, as provas de prelo, levando as provas revistas e trazendo provas de textos já emendados. Na data convencionada para o fecho do jornal, a equipa editorial, já de posse de todas as provas tipográficas, fazia a diagramação do jornal pela técnica de colagem: usando tesoura, cola e folhas de papel com as dimensões adequadas, recortava e colava as provas sobre as folhas de papel, definindo sequências de texto, numeração das páginas e acrescentando os títulos e as indicações gráficas necessárias. O elemento incumbido da ligação com a tipografia levava esse "boneco", que servia de plano para a paginação nas mesas da tipografia, e assegurava, posteriormente, recorrendo aos meios disponibilizados por outros companheiros, o transporte dos jornais impressos para o Centro Republicano. Era nessa altura que ocorria mais gente e se desenvolvia uma série de operações em simultâneo que consistiam na dobragem dos jornais para remessa aos assinantes, formação de rolos ou pacotes para remessa aos núcleos de oposição dispersos por diversos países, colagem de cintas ou etiquetas, impressão de endereços em máquina manual a partir dos "ficheiros" (que consistiam em séries de chapas metálicas de impressão) separação das unidades de remessa em função dos respectivos destinos e, nessa mesma noite, ir despachar tudo na estação de correios do Vale do Anhangabaú³⁰.

³⁰ Entrevista, Joaquim Quitério, 01/05/2003.

Deslocamentos: denúncias e lutas por um *Portugal Democrático*

Os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso “oficial” do salazarismo, difundido junto aos portugueses radicados em São Paulo³¹, neste sentido, inicialmente, a proposta visava conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da política e economia portuguesa.

“Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – polícia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim”³².

Várias questões foram abordadas no periódico na sua luta antissalazarista, destacando-se temáticas como os campos de prisioneiros e a luta pela anistia.

“A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento. Vem conseguindo

³¹ *Pátria Portuguesa, Voz de Portugal e Mundo Português* eram alguns dos periódicos produzidos no Brasil, suas propostas eram mais próximas ao salazarismo e eles contavam com ampla circulação e financiamento da comunidade portuguesa.

³² *Portugal Democrático*, n. 4, 11/1956.

sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes antifascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista.”³³



Entre as várias temáticas abordadas pelo periódico, cabe destacar as que abarcaram o General Delgado e Henrique Galvão. As tensões em torno da derrota do Delgado nas eleições presidenciais de 1958, seguida pelo seu exílio, juntamente com outros participantes diretos da campanha, possibilitou o crescimento da temática na mídia. Inicialmente,

³³ Portugal Democrático, n. 112, 11/1966.

a chegada de Delgado ao Brasil foi vista pelos antissalazaristas com entusiasmo, gradativamente, ocorreu o distanciamento entre ele e o grupo do jornal³⁴, na medida em que General sinalizava com uma oposição militarizada.

Em São Paulo, durante um jantar comemorativo da “Programação da República”, que contava com a presença de intelectuais, políticos, jornalistas e, também, do comandante da II Região Militar, em discurso exaltado, o Delgado afirmou:

É justo que os antifascistas sejam generosos nas suas contribuições, mas esses fundos deveriam ter destino diferente do que foi anteriormente proposto. Nessa noite cada um deve colocar sua ajuda a minha frente. O dinheiro não irá, entretanto, para jornais, mas será investido na compra de armas³⁵.



³⁴ No Rio de Janeiro, o MNI (Movimento Nacional Independente, encabeçado por Delgado) teve como elemento de divulgação um novo jornal - *Portugal Livre* (1959-60, 13 edições), fundado por iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, levantava a plataforma da liberdade de expressão, contra a censura, pela democracia em Portugal e anistia dos presos políticos.

³⁵ RAMOS, Ubirajara B. - *Op. Cit.*, p. 90.

Entre 1961 e 1962, várias ações lideradas por Galvão e Delgado demonstravam a opção pela via militar, dentre elas, o sequestro de um avião da TAP, no Marrocos, para arremessar panfletos sobre Lisboa e também as articulações de Beja. Estas atitudes não contaram com o apoio unânime e foram desaprovadas por vários membros do *Portugal Democrático*.

Outro tema no qual o periódico centrou seus debates foi a Questão Colonial (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu, na Índia), a posição majoritária do *Portugal Democrático* era de apoiar os movimentos de independência dos países africanos, porém, internamente, haviam opiniões contrárias. Previa-se que a Guerra Colonial ocasionaria o fim do regime estabelecido.

“O problema colonial é não apenas mais importante, mas também o mais premente, pois coloca o governo português, no plano interno como no externo em situação extremamente difícil. ... Portugal mantém a guerra mais sem sentido da História, ... o exército colonialista português é levado ao desespero, primeiro passo para o crime, para a chacina, utilizando do napalm, lancha-chamas contra populações camponesas totalmente desprovidas de defesa. Chegado a este ponto, o governo de Caetano nada mais podia esperar do que aquilo que está realmente acontecendo: um isolamento quase total no plano internacional, uma reação, cada vez mais marcada, no plano nacional...”

O segundo ponto a que devo referir-me, diz respeito à situação econômica. Esta alias, como é fácil prever, relaciona-se diretamente com o que acabo de dizer: O surto inflacionário, que nos últimos tempos se verifica em Portugal, tem como causa primeira a guerra nas colônias... Terceiro ponto: a luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais em Portugal. Na verdade uma aparente liberalização do regime tem conseguido

enganar observadores menos prevenidos... Os sinais de falta de fôlego do caetanismo são evidentes: uma guerra em três frentes, uma situação econômica difícil, um isolamento internacional cada vez maior, um crescente repúdio interno. Dentro das novas condições será esperar muito pensar para breve na instauração em Portugal da Nova República?”³⁶

Os membros do *Portugal Democrático* promoveram várias iniciativas de contestação ao salazarismo, como: concepção do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), efetivação da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (janeiro/1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevidéu/1961), Ato Público de Solidariedade aos Trabalhadores e aos Povos de Espanha e Portugal (27/5/1962) e o debate “42 anos de fascismo em Portugal” na PUC/SP (finais de 1968).

Apesar da unidade na luta antissalazarista, momentos de tensões e cisões levaram ao afastamento de colaboradores, cabendo pontuar as discordâncias e polêmicas frente as lideranças políticas (Humberto Delgado e Henrique Galvão), a “questão colonial” e a hegemonia do PCP na direção do periódico³⁷. Em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro excluíram-se do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro³⁸.

Após o Golpe civil-militar de 1964 a situação política no Brasil foi alterada e as pressões sobre o jornal se ampliaram, analisaram-se os riscos e cogitou-se sobre o encerramento da publicação, entretanto,

³⁶ *Portugal Democrático*, n. 112, 11/1966.

³⁷ Entrevista, Alfredo Masson, 12/02/2003.

³⁸ RAMOS, Ubirajara Bernini – *Op. Cit.*; SILVA, Douglas M. – *Op. Cit.*

corajosamente, decidiu-se por continuar. O aumento da repressão política, o temor de possíveis trocas de informações entre a PIDE e o DEOPS levou a que vários colaboradores como Casais Monteiro, Jorge Sena e Victor Ramos partissem para novo exílio, nos EUA.

Novos horizontes foram abertos em Portugal, depois de 25 de abril de 1974, a “Revolução dos Cravos” foi entusiasticamente referenciada pelo periódico, que assumiu a cobertura dos fatos. O jornal tornou-se semanal, entretanto, passou a receber ameaças de atentados a bombas do Comando de Caça aos Comunistas, telefonemas que assustaram os anunciantes no jornal, além do retorno a Portugal de muitos colaboradores.

Em 1977, após dezenove anos de atividade, com 205 números, terminava a publicação do periódico que fora a expressão política dos portugueses antissalazaristas exilados em São Paulo, mantendo-se latente nas memórias não só dos que estiveram envolvidos na sua produção, mas, dos seus leitores e membros da comunidade portuguesa, afinal...

“Não se habita impunemente em outro país, não se vive noutra economia, em um outro mundo, sem que algo permaneça de uma outra sociedade na outra, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.”³⁹

³⁹ SAYAD, A. – O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios (CEM), vol. 13 (jan/2000), p. 14.

**A IMPRENSA MILITANTE PORTUGUESA EM
FRANÇA: O CASO DO JORNAL “O ALARME!...”
(1972-1975)**

Sónia Ferreira

CRIA-NOVA FCSH; URMIS-Paris 7

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo.
Ele é, também, um organizador coletivo. (Lenine)

Neste texto pretende-se analisar uma publicação periódica, sob a forma de jornal, editada em França por um grupo de portugueses na década de 70, intitulado “O Alarme!...” (1972-1975) que se insere num projeto mais vasto de mapeamento e análise crítica da produção mediática portuguesa em contexto migratório e de exílio¹.

Não se procederá aqui a uma análise extensiva de todo o conteúdo do jornal ou de todas as entrevistas realizadas aos seus produtores², pretende-se neste texto elaborar uma primeira descrição da publicação e inseri-la no seu contexto histórico de produção e circulação.

¹ Esta pesquisa enquadra-se no projeto “Magazine Contacto”: uma produção televisiva multissituada e a construção da identidade nacional portuguesa na diáspora” (2012-2015) e “Representações Mediáticas da nação: ser português no mundo” (2015-2018) (SFRH/BPD/78828/2011) (CRIA/ ISCTE-IUL; URMIS – Paris 7).

² Foram realizadas, entre 2013 e 2016 (as entrevistas e o trabalho de terreno estão ainda em curso), em Paris, Lisboa e Grenoble 15 entrevistas gravadas e 1 entrevista não gravada a 14 produtores e colaboradores do jornal, seis mulheres e oito homens.

1. A imprensa portuguesa em França: emigração e exílio

Este jornal insere-se numa longa lista de publicações que nas décadas de 60 e 70 proliferam em França produzidas por ou para os emigrantes e exilados políticos portugueses. Como refere Clímaco:

“Le début des années 70 est le grand moment de la presse portugaise, il y a une éclosion du nombre de journaux, revues et bulletins publiés par la communauté portugaise. Parallèlement il y a une augmentation du nombre de jeunes qui arrivent en France, en majorité des citoyens et des étudiants (mais aussi des ruraux) qui vont prendre position contre la guerre coloniale. Ceci provoque la sortie de nouvelles publications à partir de 1972.”³

No presente caso, os primeiros produtores do jornal saem na sua maioria de Portugal por se oporem ao regime vigente e, no caso dos homens, para evitar a participação na Guerra Colonial deixando assim o país maioritariamente por motivos ideológicos. No entanto, ao longo da sua existência a publicação foi sendo produzida, distribuída e lida tanto por exilados⁴ como por emigrantes, ou seja, por todos aqueles que, quer por motivos económicos ou políticos ou ambos, deixaram Portugal e vivem em território francês⁵. Como refere a mesma autora:

³ CLÍMACO PEREIRA, Ana Cristina – *La presse de l’émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*. Paris: Université de Paris VII, 1992. Dissertação de Mestrado. p. 55.

⁴ Para uma discussão concetual sobre designações e nomenclatura ver PEREIRA, Victor – *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Rouen: Université de Rouen, 2000. Dissertação de Mestrado, nomeadamente o capítulo 1: “Les désignations des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974” (p. 16-43) dividido em “Les typologies des chercheurs”, “Les désignations des exilés politiques portugais par l’État français entre 1958 et 1974” e “Autorreprésentation”.

⁵ Para uma discussão sobre dados quantitativos e lacunas estatísticas sobre a entrada de portugueses em França entre 1957 e 1974 ver: PEREIRA, Victor – *La dictature de Salazar face à l’émigration: l’État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2012, p. 26-27.

“A partir du début des années 60, l’émigration politique et l’émigration économique se confondent dans le cas des jeunes portugais. La complexité des raisons du départ entraîne une situation ambiguë. La grande émigration portugaise des années 60-70 est marquée par des motivations politiques qui ne s’avouent pas toujours et qui se mêlent de façon inextricable aux causes économiques dominantes.”⁶

A questão específica do exílio político para França não era recente, existiam exilados políticos portugueses em França desde períodos anteriores⁷, contudo em termos numéricos a maior parte chegará a partir de 1958. Isto acontece em grande medida devido ao novo vigor que a oposição ao regime viverá nesta altura, motivado em grande medida pela candidatura à presidência da República do General Humberto Delgado e mais tarde, a partir de 1961, pela necessidade de desenvolver estratégias de oposição e combate à Guerra Colonial. Esta última questão vai inclusive ser fraturante no âmbito dos movimentos oposicionistas que se dividiam, num primeiro momento, relativamente à atitude a tomar em relação ao conflito bélico, defendendo o Partido Comunista Português a incorporação para desenvolvimento de trabalho político no interior das forças armadas e os movimentos à esquerda deste a não incorporação ou a deserção com armas. Relativamente ao número de indivíduos que como refratários ou desertores chegaram a França nesta época não é ainda possível estabelecer uma contabilização rigorosa, a discussão anda contudo à volta dos milhares⁸, número ao

⁶ CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 44.

⁷ Caso, entre outros, dos exilados republicanos que partiram para França após a queda da I República em 1926. CLÍMACO – *Op. Cit.*. VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine – “Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu’en 1974”. In MARÈS, Antoine et MILZA, Pierre – *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

⁸ Miguel Cardina (CES – Univ. Coimbra) e Susana Martins (CES – Univ. Coimbra) desenvolvem no presente um projeto sobre esta temática. Nos dados provisórios

qual é necessário acrescentar o de muitos emigrantes ditos económicos, mas para os quais a rejeição do serviço militar, quer por não permitir continuar a prover economicamente ao agregado familiar, quer por não querer participar no conflito bélico, foi um dos motivos que conduziu à emigração. Sendo que, na realidade, a maior parte dos jovens que saem do país por motivos políticos acabam por se fundir, em França, no grupo da dita “emigração económica” por impossibilidade de pedir o estatuto de refugiado político (que o estado francês concedia apenas raramente⁹), pela facilidade até 1971 de legalizar a sua situação enquanto emigrante económico (situação que se alterará posteriormente¹⁰) e/ou pela vontade de ocultar a sua situação de militante político das autoridades

que apresentaram no colóquio “O (As)salto da Memória: histórias, narrativas e silenciamentos da deserção e do exílio” (CES, CRIA, IHC, CD25A, AEP-61-74), no dia 27 de outubro de 2016 na FCSH - UNL, apontaram para mais de 8.000 desertores, sendo que estes números não contemplam faltosos e refratários e dizem respeito a militares que abandonam as Forças Armadas quer em terreno africano quer ainda em território nacional. Não existem números específicos para entrada em território francês. (CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 42-43) apresenta dados da imprensa da época sobre desertores e refratários: *Nouvel Observateur* (70.000 – 1960-1970), *Réforme* (40.000 – 1971), *Témoignage Chrétien* (15.000 a 20.000 por ano), *Combat* (10.000 insubmissos e desertores e 70.000 emigrados de menos de 20 anos e, portanto, potenciais insubmissos). Acrescenta ainda a autora que, a 31 de dezembro de 1971, existiam oficialmente apenas 182 refugiados políticos portugueses em França. VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine – “Les Portugais de France”. In ASSOULINE, David et LALLAOUI, Mehdi (Eds.) - *Un siècle d'immigration en France*. Bezons: Syros, 1997, t. 3, p. 82, avança com o número geral de cerca de 100.000 os desertores e refratários que chegam a França até 1974, construindo uma categoria de grande abrangência em termos de motivação, desempenho, opções, etc., são estimados em 10.000 o número de exilados chegados a França entre 1958 e 1974, contabilizando apenas os que teriam prática militante efetiva.

⁹ Sobre esta questão ver a tese de mestrado de SILVA, António Jorge dos Santos e – *Le cas des réfugiés politiques portugais en France: vers une étude statistique du fichier de l'OFPPA – approches juridiques du statut de réfugié*. Paris : Université de Paris IV, 1998, Tese de Mestrado e PEREIRA, Victor – *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. *Op. Cit.*

¹⁰ Com a assinatura em 1971 dos acordos franco-portugueses para a emigração e mais tarde com a Circulares Marcellin e Fontanet de 1972. Sobre esta questão ver: PEREIRA, Victor – *La dictature de Salazar face à l'émigration: l'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2012, e ESPÍRITO SANTO, Inês – *Du clandestin au citoyen européen. Quand les immigrés portugais font figure de travailleurs (France, 1962-2012)*. Paris: EHESS, 2013. Tese de Doutoramento.

francesas e portuguesas, que mantinham estreita colaboração a esse nível. As fronteiras concetuais entre emigrante político ou económico são assim porosas e frequentemente de difícil, senão mesmo nula ou não pertinente, operacionalidade.

Pelos motivos apresentados, as décadas de 60 e 70 constituem-se assim em França como um dos períodos mais prolíficos da história da imprensa portuguesa nesse país. Numa listagem apresentada por Volovitch-Tavares¹¹ podemos contabilizar 86 títulos publicados no período entre 1960 e 1974. Clímaco, especificamente para o período de 1963-1974, refere um número ainda superior, 108 títulos¹². A maior parte destas publicações encontram-se ligadas a grupos portugueses militantes de esquerda ou esquerda radical, movimentos políticos que se desenvolveram de forma expressiva no estrangeiro, com particular incidência em França¹³. Muitos têm comités do “interior” (Portugal) e do “exterior” (França, etc.) e produzem publicações (jornais, boletins, etc.) que visam ou a comunicação interna ou a difusão das suas ideias, tanto pelas populações em Portugal como pelas populações emigradas. Alguns destes grupos dinamizaram ainda em França, na Dinamarca, na Suécia, na Holanda, entre outros países, “Comités de Desertores” que apoiavam os jovens que como desertores ou refratários quisessem sair de Portugal para não cumprirem o serviço militar ou, já incorporados neste, irem combater na Guerra Colonial. Alguns destes comités publicaram boletins, brochuras, jornais e revistas.

A chegada numerosa de militantes de esquerda e esquerda radical e de refratários e desertores vai assim marcar a emigração política portuguesa deste período e subseqüentemente a produção de órgãos

¹¹ VOLOVITCH-TAVARES – *Op. Cit.* A autora recorre ao fundo privado de Carlos da Fonseca.

¹² A autora recorre a várias fontes, como a BDIC e a BNF mas sobretudo ao fundo privado de Carlos da Fonseca e Vasco Martins. A autora contabiliza jornais, boletins, brochuras e revistas e adverte que ficaram títulos por recensear.

¹³ VOLOVITCH-TAVARES – *Op. Cit.*, p. 110.

de imprensa e seus derivados (panfletos, brochuras, etc.). Conduzirá também a um centramento das temáticas em discussão nestes órgãos de imprensa na denúncia ao regime ditatorial português e à guerra por este conduzida nas suas colónias africanas. A existência de várias publicações bilíngues ou mesmo apenas em francês demonstra a vontade de levar a mensagem mais longe, para fora do grupo nacional.

Neste período podemos ainda encontrar publicações com outras características, algumas emanando, por exemplo, de associações de emigrantes ou de setores profissionais específicos, outras ainda ligadas a instituições que mantêm laços estreitos com o regime português

*Notícias de Portugal*¹⁴(1969), *Correio Português*¹⁵(1966), *Portugal Popular*¹⁶ (1968) ou oriundas de instituições religiosas, quer francesas quer portuguesas (*Presença Portuguesa*¹⁷ (1966). Por fim, podemos ainda encontrar publicações vinculadas a grupos ou associações francesas, constituindo na maior parte dos casos suplementos de jornais franceses como é o caso do jornal *Portugal Libertário* (1973), suplemento do *Front Libéraire* (1970) ou o *Combate Operário* (1973), suplemento do *Rouge* (1968). Algumas destas publicações são, como referido, bilíngues, como é o caso da *Luta/Lutte* (1972-1975) o *Boletim do Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França* (1973) ou exclusivamente em francês como o *Les luttes de classe au Portugal* (1972). Dentro desta centena de títulos publicados entre 1964 e 1974, dois terços encontram-se ligados à situação política e colonial de

¹⁴ Promovida pelo governo português.

¹⁵ Subvencionado pelas autoridades consulares.

¹⁶ Financiado pelas instituições bancárias portuguesas com presença em França.

¹⁷ Publicação ecuménica francesa publicada pelo Serviço Interdiocesano dos Trabalhadores Imigrados. Ver: CRUZ, Alfredo – *Présence portugaise. L'immigration portugaise vue à travers un journal de l'Église catholique de France*. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 1996. Dissertação de Mestrado.

Portugal¹⁸ e sendo verdade que muitos tiveram existência efémera, outros gozaram de uma existência duradoura.

De um ponto de vista classificatório, Clímaco propõe sete tipos de imprensa portuguesa em França: 1) publicações de organizações francesas dirigidas à emigração económica portuguesa; 2) publicações de instituições portuguesas (bancos, governo, igreja) dirigidas à emigração económica portuguesa; 3) jornais editados pela emigração económica (meio associativo); 4) jornais editados pela emigração política dirigidos à emigração económica (onde a autora inclui *O Alarme!*..); 5) publicações editadas pela emigração política destinada a si própria enquanto exilados e aos intelectuais franceses (principalmente brochuras e panfletos); 6) publicações dirigidas exclusivamente aos desertores e refratários; 7) publicações internas de grupos políticos.

De um ponto de vista analítico estas publicações enquadram-se no campo de produção cultural de grupos migrantes que na atualidade se propõe que seja entendido de forma alargada e multissituada¹⁹, envolvendo os múltiplos locais aos quais produtores e consumidores mediáticos se encontram ligados, numa abordagem mais compreensiva do papel que estas produções possam ocupar nas vidas sociais dos migrantes, entre locais de origem, de acolhimento, de trânsito, etc. Muitas das publicações acima referidas, assim como os seus produtores, circulavam pelos vários espaços do “exílio português” na Europa mas também em África e no Brasil²⁰. Simultaneamente não devemos

¹⁸ VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine – “Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu’en 1974”. In: MARÈS, Antoine et MILZA, Pierre – *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

¹⁹ Sobre o tema, ver, entre outros, GINSBURG, Faye; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian (Eds.) – *Media Worlds*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 2002.

²⁰ Algumas das publicações, brochuras, panfletos produzidas em França eram vendidas ou difundidas também noutros países europeus e enviadas, como acontece com *O Alarme!*... e *O Salto*, aos movimentos de libertação africanos. Por exemplo, na rubrica “O Povo Escreve” (nº 21, Junho 1974, p. 2) podemos ler a carta de um leitor (datada de 28/04/74) que se encontra a prestar serviço militar na Guiné-Bissau e que

obnubilar no contexto de produção o seu carácter étnico, no sentido de “ethnic minority media” proposto por Riggins²¹, ou seja, enquanto média produzidos por grupos étnicos minoritários num determinado contexto específico, ou seja, populações agregadas ou identificadas a partir de referentes étnicos, de local de origem, nacionalidade, etc. A imprensa referida acima constitui-se nesse sentido como uma fonte importantíssima de análise e compreensão da história da emigração portuguesa e da realidade histórica do Portugal das décadas de 60 e 70 mas igualmente da França, dos movimentos políticos e sociais que acolheu, das relações internacionais e transnacionais que no seu solo se estabeleceram entre militantes e grupos políticos de diversas origens e nacionalidades e também da história do trabalho e dos conflitos e lutas laborais, por serem estes não só temas bastante abordados nalguma desta imprensa – com boletins, por exemplo, no seio de estruturas sindicais como a CGT e a CFDT produzidos em português *O Trabalhador* (1964)²², *Liberdade Sindical* (1967) e *A Voz do Trabalhador* (1969) e em aglomerados fabris como a Renault (em Boulogne-Billancourt) com *Ergue-te e Luta* (1972) mas também

pede informações sobre como assinar o jornal do qual já recebe partes enviadas por um colega que vive em França. Manuel Branco no seu testemunho no livro “Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974), refere “(...) em Janeiro de 1980 em Luanda visitámos o Museu da Revolução na Fortaleza. Havia material militar recuperado ao exército português do género tanques, helicópteros, metralhadoras, etc. Dentro do Museu, uma pequena vitrina chamou-me a atenção. No interior, um panfleto. Aproximei-me para ler. Tratava-se de um panfleto do Comité de Desertores de Grenoble, a gente fica arrepiado ... Chamei a Christiane para ela ver. Não fosse uma alucinação minha ... Era mesmo verdade. O nosso trabalhinho, afinal, chegou longe.” (2016, p. 41). O jornal *Portugal Democrático* (1956-1975), produzido no Brasil (São Paulo) por exilados e opositores ao regime português era também vendido em Paris.

²¹ CLÍMACO, Cristina – *La presse de l’émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*. Paris: Université de Paris VII, 1992. Dissertação de Mestrado.

²² SILVA, J. – *La CGT et les travailleurs portugais immigrés en France, à travers l’étude du journal O Trabalhador, mensuel de la CGT pour les travailleurs portugais, (1972-1979)*. Paris : Université Panthéon-Sorbonne, 2000. Dissertação de Mestrado.

publicações sobre relações de género como o *Trabalhadora Toma a Palavra e Luta*²³.

As publicações de esquerda de cariz mais militante e ideologicamente investidas permitem assim, por exemplo, analisar o processo de proletarianização de uma população essencialmente rural assim como, nalguns casos, da sua politização. Mas igualmente os seus problemas laborais quotidianos e as relações com Portugal, assim como o estabelecimento de laços e redes transnacionais em termos de militância através, por exemplo, dos comités de desertores na Europa e também as ligações que se estabeleciam com os movimentos de libertação africanos. A sua análise oferece-nos ainda uma representação contra-hegemónica sobre a emigração portuguesa, a construção de uma história a contrapelo no sentido de Decca²⁴, por ir contra a representação vigente do português como o “bom imigrante”, bem integrado, conservador e de matriz cultural rural que anula os focos de politização, as greves e movimentos sociais em que os emigrantes portugueses estiveram envolvidos. Conteúdos que podemos ler, por exemplo, em jornais como *O Alarme!..*, também *O Salto* (1970), *O Imigrado Português* (1969)²⁵ ou *O Jornal do Emigrante* (1968)²⁶ entre outros.

2. O Alarme!.. – de Grenoble a Paris para o mundo

O Alarme!.. é uma publicação que surge em Grenoble em 1972, no seguimento de uma reunião convocada por um grupo de militantes

²³ Conhece-se um exemplar desta publicação datado de março de 1972, mas desconhece-se se será esse o ano de início da publicação.

²⁴ NEVES, José – “Para uma História Odara? Conversa com Edgar de Decca”. *Ler História*, n.º 49, (2005).

²⁵ ESPÍRITO SANTO, Inês – *Op. Cit.* A autora dedica um capítulo da sua tese de doutoramento à análise da publicação.

²⁶ Jelen (2004) A autora faz uma análise comparativa entre a publicação portuguesa “O Jornal do Emigrante” (1968) e a publicação magrebina “Al Assifa” (1972).

da região para o dia 7 de junho desse ano numa sala da AFGP (Association Franco-Portugaise de Grenoble). O jornal começa a sair oficialmente um mês depois dessa reunião, sendo produzido pelo grupo de militantes já citado e designando-se, numa primeira fase, por *O Alarme! Jornal dos Portugueses da Região de Grenoble* e, a partir do n.º 16 saído em janeiro de 1974, a nomear-se *O Alarme!.. Jornal Popular Português*²⁷. Mais tarde, a partir de meados de 1975²⁸, até ao último número, n.º 37 saído em dezembro de 1975, será publicado em Paris. O jornal apresenta desde o início afetação ideológica explícita e está ligado ao trabalho desenvolvido em Grenoble por militantes do grupo/célula *d'O Comunista*, ligação estabelecida durante o ano de 1971, mas não possui filiação partidária efetiva, pelo menos num primeiro momento²⁹, apesar da ligação permanente, através dos seus produtores a grupos políticos como, primeiro *O Comunista*³⁰ (Paris)

²⁷ No editorial desse número (p. 1 e 6) é assim justificada a alteração na designação do jornal: "(...) O Alarme saiu da região de Grenoble e passa a ser o jornal de centenas de trabalhadores em diversos pontos de França e da Europa. A grande aceitação do nosso jornal pelas massas levou-nos a tomar as decisões seguintes: aumentar as folhas do nosso jornal; fazer a tiragem de mais jornais; transformar o nosso pequenito Alarme no grande Jornal Popular Português".

²⁸ Não foi possível estabelecer com exatidão pelos testemunhos a partir de que número o jornal passa a ser produzido em Paris. No próprio jornal não existe indicação sobre essa situação, a única mudança visível é a alteração a partir do n.º 29 de março de 1975 do endereço para receção de correio que passa a ser dos arredores de Paris, embora o endereço para pagamento de assinaturas se mantenha em Grenoble. O endereço para pagamento, para a região parisiense, será apenas alterado no n.º 32, de junho de 1975.

²⁹ Como refere Clímaco para *O Alarme!.., O Salto e O Jornal do Emigrante*: "ils sont indirectement liés à des groupes politiques, liaisons qu'ils n'affichent pas dans les journaux." (CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 76).

³⁰ Organização que surge em Paris em 1968 integrando elementos dissidentes da CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) e do PCP (Partido Comunista Português) com uma organização federativa em torno do jornal com o mesmo nome *O Comunista* (1968-1972). Ver: CLÍMACO – *Op. Cit.*; CARDINA, Miguel – *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2011; e PEREIRA, J. P. – *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013. Agrupa militantes de tendência marxista-leninista e trotskista (célula Maria Albertina). Em 1973, funde-se com o *Grito do Povo*, dando origem à OCMLP.

e depois *O Grito do Povo* e a *OCMLP*³¹. O jornal surge também, em grande medida, já no seguimento de trabalho militante desenvolvido por este grupo junto da emigração portuguesa em Grenoble no apoio a greves e lutas laborais locais, na realização de festas e convívios em que muitas vezes se apresentavam cantores e grupos de intervenção (Zeca Afonso, Tino Flores e o “Teatro Operário” do encenador Hélder Costa³²), na criação local de um teatro na esteira do “Teatro Operário”³³ e todo um conjunto de atividades diversas, algumas de carácter mais marcadamente político do que outras, como os piqueniques, as excursões, os jogos de futebol, as sessões de alfabetização ou as sessões sobre contraceção e saúde reprodutiva. Segundo Clímaco:

“*O Alarme* (...) fut un jornal plus engagé que *O Salto* qui voulait afficher une certaine distance vis-a-vis des organisations politiques et se montrer un jornal indépendant de gauche.”³⁴

Nas próprias páginas de *O Alarme!*.. são feitas referências a *O Salto*, primeiro evocando a receção de uma carta por parte desse jornal (n.º 5, janeiro de 1973, p. 2) onde este pretendia promover a união e colaboração entre as duas publicações. Mais tarde com artigos críticos da parte de *O Alarme!*.. relativamente a essa publicação, principalmente

³¹ OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Grupo que se forma inicialmente em torno do jornal *O Grito do Povo* (1971-1974) que surge em finais de 1969 e que tem como área de influência predominante a região do Porto e Covilhã. Em 1972 funde-se com *O Comunista* tomando a designação OCMLP. Ver: CARDINA – *Op. Cit.*, p. 97-116.

³² O grupo cénico publicava os *Cadernos do Teatro Operário* (1973). Ver: PEREIRA, J. Pacheco – *Op. Cit.*

³³ O recurso ao teatro não constitui uma experiência nova, o jornal *O Salto*, por exemplo, também o faz. Como refere Clímaco: “le jornal a recours au théâtre comme moyen de diffusion de l'idéologie révolutionnaire, qu'il essaye de développer comme activité culturelle dans les associations d'emigrés. Le théâtre est perçu comme “l'art qui peut le mieux servir le peuple” (CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 103).

³⁴ CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 70.

no n.º 20 de maio de 1974 (p. 5), na notícia intitulada “O Que São os Jogos Florais”, onde se dedica uma página inteira de crítica à iniciativa e sobretudo à publicação que a organiza e ao grupo político a que esta se encontra ligada.

Ao contrário do que acontecia com muitas destas publicações, estes jornais são ambos legais. Quando surge *O Alarme!*.. tem, não só número de depósito legal como um diretor francês, Jean-Paul Sartre³⁵. Isto acontece devido a uma ligação prévia de um dos dirigentes do grupo a um militante local responsável pelo jornal *Verité Rhones Alpes*³⁶ (VRA) que sugere que *O Alarme!*.., para efeitos legais, surja como suplemento deste que é já em si um suplemento regional (Rhônes-Alpes) do *La Cause du Peuple. J'Accuse* ligado à Gauche Proletarienne. Por esse motivo, a própria impressão de *O Alarme!*.. será feita na tipografia do *Verité Rhones Alpes*. Todos estes procedimentos assumiam, contudo, uma forma semiclandestina porque mesmo sendo ambas as publicações legais temiam em parte a polícia francesa e no caso da equipa do *Alarme!*.. a polícia política portuguesa que, como referido anteriormente, se encontrava relativamente bem implantada em França. Em termos de equipa de redação de *O Alarme!*.., esta era no início constituída por cinco pessoas (três mulheres e dois homens), alargando-se mais tarde a outros membros. A identidade e o funcionamento da equipa de redação eram, contudo, clandestinos, pelas razões evocadas em cima, existindo mesmo compartimentação entre os seus membros, nem todos sabiam, por exemplo, a localização da tipografia ou a identidade de outros colaboradores externos.

O primeiro número do jornal data de agosto de 1972, podendo ler-se no seu primeiro editorial:

³⁵ Este não é caso único, Marguerite Duras será diretora do *Camarada* (1972), Robert Davezies do *Jornal Português* (1973), François Châtelet do *Les luttes de classe au Portugal* (1972) e Pierre Sorlin do *Luta-Lutte* (1972) segundo CLÍMACO – *Op. Cit.*

³⁶ Jornal de contrainformação em relação a jornais como o *Dauphiné Libéré* ou o *Progrès*.

“Um grupo de trabalhadores portugueses reuniu-se no dia 7 do mês de junho para discutir da necessidade de se fazer um jornal em Português para os Portugueses de Grenoble e região. Nós éramos uns trinta e decidimos ir para a frente com a ideia de fazer o Jornal. AQUI ESTÁ ELE.”³⁷

Em termos de venda e distribuição, em Grenoble e seus arredores, o jornal era vendido nos mercados (St Bruno, Abbaye, etc) com, entre outros, o refrão “Comprem *O Alarme!*..., o jornal que fala mal dos patrões”. Era igualmente vendido nos locais de trabalho dos seus produtores e simpatizantes, nas associações culturais e recreativas portuguesas e, fora de Grenoble, foi vendido primeiramente em Lyon e em Paris e mais tarde em Portugal, na Suécia, Dinamarca, Holanda e Luxemburgo e em toda a rede internacional ligada aos comités de desertores. Para além da venda direta, o custo do jornal era de um franco, existia um sistema de assinaturas. Quanto à tiragem não existem dados oficiais, mas no n.º 2 de outubro de 1972 apresentam-se as “Contas do Jornal” com a verba relativa ao número de jornais vendidos e em que locais, num total de 302 francos, portanto de 302 exemplares vendidos. No n.º 9 (maio de 1973) podemos ver igualmente na p. 3 “Jornais vendidos em abril” com indicação dos locais, embora assinalando-se que o número não é definitivo (187), porque “há camaradas que ainda não entregaram as contas deste mês”. Revela-se assim pontualmente a preocupação de assinalar o número e os locais de venda do jornal³⁸.

O primeiro número do jornal é composto de 4 páginas que aumentarão gradualmente para 8, 10 chegando em alguns números a ser 12. O primeiro número, que custou 272 francos, é custeado

³⁷ *O Alarme!*..., p. 1.

³⁸ PEREIRA, José Pacheco – *Op. Cit.* também não apresenta dados para a tiragem desta publicação.

na totalidade pela venda dos exemplares o que se apresenta como relevante porque nesse primeiro número é desde logo explicitada a política da publicação relativamente a apoios:

“Neste primeiro número não nos foi possível meter todas as cartas que recebemos por falta de espaço. Também não nos foi possível fazer um jornal com mais de quatro páginas, dado que fica muito mais caro e nós não temos nem queremos que os bancos, as empresas, os patrões, os consulados ou outros laçaios venham pôr as patas no nosso jornal. Fomos nós os trabalhadores que tivemos a ideia de o fazer, somos nós que o escrevemos e seremos nós a suportar as despesas e os trabalhos que o jornal dá. É também essa a razão porque temos de o vender a um franco cada.”³⁹

De destacar desde logo também neste primeiro número a preocupação com as questões laborais e outras decorrentes da situação migratória:

“Este jornal deve ser um jornal onde todo o povo deve exprimir-se; é necessário que tu nos escrevas contando o que se passa no teu *chantier*, no teu bairro, na tua fábrica, ou no campo em que trabalhas, é necessário que deites cá para fora e para todos essa raiva que trazes dentro de ti.”⁴⁰

Como refere Clímaco para *O Alarme!*... (1972), *O Salto* (1970) e o *Jornal do Emigrante* (1968), considerados aqueles que depois dos jornais ligados a instituições como a banca ou o Estado português são os que apresentam maior longevidade, deve destacar-se o facto

³⁹ *O Alarme!*..., p. 1

⁴⁰ *O Alarme!*..., p. 1

de os três, segundo a autora, “font passer un message politique de rassemblement et d’unité de la communauté portugaise émigrée, se présentant comme des journaux faits par des travailleurs pour les travailleurs”⁴¹.

Nesse âmbito, uma das entrevistadas, membro da redação do jornal, referindo-se a uma colaboradora específica: “E havia uma outra senhora, que já faleceu, que também nos ajudava muito que era mesmo operária essa, nós fingíamos de operários. Fingíamos, não era bem o meu caso mas pronto não era de raiz e ela era.” Esta questão não se encontra longe do contexto ideológico do grupo, próximo das ideias da “Gauche Proletarienne” e do “Vive la Révolution” onde se advogava a imersão completa no meio operário através do que vai ser conhecido como o movimento dos “établis”⁴².

Em termos gerais e de um ponto vista formal, na sua composição, *O Alarme!*.. apresenta um conjunto de rubricas permanentes como, por exemplo: “Notícias Gerais”; “Tu Sabias ...”; “O Povo Escreve. Cartas Recebidas”; “Notícias de Portugal”; “O Que É Preciso Saber”; “A Guerra Colonial”; “Notícias da Região”; “Um Grupo de Mulheres Continua a Escrever-nos”; “Os Leitores Escrevem”; “Desporto”; “O Silva, o Zé e os seus problemas”; “Notícias de Portugal. O Povo em Luta”. Estas rubricas têm oscilações, algumas desaparecem, outras são intermitentes, mas em termos gerais vão ao encontro dos temas dominantes da publicação que são: 1) as condições de trabalho dos trabalhadores emigrantes portugueses; 2) notícias sobre Portugal, com particular incidência para lutas, greves e notícias sobre a Guerra Colonial e a luta anticolonial (são

⁴¹ CLÍMACO – *Op. Cit.*, p. 76.

⁴² As obras sobre maoísmo em França são numerosas, para uma visão de conjunto ver, entre outras, BOURSEILLER, Christophe – *Les maoïstes: la folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon, (1996) 2008; HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick – *Génération. Les années de rêve*. Paris: Seuil, 2008 e numa perspetiva mais direcionada para percursos biográficos: HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick – *Génération. Les années de poudre*. Paris: Seuil, (1988) 1998 e LINHART, Virginie – *Le jour où mon père s’est tu*. Paris: Seuil, 2010.

fornecidos, por exemplo, os endereços dos comités de desertores na Europa e dadas indicações sobre como proceder); 3) notícias sobre a vida associativa portuguesa em França; 4) um correio dos leitores com cartas, poemas e testemunhos enviados para o jornal; 5) informações práticas para os emigrantes sobre legislação francesa em termos de direitos laborais e sociais como, por exemplo, preencher documentos e pedir apoios sociais.

O jornal publicará ainda pequenos livros e cadernos como “Uma seara de trigo que seja para todos” (novembro de 1973), o “18 de janeiro de 1934” (novembro de 1973), edições de *O Alarme!...* e do *Teatro Operário* e em junho de 1974 a brochura *As Mulheres Falam dos Seus Problemas...*, da “Colecção do Povo” n.º 2, onde são reunidos um conjunto de artigos publicados no jornal dando destaque às questões de género. É ainda referido no n.º 23 de agosto/setembro de 1974 a publicação *Exploração capitalista, mercadoria, força de trabalho, mais valia*.

Em termos de duração, o facto de a publicação ter tido a duração de agosto de 1972 a dezembro de 1975 confere-lhe um espectro de análise interessante porque atravessa o período do Estado Novo, o 25 de Abril e o PREC e nesse sentido os seus conteúdos e as suas rubricas acompanham de perto as mudanças políticas e ideológicas em Portugal. É contudo importante frisar que desde o início a publicação não centra a sua atenção exclusivamente em Portugal ou em França⁴³, os conteúdos vão-se dividindo entre os dois territórios porque não só do ponto de vista dos posicionamentos pessoais (país de origem vs. país de acolhimento) estes eram territórios significativos e que apresentavam continuidades (biográficas, afetivas, redes sociais, redes familiares, rotas de mobilidade) também do ponto de vista político eram apresentados como pertencendo a um mesmo universo onde,

⁴³ Mais tarde os conteúdos estender-se-ão igualmente a outros países, Dinamarca, Luxemburgo, Suécia, Holanda, locais onde existiam comités de desertores ou células ou grupos organizados do “Comunista” ou da O.C.M.L.P. (*O Grito do Povo*).

por isso mesmo, as questões sociais e políticas eram de alguma forma as mesmas. Podemos ler, a título de exemplo:

“Em Portugal ou em França a luta é a mesma, quer seja na indústria dos lanifícios da Covilhã, na Grundig em Braga, os pescadores de Matozinhos, os operários dos S.T.C.P. no Porto, na A.B.C. Allibert em Grenoble, na Dupont em Annecy, na Renault em Paris, etc. etc. os operários organizados manifestam publicamente as suas reivindicações. Só organizada a classe operária poderá vencer a burguesia que vive à custa do seu trabalho.”⁴⁴

É, no entanto, preciso assinalar, que os conteúdos sobre a vida política, económica, legal e social francesa que extravasavam o quotidiano dos emigrados estão praticamente ausentes do jornal. Centrando-se este mais na denúncia da exploração e no fornecimento de ferramentas para a gestão da relação destes com o estado de acolhimento, em detrimento duma perspetiva de integração social a longo prazo.

Na relação com os leitores, os conteúdos do jornal incluíam em grande medida a participação destes através, por exemplo, de rubricas como “O povo escreve”. Aliás, o apelo à participação dos leitores, entendido aqui como trabalhadores e trabalhadoras emigrantes portugueses, é veemente como se pode ler desde o primeiro número:

“Se tens coisas que queres que sejam ditas para que o povo leia e vá sabendo e agindo, escreve-nos e conta tudo o que quiseres. Não te ponhas a dizer que não sabes escrever bem, ou que dás erros, escreve na mesma, nós também somos operários,

⁴⁴ *O Alarme!*..., n.º 8 (abril 1973), p. 6.

que diabo, devemos compreender-nos. Passa este jornal aos teus colegas, discute com eles e escreve-nos para: ...”⁴⁵.

Esta participação colocava por vezes problemas, pois a linguagem utilizada era frequentemente considerada obscena assim como pouco correta em termos gramaticais e surgem inclusivamente cartas de leitores nesse sentido, criticando as “asneiras” e os “erros”. Essa questão é discutida no seio da redação e é decidido que será mantida a linguagem tal como chegava, pois consideravam não dever corrigir os textos recebidos; um dos seus redatores⁴⁶ afirma que não queriam alterar o que as pessoas enviavam para que estas se identificassem com os conteúdos e com o jornal e sentissem que efetivamente participavam na construção do mesmo. A discussão sobre esta questão pode mesmo ser acompanhada nas páginas do jornal. No n.º 16 (janeiro 1974), por exemplo, numa carta da rubrica “O Povo Escreve” três leitores queixam-se da linguagem obscena, no n.º 17 (fevereiro 1974) na 1.ª página surge a primeira explicação mais alongada por parte do jornal sobre esta questão, sob o título “O Alarme ou é popular ou não é”, resumindo-se: “Claro que o Alarme é para o povo e, se o povo não está de acordo com certos palavrões faz muito bem em dizer”. Dois números depois (n.º 19 (abril 1974) pede-se aos leitores que se pronunciem sobre esta questão e no número seguinte (n.º 20, maio 1974), apresenta-se a proposta de um leitor que será a adotada pelo jornal:

“Conclusão: o jornal deve evitar de subscrever palavras obscenas em nome do Jornal porque é um educador das largas massas, mas se um artigo feito e assinado por um trabalhador tiver essas expressões, correspondendo a uma fase de luta aguda, como um diálogo (por exemplo) entre o explorador e o explorado,

⁴⁵ *O Alarme!...*, *Op. Cit.*, p. 1.

⁴⁶ Entrevista realizada em agosto de 2016.

então aí, compreende-se, que essas expressões sejam ditas porque são, não só a expressão da realidade como a forma de expressar a revolta em linguagem. Escolhemos pois a linguagem que corresponde ao desenvolvimento da luta popular e ao avanço do proletariado.”⁴⁷

O estilo hiperbólico e épico, o vernáculo e o calão, o discurso assente numa dualidade radical entre os bons (trabalhadores) e os maus (patronato, burgueses, polícia, revisionistas), atenuando-se por vezes com um tom mais pedagógico, continuará por isso a pautar a publicação, assumindo-se como compromisso com os leitores ao pretender aclarar a realidade envolvente.

3. “O Alarme!...”: uma leitura crítica

Não sendo possível neste âmbito expor de forma detalhada e analítica todo o conteúdo do jornal, apresentar-se-á de seguida um conjunto de reflexões que se considera importantes para uma análise crítica da publicação.

Em primeiro lugar a relevância das rubricas sobre questões legais francesas, leis, deveres e direitos dos trabalhadores que é o tipo de conteúdos de carácter informativo e pedagógico que podemos encontrar na maior parte da comunicação social migrante, principalmente nos primórdios da constituição dos grupos migrantes, o que coloca esta publicação bastante próxima das suas congéneres, independentemente das afetações ideológicas destas que se traduzem habitualmente no tom e na linguagem utilizada para tratar os assuntos. Neste caso, é ainda interessante atermo-nos à utilização de galicismos, de expressões francesas “aportuguesadas” ou de palavras em francês no meio do texto em português que remetem, não só para a aprendizagem de uma

⁴⁷ *O Alarme!...*, *Op. Cit.*, p. 4.

nova língua, mas também para a sua utilização no seio de um novo aparelho estatal por parte de uma população com poucos recursos linguísticos formais. A utilização deste tipo de expressões não surge apenas nestas rubricas, mas é nelas que tem particular incidência por estas constituírem de facto uma ponte para o relacionamento com o patronato e o Estado francês.

Uma outra questão importante prende-se com as diferentes escalas a que o jornal trabalha e a permanente inter-relação Portugal/França, visíveis em conteúdos onde, por exemplo, se estabelece a comparação entre uma situação a decorrer em Lisboa e em Grenoble (protesto contra a implementação de uma fábrica de produtos químicos, n.º 7, março 1973, p. 6) destacando-se a similaridade entre patrões e/ou burgueses portugueses e franceses e inter-relacionando-se com frequência pequenas localidades, em Portugal ou em França, com grandes centros urbanos, viajando entre escalas nacionais e regionais em, pelo menos, dois territórios nacionais diferentes.

Esta última questão está intimamente relacionada com uma outra que é a relação com o contexto de origem e com o contexto de chegada, ou seja, a necessidade de se pensar este objeto, o jornal, num contexto de produção alargado donde se destacam, por exemplo, as referências e as estruturas que ou o influenciaram ou o suportaram. Destacando-se para *O Alarme!...*:

a) a importância do *Jornal do Fundão*, dirigido por António Pauloro. Um dos fundadores e principal impulsionador tanto de *O Alarme!...* como da constituição do grupo militante de Grenoble, natural da região do Fundão, afirma: “Não teria havido *O Alarme!...* se não tivesse havido o *Jornal do Fundão*”⁴⁸, reivindicando a influência seminal dessa publicação não só na sua formação política como na ideia de criar um órgão de imprensa de carácter militante em Grenoble;

⁴⁸ Entrevista realizada em agosto de 2016.

b) a ligação ao *Grito do Povo* em Portugal que envia notícias e por isso se constitui como uma das influências da política editorial do jornal;

c) o jornal *Vérité Rhône Alpes* e a ligação à militância local em Grenoble, sobretudo a *Gauche Proletarienne* e o *Vive la Révolution* que servem de alguma forma de modelos em termos de militância e formação ideológica e no caso do VRA de suporte material à publicação pela cedência da tipografia. Ainda no âmbito do contexto francês, o papel do “Office Dauphinois des Travailleurs Immigrés” (1970)⁴⁹ e globalmente a conjuntura autárquica em Grenoble do início da década de 70, que possibilitou uma estrutura de apoio e a ligação a distintos grupos migrantes⁵⁰, visível no jornal pela publicação, embora pouco frequente, de notícias sobre lutas de outros trabalhadores imigrantes – exemplo da notícia sobre a greve levada a cabo por imigrantes argelinos e tunisinos do Foyer Revol, publicada logo no n.º 2 (outubro 1972);

d) a relação com outra imprensa militante portuguesa em França, sobretudo *O Comunista* e *O Salto* (ligado ao PCP-ml), já referidas acima, mas também outras que consistem no seu todo não só nos seus pares em termos de imprensa étnica portuguesa, mas também, de forma diferenciada, nos seus aliados, opositores ou concorrentes o que estabelece de alguma forma um diálogo permanente entre estas.

Uma outra questão é a da linguagem visual. As ilustrações presentes no jornal permitem de alguma forma compreender o universo simbólico e ideológico que se vivia. Estas eram ou retiradas de outros jornais e retrabalhadas, ilustrações de jornais como o *Lotta Continua* ou eram utilizadas imagens de ilustradores conhecidos, posteriormente alteradas para servirem o fim a que se destinavam ou desenhos inéditos de colaboradores e simpatizantes e, mais escassamente, fotografia. O

⁴⁹ Sobre o tema ver, entre outros, <http://www.odti.fr/histoire>.

⁵⁰ Alguns dos membros da equipa de redação do jornal faziam trabalho voluntário no ODTI junto de emigrantes portugueses recém-chegados: tradução, procura de alojamento, procura de emprego, ligação com os serviços sociais, acompanhamento aos hospitais, etc.

processo de apropriação, manipulação/alteração e publicação destes materiais visuais constitui por si um processo que mereceria uma análise detalhada e crítica. Sendo na sua maioria bastante rudimentares, as ilustrações não deixam de ir ao encontro dos objetivos políticos como refere Pereira:

“As várias publicações ligadas ao Grito do Povo e mais tarde à OCMLP usavam o desenho e a ilustração dentro de uma estética que se pretendia “popular”, muitas vezes bastante rudimentar. Os desenhos eram quase infantis no tom pedagógico, mas parte do seu carácter rudimentar era exagerado pelas limitações técnicas. No entanto, há uma intencionalidade política evidente que acompanha o mesmo estilo de texto, de desenhar “popular”, como de escrever “popular”⁵¹.

Em termos de construção de uma comunidade de leitores, ou seja, de perceção de uma “audiência imaginada” para a qual se publica e à qual se quer enviar uma mensagem, são interessantes rubricas como “O Silva e o Zé e os seus problemas”⁵², onde se simula o diálogo entre dois operários sobre condições de trabalho, a situação política em Portugal, etc., onde um apresenta argumentos conservadores para explicar a realidade em que se encontram e o outro desconstrói esses argumentos e fornece explicações de carácter político próximas das defendidas pela equipa de redação do jornal. Pretendia-se com esta rubrica, como relata um dos produtores do jornal⁵³, apresentar as posições eventuais dos leitores. Ou seja, é um dos objetivos mais fortes do jornal, em termos de política editorial, acentuar a ideia de que o

⁵¹ PEREIRA, J. P. – Op. cit, p. 80.

⁵² Rubrica que surge no n.º 9 (maio 1973) e se prolonga até ao último número (n.º 37, dezembro 1975).

⁵³ Entrevista realizada em agosto de 2016.

jornal é realizado por trabalhadores para trabalhadores e as palavras e pensamentos destes, mesmo com as suas contradições, “inocências” e “ignorâncias”, se encontravam plasmadas em permanência nas páginas da publicação para que pudessem ser debatidas e revogadas.

Em termos de conteúdos, pode-se afirmar que o jornal detém objetivos políticos explícitos com ligação permanente a lutas e movimentos sociais, dando particular ênfase às questões do trabalho, da condição de emigrante, da Guerra Colonial e da deserção. Apesar de aparecer como um jornal feito por emigrantes e trabalhadores para os seus pares e uma filiação política efetiva, pelo menos até ao 25 de Abril, ser esbatida a filiação ideológica encontra-se bem explícita e perpassa todos os conteúdos. De tendência maoista, declarando claro apoio aos regimes chinês e albanês, apoia os movimentos revolucionários desta tendência ideológica, o que é visível tanto nos conteúdos generalistas com permanentes evocações à “aliança operária e camponesa” e ao “em frente pela revolução popular” como, por exemplo, em conteúdos mais direcionados para determinadas questões, como as de género. As próprias atividades militantes que extravasam a realização do jornal, como as festas e bailes, os jogos de futebol, os piqueniques, ou seja, atividades ligadas maioritariamente à sociabilidade das classes populares são um mecanismo de aproximação e desenvolvimento de relações paritárias que permitem a existência posterior de atividades coletivas em que à cultura expressiva tradicional, uma festa, um baile, por exemplo, se juntam momentos de discussão política. Estes constituem, por isso, não apenas momentos de criação e fortalecimento de sentimentos de grupo, mas igualmente de sensibilização para determinadas realidades políticas e económicas e, por vezes, de captação de potenciais colaboradores. Por esse motivo também o grande destaque dado ao movimento associativo, aos quais estes militantes se ligavam como porta de entrada, devido ao seu potencial enquanto agregador na emigração económica e possível criador de dinâmicas locais e regionais, para chegar aos seus leitores. Existiam mesmo rubricas dedicadas

apenas ao relato das atividades do movimento associativo: “Notícias dos clubes e das salas dos portugueses”, “A Palavra aos Clubes, Salas dos Trabalhadores”, “Desporto”. Assim, em termos gerais e de forma exógena, é muito mais a identidade do trabalhador emigrado que é evocada do que a do exilado ou militante, como refere Pereira:

“L’utilisation ou non de l’identité politique dépend donc de l’objet de la revendication et aussi de l’interlocuteur. Ainsi selon que les journaux écrits par les exilés politiques portugais s’adressent plutôt à l’immigration économique portugaise ou plutôt à l’immigration politique, les termes d’“exilés” ou de “travailleurs immigrés” sont utilisés différemment. (...) Ainsi, dans les journaux écrits pour les “immigrés” portugais, les exilés politiques tendent à cacher leurs différences et à s’identifier à leurs lecteurs potentiels”⁵⁴.

A partir do 25 de Abril a referência à *O.C.M.L.P. – O Grito do Povo* começa a surgir de forma explícita e praticamente em todos os números do jornal, evocando-se a participação do grupo político em greves, manifestações, festas, comícios e a adesão que recebe por parte dos indivíduos presentes nesses acontecimentos:

“Na festa de Barcelos foi desfraldada e aplaudida uma grande bandeira vermelha—da *O.C.M.L.P. - O Grito do Povo* (...) No fim da festa centenas de pessoas de punho levantado gritaram: “E viva, e viva o *Grito do Povo*”. Durante a festa foram vendidos calendários proletários, *O Alarme* e vários textos marxistas.”⁵⁵

⁵⁴ PEREIRA, Victor – *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. *Op. Cit.*, p. 41.

⁵⁵ *O.C.M.L.P. – O Grito do Povo*, n.º 21 (junho 1974), p. 1.

Nas eleições de 1975, o jornal apoia abertamente a Frente Eleitoral de Comunistas Marxistas Leninistas: “Eleições em Portugal. *O Alarme* toma posição”⁵⁶. No entanto, em dezembro de 1975, o periódico produz o seu último número.

Em termos gerais, a queda do regime ditatorial português e o regresso de muitos opositores a Portugal conduz naturalmente ao desaparecimento de muitas publicações. A longevidade de *O Alarme!*..., do qual muitos colaboradores tinham também já deixado o território francês, explica-se pelo posicionamento do grupo político que o animava que se opõe ideologicamente a muitos dos acontecimentos do PREC, visível no último ano e meio de publicações, deixando por isso militantes clandestinos em França até uma clarificação da situação política em Portugal. Não existindo no último número qualquer indicação sobre o fim da publicação, o seu editorial reflete os acontecimentos do 25 de novembro, iniciando-se com: “Em Portugal vem-se vivendo cada vez mais num ambiente favorável ao desencadeamento de uma guerra civil reaccionária” e terminando “Na realidade este golpe acabou por favorecer a direita, pois permite o aumento da repressão, e quem sofre com tudo isto é o Povo. Não à Guerra Civil!” – é um ciclo que termina.

Como refere Pereira:

“A tradição leninista-maoista dominante no esquerdismo português incluía a leitura e o conhecimento dos textos de Lenine sobre o papel do jornal como agitador, propagandista e, acima de tudo, como “organizador de massas”⁵⁷.

Este meio de comunicação social, o jornal, foi assim um dos suportes fundamentais para as organizações de esquerda, esquerda

⁵⁶ *O Alarme!*..., n.º 28 (fevereiro 1975), p. 1.

⁵⁷ PEREIRA, José Pacheco – *Op. Cit.*, p. 30.

radical e todo o movimento oposicionista ao regime ditatorial português. A forma como surge e cresce exponencialmente nos anos 60 e 70 do século XX, tanto em Portugal, como nos contextos que acolhem a sua população migrante constitui um dos mais importantes acervos para uma análise da oposição ao regime no seu interior, mas também da sua existência internacional, pelas redes e contactos que criou e desenvolveu na Europa, no Norte de África (Argélia), nas colónias africanas portuguesas, no Brasil.

O Alarme!... foi mais um destes jornais, destas publicações que viajaram, neste caso, de Grenoble para o mundo, para o mundo do exílio e da oposição política na Europa, para o mundo das lutas laborais e dos movimentos sociais ligados à emigração, para o mundo do combate pela autodeterminação, para o mundo do Portugal salazarista mas também para as realidades sociais, económicas e políticas da localidade que o viu nascer, constituindo-se por isso como um contributo fundamental para uma compreensão global dos processos migratórios e de exílio portugueses.

Bibliografia

- AA.VV. – *Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974)*. Lisboa: AEP61-74, 2016.
- BOURSEILLER, Christophe – *Les maoïstes: la folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon, (1996) 2008.
- CARDINA, Miguel – *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- CLÍMACO PEREIRA, Cristina – *La presse de l’émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*. Paris: Universidade de Paris VII, 1992. Dissertação de Mestrado.
- CRUZ, Alfredo - *Présence portugaise. L’immigration portugaise vue à travers un journal de l’Église catholique de France*. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 1996. Dissertação de Mestrado.
- DRESSEN, Marmix – *De l’amphi à l’établi. Les étudiants maoïstes à l’usine, 1967-1989*. Paris : Belin, 2000.
- ESPÍRITO SANTO, Inês – *Du clandestin au citoyen européen Quand les immigrés portugais font figure de travailleurs (France, 1962-2012)*. Paris : École des hautes études en sciences sociales (EHESS), 2013. Tese de Doutoramento.

- FERREIRA, Sónia – “Magazine Contacto: *media* e performance na construção da identidade nacional”. In GODINHO, Paula (Org.) - *Agir, atuar, exhibir. Antropologia e Performance, uma introdução*. Castro Verde: 100 Luz, 2014a. p. 259-86.
- FERREIRA, Sónia – “Media e Migrações: a língua enquanto património identitário na produção de conteúdos mediáticos na diáspora”. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, vol. 3, no. 2 (2014), p. 339-58.
- FERREIRA, Sónia – “A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social – breve caracterização”. *OEm Working Papers*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, n.º 2 (junho 2016).
- FERREIRA, Sónia – “Magazine Contacto: médias et performance dans la construction de l’identité nationale”. *Cahiers de l’URMIS*. URMIS (CNRS/IRD/Paris 7/Nice Sophia Antipolis), n° 17 “Les espaces de la migration lusophone: circulations, régulations, représentations” (juillet 2017).
- GINSBURG, Faye; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian (Eds.) – *Media Worlds*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 2002.
- HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick – *Génération. Les années de rêve*. Paris: Seuil, 2008.
- HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick – *Génération. Les années de poudre*. Paris: Seuil, 1998.
- JELEN, Brigitte – “La presse portugaise et maghrébine des années soixante-dix, entre communauté et société”. *Hommes et Migrations*, n° 1250 (2004), p. 101-11.
- LINHART, Robert – *L’Établi*. Paris: Éd. de Minuit, (1978) 1980.
- LINHART, Virginie – *Le jour où mon père s’est tu*. Paris: Seuil, 2010.
- LINHART, Virginie – *Volontaires pour l’usine: vies d’établis (1967 - 1977)*. Paris: Seuil, 2010.
- NEVES, José – “Para uma História Odara? Conversa com Edgar de Decca”. *Ler História*, n.º 49 (2005).
- PEREIRA, José Pacheco – *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- PEREIRA, Victor – *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Rouen: Université de Rouen, 2000. Dissertação de Mestrado.
- PEREIRA, Victor – *La dictature de Salazar face à l’émigration: l’État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2012.
- RIGGINS, Stephen (Ed.) – *Ethnic Minority Media. An International Perspective*. Newbury Park/London/New Delhi: Sage Publications, 1992.
- SILVA, António Jorge dos Santos – *Le cas des réfugiés politiques portugaises en France: vers une étude statistique du fichier de l’OFPPRA – approches juridiques du statut de réfugié*. Paris : Universidade de Paris IV, 1998. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, J. – *La CGT et les travailleurs portugais’ immigrés en France, à travers l’étude du journal O Trabalhador, mensuel de la CGT pour les travailleurs portugais, (1972-1979)*. Paris : Université Panthéon-Sorbonne, 2000. Dissertação de Mestrado.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine – “Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu’en 1974”. In MARÈS, Antoine et MILZA, Pierre – *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine – “Les Portugais de France”. In ASSOULINE, David et LALLAOUI, Mehdi (Eds.) – *Un siècle d’immigration en France*. Bezons : Syros, 1997. t. 3.

L'ÉVOLUTION D'O IMIGRADO PORTUGUÊS AU GRÉ DES LOGIQUES HISTORICO-POLITIQUES

Inês Espírito Santo

Pour analyser l'expérience des exilés politiques portugais, un détour par des sources écrites, me paraît nécessaire pour questionner des présences et des absences sur les thèmes traités à l'époque et qui resurgissent aujourd'hui dans l'historiographie des migrations. Prendre comme source la presse écrite n'est pas un choix anodin. Si, d'une part, elle peut constituer une diversité d'obstacles à l'interprétation des faits, puisqu'elle suit souvent une ligne éditoriale figée, cette source peut être aussi un marqueur de dates, de lieux et d'événements nécessaire à la compréhension de l'époque étudiée. En parallèle, ce genre de source nous renseigne sur la focale que le conseil éditorial du journal choisi, porte et diffuse sur l'immigration portugaise. C'est un filtre " média-vecteur " pris au sens large de " véhicule-mémoire " comme diraient les coordinateurs du livre *Les Guerres de Mémoires*¹. Dans cet article nous nous pencherons sur *O Imigrado Português*, publié en France de 1969 à 1981.

O Imigrado Português a été une publication éditée, sans y être officielle, par le Parti Communiste Français², en stricte collaboration

¹ BLANCHARD, Pascal ; VEYRAT-MASSON, Isabelle (Eds.) – *Les guerres de mémoires : La France et son histoire*. Paris: La découverte, 2010, p. 18.

² Pendant toute sa durée d'existence le journal n'a eu que deux directeurs de publication, le premier appelé Robert Francotte et le deuxième Alex Wolf qui a pris

avec des membres du Parti Communiste Portugais (illégal au Portugal jusqu'en 1974) et des associés de l'Associação dos Originários de Portugal (AOP). Dans une conversation informelle avec une militante communiste portugaise et un associé actif de l'AOP immigrés en France, qui ont suivi de près *O Imigrado Português*, j'ai pu collecter quelques informations concernant le fonctionnement du journal: il n'y avait pas de journalistes professionnels qui assuraient la publication. La source des informations était alors basée sur des petites enquêtes que ces personnes faisaient elles-mêmes ou des informations véhiculées par les organes officiels des Partis Communistes des deux pays; l'AOP qui était présente dans plusieurs régions recueillait les informations des activités associatives dans tous les secteurs et les centralisait afin d'être mensuellement publiée par *O Imigrado Português*; la fin de la publication au cours de l'année 1981 a été dû vraisemblablement au retour définitif au pays d'origine de plusieurs personnes impliquées dans la réalisation du journal.

O Imigrado Português s'adressait essentiellement aux travailleurs portugais immigrés en France. L'éditorial du n° 1, daté d'avril 1969, présente clairement l'objectif général du journal: dénoncer les abus et discriminations à l'égard des Portugais en leur donnant accès à des conseils juridiques concernant leurs droits du travail et de séjour. Plus loin l'article rend explicite l'orientation politique du journal.

Notre mission est aussi de montrer aux travailleurs portugais que la satisfaction de leurs légitimes revendications dépend essentiellement de leur union et de leur action avec tous les autres travailleurs. [...] Nous nous engagerons à lutter contre tout ce qui peut diviser les travailleurs portugais, les travailleurs français et les travailleurs d'autres nationalités, pour les unir dans un même combat³.

le poste à partir du n° 59 du journal (mai-juin 1977).

³ Traduction du portugais par mes soins (tout comme pour toutes les autres citations d'*O Imigrado Português* au long de l'article).

O Imigrado Português se révèle ainsi, et dès ses débuts, un moyen de diffusion d'un parti pris, celui des intérêts de la classe ouvrière.

Selon une liste dressée par l'historienne Volovitch-Tavares⁴, dans la période de 1964 à 1967, il existait déjà une dizaine de journaux portugais en France, publiés pour la plupart dans la région parisienne, et dont une moitié aurait une ligne politique partisane. Mais c'est surtout à partir de l'année 1968 qu'un foisonnement éditorial éclate avec un caractère explicitement engagé et militant. Ce foisonnement est dû à plusieurs facteurs articulés et liés aux événements qui ont eu lieu au sein de la société française et de la société portugaise pendant cette période⁵. En France, l'évènement de Mai 68 et l'effervescence révolutionnaire dans plusieurs champs sociaux ont créé une ambiance propice au développement de réseaux de soutien et de réflexion sur la condition immigrée en France. Du côté du Portugal, l'intensification de l'opposition à la guerre coloniale ainsi que plus généralement la diversification de l'opposition au régime, ont créé des pôles de diffusion de ces positions dans le territoire français. D'accroît, l'émergence des publications au sein de la population portugaise immigrée constitue un reflet immédiat de l'augmentation du nombre de Portugais en France⁶.

⁴ VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine – «Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale jusqu'en 1974». In MARES, Antoine ; MILZA, Pierre – *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994. p. 117-120.

⁵ Il faut signaler qu'une grande partie de la population portugaise avait une nulle ou très faible scolarisation, ce qui veut dire que les médias écrits n'étaient pas accessibles à tout les portugais immigrés.

⁶ Parmi les 700.000 portugais émigrés en France dans les années 1960/70, une partie d'entre eux étaient des exilés politiques. Il est toujours difficile de définir le chiffre exact de cette partie de migrants compte tenu du départ clandestin du Portugal et de la dissolution (parfois politiquement stratégique) avec les "autres" immigrés dans le pays de destination. En outre, il ne faut pas négliger que les "autres" immigrés communément rassemblés sous la dénomination de migration économique pouvaient incarner une forme aussi d'opposition politique.

Note méthodologique – Le journal *O Imigrado Português*

O Imigrado Português était d'une périodicité mensuelle, entièrement rédigé en langue portugaise. Edité en France, il était constitué d'environ 16 pages. Le n° 1 d'*O Imigrado Português* apparaît en avril 1969 et il cesse de paraître avec le n° 78 en septembre 1981.

Le tirage d'*O Imigrado Português* n'est à aucun moment affiché. Par les indices que le journal donne dans sa rubrique sur la diffusion du journal et les lettres qui témoignent de l'accueil du journal parmi les immigrés, j'estime que le tirage s'élevait à un millier d'exemplaires. Ce chiffre a pu évoluer suivant les abonnements réalisés entretemps. Le numéro 3 (juin-juillet 1969) d'*O Imigrado Português*, après avoir annoncé le nombre d'exemplaires distribué par région, déclare "nous sommes certains que si nous suivons ce chemin, nous pourrions très brièvement affirmer, avec toute modestie, que l'*O Imigrado Português* sera le journal le plus lu parmi les immigrés portugais en toute la France " (p. 3). Quant au prix du journal cela a évolué au cours du temps, vendu en 1969 à 0,50 FF, il coûtait 1,50 FF en 1981.

L'accès à tous les numéros d'*O Imigrado Português* m'a été possible grâce à des archives privées. Il faut souligner que certaines bibliothèques nationales ou universitaires possèdent la publication, mais les collections y sont très incomplètes.

Dans ses 16 pages, *O Imigrado Português* comprenait plusieurs rubriques, plus ou moins régulières, dont le thème central du mois, les nouvelles du Portugal, les informations d'ordre juridique concernant les droits des immigrés, la littérature et culture ou encore la dernière page avec des nouvelles sportives. Ces rubriques n'ont pas été permanentes au long de toute la collection. La page de sport a par exemple disparu avec l'événement de la Révolution des œillets en 1974. Dans ce sens, l'analyse exposée dans cette partie porte surtout sur le thème central de chaque numéro et certains articles secondaires qui m'ont paru pertinents pour la compréhension de

la focale de la ligne éditoriale du journal vis-à-vis de l'immigration portugaise.

La lecture attentive faite de tous les numéros d'*O Imigrado Português* montre qu'entre 1969 et 1981, le temps d'existence de la publication, le Conseil éditorial a changé d'optique concernant les sujets traités. Il est évident que le changement social transforme l'actualité médiatique elle-même, mais le changement d'optique dont il est question ici concerne des vrais revirements d'éclairage quant aux objets traités dans la publication. Ces revirements ont eu lieu au gré des événements marquants de l'évolution politique et sociale du binôme France-Portugal, durant lesquels la publication a traversé plusieurs changements dans sa ligne éditoriale, et sur lesquels j'ai pu identifier cinq phases: 1) La période des conditions de logement (1969-1970); 2) La période de la guerre coloniale portugaise (1971-1972); 3) La période des circulaires "Marcellin-Fontanet" (1973); 4) La période de la révolution des œillets (1974-1975); 5) La période des luttes des immigrés en France (1976-1981).

La période des conditions de logement (1969-1970)

Cette première phase correspond aux deux premières années suivant l'apparition du journal. La principale préoccupation du conseil éditorial était alors d'enquêter sur les conditions de logement des Portugais immigrés. L'accent était mis essentiellement sur les bidonvilles de la région parisienne. C'est une phase de la vie du journal qui révèle les mauvaises conditions dans lesquelles une grande partie des Portugais vivait. Elle cherche dans cette perspective à déterminer les responsables d'une telle situation.

Pendant cette période, peu d'articles ont été dédiés au franchissement illégal des frontières, notamment le *Salto*⁷, qui correspondait au trajet clandestin entre le Portugal et la France. Néanmoins, l'un des articles paru dans le n° 2 (mai 1969) a attiré mon attention car il annonçait la détention de quatre trafiquants. Ces quatre individus étaient accusés de participer au passage clandestin de travailleurs portugais en direction de la France. L'article insiste en revanche sur le fait que même si l'activité de ces individus ne pouvait pas rester impunie, le principal responsable de cette pratique était le gouvernement portugais: d'une part, parce qu'il ne garantissait pas des conditions de vie décentes aux travailleurs portugais de façon à ce qu'ils n'aient pas besoin de partir à l'étranger; et d'autre part, du fait que le gouvernement créait des obstacles au départ, facilitant le développement de ces groupes de trafiquants.

L'image des passeurs a depuis toujours été la cible d'une panoplie de discours. Dans les discours des témoins que j'ai eu l'occasion d'interviewer pour ma thèse de doctorat, le passeur est associé à l'image d'un homme "normal". Ce n'est donc pas la même image qui ressort des discours étatiques où celui ci prenait le statut de criminel, voire d'opposant au régime. Néanmoins, selon Pereira, les passeurs portugais jouissaient dans la pratique d'une politique ambivalente à leur égard⁸.

L'intérêt du traitement donné par *O Imigrado Português* c'est le fait qu'il maintient l'accusation de ces passeurs comme trafiquants, mais tout en responsabilisant le régime. Cette ligne d'argumentation est la même qui va être utilisée jusqu'à l'année 1974 et qui, en l'occurrence, s'oppose à celle des journaux officiels du régime qui présentent

⁷ Le *Salto* était le terme argotique très répandu au Portugal qui désigne le trajet clandestin qui, dans les années 1960, a mené en France plusieurs milliers de migrants portugais.

⁸ PEREIRA, Victor – «Ni héros ni escrocs: les passeurs portugais (1957-1974)». *Plein droit*, n° 84 "Passeurs d'étrangers" (2010).

l'afflux massif des Portugais en direction de la France comme une inévitabilité historique.

Mais la première phase du journal est surtout marquée par les enquêtes réalisées dans et sur les bidonvilles. Presque chaque numéro jusqu'à la fin de 1970 a comme thème central le problème du logement. Dès le n° 1 (avril 1969) du journal, un état de la situation est fait sur ce problème: "En 1964, le ministre Debré a garanti que le gouvernement gaulliste allait en finir avec tous les bidonvilles dans l'espace de cinq ans" (p. 4). Ce "vœu pieux" a été le point de départ de l'argumentation développée par le conseil de rédaction du journal. En effet, tous les articles dédiés à la question du logement sont fortement tributaires de la ligne politique des mairies communistes de la région parisienne qui expriment clairement la demande d'implication du gouvernement dans la résolution du problème.

C'est ainsi que le n° 2 (mai 1969) du journal présente un entretien fait avec Robert Dumay, alors adjoint au maire de Saint-Denis (ayant occupé ce poste de 1965 à 1977). Dumay a répondu à des questions concernant les efforts investis pour en finir avec les bidonvilles, notamment celui des Francs-Moisins qui comprenait 1.553 baraques et où auraient logé environ 3.000 personnes⁹. Ce dernier était le plus grand, mais deux autres, de taille plus petite, existaient aussi dans la commune: celui de Marville et celui de Cornillon. L'adjoint au maire répond que des cités de transit se construisent pour accueillir convenablement les familles portugaises. Il poursuit, pour appuyer son propos, qu'il y a des gens qui accusent la mairie de se préoccuper plus du logement des Portugais que de celui des Français.

A la fin de l'entretien, le journaliste ajoute une petite note où il est déclaré que le consulat portugais fait très peu d'efforts auprès du gouvernement français pour aider à résoudre le problème des

⁹ Chiffres présentés par l'article, basés sur une enquête réalisée en 1965, d'après la réponse de l'adjoint au maire Robert Dumay.

logements des Portugais. De surcroît, insiste le journaliste, les journaux du régime, comme le *Correio Português* qui constitue la voix des agents du consulat, se déresponsabilisent de la situation en disant seulement et “cyniquement” que des bidonvilles existent également au Portugal.

Le titre du commentaire éditorial du n° 3 (juin-juillet 1969) d'*O Imigrado Português* est révélateur de la contestation marquée du journal contre les services consulaires: “Un consulat qui est une honte”. Le conseil de rédaction met l'accent sur le manque de conditions d'accueil:

L'accueil que les travailleurs portugais trouvent dans le consulat de Paris est un scandale et une honte. Les installations sont exigües, extrêmement petites pour un mouvement d'immigrés qui augmente sans cesse. Et au-delà de ça, le nombre de fonctionnaires est de loin insuffisant pour les nécessités du service. (...) C'est insolite la façon dont les personnes sont accueillies par les fonctionnaires du service¹⁰.

Le reste de la description à charge que le journal fait de l'accueil dans le consulat, de manière très ethnographique, rejoint les récits de mes interviewés qui ont connu les services consulaires de l'époque:

Quand je suis arrivée je n'avais pas de papiers, mes deux patronnes ont dû signer des papiers pour faire preuve que j'avais un travail. Je travaillais peu d'heures chez chacune d'entre elles, mais cela était suffisant pour avoir les papiers. Mais la procédure était compliquée pour les avoir. Je suis allée au consulat, de là il fallait aller à la police. Pour le consulat il fallait aller à l'aube. A l'époque le consulat était à la porte de la Chapelle, c'était une vraie complication, nous devons faire des files d'attente et encore des files, des heures et des heures... sous la pluie, au vent... (...).

¹⁰ *O Imigrado Português*, n° 3 (juin-juillet 1969), p. 2.

Entre eux et nous il n'y a aucune différence, mais toujours cette distance juste parce qu'eux ils travaillent dans le consulat. Ils nous engueulent, parce qu'il ne faut pas faire ceci ou cela. Ils se croient mieux que nous parce qu'ils travaillent dans le consulat, mais ils sont aussi émigrés que nous (Natalina, arrivée en France 1968, concierge)¹¹.

La posture antirrégime d'*O Imigrado Português* se manifestait ainsi à travers un ciblage des critiques contre les institutions proches du régime, et en toute première ligne se trouvait le consulat portugais à Paris. La dénomination du consulat comme l'un des responsables des conditions de vie et de logement des Portugais en France, est devenu un élément récurrent de l'étalage argumentatif au long de tous les numéros de la première phase de la vie du journal.

Le gouvernement français était également considéré comme responsable de la situation, ainsi que le patronat. Le n° 4 (sept.-oct. 1969) du journal rend claire sa position et dénonce:

“Les coupables de l'existence des bidonvilles sont le gouvernement et le patronat qui ne respectent pas les promesses faites d'accueillir décemment les travailleurs immigrés et se préoccupent seulement de les exploiter”¹².

Plus loin dans l'article, ils insistent sur leur position bienveillante vis-à-vis de l'action des mairies communistes. Ils donnent pour cela l'exemple du bidonville d'Argenteuil où des “rustres”, c'est le terme employé, ont pénétré les bidonvilles avec un drapeau rouge hissé et en criant “Le bidonville vaincra”. A travers cette attitude, d'après le journal, ces “rustres” ont essayé d'inciter au désordre

¹¹ Entretien réalisé dans le cadre de ma thèse de doctorat.

¹² *O Imigrado Português*, n° 4 (sept.-oct. 1969), p. 4.

contre les “municipalités ouvrières” qui essayèrent de tout faire pour créer des logements décents qui pourraient se substituer aux baraquements, dans une perspective de ne pas les détruire sans trouver une autre solution. Pour l’auteur de l’article, ces incidents d’incitation au désordre auraient eu exactement lieu avant les élections municipales, laissant entrevoir des tactiques politiques d’agitation anticomuniste.

Le numéro de juin et juillet de 1970 rend compte d’un incendie dévastateur dans le bidonville des Francs-Moisins à Saint-Denis, où 600 femmes et hommes, dont 224 enfants logeaient.

L’événement a eu lieu pendant la nuit sans faire de victimes mortelles. Selon l’*O Imigrado Português* aucun représentant des autorités consulaires n’est venu sur le lieu de l’incendie. Le journaliste ajoute que “les habitants du bidonville suspectent fortement que cela a été un incendie volontaire. Il y a des rumeurs de menaces proférées peu de temps avant, par des éléments qui se disent maoïstes afin de forcer les travailleurs Portugais à les accompagner dans leurs agissements contre la municipalité ouvrière”(p. 3).

Ces accusations continuèrent, notamment contre les journaux du régime *Correio Português* et *O Emigrante* (ce dernier aurait été présenté pour son premier numéro au Ritz, selon *O Imigrado Português*, l’un des hôtels les plus riches de Lisbonne), qui auraient eu comme objectif “d’orienter le mécontentement des immigrés contre les municipalités ouvrières”. En même temps, certains articles commencent à poser des questions concernant les dépenses publiques au Portugal:

Le *Correio Português* et autres, aussi voués au successeur de Salazar, ne disent pas que leur gouvernement empoche annuellement deux millions de francs, en devises, volés au fruit du travail des Portugais qui sont à l’étranger. (...) Pour quelle raison, cette colossale somme d’argent ne contribue-t-elle pas au financement de logements dignes pour les travailleurs Portugais

immigrés? Si le gouvernement ne le fait pas, c'est parce qu'il préfère allouer 40% du budget national aux guerres coloniales (n° 8, mars-avril 1970, p. 5).

Le journal accuse l'État Portugais d'être responsable de l'émigration de milliers de Portugais, accentuée par une mauvaise gestion de l'argent public. Quant à l'Etat français, le journal étudié publie intégralement une déclaration signée par le président du groupe communiste et par 69 maires communistes de la région parisienne, dénonçant l'attitude déshumanisante du gouvernement et du grand patronat envers les travailleurs étrangers qui contribuent au développement économique du pays. Des charges par ailleurs que les municipalités déclaraient ne pas pouvoir supporter. La déclaration venait accompagnée de plusieurs propositions: utiliser des fonds supplémentaires pour construire des foyers et des logements; imposer au patronat (à qui profiterait largement à travers l'exploitation des immigrés) sa contribution financière pour reloger ces travailleurs; exiger des pays exportateurs de main-d'œuvre (pour qui la main-d'œuvre est une source de devises) une participation au financement des logements pour leurs ressortissants; promulgation d'une loi punitive contre les marchands de sommeil (n° 5, nov. 1969, p. 5).

La pérennité des bidonvilles conduit la rédaction d'*O Imigrado Português* à s'attaquer enfin à la responsabilité de certaines figures politiques. Le Premier Ministre Jacques Chaban-Delmas est le plus visé. Une lettre signée par plusieurs intellectuels, dont Pierre Vidal-Naquet, adressée à ce Premier Ministre, avait déjà été médiatisée afin de dénoncer les fausses promesses de résorption totale des bidonvilles. C'est cette même critique qu'*O Imigrado Português* formule à l'égard du Premier Ministre d'alors. Après avoir rendu visite, le 12 février 1970, au bidonville d'Aubervilliers le Premier Ministre aurait déclaré, selon le journal, que le gouvernement allait en

finir avec tous les bidonvilles en 1972. Mais les journalistes tiennent à signaler que “ce n’est pas la première fois que des membres du gouvernement font de telles déclarations” (n° 8, mars-avril 1970, p. 13). D’autres déclarations de Chaban-Delmas sont soulignées dans l’éditorial du même numéro: “pour mettre fin aux conditions de vie précaires de tous les étrangers il serait nécessaire de s’attaquer aux causes, c’est-à-dire, toute la politique d’immigration devrait être revue et corrigée”. L’édito montre ensuite sa position vis-à-vis de ces déclarations:

Parler ainsi, c’est avouer que la solution des logements des travailleurs immigrés doit être réalisée à l’échelle nationale et non pas à l’échelle locale comme le divulguent ces petits journaux au service de Caetano et des banques. Mais il faut dire au passage que si le Premier Ministre a fait beaucoup de promesses, il a été très discret sur les moyens financiers à appliquer¹³.

Pendant cette période, que j’ai appelé la première phase d’*O Imigrado Português*, c’est sans doute autour des logements que le contenu original du journal s’est déployé. Il faut aussi souligner les nombreuses enquêtes que les participants du journal ont réalisées auprès des habitants des bidonvilles. A chaque numéro, le journal présentait une description détaillée d’un bidonville différent, puisant dans des récits, témoignages et rencontres. Ces descriptions montrent bien que l’accueil de ces enquêteurs n’était pas toujours paisible et que la pénétration des étrangers dans des bidonvilles pouvait être perçue par les habitants comme une atteinte à leur intimité ou sécurité.

¹³ *O Imigrado Português*, 12 février 1970, p. 2.

La période de la guerre coloniale portugaise (1971-1972)

L'évolution de la guerre coloniale portugaise a été suivie de près par l'*O Imigrado Português*. Même si la guerre coloniale avait commencé dès le début des années 1960, ce n'est que dix ans après que les fronts de combats du côté des indépendantistes s'intensifient fortement et que les efforts de guerre du côté des colonisateurs ont dû s'élargir pour y faire face. Les quelques articles dédiés à la guerre coloniale dans la première phase du journal ont commencé timidement à dénoncer la politique coloniale du Portugal en Afrique à travers l'argument de l'exploitation des richesses et ressources naturelles par les étrangers en échange d'aide militaire et financière au Portugal (n° 5, nov. 1969, p. 15). Tout de suite après, dès la fin de l'année 1970, le conseil de rédaction adhère explicitement à la cause indépendantiste des colonies portugaises, s'alliant politiquement à la Commission Nationale de soutien aux luttes de libération des peuples des colonies portugaises.

Dans une lettre envoyée par un lecteur à la rédaction, ce dernier questionne le journal: "Pourquoi soutenir la lutte des terroristes contre le Portugal, quand le fait de lâcher les colonies pourrait entrainer le pays vers sa mort?". Les rédacteurs profitent de ce courrier pour éclaircir leur position pas encore tout à fait acceptée par la base de leur milieu politique. Ils s'efforcent d'expliquer les enjeux du colonialisme portugais, essayant de démystifier le fait que le Portugal ne pourra pas survivre économiquement, par l'argument que le peuple portugais bénéficie très peu des richesses coloniales (n° 18, sept. 1971, p. 11). *O Imigrado Português* manifestera par ce moyen sa ligne politique anti-impérialiste sans s'éloigner du patriotisme: "Quand nous défendons les patriotes de la colonie, qui se battent pour l'indépendance de leur pays, cela n'est pas qu'une question de principe et de droits humains; c'est aussi une position de défense des intérêts du Portugal et du peuple portugais" (p. 10). Cette prise de position apparaît tout à fait convergente avec les résultats du travail de

l'historien José Neves (2008)¹⁴ sur le communisme et le nationalisme au Portugal, où l'historiographie du parti communiste portugais est celle de la coexistence idéologique entre anti-impérialisme et indépendance nationale.

Parallèlement à la campagne pour l'indépendance des colonies, s'est développée une autre qui était apologétique du droit au statut de réfugié pour les jeunes venus en France clandestinement de façon à échapper au service militaire. Selon les rédacteurs, il faudrait tenir compte de "la situation des jeunes qui se réfugient en France, pour échapper à l'inutile et injuste guerre coloniale. Bien entendu, pour eux la seule façon d'y échapper c'est de faire le *salto*. Qu'est-ce que le gouvernement français fait pour eux à leur arrivée?" (n° 16, mai 1971). C'est ainsi que les pages d'*O Imigrado Português* commencèrent à s'adresser aux "désobéissants" au régime colonialiste.

La thématique de la guerre coloniale et de l'immigration clandestine portugaise s'est dès lors imbriquée dans les pages du journal autour de l'accord de main-d'œuvre qui a eu lieu en 1971 entre la France et le Portugal. C'est un accord signé en juillet 1971 et mis en vigueur en septembre de la même année, établissant que chaque année 65.000 travailleurs pouvaient s'installer en France. Le n° 18 (sept. 1971) commence par se poser la question du sens de la signature de cet accord par Marcelo Caetano, qui avait répondu dans un entretien à un journal brésilien que "le gouvernement avait adopté une politique de libéralisation de l'émigration, car il considérait néfaste pour l'image du pays la situation de clandestinité de ses ressortissants" (p. 3). Dans ce numéro du journal on constate encore un tâtonnement de la position politique vis-à-vis des conséquences pratiques de l'accord. Les rédacteurs sont méfiants à l'égard des intérêts d'un camp et de l'autre. De même, ils tiennent à souligner que cet accord ne met en

¹⁴ Neves, José. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2008

aucun cas en cause leur revendication pour le droit des jeunes au statut de réfugié, vu que l'accord alors signé ne servirait qu'à empêcher la désertion des jeunes âgés de moins de 21 ans à la guerre (non inclus dans l'accord de main-d'œuvre signé)¹⁵.

Mais l'annonce de leur position politique forte ne tarde pas. L'éditorial du n° 19 (oct. 1971) pose les bases de la perspective à travers laquelle la rédaction perçoit la négociation franco-portugaise pour arriver à cet accord:

Il servira seulement à rendre plus difficile la vie des candidats à l'émigration, étant clandestins ou pas. Les clandestins incités du côté français par un tas de recruteurs intéressés, et en même temps, poursuivis du côté portugais par la police. Les non clandestins sont soumis aux lois de sélection des deux côtés de la frontière. Par conséquent, c'est l'émigration clandestine qui risque de s'élargir, contrairement aux objectifs fixés par l'accord¹⁶.

Cette interprétation de la situation à chaud n'est pas très éloignée de l'interprétation historique et distanciée de l'événement faite par Victor Pereira, après un dépouillement des archives nationales:

Certes, le but de l'accord était d'enrayer l'émigration clandestine et le Portugal pouvait bien freiner les départs illégaux. Néanmoins, les restrictions portugaises conduisirent le ministère de l'Intérieur à ne pas appliquer immédiatement les mesures de

¹⁵ Le 17 décembre le journal enverra même une lettre, accompagnée de plus de 800 signatures, à Jacques Chaban-Delmas, Premier Ministre d'alors, exigeant le droit au statut de réfugié pour les jeunes portugais déserteurs (n° 19, oct. 1971). Cette lettre suit la demande de Guy Ducoloné, député communiste du département de Saint-Denis, au Premier Ministre, où le député demandait le droit d'asile aux personnes originaires du Portugal et de la Grèce "poursuivies par les gouvernements respectifs, à cause de leurs convictions religieuses ou philosophiques, de leur refus ou opposition à faire la guerre à d'autres peuples" (n° 16, mai 1971, p. 13)

¹⁶ *O Imigrado Português*, octobre 1971, p. 2.

refoulement de certaines catégories de clandestins qu'il avait d'abord envisagé (les travailleurs de moins de 21 ans et de plus de 50 ans ainsi que les travailleurs sans qualifications)¹⁷.

En effet, les autorités françaises doutaient de la bonne volonté du Portugal de laisser partir légalement 65.000 Portugais, alors même que l'intérêt de la France à recruter de la main-d'œuvre étrangère ne s'était pas tari et surtout qu'elle se trouvait en concurrence avec d'autres pays recruteurs, tels que l'Allemagne. C'est ainsi que même après l'accord, les préfetures de l'Etat Français ont reçu pour consigne d'accepter toute demande de régularisation faite de la part des Portugais immigrés¹⁸.

La période des circulaires Marcellin-Fontanet (1973)

L'année 1973 du journal est une période qui est marquée par un tournant dans le contenu de la rédaction. On constate un décentrement des informations médiatisées qui se distancie du sujet de l'immigration portugaise en particulier, pour rendre compte de l'évolution de la politique française à l'égard de l'immigration en général. La *distance focale* utilisée est dans ce sens plus courte, amplifiant par conséquence l'image des aléas du contexte dans lequel la situation des Portugais s'inscrit en France. En revanche, l'angle choisi demeure celui du Parti Communiste.

Dès la fin de l'année 1972, *O Imigrado Português* consacre plusieurs pages à rendre compte du programme commun de gouvernement. Signé par le PC, le PS et le Mouvement des Radicaux de gauche, ce programme d'union de la gauche dans l'échiquier politique français est présenté de manière enthousiaste par les rédacteurs. L'éventuelle victoire

¹⁷ PEREIRA, Victor – *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*. Paris : Institut d'Études Politiques de Paris, 2007, p. 546. Thèse de doctorat.

¹⁸ SPIRE, Alexis – *Étrangers à la carte. L'administration de l'immigration en France (1945-1975)*. Paris: Bernard Grasset, 2005, p. 244.

de ce front commun apporterait, d'après le journal, de réels progrès pour les conditions des travailleurs en général, et pour les travailleurs immigrés en particulier. Le Conseil de rédaction du journal se lance alors dans un exercice de questions-réponses de façon à démontrer en quoi le programme commun pourrait améliorer la situation des travailleurs portugais. Des questions concernant l'alphabétisation des immigrés, les heures de travail ou portant sur les propositions du programme commun par rapport à la dévalorisation du franc et les taux de change qui touchent les envois d'argent des immigrés au pays d'origine.

Mais le thème clé de l'année ce sont les circulaires Marcellin-Fontanet qui montrent la volonté de l'État de reprendre le contrôle sur l'immigration. La lutte contre ces circulaires va devenir alors la nouvelle campagne sur laquelle le journal va diriger ses efforts. Ces deux circulaires vont faire corrélérer l'autorisation de séjourner en France et la possession d'un contrat de travail. Ces circulaires sont présentées à travers un certain nombre de mesures qui avaient pour objectif de restreindre l'irrégularité du travail immigré en pesant aussi bien sur les travailleurs étrangers que sur les employeurs. Néanmoins, Alexis Spire montre comment ces mesures ont eu davantage de répercussions pénalisantes sur les travailleurs que sur les employeurs¹⁹:

Les circulaires Marcellin-Fontanet "placent le travailleur étranger récemment entré en France sous la dépendance de son employeur, dans la mesure où les opérations d'introduction ou de régularisation demeurent à l'initiative de ce dernier. De plus, si l'employeur refuse de renouveler son contrat de travail, l'étranger ne peut obtenir le prolongement de son autorisation de travail et se retrouve alors en

¹⁹ "Les inspecteurs du travail disposent en effet de peu de moyens pour lutter contre les entreprises ayant recours au travail illégal et lorsqu'ils parviennent à établir l'infraction, la procédure est le plus souvent classée sans suite" (SPIRE – *Op. Cit.* p. 246).

situation irrégulière du point de vue du séjour. (...) Le travailleur qui, après son premier contrat, perd son emploi, se trouve non seulement privé de titre de séjour, mais également des aides dont peuvent bénéficier les chômeurs”²⁰.

Le journal *O Imigrado Português* fait connaître les nuances des circulaires et insiste sur le fait que sous couvert de la “démagogie habituelle” le gouvernement et le patronat disant vouloir “faciliter la régularisation et améliorer la vie des immigrants” . Alors que la réalité est tout autre. Dans un registre plus contestataire que l’interprétation d’Alexis Spire mais qui le rejoint sur le fond, les rédacteurs du journal déclarent que ces circulaires rendent possible “aux patrons de disposer des immigrants selon leur bon plaisir, pouvant les virer sans aucun contrôle et sans aucune garantie pour les travailleurs, les laissant à merci du va-et-vient du marché du travail: manque d’allocations de chômage, difficultés dans l’accès aux droits de la sécurité sociale; un contrôle policier plus strict sur la vie professionnelle et privée des immigrants” (n° 33, mai 1973, p. 4).

Alors que les circulaires Marcellin-Fontanet faisaient passer dans l’opinion publique que le gouvernement avec ces mesures s’attaquait à l’immigration clandestine, y incluait officiellement les clandestins portugais, diffusait par la voie de circulaires internes à l’administration un avis opposé. En effet, les Portugais continuèrent à bénéficier des procédures de régularisation²¹. Il ne faudrait pas oublier l’accord franco-portugais de main-d’œuvre, signé en 1971, qui stipulait l’entrée régulière de 65.000 travailleurs portugais en territoire français. Ce compromis entre les deux pays empêchait les autorités françaises de montrer officiellement qu’ils acceptaient la régularisation de la main-d’œuvre clandestine portugaise, y compris pour les jeunes déserteurs de la guerre.

²⁰ *Idem*

²¹ *Ibidem*

Par la lecture des articles dédiés aux circulaires Marcellin-Fontanet, il semble que les rédacteurs d'*O Imigrado Português* n'étaient pas au courant de ces dispositions dérogatoires qui faisaient des Portugais, ainsi que des ressortissants communautaires de l'époque, un cas d'exception à la politique de refoulement des immigrés mise en application après ces circulaires.

Si la méconnaissance de ces bénéfiques visant en particulier les Portugais fût constatée, l'argumentation exposée reste toujours fidèle aux intentions que le journal a proposé à ces lecteurs dès le premier éditorial: c'est seulement à travers l'union entre les travailleurs immigrés et les travailleurs français que les revendications communes à tous et les revendications particulières concernant les immigrés peuvent se concrétiser. C'est dans ce sens que les rédacteurs défendent la lutte pour l'abrogation des circulaires Marcellin-Fontanet (n° 33, mai 1973, p. 4). C'est aussi dans la perspective de l'unité de toute la classe ouvrière que le journal dédie des grands reportages aux revendications des ouvriers spécialisés (OS) des usines Renault de Billancourt et de Flins (n° 33, mai 1973, p. 3) et aux actions de grève menées par 1.300 salariés de l'usine LIP (n° 35, août-sept., 1973, p. 5). Enfin, c'est aussi dans cette perspective que des articles concernant les premiers signes de la crise pétrolière commencent à être notifiés.

Il est curieux de noter finalement que ce n'est qu'à partir de cette période du journal qu'un espace réservé aux femmes immigrées surgit. Jusque là, le peu de références faites aux femmes apparaissaient dans le cadre du militantisme ou de la famille. Le n° 30 (févr. 1973, p. 15) publie alors un entretien d'une femme portugaise dans lequel elle témoigne de ses conditions de travail auxquelles elle se confrontait dans le service de ménage de l'aéroport d'Orly. Plus tard, au début de l'année 1974 (n° 38, févr. 1974), le journal ouvre une tribune aux témoignages de "la femme portugaise dans l'immigration" (p. 13)

Dans ces témoignages, l'accent était surtout mis sur la condition des travailleuses exploitées²².

Plus généralement, une recherche entreprise par l'association *Génériques*²³, basée sur une vingtaine de publications en langue portugaise publiées surtout dans la première moitié des années 1970 et d'une orientation politique plutôt à gauche, conclue que :

Les témoignages féminins publiés dans ces périodiques nous ont légués plusieurs représentations des femmes portugaises immigrées en France. Qu'elles exercent les professions de femmes de ménage, de "bonnes à tout faire", d'ouvrières, qu'elles soient jeunes, âgées, mères, célibataires ou mariées, les femmes immigrées portugaises sont le plus souvent décrites comme travailleuses et courageuses²⁴.

Pour revenir au *O Imigrado Português*, la tribune réservée à la femme immigrée portugaise, et qui se voulait régulière, a très vite disparu, sans doute parce que la Révolution des Œillets a bousculé la configuration temporelle et spatiale du journal.

La période de la révolution des œillets (1974-1975)

Même si les deux dernières phases d'*O Imigrado Português* ne correspondent plus à l'époque des exilés politiques portugais en France, avec l'avènement de la révolution des Œillets, il est intéressant d'observer comment la publication a évolué sans plus avoir la cible éditoriale d'opposition à la dictature.

²² Il faut remarquer que malgré le peu d'informations sur la composition du comité de rédaction, rares sont les articles signés par des femmes.

²³ Images des femmes immigrées dans *Odysséo (1963-2010)*. En ligne (consulté en février 2013): <http://www.generiques.org/odysseo.php?id=22>

²⁴ *Odysséo (1963-2010)*. (Consulté en février 2013): <http://www.generiques.org/odysseo.php?id=22>

Les premiers numéros de l'année 1974 se posent la question: *Crise du pétrole ou crise du capitalisme?* (n° 38, févr. 1974, p. 1). Dès les premiers signes de la crise, avant même la hausse du pétrole, le journal déclare que le gouvernement essaie de se déresponsabiliser par rapport à l'état du pays. Celui-ci serait, selon le gouvernement, le résultat de causes exogènes. *O Imigrado Português* de son côté défend l'idée selon laquelle l'état français serait responsable de la situation du pays ainsi que les grandes compagnies pétrolières. Il est évident que le journal, ayant comme public cible les immigrés, ne néglige pas l'impact que la crise a sur cette population: "les immigrés seront les premières victimes, (...) cela a commencé par le licenciement de 259 yougoslaves, dans l'usine Peugeot à Sochaux, ensuite 132 Portugais ont été virés de Simca Chrysler à Poissy, usine où travaillaient jusqu'à ce moment 450 Portugais"²⁵.

Le numéro 39, daté de mars et avril 1974, est sorti sans doute trop tôt pour annoncer l'événement qui va faire basculer le journal lui-même: la révolution du 25 avril 1974. Il est néanmoins intéressant de signaler que dans la rubrique des nouvelles du Portugal, les rédacteurs titrent une note: *Signes de Tourmentes*. *O Imigrado Português* rend ainsi compte de mouvements à l'intérieur de l'armée, qui revendiquèrent la fin de la guerre coloniale et la démocratisation des institutions du pays. En même temps, dans cette même rubrique, le Conseil de rédaction fait figurer des articles montrant qu'une vague de grèves s'étend partout dans le pays.

C'est à partir du numéro 40, daté de mai et juin 1974, que le journal prend une nouvelle tournure, notamment en se distanciant des préoccupations concernant les conditions de vie des immigrés en France, pour informer sur l'évolution de la révolution et sur le processus révolutionnaire en cours (PREC). Ce numéro ouvre alors une nouvelle page avec le titre *Portugal Libéré*, en se proposant de

²⁵ *Imigrado Português*, n° 38 (févr. 1974), p. 2.

dévoiler le secret de la victoire: “l’alliance des militaires avec le peuple”. A partir de là, c’est la ligne politique du Parti Communiste Portugais qui est divulguée explicitement.

C’est également à ce moment que la publication devient plus irrégulière, ce qui conduit les rédacteurs à s’excuser: “Nous présentons nos excuses à nos lecteurs et amis de cette situation anormale qui est due au départ définitif vers le Portugal de certains de nos collaborateurs” (n° 42, déc. 1974, p. 13). Ces départs n’ont pas mis fin à la publication et parallèlement à l’accompagnement de la situation au Portugal, le conseil de rédaction manifeste son soutien au gouvernement provisoire en place. Dans un message envoyé à ces nouvelles forces gouvernementales, le journal leur rappelle de ne pas oublier les droits des travailleurs immigrés et déserteurs de guerre. Enfin, deux autres éléments sont relevés à plusieurs reprises: le droit de vote aux élections portugaises pour ces immigrés; et surtout l’assainissement urgent du corps consulaire, jugé par les rédacteurs compromis avec le régime fasciste (n° 40, mai-juin 1974, p. 13; n° 42, déc. 1974, p. 14). Il faudra signaler, néanmoins, que ces notes concernant la situation de l’immigration portugaise deviennent minoritaires par rapport au déploiement de nouvelles qui surgissent sur le processus révolutionnaire, monopolisant les pages d’*O Imigrado Português*.

La période des luttes des immigrés (1976-1981)

Enfin, la dernière période du journal abandonne le processus révolutionnaire avec le *coup d’Etat* qui a eu lieu le 25 novembre 1975, et opère un retour éditorial sur la situation des immigrés en France. Ce retour a été fait au travers d’articles qui relèvent surtout des luttes menées par les travailleurs au sein d’entreprises, où une présence essentiellement portugaise est constatée, ou alors des thèmes d’articles qui ont d’avantage à voir avec l’insertion sociale des familles immigrées.

C'est ainsi que le journal va mettre les projecteurs sur les conquêtes de la grève des femmes de ménage à l'aéroport d'Orly, où 18 travailleuses ont demandé l'adhésion au PCF, et créent deux cellules différentes nommées Catarina Eufémia (jeune paysanne assassinée par la police salazariste en 1954) et Mahjoub (héro du peuple soudanais, assassiné en 1971). Dans le même secteur professionnel, le numéro 76 (avril 1981, p. 3) rend compte de la lutte gagnée le 4 février 1981 par des travailleuses de la SEGID, une entreprise de services de ménage travaillant pour l'hôpital Mondor de Créteil dans le Val-de-Marne.

D'autres articles montrent aussi la solidarité avec la lutte d'immigrés d'origines autres que portugaise, comme cela a été le cas du combat contre l'expulsion de France de Moussa Konaté, délégué syndical lors de la grève de foyers Sonacotra (n° 53, août 1976, p. 4-8); les rédacteurs exposent également les stratégies de la direction de Michelin pour diviser les travailleurs, où parmi les 27.000 salariés, 2.000 sont Portugais (n° 54, oct.-nov. 1976, p. 4-5); ils commencent aussi à traiter de sujets tels que le problème de l'enseignement de la langue portugaise chez les enfants d'immigrés, ou encore dans le même numéro, la lutte des travailleurs de Renault est décrite comme "l'avant-garde" contre l'austérité (n° 55, déc. 1976, p. 2); et enfin, une vaste enquête est entamée auprès des ouvriers participant à la grève du chantier des Halles, où selon les collaborateurs du journal, un tiers des équipes est constitué de Portugais (n° 57, mars-avril 1977, p. 4-7).

Tous ces comptes rendus de luttes, auxquelles des immigrés et des immigrés portugais en particulier ont pris part, ont l'avantage de contraster avec l'image répandue de l'immigré dépolitisé et d'extraire des récits l'image d'un salarié insoumis à l'exploitation des patrons. Somme toute, la couverture du numéro 77 finit par montrer que le journal n'a jamais renié ses intentions premières, *vulgo* celle de l'unité entre les travailleurs: "Les travailleurs de Renault, français et immigrés, fêtent joyeusement l'échec électoral de Giscard, de la droite et des patrons" (juin-juillet 1981, p. 1).

La position d'opposition forte que le Parti Communiste occupait dans l'échiquier politique de l'époque, nous fournit un discours basé sur un regard dirigé dans un seul et invariable sens, mais qui a également l'avantage de nous montrer un angle diamétralement opposé au discours étatique, tant Français que Portugais, concernant les conditions dans lesquelles les immigrés portugais se retrouvaient en France. L'analyse d'*O Imigrado Português* a permis au travers de temps forts de l'immigration portugaise en France, de mettre en valeur l'articulation entre les temps et l'espace de cette immigration. Enfin, l'organisation périodique et analytique que nous avons mise en place dans cet article a fait apparaître la volonté du conseil éditorial d'*O Imigrado Português* d'être un pilier d'information dans la prise de conscience des conditions de travail des immigrés portugais, tout en insistant sur leur dissolution dans le spectre plus général des travailleurs en France.

Bibliographie

- BLANCHARD, Pascal ; VEYRAT-MASSON, Isabelle (Eds.) – *Les guerres de mémoires : La France et son histoire*. Paris: La découverte, 2010.
- ESPÍRITO SANTO, Inês – *Du clandestin au citoyen européen : quand les immigrés portugais font figure de travailleurs (France 1962-2012)*. Paris : École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), 2013. Thèse de Doctorat.
- NEVES, José – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2008.
- PEREIRA, Victor – *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*. Paris : Thèse de l'Institut d'Etudes Politiques de Paris, 2007. Thèse de Doctorat.
- PEREIRA, Victor – “Ni héros ni escrocs : les passeurs portugais (1957-1974)”. *Plein droit* [En ligne], n° 84 “Passeurs d'étrangers” (mars 2010). (consulté en avril 2013). <http://www.gisti.org/spip.php?article1922>
- SPIRE, Alexis – *Étrangers à la carte. L'administration de l'immigration en France (1945-1975)*. Paris: Bernard Grasset, 2005.
- VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine – “Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale jusqu'en 1974”. In MARES, Antoine ; MILZA, Pierre – *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

A VOZ DA OPOSIÇÃO EXILADA NO SEMINÁRIO DE NOVA DELI (1961)

Filipa Sousa Lopes

No presente estudo, ainda numa fase de desenvolvimento, propõe-se analisar a participação de Manuel Sertório no Seminário de Nova Deli (1961), assim como os seus depoimentos relativos ao problema colonial português, fundamentalmente sobre a Questão de Goa, durante a sua passagem pela Índia. Afigura-se-nos, portanto, necessário recuar até ao ano de 1947, pois com a proclamação da independência da Índia, a 15 de agosto de 1947, a preocupação com Ultramar, em particular quanto a Goa, é notória e Salazar receia pela soberania portuguesa, por Goa¹, Macau e Timor fruto da reordenação da carta da Ásia. As palavras dos futuros dirigentes da Índia anteviam dificuldades. Nehru lamentava as condições deploráveis da Índia Portuguesa e a necessidade de se proceder à sua integração na União Indiana.

Estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois governos ao nível de Legações², a União Indiana não tardou em propor negociações

¹ O Estado da Índia Portuguesa era formado pelo remanescente do antigo império estabelecido no séc. XVI na Península Indostânica. Iniciado com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama (1498), o que provocou uma mudança decisiva no antigo comércio transcontinental, é consolidado com a ocupação de Goa, em 1510, por Afonso de Albuquerque. A Ilha de Diu foi cedida aos portugueses pelo sultão Bahadur Xá de Guzerate, em 1535, por recompensa do auxílio prestado na luta com o Grão-Mogol de Deli e Damão foi conquistado em 1539.

² As relações entre Portugal e a União Indiana mantinham-se através do consulado-geral de Portugal em Bombaim, para, em outubro de 1948, passarem a

quanto ao futuro do Estado Português da Índia e, em 27 de fevereiro de 1950, reivindica formalmente a soberania sobre as colônias portuguesas no Indostão. Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, passados 4 meses, a 15 de junho, entregou a resposta portuguesa, considerando que as negociações “seriam por isso apenas para definir a forma como o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana” por essa razão o governo português” deve lealmente declarar que ele não pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe”³.

Perante a inflexibilidade de princípios de Lisboa, os protestos da União Indiana sobem de tom. Nehru considera inaceitável que, havendo a Índia obtido dos ingleses a sua liberdade, continuem a existir áreas de domínio estrangeiro. A União Indiana, a 14 de janeiro de 1953, dirige uma nova Nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, reivindicando a transferência direta dos territórios portugueses, mas propõe manter os direitos culturais e outros da população, acrescentando, a 1 de maio do mesmo ano, que a sua Legação em Lisboa seria encerrada, por ficar sem utilidade prática, caso o Governo português não se dispusesse a entrar na discussão. Lisboa mantém a posição de 1950, ou seja, recusa-se a negociar. A realidade política portuguesa parecia insensível às transformações que o fim da guerra implicava, ao início do processo de descolonização por pressão das novas realidades.

A oposição ao Estado Novo, que até então representava a luta contra o regime ditatorial, irá durante este período posicionar-se relativamente à Questão de Goa. Com a informação controlada e a opinião pública manipulada, de modo a unir os portugueses em torno

ser através da Legação em Nova Deli, entregue ao ministro Vasco Vieira Garin. A União Indiana abriu uma Legação em Lisboa, nos fins de 1949, entregue ao ministro Zare Katachuta Menon.

³ “Memorial entregue pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da União Indiana em Lisboa”, em 15 de junho de 1950. In: *Vinte anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, p. 219-221. vol. I.

de um regime que defende a sobrevivência das fronteiras de um país pluricontinental, as vozes, no que concerne à política colonial, têm dificuldade em ser ouvidas, os seus limites são grandes, obrigando ao exílio de vários opositores ao regime. Cruzados os mares e atravessados os continentes, a oposição exilada tentará que a sua voz seja ouvida e desperte a consciência das nações, não só para a situação, que se vivia em Portugal, de proibição do exercício dos direitos fundamentais da cidadania, como para a política colonial do Governo português.

A vaga de repressão após as eleições de 1958 força vários opositores ao exílio, numa época em que a oposição no exterior, com o exílio de Humberto Delgado e mais tarde de Henrique Galvão, ganhará maior atividade, surgindo não só pequenos núcleos em diversos países como com uma composição ideológica mais heterogénea, encontrando-se no Brasil, mais particularmente no Rio de Janeiro e São Paulo, o maior grupo.

Manuel Sertório, destacada figura no combate contra o fascismo, colaborou ao longo dos anos na luta contra o regime salazarista, procurando uma posição política unitária, apoiando os movimentos da oposição ou defendendo presos políticos no Tribunal Plenário. Ao tomar conhecimento pelo escrivão, no encerramento de uma audiência do Tribunal Plenário de Lisboa em que intervirá como advogado, da ordem de passagem de um mandato de captura pela PIDE, pediu asilo político ao chefe da representação diplomática do Uruguai. Chegou ao Brasil, vindo do Uruguai, em meados de 1959, fixou-se inicialmente no Rio de Janeiro, por aí se encontrar Humberto Delgado, iniciando esforços no “sentido de uma aliança *operante* entre os *delgadistas* e os *antidelgadistas* (...)”⁴.

As divergências relativas ao problema das colónias levaram à rutura com Humberto Delgado, quando este, no banquete do 5 de outubro

⁴ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 36 e rodapé 1.

de 1960, em São Paulo, apresentou o *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*. Em dezasseis pontos, Humberto Delgado expôs a visão sobre o colonialismo apresentando como solução para a questão colonial, a organização “de uma República Federal dos Estados Unidos Portugueses” constituída pela “federação dos povos sob a protecção da bandeira portuguesa, ao reconhecer-lhes o direito à autodeterminação”⁵.

Manuel Sertório, discordando da solução federalista para a questão colonial, pronuncia-se no final do discurso de Humberto Delgado, apontando que “o plano (...) nada tem de anticolonialista e por isso, ao contrário do que (Humberto Delgado afirmar)á, não é aceite por todas as correntes da oposição!”. O General indignado e indiferente às declarações de Sertório responde-lhe apenas: “Ah, não? Então queixe-se a quem quiser!”⁶. A discordância de Manuel Sertório com soluções intermédias para o problema colonial, defendida por alguns círculos da oposição portuguesa, já havia sido manifestada anteriormente. A 21 de maio de 1960, Manuel Sertório informou Humberto Delgado sobre o projeto de manifesto anticolonialista enviado pelo grupo de exilados políticos de Londres, o qual, Sertório concordava desde que lhe fossem “introduzidas ligeiras alterações de forma e o mesmo possa ser assinado pelos emigrados representativos e obtenha ainda o acordo dos de Portugal”. Segundo Sertório, a defesa do direito à

⁵ *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, in ANTT/AOS/CO/PC-77, p. 194-195. O *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, segundo informações da PIDE, não tardou a chegar ao território português tendo sido distribuído exemplares do panfleto em Ponta Delgada, Açores. Informação da PIDE enviada ao Presidente do Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Exército e Defesa Nacional, a 23 de dezembro de 1960, in ANTT/AOS/CO/PC-77, p. 193.

⁶ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 37. Quanto à questão colonial Sarmento Pimentel e os exilados de longa data defendiam teses federalistas enquanto a geração de exilados progressistas, como Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Cunha Rego, Victor Ramos, Adolfo Casais Monteiro e Joaquim Barradas de Carvalho, condenavam essa ideia. RABY, Dawn Linda – “A oposição no exílio e a guerra colonial”. In: *Vértice*, n.º 58 (1994), p. 38. O período de rutura nas relações de Manuel Sertório com Humberto Delgado inicia-se após o 5 de outubro de 1960 e durará até ao final do ano de 1961.

independência dos povos das colónias portuguesas era defendida pelos assinantes desse projeto de manifesto, “o que pela primeira vez acontecia ao nível das forças políticas portuguesas”, à exceção do PCP⁷. Também no exílio a questão colonial era o motivo das maiores ruturas na unidade alcançada, a indefinição nos diversos setores da oposição gerava impasse e golpes definitivos na possível unidade.

Com as afirmações de Delgado, no jantar do 5 de outubro de 1960, a redação do jornal *Portugal Livre* prepara um “Esclarecimento sobre a questão colonial”. Considerando que “não existe um ponto de vista único da oposição portuguesa sobre a questão colonial, mas sim vários” por isso as ideias de Humberto Delgado exprimem apenas um desses pontos de vista. O jornal “faz questão de salientar uma vez mais que, no tocante à inadiável tarefa de liquidação do colonialismo salazariano, desaprova qualquer solução que não tenha por base o reconhecimento do irrestrito direito dos povos à autodeterminação”⁸.

Será desde São Paulo e com o início da Guerra Colonial que Sertório empreende esforços para promover não só a unidade da oposição no exílio, primeiro no Brasil e depois internacionalmente, assim como a unidade com os movimentos nacionalistas. Contudo as dificuldades

⁷ Este documento também foi enviado a Henrique Galvão e aos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 62 e rodapé 1. O jornal *Portugal Democrático* foi fundado em 1956 por iniciativa de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura. O jornal, durante mais de duzentas edições mensais (1956 a 1974), procurou congregar os antissalazaristas que se encontravam dispersos em São Paulo desde o encerramento do Centro Republicano Português em 1944. Insatisfeitos com o rumo do jornal *Portugal Democrático* surgiu um novo jornal, *Portugal Livre*, em 1959, que contou com a colaboração de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima. O jornal *Portugal Livre* teve apenas dezasseis edições, entre novembro de 1959 e março de 1961.

⁸ “Esclarecimento sobre a questão colonial”. *Portugal Livre*. São Paulo, n.º 13 (novembro de 1960), p. 3. O artigo foi assinado por Francisco Vidal, José Pedroso de Lima, José Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego.

na união são visíveis. Lúcio de Miranda⁹, exilado político em Londres desde 1954, membro do Grupo dos Portugueses Democráticos da Inglaterra (GPDI), em carta a Manuel Sertório, comenta a reunião realizada em Londres, a 6 de dezembro de 1960, pelos coloniais africanos e goeses demonstrando a sua admiração pelo facto da oposição não ter aproveitado esta oportunidade única, visto que os coloniais reclamavam do Governo “apenas o reconhecimento do direito à autodeterminação, ofereciam um prazo até ao fim de 1960 – e limitavam-se a pedir amnistia para os presos políticos e cousa mínimas”¹⁰. Nesta reunião dos dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas de 6 de dezembro de 1960¹¹, o nacionalista goês Pundolica Gaitonde¹² foi o secretário-geral e contou com a presença, entre outros, de Amílcar Cabral pela Guiné Bissau e Cabo Verde e Holden Roberto, dirigente da União dos Povos de Angola (UPA), que recebidos por Tony Benn, deputado trabalhista, por intermédio de João Cabral secretário da Goa League reuniram-se com um pequeno grupo de portugueses residentes

⁹ Lúcio de Miranda, natural de Goa, após a licenciatura em Matemática, na Universidade de Coimbra, foi colocado no Liceu Antero de Quental, na ilha de S. Miguel. Com fortes convicções nacionalistas, desde a sua juventude, no liceu de Panjim, apoiou a causa da integração de Goa na Índia “repudiando o colonialismo português e fazendo apelo que os goeses se esforçassem por conhecer e absorver a milenária cultura indiana”. Em Coimbra do convívio com Adeodato Barreto, poeta e escritor goês, as suas convicções consolidaram-se. Os acontecimentos do ano de 1954 leva-o a abandonar Portugal, pedindo ao “Ministro de Educação a sua exoneração do cargo de professor, como protesto contra a política adoptada pelo governo em relação a Goa”. O objetivo seria através de Londres deslocar-se para a Índia para juntar-se a Tristão Bragança Cunha, a Berta Menezes Bragança e a António Furtado, que militavam, em Bombaim no movimento de libertação, mas em virtude de alguns contratemplos, permanecerá em Londres, trabalhando na *Goa League*. Lúcio de Miranda veio a falecer dias após a invasão de Goa, Damão e Diu, pelas tropas da União Indiana. MIRANDA, Sacuntala de – *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*. Lisboa: Edições Salamandra, 2003, p. 66-67.

¹⁰ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035.

¹¹ Sobre a conferência na Câmara dos Comuns em Londres, a 6 de dezembro de 1960, ver LARA, Lúcio – *Documentos e comentário para a História do MPLA (Até fev. de 1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 566-570.

¹² Pundolica Gaitonde (1913-1994), médico goês, empreendeu várias ações contra o colonialismo português e foi presidente do Congresso Nacional de Goa.

em Londres. Para Gaitonde, nesta reunião, foi possível perceber que “não existia uma oposição portuguesa organizada, para além do Partido Comunista Português, apesar dos diferentes grupos se reconhecerem na contestação ao regime de Lisboa”¹³.

Apesar de enviada a declaração, da reunião de 6 de dezembro de 1960 em Londres, para Portugal e para os jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, apenas houve, segundo Lúcio de Miranda, “Silêncio. Nem publicação nem comentário”, pois para este, “andava tudo ofuscado e paralisado com a odisseia do Sta. Maria, o que não é de admirar, depois de tantos anos de frustração. Nestas condições de apatia e desorganização, o que é que os portugueses esperavam? Os fascistas, pelo menos, podem apelar para a Sr.^a de Fátima e solicitar um milagre. Mas os democratas, nem isso”¹⁴.

Para Lúcio de Miranda a posição do GPDI sobre a questão colonial era clara, apesar de alguns membros, segundo este, “mais extremistas (ou mais clarividentes?)”. Pensarem mesmo em “termos de independência completa e imediata”. Acrescentava, ainda, que, “não obstante ser colonial” pois nasceu em Goa e era indiano de raça, “vergado sob o peso dos anos e indissolúvelmente ligado a Portugal por laços sentimentais e de cultura”, entendia que não se devia por

¹³ STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2005, p. 160.

¹⁴ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035. A notícia do assalto ao pacote transatlântico português *Santa Maria*, sob a chefia do capitão Henrique Galvão, provocou um grande entusiasmo junto da oposição exilada, denunciando o regime português junto da opinião pública mundial e divulgando a luta da oposição. Contudo, mais tarde, a posição de Henrique Galvão sobre a questão colonial e o seu anticomunismo declarado provocou um distanciamento de Galvão relativamente aos núcleos antissalazaristas. As conclusões da reunião de 5 de março de 1961, realizada em São Paulo, e o apoio “favorável à autonomia das então “províncias ultramarinas portuguesas em África”” provocou cisões no seio da oposição exilada, “uma vez que o núcleo reunido em torno de Galvão não era favorável à completa autonomia africana”, passando o sentido de unidade não ser apenas uma luta contra o Regime, “mas também contra sua política e fundamentos coloniais”. SILVA, Douglas Mansur – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006, p. 100.

o carro adiante dos bois. Se “os coloniais reclamam apenas o direito de autodeterminação, porque seremos nós, democratas portugueses, a falar em termos de independência completa e imediata?”. Concluía apresentando o que denominava ser a sua fórmula, resumindo-a em duas palavras – “Reconhecimento do direito à autodeterminação e negociações”. Mas, neste momento, era importante, segundo Lúcio de Miranda um passo imediato aos democratas portugueses: “apoiar incondicionalmente a luta dos coloniais, para que da fraternidade na luta contra o adversário comum possam surgir as bases de um entendimento e amizade futuros”. No sentido em que Salazar e o fascismo ofereciam “um bode expiatório para o colonialismo nefasto – e um alvo comum para nos aliarmos com os coloniais”. Alertava, ainda, que era “preciso não perder a oportunidade” e que a “Conferência de Casablanca, que se reunirá a meados do mês, oferece essa oportunidade”¹⁵.

Mas, na Conferência de Casablanca, realizada de 18 a 20 de abril de 1961, com o fim de coordenar as lutas nacionalistas que se desenvolviam em várias colónias portuguesas, foi nítida a mudança de objetivos. Os planos da recém-criada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sucessora da FRAIN¹⁶, eram agora “a conquista imediata da independência nacional e a

¹⁵ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035. Já o presidente da Frente Unida dos Goeses, Francisco Mascarenhas, perante as declarações de Delgado enviou-lhe um telegrama, dizendo que “só uma frente comum com os povos das colónias portuguesas da Ásia e da África poderá apressar a libertação de Portugal para que ocupe lugar entre as nações livres”. E no mesmo telegrama pedia a Delgado “a declaração de que o fim da ditadura de Salazar leve automaticamente à liberdade das colónias portuguesas”. Telegrama Confidencial – Do Estado-maior do Exército, 2.ª Repartição - Secção de Informações – Resumo de notícias n.º 29, 4 de fevereiro de 1961, in ANTT/AOS/CO/UL-32B p. 210.

¹⁶ Com a participação de nacionalistas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, foi criado o MAC (Movimento Anti-Colonial), que dissolvido em janeiro de 1960 deu origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). A alteração de terminologia deve-se fundamentalmente ao alargamento de movimentos aderentes e aprofundamento dos objetivos da organização.

liquidação total do colonialismo português”, proclamando a unidade de ação entre as organizações nacionalistas contra o colonialismo português, no contexto da solidariedade africana, afro-asiática e internacional. Nos preparativos da Conferência consideravam que a participação de delegados da oposição portuguesa, como membros ou observadores, dependeria da atitude adotada até à mesma, em fazerem uma declaração pública aceitando o direito de autodeterminação dos povos das colónias portuguesa¹⁷. Esta posição refletia a já conhecida opinião de Lúcio de Miranda sobre a necessidade do posicionamento da oposição portuguesa.

Pundolica Gaitonde, após a Conferência de Casablanca, inicia um ciclo de palestras de modo a estabelecer contactos a nível internacional com vários responsáveis políticos. No Brasil encontrou-se com Humberto Delgado, que para Gaitonde “estava praticamente isolado, com um grupo de amigos incondicionais e subservientemente estavam de acordo com ele em todos os pontos da política que ele defendia e que estavam organizados numa associação que se chamava General Humberto Delgado”¹⁸. Segundo Gaitonde, Delgado mantinha

¹⁷ “Preparativos para a realização da CONCP” 1961, in *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42757 (consultado em 10 de abril de 2014).

¹⁸ “A oposição face à questão colonial”. *História*, ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 49. A I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) realizou-se em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, a convite do governo marroquino na qual foi proclamada a unidade de ação entre as organizações nacionalistas contra o colonialismo português, no contexto da solidariedade africana, afro-asiática e internacional. Participaram na Conferência 14 delegados representando os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas: Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP); Goan League; Goan Liberation Council; Goan Peoples’ Party; Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); National Congress (de Goa); Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA). Mário de Andrade é eleito presidente, Marcelino dos Santos – secretário-geral e Aquino de Bragança – secretário para a Informação com Amália Lopes Fonseca (Cabo Verde).

os princípios do *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, não afirmando publicamente o princípio da independência das colónias¹⁹.

Será da sua passagem pelo Brasil que Gaitonde trava conhecimento com Manuel Sertório, manifestando, mais tarde a Lúcio de Miranda, o seu encanto com o Brasil e em particular com Sertório e o seu grupo²⁰. De regresso à Índia, Gaitonde sugere a Nehru a ideia da realização de uma conferência semelhante à de Casablanca em Deli, com o objetivo de contribuir para uma maior informação da opinião pública mundial sobre os problemas das colónias portuguesas e unindo não só os movimentos de libertação das colónias portuguesas como outros defensores dessa causa. Apesar de relutante, segundo as palavras de Edila Gaitonde, Nehru concorda pedindo apenas que se chamasse “seminário” e não “conferência” para lhe dar um ar mais intelectual. Recordando a carta de Pundolice Gaitonde, enviada anos mais tarde, a Manuel Sertório este confessava que havia sido inteiramente sua a iniciativa da realização do seminário (incluindo os cronistas) e que já nessa altura “Nehru então disse (use of force is not ruled out)”²¹.

A escolha do observador português a participar no Seminário será objeto de debate no GPDI, quando receberam um convite em

¹⁹ Já em novembro de 1959, Humberto Delgado deslocara-se a Londres a convite do Partido Trabalhista e do Partido Liberal, recebido na Câmara dos Comuns pelo líder trabalhista, Hugh Gaitskell, conheceu Aneurin Bevan. Questionado pela política que defendia para as colónias, em particular a posição sobre o caso de Goa comentou que “não lhe cabia definir as futuras políticas de Portugal, mas apenas garantir a transição da ditadura para a democracia. [...] relativamente às colónias, é que também se lhes aplicava a transição da ditadura para a democracia, implicando prioritariamente uma descentralização do poder”. Considerando uma questão muito delicada se estaria preparado para ceder Goa à Índia, responde “Não posso responder “sim” ou “não”. Não me cabe fazê-lo. O Parlamento é que deverá decidir, Depois de termos eleições livres”. ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado. Biografia do General sem medo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, p. 826.

²⁰ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 22 de junho de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2039, p. 2.

²¹ Carta de Pundolice Gaitonde para Manuel Sertório, 27 de julho de 1978, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1341.

modo de “sondagem”, em que era manifestada a vontade “que os democratas portugueses mandassem também a sua presença, mas desejavam que o delegado fosse representativo”. Lúcio de Miranda ponderando que representativo significaria que a personalidade e os pontos de vistas merecessem a aprovação de uma grande corrente da oposição, considerava que no seu Grupo não havia alguém realmente representativo, por isso indicava o nome de Sertório, pois era “a persona grata” aos olhos dos organizadores”²².

Mas, apesar do nome de Ruy Luís Gomes ter sido o indicado após reunião do GPDI, “não só pelo prestígio internacional do seu nome, mas ainda pela posição que tomou, como Presidente do MND, na crise de Goa”²³, o convite do *Indian Council for Africa*²⁴, para a participação, como observador e orador português no Seminário de Nova Deli, em outubro de 1961 e no *Meeting* de Bombaim, será dirigido a Manuel Sertório, por indicação de Pundolica Gaitonde.

²² Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 3 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2046.

²³ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 3 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2047. A “Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu”, subscrita pelos membros da Comissão Central (CC) do Movimento Nacional Democrático (MND), a 11 de agosto de 1954, e enviada a vários jornais provoca a detenção de Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes, José Cardoso Morgado Júnior e mais tarde António Lobão. Terminado o julgamento os réus acabaram por ser condenados a 18 meses de delitos menores, mas acabaram por cumprir mais de dois anos de detenção.

²⁴ *Indian Council for Africa*, entidade não governamental, editor de uma revista sobre os problemas africanos *Africa Quarterly*. O convite do *Indian Council for Africa* dirigido a Manuel Sertório é datado de 23 de setembro de 1961 e consta o seguinte texto “Our Council is holding a seminar on the “Problem of Portuguese Colonies” in New Delhi and Bombay between the 20th and the 23rd October, 1961. The seminar will be inaugurated by Prime Minister Nehru and will be attended by representatives of political parties from most of the principal Portuguese colonies, such as Angola, Mozambique, Portuguese Guinea and Goa. It will be a great pleasure if you could attend the seminar as an observer. During your stay in India you will be our honoured guest. Kindly let me know if you can spare the time to come here and when you are likely to be here”. Correspondência do *Indian Council for Africa* para Manuel Sertório, 23 de setembro de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/95.

Sertório, já em correspondência anterior com Lúcio de Miranda, referindo-se ao Seminário de Deli considerava que a “base de representatividade a este respeito poderia constar do documento assinado pelo GPDI e por mais umas dezenas de democratas de vários países (...)”²⁵. Manuel Sertório referia-se ao documento intitulado *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, que desde maio de 1961 estava a ser redigida, mas as expressões ambíguas sobre o reconhecimento da autodeterminação, que foram introduzidos por Henrique Galvão, geraram divergências, como as dos Profs. Ruy Luís Gomes e Aniceto Monteiro, da Argentina, originando um novo documento²⁶. Redigida a nova declaração o GPDI, não só a aprova e a apoia como reafirma a sua posição, já exposta há mais de um ano, considerando-a mais “clara e mais avançada” e congratula-se pelo facto da Oposição ir-se “aproximando do seu ponto de vista. Deo gratias”. Mas, para Lúcio de Miranda este posicionamento da oposição “já vai tarde e a más horas”²⁷.

Chegado a Deli, após uma breve passagem por casa de Lúcio de Miranda em Londres²⁸, Sertório inicia os trabalhos na presença dos representantes indianos, representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e observadores estrangeiros debatendo os problemas das colónias portuguesas, durante três dias.

²⁵ Carta de Manuel Sertório para Lúcio de Miranda, 15 de setembro de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2049.

²⁶ Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, 13 de maio e 6 de junho de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2037 e 2038.

²⁷ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Londres, 21 de junho de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2037 e 2039.

²⁸ Como recordou Sacuntala de Miranda, Sertório pernitoou em casa de Lúcio de Miranda onde “dormiu no sofá de plástico verde reservado aos visitantes”. MIRANDA, Sacuntala de – *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*. Lisboa: Edições Salamandra, 2003, p. 129.

Da sua passagem pela Índia registamos vários momentos expressivos – os três dias de trabalho no Seminário em Deli e a sua comunicação gravada ao microfone da *All India Radio*; o *Meeting* de Bombaim com um comício de encerramento com mais de 200 mil pessoas numa das praias da cidade e as conclusões extraídas dos debates²⁹, assim como os seus depoimentos não só na conferência de imprensa realizada no *Constitution Club* de Nova Deli, como o seu testemunho entregue ao jornal *Free Goa*, em Bombaim.

Não representando oficialmente nenhum organismo liberal português, Sertório expôs os seus pontos de vista acerca do futuro das colónias portuguesas que estavam formulados na *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*. Esta Declaração, contando somente com as assinaturas de democratas exilados ou emigrados, “pois seria certa a perseguição policial para aqueles que, vivendo em Portugal, assinassem”, foi assinada por vários núcleos da emigração, e, individualmente, por várias figuras da oposição portuguesa no exílio em diferentes partes do mundo, excetuando os responsáveis do PCP que em diversos países não a subscreveram “considerando que ela comprometeria a unidade antifascista”³⁰, mas que alguns membros assinaram a título individual suscitando algumas discussões com os dirigentes³¹. Neste documento era reconhecido “o direito de todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se autodeterminarem politicamente e assumirem, se assim desejarem, a independência (...)”³², defendendo o estabelecimento de negociações para esse

²⁹ “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 1.

³⁰ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 41.

³¹ “A oposição face à questão colonial”. *História*. ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 53.

³² *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/85.

efeito. Denunciava, ainda, a guerra em Angola “como uma guerra tipicamente colonial” destinada a prolongar naquele como nas outras colónias portuguesas “a prática de crimes de genocídio, a privação por parte dos negros de todos os direitos civis e políticos, o regime de trabalho compulsório e a discriminação racial”. Assim como repudiava as responsabilidades referentes à política colonialista do Governo de Salazar atribuídas ao povo português, pois este estava impedido “de exercer quaisquer direitos cívicos em virtude da repressão da polícia política – PIDE – estando a opinião pública portuguesa mistificada pelas mentiras da propaganda oficial e pela acção da censura, que obstrói por completo o acesso às fontes de informação fidedignas”³³.

Sertório aproveitará a sua presença no Seminário para transmitir o seu testemunho sobre a situação que se vivia em Portugal sob a ditadura de Salazar: um “regime tipicamente fascista, que não autoriza partidos políticos nem nenhuma associações cívicas, não reconhece o direito de reunião e submete a censura prévia toda a imprensa”, deformando a opinião pública. Sendo exemplo disso a decisão do Tribunal Internacional de Haia sobre o direito de passagem de tropas portuguesas pelo território da União Indiana, que foi “apresentada como uma vitória dos invocados direitos históricos de Portugal e uma derrota das pretensões do governo indiano”³⁴. Acrescentava ainda, a

³³ A Declaração tinha como fim ser apresentado na atual sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/85.

³⁴ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 3. A 14 de dezembro de 1955, com a entrada de Portugal na ONU, o Governo português, de imediato, apresenta queixa no Tribunal Internacional de Justiça da Haia, a 22 de dezembro, contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Em 1960 o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu a soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e o direito de trânsito através da União Indiana, mas o trânsito de tropas dependeria da autorização do Governo da Índia e não poderia ser exercido como um direito. Saudada como uma vitória moral pelo Governo português, não esmoreceu as convicções de Nehru

repressão exercida pela PIDE aos adversários de Salazar, contando as prisões de Portugal com cerca de 1.500 presos políticos. Por esta razão, recordava Sertório que, não se podia confundir “o povo português com a política agressiva e colonialista do Dr. Salazar”, por isso os emigrados políticos através de vários jornais apoiavam a “luta dos povos coloniais pela sua liberdade e autodeterminação”. Sertório advertia que não se devia pensar que a posição dos liberais fosse “meramente platónica em face da luta dos povos coloniais portugueses” pois, as pressões eram constantes no Governo português “no sentido da cessação das lutas coloniais”. Considerava que o estado de espírito explosivo em que as massas populares se encontravam restaurariam muito em breve a liberdade no país, “podendo assegurar que o fim imediato das guerras coloniais, onde elas então existirem, e a independência das colónias ou a sua autodeterminação política serão facilmente conseguidas por exigência da esmagadora maioria do povo português, que sabe bem, como os povos das colónias, o que vale e o que custa a luta pela liberdade”³⁵.

Sertório termina a comunicação apontando a vantagem de uma diplomacia conjunta das organizações nacionalistas das colónias portuguesas e dos dirigentes da oposição portuguesa ao Governo, sugerindo a realização, num futuro próximo em Marrocos, de uma conferência, pois “seria a forma de se ajustarem na prática e mediante objetivos concretos os interesse convergentes de ambos os lados”³⁶. Posteriormente acrescenta, na conferência de imprensa no *Constitution Club* de Deli, que enquanto o regime de Salazar durar os líderes nacionalistas das colónias portuguesas e os liberais portuguesas

de continuar a lutar que, a 11 de agosto de 1961, íntegra na União Indiana os dois enclaves, garantindo a cidadania indiana aos seus 5.000 habitantes.

³⁵ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2-6.

³⁶ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 7-8.

deveriam reunir-se para a elaboração de um plano de ação para a intervenção das Nações Unidas e encontrar outros métodos para uma solução rápida do problema colonial Português³⁷.

A questão de Goa não foi só abordada na sua comunicação apresentada no Seminário, em que aceitava “a sua imediata integração no Estado da União Indiana”, pois para Sertório, “a grande maioria dos goeses já se tinha pronunciado por essa integração”³⁸, como foi exposta com maior atenção no jornal *Free Goa*. Sertório no seu testemunho ao jornal explica que quanto a Goa, “que não reivindica a independência, mas sim a integração na União Indiana, (...) é ao próprio povo goês – não só aquele que vive e sofre em Goa como ao que teve de radicar-se na Índia – que cabe pronunciar-se por plebiscito ou outra forma, sobre o seu próprio futuro. E um governo democrático português não deixará de respeitar essa resolução”. Salienta que os democratas compreendiam a atuação dos nacionalistas das atuais colónias portuguesas pois “o povo português, oprimido há 35 anos por um regime, odeia a repressão, não poderá deixar de ser, como é, o primeiro, a compreender a luta pela liberdade desenvolvida pelos povos das colónias e solidarizar-se com eles”. Acrescenta que “quando todos os povos das atuais colónias portuguesas se tiverem politicamente auto determinado e quando o povo português tiver, pelo seu lado, reencontrado o caminho da independência e da democracia os laços culturais, da língua e dos costumes, onde eles existam podem então

³⁷ Depoimento de Manuel Sertório no *Constitution Club* em Nova Deli, 30 de outubro de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/101, p. 1. “I think while the Salazar’s regime lasts the nationalist leaders of the Portuguese colonies and Portuguese liberals should meet to devise a plan of action for the United Nation’s intervention and such other methods for a rapid solution of Portuguese colonial problem”. Salienta-se “We feel that Salazar’s colonial policy of racial discrimination and exploitation of forced genocide. This is the reason why the troops are not provided with arms while they are being taken to Angola and other colonies”.

³⁸ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2.

encontrar as formas legítimas e espontâneas de unir, se eles assim desejarem, [?] futuras vidas nacionais desses povos”³⁹.

Das conclusões do Seminário, apresentadas em 11 pontos, aparece a ideia central que o colonialismo português deveria acabar sendo referido no ponto seis que a “libertação de Goa seria agora de maior importância para a libertação de outras colônias portuguesas” sendo, portanto, assunto de especial urgência⁴⁰. A hipótese do uso da ação da polícia para a libertação de Goa não é colocada de lado pois ao responder ao jornalista do *Indian Express*, quando este lhe pergunta se gostaria que o Governo da Índia recorresse à ação da polícia para a libertação de Goa, Sertório responde que era uma questão a considerar para o povo de Goa e da Índia, mas se Goa for integrada na Índia o povo português vai ficar contente⁴¹.

Para Sertório, o processo de modo a terminar o colonialismo de Salazar é aludido em reportagem ao jornal *Portugal Democrático*, em que seria desencadeado num plano a ser executado em duas fases: numa primeira fase levar à Assembleia Geral a designar uma data “até à qual Portugal deverá permitir o exercício do direito de autodeterminação

³⁹ Manuscrito de Manuel Sertório para *Free Goa*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/99.

⁴⁰ “La libération de GOA revêt dans la phase actuelle une importance exceptionnelle pour la libération des autres colonies portugaise”. Séminaire sur les problèmes des colonies portugaises, New Delhi, 20-23 oct. 1961, in *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42759 (consultado em 3 de março de 2014). Segundo Sandrine Bégue no seu estudo “La fin de Goa et de l’Estado da Índia : décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)”, “Cette conférence marque alors la fin progressive – et programmée – des hésitations de Nehru sur Goa, quant à une intervention militaire. (...) L’encouragement est lancé aux participants pour réclamer du Premier ministre indien une position plus directe et concrète. Les leaders nationalistes voient plus que jamais la chute de Goa comme la clé de leur décolonisation”.

⁴¹ Recorte da notícia do *Indian Express*, de 31 de outubro de 1961, “in reply to a question whether he would like the Government of India to resort to police action for the liberation of Goa, he said: “It is a matter of problem for the people of Goa, and India to consider. All that I can say is that if Goa is integrated with India the Portuguese people will be happy””. ANTT/PIDE-DGS – Manuel Sertório – SC/ CI (2)-2257/ NP6976, Vol. I, p. 271.

dos povos das suas colónias (na execução da resolução das N.U. de 14 de dezembro de 1960)”. Numa segunda fase caso o governo de Salazar não cumpra a resolução da Assembleia “esta tomaria uma nova resolução, pela qual qualquer Estado membro das N.U. ficará autorizado a auxiliar, pelos meios julgados adequados, as lutas de libertação dos povos dos territórios dependentes de Portugal”⁴².

A terminar, enfatiza-se o facto que a passagem de Sertório pela Índia permitiu demarcar o rumo da oposição exilada quanto ao problema das colónias portuguesas, reconhecendo “o direito dos povos das colónias portuguesas disporem de si próprios, pela independência, se assim o quiserem”⁴³, defendendo o estabelecimento de negociações para esse efeito. O que representou, segundo as palavras de Sertório a “primeira tomada de posição claramente anticolonialista, por parte de portugueses, a nível internacional”⁴⁴ assim como “o primeiro contato officioso de um antissalazarista com líderes nacionalistas das atuais colónias portuguesas”⁴⁵. Numa época, como recordava Lúcio de Miranda, que era “tão difícil conseguir meia dúzia de assinaturas para um papel anticolonialista!...”, esta seria a oportunidade “para um português “representativo” se manifestar no plano internacional – e

⁴² Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2. Tendo em conta este processo no regresso Sertório passou por Nova Iorque estabelecendo contactos com o Dr. Modak o qual forneceu “um plano de actuação junto da ONU e um orçamento para 6 meses de atividade”. O aproveitamento desse plano dependeria da conferência que pretendia realizar, in Carta de Manuel Sertório para Pundolice Gaitonde, 5 dezembro de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1327.

⁴³ Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2.

⁴⁴ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 40.

⁴⁵ *Comunicação de Delhi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2-6.

diluir assim as desconfianças que existem nos meios afro-asiáticos e sobretudo coloniais, a respeito do racismo lusitano”⁴⁶.

Bibliografia

- BÉGUE, Sandrine – *La fin de Goa et de l’Estado da Índia: décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2000. vol. V.
- CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.
- CORREIA, Pedro Pezarat – “Descolonização”. In BRITO, J. M. Brandão (Coord.) – *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 127-158.
- GAITONDE, Edília – *As maçãs Azuis: Portugal e Goa (1948-191)*. Lisboa: Editorial Tágide, 2011.
- GONÇALVES, Williams da Silva – *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.
- LARA, Lúcio – *Documentos e comentário para a História do MPLA (Até fev. de 1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 566-570.
- MANYA, Judith – *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)*. Bordeaux: Centre D’Études D’Afrique Noire da Universidade Montesquieu, 2008. Tese de Doutoramento.
- MORAIS, Carlos Alexandre de – *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- PAULO, Heloisa. (Coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2010.
- PAULO, Heloisa – *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Editora Quarteto, 2000.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *A Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS). 1945-1974. História da polícia política do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), 2006. Tese de Doutoramento.
- RABY, Dawn Linda – A Oposição no Exílio e a Guerra Colonial. *Vértice*. II série, n.º 58 (jan./fev. 1994), p. 38.

⁴⁶ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 5 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2048.

- ROCHA, Edmundo – *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro, 2009.
- ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*. Lisboa: Esfera do Livro, 2008.
- ROSAS, Fernando (Coord.) – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. vol. XII.
- ROSAS, Fernando – “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”. *Revista História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teorias das Ideias, Faculdade de Letras de Coimbra, n.º 17 “Do Estado Novo ao 25 de Abril” (1995), p. 19-32.
- ROSAS, Fernando – “Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. VII.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 2 vols.
- SERRÃO, Joel; BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal* (Suplemento). Porto: Figueirinhas, 1999-2000.
- SILVA, Douglas Mansur – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.
- SILVA, Franco Santos Alves da – *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2012. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Rui Ferreira – “Sob o signo do Império”. In ROSAS, Fernando (Coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 355-387.
- SILVEIRA, Joel – “As guerras coloniais e a queda do Império”. In REIS, António (Dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. vol. IV, p. 71-106.
- STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2005.
- STOCKER, Maria Manuel – “A oposição face à questão colonial”. *História*, ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 49.

JOAQUIM DE CARVALHO E A MISSÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Débora Dias

No ano de 1953, pela primeira vez, o professor Joaquim de Carvalho se preparava para atravessar o Atlântico em direção ao Brasil. No entanto, sob as vistas do Estado Novo de Salazar, a ida de um intelectual português à ex-colônia reunia condicionantes e significados particulares na década de cinquenta. O caminho era conhecido por muitos que fugiam da pobreza e buscavam melhor sorte, com uma emigração que voltava a crescer após duas décadas de refluxo. Também itinerário de exílio para opositores ao regime autoritário vigente, que perdurava no pós-guerra embalado pela defesa anticomunista. Contexto ainda em que o Estado Novo português, interessado na manutenção das suas colônias frente a um cenário internacional adverso a causa, renovava esforços diplomáticos na aproximação estratégica com o Brasil, bem como buscava afirmar nomes ligados ao regime como representantes únicos do pensamento português.

No caso aqui tratado, tais questões conjunturais se traduzem nas resistências institucionais, ou melhor, nos obstáculos “materiais e morais”, dito por Joaquim de Carvalho, para concretizar a sua travessia ao Brasil como professor visitante na Universidade de São Paulo (USP). “A minha ida está tão comprometida, pois a considero já como impossível”, escreveu a João Cruz Costa, professor da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), em 12 de janeiro de 1953¹.

O amigo brasileiro acompanhava nas cartas a narrativa de empecilhos à viagem, aguardando um desfecho em Portugal. Isso porque o convite para lecionar por três meses como professor visitante na USP, proposto por Cruz Costa, aprovado por unanimidade pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação da FFCL-USP e referendado pelo Governador do estado de São Paulo em princípios de 1952, garantia a estadia de Joaquim de Carvalho e de uma acompanhante quando em terras brasileiras². No entanto, precisava levantar em Portugal as condições para a viagem marítima, subsidiadas somente em parte pelo Instituto de Alta Cultura (IAC)³.

Como última possibilidade, restava o pedido pessoal do Reitor da Universidade de Coimbra ao empresário dono da Companhia de Navegação, Bernardino Correia, para que pudesse auxiliar nos custos restantes do traslado marítimo, de acordo com os ofícios enviados⁴. “Isto é o que consta do que se lê nos documentos; por

¹ CARVALHO, Joaquim de – Correspondência a João Cruz Costa (Coimbra, 12/1/53), Arquivo Pessoal João Cruz Costa, Universidade de São Paulo.

² Datam de 29 de janeiro de 1952, os três ofícios expedidos pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), Eurípedes Simões de Paula, formalizando o convite para Joaquim de Carvalho lecionar, de agosto a outubro ainda naquele ano, dois cursos na secção de Filosofia. O primeiro ofício (S-27-52) destina-se ao presidente do Instituto para a Alta Cultura, em Lisboa; o segundo (S-28-52), ao Reitor da Universidade de Coimbra solicitando a liberação para a viagem; o terceiro ofício (S-29-52), para o próprio Joaquim de Carvalho, formalizando o convite e informando que são assegurados honorários de C\$18.700,00 mensais para estadia no país. Foram consultadas as cópias dos ofícios com a assinatura original de Simões de Paula que constam no Arquivo Pessoal João Cruz Costa, sem cotas, depositado na Biblioteca Florestan Fernandes, na USP. Bem como o original destinado a Joaquim de Carvalho, de posse de familiares.

³ De 1952 a 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi o organismo responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Cf. Decreto-Lei n.º 38:680 de 17 de março de 1952. Disponível em linha: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf (último acesso em 6/2/2017).

⁴ CARVALHO, Joaquim de Carvalho – Correspondência a Cruz Costa (Coimbra, 3/12/52), Arquivo Pessoal João Cruz Costa, Universidade de São Paulo. Há ainda

traz da cortina, porém fui advertido por um amigo colega, muito da situação, que a minha viagem não era considerada oficialmente de *persona grata*⁵”, alertava o professor de Coimbra ao amigo Cruz Costa em correio privado.

As razões para assim ser considerado pelo regime já as conhecia. Demoliberal, de formação republicana, Joaquim de Carvalho defendia os princípios democráticos e a liberdade de pensamento, não se alinhava ao regime ditatorial consolidado nos anos de 1930 e mantinha laços com setores da oposição política, especialmente entre os republicanos liberais, muitos dos quais haviam emigrado ao Brasil. Até o fim da vida é vigiado de perto pela Polícia Internacional de Vigilância e Defesa do Estado (PIDE), conforme atesta processo individual em seu nome⁶ localizado nos arquivos da polícia política do Estado Novo⁷. Ao falecer em 1958, é descrito pela repressão como “democrata-republicano dos mais convictos e ativos”⁸.

Em princípios da década de 1950, Joaquim de Carvalho resguardava-se em uma posição de resistência cautelosa. Já havia sofrido ações

correspondência institucional sobre a viagem ao Brasil em “Joaquim de Carvalho”, Processo de Professores, cx. 33. Cota: AUC-IV1°D-6-3-33. Arquivo da Universidade de Coimbra.

⁵ CARVALHO, Joaquim de Carvalho – Correspondência a Cruz Costa (Coimbra, 12/1/53), Arquivo Pessoal Cruz Costa, Universidade de São Paulo.

⁶ Arquivo PIDE/DGS. Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra PI-646, NT 10390. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

⁷ A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) é criada em 1945 e funciona até 1969 quando é sucedida pela Direção Geral de Segurança (DGS), extinta em 1974. Especializada na informação, vigilância, investigação e repressão política, a PIDE substitui a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que funcionou de 1933 a 1945. Ambas constituíram a polícia política do regime, cuja principal função era o combate aos “crimes políticos”, considerados “contra a segurança externa e interna do Estado”. PIMENTEL, Irene Flunser – *A história da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 11.

⁸ A informação é registrada no Boletim de Informação n.º 236594 da PIDE, assinado em 24 de novembro de 1958 por José Barreto Sacchetti, inspetor adjunto da polícia em Coimbra. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, BOL 236594, NT8166, fol. 1. Depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Joaquim de Carvalho faleceu em 27 de outubro de 1958.

diretas e indiretas de retaliação pelo regime, a mais gritante ainda em 1934 com o fechamento da Imprensa da Universidade de Coimbra por ordens de Salazar. Como administrador da Imprensa, enfrentou o fim da tipografia e casa editora centenária, a interrupção de seus projetos editoriais e a demissão em massa dos funcionários. Na sequência do recrudescimento autoritário, em maio de 1935, teve seu auxiliar dileto, Sílvio Lima, expulso da universidade⁹, vaga a qual não aceita preencher, em uma denúncia contínua e silenciosa¹⁰. Isolado e sob a vigilância do regime, Joaquim de Carvalho não é apontado como uma ameaça, em 1949, pela PIDE. “É antissituacionista, de ideias democráticas. Não consta, porém, que presentemente exerça qualquer atividade política”, informava o chefe da delegação da PIDE de Coimbra para o escritório da polícia em Lisboa¹¹.

⁹ Sílvio Lima e outros professores foram demitidos compulsoriamente na sequência do Decreto-Lei n.º 25.317, de 13 de maio de 1935, o qual justificava a demissão dos funcionários ou empregados, civis e militares, desde que tivessem revelado “espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política” ou não dessem “garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”. Em 1935, são demitidos Abel Salazar, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Álvaro Isidoro de Faria, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Aurélio Quintanilha, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Norton de Matos, general e professor da IST da Universidade Técnica de Lisboa; Rodrigues Lapa, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Sílvio Lima, auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Cf. ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina – *A perseguição aos professores. Estado Novo e Universidade*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 58-59.

¹⁰ Estudos de Paulo Archer de Carvalho relacionam a expulsão de Sílvio Lima com uma série de medidas do regime autoritário contra a liberdade de pensamento, atingindo pessoalmente Joaquim de Carvalho. Archer destaca que a expulsão do professor auxiliar por causas políticas foi alvo da denúncia de Joaquim de Carvalho, “num silêncio acusador; ao inviabilizar qualquer assédio ao lugar vazio, vendo como suprema indignidade quem o queira preencher (como Delfim Santos sem êxito fez)”. CARVALHO, Paulo Archer de – Sílvio Lima, ou o retorno do recalçado. *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 39 (2011), p. 213-244, p. 222.

¹¹ Coimbra, 2/5/1949, S.I.R 230/949, Confidencial. Comunicação ao diretor da PIDE-Lisboa, em resposta ao ofício confidencial n.º 754/S.I.R, de 25 de abril de 1949, enviada pelo chefe da delegação da polícia política de Coimbra. PIDE/DGS Joaquim de Carvalho Del.Coimbra, Processo Individual (PI) 646, NT10390, fl. 120. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Para além da trajetória individual, é importante sublinhar que as tensões em torno da viagem do professor de Coimbra ao Brasil não estão isoladas dos significados que cercavam a presença de intelectuais portugueses naquele país nos anos 1950. Para fazer frente a visão difundida pela oposição exilada (de um Portugal pobre, com um governo autoritário, de perseguições políticas, censura e pensamento restrito), interessava ao Estado Novo de Salazar projetar nomes que fortalecessem na ex-colônia a versão de que existia em Portugal um regime “justo” e “defensor da ordem”, dos “valores cristãos”, com um corporativismo de conciliação e “união nacional”, que mantinha um Império ultramarino numa história mitificada¹².

Com isso, trata-se aqui da situação peculiar de um pensador português não alinhado ao salazarismo, com vínculos institucionais acadêmicos, que desejava lecionar em uma universidade brasileira e voltar a Portugal. Tarefa complexa num período de disputas entre situação e oposição ao regime em Portugal que incluíam a legitimidade dos nomes e das ideias que seriam difundidas no Brasil. Frente a esse cenário, pretende-se analisar de que modo a viagem de Joaquim de Carvalho se insere na teia de relações e embates entre oposicionistas, brasileiros e portugueses, ao governo de Salazar, bem como os mecanismos de vigilância e repressão do regime português com alcance do outro lado do Atlântico.

¹² Reis Torgal ressalta que o Estado Novo de Salazar, como todos os estados autoritários, consolidou-se e persistiu (no caso por cerca de 40 anos) por meio de aparelhos repressivos e reprodutores dessa ideologia. Para além “de instituições policiais e censórias, necessitou ter ao seu serviço instituições da cultura e da propaganda”. Tais instituições foram representadas especialmente pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933 e convertido no fim da Segunda Guerra, em 1944, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Em 1968, com Marcelo Caetano a substituir Salazar, foi transformado em Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT). TORGAL, Luís Reis – “Intelectuais orgânicos e políticos funcionais do Estado Novo”. In PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (Coords.) – *Transformações estruturais do campo cultural português 1900-1950*. Coimbra: Ariadne Editora/Ceis 20, 2005, p. 235-253, p. 238.

A missão portuguesa no Brasil

De personalidade discreta, pai de uma família numerosa e com fortes vínculos à vida universitária, Joaquim de Carvalho não cogitava o exílio em 1953. Apesar de atingido pela ação autoritária, manteve-se como professor catedrático da Universidade de Coimbra e sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, possuía prestígio acadêmico internacional, foi secretário da notória *Societas Spinoziana*, de Haia, dirigia a *Revista Filosófica* e a coleção de livros universitários da Biblioteca Filosófica, ambos da Atlântida Editora, em Coimbra. Não se alinhava às ideias do regime, mas se resguardava no respeito intelectual que alguns nomes da situação lhe tinham, mormente aqueles com quem tinha interlocução, mesmo mantidas as posições divergentes¹³.

Por outro lado, os antecedentes da viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil em 1953 estão ligados às movimentações de intelectuais portugueses que também têm merecido – na esteira da nomenclatura aplicada a outros países – a designação de “missão”. Sublinhe-se que o uso desta expressão referencia um conjunto de práticas de intelectuais portugueses do outro lado do Atlântico em diferentes áreas, como as do Jornalismo, Artes Plásticas, Edição, Teatro, Política, Ensino Universitário de Letras, História, Filosofia, Matemática. Ela é assinalável desde o fim dos anos de 1930, teve um maior incremento na década de 1940 e atingiu seu ponto máximo nos anos de 1950 a 1960. O golpe político de 1964, que instituiu a ditadura civil-militar brasileira, marcou o declínio dessa participação.

Contemporâneo desta presença ainda como estudante e depois como professor da Universidade de São Paulo (USP), o crítico literário Antônio Cândido caracterizou-a como uma ação “emanada de um conjunto não

¹³ Não sendo esta a oportunidade para aprofundar esse ponto, cita-se, de forma superficial e somente para fins de exemplo, a correspondência que Joaquim de Carvalho manteve com Alfredo Pimenta e Marcelo Caetano (genro de João de Barros) que, de formas diferentes, estavam vinculados ao regime.

sistemático, nem cronologicamente concentrado de pessoas¹⁴ e que alcançou “boa parte do país”, ultrapassando os meios universitários, como um acontecimento que “trouxe contribuições culturais positivas e renovadoras, devidas a homens de pensamento e sensibilidade que representavam as nossas raízes históricas”¹⁵. Por isso, e recorrendo à terminologia comumente utilizada para qualificar as iniciativas mais oficiais, como a francesa, qualificou-a, igualmente, como “missão”.

Com efeito, muito desta circulação tem algo de comum com aquelas outras que estiveram diretamente ligadas às transformações no campo universitário brasileiro do período, incluindo suas disputas internas e externas, bem como seus respectivos condicionamentos políticos. Nesse sentido, foi muito significativa a influência das novas elites políticas em São Paulo no projeto de criação da USP e, depois, das universidades do interior paulista. Daí que o uso do próprio termo “missão portuguesa”, na formulação de Antônio Cândido, tenha o propósito claro de, perante a tendência para a esquecer quando se estuda esta temática, convidar a que se faça um paralelo, salvaguardando as especificidades de cada uma, com as chamadas *missões* de professores estrangeiros que, desde 1934, estiveram na formação da FFCL-USP, sendo a mais referida, devido ao destaque conquistado, em parte, pelo fascínio cultural francocêntrico da época, a *missão francesa*, composta por jovens professores, alguns dos quais, décadas depois, vieram a conquistar fama mundial¹⁶.

¹⁴ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 15-20, p. 15.

¹⁵ CÂNDIDO, Antônio – “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (Orgs.) – *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, p. 19-33, p. 30.

¹⁶ Os termos “missão francesa”, “missão italiana” e “missão alemã” guardam referência ao “grupo de professores estrangeiros que vieram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais”. *Idem, ibidem*, p. 15. Cf. MASSI, Fernanda – “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. In MICELI, Sérgio

No entanto, ainda seguindo Cândido, a “missão portuguesa” é de outro tipo já por compartilhar a mesma língua, mas também por “não ser formada por grupos definidos nem ter existido oficialmente”¹⁷. Nomes como Jaime Cortesão, Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Antônio Pedro, Fidelino de Figueiredo, Agostinho da Silva, Vítor Ramos, João Sarmiento Pimentel, são alguns dos professores, pesquisadores, artistas, jornalistas e políticos que atuaram no Brasil nessa conjuntura, alguns fixando raízes, outros retornando a Portugal ou indo a outros destinos. Como também Cândido incluiu a ação de Joaquim de Carvalho no ano de 1953¹⁸.

Embora esteja vinculada às contribuições intelectuais e artísticas, a Missão Portuguesa reuniu, em grande maioria, os nomes da oposição política e exilada do Estado Novo no Brasil. Alguns que, não oficialmente expulsos do país, foram perseguidos profissionalmente, impedidos de trabalhar, e assim empurrados para a emigração. Barradas de Carvalho, em artigo escrito para o jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo¹⁹, chama atenção para a lista numerosa de matemáticos entre os professores universitários demitidos pelo regime

(Org.) – *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/ FINEP/ IDESP, 1989, Vol. I., p. 410-459.

¹⁷ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”, *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁸ Ao se referir à esfera universitária dessa Missão Portuguesa, Cândido cita a presença de Joaquim de Carvalho, em São Paulo. CÂNDIDO, Antônio – “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (Orgs.) – *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, p. 19-33, p. 32.

¹⁹ O jornal *Portugal Democrático* foi criado em 1956 por um núcleo de emigrados portugueses “antifascistas” radicados em São Paulo. Com uma equipe que reunia diferentes posições políticas de oposição salazarista, segue editado até 1975, articulado a setores diversificados da sociedade brasileira, como universidades, editoras, sindicatos, partidos, associações estudantis, de escritores, de acordo com investigação de Douglas Mansur da Silva. O autor aponta que a publicação “ajudou a compor e foi parte integrante de uma rede internacional de combate ao Estado Novo e de apoio ao enfrentamento de outros regimes autoritários, como o de Espanha e, mais tarde, do próprio Brasil”. SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.

de Salazar, ex-docentes nas Universidades do Porto e Lisboa que, em maioria, tiveram como destino o Brasil²⁰. Além do número, a qualidade dos matemáticos emigrados pelo regime faz com Barradas reproduza comentário corrente de que a melhor escola de Matemática formada por portugueses não estava no Porto ou em Lisboa, mas então localizada em Recife:

Toda uma escola de matemáticos foi assim aniquilada pelo obscurantismo salazarista. E é esta a razão por que é possível dizer-se hoje que a melhor escola de matemáticos formada por portugueses não é a do Porto, nem a de Lisboa, nem a de Coimbra, mas sim a do Recife, aqui no Brasil, com Ruy Luís Gomes, Manuel Zaluart Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado e António Brotas²¹.

Ao tratar da Missão Portuguesa no século XX, há ainda que integrar essa experiência a um fluxo migratório que remonta o período colonial e, até os anos de 1960, privilegiou o Brasil como principal destino. Migração que é seguida de um associativismo luso que refletia as transformações históricas e o embate de ideias em Portugal²².

²⁰ Na lista dos matemáticos que seguiram para o Brasil, Barradas de Carvalho cita: António Ricca Gonçalves (São Paulo), Alfredo Pereira Gomes (Universidade do Recife), Ruy Luís Gomes (Universidade do Recife), Manuel Zaluart Nunes, (Universidade do Recife), José Morgado (Universidade do Recife), António Brotas (Universidade do Recife), António Aniceto Monteiro (passagem pela Universidade de São Paulo e Universidade Nacional do Rio de Janeiro). CARVALHO, Joaquim Barradas de – *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 15-16. Livro que reúne artigos publicados entre 1964-1970 no jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo.

²¹ CARVALHO, Joaquim Barradas de – *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 15-16. Livro de artigos publicados entre 1964-1970 no jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo.

²² Como analisou Heloisa Paulo, o associativismo português em terras brasileiras é, “para além de um factor de manutenção da identidade étnica do grupo, um traço revelador das cambiantes que marcam a estruturação dessa mesma identidade”. PAULO, Heloisa – “Os insubmissos da colónia: a recusa da imagem oficial do regime

A partir dos anos de 1930, o regime buscou aliciar associações portuguesas no Brasil a aderir ao projeto do Estado Novo. Representações consulares e associações da colônia, nomeadamente em torno da Federação das Associações Portuguesas, atuam como agências de propaganda e redes de informação em defesa dos ideais salazaristas e contra as atividades da oposição, organizadas já de início, em torno das agremiações de cunho republicano e, depois, pelos exilados políticos²³.

Um outro aspecto a ser destacado trata das singularidades da conjuntura dos anos cinquenta. Em Portugal, a década se iniciou com uma ofensiva da repressão do regime seguida à frustração dos que esperavam que a vitória das forças Aliadas na Guerra traria a abertura democrática²⁴. Já a atuação internacional do governo brasileiro, especialmente a partir de 1951, é considerada como aquela de maior apoio ao regime de Lisboa, desde a implantação do Estado Novo português²⁵.

Esse estreitamento das relações luso-brasileiras é indissociável do conjunto de ações políticas implementado pelo Estado português para conservação do seu Império Ultramarino. Nessa estratégia, a diplomacia portuguesa volta-se para o Brasil, “ex-colônia de grande

pela oposição no Brasil (1928-45)”. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, n.º 16 (1995), p. 9-24, p. 9.

²³ Segundo Heloisa Paulo, na sequência do golpe de 28 de maio de 1926, em Portugal, há uma imediata reação entre a ala republicana no Brasil, que forma a Liga dos Republicanos Portugueses (1926) e depois o Centro Republicano Dr. Afonso Costa (1932). Nessa “guerrilha velada” entre os agentes do regime no Brasil e a oposição, some-se ainda que, no período analisado pela autora, o Brasil vive a ascensão e queda de um regime ditatorial, no caso, o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). PAULO, Heloisa – “Os insubmissos da colônia: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)”. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, n.º 16 (1995), p. 9-24, p. 10.

²⁴ Cf. LEMOS, Mário Matos; TORRAL, Luís Reis (Coordenação, introdução e conclusão) – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Coleção Parlamento. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

²⁵ SANTOS, Luiz Claudio Machado dos – *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Tese de Doutorado. p. 56.

expressão na América Latina que, além de ser membro fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul²⁶. Para o governo brasileiro, a aliança foi vista como possibilidade de estreitar os vínculos com a Europa e fortalecer a defesa do país frente à ameaça comunista do leste²⁷, num posicionamento atribuído também em parte a uma chancelaria de orientação conservadora e a capacidade de ação do *lobby* português no Brasil.

No plano intelectual, o tema do colonialismo também ganha força, impulsionado por uma mudança estratégica na recepção das teses do escritor brasileiro Gilberto Freyre. Se a política colonial salazarista oscilava entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do sociólogo brasileiro nos anos de 1930 e 1940, o regime muda de perspectiva nos anos 1950, e encontra na doutrina do luso-tropicalismo a justificativa teórica oportuna à comunidade internacional para manutenção das colônias no Ultramar²⁸.

Com o fim do Estado Novo Getulista, em 1945²⁹, seguido do recrudescimento do regime em Portugal, uma nova etapa de imigração antissalazarista inicia-se nos anos cinquenta, marcada pela chegada de nomes como Carlos Maria de Araújo (1952), Fernando Lemos (1953), Adolfo Casais Monteiro (1954), Maria Archer (1955), Vítor Ramos (1955), Manuel Rodrigues Lapa (1957), Jorge de Sena (1959), entre outros. No depoimento da escritora Maria Archer, em 1956, sair de Portugal era

²⁶ GONÇALVES, Williams – As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.) – *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Cepese/Fronteira do Caos Editores, 2010, p. 102.

²⁷ SANTOS, Luiz Claudio Machado dos – *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Tese de Doutorado.

²⁸ CASTELO, Claudia – “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 69-84.

²⁹ Deposto por uma junta militar em outubro de 1945, Getúlio Vargas volta à presidência do Brasil, agora por voto direto, no período de 31 de janeiro de 1951 a 29 de agosto de 1954.

opção inevitável frente à impossibilidade de viver e trabalhar, numa rotina de vigilância e censura:

“Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15.07.1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia”³⁰.

Esse fluxo de oposicionistas portugueses, que se mantém até o Golpe Militar de 1964 e a instauração de uma nova ditadura no Brasil, ganha visibilidade com a fundação do jornal *Portugal Democrático* em 1956³¹. No entanto, compreende-se que iniciativas anteriores e diversas, incluindo anarquistas, republicanos e democratas de diferentes tendências, são fundamentais para a formação e articulação de núcleos oposicionistas, também com a participação de brasileiros. Nesse sentido, registre-se, para os inícios dos anos cinquenta, que os opositores do regime de Salazar da colônia portuguesa em São Paulo articulavam-se em torno da *Revista Cultural Anhembi*, fundada e dirigida pelo jornalista brasileiro Paulo Duarte, e do jornal *O Estado de São Paulo*³², ambos também antigetulistas. Nesse contexto, será

³⁰ ARCHER, Maria – *Diário de Notícias*, Lisboa, 15/1/1956 apud BATISTA, Elisabeth – *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2007. Tese de Doutorado. p. 59.

³¹ Cf. SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.

³² O jornal *O Estado de São Paulo*, dirigido por Júlio Mesquita Filho, acolheu como colaboradores diversos intelectuais portugueses exilados ou emigrados políticos nos anos cinquenta. Para Walnice Nogueira Galvão, há duas razões centrais para essa distinção. Primeiro por Júlio Mesquita Filho alimentar, à época, princípios democráticos, já que ele próprio se exilara e tivera o jornal confiscado pela ditadura Vargas durante vários anos. Depois, “por sua convicção de que escreviam bem”.

útil destacar dois momentos significativos do núcleo formado por portugueses e brasileiros em São Paulo.

De Portugal para o Brasil: disputas por uma *intelligentsia* portuguesa

No primeiro, em 1952, a reação da Sociedade Paulista de Escritores a chegada de uma “Missão Intelectual ao Brasil”, organizada pelo regime português e recebida com honras pelo presidente Getúlio Vargas. “Aproveitando a viagem inaugural do paquete Vera Cruz”, o Governo português envia um grupo de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos com o objetivo de “levar àquele País uma ideia tanto quanto possível completa de Portugal, por meio de conferências a realizar no Rio de Janeiro e São Paulo”³³, como informava o convite do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo ao escritor João Ameal, parlamentar português, considerado historiador-ideólogo do regime³⁴.

Com a chegada dessa comitiva em São Paulo, a Sociedade Paulista de Escritores (SPE) enviou um telegrama de saudação que é reproduzido no jornal *Estado de São Paulo*³⁵ e na *Revista de*

GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26, p. 26.

³³ Trecho da carta-convite enviada a João Ameal por João Manuel da Costa, Secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Lisboa, 7/2/1952. Espólio João Ameal, Cartas, Cota: BN Esp.E37/Cx.31, acervo Biblioteca Nacional de Portugal. A viagem inaugural do transatlântico Vera Cruz terminou no porto do Rio de Janeiro em 29 de março de 1952.

³⁴ João Ameal (1902-1982) é o pseudônimo de João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Ayres de campos, 3.º conde do Ameal, escritor português, deputado da Assembleia Nacional, entre 1942 e 1957. Monárquico, católico, de formação tomista, é considerado historiador-ideólogo do salazarismo. TORRALBA, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, vol. II, p. 83-88.

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

*Cultura Anhembi*³⁶, veículos ligados a grupos intelectuais brasileiros que aderiram a causa antissalazarista³⁷. Na mensagem publicitada, a Sociedade pretendia “deixar claro” que a alegria na saudação seria maior “se, em lugar de uma comissão composta apenas de escritores ligados ao governo, tivessem nela vindo outros ilustres e altíssimos expoentes da intelectualidade portuguesa, alheios às lides políticas ou de várias correntes partidárias”³⁸. As presenças e as ausências são citadas nominalmente, na defesa do que seria uma composição mista, abrigando alguns dos nomes “escolhidos” pelo regime à viagem ao Brasil – nos quais Vitorino Nemésio, Daniel Barbosa, Arruda Ferrer, Orlando Ribeiro – com outros francamente excluídos das iniciativas oficiais, como João de Barros, António Sérgio, Egas Moniz, Rodrigues Lapa e Câmara Reys. Afirmando-se como “entidade intransigentemente contra quaisquer restrições à manifestação do pensamento e a outras liberdades públicas essenciais”, a Sociedade Paulista de Escritores fez a crítica ao regime português ao defender tais valores como “condição sem a qual jamais poderá haver clima para a Inteligência”³⁹.

Com outro tom, a mesma entidade enviou um segundo telegrama, também reproduzido no *Estado de São Paulo*, mas agora destinado ao escritor português Aquilino Ribeiro, que se encontrava em visita ao Brasil fora do circuito oficial. Nessa mensagem, referem-se a um “legítimo representante da inteligência portuguesa”, acrescentando que, em São Paulo, “a intelectualidade se orgulha de ter como fonte principal suas tradições de espírito aquelas brotadas em território

³⁶ *Revista de Cultura Anhembi* (1950-1962).

³⁷ O telegrama da Sociedade Paulista de Escritores é assinado por Paulo Duarte, presidente, Mário Neme, secretário-geral, Décio de Almeida Prado, secretário, Américo Brasiliense de Moura, tesoureiro, Sérgio Buarque de Holanda, João Amoroso Neto e Artur Leite de Barros, membros do conselho da entidade.

³⁸ *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

³⁹ *Ibidem*

luzitano ao genio dos altos expoentes da literatura e do pensamento português⁴⁰.

De modo mais incisivo, a *Revista Anhembi*, fundada e dirigida por Paulo Duarte, então presidente da Sociedade Paulista de Escritores, reproduzia o telegrama à Comissão e criticava o apoio de entidades como Academia Brasileira de Letras (ABL) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao “receberem de braços abertos a missão do DIP do Sr. Salazar”. No entanto, ressaltava as poucas vozes que se opuseram a “falsificação da inteligência portuguesa”, representada por uma “comissão fascista”:

“No Rio, o “Correio da Manhã” e algumas poucas vozes levantaram-se também contra essa falsificação da inteligência portuguesa que, de forma alguma, pode ser representada por uma comissão fascista enviada por um govêrno fascista, que abafou em Portugal qualquer livre manifestação de espírito”⁴¹.

Com expressões duras e frases irônicas, o redator da coluna “*Jornal em 30 dias*” fez a crônica da programação e dos discursos realizados pela comitiva entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O historiador João Ameal é apresentado pelo cronista da *Anhembi* como “historiador oficial do governo e do clero português”, antes “agente da propaganda nazista em Portugal”, e agora tido como “filósofo-máximo” para divulgar “o pensamento do sr. Salazar”. Comentava que, a convite da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) para a conferência “o pensamento português atual”, o segundo visconde do Ameal limitou-se “a tratar de uma coisa que, durante a conferência, verificamos não existir: o seu próprio pensamento”. Ou para o cronista pior, “teceu louvores

⁴⁰ *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

⁴¹ “Inteligência portuguesa e Salazarismo”. *Revista Cultural Anhembi*, ano II, vol. VI, n.º 18 (maio de 1952), p. 519-523, p. 520.

aos benefícios e vantagens que advêm do “sistema” político que é o “paternalismo salazarista”.

O artigo rebatia ainda a entrevista de outro integrante da comitiva, o professor de Letras da Universidade de Lisboa, Vitorino Nemésio, na qual afirmava que a “missão não tem qualquer objetivo político”, mas sim cultural. Em tom irônico, diz que não seria de estranhar que o regime não enviasse “um João de Barros, um António Sérgio, um Miguel Torga (que tanta afinidade tem conosco), um Egas Moniz”, como provoca, em clara alusão ao paternalismo Getulista, de quem Paulo Duarte era opositor declarado:

Bem sabíamos que a propaganda política, toda ela feita nos moldes do defunto (?) fascismo, de há muito procura fazer o mais completo silêncio à volta daqueles intelectuais. Êstes, por certo, não virão ao Brasil, enquanto do outro lado do Atlântico reinar aquela curiosa doutrina que, na falta de melhor nome, passou a denominar-se depois da guerra de “paternalismo”.

Em suma, a revista afirma a dualidade entre “pensadores portugueses dos pensadores do sr. Salazar” e deslegitima a comissão como representante do pensamento português, pois, a junção “totalitarismo e inteligência não é possível”⁴². Tornava, assim, declarada publicamente uma disputa que já se dava de modo silencioso e que terá desdobramentos.

O segundo momento a ser destacado se relaciona com o anterior já por incluir nomes da oposição ao regime português nos preparativos da programação do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, em 1954. Um conjunto de eventos deveriam celebrar o Estado mais rico da federação, que buscava afirmar sua influência cultural e

⁴² *Ibidem*. Na mesma edição, a *Revista Anbembí* denuncia que o Governo português havia proibido sua circulação em Portugal.

se consolidar no imaginário nacional como “locomotiva” a rebocar o país. Entre desfiles e cortejos, a programação contava com uma Bienal de Artes Plásticas, um festival internacional de cinema, inauguração do Parque Ibirapuera, entre outras atividades. Também estava previsto o Congresso Internacional de Escritores, organizado pela Sociedade Paulista de Escritores, sob a presidência do jornalista Paulo Duarte, com patrocínio da UNESCO e Comissão do IV Centenário. O evento reunia nomes estrangeiros, como o prêmio Nobel William Faulkner, o poeta Robert Frost, Paul Rivet, Leopoldo Zea, Roger Bastide, Rodrigues Lapa, Jaime Cortesão, e brasileiros, como Antônio Cândido, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Florestan Fernandes, entre outros.

Nos bastidores, operava-se o traslado do crítico literário português Adolfo Casais Monteiro, impedido de dar aulas e dirigir publicações em Portugal desde os anos 1930, por motivações políticas. A viagem se pretendia definitiva ao Brasil, mas era anunciada somente para o Congresso e enfrentava resistências por parte do regime. Isso porque a definição dos convidados vindos de Portugal se tornou ponto de negociação com o Governo português, como sublinha a pesquisadora Walnice Nogueira Galvão⁴³. Inicialmente, a Comissão do Congresso havia convidado Casais Monteiro e o também escritor oposicionista Miguel Torga, no que o governo português reagiu, condicionando a permissão para saída de ambos ao convite “a dois dos nossos”. No caso, seriam o Conde de Aurora e o professor de Literatura de Coimbra, Álvaro da Costa Pimpão.

No entanto, tudo fora arquitetado para que Casais Monteiro tivesse grande visibilidade no evento e seu renome fosse realçado: foi-lhe atribuído o primeiro lugar entre os oradores, como apresentador da

⁴³ GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26.

primeira tese, logo na primeira sessão, além de convidado a integrar o seletivo grupo de 11 membros nomeados para redigir a Carta de Princípios do Congresso e fazer parte da comissão encarregada de depositar flores no túmulo de Mário de Andrade. Também designado formalmente porta-voz dos congressistas estrangeiros, o crítico literário era ainda o único a ter duas teses a apresentar⁴⁴. “Para contrabalançar, ou ao menos, disfarçar um pouco, guindou-se Álvaro da Costa Pimpão à mesa que presidia os trabalhos. Entretanto as posições eram bem demarcadas”⁴⁵, ressalva Walnice Galvão.

Nesse contexto, de crivo do governo português quanto aos nomes a serem enviados ao Brasil, bem como de formação de uma ala oposicionista a Salazar com forte presença de intelectuais brasileiros, especialmente em São Paulo, situa-se a viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil, planejada desde fins de 1951.

Joaquim de Carvalho no Brasil

Nos inícios de 1953, o professor da USP, João Cruz Costa, já lamentava a possibilidade concreta do convite a Joaquim de Carvalho não se realizar. “Compreendo, porém, a situação. E, quando a gente tem outra e tal gente pela frente... É de amargar, como cá se diz... Não sendo a gente grata persona, é o diabo”, solidarizava-se em correspondência privada, garantindo a discricção das informações recebidas⁴⁶. Na mesma carta, informava ao amigo que a notícia da

⁴⁴ As teses apresentadas por Casais Monteiro foram “Problemas da crítica de arte”, que depois seria publicada como livro em “Uma tese e algumas notas sobre a arte moderna” (Ministério da Educação, 1956), e “Fernando Pessoa, o insincero verídico”, publicada pela editora Agir, em 1958.

⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26, p. 25.

⁴⁶ Carta de João Cruz Costa para Joaquim de Carvalho. São Paulo, 16/1/53, Arquivo familiar Joaquim de Carvalho. Sublinhados originais de Cruz Costa.

viagem dele ao Brasil, anunciada como certa em coluna do jornal *Estado de São Paulo*, havia despertado o interesse do escritor Paulo Duarte em torno do seu nome. Desconfiado de iniciativas institucionais, o diretor da *Anhembi* havia telefonado a Cruz Costa, com quem tinha boas relações na altura, para se informar sobre as condições que traziam o professor português ao Brasil. Após a Missão oficial de 1952, Paulo Duarte cercava-se de cautelas, atento às barganhas do regime com as instituições brasileiras, no caso, a Reitoria da USP. Cruz Costa logo tratou de esclarecer:

“Há dias, quando saiu aquela noticia sobre a sua vinda, telefonou-me o Paulo Duarte. Queria saber quem era o senhor, pois acreditava que talvez a sua viagem resultasse de alguma barganha com o Reitor Leme e dispunha-se a preparar um daqueles artigos de desancar. Tranquilizei-o e disse-lhe que o convite fora feito por mim e que o senhor era meu amigo e merecia toda a atenção. Ficou o Paulo muito satisfeito”⁴⁷.

Joaquim de Carvalho aguardava já há um ano que se reunissem as condições institucionais e pessoais para sua viagem e considerava ele próprio prejudicado pelo contexto em torno da Missão oficial de 1952. Em março desse ano, comentou com Cruz Costa o silêncio em torno do pedido da Universidade de Coimbra ao Ministério da Educação para custear o traslado ao Brasil, solicitação inoportuna quando formava-se uma “embaixada cultural” ao País:

“A Univ. recebeu a com. da Fac. e logo o reitor consultou o Diretor da Fac.; o resultado foi o pedido oficial da Univ. ao Ministério para que me possam pagar as viagens, a mim e a minha

⁴⁷ Carta de João Cruz Costa para Joaquim de Carvalho. São Paulo, 16/1/53, Arquivo familiar Joaquim de Carvalho.

filha. Ignoro inteiramente o destino do pedido. Nada transpira; o silêncio, porém, é compreensível nesta ocasião, em q se prepara ainda aí de uma “embaixada cultural” de gratas figuras da oratória da Radio, com 2 ou 3 figuras da Univ.de e da intelectualidade política. O convite da Fac., nesta altura, não convem q tenha seguimento nem transpire, sequer”⁴⁸.

De Coimbra, o professor acompanhou à distância a recepção dessa comitiva oficial no Brasil, com informações privilegiadas repassadas por Cruz Costa sob as críticas de setores intelectuais brasileiros. Também tratava de situar o amigo brasileiro sobre os nomes “sem marca política ostensiva” que faziam parte da Comissão, a exemplo do geógrafo Orlando Ribeiro e do jurista Ferrer Correia. Para o professor, personalidades bem diferentes de um João Ameal, ou ainda, na intimidade com o amigo, na alcunha de “Asneal”. Disse Joaquim de Carvalho:

“O Orlando Ribeiro e o Ferrer Correia são pessoas de bem, capazes de honrar qualquer comissão, e sem marca política ostensiva. Mta. gente lamentou q tivessem aceitado a companhia, ou antes o encargo, para melhor dizer, de cobrirem insignificantes palavras como o Ameal, a quem também chamam o Asneal”⁴⁹.

Somente em janeiro de 1953, as condições materiais para a viagem do professor de Coimbra são garantidas com o apoio do diretor da Companhia Nacional de Navegação, Bernardino Correia, em negociação

⁴⁸ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 12/3/52, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

⁴⁹ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 25/4/52, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

pessoal com o reitor da Universidade de Coimbra⁵⁰. Por meio da correspondência, Cruz Costa participou de toda preparação de um amigo que iria atravessar o oceano pela primeira vez. Joaquim de Carvalho indagava sobre o que levar na bagagem, o que vestir nos trópicos, as encomendas desejadas, onde ficar em São Paulo, os livros com que poderia contar para preparar suas lições. Mas reforçava suas cautelas quanto ao ambiente de vigilância do regime, uma vez que deixava a esposa e nove filhos em Portugal e pretendia voltar à universidade. Para se resguardar, pedia ajuda ao amigo em um ponto: não dar entrevistas e restringir sua programação a vida universitária.

“Ponto importantíssimo: desejo, quero e necessito de limitar a minha atividade à Faculdade. Entrevistas – nada. Já sabe a razão; por isso, mta. Prudência no q os jornais disserem”⁵¹.

Quando embarcou com a filha como convidados no navio Serpa Pinto, em 31 de março de 1953, ambos testemunharam e conviveram com um vigoroso fluxo de migrantes rumo ao Brasil. Na memória da filha Dulce, havia uma terceira classe numerosa, formada pelos muitos portugueses pobres que iriam tentar a sorte no além-mar. Multidão que, na lembrança de Dulce, seguia “na maior das misérias porque iam à deriva para ver o que arranjavam no Brasil”⁵².

Partiram de Lisboa, com paragens pela Madeira, Recife, Salvador, até o desembarque em Santos, no dia 18 de abril daquele ano de 1953. No Brasil, Joaquim de Carvalho era aguardado com expectativa por um mosaico de diferentes grupos, desde intelectuais universitários de

⁵⁰ Na negociação, o empresário aceitava fazer o traslado de ida e volta do professor e da acompanhante, a filha e secretária pessoal Dulce Montezuma de Carvalho, pelos 30 contos de escudos conseguidos no Instituto de Alta Cultura.

⁵¹ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 11/2/53, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

⁵² Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade de Figueira da Foz.

esquerda e de direita, integrantes de instituições culturais brasileiras, nomes da oposição salazarista no país, por portugueses da ala mais conservadora. As conexões antecederam a viagem, bem como o conhecimento e interesse de Joaquim de Carvalho sobre o Brasil. Basta lembrar que, como organizador da coleção *Biblioteca Filosófica* (iniciada em 1947) e editor da *Revista Filosófica* (1951-1957)⁵³, já havia estabelecido contatos com intelectuais da filosofia, da história e da sociologia no País. A reputação de mestre da História Cultural portuguesa também estreitava os laços com os emigrantes à frente de entidades de portugueses, a exemplo do Real Gabinete Português de Leitura. Havia ainda ex-alunos e amigos, que difundiam interesses na visita do professor.

Não sendo este o momento de aprofundar os temas abordados por Joaquim de Carvalho e a recepção em cada evento, ressalte-se aqui somente a constante defesa pela liberdade de pensamento e abertura ao diálogo entre divergentes. Magistério que se refletiu na costura da programação durante os quase três meses em que esteve no Brasil, desde a Universidade de São Paulo aos convites que atendeu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Comece-se por sua primeira intervenção na FFCL-USP, onde ministrou um curso sobre a cultura filosófica e a filosofia de Espinosa. Era ciceroneado por Cruz Costa e pelo então diretor da Faculdade, Fernando Azevedo, um dos pioneiros na construção das Ciências Humanas da USP, quem o apresentava como “primeiro grande historiador português das ideias e da cultura”⁵⁴.

Coerente com a sua profissão de fé na liberdade de pensar, aceitou o convite do grupo divergente de Cruz Costa, realizando uma conferência

⁵³ A *Revista Filosófica* foi dirigida por Joaquim de Carvalho de março de 1951 a dezembro de 1957. No ano de 1959, seu filho, Joaquim de Montezuma de Carvalho, organizou o n.º 22, volume póstumo, com as últimas traduções feitas pelo pai e colaborações de Américo Castro, Mario Bunge, José Pecegueiro e Miguel Reale.

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando apud CARVALHO, Joaquim Montezuma de (Org.) – *Joaquim de Carvalho no Brasil, juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958, p. 48-49, p. 49.

sobre “Fenomenologia da Saudade” no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), presidido por Miguel Reale, desafeto principal de seu amigo, mas com quem privou uma relação de respeito intelectual.

De São Paulo, Joaquim de Carvalho seguiu para o Rio de Janeiro a convite da Universidade do Brasil, oficialmente por intermédio do Reitor Pedro Calmon, e do diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, o decano Antônio Carneiro Leão. O conteúdo das lições que apresentou não é menos representativo para compreensão do pensamento português: Antero de Quental. Embora não fosse uma temática diretamente política, evocava um dos melhores poetas portugueses e um grande pensador que tinha levantado questões que continuavam a ter grande atualidade, mormente as que criticavam a autossuficiência do cientificismo e aquelas que procuravam um fundamento ético para a radicação de transformações sociais criadoras de um mundo melhor.

No auditório, esteve presente às duas lições outro grande poeta, o brasileiro Manuel Bandeira, interessado no assunto desde antes. Amigo do exilado português Jaime Cortesão, que morava no Rio de Janeiro, conheceu pessoalmente Joaquim de Carvalho na oportunidade. Como anos antes, em 1942, Bandeira havia escrito, em coautoria com Cortesão, um opúsculo para as comemorações do centenário de Antero de Quental⁵⁵, as lições de Joaquim de Carvalho tinham de o impressionar. Assim prova o tom com que, anos depois, em carta ao filho de Carvalho, rememorou esse encontro:

Magistrais! (as duas aulas). Eu sentei-me na primeira fila; seu Pai, em tom de conversa quase confidencial, dando a impressão às vezes de que está achando no momento as coisas que vai dizendo,

⁵⁵ BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime – *Glória de Antero*. Cadernos da “Seara Nova”, Biografias. Lisboa: Seara Nova, 1943.

de sorte que me parecia em certos instantes que ele falava para mim só. Foram duas horas de extraordinário deleite⁵⁶.

Ainda no Rio de Janeiro, atendeu chamado da comunidade portuguesa no que se transformou em uma de suas conferências de maior repercussão. Para celebrar Camões, no dia em comemoração ao poeta d'*Os Lusíadas*, 10 de junho, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro convidou o professor de Coimbra como orador principal. Entre o público luso-brasileiro, são citados membros da Academia Brasileira de Letras, do corpo diplomático, políticos e professores universitários.

Durante a viagem ao Brasil, Joaquim de Carvalho privilegiou assuntos da sua especialidade relacionáveis com a formação e compreensão do pensamento histórico-filosófico-cultural em Portugal e, indiretamente, com uma das matrizes da formação mental do Brasil. Mesmo em Espinosa, há o aspecto luso-judaico da sua origem presente na reflexão do professor. E a mesma intenção se nota no ciclo de Conferências que ministrou em Belo Horizonte, na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, pois aí falou sobre os filósofos Pedro da Fonseca⁵⁷ (1528-1597), Luís Antonio Verney⁵⁸ (1713-1792) e novamente Antero, nomes

⁵⁶ BANDEIRA, Manuel – “Amigo Joaquim”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (Org.) – *Op. Cit.*, p. 79-80, p. 80.

⁵⁷ Segundo Joaquim de Carvalho, Pedro da Fonseca foi o grande pioneiro e artífice no processo crítico de sistematização metafísica da Segunda Escolástica “com as notáveis explanações e *quaestiones* que aditou à sua monumental edição, tradução e comentário dos livros I-IX da Metafísica de Aristóteles”. Nesse processo, ainda de acordo com Carvalho, atuaram três correntes: o cartesianismo, o empirismo e o ecletismo. CARVALHO, Joaquim – “Introdução ao ensaio filosófico sobre o entendimento humano de John Locke”. In: *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, vol. II, p. 301-354.

⁵⁸ Luís Antonio Verney é autor do polémico *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) e, segundo Joaquim de Carvalho, data-se deste estudo o cultivo da História da Filosofia em Portugal, “embora, rigorosamente, não tenha exposto a História da Filosofia como disciplina autônoma, mas como propedêutica filosófica”. CARVALHO, Joaquim de – “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”. In *Obra Completa*, vol. II, p. 121-154, p. 122.

que compartilham uma matriz comum ao terem sido inovadores à sua época. Em tempos de ditadura, pôr em evidência essa herança, enriquecia a preparação de linhas de pensamento que urgia serem mais bem conhecidas.

A versão da PIDE

Paralelo a boa recepção no país, a viagem era acompanhada de perto pela polícia política portuguesa. Sem poder associar a ação do professor de Coimbra às atividades comunistas, restou ao informante da PIDE, identificado como “Inácio”, atribuir a ida de Joaquim de Carvalho ao Brasil como ato promovido e financiado pela Maçonaria dos dois países.

“Este antissituacionista e maçom, como é do nosso conhecimento, encontra-se no Brasil, numa missão a que chamamos “Cultural”, mas segundo se apura nos meios maçons, a sua estada ali, está inteiramente ligada à ação da maçonaria. - Verifique-se que tal “seita”, está seguindo com extraordinário interesse a sua atividade em tal país e rejubila com o triunfo alcançado, pensando-se já em fazer-lhe grande recepção quando do seu regresso. Habeis manejos e atitudes pois esta “seita” tudo aproveita e não olha a despesas de forma alguma”⁵⁹.

No relato, percebe-se que o informante buscou descredibilizar a ação do professor no País, bem como reduzir as atenções despertadas por sua presença a uma teoria conspirativa de raízes na militância republicana, que abrigava muitos *maçons*. Embora Carvalho tenha

⁵⁹ Cópia informação Inácio, de 12/6/53, “Dr. Joaquim de Carvalho”. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, PI-646 NT 10390, fol. 114. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

participado da maçonaria ainda na juventude⁶⁰, não consta ter continuado as atividades na sociedade secreta, oficialmente dissolvida em 1937 pelo Estado Novo. É mais provável a associação do agente da PIDE ser fruto da relação de nomes da maçonaria com a causa Republicana, coincidindo com muitos terem emigrado ao Brasil, como Alberto de Moura Pinto⁶¹, Jaime de Morais⁶² e Jaime Cortesão⁶³. De todo modo, o relato das dificuldades materiais de Joaquim de Carvalho para realizar a viagem ao País contradiz a afirmação do informante da Pide de que estava sob financiamento de uma organização que “não olha a despesas de forma nenhuma”⁶⁴.

Ao informante da PIDE, passou despercebida o que seria a ação mais subversiva disseminada por Joaquim de Carvalho entre oposicionistas e situacionistas no Brasil: o valor da liberdade. Essa é a leitura captada por Jaime Cortesão, amigo exilado, que o acompanhou em atividades no Rio de Janeiro.

⁶⁰ De acordo com Oliveira Marques, Joaquim de Carvalho foi iniciado na Maçonaria em 1912 na loja A Revolta, de Coimbra, com o nome simbólico de Guyau e atingiu em 1919 o grau 7.º do Rito Francês. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, vol. I, p. 286.

⁶¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Alberto de Moura Pinto (1883-1960) foi magistrado e político português, que desempenhou funções da administração pública. Republicano, após 1926, integrou a oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, sendo preso e deportado para os Açores, depois exilando-se na Espanha e Brasil. Foi iniciado na Maçonaria em 1909, na loja Tenacidade, de Águeda. *Idem, ibidem*, p. 1124.

⁶² Jaime Alberto de Castro Morais (1882-1974) foi Oficial de Marinha e bacharel em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Republicano, desempenhou cargos no Governo Provisório e depois no Governo das Colônias. Por integrar a Revolta de 1927, seguiu para o exílio e retornou clandestinamente a Portugal. Foi preso em 1928 e deportado para São Tomé, de onde consegue fugir para o exílio em Espanha, França, Bélgica e por fim Brasil, onde vive até sua morte. Iniciado na Maçonaria em 1909, na loja Independência Nacional, de Lisboa. *Idem, ibidem*, p. 1002-1003.

⁶³ Iniciado *maçon* em 1911 na loja coimbrã Redenção, Jaime Zuzarte Cortesão não passou do grau de Aprendiz. Em 1926 foi-lhe concedido, a seu pedido, atestado de quite. Em 1934, já no exílio, obteve a regularização na loja coimbrã Construir, sendo elevado ao grau 3.º. *Idem, ibidem*, p. 417.

⁶⁴ Cópia informação Inácio, de 12/6/53, “Dr. Joaquim de Carvalho”. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, PI-646 NT 10390, fol. 114. Depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

“Sem desdouro para outros ilustres cidadãos seus pares, creio que, no último meio-século, ninguém em Portugal, melhor do que Joaquim de Carvalho, encarnou e exprimiu o valor da Liberdade como condição essencial da dignidade humana, e a sua função criadora na história do povo português.

(...) A sua compreensão austera e militante da liberdade como direito medular do homem, fonte de inteireza moral, de tolerância e respeito pelos ideais políticos alheios, dava-lhe a dupla maestria do sabor e da conduta para aquela espécie de trabalho”⁶⁵.

Em depoimento escrito após o falecimento de Joaquim de Carvalho em 1958, Cortesão compartilhou um episódio ocorrido durante almoço oferecido pela comunidade portuguesa, no caso antissalazarista, do Rio de Janeiro. Na invocação da memória do discurso do mestre, a defesa da liberdade de pensamento como valor incondicional, exigida independentemente da posição assumida, e para qual não podia prescindir o respeito aos adversários ideológicos. Segue o relato nas palavras do escritor português:

“Quando de sua estadia no Brasil, onde eficaz e nobremente representou a cultura e a história da cultura nacional, alguns de seus admiradores e amigos portugueses do Rio de Janeiro ofereceram-lhe um almoço.

(...) Durante o repasto e quando todos falavam com preocupação do futuro político de Portugal, um dos convivas e dos mais ilustres, formulou votos em que transpareciam propósitos apaixonados de vindice contra os adversários. Tratava-se duma das pessoas que se associara mais calorosamente à homenagem. Vi então Joaquim

⁶⁵ CORTESÃO, Jaime – “Depoimentos”. *Jornal Mar Alto*, Aveiro, ano V, n.º 233 (11/4/1959), p. 15 e 18. O original do texto, assinado por Cortesão, com o título “Joaquim de Carvalho, Apóstolo da Liberdade” foi localizado no Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho, Arquivo Municipal Figueira da Foz, Caixa 31.1 (papéis avulsos).

de Carvalho erguer-se e com indignada veemência defender, em nome da liberdade de pensamento, o respeito pelos adversários ideológicos. Inflamara-se. A sua voz tremia”.

A sensibilidade de Jaime Cortesão sintetizava a estratégia do mestre de Coimbra também no Brasil que, sem abrir mão de seus posicionamentos antissalazaristas, se mantinha coerente quanto à abertura ao diálogo entre divergentes. Para o escritor expulso de Portugal, aquele foi um dos momentos altos da atuação de Joaquim de Carvalho no Brasil. “Acabara de proferir uma de suas melhores lições. E eu vi na minha frente, em toda a sua grandeza, mais e melhor que o prosélito e o Mestre, o Apóstolo”.

CASAIS MONTEIRO: UM OPOSICIONISTA PORTUGUÊS NO BRASIL

Rui Moreira Leite

1. Os contatos de Casais no Brasil: o início

Antes de examinar a atividade política e intelectual de Casais Monteiro no Brasil, há que referenciar as condições que permitiram explicar as razões da sua ida e rápida adaptação ao país, nomeadamente alguns aspectos de sua aproximação aos escritores brasileiros já desde os anos 1930. O início deste vínculo está nos primeiros estudos sobre poesia moderna brasileira desenvolvidos por Casais e na dificuldade de obter os títulos em Portugal que fez com que contactasse os autores e os convidasse para colaborarem nas páginas da revista *Presença*. O poeta Ribeiro Couto, então assistente no Consulado do Brasil em Marselha¹, é um dos primeiros a ser contactado. O privilégio do seu cargo, o leva a conseguir o envio de livros de interesse de Casais através do Serviço de Cooperação Intelectual, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Assim sendo, é a partir de um contato inicial com Ribeiro Couto, e a publicação de diversos ensaios dedicados a sua obra e a de outros autores brasileiros, como Manuel Bandeira e Jorge de Lima², que essas relações ganham corpo.

¹ Contato realizado com a intermediação do universitário francês Pierre Hourcade.

² *A Poesia de Ribeiro Couto*. Coimbra: Presença, 1935; o ensaio é publicado em duas partes: “Manuel Bandeira”. *Revista de Portugal*, Coimbra, vol. 1 n.º 3 (abr.

Assim sendo, na segunda metade da década de 1930, na contrapartida dos contatos realizados, é iniciada a divulgação da obra de Casais no Brasil, com sua colaboração em publicações brasileiras. Em 1935, José Osório de Oliveira apresenta uma resenha da sua obra na revista literária *Boletim de Ariel*³. É nesta mesma revista que, dois anos depois, o artigo “O exemplo de Fernando Pessoa”, originalmente estampado no *Diário de Lisboa*, acaba por lançar Casais no universo intelectual brasileiro⁴. Pouco depois, Casais ingressa como colaborador no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, ganhando sucessivamente espaço na rede dos *Diários Associados*, no *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e na *Revista do Brasil*⁵.

Tais fatos aliados ao clima de repressão existente em Portugal, contribuem para que Casais tome a decisão de permanecer no Brasil ao receber o convite para o Congresso de Escritores e Encontro de Intelectuais⁶, realizado aquando do IV Centenário de São Paulo em 1954.

2. Casais Monteiro: o autor e o político

1938), p. 425-433 e “Manuel Bandeira”, *Revista de Portugal*, Coimbra, vol. 1 n.º 4 (jul. 1938), p. 597-608, depois reeditado na coleção Cadernos Inquérito, *Manuel Bandeira seguido de uma antologia*. Lisboa: Inquérito, 1943; “Um grande poeta do Brasil: Jorge de Lima”. *Portucale*, Porto, n.º 41/42 (set. – dez. 1934), p. 188-195.

³ “Balanço de um ano literário”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n.º 5 (fev. 1935), p. 132-3.

⁴ *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n.º 7 (abr. 1938), p. 215; transcrito do *Diário de Lisboa*, 9 dez. 1937.

⁵ Em carta a Ribeiro Couto de 3 ago. 1939, Casais refere-se ao *Diário de Notícias* e à *Revista do Brasil* agradecendo o interesse do amigo em conseguir que ele colabore em outras publicações. As cartas de Casais Monteiro a Ribeiro Couto se encontram depositadas no Arquivo Museu de Literatura – Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

⁶ A presença de Casais Monteiro recebe um grande destaque no evento para o qual o escritor apresenta as comunicações: “Fernando Pessoa, o insincero verídico” e “Problemas da crítica de arte”. A primeira delas, foi publicada ainda naquele ano pela Editorial Inquérito, a segunda ganha sua primeira edição em *Uma Tese e algumas notas sobre a arte moderna*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

Casais Monteiro era natural da cidade do Porto e, logo após o 28 de Maio, manifestou-se contra o regime, apresentando-se como voluntário para participar do movimento de fevereiro de 1927. Fracassada a revolta, manteria o seu posicionamento, sendo membro atuante da *Ação Democrática*⁷. Quando ele mesmo se refere, já no Brasil, ao seu posicionamento político nesse período – e o faz para contrapor-se a João Gaspar Simões, que o mencionara em sua obra sobre a revista *Presença* – não entra em detalhes, apenas descreve sua reação ao desfile das tropas em 28 de maio de 1926, quando o general Gomes da Costa fazia a marcha sobre Lisboa: “Aquele futuro diretor da *Presença* assistia à passagem das tropas numa praça do Porto com um peso na alma e uma consciência do que iria acontecer [...]”⁸.

Durante a Guerra Civil de Espanha, quando participa da campanha de fundos para os republicanos, é preso pela primeira vez, por 11 meses. Em consequência, é demitido do serviço público, perdendo o cargo de professor no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto. Na impossibilidade de obter outra colocação, ainda que em escolas particulares, e igualmente impossibilitado de dirigir qualquer publicação, dedica-se exclusivamente à própria obra, às traduções e trabalhos de edição. Só pode dirigir o semanário *Mundo Literário*, porque esse se encontrava sob a direção nominal de Jaime Cortesão Casimiro⁹. Em 1952, organiza para o *Journal des Poètes*, um número antologia da

⁷ Terá permanecido sempre interessado pelas experiências políticas singulares. Em 1968/69, Casais vai lecionar na Universidade Vanderbilt, em Nashville. No caminho entre Madison, onde era professor, até Nashville, faz questão de visitar os vestígios da comunidade socialista de New Harmony, criada por Robert Owen. Carta a Dante Moreira Leite, Madison, 4 jan. 1969 in LEITE, Rui Moreira – *Casais Monteiro, uma antologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 298. O conjunto das cartas de Casais ao intelectual brasileiro Dante Moreira Leite está depositado no Centro de Apoio à Pesquisa em História na Faculdade de História da Universidade de São Paulo.

⁸ *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*. Lisboa: IN-CM, 1995, p. 48.

⁹ SENA, Jorge de – *Régio, Casais a presença e outros afins*. Porto: Brasília Editora, 1977, p. 235.

poesia portuguesa contemporânea, apresentado por textos de sua autoria, de Miguel Torga, Armand Guibert e Pierre Hourcade¹⁰.

É neste contexto que a relação entre Casais e Ribeiro Couto se solidifica. Apesar de chegar a defender Salazar em carta dirigida a Casais¹¹, no momento anterior à prisão do amigo português, em 1937, e aparentemente manter relações com algumas das autoridades mais condenadas por este na área da cultura, como António Ferro¹², no momento da prisão de Casais, Ribeiro Couto usa a sua influência em favor do amigo e a sua esposa, Alice, igualmente detida. Quando tudo se revela inútil mas, Casais e a mulher já se encontravam em liberdade, procura obter das figuras influentes de suas relações, como Manuel Múrias e Álvaro Pinto¹³, que o registro na ficha policial de Casais pudesse ser apagado, já que ele não fora pronunciado.

É possível imaginar que, só depois do fracasso dessas tentativas, Casais contemplates a saída de Portugal como única perspectiva possível para dar continuidade a sua obra¹⁴. Quando é preso em 1949, por artigos a favor da candidatura de Norton de Matos, se solidarizando a Rodrigues Lapa que já se encontrava preso, ambos recebem o apoio da Comissão dos Portugueses Democráticos de

¹⁰ *Le Journal des Poètes*. Bruxelas, a. 22, n° 9 “ Numéro spécial consacré à la poésie portugaise contemporaine ” (nov. 1952).

¹¹ Carta de Ribeiro Couto a Casais Monteiro, 10 abr. 1935. Espólio Casais Monteiro, Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa. Mais tarde, no “Terceiro retrato”, sobre Manuel Bandeira, que não chega a publicar, Ribeiro Couto desaprova que o poeta se tenha posicionado contrário à visita de Craveiro Lopes. COUTO, Ribeiro – *Três Retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 80. Os versos de Bandeira são enviados por Casais a António Pedro. A correspondência entre Casais e António Pedro se encontra na Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa.

¹² Casais Monteiro não participa da *Revista Atlântico*, que traz como colaboradores brasileiros e portugueses.

¹³ Ver cartas de Casais a Ribeiro Couto de 8 nov. 1939 e de 13 out. 1941 tratando respectivamente da entrevista com Manuel Múrias e dos esforços dispendidos por Álvaro Pinto, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

¹⁴ O que viria a acontecer com o convite para participação nos eventos literários incluídos nos festejos do IV Centenário de São Paulo, em 1954.

São Paulo, que envia uma carta de protesto ao ministro do Interior de Portugal¹⁵.

Quando faz os contatos para a ida a São Paulo nos festejos do IV Centenário em 1954, a organização dos eventos estava em mãos de Paulo Duarte, na condição de presidente da Sociedade Paulista de Escritores. Ele vivera parte de seu exílio em Lisboa, e lhe ofereceria de imediato uma colocação em sua editora *Anbambi*¹⁶. Como seria de esperar, as suas falas tiveram, em algumas passagens, o tom de um opositor ao regime e o Conde d'Aurora¹⁷ que, como Álvaro da Costa Pimpão, integrava a representação oficial, foi quem se sentiu obrigado a responder.

No entanto, o Brasil não lhe oferece de início estabilidade na vida universitária, já que, nesses primeiros anos, não é admitido em nenhuma instituição de ensino, a não ser por curtos períodos ou para ministrar cursos determinados, caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo (1954)¹⁸ e na Universidade Mackenzie (1955)¹⁹, ambas no estado de São Paulo; e na Universidade do Brasil (1956)²⁰ e na Faculdade Nacional de Filosofia (1957, 1960)²¹ no Rio de Janeiro. Quando isso parecia ter-se resolvido

¹⁵ “As eleições de Portugal apoio de portugueses de São Paulo aos intelectuais de oposição”. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 fev. 1949.

¹⁶ E que publicaria em 1959 a edição brasileira de *Quando os lobos uivam* de Aquilino Ribeiro, com capa de Fernando Lemos.

¹⁷ O registro do Conde d'Aurora às discussões com Casais nas sessões do Congresso se encontra in *Brasil ida e volta*. Porto: Simões Lopes, s.d.; ao qual Casais responde em “Polícia e Literatura” depois incluído em *O País do Absurdo: textos políticos*. Lisboa: República, 1974, p. 193-96.

¹⁸ Ministra o curso “A literatura portuguesa no século XX”.

¹⁹ Leciona “História da Literatura Portuguesa”.

²⁰ Ministra na Universidade do Brasil, curso sobre ideias estéticas na literatura portuguesa.

²¹ Na Faculdade Nacional de Filosofia apresenta “Problemas da crítica literária”, como convidado de Alceu Amoroso Lima; três anos mais tarde é o medievalista Celso Cunha que o chama para dar um curso em sua cadeira.

em Salvador²², em 1959, com o convite que viera por sugestão de Anísio Teixeira, na gestão do reitor Edgard Santos, o seu contrato não é renovado, provavelmente em função de sua manifestação pública por ocasião do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros²³, ainda naquele ano. Em 1961, tem seu pedido de visto negado junto ao Consulado Português do Rio, o que também acontece ao jornalista e emigrado político português Paulo de Castro²⁴. Imaginava ser autorizado a fazer uma viagem para se encontrar exclusivamente com a família, mas tal não lhe foi permitido. A partir de 1962, por intervenção de Jorge de Sena, que já pertencia aos quadros dessa instituição, acaba se integrando à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Araraquara para lecionar Teoria da Literatura, permanecendo até pouco antes de sua morte.

Se o meio acadêmico não o absorveu de imediato, os meios literários lhe deram calorosa acolhida desde sua chegada: foi convidado a pronunciar conferências²⁵, escrever prefácios²⁶ e as traduções que vinha fazendo com Jorge de Sena dos sonetos publicados em inglês por Fernando Pessoa são editadas pelos Cadernos de Poesia²⁷.

²² Em Salvador, Casais leciona “Estética literária” na Faculdade de Filosofia e “Literatura dramática” na Escola de Teatro.

²³ Quando de sua participação no Encontro de Escritores em 1954 Casais Monteiro respondera firmemente ao Conde d’Aurora, que viera a São Paulo na qualidade de representante oficial de Portugal. Em Salvador foi Agostinho da Silva quem, a seu modo, se contrapôs a Marcelo Caetano. Casais reservou sua manifestação para o *Jornal da Bahia*, num artigo em que explicava porque não era possível a colaboração entre uma ditadura e uma democracia.

²⁴ “Negado visto a Casais Monteiro”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1961.

²⁵ Logo à chegada pronuncia a palestra “A forma e a emoção na poesia moderna”, Centro Dom Vital, 17 nov. 1954, onde volta a se apresentar em 24 nov. 1955 com a conferência “Os problemas da poesia contemporânea”; a convite dos Cadernos de Poesia realiza a conferência *A poesia brasileira contemporânea*, Biblioteca Municipal, 13 set. 1956; integra a comissão de atribuição na seção poesia do Prêmio Fábio Prado em 1955.

²⁶ SILVA, Domingos Carvalho da – *Poemas Escolhidos*. São Paulo: Clube de Poesia, 1956; FERRAZ, Geraldo e GALVÃO, Patrícia – *Dois Romances*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

²⁷ *Alguns dos “35 Sonetos” de Fernando Pessoa*. São Paulo: Clube de Poesia, 1954.

Aos poucos irá recolhendo seus esparsos, publicando em volume seus textos sobre Pessoa (*Estudos sobre Fernando Pessoa*, 1958), crítica (*Clareza e Mistério da Crítica*, 1961), romance (*O Romance: Teoria e Crítica*, 1964), poesia (*A Palavra Essencial*, 1965). O Instituto Nacional do Livro publica sua antologia d'*A Poesia da Presença* (1959) e encomenda outra, da *Prosa Crítica Portuguesa*²⁸, que não foi publicada, mas cuja seleção de textos se encontrava bastante adiantada, como pode ser verificado na correspondência examinada a seguir. A sua tese de livre docência, apresentada em 1968, é uma terceira formulação sobre a crítica, que se segue às comunicações aos Congressos de Recife (1960)²⁹ e Assis (1961).

Então, em meio a essas atividades, Casais completa sua segunda grande tradução literária no Brasil – depois de entregar a *Cartuxa de Parma* (1957) de Stendhal para publicação pela Editorial Estúdios Cor, em Lisboa – verte a *Educação Sentimental* (1959) de Flaubert para a Difusão Europeia do Livro, em São Paulo. Esse trabalho possui uma particularidade: a tradução será encomendada e comentada durante o percurso por Vítor Ramos, também emigrado político e professor de francês no Instituto Isolado de Assis, em São Paulo, e depois na Universidade de São Paulo. Membro do grupo oposicionista integrante do *Portugal Democrático* e principal interlocutor do grupo independente, Vítor de Almeida Ramos³⁰ é filiado ao Partido Comunista Português.

²⁸ Que não conheceu publicação e cujos registros e anotações não são relacionados entre os originais do espólio no catálogo da Biblioteca Nacional publicado no centenário em 2008, mas cuja escolha de textos parece bem adiantada a julgar pelas referências na correspondência com Vítor Ramos examinada adiante. A referência aparece em carta a Vítor Ramos de 16 abr. 1958.

²⁹ Na foto do I Congresso, de autoria de Mário Camarinha: Casais entre Jorge e Mécia de Sena, completando o grupo, Wilson Martins.

³⁰ É possível imaginar um contato anterior já que, entre os números do *Mundo Literário*, aparece o nome de Vítor Ramos, então um jovem escritor. “Uma entrevista com Louis Aragon por Vítor Ramos”. *Mundo Literário*, Lisboa, n.º 33 (21 dez. 1946), p. 1, 4-5.

Em Portugal, os seus textos não poderão ser publicados, sendo mesmo proibida qualquer menção ao seu nome. Numa homenagem à revista *Presença*, Jorge de Sena rompe o silêncio e escreve um texto dedicado a Casais, mas mencionando somente os títulos de seus livros de poesia. É com fino humor que Casais se refere ao episódio:

“A proibição de qualquer referência ao indigno cidadão que essas linhas subscrevem na imprensa portuguesa, vai ao ponto de minha existência literária ter sido pura e simplesmente suprimida. Tendo dedicado o Suplemento Literário do jornal *Comércio do Porto*, a 14 e 28 de junho desse ano, páginas especiais à poesia dos anos 20 a 40, de todos os artigos em que meu nome constava ele desapareceu por obra da censura, justamente com as referências que o acompanhavam, é claro. Deixei de existir, por obra e graça do stalinzinho de Santa Comba. Felizmente que o meu sentido das proporções não fez que eu me sentisse um novo Trotsky...”³¹

³¹ “Uma poesia pouco amável”. *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 nov. 1960.

3. Casais Monteiro: o emigrado político

A relação entre Casais Monteiro e o Brasil é comumente analisada em termos da correspondência com escritores brasileiros, nomeadamente com Ribeiro Couto³². No entanto, a trajetória do emigrado político Casais Monteiro merece atenção, já que faz ocupar um lugar central entre os opositores antissalazaristas pelos contatos mantidos com os intelectuais brasileiros, e com os intelectuais mais velhos ainda em Portugal, já que chegara a colaborar na Seara Nova e ser próximo dos mais novos, como o grupo dos *Cadernos de Poesia*, entre os quais se contava Jorge de Sena, com quem se associara em iniciativas como *O Globo* (1944) e *Mundo Literário* (1946-7)³³.

Neste quadro, ganha importância a sua participação no periódico *Portugal Democrático*, porta-voz da oposição exilada no Brasil³⁴. A correspondência do próprio escritor aponta para um contexto política complexo. Num curto bilhete dirigido a Rui Luís Gomes, em 1963, ou nas cartas de Vítor Ramos, os conflitos envolvidos na edição do jornal comprovam esta complexidade. A correspondência de Casais com este seu companheiro de emigração política soma 16 cartas,

³² Ver LEITE, Rui Moreira – “Escritores portugueses e brasileiros as relações epistolares a partir de 1930” apresentado em *Viagens – II Congresso Internacional de Estudos Nemesianos* realizado em Salvador, 24-27 set. 2000; LEITE, Rui Moreira – “Notas à margem da leitura da correspondência Casais Monteiro – Ribeiro Couto”. In SANTOS, Gilda; SANT’ANNA, Afonso Romano de (Orgs.) – *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001, vol. II, p. 308-11.

³³ Apresentando a publicação que organizei com Fernando Lemos em 2003: *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo/Bauru: Edunesp/Edusc, 2003, no encontro *Between Cultures: Brazil/Europe* realizado na Yale University, New Haven, em 26 e 27 mar. 2004. Comunicação reproduzida em *Pro-Posições*, Faculdade de Educação, Campinas, vol. 17, n.º 3 (51) (set.-dez. 2006), p. 71-79.

³⁴ Curiosamente os fascículos de poesia *Notícias do bloqueio* (n.ºs 1/9), 1957 – mar. 1962 – que têm a duração aproximada do jornal no período de convivência entre comunistas e o grupo independente – compartilham suas páginas com correntes diversas trazendo, além dos neorrealistas, o brasileiro Drummond, Jorge de Sena, Alexandre O’Neill, os moçambicanos Rui Knopfli e José Craveirinha e o angolano Agostinho Neto, além de uma série de poetas estrangeiros em tradução.

presentes no espólio de Casais, e apenas 4 cartas, no espólio de Vítor Ramos³⁵. Verificamos como Casais procura confirmar o recebimento por Vítor Ramos de documentos que lhes devem ser encaminhados, principalmente de Portugal, e que seguiam em várias vias para evitar eventuais intercetações.

Um dos documentos mais importantes é mencionado por Casais em carta de 31 de janeiro de 1957, “A situação política atual e a posição do PCP”, trazendo a proposta de Frente Única. Casais não se limita a responder à proposta, formulando a necessidade de um Serviço de Imprensa, capaz de oferecer um noticiário da movimentação em Portugal³⁶. Chega a sugerir o nome de Álvaro Salema, para coordenar a divulgação das atividades oficiais, e Jaime Cortesão Casimiro, para a publicitação das ações clandestinas³⁷.

Ao se estabelecer em Assis (1959), Vítor Ramos escreve uma longa carta sobre as dissensões entre ele e os redatores do *Portugal Democrático*, em especial Miguel Urbano Rodrigues. Aponta então como o fascismo criara uma situação única que tornava possível organizar um jornal com gente de todas as correntes, mas como isso dependia de concessões, tato e abdição. Por fim, menciona como ficara agradecido por Casais ter desabafado com ele a respeito de suas discordâncias anteriores com o Partido Comunista Português, evitando referi-las ao coletivo do *Portugal Democrático*. Acaba a missiva, sugerindo que Casais assumia o papel de mediador dos conflitos do grupo agora que ele, Vítor Ramos, está em Assis, no interior de São Paulo. Mas esse é o momento em que Casais recebe o convite da Universidade da Bahia, e não pode aceitar tal convite. No entanto, no

³⁵ Em duas das cartas de Casais, Vítor Ramos anotou “respondida pessoalmente”. Em quatro outras anota a data da resposta.

³⁶ Carta datada de 7 de agosto de 1958.

³⁷ Fora outras razões para a escolha, Casais trabalhara com ambos no *Mundo Literário* (1946-47).

mesmo ano, o IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros leva Jorge de Sena ao Brasil, que, por sua vez, passa a integrar o grupo do jornal³⁸.

Como se não bastassem as dissensões internas ao grupo comunista, a atuação de Humberto Delgado e Henrique Galvão, que sempre se apresentaram como lideranças à parte, provocam novos e sucessivos conflitos com a oposição exilada. Em carta de 7 de fevereiro de 1960, Casais registra novas desavenças com ambos os recém-chegados, diante das quais ele e Paulo de Castro resolvem esperar, enquanto Casais envia ao *Estado de S. Paulo* um artigo sobre “Moral e Política”³⁹. Ainda assim, no ano seguinte, Casais Monteiro oferece uma carta de apresentação a Humberto Delgado para que fosse recebido por Ribeiro Couto, em Belgrado⁴⁰, o que afinal, em função de um desencontro, acabaria não acontecendo.

Em meio ao clima de rixas internas, é sugerido pelo grupo mais próximo e radical do PCP, a necessidade de uma censura as publicações do *Portugal Democrático*. É o momento em que os independentes deixam o jornal, em 1962. Apesar da saída de Casais, é possível ver como as relações entre ele e Vítor Ramos seguem inalteradas: no início de 1964, Vítor Ramos, nas suas cartas de 23 de janeiro e 13 março, envia o projeto de um Instituto de Tradução; no qual o Instituto de Letras seria concebido por Casais. Os planos parecem corresponder à reforma universitária então em curso.

Em 1968, a 18 outubro, já com Casais lecionando nos Estados Unidos, Vítor Ramos lhe comunica uma nova dissidência no *Portugal*

³⁸ Jorge de Sena seria colega de Vítor Ramos na Faculdade de Assis em São Paulo a partir daquele mesmo ano. E numa viagem a Paris anos mais tarde Vítor Ramos realizaria pesquisas e transcrições que permitiriam a Sena completar informações relativas a uma das obras citadas em seu interminável (e não concluído) estudo “Inês de Castro” in SENA, Jorge de – *Estudos de História e de Cultura*. Lisboa: Revista de Ocidente, 1967, p. 496.

³⁹ Não foi possível localizar o artigo na edição nacional do *Estado de S. Paulo*; o texto seria publicado pelo *Portugal Democrático*, n. 40, 09/1960.

⁴⁰ Carta de Casais Monteiro a Ribeiro Couto, 19 set. 1961, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Democrático, anunciada em artigo de *O Estado de S. Paulo*, já que um grupo da ala “republicana” do jornal teria feito contato com Marcelo Caetano, então presidente do Conselho de Ministros, na esperança de concretização da chamada “Primavera Marcelista”, aproveitando para saudar o regime pela libertação de Mário Soares⁴¹. Logo, a realidade mostrará o erro e este mesmo grupo desistirá de contatos com o regime marcelista.

O que podemos afirmar, tendo como base o levantamento dos artigos de Casais no *Portugal Democrático* (1956-62), é que, apesar da sua influência enquanto membro da oposição exilada, a sua contribuição neste período é, de início pequena. No *Portugal Democrático* começa por escrever um artigo em 1956, na verdade, reproduzido em *O Estado de S. Paulo*, dois, em 1957, e outros dois, em 1958. Estes primeiros anos de colaboração no periódico oposicionista correspondem aos da sua dedicação continuada ao Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, no qual é responsável pela seção “Figuras e Problemas do Nosso Tempo”. Desde que chega a São Paulo, em 1954, até o lançamento do Suplemento como encarte semanal, Casais escrevia para a edição nacional do jornal e tinha textos reproduzidos pelo *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro. A partir de então, escreve tanto no jornal quanto no suplemento, mas sua colaboração no suplemento ganha maior visibilidade nas coletâneas organizadas tanto à época como hoje. É o que ocorre com a edição de sua conferência “A Crítica de Arte” realizada em 1954 que, com acréscimo de uma série de artigos compõe um volume da coleção em pequeno formato do Ministério da Educação, assim como mais tarde ocorrerá com seu texto sobre Manuel Bandeira. Mas, em seguida, o texto da conferência migrará para o volume *Clareza e Mistério da Crítica* e uma série de artigos sobre arte, em parte ligada ao período inicial das Bienais de São Paulo, não chegará a ser reunida.

⁴¹ “Lusos apoiam ato de Caetano”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1968.

Em 1959, no entanto, os artigos no *Portugal Democrático* aumentam, alcançando o número de nove em 1959; sendo que dois não são escritos originalmente para o jornal⁴². A colaboração segue até o final quase com mesmo padrão, com seis artigos, em 1960, e sete, em 1961. Tanto quanto foi possível apurar, dos cerca de trinta artigos publicados por Casais no *PD* nesses anos, onze teriam saído na edição nacional, ou eventualmente no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*.

Mas não se pode avaliar a contribuição de Casais apenas pela colaboração enviada ao jornal. Ele poderia tanto estar desempenhando um papel importante na articulação da publicação, quanto estar participando também com matérias não assinadas, não para esconder sua identidade, mas porque esses textos estariam sendo publicados na qualidade de editoriais. Não deixa de ser sintomático que Sarmiento Pimentel se refira ao *Portugal Democrático* como o jornal “em que o Casais Monteiro teve, num primeiro momento, um papel fundamental”⁴³.

As mobilizações do grupo oposicionista que se iniciam ou ganham força a partir da visita de Craveiro Lopes em 1957, ganham força nos anos seguintes e Casais está sempre presente⁴⁴. Os abaixo assinados se sucedem: “Em apoio à candidatura de Humberto Delgado”, “Intelectuais contra a ditadura de Salazar”, 3 e 8 de junho; “Contra a visita do diretor da ANI”, “Protesto contra prisões políticas em Portugal”, 2 e 23 novembro, todos de 1958, ou ainda, em 1959, os comunicados, como “Comunicado dos Portugueses Livres”, 26 março e o “Dos portugueses a Fidel Castro”, 3 maio⁴⁵.

⁴² Um deles é uma entrevista concedida no Ceará e outro é reproduzido do *Jornal da Bahia*.

⁴³ LOPES, Norberto – *Sarmiento Pimentel ou uma geração traída*. Lisboa: Aster, 1977, p. 150.

⁴⁴ Já depois da fundação do *PD*, Casais, Rodrigues Lapa e Miguel Torga se manifestam quando da passagem de Craveiro Lopes. “A Sociedade Paulista de Escritores e a visita do Gal. Craveiro Lopes”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1957.

⁴⁵ Relação composta a partir do acesso ao portal eletrônico do periódico *O Estado de S. Paulo*.

O que explica a interrupção da colaboração de Casais no *Portugal Democrático* é o já apontado rompimento, em 1962/63. Em 1963, Casais e Jorge de Sena se desligam também da *Unidade Democrática Portuguesa*. Mas no suplemento, no qual não deixa de colaborar, ainda que de forma cada vez mais espaçada⁴⁶, as razões do afastamento teriam sido sua integração à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara onde, afinal, permaneceria por nove anos⁴⁷, e o clima ditatorial vivido no Brasil, a partir de 1964.

Os textos de Casais Monteiro no *Portugal Democrático* foram publicados em seu conjunto no volume *O País do Absurdo*, já em 1974. As exceções ficam por conta do primeiro deles, de 1956, na verdade publicado originalmente n' *O Estado de S. Paulo*; "Integração e isolamento", de novembro 1958, que pode ser localizado no Suplemento Literário do mesmo periódico; a entrevista concedida em Fortaleza e "Retificação necessária", de julho 1960. Os textos do *O Estado de S. Paulo* se encontram em *Melancolia do Progresso*⁴⁸.

Há que destacar ainda, os textos dedicados a Aquilino Ribeiro e seu romance *Quando os lobos uivam* (1958, 1959)⁴⁹, e a edição do processo que era de circulação proibida em Portugal⁵⁰. Casais preparou a apresentação, assim como saudara o romance, aquando de sua publicação original, prefaciando a sua edição brasileira.

⁴⁶ Seus últimos artigos foram escritos em 1966 e 1970 sob o impacto das mortes de Antonio Pedro e José Régio.

⁴⁷ Um deles, em licença, lecionando nos Estados Unidos na Universidade de Wisconsin, em Madison, e na Universidade Vanderbilt, em Nashville — estava se transferindo para a Universidade de São Paulo em 1972, quando faleceu.

⁴⁸ Na série das Obras Completas publicadas pela IN-CM *Melancolia do Progresso* teve publicação anterior a *O País do Absurdo* cuja primeira edição é de 1974, pelo jornal *República*. Em nenhuma das edições os textos são datados ou identificados, nem há referência à publicação em duplicado pelo *PD* e *O Estado de S. Paulo*. A primeira edição não traz apresentação ou notas.

⁴⁹ As referências indicam a primeira edição portuguesa recolhida e aquela impressa no Brasil pela *Anbambi*.

⁵⁰ *Quando os lobos julgam a justiça uiva*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1959.

No início dos anos 60, o selo Felman-Rego inicia uma série de publicações contrárias ao regime de Lisboa, contando com o apoio de Casais. Entre os títulos, podemos citar *Salazar visto do Brasil*, uma ampla coletânea reunindo não apenas textos dos colaboradores portugueses do jornal *Portugal Democrático* e também dos jornalistas e escritores brasileiros⁵¹; *A resistência em Portugal*⁵², crônicas de autoria de Amílcar Gomes Duarte, relatando assassinatos e torturas cometidos pela PIDE; o panfleto *Carta de um Português a um Brasileiro Democrata*, de Vítor Rego⁵³; e por fim, um dos últimos títulos, senão o último, *Memórias do Capitão*⁵⁴ de Sarmento Pimentel⁵⁵, com apresentação de Jorge de Sena – um volume cuja composição fora acompanhada e incentivada por Casais, Sena e Jaime Cortesão e cuja segunda edição sairia apropriadamente, em 1974, em versão ampliada e para a qual Sena escreveria nova apresentação.

4. Em jeito de conclusão

Em 1966, em texto publicado em *O Tempo e o Modo*, e em outro periódico literário editado no Brasil, Casais Monteiro identificava-se como “um cidadão brasileiro e um escritor português”. Três anos depois, em *Poemas Completos*, que reúne a produção de seus anos no Brasil, apresenta um poema intitulado “O estrangeiro definitivo”. Combinar as diferentes denominações poderia ser a melhor forma de capturar a imagem de seu exílio. Mas acredito que, quanto ao seu posicionamento político, ele permaneceria fiel ao esclarecimento que

⁵¹ *Salazar visto do Brasil*. São Paulo: Felman-Rego, 1962. Presentes todos os colaboradores do *Portugal Democrático*.

⁵² *A Resistência em Portugal: crônicas*. São Paulo: Felman-Rego, 1962.

⁵³ *Carta de um português a um brasileiro democrata*. São Paulo: Felman-Rego, 1963.

⁵⁴ Projeto gráfico de Fernando Lemos, responsável pelas capas das demais edições citadas.

⁵⁵ PIMENTEL, João Sarmento – *Memórias do Capitão*. São Paulo: Felman-Rego, 1963.

fez acerca da situação dos portugueses e da importância de serem cidadãos conscientes⁵⁶.

O seu rompimento com os comunistas é atestado em diversos momentos, como na correspondência de Jorge de Sena a Sophia de Mello Breyner, em 4 de junho de 1962, na qual relata que Álvaro Cunhal chegou ao Brasil, com autorização do governo brasileiro, para tentar obter uma reunião com Manuel Sertório, Henrique Galvão e Humberto Delgado da qual fossem excluídos Jorge de Sena, Casais e Paulo de Castro, “o triunvirato da esquerda não comunista”⁵⁷.

O clima de cisão é evidenciado ainda na correspondência de Jorge de Sena com José Augusto França, onde apresenta um esboço geral da situação, dois anos antes do rompimento com os comunistas, no qual verificamos que não confia em Galvão, Colaço e Miguel Urbano e, por razões diferentes, também em Sertório e Calafate. Vê Paulo de Castro e Fernando Lemos como “meio brasileiros”, Pimentel como um “velhinho” e “o General cada vez menos “Delgado”⁵⁸.

Casais morreu dois anos antes da Revolução dos Cravos, Vítor Ramos faleceu no momento que soube da eclosão da Revolução em Portugal, Jorge de Sena sobreviveu quatro anos aos Acontecimentos de Abril. Numa carta ao seu tradutor italiano, datada de 11 de maio de 1974, este último expõe sua situação de dificuldades, já que não teria como manter sua família nos Estados Unidos, caso seguisse o seu impulso e regressasse a Portugal. O exílio dele, de Casais Monteiro, de Vítor Ramos e de muitos outros que viveram a contradição da condição de exilado pode ser assim resumido:

⁵⁶ “A grande hipocrisia da comunidade”. *Jornal da Bahia*, Salvador, 15-16 de agosto de 1959.

⁵⁷ SENA, Mécia de; SOUSA TAVARES, Maria Andresen (Ed.) – *Sophia de Mello Breyner – Jorge de Sena: Correspondência 1959 – 1978*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 61.

⁵⁸ SENA, Mécia de (Org.) – *Correspondência Jorge de Sena – José Augusto França*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 166. A carta é de Assis, 11/5/60.

“Ficar exilado depois que deixou de haver razões para exílio? – situação tragicômica e absurda. O mais simples e cômodo era morrer agora, como acaba de suceder a um grande amigo nosso que vivia no Brasil e era professor em São Paulo, brasileiro naturalizado como eu sou.”⁵⁹

⁵⁹ Referência a Vítor Ramos. SENA, Mécia de; LOURENÇO, Jorge Fazenda; MEIRIM, Joana (Ed.) – *Correspondência Jorge de Sena – Carlo Vittorio Cattaneo*. Lisboa: Guimarães, 2013, p. 328.

(Página deixada propositadamente em branco)

**UM EXÍLIO LITERÁRIO.
O CASO DE CARLOS SELVAGEM**

Sérgio Neto

Nascido em 1890, ano do Ultimato Inglês, e desaparecido em 1973, pouco antes da queda do Ultramar, Carlos Tavares Afonso dos Santos, conhecido pelo pseudónimo de Carlos Selvagem foi, de par com o seu amigo Henrique Galvão¹, cinco anos mais novo, o exemplo acabado do oficial com vocação literária (sobretudo, nas lides da dramaturgia²), que se envolveu em tentativas de derrube do poder estabelecido, assim como se afirmou portador de uma “vocação” colonial. Havendo combatido em Moçambique, durante a Primeira Guerra Mundial, experiência da qual resultou *Tropa d’África*³, sem dúvida um dos relatos mais significativos desse palco de operações⁴, Carlos Selvagem escreveu profusamente nos jornais, destinando à temática bélica um outro livro não menos importante:

¹ MONTOITO, Henrique – *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de maio (1927-1952)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

² SELVAGEM, Carlos – *Teatro Completo com peças inéditas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, 2 vols.

³ *Idem* – *Tropa d’África. Jornal de Campanha dum Voluntário do Niassa*. 4.ª ed. Lisboa: Bertrand, 1925.

⁴ ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 2004, p. 173-223.

*Portugal Militar*⁵. De igual modo, em *Império Ultramarino Português*⁶, “monografia do Império” em quatro volumes, escrito em parceria com Henrique Galvão, regressaria à temática colonial, num trabalho de largo fôlego, abarcando a paisagem física e humana de todas as parcelas lusas de além-mar.

Contudo, estas incursões literárias – na verdade, Carlos Selvagem figura como um dos mais importantes autores de textos dramáticos da primeira metade do século XX – não se sobrepuseram, pelo menos até aos anos 40, a diversas outras atribuições, como o cargo de governador da Huíla, em Angola, ou a direção, em 1937, da Missão Cinegráfica às Colónias, da qual resultaria o filme *Feitiço do Império* (1940), de António Lopes Ribeiro, significativa peça propagandística colonial do Estado Novo⁷. De resto, o enredo deste filme, a saber, a oposição entre personagens defensoras da obra colonial e os “descrentes”, não diferia em muito da sua peça de teatro *Telmo, o Aventureiro*⁸, estreada em 1937. Este seria, em boa verdade, um período crucial na vida do autor, posto que, colaborando a princípio com o regime de Salazar, sobretudo no que respeita às suas realizações culturais e coloniais, ir-se-ia desligar do Estado Novo, ao longo dos anos quarenta, passando à oposição. Deste modo, o presente trabalho procurará, sobretudo a partir da dramaturgia, perceber a evolução ideológica de Carlos Selvagem, que o levou a abraçar a causa da oposição, após haver colaborado com o aparelho propagandístico estadonovista.

⁵ *Idem* – *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

⁶ GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953, 4 vols.

⁷ TORRAL, Luís Reis – Cinema e Propaganda no Estado Novo – ‘A Conversão dos Descrentes’. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: FLUC. Vol. 18 (1996), p. 277-337.

⁸ SELVAGEM, Carlos – *Telmo, o Aventureiro*. Lisboa: Edições Europa, 1937.

No teatro da vida

Os percursos de Carlos Selvagem⁹ e de Henrique Galvão constituem prova acabada das múltiplas contradições, evoluções, avanços e recuos político-ideológicos que acompanharam toda uma geração. De facto, nascendo nos finais da Monarquia Constitucional, estes amigos de longa data viveram intensamente os efervescentes anos da Primeira República, vindo a colaborar com o Estado Novo e morrendo pouco tempo antes da queda deste, após um extenso período de dissidência. Personificam, além do mais, um singular encontro de gostos comuns, idiossincrasias e temas condutores, vazados em duas originais personalidades. Assim, a vida castrense foi uma primeira descoberta: Galvão dava-se como voluntário em 1914, ascendendo à patente de capitão vinte anos volvidos, enquanto Carlos Selvagem frequentava a Escola do Exército, participando na Grande Guerra, no cenário de operações de Moçambique.

Esta experiência estaria, aliás, na génese do volume *Tropa d'África. Jornal de Campanha dum Voluntário do Niassa*, dado à estampa pouco depois do fim do conflito, e objeto de diversas reedições, durante a primeira metade dos anos vinte, estabelecendo um padrão descritivo¹⁰ presente noutro importante relato da guerra em África: *A Epopeia Maldita*¹¹, de António de Cértima. Com efeito, as duas obras organizam-se a partir de um itinerário narrativo estruturado em torno do progressivo desencanto e alienação do soldado luso, ainda que o

⁹ REBELLO, Luiz Francisco – “Santos, Carlos Tavares Afonso dos”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, vol. II, p. 879-881.

¹⁰ Cf. LEAL, Ernesto Castro – “Memória, Literatura e Ideologia. Saudade, Heroísmo e Morte”. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos – *Portugal e Grande Guerra 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 559-565.

¹¹ CÉRTIMA, António de – *Epopeia Maldita. O drama da Guerra d'África: que foi visto, sofrido e meditado pelo combatente*. Lisboa: Portugal-Brasil – Depositária, 1924.

patriotismo seja capaz de emergir nos momentos de maior descrença¹². Desde a partida, saudada por Selvagem como o “dia de embarque! Dia de lágrimas, dia de balbúrdia, dia de mil impressões tumultuosas e contrárias”¹³, e rotulada por Cértima como “hora que nós, argonautas duma nova lenda épica, caminhamos para o dédalo dessa aventura que o nosso raciocínio, vergastado da febre do momento, não sabe bem definir”¹⁴, até às outras viagens, já no território moçambicano, ocasião para o primeiro dos dois escritores apreciar os militares portugueses: “imberbes moços do Douro e Beira Alta, trazem todos no olhar a miragem ingênua das serranias natais, o claro espanto da sua nova missão, um incerto receio do destino”, mas que, na realidade, “não são melhores nem piores do que os soldados dos outros países”¹⁵.

Sem dúvida que as privações de toda a sorte e o tédio, no “fundo lamacento das nossas trincheiras de Palma que as nossas solas se gastam e a nossa vida apodrece”¹⁶, acrescidos dos combates havidos contra os alemães¹⁷, particularmente penosos, graças às táticas de guerrilha ensaiadas pelo general Paul von Lettow-Vorbeck¹⁸, sem esquecer a prevalência de algumas doenças, inspiraram a Carlos Selvagem páginas desencantadas:

¹² LEAL, Ernesto Castro – “Narrativas e imaginários da 1.ª Grande Guerra. ‘O Soldado-Saudade’ Português nos ‘nevoeiros da morte’”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: FLUC, vol. 21 (2000), p. 441-460.

¹³ SELVAGEM, Carlos – *Tropa d’África*, p. 19.

¹⁴ CÉRTIMA, António de – *Epopéia Maldita*, p. 25.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 121.

¹⁶ SELVAGEM, Carlos – *Tropa d’África*, p. 154.

¹⁷ TELO, António José – “Campanha de Moçambique 1916-1918”. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Portugal e Grande Guerra 1914-1918*, p. 427-436.

¹⁸ KEEGAN, John – *The First World War*. New York: Vintage Books, 2000, p. 208-209. Veja-se, também, a tradução portuguesa, da autoria de Abílio Pais dos Ramos, das reminiscências do general germânico Lettow-Vorbeck: *As Minbas Memórias da África Oriental*. Évora: Minerva Comercial, 1923.

“Pobre sol de Austerlitz! Pobre lamparina decrépita [...]. Sol burlão do Rovuma [...]. Pindérica epopeia da fome [...]. Nos curtos dizeres, numas curtas linhas de jornal, anunciam, num bocejo, que mais alguns centos de soldados partiram para o Ultramar [...]. O [CEP] logo os jornais retumbam de imensos lugares-comuns, de estafados gongorismos patrióticos, de sinceras lágrimas”¹⁹.

Concluindo o seu livro através de um duplo jogo de espelhos: o reverso da partida – “os soldados de África chegarão de novo ao seu cais, desembarcando do seu paquete. Através do bulício da cidade se escoarão encolhidos e anónimos, esfarrapados, sumidos das febres e das fomes”²⁰ – o alferes Carlos Selvagem invocava, ademais, a figura do Adamastor, para castigar, uma vez mais, a condução da guerra, pois segundo a lendária personagem: “impotentes na Europa para prestardes à Inglaterra um auxílio valioso, efectivo [...] resultando absolutamente improficuo, inútil, inglório todo o vosso quixotesco esforço”²¹.

Decerto que este discurso crítico – que encontrou, de qualquer modo, em Cértima um apóstolo ainda mais acérrimo – não impediu o brilho literário, que Selvagem voltaria a demonstrar em *Portugal Militar*. Dividido em “Quatro Épocas”, a saber, “Século XI a começos do século XV – Da Fundação e Organização do Reino”; “1415-1640 – Da Expansão Ultramarina da Nacionalidade”; “1641-1668 – A Nação Portuguesa no Equilíbrio Europeu”; “1820-1910 – Da Revolução Liberal à Proclamação da República”, e integrando estas, por sua vez, capítulos de enquadramento, descrições de batalhas, organização dos dispositivos militares e inúmeras considerações, *Portugal Militar* terminava com o 5 de Outubro de 1910, não abordando, por isso, a temática da Grande Guerra.

¹⁹ SELVAGEM, Carlos – *Tropa d'África*, p. 132 e 147; p. 289.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 291.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 328.

Este monumental trabalho, ainda hoje obra de referência para os historiadores militares²², foi empreendido a partir de 1926, por incumbência do Ministério da Guerra²³, que “decidiu dotar as Escolas Militares com um compêndio que abrangesse a História Militar e Naval da Pátria Portuguesa”²⁴. Escrevia, em todo o caso, programaticamente, o autor:

“A história, porém, para deixar de ser um seco luxo de eruditos, precisa de se tornar sobretudo uma lição moral. Essa consideração induziu-nos a apresentar obra que nem patinasse no ermo de certos criticismos negativistas, nem resvalasse nas redundâncias de certo patriotismo enfatuatedo, mas que, expungida toda a retórica e toda a grama das grosseiras prevenções ideológicas, sem turvar a água límpida das fontes primordiais, sem desvirtuar a verdade contrastada dos factos, nem prejudicar a probidade e concisão indispensáveis a todo o trabalho didáctico, pudesse levar transparentemente à alma de todos quantos por necessidade ou gosto o lerem a íntima certeza de que uma razão transcendente no mistério da sua origem e no milagre da sua permanência, informa e anima toda a nossa vida ancestral de pátria quase milenária”²⁵.

Não obstante esta rejeição do “milagre”, passagem na qual parecia seguir Alexandre Herculano, Carlos Selvagem não se escusou a criticar aquele historiador oitocentista “e a sua escola, eivados de germanismo,

²² A mero título de exemplo, *Portugal Militar* surge referenciado na bibliografia de PEREIRA, José António Rodrigues – *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*. 2.^a ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

²³ “Decreto de 16 de novembro de 1926, incumbindo o Capitão Carlos Tavares Afonso dos Santos de escrever um compêndio de história orgânica e política do Exército Português, para uso dos estabelecimentos de instrução dependentes do Ministério da Guerra”, Arquivo Histórico Militar.

²⁴ HENRIQUES, Américo José Guimarães Fernandes – “Nota Justificativa”. In SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar*.

²⁵ SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar*, p. VI-VII.

[que] negam a existência de argumentos decisivos para se estabelecer solidamente uma linha de continuidade, *uma natural transição entre lusitanos e portugueses*”²⁶. Passando, por isso, em revista os combates de Viriato contra os romanos, enquanto momentos ancestrais do “gênio português”, Carlos Selvagem aí vislumbrava um vínculo remoto, não obstante conceder que, no que respeitava a esse “enigma cada vez mais complexo e nebuloso [...], não cremos que venha a resolver-se algum dia satisfatoriamente, nem isso importa necessariamente ao nosso estudo”²⁷.

No entanto, salvaguardando o atavismo lusitano, que teria sobrevivido mais ou menos incólume até aos tempos de Afonso Henriques, o escritor e dramaturgo exaltava a organização militar e o “espírito civilizador de Roma”. Nesta linha de raciocínio, não diferiu em muito, aliás, de outros autores da época, como Norton de Matos, o qual, no ano anterior à publicação de *Portugal Militar*, numa conferência realizada em Antuérpia, assegurava que os habitantes primevos da península, apesar das invasões e das migrações de celtas, fenícios, gregos, cartagineses, romanos e árabes, ainda que influenciados sob o prisma cultural, não haviam perdido o seu “fundo étnico”, que “est resté toujours le même jusqu’à nos jours”²⁸. De resto, ambos os autores, como outros publicistas da causa colonial, enfatizavam que o velho espírito luso, amarrado ao amor à independência, à liberdade, assim como ao sentido de conservação do torrão pátrio, teria conduzido os portugueses, no decorrer dos séculos XV a XVI, a outras paragens,

²⁶ *Idem, ibidem*, p. VIII.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. X.

²⁸ MATOS, José Norton de – “La formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, ano VI, n.º 64 (outubro de 1930), p. 7. E acrescenta Norton de Matos : “Le sentiment d’une conscience national apparaît dans le peuple lusitanien comme le résultat des luttes séculaires qui eurent lieu dans la Lusitanie contre les Romains envahisseurs”.

espaços em que as adquiridas virtudes romanas de integração do Outro haveriam facilitado os contactos encetados.

Como quer que seja, segundo Carlos Selvagem, esse secular encontro com as culturas do além-mar, não gerara, nos últimos dois séculos, uma literatura de pendor colonial, capaz de continuar as obras quatrocentistas, quinhentistas e seiscentistas²⁹. A Agência-Geral das Colónias, que organizou, a partir de 1926³⁰, um concurso anual de literatura colonial³¹, tendo como inspiração a literatura de viagens do expansionismo marítimo, parece ter respondido ao apelo daquele militar e dramaturgo:

Além da paisagem, quanto outras fontes mais de sugestão e de inspiração, quantos outros campos mais de observação por toda a parte. Os hábitos, a moral, as estranhas e picarescas tradições, as antiquíssimas e ingénuas legendas dos indígenas, a sua mentalidade primitiva, o seu folclore, a sua história oral, os seus mistérios religiosos, a sua candidez nativa de raças escravas, todo esse mundo de sombras tão inexplorado! Que riquíssima mina para

²⁹ SELVAGEM, Carlos – “Literatura portuguesa de ambiente exótico. Conferência realizada no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, em 18 de junho de 1926”. *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, n.º 8 (fevereiro de 1926), p. 8-9.

³⁰ Recorde-se que, no ano anterior, a Sociedade de Geografia de Lisboa lançara a “Semana das Colónias”, iniciativa que ia ao encontro dos “novos de Portugal”, para que “se habituem a considerar os nossos domínios ultramarinos como um prolongamento da Pátria”. As atividades incluíam ciclos de conferências na sede e em liceus e escolas de todo o país, sessões de poesia e músicas oriundas das colónias e inaugurações de estátuas de figuras ligadas à expansão. Cf. GARCIA, Conde de Penha – “Semana das Colónias de 1934”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, Série 52.^a, n.ºs 5 e 6 (maio e junho de 1934), p. 216.

³¹ Ver: PINTO, Alberto Oliveira – “O Concurso de Literatura Colonial da Agência-Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda”. *Clio*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, vol. 7 (2002), p. 191-256; cf. GARCIA, José Lima – “Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura Colonial. O Concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974)”. In TORRALBA, Luís Reis e PAULO, Heloisa (Coords.) – *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações. Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 131-143.

a curiosidade sagaz e para a imaginação criadora dum romancista! No campo da observação psicológica! Que admirável galeria de tipos morais, de tão rico garbo, nos passam constantemente diante dos olhos! Mesmo em tempo de paz, a vida do colono europeu, em África, mormente no interior, é uma obscura e interminável epopeia! Poema admirável de energias empreendedoras e activas, de astúcias felinas, de intrigas burlescas ou trágicas, de situações imprevisas, de humor, de simplicidade, de sucessivas e alternadas derrotas e triunfos! Admirável panorama da história da civilização humana, em todos os seus estádios, a vida em África é o mais imprevisito caleidoscópio ou cosmorama que possa imaginar-se³².

A abertura do concurso estimulou muitos autores. Alguns, como Henrique Galvão e Julião Quintinha, ganharam-no mesmo por mais de uma ocasião. Este último, de resto, pôs o seu talento ao serviço da causa ultramarina, canalizando a experiência e os conhecimentos adquiridos numa longa viagem empreendida ao continente africano, na qualidade de repórter do *Jornal da Europa*. As suas crónicas foram publicadas em três volumes³³. Ainda nesta veia, assinou, com a colaboração de Francisco Toscano, *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinbo de Albuquerque*³⁴. Contudo, foi o seu primeiro volume de crónicas, *África Misteriosa*, verdadeiro *best-seller* e obra incontornável

³² SELVAGEM, Carlos – “Literatura portuguesa de ambiente exótico. Conferência realizada no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, em 18 de junho de 1926”, p. 8-9.

³³ QUINTINHA, Julião – *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). *Idem* – *Oiro africano. Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1929 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). *Idem* – *Terras do sol e da febre. Impressões do Congo Belga, África Equatorial Francesa, Transvaal, Nyasaland, Taganyka, Zanzibar, Mombaça, Adem e Egipto*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1932.

³⁴ QUINTINHA, Julião; TOSCANO, Francisco – *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinbo de Albuquerque*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1930, 2 vols (1.º lugar do Prémio de Literatura Colonial).

da literatura ultramarina portuguesa do século XX, que maior sucesso granjeou. Aí, Quintinha reunia alguns dos textos já publicados no *Jornal da Europa* (1927-1931), periódico que, antecipando *O Mundo Português* (1934-1947), fez, decididamente, da sedução literária, um esteio da propaganda colonial³⁵.

Este princípio viria a presidir à obra *Império Ultramarino Português*, escrita por Carlos Selvagem em parceria com Henrique Galvão, e dada à estampa nos albores dos anos cinquenta, época em que ambos tinham abandonando as fileiras do Estado Novo, mas não deixavam de acentuar, como outros vultos da oposição, as excelências da colonização lusa, sendo que o Partido Comunista Português, primeira formação política a enveredar por uma posição anticolonial, apenas a iria tomar no seu V Congresso, em Setembro de 1957³⁶. Tanto assim que Selvagem e Galvão continuavam a descortinar no colonizado os usuais bordões estereotipados acerca da mestiçagem: indolência, infantilidade e descaracterização cultural. Atente-se no trecho descrevendo os cabo-verdianos:

“O português julga ter deixado uma marca indelével no mestiço e no preto cabo-verdiano. Julga ter-lhe imposto a sua religião, ter-lhe feito perder os seus costumes africanos, as suas danças, a sua magia, os seus costumes licenciosos. No fundo só aparentemente se modificou a psique negra. O preto cabo-verdiano ficou sempre o mesmo preto africano, passivo e infantil. A transformação foi superficial [...]. Os cabo-verdianos têm, na sua maioria, sangue português, mas não pensam, não sentem, em português. São mais

³⁵ NETO, Sérgio – “Periódicos de temática ultramarina – cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra, n.º 8 (2008), p. 317-328.

³⁶ MADEIRA, João – “O PCP e a Questão Colonial — dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Minerva, n.º 3 (2003), p. 209-243.

vivos, mas pouco empreendedores; a maior parte dos rapazes dizem-se navegadores e amam as aventuras; facilmente se expandiam, mas, em regra, regressam à terra natal. Ficou-lhes da raça negra o feitio versátil, ligeiro, inconsequente, e uma grande infantilidade. Ao invés dos negros da África são quase sempre tristonhos, taciturnos, morosos”³⁷.

O teatro como vida?

Luiz Francisco Rebello, dramaturgo e estudioso da história da arte teatral, certa vez, recordou o testemunho irónico de um jornalista dos alvares do século XX, que mencionava que “cada português entra na vida com duas coisas: um projecto de salvação nacional e uma peça de teatro”. Na verdade, embora abundem os autores, raríssimos foram aqueles que se dedicaram em exclusivo à produção dramática. Mas antes, poetas e romancistas, artistas plásticos e ensaístas, jornalistas e críticos de diversa ordem, advogados e militares, que, com maior ou menor assiduidade, no intervalo dos afazeres ou destacando períodos da sua vida para o efeito, se decidiram a escrever para o palco. No que concerne à estética predominante, o Naturalismo, muitas vezes levado às últimas consequências, continuou a dominar os textos e os palcos³⁸. Por exemplo, o dramaturgo Alfredo Cortez, quer reconstruindo modos de falar local e gírias – do calão de um prostíbulo de fadistas (*O Lodo*, 1923) ao linguajar sofisticado das classes mais abastadas (*Bâton*, 1938), passando pelo retrato da comunidade piscatória da Nazaré (*Tá-Mar*, 1936) –, quer pondo a nu os vícios que reconhecia à burguesia, em evidente contraponto com o suposto carácter autêntico emanado

³⁷ SELVAGEM, Carlos; GALVÃO, Henrique – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953. vol. I, p. 176.

³⁸ Cf. REBELLO, Luiz Francisco – *100 Anos de Teatro Português (1880-1890)*. Porto: Brasília Editora, 1984.

das classes populares, propunha-se representar amplos estratos da sociedade portuguesa³⁹.

Duarte Ivo Cruz, que analisou a obra teatral de Carlos Selvagem, descortinou, nas linhas norteadoras essenciais deste autor, idêntico apreço pelo “Realismo de crítica social contemporânea”, mas, de igual modo, predileção pela “reconstituição histórica” e pela “expressão poética”⁴⁰. Relativamente à sua “ideologia”, ainda segundo o mesmo autor, o teatro de Carlos Selvagem teria carreado o “amor à liberdade, combate à opressão”, a “dinâmica de mudança da sociedade”, a “desculpabilização do amor”, o “maniqueísmo bem-mal” e o “apelo redentor de África (ideologia ultramarina não política)”⁴¹. Quanto às peças escritas, entre 1915 e 1966, abarcando a quase totalidade da sua vida criativa, é de considerar a seguinte lista:

- *Cavalgada nas Nuvens* (1915);
- *Entre Giestas* (1916);
- *Ninbo d’Águias* (1920);
- *O Herdeiro* (1923);
- *Auspicioso Enlace* (1923) – em colaboração com André Brun;
- *Miragem* (1925);
- *Serenata de Polichinelo* (1927);
- *A Garça-Real* (1934);
- *Telmo, o Aventureiro* (1937);
- *A Encruzilhada* (1941);
- *Dulcineia, ou a Última Aventura de D. Quixote* (1944);
- *Balada de Outono* (1945);
- *A Espada de Fogo* (1949);

³⁹ Cf. CORTÊS, Alfredo – *Teatro Completo: com peças e excertos inéditos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

⁴⁰ CRUZ, Duarte Ivo – “Introdução ao Teatro de Carlos Selvagem”. In SELVAGEM, Carlos – *Teatro Completo com peças inéditas*, vol. I, p. 11.

⁴¹ *Idem, ibidem*, vol. I, p. 11-12.

- *D. Leonor – Flor de Altura* (1949);
- *Os Távoras* (1961);
- *O Anjo Rebelde* (1962);
- *A Bela Impéria* (1966)⁴².

Se as duas peças iniciais – *Cavalgada nas Nuvens* e *Entre Giestas* –, redigidas antes da participação na Primeira Guerra Mundial, foram ao encontro da tipologia proposta por Duarte Ivo Cruz, desenvolvendo a temática histórica (Sebastianismo) e um “drama rural em três atos”, respetivamente, o certo é que confirmaram que as artes da dramaturgia nunca absorveram Carlos Selvagem em definitivo, podendo, por isso, afirmar-se que, apesar da inegável qualidade dos seus textos, constituiu um interesse secundário.

Seja como for, a temática histórica acabaria por tornar-se determinante na sua obra, sobretudo após a dissidência do Estado Novo, tanto mais que a abordagem cénica de outras épocas permitia a inserção de críticas à atualidade política, através dos inevitáveis paralelos. Neste sentido, *Os Távoras*, datado de 1961, e *O Anjo Rebelde*, do ano seguinte, decorrendo ao tempo do Marquês de Pombal e de Costa Cabral, respetivamente, cumpriram tal objetivo. No entanto, foi *Dulcineia, ou a Última Aventura de D. Quixote* (1944) que, de facto, assinalou a rutura com o regime de Salazar, numa altura em que alguns sectores e vultos da sociedade portuguesa, perante o espectro do fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a afastar-se do Estado Novo⁴³. Curiosamente, as duas peças anteriores, *Telmo, o Aventureiro* (1937) e *A Encruzilhada* (1941) não pareciam indiciar tal mudança ideológica, tanto mais que foram laureadas com o “Prémio de Teatro Gil Vicente”, do Secretariado

⁴² *Idem, ibidem*, vol. I, p. 9.

⁴³ MONTOITO, Henrique – *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de maio (1927-1952)*, p. 111-124.

da Propaganda Nacional (SPN)⁴⁴, o organismo de controlo cultural e de reprodução ideológica estadonovista⁴⁵.

De facto, a marca de António Ferro e da sua “política do espírito”, através de uma série de iniciativas, como o “Teatro do Povo”⁴⁶, o “Concurso de Montras”, o “Concurso de Estações Floridas”, o “Concurso de Tintas e Flores”, “Aldeias de Portugal”, mas sobretudo, dos “Prémios Literários”⁴⁷, haveria de constituir uma das faces (a criativa) do regime, nos anos trinta e quarenta. Contudo, tanto o “Teatro do Povo”, quanto os prémios destinados ao romance e à poesia⁴⁸, assim como o “Prémio de Teatro Gil Vicente”, tenderam a não distinguir obras demasiadamente apologéticas, laureando antes aquelas que se inseriam nos ditames morais e na ideologia vigente.

Nesta ótica, *Telmo, o Aventureiro*, ao fazer decorrer a ação no cenário colonial africano e opondo, nas suas linhas gerais, aqueles que se pronunciam a favor da colonização, procurando construir “um grande Portugal, em terras de África”⁴⁹, em face daqueles cujo único objetivo assentaria no rápido enriquecimento, a fim de regressar à Europa, não criando, pois, raízes no solo do Império, resulta muito sintomático. Aliás, é sob o signo do dualismo, um tanto maniqueísta, que se processa o desenrolar da trama, culminando num apelo

⁴⁴ NETO, Sérgio – “Para o Estudo da ‘Estética Oficial’ do Estado Novo – Os prémios de teatro ‘Gil Vicente’ do SPN/SNI (1935-1949)”. *Estudos do Século XX*. Coimbra, Quarteto, n.º 1 (2001), p. 117-155.

⁴⁵ Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1949), ideologia, instituições e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

⁴⁶ PAULO, Heloisa – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e DIP*. Coimbra: Minerva-História, 1994, p. 129-135.

⁴⁷ PINTO, Rui Pedro – *Prémios do espírito – Um Estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2008.

⁴⁸ TORRALBA, Luís Reis – “Cinema e Propaganda no Estado Novo – ‘A Conversão dos Descrentes’”.

⁴⁹ SELVAGEM, Carlos – *Telmo, o Aventureiro*. Lisboa: Edições Europa, 1937, p. 139.

emocionado à colonização, de acordo com a valorização imperial inscrita na propaganda da época.

Por seu lado, *A Encruzilhada* decorre na lezíria ribatejana, onde *Carlos*, um diplomata conhecedor das “sete partidas do mundo”, se apaixona por *Pilar*, sua madrastra. O desfecho, segundo relata Selvagem no prefácio da edição consultada⁵⁰, dividiu o público da estreia, pois os protagonistas enveredem pelo caminho da renúncia: *Carlos* rumando ao Japão, com o fito de servir a pátria; *Pilar*, por seu turno, abandonando o marido, indo-se instalar em Lisboa. O dilema que deslumbrou os espectadores: se enteado e madrastra deveriam unir os seus destinos, permite retirar a conclusão de que o público burguês do Teatro Nacional e o regime apreciavam ver subir à cena teatro que apaixonasse, sem problematizar. Daí que, após o período da Guerra Civil Espanhola e dos êxitos dos países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial, a tendência fosse, cada vez mais, premiar entrecos não laudatórios da ideologia do Estado Novo (Tradição, Nacionalismo e Colonialismo), mas antes dilemas morais que fixassem a atenção dos frequentadores do teatro⁵¹.

A vida no teatro

O termo da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, inoculou no país uma dose de esperança quanto a um eventual retorno à democracia, com o próprio Salazar a prometer, para quem o quisesse a escutar, é certo: “eleições tão livres como na livre Inglaterra”. Sabe-se como tudo se passou... De qualquer modo, se a situação, como em tantas outras ocasiões de crise, cerrou fileiras em torno do seu chefe, não evitou que uma parte dos seus quadros, visivelmente

⁵⁰ *Idem* – *A Encruzilhada*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1941.

⁵¹ NETO, Sérgio – “Para o Estudo da ‘Estética Oficial’ do Estado Novo – Os prémios de teatro ‘Gil Vicente’ do SPN/SNI (1935-1949)”, p. 154-155.

desencantada, passasse à oposição⁵². Era assim que Carlos Selvagem, em 1947, participava numa tentativa de golpe militar, que lhe valia a prisão e a reforma compulsiva; era assim que Henrique Galvão, em 1949, apresentava um polémico relatório sobre o estado de Angola, entrando, por sua vez, em rutura⁵³.

Doravante, o destino deste último, à maneira do teatro, seria recheado de lances tão inesperados quanto espetaculares. Preso em 1952, condenado por conspiração, evadir-se-ia em 1959, procurando asilo político na embaixada da Argentina. Iniciava-se o seu exílio na América do Sul, de onde passou a encetar ações de luta que tivessem visibilidade internacional, dentre as quais a mais famosa foi o assalto ao paquete *Santa Maria*, em 1961, sob o nome de *Operação Dulcineia*.

Na cena, para além de *Gladiadores* (1934), de Alfredo Cortês, complexa e original sátira expressionista, *Dulcineia, ou a Última Aventura de D. Quixote* (1944), de Carlos Selvagem, alcançou-se ao lugar de uma das mais conseguidas peças da primeira metade do século XX português. O entrecho, antecipando a dramaturgia mais reivindicativa e politicamente empenhada dos anos cinquenta e sessenta, que tenderá a espelhar a repressão do Estado Novo em cenários históricos ou imaginários, decorre na utópica ilha da *Tristiânia*⁵⁴. Subjugada por tiranos, a sua população aguarda por um libertador, cujas trovas proféticas do *Bandurra* (leia-se Bandarra) anunciam ser *D. Quixote, o Desejado*, numa possível metáfora aos regimes autoritários português e espanhol (salazarismo e franquismo), tanto mais que se procede ao acasalamento de dois importantes elementos mítico-literários ibéricos: o Sebastianismo e o Quixotismo. Afinal, simbolizando o “Cavaleiro da Triste Figura” e o seu escudeiro a essência dualista do

⁵² ROSAS, Fernando – *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012, p. 221-232.

⁵³ MONTOITO, Henrique – *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de maio (1927-1952)*, p. 111-124.

⁵⁴ SELVAGEM, Carlos – *Teatro Completo com peças inéditas*, vol. II, p. 89-172.

Homem, já a feminina personagem de Cervantes sempre foi associada ao ideal e ao seu carácter universalista.

Outra analogia entre teatro e realidade encontra-se presente na subtil alusão à censura, quando um grupo de personagens teme ser perseguido em virtude da afixação de um cartaz noticiando a chegada do *Desejado*. Mas, se no combate travado contra os governantes da *Tristiânia*, *D. Quixote* somente encontra traição, derrota e exílio, alguém recupera as suas armas, prometendo prosseguir a luta pela liberdade⁵⁵. Curiosamente, no assalto ao *Santa Maria*, chefiado por Henrique Galvão, participaram tanto opositores de Salazar quanto de Franco, daí derivando, talvez, a escolha do nome de código *Dulcineia*, na aceção ibérica proposta por Carlos Selvagem, dezasseis anos antes, na sua peça de teatro de rutura com o regime.

O biénio 1961/1962 viria a espelhar, aliás, um recrudescer da escrita dramaturgica de Selvagem, surgindo duas peças em notória discordância com a política nacional. Por exemplo, em *Os Távoras*, através do explícito ataque a *Sebastião de Carvalho*, exigindo o *Marquês de Alorna* “uma nova Fronda” contra o rei e o seu ministro, pretensão que o *Duque de Aveiro* e o *Conde de Atouguia* secundam, ainda que invetivando o “grosseiro Sebastião José” de “fidalgote da Rua Formosa”⁵⁶. Estabelecendo paralelos entre Pombal e Salazar⁵⁷ – “tenho uma polícia muito diligente” e “são eles [Távora] os disseminadores da inquietação e da indisciplina em todo o Reino e seus Domínios do Ultramar”⁵⁸ –, Carlos Selvagem reservava para o ministro de D. José o julgamento e um arrependimento amargo e tardio.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, vol. II, p. 172.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, vol. II, p. 336.

⁵⁷ CRUZ, Duarte Ivo – “Introdução ao Teatro de Carlos Selvagem”, p. 11.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, vol. II, p. 363.

(Página deixada propositadamente em branco)

A FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA (FUA) NO EXÍLIO EM FRANÇA E NA ARGÉLIA (1962-1963)

Fernando Tavares Pimenta

Este trabalho coloca em perspectiva a história do exílio político de uma parte da elite dirigente da Frente de Unidade Angolana (FUA). Neste sentido, teremos em consideração a forma como se processou a fuga para o exterior dos nacionalistas brancos da FUA, bem como o modo como o movimento se reorganizou politicamente no exílio. Daremos especial atenção à ação política desenvolvida pelo Comité Diretor da Frente de Unidade Angolana no Exílio, primeiro em França e depois na Argélia, no biénio 1962/1963. Teremos igualmente em consideração as relações entre a FUA e os representantes de outros movimentos nacionalistas angolanos, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Veremos enfim a forma como insucesso no estabelecimento de relações estáveis com esses movimentos conduziu ao aparecimento de tensões no interior da FUA, levando à extinção do seu Comité no Exílio em agosto de 1963.

Mas antes de mais importa perceber o que foi a Frente de Unidade Angolana. A FUA foi um movimento político formado por nacionalistas brancos angolanos em janeiro de 1961 em Benguela, no Centro-Sul de Angola. Era um movimento composto sobretudo por brancos, filhos de colonos, nascidos em Angola, mas também por alguns mestiços. O seu presidente era Fernando Falcão, um angolano branco de segunda geração, engenheiro e empresário no Lobito. Sócrates Dáskalos,

professor do liceu de Benguela, era outro dirigente de peso no movimento. O principal objetivo da FUA era obter a independência de Angola, por meios pacíficos, recusando por isso o recurso à violência. Defendia assim a formação de um governo autónomo de Angola, que preparasse a transição para a independência. Para além disso, a FUA considerava que a minoria branca tinha um papel importante na aquisição dessa independência e, depois disso, na governação do país. Defendia, no entanto, uma independência para todos os angolanos, independentemente da raça, assente no princípio democrático do sufrágio universal e do governo da maioria. A FUA conseguiu mobilizar algumas centenas de militantes e muitos mais simpatizantes nos primeiros meses da sua existência. Na verdade, a FUA beneficiou de uma certa liberdade de ação devido à crise da autoridade portuguesa após o início da guerra de independência no Norte de Angola em fevereiro/março de 1961. Como tal, a FUA desenvolveu um conjunto de iniciativas políticas durante os meses de abril e de maio de 1961 e os seus dirigentes chegaram a ser recebidos pelo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em Benguela¹.

Prisão e deportação dos dirigentes da FUA para a Metrópole

Mas esta situação de relativa liberdade vivida inicialmente pela FUA alterou-se de forma brusca com a chegada dos primeiros destacamentos militares metropolitanos ao distrito de Benguela. Restabelecida a autoridade de Lisboa, a polícia colonial teve as mãos livres para atuar contra os nacionalistas da FUA. Neste contexto, em 4 de junho de 1961, a PIDE deu início a uma ação policial de neutralização e de desmantelamento da Frente de Unidade Angolana. A polícia começou por prender Sócrates Dáskalos e Aires de Almeida de Santos, dois

¹ A este respeito veja-se PIMENTA, Fernando Tavares – *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005.

dirigentes intelectuais do movimento que não dispunham de ligações às elites económicas e que por isso eram presas mais fáceis para a PIDE². Mas a reação de Fernando Falcão e dos restantes membros do diretório da FUA – Aníbal Vasconcelos, Carlos Costa, Luís Portocarrero – foi imediata e veemente, protestando contra a detenção dos companheiros numa carta dirigida ao Governador do Distrito. Nessa carta, o Diretório da FUA afirmou o seu protesto e a sua solidariedade para com os dois companheiros detidos, declarou a sua aversão política à ditadura salazarista e defendeu explicitamente o “ideal de uma Angola autónoma no seio da comunidade portuguesa”³. Esta missiva suscitou a reação imediata da PIDE que, em vinte e quatro horas, prendeu todos os seus subscritores, inclusive Fernando Falcão. Foram ainda detidos outros elementos menos conhecidos do movimento em várias localidades da colónia. Do Diretório da FUA só ficou em liberdade Manuel Brazão Farinha, que conseguiu fugir para o Congo⁴.

Uma vez efetuadas as prisões, os detidos foram transferidos para Luanda porque as autoridades portuguesas temiam uma reação violenta dos apoiantes da FUA e, em geral, da população branca do distrito de Benguela. Em Luanda, os dirigentes do movimento foram submetidos a extenuantes interrogatórios, em que a polícia política procurou saber os “reais” objetivos políticos da FUA. As respostas dos detidos às perguntas da polícia revelam o carácter ainda não completamente definido – mas especificamente euro-africano – do projeto nacionalista da FUA. Por exemplo, Fernando Falcão assumiu que o movimento tinha como objetivo:

² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059. Cf. MAUGIS, Marie-Thérèse – “Entretien avec des pied-noirs angolais”. *Partisans*, n° 7 (Nov.- Dec. 1962), p. 97.

³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486

⁴ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

A autonomia de Angola no seio da Comunidade Portuguesa, com vista a uma futura, real e efetiva Comunidade Luso-Brasileira⁵.

A este respeito, Sócrates Dáskalos declarou que:

A FUA tinha por fim a autodeterminação de Angola, mas dentro da Comunidade Lusíada e sempre multirracial e nasceu com o propósito de evitar uma Angola só para negros⁶.

A FUA materializava assim o projeto nacionalista euro-africano que estava a ser elaborado desde há algum tempo por determinados sectores da população branca – e em parte mestiça – das regiões do Centro-Sul de Angola⁷. Por isso, a prisão dos líderes da FUA provocou um grande descontentamento político entre a população branca do distrito de Benguela. No Lobito, alguns notáveis da cidade exigiram ao Governador-Geral de Angola a libertação imediata de Fernando Falcão⁸. Portanto, tornou-se evidente para as autoridades portuguesas que a detenção dos dirigentes da FUA constituía um entrave à “colaboração” entre o poder colonial e as elites brancas. As autoridades portuguesas tentaram resolver o problema da seguinte forma. Por um lado, Fernando Falcão, Sócrates Dáskalos, Luís Portocarrero, Aníbal Vasconcelos e Carlos Morais foram deportados para a metrópole e ali restituídos à liberdade, mas com residência fixa e interdição por tempo indeterminado de voltar a Angola. Estas deportações ocorreram entre 18 de junho e 22 de julho de 1961. João Mendes também foi deportado para a metrópole. Por outro lado, Carlos Costa, Aires de Almeida Santos, Henrique Abranches, José Fragoso e outros membros

⁵ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

⁶ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

⁷ Sobre o nacionalismo euro-africano veja-se PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.

⁸ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

do movimento, que também tinham sido detidos pela polícia, foram postos em liberdade na colónia entre julho e novembro de 1961. O poder colonial julgou que a separação física dos dirigentes e militantes mais destacados da FUA evitaria a sua recomposição. A deportação para a metrópole dos seus líderes máximos deveria ainda neutralizar a sua capacidade de mobilização política entre os brancos de Angola⁹.

A fuga para o exterior e o exílio em França e na Argélia

Durante meses, os deportados angolanos procuraram em vão regressar a Angola, mas contaram sempre com a oposição de Lisboa. Face a isto, a FUA tomou a decisão de enviar para o exterior alguns dos seus dirigentes a fim de formar um comité político no exílio. A ideia era “dirigir” a partir do exterior a luta clandestina dos elementos no interior da colónia e, ao mesmo tempo, trabalhar para a unificação de todos os movimentos nacionalistas angolanos, independentemente da epiderme dos seus militantes. Por outras palavras, construir uma plataforma política unificada entre nacionalistas euro-africanos e africanos. Foi então decidido que partiriam para o exterior Sócrates Dáskalos, Carlos Morais e João Mendes. Fernando Falcão continuaria como presidente e responsável pela ligação do exterior com o interior¹⁰. Foi também estabelecida a entrada no movimento de Adolfo Maria, um angolano branco de Luanda, membro da Sociedade Cultural de Angola, que tinha viajado para a metrópole com o objetivo de se juntar aos nacionalistas angolanos na Europa.

A fuga teve lugar em agosto de 1962 e foi apoiada por alguns elementos ligados ao PCP, nomeadamente por um dos sobrinhos de Sócrates Dáskalos, que colocou os fugitivos em contacto com

⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

¹⁰ Entrevista a Fernando Falcão.

os *Réseaux de Soutien* (“redes de ajuda”). Os *Réseaux de Soutien* eram organizações francesas que anteriormente tinham colaborado com a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia e que então apoiavam os nacionalistas angolanos. Fernando Falcão acompanhou de automóvel os fugitivos – Sócrates Dáskalos, João Mendes, Carlos Morais e Ernesto Lara Filho (jornalista, escritor e irmão da poetisa Alda Lara, que no entretanto também havia aderido à FUA) – até à fronteira luso-espanhola. Posteriormente, Fernando Falcão foi encarcerado durante um mês pelas autoridades portuguesas por ter ajudado os seus companheiros a fugir para França¹¹. Os quatro fugitivos angolanos chegaram a França ao cabo de alguns dias de viagem e após uma dura passagem dos Pirinéus¹². Por sua vez, Adolfo Maria conseguiu sair legalmente de Portugal, graças a um passaporte emitido pelo Governo Civil de Vila Real.

Em França, os nacionalistas angolanos estabeleceram-se em Paris, onde foram ajudados por Inocêncio Matoso da Câmara Pires, velho democrata mestiço angolano e delegado do MPLA nessa cidade. Na capital francesa, o pequeno grupo de nacionalistas brancos reconstituiu oficialmente a Frente de Unidade Angolana, cujo comunicado à imprensa foi publicado pelo jornal *Le Monde*¹³. Sócrates Dáskalos foi eleito Presidente do Comité da FUA no exílio, enquanto Adolfo Maria assumiu as funções de Secretário-Geral e Ernesto Lara Filho as de responsável pelas relações públicas. Esse comunicado à imprensa atraiu alguns jovens brancos angolanos que começaram a afluir a Paris, entre os quais Adelino Torres, Artur Pestana (futuramente conhecido pelo nome literário Pepetela), Mário Nobre João e Maria do Céu Carmo Reis, o único elemento feminino (e mestiço) do movimento no exterior. A FUA

¹¹ Entrevista a Fernando Falcão. Cf. ERVEDOSA, Carlos – *Era nos tempos das acácias floridas*. Lisboa: Ed. ALAC, 1990, p. 156-157.

¹² DÁSKALOS, Sócrates – *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*. Lisboa: Vega, 2000, p. 100-103.

¹³ *Le Monde*, 14 de setembro de 1962.

teve também uma certa aceitação entre outros estudantes angolanos brancos no exílio, por exemplo Jorge Campinos e Fernando Oliveira, que então estudavam em Poitiers¹⁴.

Em janeiro de 1963, o Comité Diretivo da FUA no exílio transferiu-se para Argel, que era considerada a “Capital da Revolução Africana”. Nesta cidade, a FUA estava fisicamente mais próxima dos meios nacionalistas africanos e de alguns sectores da oposição democrática portuguesa no exílio. A transferência da FUA para Argel foi facilitada pela intervenção do moçambicano Marcelino dos Santos junto das autoridades argelinas, as quais concederam aos nacionalistas angolanos passaportes falsos para entrar no país. A sua instalação em Argel contou ainda com a ajuda dos *Reséaux de Soutien*, em especial da senhora Didar Fawzi, personalidade ligada a Abdelaziz Bouteflika, posteriormente presidente da República argelina¹⁵. Estabeleceram-se em Argel Sócrates Dáskalos, Adolfo Maria e, depois, Adelino Torres, Artur Pestana (Pepetela), Mário Nobre João e Maria do Céu Carmo Reis. João Mendes permaneceu em Paris, como elemento de ligação às redes de apoio, instituições sociais e políticas francesas, aos estudantes angolanos no exílio e ao interior de Angola. Ernesto Lara Filho, que era primo de Lúcio Lara, ficou inicialmente em França e depois foi para Brazzaville, onde trabalhou na Rádio Brazzaville¹⁶.

Ação política no exílio

No exílio, a FUA desenvolveu uma atividade nacionalista bastante intensa, nomeadamente a realização de conferências e de entrevistas em França e na Bélgica, a publicação de artigos na imprensa e a

¹⁴ Veja-se a este respeito as considerações de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 63.

¹⁵ TORRES, Adelino – “Prefácio”. In DÁSKALOS, Sócrates – *Op. Cit.*, 2000, p. 4.

¹⁶ Veja-se a este respeito as considerações de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Op. Cit.*, 2006, p. 63-64.

expedição de cartas de denúncia do problema angolano a vários Chefes de Estado. A FUA publicou ainda um *Programa e Estatutos* e um jornal intitulado *Kovaso* que, em umbundu, língua predominante no Planalto Central de Angola, significava “avante”, “para a frente”. Nos seus “Estatutos”, a FUA definiu-se como “movimento político nacionalista angolano” fundado e com sede em Angola e estabeleceu que podiam ser militantes todos os angolanos por nascimento ou por opção a partir dos dezasseis anos de idade¹⁷.

Relativamente ao “Programa”, a FUA realizou uma distinção entre o que chamou de “Programa Mínimo”, relativo aos problemas ligados à luta de independência, e o “Programa Maior”, que dizia respeito à construção do Estado angolano independente. Assim no “Programa Mínimo”, a FUA estabeleceu como objetivos primários a luta – por todos os meios – contra o colonialismo português e qualquer outra forma de imperialismo, no sentido de conquistar a independência de Angola. Isto significa que a FUA passou a aceitar o recurso à luta armada. Propôs-se também a envidar esforços no sentido de criar uma frente nacional de libertação, isto é, uma plataforma nacionalista capaz de agrupar todos os movimentos políticos e organizações sociais, sindicais, estudantis e culturais angolanas para melhor conduzir a luta pela independência. A FUA comprometeu-se ainda a colaborar com os movimentos nacionalistas das demais colónias portuguesas e com a oposição democrática portuguesa no combate à ditadura de Salazar¹⁸.

No “Programa Maior”, a FUA apresentou as suas principais ideias políticas relativamente ao futuro Estado nacional angolano. Trata-se de um documento que revela um trabalho de muita reflexão política e que se assemelha quase a um programa de governo. Desta forma, a FUA defendeu o estabelecimento de todas as liberdades fundamentais consagradas na Carta Universal dos Direitos do Homem, nomeadamente

¹⁷ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Programa e Estatutos*. [Paris: FUA, 1962].

¹⁸ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Programa e Estatutos*. [Paris: FUA, 1962].

a liberdade de consciência e de expressão do pensamento, a liberdade religiosa e de associação e a liberdade de trabalho. Defendeu também a unidade territorial do país e a implantação de um regime republicano, democrático e laico, cujo sufrágio eleitoral deveria ser universal, igual, secreto e direto. Todos os partidos políticos poderiam concorrer às eleições com listas próprias e teriam direito de voto todos os cidadãos angolanos a partir dos dezoito anos de idade (seriam elegíveis os que tinham completado vinte e um anos). À data da independência do país seriam considerados cidadãos angolanos “automaticamente todos os naturais de Angola, de qualquer etnia ou raça”, bem como os que não sendo naturais, mas residentes no território, fizessem a requisição dessa cidadania e lhes fosse atribuída. Portanto, a FUA definiu a nacionalidade com base no critério da naturalidade e não refutou *a priori* a aquisição da nacionalidade angolana por parte dos não naturais residentes em Angola. Como tal, a FUA recusou qualquer correspondência política entre nação e raça ou etnia, pelo que excluiu a utilização destes dois últimos conceitos como critérios políticos válidos para a atribuição da nacionalidade e da cidadania angolanas. A FUA propôs também uma organização do Estado assente sobre o predomínio do poder legislativo – representado por uma Assembleia Nacional eleita pela população angolana – sobre o poder executivo – o Governo da República de Angola. Desta forma, a Assembleia Nacional designaria o Governo, segundo o princípio da representação das várias camadas sociais e correntes políticas da “nação”, e elaboraria a Constituição Política de Angola. O Governo responderia politicamente perante a Assembleia Nacional, que conservaria em exclusivo o poder de alterar a Constituição. O Programa da FUA propunha ainda uma série de outros pontos nas mais diversas áreas da governação e da construção do Estado, desde a economia e finanças à política externa, passando pela política social e do trabalho, instrução, cultura e educação, saúde, obras públicas, transportes e comunicações, defesa nacional, segurança pública e unidade africana. Um ponto ficava assente. A FUA defendia a:

Igualdade de direitos para todos os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza, nomeadamente de raça, sexo, idade, condição social e credo religioso ou político¹⁹.

Simultaneamente, a FUA reconheceu o direito de cada etnia angolana desenvolver a sua própria língua e cultura, sem discriminações de qualquer tipo, o que revela que o movimento tinha consciência política da existência de especificidades demográficas e culturais no seio da população angolana. Especificidades que não deviam constituir motivo de discriminação, mas que deviam ser analisadas com atenção pelo futuro governo nacional. Por isso, a FUA não deixou de expressar algumas considerações relativas à situação política específica da minoria branca no contexto da luta de independência e do futuro país independente. Na “Introdução” do seu Programa, a FUA recusou qualquer forma de essencialismo – tão pouco de fundamentalismo de base racial ou étnico –, sublinhando que a construção da “nação” angolana não podia fazer tábua rasa das profundas transformações demográficas e culturais introduzidas pelo colonialismo europeu ao longo de vários séculos. Por outras palavras, a África não podia voltar atrás ao século XV, pelo que as “fronteiras, a mestiçagem de raças e de culturas, a presença do branco africanizado no conjunto populacional” eram fatores que deveriam estar na base do trabalho de “edificação da Nação Angolana”. Era um sinal claro de que os brancos e mestiços não podiam – ou pelo menos não deviam – ser excluídos da luta pela independência e muito menos do futuro Estado independente²⁰.

Na sua análise da situação política da população branca, a FUA realizou uma distinção no seio dessa mesma população entre os que – na sua perspetiva – tinham sofrido um processo de africanização e os

¹⁹ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Programa e Estatutos*. [Paris: FUA, 1962].

²⁰ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Programa e Estatutos*. [Paris: FUA, 1962].

que tinham permanecido fundamentalmente expatriados europeus. Essa distinção foi expressa num artigo do primeiro número do jornal da FUA, o *Kovaso*, intitulado “A população branca no contexto nacional”. A FUA dividiu assim o estrato colonizador branco em dois grupos diferenciados. Por um lado, a “população branca africanizada”, constituída por colonos e seus descendentes, cujos interesses económicos e sentimentos de nacionalidade se situavam completamente em Angola. Por outro lado, a “população branca europeia”, constituída por um grupo flutuante de funcionários públicos, nomeados e enviados pelo governo português, e pelos quadros superiores das empresas cujos acionistas viviam fora de Angola, bem como por todos que assumiam uma atitude predatória em relação às riquezas do território. De certa forma, esta divisão correspondia à distinção “tradicional” entre, por um lado, os “velhos colonos” e os brancos naturais da colónia e, por outro, a maioria dos colonos recém-chegados e os funcionários metropolitanos da administração colonial. Entre os dois grupos existia um (já velho) antagonismo de raiz económica que foi denunciado pela FUA. Assim, a FUA sublinhou o desfavor do comerciante, do agricultor e do industrial branco fixado na colónia perante as forças económicas metropolitanas e estrangeiras, bem como a discriminação de que eram vítimas os naturais de Angola (os euro-africanos) em relação aos funcionários metropolitanos nomeados pelo governo português. Como tal, a FUA classificou o primeiro agrupamento de nacionalista – assinalando a sua “profunda ligação ao país” – e o segundo de colonialista – porque representaria os “interesses colonialistas”²¹. Esta divisão no seio da população branca e a rejeição da metrópole pelos naturais da colónia eram, pois, os sinais visíveis de um fenómeno nacionalista semelhante ao que se tinha verificado nas colónias europeias do Novo Mundo nos séculos XVIII e XIX. Isto é, os motivos que tinham levado ao

²¹ ANGOLANA, Frente de Unidade – “A população branca no contexto nacional”. *Kovaso. Órgão da FUA*, n.º 1 (fevereiro de 1963), p. 2.

desenvolvimento do nacionalismo euro-africano dos brancos angolanos eram muito semelhantes aos que estiveram por detrás do nacionalismo dos brancos americanos.

Em termos de ação política, a FUA procurou mobilizar politicamente a população branca no sentido de a integrar na luta pela independência de Angola. Neste sentido, uma rede clandestina assegurou as comunicações entre o Comité da FUA em Paris/Argel e o núcleo do movimento no interior de Angola, via Lisboa (Casa dos Estudantes do Império) ou Brasil. Neste país sul-americano, avultou a figura do Engenheiro Mira Dores, que colaborou na publicação do jornal *Portugal Democrático*. Mira Dores desenvolveu as suas atividades no quadro de um movimento de portugueses, brasileiros e angolanos (por exemplo, o escritor Fernando da Costa Andrade) residentes no Brasil que reclamou a independência de Angola: o Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). O MABLA serviu, durante algum tempo, de plataforma de divulgação da propaganda dos nacionalistas brancos no exílio. Neste sentido, grande parte dos comunicados, panfletos e informações da FUA eram expedidos para Angola a partir do Brasil. O próprio jornal *Kovaso* chegou a ter uma certa difusão (clandestina) em Angola graças à ação do MABLA e de outros nacionalistas angolanos exilados no Brasil. O Caminho de Ferro de Benguela funcionou como via privilegiada de penetração da propaganda da FUA em Angola, que entrava na colónia – vinda do Brasil – pelo porto do Lobito²².

Uma das iniciativas tomadas pelo movimento foi a publicação, sob a forma de um manifesto, duma *Carta Aberta aos Brancos de Angola*, em que denunciou a exploração dos recursos económicos e da população angolana pelo grande capital português e internacional, representado por empresas como a DIAMANG, a Companhia do Caminho de Ferro

²² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), Processo 435/61.

de Benguela, a PETRANGOL, a Companhia de Manganês, a Companhia Mineira do Lobito, a CADA, a Companhia Agrícola do Cazengo, a Companhia Geral dos Algodões, etc. Nesta carta aberta, a FUA procurou demonstrar que a dominação colonial portuguesa servia apenas os interesses dos monopólios estrangeiros e que era prejudicial a todos os habitantes de Angola, inclusive aos brancos. Por isso, a FUA apelou à população branca para que tomasse parte ativa na luta pela independência²³. Noutros panfletos dirigidos à comunidade branca, a FUA tentou induzir os brancos a um questionamento da dominação colonial, levantando questões do tipo:

Com a independência de Angola o que tem a perder a grande maioria da população branca? (...) O que têm a perder o industrial, o comerciante, o proprietário com a independência?²⁴.

A resposta constituiu um claro “pisar de olhos” às elites económicas:

Deixarão de pagar os enormes impostos com que Salazar os sobrecarrega para fazer a guerra e ver-se-ão livres da limitação das suas iniciativas pois a economia angolana deixará de estar sujeita às imposições da indústria e comércio de Portugal²⁵.

Paralelamente, a FUA procurou adquirir uma maior projeção internacional através de um memorando apresentado ao “Sub-Comité para a situação em Angola” da Organização das Nações Unidas em 24 de setembro de 1962 e que circulou na Assembleia Geral da ONU em 7 de março de 1963. Nesse memorando, a FUA reivindicou exprimir

²³ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Carta Aberta aos Brancos de Angola*. [Paris: FUA, agosto de 1962].

²⁴ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Folha Volante da FUA*, n.º 1, setembro de 1963.

²⁵ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Folha Volante da FUA*, n.º 1, setembro de 1963.

as aspirações do povo angolano, sem distinção de raça, e denunciou as prisões de alguns dos seus “militantes” negros (Johannes Sidolo, António Carmo, Paulino Cuanhama, António Luís), mestiços (Aires de Almeida Santos, Carlos Saraiva, José de Oliveira, José Fragoso) e brancos (Fernando Falcão, Alberto Moraes, Henrique Abranches, Ramos Neca, Luís Portocarrero, etc.). Esta enunciação dos militantes presos serviu para demonstrar o carácter multirracial do movimento, muito embora a cúpula política fosse fundamentalmente branca²⁶. Para além disso, a FUA apresentou-se à população angolana – e à comunidade internacional – como herdeira política do “movimento” emancipalista aparecido em 1940, a Organização Socialista de Angola (OSA) e, em parte, das organizações anticoloniais desmanteladas pela polícia política portuguesa em 1959. A reivindicação duma herança política com duas décadas de história era uma forma da FUA adquirir uma maior legitimidade nacionalista aos olhos da comunidade internacional, apresentando-se como movimento com pergaminhos políticos na luta pela independência de Angola²⁷.

Dificuldades no exílio

Determinadas entidades laicas e religiosas (protestantes e católicas, em particular o *abbé Pierre*) ligadas ao apoio aos refugiados prestaram algum auxílio económico e jurídico aos nacionalistas da FUA, em especial na sua legalização em França. No entanto, as atividades do movimento eram financiadas em larga medida pelo trabalho assalariado dos próprios militantes. E, o facto, é que as condições de vida dos nacionalistas exilados eram extremamente

²⁶ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – *Petition From Socrates Mendonça de Oliveira Daskalos, Chairman Frente de Unidade Angolana Concerning Angola*, A/AC. 109/PET. 53, March 7th 1963.

²⁷ ANGOLANA, Frente de Unidade – *Comunicado: o que é a F.U.A. (Frente de Unidade Angolana)*. [Paris: FUA, 1962].

difíceis do ponto de vista económico. Claramente, as dificuldades económicas não podiam deixar de ter consequências ao nível psicológico nos vários indivíduos que compunham o movimento. As cartas de Ernesto Lara Filho aos pais são reveladoras das múltiplas dificuldades materiais enfrentadas pelos membros da FUA. Atente-se por exemplo na seguinte passagem:

... a realidade é que tenho passado fome como nunca passei e frio do pior (...). O que me dói, como intelectual, como artista que afinal sou, é às vezes querer escrever, produzir, e não ter sequer dinheiro para o papel, ou para a tinta da caneta. As dificuldades como a fome, a gente até se habitua a elas. São materiais, suportam-se, como a dor das operações, dos partos e dos feridos nas guerras. Agora as dores subjectivas, as do espírito, o saber que estou separado dos meus Pais e não lhes posso acudir, o saber que posso produzir uma obra literária de vulto e não tenho condições neste quarto de 4 metros por 4 metros onde dormimos em camas de campanha, sem lençóis, só com cobertores, 6 rapazes, quase uns em cima dos outros, as refeições por vezes uma massa de arroz sem mais nada, comida como comem os pretos – porque só há colheres./ Sofro como nunca pensei que um homem pudesse sofrer na vida, sofro na carne e no espírito o desejo de ter querido ser homem, mas estou bem com a minha consciência. Chorei muito no dia de NATAL, chorei outra vez na passagem do Ano e voltei a chorar no dia 2 em que a Mãezinha fazia anos²⁸.

A luta exigia, pois, o sacrifício das relações pessoais, dos sentimentos e dos objetivos individuais dos nacionalistas da FUA. Tudo em nome

²⁸ Carta de Ernesto Lara Filho aos pais, datada de Paris, 16 de janeiro de 1963, apreendida pela PIDE e incorporada em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, *Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos ou Onrani Amari*, Processo 62 CI (2), 6954. Citada ao abrigo do Artigo 76.º/1 do Código Civil.

da causa angolana, tal como Carlos Morais explicou à sua família, numa carta dirigida aos filhos:

Beijo-vos demoradamente, queridos filhos, com a certeza de que este sacrifício se impõe e é válido para a construção dum belo país que será a Nova Angola – a Nossa Pátria²⁹.

Ultrapassando a retórica política oficial do movimento, a correspondência pessoal dos membros da FUA revela a existência duma consciência de alteridade em relação a Portugal que resultava num forte fervor nacionalista. Portugal era percebido como uma potência estrangeira que ocupava o território angolano, pelo que os nacionalistas da FUA entendiam necessário o fim do domínio colonial português em Angola. A rejeição política da metrópole pelos brancos e a reivindicação íntima – e não apenas retórica – da nacionalidade angolana foi expressa por Ernesto Lara Filho, numa das suas missivas aos pais:

Não quero mal aos portugueses. Nem ao Povo Português. Quero sim, muito mal ao Governo da Nação e agora já não gosto dessa bandeira que tremula nos mastros de Angola como símbolo do ocupante. Tenho outra bandeira e disse-o aí ao Paizito quando íamos a sair do Palácio onde um Governador não me quis receber: “Perdi a fé na tua bandeira, Paizito!” – guarda-a para ti e respeita-a que eu não a quero mais para mim³⁰.

²⁹ Carta de Carlos de Morais à família, datada de Paris, 26 de setembro de 1962, apreendida pela PIDE e incorporada em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, *Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos ou Onrani Amari*, Processo 62 CI (2), 6954. Citada ao abrigo do Artigo 76.º/1 do Código Civil.

³⁰ Carta de Ernesto Lara Filho datada de Paris, 18 de fevereiro de 1963, apreendida pela PIDE e incorporada em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, *Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos ou Onrani Amari*, Processo 62 CI (2), 6954. Citada ao abrigo do Artigo 76.º/1 do Código Civil.

Tensões com os nacionalistas africanos

Paralelamente, a recomposição da FUA no exílio gerou alguma perturbação política no seio de alguns sectores nacionalistas africanos de Paris. Eram sobretudo estudantes mestiços e negros que viviam no centro de acolhimento da CIMADE, uma organização protestante, e que aprovaram uma declaração contra a participação de brancos na luta pela independência e, em especial, “contra a veleidade da FUA participar na luta nacionalista”³¹.

Na verdade, a FUA tinha definido como um dos seus principais objetivos a união de todas as forças nacionalistas angolanas numa única plataforma política de luta contra o colonialismo português. Para a FUA só a unidade nacionalista poderia garantir a independência e a construção de bases suficientemente sólidas para edificar a “Nação Angolana”. Neste sentido, a FUA dirigiu às organizações políticas e de classe angolanas – MPLA, UPA, UNTA, PDA, MLEC, OMA e LGTA – uma circular pedindo uma reunião, o mais urgente possível, de representantes de todas as forças políticas, a fim de se estudar a criação duma Frente Nacional de Libertação (FNL), inspirada no exemplo da FLN argelina. Esta FNL deveria reunir e organizar a luta de todos os nacionalistas angolanos de todas as raças, estratos sociais e filiações políticas³². No entanto, a proposta da FUA foi severamente repudiada pela UPA e pelo PDA, que, entretanto, se tinham unido num movimento denominado Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A FNLA criou aliás um autoproclamado Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), presidido por Holden Roberto. E o GRAE classificou a FUA de “organização de portugueses com interesses suspeitos sobre

³¹ Veja-se a este respeito o relato de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Op. Cit.*, 2006, p. 62.

³² *Kovaso. Órgão da FUA*, n.º 1 (fevereiro de 1963), p. 1 e 7. Aparentemente, a FUA também tentou estabelecer contactos com certos meios democratas portugueses no exílio.

Angola”³³. A participação da FUA na luta pela independência também foi repudiada pela Comissão dos Movimentos Nacionalistas das Colónias Portuguesas na Conferência de Addis-Abeba (onde nasceu a Organização de Unidade Africana, OUA), com a alegação de que era um movimento formado na sua maioria por brancos³⁴.

A FUA concentrou então os seus esforços no estabelecimento de contactos com o MPLA. A FUA julgava que seria mais fácil desenvolver uma ação nacionalista convergente com aquele movimento pelo simples facto de a generalidade dos seus membros terem frequentado as mesmas escolas de muitos dos dirigentes e militantes do MPLA³⁵. Deste modo, uma delegação da FUA – composta por Sócrates Dáskalos, Adolfo Maria e João Mendes – foi recebida em Paris por Mário Pinto de Andrade (presidente do MPLA) e por Lúcio Lara (membro da direção do MPLA) ainda em 1962. Os nacionalistas brancos explicaram que a FUA era uma emanção política de certa parte da população angolana e que o movimento poderia fazer um trabalho de esclarecimento político junto da minoria branca em prol do nacionalismo angolano. Aliás, a FUA poderia servir de veículo a uma aproximação política duma parte da população branca ao MPLA. Colocaram também várias questões relativas ao problema do racismo e da futura cidadania angolana, bem como a possibilidade de inserção da FUA no MPLA. E pediram à direção do MPLA que estudasse formas de colaboração política com a FUA, enquanto organização ou individualmente com os seus elementos. Lúcio Lara teria respondido que seria realizada uma

³³ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059 (em especial *Comunicado do GRAE* sobre a FUA).

³⁴ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059. Informação da PIDE sobre a linha política dos partidos angolanos datada de 17 de setembro de 1963.

³⁵ TORRES, Adelino – *Op. Cit.*, 2000, p. 15.

Conferência Nacional do MPLA em dezembro de 1962, onde se iria colocar a questão da entrada de brancos nesse movimento³⁶.

No entanto, o MPLA, na sua 1.^a Conferência Nacional, em dezembro de 1962, classificou os brancos naturais de Angola como “Portugueses nascidos em Angola”, o que *a priori* lhes negava o direito à cidadania angolana pelo simples facto de serem brancos³⁷. E, relativamente à questão da integração de brancos, a direção do MPLA recusou a entrada de brancos no movimento, alegando que “as massas não estavam preparadas para ver brancos nas fileiras do MPLA”³⁸. É possível que a decisão do MPLA tenha sido condicionada não só pela necessidade de responder às acusações da UPA, mas também por razões de ordem política interna ligadas às ambições pessoais dos seus quadros e dirigentes.

Dissolução da FUA

À hostilidade latente dos representantes das guerrilhas angolanas na Argélia somou-se a diminuição dos apoios concedidos pelos *Réseaux de Soutien*, o que teve consequências negativas sobre as atividades da FUA. Além disso, a definição das relações com o MPLA passou a dominar o debate político no seio da FUA, causando o afloramento de duas tendências distintas com posições políticas opostas. A primeira tendência considerava que uma fusão – ou mesmo uma simples integração – da FUA com o MPLA deveria acontecer numa base negocial em que ficasse explicitado de forma clara e evidente a igualdade de

³⁶ Veja-se a este respeito o relato de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Op. Cit.*, 2006, p. 62-63.

³⁷ Veja-se: MPLA – *First National Conference of the Peoples's Movement for the Liberation of Angola (MPLA)*. S.l.: MPLA, December 1962, p. 16. O MPLA referiu-se nestes exatos termos aos brancos angolanos da FUA: “The MPLA encourages the action of political groups led by progressist Portuguese born in Angola, some of whom try to neutralize the support that the settlers give to the repression forces and try to fight for the same objectives as the Angolan nationalist movements”.

³⁸ TORRES, Adelino – *Op. Cit.*, 2000, p. 16.

direitos entre a minoria branca e maioria negra numa futura Angola independente, de modo a transmitir a ideia de unidade nacional. A segunda tendência defendia que não deveriam ser colocadas quaisquer condições à integração da FUA no MPLA, pois essa integração deveria ser realizada na base da adesão ideológica ao movimento liderado por Agostinho Neto. E, apesar da entrada de brancos ter sido recusada pelo MPLA, esta segunda tendência julgava que a FUA deveria apoiar incondicionalmente o MPLA por uma questão doutrinária e de solidariedade revolucionária³⁹. Esta divisão foi acirrada pela crise política no MPLA, provocada pela cisão de Viriato da Cruz e dos seus apoiantes, após a eleição de Agostinho Neto como presidente na 1.^a Conferência Nacional do MPLA em dezembro de 1962. Para a primeira tendência da FUA, Viriato da Cruz não deixava de ser um elemento válido e credível do ponto de vista nacionalista. Para a segunda tendência, Agostinho Neto era a personalidade mais adequada para presidir ao MPLA. A primeira tendência era encarnada por Sócrates Dáskalos e Adelino Torres, ao passo que a segunda era protagonizada por Adolfo Maria e João Mendes. A posição de Adolfo Maria e de João Mendes era ditada por motivos de afinidade ideológica com Agostinho Neto: os três eram comunistas, tinham tido ligações (diretas ou indiretas) ao PCP e eram pró-soviéticos⁴⁰. Este último ponto talvez tenha tido uma certa relevância, pois já se assistia a uma aproximação de Viriato da Cruz à China, no quadro do conflito sino-soviético pela hegemonia no campo comunista.

As tensões no seio da FUA consumaram-se num “confronto” político entre as duas tendências na reunião de Blida, na Argélia, em 13 de agosto de 1963. Esta reunião foi convocada para debater duas questões fundamentais: a) prosseguir ou não um caminho autónomo e

³⁹ TORRES, Adelino – *Op. Cit.*, 2000, p. 19-26.

⁴⁰ Veja-se a este respeito o relato de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Op. Cit.*, 2006, p. 66.

independente do MPLA; b) apoiar Viriato da Cruz ou Agostinho Neto. No entanto, não chegou a ser tomada nenhuma decisão quanto aos dois pontos fundamentais da agenda de trabalhos, porque as divisões no seio do movimento revelaram-se insuperáveis. Perante esta situação, Sócrates Dáskalos demitiu-se do cargo de presidente do Comité Diretor da FUA no Exílio. Sócrates Dáskalos e Adelino Torres afastaram-se do que restava do movimento logo na sequência da reunião. Dáskalos, contudo, publicou um comunicado em que explicava as circunstâncias da sua demissão, se comprometia a continuar a lutar pela independência de Angola e apelava aos angolanos para estarem vigilantes em relação às consequências do racismo, do sectarismo e do conhecimento imperfeito da “realidade interna” para a causa angolana⁴¹.

Neste sentido, a única decisão relevante tomada coletivamente na reunião de Blida foi a extinção do Comité Diretor da FUA no Exílio e, em sua substituição, a criação dum Departamento do Exterior constituído por Adolfo Maria, João Mendes, Artur Pestana (Pepetela) e José Campinos. Este Departamento teria por função organizar a atividade do movimento no exterior, mas na prática não chegou a desenvolver atividades políticas significativas, pelo que, alguns meses depois, em 1964, João Mendes anunciou oficialmente a dissolução da FUA no exílio⁴².

⁴¹ DÁSKALOS, Sócrates – *Comunicado*. [Argel]: setembro de 1963, incorporado em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos ou Onrani Amari, Processo 62 CI (2), 6954.

⁴² AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515 Sr/61, 3059. Veja-se a este respeito o relato de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – *Op. Cit.*, 2006, p. 67-70.

(Página deixada propositadamente em branco)

PORTUGAL COMO TERRA DE EXÍLIOS

(Página deixada propositadamente em branco)

MOVILIDADES BÉLICAS EN PORTUGAL DURANTE Y DESPUÉS DE LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA

Ángel Rodríguez Gallardo

Introducción

Nos ocupamos de la singularidad de los movimientos migratorios a Portugal durante la guerra civil y posguerra española (1936-50). A estos movimientos los denominamos “migraciones bélicas”, porque surgen a partir de un conflicto bélico, están influidos por factores varios (temporales, sociales, políticos, económicos y humanitarios) y envuelven trayectorias diversas.

Pese a carecer de la amplitud de los movimientos migratorios bélicos ocurridos en dirección a otros países, como puede ser Francia, la “migración bélica” a Portugal resulta muy compleja, especialmente porque además durante el periodo de la guerra civil las migraciones bélicas generales estuvieron interconectadas como puntos de origen y llegada. El análisis se puede afrontar desde varias perspectivas, a partir de las diferentes categorías (“huido”, “emigrante”, “refugiado legal”, “refugiado ilegal”) de los participantes en el movimiento migratorio.

Movilidades bélicas de los emigrados gallegos

Estos flujos migratorios se pueden abordar a partir de criterios temporales, categoriales y sociopolíticos. Los criterios temporales

son básicos, pero están siempre en relación con la categoría de los acontecimientos sociales y políticos.

En el caso de los flujos migratorios a consecuencia de una guerra, es esencial la situación social que ocupan las personas o los grupos de personas que se mueven. Estar en retaguardia puede resultar seguro, pero también puede suponer un peligro continuo. En el caso gallego, los diversos bandos de guerra emitidos por los militares golpistas produjeron movilizaciones manifiestas por parte de los sectores de población susceptibles de hacerlo por entender que su vida corría peligro. Desde el inicio del golpe militar, fueron los comandantes militares quienes asumieron la responsabilidad del control administrativo de la población. El paso a Portugal fue más habitual durante la aplicación de los bandos de guerra desde el 17 de julio de 1936 al mes de febrero de 1937, un periodo en el que los delegados militares tienen jurisdicción en relación al orden público y en que se está produciendo un enfrentamiento en la atribución de las cuotas de poder entre aquellos, los jefes falangistas y los guardias civiles. La incorporación de voluntarios y la formación de grupos armados provocaron la impresión de la existencia de muchos centros de poder, perjudicando la permanencia en su país de los que se sintieron perseguidos. La militarización del conjunto de las fuerzas del orden, de los gobiernos civiles y de las delegaciones de orden público, de las diputaciones, de los ayuntamientos y de las milicias, fue la responsable de la extrema aplicación del denominado “terror caliente”, cuyo inicio se produjo hacia finales de julio de 1936, con la corroboración del fracaso del golpe militar.

Con el periodo de represión institucionalizada a través de los consejos de guerra sumarísima, entre marzo de 1937 y 1945, siguieron saliendo refugiados a Portugal. Es curioso que el final de la guerra no supusiera el fin del periodo represivo. Los vencedores de la guerra solo dejaron de matar hacia 1943.

La tercera fase represiva coincide con la segunda mitad de los años cuarenta y los años cincuenta. En ese periodo varios gallegos participaron como miembros de la guerrilla y se instalaron en Portugal¹. Muchos enlaces gallegos o portugueses fueron detenidos y otros perdieron la vida. En nuestra opinión, estas tres “corrientes represivas” condicionaron los movimientos internos y externos de los huidos, de modo que la entrada en Portugal tuvo mucho que ver con estas operaciones aniquiladoras.

Los primeros huidos

Los primeros “huidos” de los meses de julio y septiembre de 1936 se transformaron en “exiliados políticos” al pasar a Portugal, como etapa intermedia de su reincorporación a territorio republicano, en ciertos casos, con una pequeña estancia en Francia. Desde su Negreira natal, huyó a Francia, vía Portugal, Alfredo Caamaño Pato junto con su hermano Manuel, pasando antes por Valencia. Llegó a ser juez de Belchite, jefe de armamento en Barcelona y se refugió en un campo francés con el fin de la guerra antes de convertirse en un exiliado en México y Venezuela². También el médico tudense Hermenegildo Losada huyó a Portugal, pasó a Francia y de allí a zona republicana. Finalmente acabó exiliado en México³. El comunista Luis Soto pasó a Portugal y se dirigió a Francia antes de regresar a zona republicana⁴.

Estos “refugiados” fueron todos huidos de los enfrentamientos militares que se produjeron en las villas y ciudades del sur de Galicia.

¹ Por ejemplo, casos como Ángel Arce “Antonio de Verín”, quien entraba y salía de Portugal para regresar a su Verín natal. TÉLLEZ SOLÁ, Antonio – *A guerrilla antifranquista de Mario de Langullo*. Vigo: A Nosa Terra, 2000, p. 136.

² LIÑARES GIRALTO, X. – *Negreira na Guerra do 36*. Sada: Edición do Castro, 1993, p. 109, 127 y 144.

³ ALONSO RÍOS, Antón – *O Señor Afranio ou como me rispei das gadoupas da morte. Memoria dun fuxido*. Vigo-Castrelos: A Nosa Terra, 1996, pp. 24 y 29.

⁴ SOTO, Luis – *Castelao, a UPG e outras memorias*. Vigo: Xerais, 1983.

En ciertos casos, podemos hablar de una cierta masificación en el paso de estos refugiados, especialmente en la zona del Alentejo, pero también en algunas comarcas del norte. Inicialmente pudo haber cierta tolerancia con estos primeros refugiados que se instalaron en territorio portugués, sobre todo por parte de los nativos portugueses –y en ciertos puntos también por las propias autoridades portuguesas–, ligados a los refugiados en muchos casos por lazos comunitarios propios de la denominada “cultura de frontera”⁵. Hasta la primera quincena de agosto de 1936, las migraciones de los refugiados se favorecieron del vacío de poder que existía en los consulados. A partir de esa fecha, todos los consulados pasaron a manos de los golpistas. El fin de esta “migración bélica” se sitúa en la repatriación de un numeroso grupo de refugiados españoles enviados a Tarragona a bordo del navío *Nyassa* en octubre de 1936.

Segunda migración bélica

Una segunda “migración bélica” de refugiados se produjo entre octubre de 1936 y diciembre de 1936, fecha en que el ejército rebelde controló toda la frontera, tal vez hasta el primer trimestre de 1937, en que mejoró el control policial y militar de la frontera. Oliveira⁶ cree que la entrada de refugiados fue constante y desigual durante los meses de agosto, septiembre, octubre y noviembre, descendiendo a partir del mes de diciembre de 1936. Para este autor, la reducción en la entrada de refugiados se hace evidente a partir de 1937, más focalizada en huidos que no habían conseguido o no habían querido

⁵ VALCUENDE DEL RÍO, José María – “Procesos de territorialización y desterritorialización de las zonas fronterizas”. En PEREIRO, Xerardo; RISCO, Luís y LLANA, César (Orgs.) – *As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e España*. Vila Real: UTAD, 2008.

⁶ OLIVEIRA, César – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1988, p. 155-157.

pasar la frontera hasta entonces y en otros huidos de la movilización militar.

Hacia finales de 1936, los puestos fronterizos fueron cubiertos con carabineros y guardias civiles nacionalistas, que contaron con la ayuda de falangistas y requetés, en ciertos casos más rigurosos que los agentes del orden⁷. Esta segunda migración responde a un deseo de alcanzar territorios dominados por los republicanos o de exiliarse al continente americano. En muchos casos, como ya había acontecido en otros momentos de la historia con otros emigrados, estamos delante de un “refugiado temporal”, que usa el territorio portugués como lugar de paso, aun a sabiendas de la incertidumbre sobre la duración de esa estancia en virtud de las dificultades para sortear el control policial en la frontera con el avance de la guerra civil. El caso más emblemático es el del dirigente galleguista y agrario Antón Alonso Ríos, quien intentó salir al comienzo del conflicto bélico, pero hubo de renunciar al carecer de documentación que se lo permitiese. En su frustrada salida en 1936 estuvieron involucrados el comerciante entrimeño Ricardo González y el funcionario municipal de Arcos de Valdevez, Aníbal Rodrigues Loureiro, quienes mantenían relaciones comerciales desde el inicio de los años 30. Su primer periplo para convertirse en refugiado en Portugal lo condujo por una de las rutas tradicionales del norte del país que pasaba por Póvoa de Varzim, Ponte da Barca o Arcos de Valdevez y después Porto. Estas poblaciones mantenían cierto intercambio comercial con otras poblaciones gallegas, en especial con Lovios o Entrimo. Alonso Ríos pretendía hacerse pasar por cubano, pero solo contaba con un certificado de nacimiento cubano. Prometió regresar con algún documento que le permitiese exiliarse en Argentina o Cuba. Aunque llegó a realizar gestiones en el Consulado cubano de Porto, no fructificaron por lo que hubo de sobrevivir

⁷ *Idem*, p. 166.

dos años como mendigo antes de escapar de Galicia⁸. Algunos de estos refugiados de la “segunda migración bélica” permanecieron en Portugal a consecuencia de los obstáculos administrativos, logísticos y burocráticos para salir del país.

Tercera migración bélica

La tercera migración redujo muchísimo la corriente de refugiados, desde el momento en que el ejército golpista contra la República española controló toda la frontera con Portugal y procuró reducir o eliminar la fuga de refugiados al país vecino con la ayuda de las fuerzas del orden portuguesas. Posiblemente, el inicio de una nueva política de operaciones represivas provocó una disminución en la entrada a Portugal como una solución para protegerse de esa violencia.

Después de la guerra civil, durante la década de la segunda mitad de los años cuarenta, se mantuvo una “migración intermitente” de huidos, en forma de opositores políticos y guerrilleros, que emplearon el territorio como base de sus operaciones de resistencia⁹. Finalmente, durante la década de los cincuenta, algunos de los antiguos exiliados se fueron transformando en emigrantes sociopolíticos.

Análisis de las migraciones bélicas

Este conjunto de “migraciones bélicas” produjo en las comunidades lusas próximas o no a la frontera gallega un efecto aún hoy perdurable en la memoria oral comunitaria a través de muchas secuencias

⁸ Vid. *IANTT, PIDE-DGS, Serie PC, Processo Crime 387/41, fol.194 e ss.*, y para la trayectoria vital de Alonso Ríos. En cualquier caso, sus memorias, en nuestra opinión, presentan algunas “subjetivizaciones del itinerario biográfico”.

⁹ LANERO, Daniel; MÍGUEZ, Antonio y RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel – “La ‘raia’ galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”. En FONSECA, Inês; ROVISCO, Eduarda y FREIRE, Dulce – *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009, p. 57-87.

narrativas centradas en el t3pico de los “refugiados gallegos” o de los “refugiados espa3oles”. Esta etiqueta de “refugiados” ha quedado asociada en el imaginario colectivo portugu3s a los grupos de personas que se desplazaron a Portugal procedentes del territorio espa3ol como consecuencia de la guerra civil.

Esta corriente de “migraciones b3licas” fue constante y, en ocasiones, numerosa. Se componía b3sicamente de ciudadanos, militares y miembros de fuerzas del orden que huían de los primeros combates entre el bando nacional y los republicanos y de las consiguientes ocupaciones de aldeas y ciudades, de la represión pol3tica puesta en marcha de modo casi inmediato por los rebeldes, y tambi3n de la movilizaci3n obligatoria de j3venes para el ej3rcito nacionalista¹⁰. Para Oliveira estos tres motivos no est3n relacionados expresamente con la conquista de Badajoz el 14 de agosto de 1936 como pensaba Delgado¹¹. Los datos aportados de las Ordens de Serviço de la PVDE-DGS demuestran que los apresamientos, detenciones en c3rceles y entregas a las autoridades espa3olas se produjeron desde los primeros d3as del golpe militar, sobre todo en zonas que pasaron a manos de los rebeldes tan r3pidamente como Galicia. Adem3s, este proceso se intensifica en las zonas que permanecieron durante m3s tiempo como leales a la Rep3blica. De las declaraciones efectuadas por los refugiados gallegos en los m3s de doscientos “processos crime” de la PIDE-DGS consultados para este trabajo, la primera causa de fuga extraída de las declaraciones efectuadas por los detenidos es el miedo a la persecuci3n fascista (40 %), la segunda es el miedo a los acontecimientos b3licos (35 %) y la tercera es la movilizaci3n militar (20 %). En cualquiera de estos tres motivos principales para convertirse en refugiado se distingue la importancia del “miedo” como desencadenante de una

¹⁰ OLIVEIRA, C. – *Op. Cit.*, p. 155-157.

¹¹ DELGADO, Iva – *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicaço3es Europa-Am3rica, 1980, p. 93.

nueva situación vital. Es lo que declara Arturo Salgado Villar, natural de Baños de Molgas, quien afirma que se refugió en Portugal porque era miembro de la Junta de su parroquia y simpatizante del Frente Popular, por lo que temía las represalias de los rebeldes. Permaneció huido hasta mayo de 1937¹². Con todo, en ciertos casos, los motivos están interrelacionados. Varios de los refugiados detenidos declaran haber huido a consecuencia de las denuncias de otros vecinos que los ha colocado en la pista de la amenaza fascista. Los prófugos o los desertores aluden en muchos casos a que no quieren participar en el conflicto bélico, aunque se infiere en ocasiones que lo que no quieren es formar parte del ejército nacionalista, con lo que se advierte una consciencia política latente o falseada en virtud del contexto coercitivo. La procedencia de una zona bombardeada o castigada por los enfrentamientos bélicos singulariza, como ya hemos señalado más arriba, a una primera corriente de refugiados. En ciertos casos, para justificar la entrada en Portugal se aducen motivos laborales o personales. En el caso del gallego de A Poboia de Brollón José Vázquez y Vázquez, la causa de acogida en Vinhais era evitar las acusaciones que lo vinculaban con un homicidio¹³.

El gobierno portugués seleccionó el ritmo y el contenido de las “migraciones bélicas” procedentes de España. En función de sus preferencias políticas y de la polarización internacional suscitada en el periodo de entreguerras, concedió permisos de residencia a aquellos españoles que se avalaban como afectos a los nacionalistas. Se realizaban algunas comprobaciones y, de ser positivas, se les facilitaba el tránsito a los territorios controlados por los golpistas. Además, los consulados españoles en manos de los franquistas los documentaban con suma facilidad¹⁴. Denegó, en cambio, la condición de refugiados

¹² IANTT, PIDE-DGS, SC, Proc. 667/37, Fols. 15-16.

¹³ IANTT, PIDE-DGS, SC, Proc. Crime 1239/40.

¹⁴ OLIVEIRA – Op. cit, p. 156.

a los exiliados de izquierda y republicanos, a los prófugos militares o a los que huían del conflicto bélico sin declararse afines a los militares rebeldes. Es más, estos se vieron perseguidos y amenazados en su integridad física por las autoridades portuguesas, quienes los entregaban a los militares sublevados. En la edición del 12 de octubre de 1936 del periódico *El Sol*, de Madrid, se informaba que el embajador Sánchez Albornoz “todos los días presentaba al Ministerio de Negócios Estrangeiros protestas contra los malos tratos infligidos a los presos españoles; prometían que la situación sería corregida y que se darían pasaportes, pero en vano”. Este hecho provocó las protestas del gobierno republicano de Madrid porque se realizó en contra de todos los principios del derecho de gentes¹⁵. La conducta ilegal del gobierno portugués fue denunciada delante de la Sociedad de Naciones y recogida con manifestaciones de indignación por la prensa internacional y con negativas por el régimen de Salazar.

Con el avance de la guerra civil, los españoles que no se identificaban como partidarios de los golpistas no conseguían pasar la frontera legalmente, ya que eran entregados a los sublevados y, con frecuencia, fusilados o encarcelados¹⁶. Este proceso mostraba claramente las intenciones de Salazar de no conceder en ningún caso el estatuto de refugiados a los huidos afectos a la República española. Esta situación los colocó en la imposibilidad de acceder al derecho de asilo y de defenderse de las violaciones de los derechos humanos y de las persecuciones a las que los sometieron los rebeldes¹⁷. Además, Salazar colaboró en la persecución, captura y detención de los españoles, incumpliendo el Acuerdo de No Intervención firmado por las potencias

¹⁵ DELGADO – *Op. Cit.*, p. 94.

¹⁶ IANTT, *Ministério do Interior, Correspondência recebida, Maço 481, Pasta 35/41, Ofício n.º 41 Confidencial, 1 de agosto de 1936, do Governador de Bragança para o Gabinete do Ministério do Interior.*

¹⁷ RUIPÉREZ, María – “Un historiador republicano en la Embajada de Lisboa”. En MARTÍN, José Luis (Coord.) – *Claudio Sánchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, p. 72.

européas. Los españoles afectos a la causa republicana y, por tanto, defensores del gobierno legítimo, se vieron en la tesitura de ser considerados “clandestinos” y “forajidos” a ojos de las autoridades portuguesas.

En cambio, los españoles conservadores que cruzaban la frontera para disfrutar de las playas portuguesas en el verano de 1936 contaban con todas facilidades para documentarse en los consulados, a veces incluso sin necesidad de cumplir todos los trámites burocráticos requeridos¹⁸. Los civiles y militares partidarios del gobierno republicano eran entregados a las autoridades militares y policiales españolas. No era nada extraño en el inicio de la guerra civil que ambos mundos se vieran seriamente confrontados, como ha quedado recogido en algún periódico del norte de Portugal:

“A Praia já fornece assunto, porque regorgita de banhistas portugueses e principalmente espanhóis que fogem à chacina. Bem fazem uns e outros...aqui vive-se como que a parte da vida preocupada. Até o pescador voga no mar tranquilamente devido à calma. Que grande contraste entre êste viver da gente que se seca ao sol como bacalhau e essa luta fratricida em que anda envuelto o país visinho! E não existe quem grite: Basta! (...) Desembarcaram no Portinho mais seis forajidos de Espanha que foram entregues às autoridades competentes. Vila-Praia de Ancora, 11 de Agosto de 1936.”¹⁹

¹⁸ A ello alude un despacho del embajador español Sánchez Albornoz en relación a que todos los consulados en manos de los rebeldes, excepto el de Lisboa, expiden pasaportes susceptibles de no ser válidos en Francia y en otros países “amigos” de la República, vid. *Doc. 25, A.M.A.E. RE-35, carpeta 42, Lisboa, 21 de septiembre de 1936* (MARTÍN, José Luis (Coord.) – *Claudio Sánchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, p. 151).

¹⁹ *Noticias de Melgaço*, 16 de agosto de 1936, p. 5.

A los españoles que ingresaban en Portugal con intención de quedarse y protegerse de la guerra, se sumaron los hijos de españoles que habían nacido en países latinoamericanos, normalmente México y Argentina. Muchos de ellos escapaban del servicio militar o de las condiciones políticas que padecía España. Los que tenían su documentación en regla contaban con un periodo de tiempo de tres meses para abandonar Portugal vía marítima. Los que no lograban identificarse eran entregados en la frontera como indocumentados o como indigentes. Los consulados rechazaban documentarlos y las empresas de navegación les negaban el pasaje por estar indocumentados. Con ellos coincidían los españoles que se encontraban en edad de movilización militar, quienes veían denegadas sus peticiones de obtener documentación en los consulados. Por tanto, todos los españoles eran expulsados por carecer de documentación y por haber entrado clandestinamente en Portugal²⁰. Toda esta mecánica represiva permite comprender el grado de compromiso que el régimen de Salazar mantuvo con los rebeldes franquistas, más allá de cualquier otro apoyo diplomático, logístico y militar.

Emigrados presos en Portugal

A finales del mes de septiembre de 1936 había 400 presos españoles registrados en Portugal, repartidos sobre todos en el Reduto Norte do Forte de Caxias, y en la prisión de la PVDE en Bragança²¹. Esta cifra siguió aumentando en los meses siguientes, especialmente con la llegada de nuevos detenidos procedentes del norte portugués, con especial reincidencia desde Bragança. También lo hacían desde los

²⁰ AOS/CO/NE-9 I, Fol. 16-17, *Informação da PVDE, 27 de septiembre de 1937*.

²¹ AOS-CO-IN8C, Pt. 1, *Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros, 25-9-36*. Posiblemente, habría 123 en Bragança y 277 en Caxias. Oliveira (1988, p. 158) señala que había 170 refugiados detenidos en Caxias a finales de septiembre de 1936. Calcula que pudo haber 250 refugiados detenidos en total en ese fuerte controlado por la PVDE. Vid. ESPINOSA – *Op. Cit.*, 2003, p. 115.

improvisados campos de concentración de Coitadinha y Choça de Sardineiro, ambos próximos a la frontera portuguesa, extremeña y andaluza²². También en el Forte da Graça en Elvas había 136 detenidos a finales de septiembre de 1936 y tal vez menos de 30 militares y carabineros apresados en el Forte de São Julião da Barra. Por esas fechas había un centenar de refugiados presos en la delegación de la PVDE en Porto, todos ellos desplazados de la frontera luso-galaica. Oliveira²³ asegura un número de 1.350 refugiados, pero solo con la suma de los que había en el Forte de Caxias, en el Forte de Graça en Elvas y en el Campo da Coitadinha. En esta cifra no incluye los que estaban en otras zonas del país, ni por supuesto aquellos que estaban protegidos por ciudadanos portugueses y españoles residentes, simpatizasen o no con la causa republicana. En su opinión, de sumar los no registrados y los acogidos habríamos de pensar en una cifra entre 2.000 y 3.000. De hecho, solamente el navío *Nyassa* embarcó desde Lisboa a Tarragona a 1.500 refugiados en el mes de octubre de 1936. Oliveira²⁴ afirma que entre ellos habría refugiados republicanos procedentes del Forte de Caxias, Forte da Graça en Elvas, de S. Julião da Barra, de las prisiones de la PVDE y de las unidades militares. El recuento de Oliveira²⁵ parte de estimaciones procedentes de esos recintos penitenciarios y militares, y de los albergues de mendicidad. En su opinión, la mayoría eran militares, carabineros y guardias de asalto²⁶.

²² El campo de concentración en la Herdade da Coitadinha (Barrancos, Alentejo) fue uno de los campos improvisados por las autoridades portuguesas ante la avalancha de refugiados procedente de la zona extremeña. Oliveira indica que había 614 “refugiados vermelhos” antes del 10 de octubre de 1936, aun cuando las informaciones procedentes del comandante militar de Beja aumenta esa cifra hasta 806. Vid. ESPINOSA – *Op. Cit.*, 2003, p. 109-124.

²³ OLIVEIRA – *Op. Cit.*, p. 158.

²⁴ OLIVEIRA – *Op. Cit.*, p. 159-164.

²⁵ OLIVEIRA – *Op. Cit.*, p. 164.

²⁶ Entre los que se embarcaron en el *Niassa* figuraban 20 oficiales, 29 sargentos y cabos y 20 mujeres y niños. No se sabe con seguridad si entre ellos estaban los

Reduto Norte do Forte de Caxias	400
Forte de Graça en Elvas	136
Forte de São Julião da Barra	30
PVDE Porto	100
Campo da Coitadinha	784
Otros lugares	550-1.550
Total	2.000-3.000

Nº de refugiados españoles a finales de septiembre de 1936

Este número de refugiados registrados se relaciona con el control ejercido por las autoridades portuguesas de la frontera. A lo largo de la frontera luso-galaica se amontonaron los grupos de refugiados que no tenían posibilidad de paso a Portugal, en ciertos casos esos agrupamientos alcanzaban el medio millar de personas, especialmente procedentes de la zona extremeña, en la que los enfrentamientos entre nacionalistas y republicanos duraron más tiempo. Además, funcionó la comunicación entre nacionalistas y portugueses, de modo que al aviso de un ataque de los primeros se reduplicaban las fuerzas policiales portuguesas en la frontera para evitar el paso de los refugiados. Esto fue muy habitual en las zonas próximas a la frontera, donde durante los meses de septiembre, octubre y noviembre de 1936, los reductos controlados por los republicanos o las bolsas de huidos instalados en los montes sufrieron operaciones de castigo continuas de los nacionalistas. Posteriormente, durante los dos años siguientes las operaciones se espaciaron, pero siempre contaron con la colaboración de tropas nacionalistas, de falangistas y de policías y soldados portugueses.

concentrados en A Herdade da Coitadinha.

Circuitos de emigración

La colonia gallega en Portugal contaba con una tradición secular, estratificada en diferentes oleadas migratorias fundamentalmente por razones laborales, de modo que los refugiados gallegos de la guerra civil coincidieron en suelo portugués con otros compatriotas que trabajaban desde hacía años en el país vecino, lo cual no dejó de tener una influencia significativa en muchos de los movimientos de inserción de esos refugiados. Además, con el estallido de la guerra civil, ciertos desplazamientos aparentemente relacionados con el movimiento de exiliados o de desterrados se solaparon con el desplazamiento de emigrantes económicos. La guerra civil española hizo que muchos gallegos abandonasen su territorio empujados por motivaciones económicas (buscar trabajo) relacionadas con otras causas políticas (como las nada inhabituales presiones de los nuevos gestores políticos sobre ciertos entornos familiares para obstaculizar la obtención de un empleo). En ciertos casos, los emigrantes económicos recorrieron una trayectoria vital que les hizo abrazar posiciones políticas coincidentes con los exiliados o refugiados, de modo que acabaron expuestos a situaciones similares a los de estos (detenciones, expulsiones del territorio portugués, entrega a las autoridades españolas).

En el caso de Galicia, la proximidad geográfica constituyó un criterio determinante a la hora de que el flujo migratorio a Portugal se hubiese mantenido constante a lo largo de la historia, de modo que cuando se produjo el estallido de la guerra civil, lo que hicieron los exiliados fue recuperar un camino que estaba presente en la historia familiar de ciertas comunidades gallegas. Este hecho era más evidente en las comunidades gallegas más próximas a la frontera²⁷, que ejemplifican el poder de las microcomunidades familiares para ilustrar

²⁷ LEIRA, Xan – *Historia dunha emigración difusa*. Pontevedra: Acuarela Comunicación, 2008

la conservación de los movimientos migratorios a determinados países. Así, en el caso de los movimientos migratorios a Portugal como “tierra de promisión durante siglos”²⁸, estos tenían su origen preferentemente en comarcas como O Condado, A Paradanta, Terras de Celanova y Baixa Limia. Ciertos ayuntamientos contemplaban a Portugal como el país de acogida natural para sus exiliados políticos, sobre todo si se confiaba en regresar rápidamente a su país de origen una vez que hubiese sido derrotado el ejército rebelde o que la situación se hubiese reconducido. El territorio portugués adquirió, en ese sentido, un valor de provisionalidad en la vida de los refugiados, de modo que fueron los acontecimientos de la guerra de España los que decidieron, en muchos casos, su trayectoria vital. La duración del conflicto bélico provocó bien asentamientos definitivos en Portugal, transformando a los refugiados en inmigrantes ilegales, con todas las consecuencias sociales que esa condición suponía, bien asentamientos provisionales, hasta la obtención de una salida a otro país europeo (habitualmente, Francia) o americano (Argentina, Brasil, Méjico), o hasta el regreso al lugar de origen.

El exilio de los refugiados gallegos a Portugal se vio afectado por el peso de las instituciones de los dos países, especialmente las policías, tanto la política como la fronteriza. Todo ello estaba relacionado con la importancia que alcanzó poseer documentación para cruzar la frontera y para mantenerse en Portugal. Obviamente, la presencia significativa de las instituciones propició también la creación de redes informales de apoyo, colaboración y negocio con los exiliados. En esas redes, estuvieron implicados opositores políticos, profesionales, policías, contrabandistas y miembros de las comunidades fronterizas

²⁸ GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luís – “Lisboa dos sonhos, Lisboa soñada”. En LEIRA, Xan – *Historia dunha emigración difusa*. Pontevedra: Acuarela Comunicación, 2008, p. 19.

de ambos países²⁹. En ciertos casos, los exiliados fueron acogidos espontáneamente en las comunidades portuguesas, a cambio de trabajo o dinero³⁰. En otros casos, se insertaron en las comunidades gallegas preexistentes, acompañando ciertas migraciones estacionales o laborales.

Volumen de las migraciones bélicas

Resulta difícil establecer el número de refugiados gallegos que pasaron a Portugal. Para realizar una cuantificación razonable tenemos que partir de datos indirectos como las detenciones realizadas en la frontera, el número de encarcelados en las prisiones portuguesas o las extrapolaciones de las informaciones parciales procedentes de algún gobierno distrital. Un informe del gobernador civil de Bragança, realizado a partir de indicaciones de la Guarda Fiscal, señala que entre Vinhais y Freixo de Espada à Cinta se contabilizaron 184 individuos en el periodo comprendido entre el 21 de julio y el 28 de noviembre de 1936³¹. La PVDE no logró tampoco controlar y fiscalizar exhaustivamente la entrada ilegal de refugiados³². Algunas informaciones orales parecen

²⁹ Existen muchos testimonios escritos y orales sobre estos aspectos de la permeabilidad en el paso de los refugiados a Portugal. Vid. Por ejemplo, Pla Brugat y Calvo, entre otros. También existen varios trabajos sobre las relaciones entre refugiados y contrabandistas, en especial GODINHO, Paula – “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”. *A Trabe de Ouro*, n.º 22 (1995), p. 43-56 ou GODINHO, Paula – “O grupo de Juan e a importância da rede social”. *A Trabe de Ouro*, n.º 16 (1993), pp. 571-583; REIGOSA, Carlos – “Maquis na raia galaico-portuguesa”. *A Trabe de Ouro*, n.º 16 (1993), pp. 611-62; RODRÍGUEZ GALLARDO, A. (ver bibliografía). En LANERO, MÍGUEZ y RODRÍGUEZ GALLARDO (2009), se presenta una propuesta de trabajo sobre la modificación que en la economía comunitaria produjo la entrada y la permanencia de refugiados en Portugal.

³⁰ Sobre las dificultades económicas de los primeros refugiados, vid. Las declaraciones de BAZAL (2007, p. 131), quien veía imposible mantenerse en Chaves durante mucho tiempo a causa de los costos económicos en el Forte de San Neutel.

³¹ IANTT, *Ministério do Interior, Correspondência enviada pelo Governador Civil de Bragança para o Ministério do Interior, Maço 481, Pasta 35/41, Fol. 1-103.*

³² IANTT, *PIDE-DGS, Posto de Quintanilha, Correspondência Confidencial Recebida (1936-1959), Vol. 11, Pasta n.º 22, Fol. 682, Circular confidencial n.º 142/40, 13 de agosto de 1940.*

acercarse más al número real. En el primer semestre de guerra civil, en una freguesía del ayuntamiento de Melgaço, la de Castro Laboreiro, alcanzó, según estimaciones procedentes de testimonios locales, una cifra no siempre estable entre 400 y 800 personas³³. La cifra debió convertirse en una preocupación, especialmente para los falangistas de la zona que conocían a la perfección el territorio y mantenían vínculos de intimidad con muchas familias de los refugiados. Esa preocupación se extendió a las fuerzas de orden portuguesas, sobre todo a la PVDE³⁴ y al ejército. Un informe del Comando Militar de Beja señalaba que las tropas españolas que llevaban a cabo operaciones de limpieza no tenían “una actividad satisfactoria”, ya que su acción no resultaba continua y persistente, sino que se conducía por periodos de varios días, con lo que los refugiados podían moverse y cambiar de sitio. El informe continuaba criticando los pocos efectivos y la escasa eficiencia de tales grupos. En su mayoría eran falangistas y carabineros de cierta edad, que carecían de la resistencia y preparación para llevar a cabo tal función, que acostumbraban a iniciar tarde las batidas en virtud del clima, de la ausencia de caballos y del miedo a los enfrentamientos con los refugiados armados³⁵.

A finales de septiembre de 1936 la mayoría de los 500 extranjeros en las prisiones de la PVDE eran españoles. El embajador español, Sánchez Albornoz, se refirió también a 500 españoles republicanos y socialistas “en situación misérrima” en territorio portugués en un oficio

³³ *Entrevistas con Américo Rodrigues, 22 de agosto de 2003, 14 de agosto de 2004 y 17 de agosto de 2005, Castro Laboreiro, Portugal; Entrevista con Román Alonso Santos, Entrimo, Ourense, 21 de agosto de 2003.* Julio Vaz, sacerdote en Fiães en aquel tiempo, recuerda al menos una cifra de 100 refugiados en las sierras de Laboreiro, *Entrevista con Julio Vaz, Melgaço, agosto de 2003.*

³⁴ RODRÍGUEZ GALLARDO, A. – “Entre brandas e inverneiras: refuxiados e guerra civil na fronteira entre Ourense e Portugal”. *A Trabe de Ouro*, nº 57 (2004), p. 31.

³⁵ *Arquivo Histórico Militar, 1º Divisão, 38ª Secção, 1936/37, Missao Militar portuguesa de observação em Espanha, Correspondencia que não teve expediente (Processos privativos da Repart. Do Gabinete do Ministro do Exército), Núm. 2, Caixa 63, Fundo 1/ Serie 38/ Caixa 38/ Número 8.*

dirigido al Ministro de Estado el 10 de septiembre de 1936³⁶. Entre ellos había 65 gallegos. Además, otros 75 portugueses o españoles vinculados política, laboral o socialmente con el espacio geográfico gallego sufrieron algún tipo de detención por tener vinculación directa o indirecta con los refugiados, por suministrarles documentación falsa, por facilitarles alojamiento o por realizar alguna gestión que les permitiese una rápida salida del país. La suma de ambas represiones (sobre los españoles y sobre los portugueses) ayuda a establecer el volumen exacto de la emigración forzada de gallegos a Portugal. Es por eso que ambos fenómenos represivos –el franquista y el salazarista– tuvieron esa influencia en las conciencias comunitarias a ambos lados de la frontera. Resulta en ocasiones inseparable del fenómeno de los refugiados los mecanismos represivos sufridos por los antifascistas u opositores portugueses acusados de mantener relaciones con los refugiados españoles, o por los portugueses que habían formado parte de las organizaciones de izquierda gallega. Muchos de estos portugueses fueron detenidos por la PVDE y juzgados en los tribunales militares portugueses³⁷.

Tras de estas detenciones, hemos de interpretar un sentido colectivo del hecho represivo que solamente se puede comprender desde un profundo hibridismo sociocultural. El fenómeno represivo ligado a la frontera a partir de 1936 sólo puede analizarse dentro de un

³⁶ *Documento 23, A.M.A.E. RE-35, carpeta 42, Lisboa, 10 de septiembre de 1936* (Martín, 1995, p. 148).

³⁷ El 16 de mayo de 1940 fue asesinado el “capitalista” septuagenario António de Silva Freitas por comunistas portugueses y españoles, quienes habían asaltado su domicilio para robarle. Los autores fueron casi todos presos y condenados a condenas de prisión y destierro largas. Algunos solo salieron en libertad en 1960. Entre los involucrados estaban Joaquim Aurélio de Oliveira Barros “O Aurélio Marceneiro ou Aurélio Carpinteiro”, Francisco Lazaro Barata, Mário Rodrigues Tavares, Manuel Bruno dos Santos Cardoso, José Vasquez Albela, Pedro Vázquez Albela, Senén Vázquez Albela (estos tres eran españoles), Gervano Justino Alves, Cândido da Conceição Vieira da Silva “O Pimenta”, Joaquim Justino Alves, Rodrigo da Silveira Pinto, António Monteiro Soares, vid. *IANTT, PIDE-DGS, SC, Proc. Crime 150/40* y FLUNSER PIMENTEL, Irene (2007).

contexto que abarca un espacio con relaciones geográficas, históricas y culturales muy estables, donde las redes comerciales, laborales, sociales y familiares tenían presencia en ese espacio transfronterizo desde muchos siglos atrás, como rasgos identificadores de cierta cohesión más o menos permanente. Este contexto explica que muchos gallegos, muchos portugueses y muchos españoles, que trabajaban en Galicia, cruzasen la frontera para esconderse de la persecución de los militares rebeldes y de los falangistas. Sabían que del otro lado de la frontera contaban con complicidades familiares, de amistad o económicas, porque llevaban años relacionándose entre ellos y compartiendo las mismas redes de sociabilidad. Este secular mestizaje gallego-luso-española creció con el estallido de la guerra civil y un número significativo de portugueses y españoles se implicaron de uno u otro modo en ayudar a los refugiados gallegos que atravesaron la frontera³⁸. Destejer esa connivencia supone interpretar la proximidad de esas relaciones humanas y comunitarias en claves sociales, económicas y políticas.

Este grado de implicación de la población transfronteriza, pero no sólo de ella –hubo población portuguesa alejada de la frontera también involucrada en la ayuda a los refugiados– explica que el número de portugueses y españoles detenidos por la PVDE acusados de proteger antifranquistas o indocumentados gallegos, de pasar refugiados a Portugal, de ser enlaces de la guerrilla antifranquista, de realizar propaganda política o de colaborar con los prófugos militares

³⁸ Hubo varias mujeres gallegas “arraianas” presas a consecuencia de la ayuda que proporcionaron a los huidos. Rosalía, la hermana del refugiado Manuel Prieto García, le llevaba comida y ropa a los Ribeiros portugueses de Castro Laboreiro, donde aquel se protegía, *Entrevista a Manuel Prieto García, Ferreiros, Ourense, agosto de 2003 y agosto de 2005*. Otras personas de Entrimo recuerdan a “protectores” ocasionales de esos refugiados, a los que llevaban comida o ropa: José de Angelina “Pepe Trombón” (de Entrimo), Encarnación Rodríguez González (da Portela, Entrimo), etc., *Entrevista con Román Alonso Santos, Entrimo, 21 de agosto de 2003*, *Entrevista con Encarnación Rodríguez González, Entrimo, Ourense, marzo de 2003* y *Entrevista con José Rodríguez González, Villamiel de Toledo, agosto de 2006*.

sea tan elevado como el número de los refugiados gallegos detenidos por la misma policía.

Entre 1936 y 1950 fueron detenidos y registrados oficialmente como presos 474 gallegos por la PVDE³⁹. De ellos 245 eran naturales de Ourense, 198 de Pontevedra, 24 de Coruña y 7 de Lugo. Los datos explican un hecho evidente: se protegían más en Portugal cuanto más cerca estuvieran de este país, de modo que son las provincias limítrofes las que aportan un mayor número de refugiados. En su mayoría los refugiados huyeron de su país para instalarse inicialmente en lugares próximos a su localidad de origen con el fin de regresar en cuanto fuese posible. Sus desplazamientos, por tanto, se caracterizaban por ser de escasa distancia y de poca movilidad, ya que precisaban la ayuda de sus familiares y amigos para subsistir y verse protegidos, o regresar esporádicamente en cualquier momento. Añadamos a esto que los recursos económicos de los refugiados pertenecientes en su mayoría a las clases medias y bajas eran limitados. Lo bastante como para no acometer viajes largos en vista además de la ausencia de contactos fuera de las zonas habituales de relación en el norte de Portugal.

En ese mismo periodo, los portugueses y españoles –estos sobre todo asturianos, leoneses y zamoranos– detenidos en los puestos policiales y fronterizos del Norte de Portugal se elevaron a 592. Muchos portugueses comprometidos con la causa republicana fueron inmediatamente expulsados de Galicia y entregados a los puestos de la PVDE de la frontera, y posteriormente conducidos a las direcciones centralizadas de la policía internacional portuguesa, especialmente las de Porto y Lisboa⁴⁰. Por tanto, la represión franquista en Galicia

³⁹ *IANTT, Registo Geral de Presos, PVDE*. En realidad, creemos que la cifra de detenidos podría elevarse a 508, si incluimos, a 34 detenidos más, cuya procedencia parece ser también Galicia.

⁴⁰ Algunos casos de portugueses instalados en Galicia que fueron expulsados. De Porriño: João Pereira Pinto, José Barboza de Azevedo y Luís Ferreira. De Tui: Luis Gonçalves Sousa, Francisco Batista da Conceição, Alberto de Jesús Pereira Polonia. De Salvaterra: Manuel Joaquim Figueiredo. En *IANTT, PIDE-DGS, SC, Processo Crime*,

extiende sus efectos a los ciudadanos lusos residentes en las poblaciones fronterizas y a los españoles que cruzaron la frontera –en uno u otro sentido– por cualquier punto del norte portugués. Sumando las dos cifras –502 gallegos detenidos y 592 no gallegos vinculados existencialmente al norte de Portugal–, obtenemos una cifra final de 1.094 personas detenidas por la PVDE y relacionadas con ese espacio geográfico que denominamos “frontera”. En ese conjunto de más de un millar de personas detenidas predominaban los campesinos y jornaleros (130), los empleados de comercio o de otros ramos (104), los criados y criadas (89)⁴¹, simples trabajadores (51), canteros (41), afiladores y ambulantes (37), marineros y pescadores (25), cocineros (20), panaderos (13), zapateros (13), motoristas (12), mineros (12), industriales (12), estudiantes (12), propietarios (12), profesores (10), mozos (9), sastres (8), carpinteros (8), mecánicos (8), médicos (6), carboneros (5), barberos (5), fotógrafos (5), negociantes (5), herreros (4) y contrabandistas (2). Estos datos demuestran el predominio de las clases populares entre los detenidos, por tanto, entre los refugiados y sus apoyos:

Campesinos y jornaleros	130
Empleados de comercio y otros ramos	104
Criados/as	89
Trabajadores	51
Canteros	41
Afiladores y ambulantes	37
Marineros y pescadores	25
Cocineros	20
Panaderos	13
Zapateros	13
Motoristas	12

1614/39, se informa de la entrada en Caxias de 75 portugueses miembros de las brigadas internacionales.

⁴¹ Figuran detenidas 49 criadas, lo que demuestra el grado de connivencia con los refugiados de parte de una franja significativa de las mujeres portuguesas.

Mineros	12
Industriales	12
Estudiantes	12
Propietarios	12
Profesores	10
Mozos	9
Sastres	8
Carpinteros	8
Mecánicos	8
Médicos	6
Carboneros	5
Barberos	5
Fotógrafos	5
Negociantes	5
Herreros	4
Contrabandistas	2

Profesiones de emigrados gallegos detenidos y de portugueses colaboradores con ellos (1936-1950)

Los datos anteriormente analizados proceden del fondo documental carcelario de la PVDE, de modo que sólo figuran aquellos gallegos y aquellas gallegas que sufrieron una detención en territorio luso y que pasaron a estar bajo control de la policía política internacional. Nada sabemos de aquellos y de aquellas que atravesaron o permanecieron en Portugal y jamás fueron capturados, de aquellos y de aquellas que lo hicieron de modo aparentemente legal, o de otros y de otras que padecieron detenciones legales o ilegales por parte de otras policías portuguesas y que no pasaron, por las razones que sean, a estar bajo en control de la PVDE. Los propios registros policiales dejaban sin registrar ciertas informaciones relativas a los refugiados, por lo que no es raro pensar que una cifra indeterminada de los detenidos quedase sin inscribir. La entrada en Portugal del alcalde de Badajoz, Sinforiano Madroñero, y del diputado socialista Nicolás de Pablo no fue registrada por la PVDE, de modo que esa ausencia había permitido su entrega a las

fuerzas rebeldes y su fusilamiento en Badajoz⁴². Una nota confidencial del comandante Antonio Maya del 31 de agosto de 1936 señala que la confidencialidad de las órdenes del gobierno portugués sobre los refugiados españoles “não devem sequer figurar nos arquivos das unidades”, de forma que era más conveniente hacerlo “verbalmente”⁴³.

Entre 1936 y 1938 fueron expulsados de Portugal 581 españoles, muchos de ellos, si no todos, miembros de la comunidad española en ese país⁴⁴. Además, habría que sumar los 1.500 refugiados que salieron en el *Nyassa*, y muchos de los que habían sido entregados a los nacionalistas durante los tres primeros meses del conflicto⁴⁵.

De los 67 detenidos españoles en el Reducto Norte de Caxias el 22 de julio de 1936, la mayoría pertenecía a la clase obrera: 24 (es decir, un tercio de ellos) eran mineros de la comarca de Sanabria; 4 eran simplemente obreros; 3 profesionales liberales (un abogado y dos médicos); 15 trabajadores manuales (un confitero, dos herreros, un peón, tres carpinteros, dos mecánicos, cuatro canteros, un escombrero y un empleado); 2 escribientes⁴⁶; 3 miembros de las clases medias (dos comerciantes y un propietarios). Además, había chóferes, viajeros y un recaudador de impuestos de Verín. Abundaban las generaciones jóvenes, sobre todo entre los 20 y 30 años (40 personas) y de 30 a 40 (14). Eran mayoritarios, además, los solteros (45) frente a los casados (19)⁴⁷.

Los refugiados eran víctimas de la persecución producida por la represión política puesta en marcha por los militares rebeldes. Las víctimas eran un grupo heterogéneo, semejante a las víctimas que permanecieron en Galicia y fueron asesinadas por los rebeldes. Entre

⁴² *Doc. 43, 29 de agosto de 1936, A.R.H. 541-50-6/3* (Martín, 1995, p. 178-179). La entrega de estos refugiados fue denunciada en el Comité de No Intervención.

⁴³ OLIVEIRA – *Op. Cit.*, p. 157.

⁴⁴ Esta cifra también la da ALVES (1981, p. 16).

⁴⁵ *Idem*, p. 179.

⁴⁶ Uno de ellos era teniente alcalde en Villardevós (Ourense).

⁴⁷ RUIPÉREZ – *Op. Cit.*, p. 80.

1936 y 1939, fueron asesinados 3.588 gallegos (de ellos 77 mujeres) y 7.403 fueron procesados sin resultado de muerte. El grueso de las víctimas asesinadas (2.608) tenían entre 19 y 45 años, de modo que los refugiados coincidían básicamente con esas dos franjas generacionales⁴⁸. Eran, sobre todo, obreros y artesanos (1.001), clases medias y profesionales (985)⁴⁹, campesinos (472) y marineros (245). Estas adscripciones profesionales pueden servir para ubicar a los refugiados gallegos. De todos los procesados durante ese periodo (8.248), fueron declarados en rebeldía 1.426 y sobreseídos 1.979. Dentro de la primera cifra, habría un contingente significativo de refugiados, posiblemente otro porcentaje menor procedía del segundo tipo. También los datos procedentes de la adscripción profesional de los encarcelados gallegos durante ese periodo de 1936-1939 arroja repartos similares: obreros y artesanos (1.104), campesinos (624), marineros (500), militares y cuerpos de seguridad (283), empleados en servicios (167), funcionarios y empleados cualificados (139), pequeños industriales y comerciantes (96), profesiones liberales (45), maestros (39), trabajo en casa (35), estudiantes (25)⁵⁰.

Campesinos/as	472
Marineros/as	245

⁴⁸ Sobre los datos de los refugiados en el distrito de Bragança, la media de edad se sitúa alrededor de los 32 años. El más joven tiene 14 y el mayor 78. Aunque no es posible extraer datos sobre el estado civil de los refugiados, aparentemente parece que predominaban los solteros.

⁴⁹ Entre estos figuraban militares y cuerpos de seguridad (286), funcionarios y empleados cualificados (215), empleados en servicios (182), pequeños industriales y comerciantes (113), profesiones liberales (94), maestros (80). Los datos proceden del *Proxecto de Investigación Interuniversitario "As vítimas, os nomes, as voces e os lugares"*, *Resumo de datos do informe de progreso, xuño 2008*, <http://nomesevoces.com/victimas/ga/web/info.php?idc=1>. Conviene tomar los datos generales con precaución porque el número de víctimas sin adscripción profesional es de 858, un 24 % del total.

⁵⁰ Nuevamente, hemos de considerar la presencia de una cifra de 242 sin adscripción profesional.

Obreros/as y artesanos/as	1.001
Empleados de servicios	182
Funcionarios y empleados cualificados	215
Maestros/as	80
Militares y cuerpos de seguridad	286
Profesiones liberales	94
Pequeños industriales y comerciantes	113
Trabajo en casa	25
Estudiantes	15
Sacerdotes	2
Sin determinar	858
Total	3.588

Víctimas en Galicia con resultado de muerte, 1936-1939
 Proyecto de Investigación Interuniversitario “As vítimas, os nomes,
 as voces e os lugares”

Campesinos/as	624
Marineros/as	500
Obreros/as y artesanos/as	1.104
Empleados de servicios	167
Funcionarios y empleados cualificados	139
Maestros/as	39
Militares y cuerpos de seguridad	283
Profesiones liberales	45
Pequeños industriales y comerciantes	96
Trabajo en casa	35
Estudiantes	25
Sin determinar	242
Total	3.299

Procesados en Galicia con resultado de prisión 1936-1939
 Proyecto de Investigación Interuniversitario “As vítimas, os nomes,
 as voces e os lugares”

Por tanto, las víctimas de la persecución franquista eran, sobre todo, obreros, artesanos, clases medias y profesionales, campesinos y marineros, de modo que debieron de ser estas las adscripciones profesionales mayoritarias de los refugiados gallegos⁵¹. De los 184 refugiados detenidos en el distrito de Bragança entre el 23 de julio y el 28 de noviembre de 1936, dos tercios eran campesinos, jornaleros y trabajadores manuales⁵². Este hecho tiene que ver con cierta especificidad en el paso de refugiados en función de las peculiaridades económicas y sociales de los territorios fronterizos. En las declaraciones realizadas por un refugiado detenido en 1937 en la sierra de Castro Laboreiro, afirma que había muchos instalados en esa zona, entre ellos algunos con bastante dinero⁵³.

Conviene precisar también que el refugiado fue básicamente de sexo masculino, como se puede ver en las cifras sobre víctimas de violencia referidas con anterioridad. En los datos procedentes del distrito de Bragança, de los 184 refugiados registrados, 169 eran hombres. En los datos procedentes del Registro General de Presos de la PVDE-PIDE figuran 19 mujeres gallegas detenidas. Las mujeres que decidieron refugiarse en Portugal eran víctimas directas o indirectas. En el primer caso, pertenecían a alguna de organización de izquierda, de modo que se vieron en la necesidad de huir. En el segundo caso, eran esposas⁵⁴

⁵¹ También Velasco coincide con la caracterización profesional de las víctimas de la represión franquista en Galicia presentada aquí.

⁵² IANTT, *Ministério do Interior, Correspondência Recebida, do Governador de Bragança para o Gabinete do Ministério do Interior, Maço 481, Pasta 35/41, Fol. 1-103*.

⁵³ IANTT, *PIDE-DGS, SC, Proc. 1070/37, Fol. 13*. Uno de los refugiados de la zona de Bragança es detenido con mucho dinero encima, entre moneda republicana y nacionalista, dólares americanos y pesos argentinos, vid. IANTT, *PIDE-DGS, SC, Processo Crime 1538/37, Fol. 6*.

⁵⁴ Es el caso de la mujer del anarquista Luis Bazal, quien lo acompaña “só polo gusto de acompañarme e axudarme a salvar a vida”. No obstante, cuando Bazal es ingresado en el Forte de San Neutel, su mujer será reintegrada en España por la propia policía portuguesa y, posteriormente, invitada a acompañar a su marido por el director del Forte de San Neutel (BAZAL, Luis – *Memoria e fuga dun mestre anarquista galego*. Vigo: A Nosa Terra, 2007, p. 113-123).

o familiares de miembros de las organizaciones de izquierda, o, en su defecto, habían sido hostigadas previamente por haber dado ayuda a los huidos gallegos. En ciertos casos excepcionales, algunas mujeres huyeron y se refugiaron en Portugal por el hecho de haber quedado en el desamparo absoluto tras la muerte de la totalidad de sus familiares.

Estos datos coinciden con la lógica de los procesos migratorios del siglo XIX y del primer tercio del siglo XX. Los que más se mueven, lógicamente, son los que están en edad militar y son solteros, aunque existe una movilidad evidente hasta los varones de 50 años, de modo que se puede hablar de una especie de “condición vital de emigrante”⁵⁵. Alves⁵⁶ señala que los procesos de inserción profesional de los gallegos en Portugal –pero también para otros extranjeros– estaban en relación con las redes familiares y vecindad. Por ello, no extraña que fuesen profesiones de bajo nivel social las habituales para ellos: sirvientes, trabajadores, jornaleros, criados, aguaderos, cocheros, comerciantes, dependientes, taberneros, confiteros, cocineros, panaderos, refinadores de azúcar. Este autor llega a hablar de una cierta “balcanización” del mercado de trabajo, de modo que se producía una significativa auto-organización y el control de determinadas profesiones o empleos. Su permanencia en el grupo se mantenía a partir de la renovación de los flujos migratorios producidos dentro de las redes familiares y de vecindad, que fomentaban las “movilidades grupales”. Varias refinerías de azúcar eran propiedad de gallegos y muchos trabajadores de las mismas también. Los aguadores, los afiladores y los cargadores de barcos eran también gallegos, al igual que muchos de los que trabajaban las viñas en la comarca del Douro. Menor era el número

⁵⁵ Los datos de Alves señalan que emigran algunas mujeres entre los 20 y 30 años, que se instalan en Portugal definitivamente los mayores de 40 y que solo el 35 % de los que solicitan permiso de residencia son casados. La mujer casada gallega no emigra. Únicamente lo hacen mujeres solteras y viudas. ALVES, Jorge Fernandes – “Peregrinos do traballo. Perspetivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios migratórios*, nº 4 (1997), p. 74.

⁵⁶ ALVES, Jorge Fernandes – *Op. Cit.*, p. 75.

de gallegos –aunque los hubo– con otra ascendencia profesional (profesores, propietarios, artistas, dueños de hoteles...). Todas estas líneas de inserción profesional serán ocupadas por algunos de los emigrados políticos. La distribución habitual hacía que los más instruidos tendiesen a moverse hacia las ciudades, mientras que los menos instruidos permaneciesen en zonas rurales.

En cualquier caso, hasta el primer trimestre de 1937, la cifra de emigrados en Portugal se mantuvo en un nivel alto. Un ciudadano español instalado en la ciudad de Casablanca, Alejo Carrero, envió un testimonio a Julio Álvarez Vayo en marzo de 1937. En él aseguraba que había 2.000 españoles en Portugal “en las peores condiciones que uno se pueda imaginar”⁵⁷. Informaciones procedentes del embajador de España en París apuntaban que existían 3.000 refugiados españoles en Portugal, incluso después de la marcha de los 1.500 en el *Nyassa*, lo que demuestra que el número de refugiados fuera del alcance de las autoridades portuguesas fue mayor del que inicialmente se ha pensado⁵⁸.

Referencias bibliográficas

- ALONSO RÍOS, Antón – *O Señor Afranio ou como me rispei das gadoupas da morte. Memoria dun fuxido*. Vigo-Castrelos: A Nosa Terra, 1996.
- ALVES, Jorge Fernandes – *O Barroso e a guerra civil de Espanha*. Montealegre: Câmara Municipal, 1987.
- ALVES, Jorge Fernandes – “Peregrinos do traballo. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios migratórios*, nº 4 (1997), p. 69-91.
- BAZAL, Luis – *Memoria e fuga dun mestre anarquista galego*. Vigo: A Nosa Terra. 2007.
- CALVO, T. – *Valentín Paz-Andrade, a memoria do século*. Sada: Edición do Castro, 1998.
- DELGADO, Iva – *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.
- ESPINOSA, F. – *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica, 2003.

⁵⁷ Doc. 64, *Casablanca, 20 de marzo de 1937, A.M.A.E. RE-35, carpeta 42* (Martín, 1995, p. 215-222).

⁵⁸ OLIVEIRA, C. – *Op. Cit.*, p. 167-168.

- FLUNSER PIMENTEL, Irene – “Os informadores da PIDE–DGS”. En MADEIRA, João (Coord.) - *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 89-103.
- GODINHO, Paula – “O grupo de Juan e a importância da rede social”. *A Trabe de Ouro*, nº 16 (1993), p. 571-583.
- GODINHO, Paula – “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”. *A Trabe de Ouro*, nº 22 (1995), p. 43-56.
- GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luís – “Lisboa dos sonhos, Lisboa soñada”. En LEIRA, Xan – *Historia dunha emigración difusa*. Ponteveda: Acuarela Comunicación, 2008, p. 16-19.
- LANERO, Daniel; MÍGUEZ, Antonio y RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel – “La ‘raia’ galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”. En FONSECA, Inês; ROVISCO, Eduarda y FREIRE, Dulce – *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009, p. 57-87.
- LEIRA, Xan – *Historia dunha emigración difusa*. Ponteveda: Acuarela Comunicación, 2008.
- LIÑARES GIRAU, X. – *Negreira na Guerra do 36*. Sada: Edición do Castro, 1993.
- MARTÍN, José Luis (Coord.) – *Claudio Sánchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1995.
- REIGOSA, Carlos – “Maquis na raia galaico-portuguesa”. *A Trabe de Ouro*, nº 16 (1993), p. 611-623.
- RODRÍGUEZ GALLARDO, A. – “Entre brandas e inverneiras: refuxiados e guerra civil na fronteira entre Ourense e Portugal”. *A Trabe de Ouro*, nº 57 (2004), p. 23-37.
- RODRÍGUEZ GALLARDO, A. – “Refuxiados políticos en Portugal na guerra civil”. En *A represión franquista en Galicia. Actas dos traballos presentados ao Congreso da Memoria, Narón, 4 a 7 de decembro de 2003*. Asociación Cultural Memoria Histórica Democrática, 2005, pp. 631-651.
- RODRÍGUEZ GALLARDO, A. – *O ruído da morte. A represión franquista en Pontearreas, 1936-1939*. Sada/Coruña:, Edición do Castro, 2006.
- RODRÍGUEZ GALLARDO, A. – “Galegos, vítimas de Salazar”. *A Trabe de Ouro*, nº 75 (2008), p. 73-87.
- RUIPÉREZ, María – “Un historiador republicano en la Embajada de Lisboa”. En MARTÍN, José Luis (Coord.) – *Claudio Sánchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, p. 63-87.
- SOTO, Luis – *Castelao, a UPG e outras memorias*. Vigo: Xerais, 1983.
- TÉLLEZ SOLÁ, Antonio – *A guerrilla antifranquista de Mario de Langullo*. Vigo: A Nosa Terra, 2000.
- VALCUENDE DEL RÍO, José María – “Procesos de territorialización y desterritorialización de las zonas fronterizas”. En PEREIRO, Xerardo; RISCO, Luís y LLANA, César (Org.) – *As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e España*. Vila Real: UTAD, 2008.

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA INTERNACIONAL INTELECTUAL

*Lidiane Soares Rodrigues*¹

Os estudos que têm se ocupado especificamente de artistas e intelectuais cujo deslocamento foi suscitado por perseguições políticas têm mostrado os efeitos e impactos que a circulação dos mesmos promoveu tanto em seus espaços de produção originários quanto naqueles em que se refugiaram². Já as pesquisas circunscritas ao exílio de brasileiros durante a ditadura civil-militar (1964-1985) consideram que o recente interesse pelo assunto ainda não suscitou análises aprofundadas³. Ocupando-se do exílio voluntário do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1964-1968), o presente trabalho pretende contribuir com esses dois eixos de estudo: o exílio oriundo das perseguições do regime autoritário e as condições de transformação do político e intelectual atreladas à circulação internacional.

¹ Pós-doutoranda da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). Bolsista FAPESP.

² JEANPIERRE, L. – “Une opposition structurante pour l’anthropologie structurale : Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux États-Unis”. *Revue d’histoire des sciences humaines*, n° 11 (2004/2), p. 13-44. PALMEIRA, Miguel Soares – *Moses Finley e a ‘economia antiga’: a produção social de uma inovação historiográfica*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Tese de Doutorado.

³ NAPOLITANO, M. – “No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970”. *Estudos Avançados*, vol. 28 n.º 80 (jan./abr. 2014), p. 41-58; CHIRIO, M. – “Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exiles brésiliens em France (1968-1979)”. *Cahiers des Amériques Latines*, n° 48-49 (2005), p. 75-89.

O golpe que estabeleceu a ditadura civil-militar no Brasil perseguiu estudantes e professores de diversas universidades⁴. Na antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (doravante, FFCL-USP), docentes foram convocados por Inquéritos Policial-Militares (IPMs), imediatamente após a instauração do regime. Diferentemente da maior parte de seus colegas, Fernando Henrique Cardoso optou por se exilar já em 1964 e recusou-se a se submeter aos IPMs. No Chile, ele trabalhou no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), ligado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), e na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). Na França, ele lecionou na Universidade de Nanterre. Voltou ao Brasil em 1968, para concorrer a um posto de catedrático em Ciência Política. Venceu esse concurso e foi aposentado compulsoriamente, com o grupo a que se ligava, em 1969. Tais aposentadorias fizeram parte do acirramento das perseguições que deram ensejo ao extermínio físico dos resistentes organizados contra o regime⁵. Uma vez aposentado e proibido de lecionar, o sociólogo, diferentemente do momento anterior em que optou pelo exílio, pôde permanecer no Brasil e fundar o Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa (CEBRAP), cujo estabelecimento foi financiado pela Fundação Ford, dando condições para que muitos colegas, perseguidos ou aposentados, dessem continuidade à sua vida profissional no país. Entre sua partida (1964) e seu retorno (1968), ele publicou *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, com Enzo Faletto, em Santiago do Chile. Este livro se tornou o *best-seller* de uma geração e o consagrou internacionalmente. Este sumário evidencia: embora seu exílio dure apenas quatro anos e seja desviante

⁴ SÁ MOTTA, R. P. – *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵ RIDENTI, M. – *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

com relação às escolhas de seus pares, ele teve desdobramentos que apresentam interesse.

A exposição que segue se ocupa desse curto período e é dividida em três partes. A primeira caracteriza a posição do sociólogo em seu espaço profissional, às vésperas da opção pelo exílio; a segunda apresenta as dificuldades que encontrou no exterior e as

estratégias de que se valeu para contorná-las e retornar ao país em melhores condições do que aquelas em que partiu. Por fim, a terceira propõe uma hipótese a respeito dos capitais que viabilizaram sua inserção no espaço profissional internacional e possibilitaram seu retorno triunfante. O artigo se encerra discutindo os procedimentos de pesquisa exigidos pela abordagem adotada, simultaneamente histórica e sociológica.

Nasce uma estrela

As aposentadorias compulsórias impostas pelo regime civil-militar, em geral, são entendidas como resultado de tomadas de posição político-partidárias à esquerda. Em que se pese esta inclinação da maioria dos aposentados, as preferências políticas não bastam para explicação. Numerosos, reconhecidamente de esquerda, foram poupados; outros, distantes dessa orientação, foram penalizados⁶. Com efeito, para o caso em questão, são as posições ocupadas no espaço de disputa institucional que conferem inteligibilidade ao processo. É imperativo, por isso, situar o sociólogo neste espaço. Desde 1954, Fernando Henrique Cardoso era o primeiro assistente do catedrático regente da cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, Florestan Fernandes. Este colocava em execução o plano de institucionalizar a Sociologia como ciência em São Paulo⁷. Para tanto, debruçava-se sobre os clássicos da disciplina,

⁶ ADUSP – *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, 2004.

⁷ ARRUDA, M. A. N. – “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In MICELI, Sérgio (Org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo:

produzindo textos teórico-metodológicos e selecionava os melhores alunos para integrá-los no seu grupo de docentes e pesquisadores. O catedrático colocava disposições e talentos de cada membro a serviço do coletivo, segundo uma criteriosa divisão do trabalho. A Fernando Henrique Cardoso era reservado o papel estratégico de infiltração nas instâncias do poder institucional universitário, notadamente na reitoria⁸. Suas origens sociais, opostas às dos colegas, mais modestas, foi um dos motivos pelos quais a ele coube tal papel.

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931, no Rio de Janeiro, em uma família de militares cuja eminente participação na vida política brasileira remonta ao Segundo Império e se prolonga pela República. Sua socialização familiar o predispôs a assumir os papéis atrelados à competência social pressuposta no exercício do poder político: “meu pai era político. Está no meu sangue”⁹. No espaço científico, esta disposição ganhou os contornos específicos. Enquanto ele se tornava assistente de Florestan Fernandes, seu pai era eleito deputado por São Paulo, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e ele se aproximava da campanha “O petróleo é nosso”, liderada por tal partido. No espaço universitário, envolvia-se na construção da Associação dos Auxiliares de Ensino da USP (AAE-USP), composta pela “esquerda” da

Faculdade de Medicina, juntamente com outros professores interessados em lutar por um padrão de carreira moderno e independente do poder dos catedráticos. Na intenção de disputar espaço com os grupos que dominavam a política universitária, centrados na Faculdade de Direito, na Escola Politécnica e na “direita” da Medicina, ele se lança como porta-voz da “ala modernizante” e se torna representante dos ex-alunos da USP junto ao Conselho Universitário

Sumaré, 1995, Vol II; GARCIA, S. G. – *Destino Impar*. São Paulo: Editora 34, 2002.

⁸ RODRIGUES, L. S. – *A produção social do marxismo universitário em São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Tese de Doutorado.

⁹ GARCIA Jr., A. – “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo social*, vol. 16, n.º 1 (2004), p. 289.

(Co). Crescentemente, o trânsito em poderes institucionais universitários, as negociatas com elites empresariais – às quais tem acesso por meio do ambiente familiar e das escolas em que se formou – e o governo do Estado do São Paulo tornam-se rotina da vida do sociólogo. Quando Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, é eleito para o governo do estado de São Paulo (1959), e vai em busca de aliados na USP, para forjar a credibilidade administrativa de sua plataforma planejada de gestão, Fernando Henrique Cardoso torna-se o pivô da trama que será capaz de escolher o próximo reitor, construir a Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e angariar recursos financeiros de relevo para a época, voltados ao estabelecimento do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) – uma extensão da cadeira de Sociologia I¹⁰. O sociólogo aproveitou oportunidades, fez render as vantagens da administração de Carvalho Pinto, para áreas de interesse da cadeira, conquistou postos para aliados e amigos. Evidentemente, as oportunidades políticas, científicas e profissionais que esta “ala modernizante” lograva monopolizar lançava os que até então gozavam do monopólio institucional, por eles denominada “ala conservadora”, numa posição defensiva. *Pari passu* a conquista de aliados, esta trama angariava adversários prontos para aproveitar as chances de revanche quando rotações políticas os permitissem fazê-lo.

Quando o golpe de Estado atinge a USP, o reitor em exercício é Antonio Barros de Ulhoa Cintra – justamente aquela cuja escolha foi artifício político azeitado por Fernando Henrique Cardoso. Seus sucessores, Luis Antonio da Gama e Silva (1963-1969) e Miguel Reale (1969-1973), serão responsáveis pelo estabelecimento da reforma universitária do regime militar e pela chancela a diversas maneiras de coerção política e profissional. Se em 1964, o estabelecimento dos IPMs atinge a malha de disputa institucional da qual Fernando Henrique

¹⁰ ROMÃO, W. M. – *A experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 105.

Cardoso é articulador político, não é sem a solidariedade dos grupos rivais a ela, tampouco suas aposentadorias compulsórias em 1969¹¹.

Fora do país, dentro do jogo

Fernando Henrique Cardoso foi procurado pela polícia política e convocado pelos IPMs, imediatamente após o golpe de Estado. Possivelmente em posse de informações privilegiadas, adquiridas em família, optou por sair do país. Para viabilizar seu autoexílio, no Brasil, contou com auxílio de Florestan Fernandes, que manteve negociações junto à reitoria e à diretoria da FFCL-USP em nome dos interesses do sociólogo, assim como com o auxílio de amigos na saída clandestina para a Argentina, seu primeiro país de destino. No exterior, valeu-se de uma rede de auxílio profissional que remonta ao trabalho político de diversificação das relações internacionais da cadeira de Sociologia I, por ele gerenciado concomitantemente ao trabalho político, acima descrito. Em seus anos de autoexílio esteve pensado entre esses dois polos, o brasileiro e o internacional. Ambos o atraíam e nenhum deles oferecia certezas quanto ao futuro.

A orientação do gerenciamento de sua identidade profissional e política junto a esses dois polos é matéria desta seção. Em 1964, o sociólogo estava preparando uma tese para concorrer ao concurso da cátedra de Sociologia II, concorrente da cátedra em que trabalhava com Florestan Fernandes (Sociologia I). Esta tese deveria investigar as elites empresariais latino-americanas e consistia numa ampliação da pesquisa anteriormente realizada sobre empresários brasileiros, em que discutia a participação dos mesmos no desenvolvimento

¹¹ ADUSP – *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, (1978) 2004; CUNHA, L. A. – *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

econômico¹². Notadamente, os casos do Chile, da Argentina e do México mobilizavam o sociólogo e a equipe que coordenava no CESIT, centro de pesquisa acima mencionado. Uma das técnicas empregadas, o *survey*, diferenciava o programa de pesquisas no cenário da época e demandava ao contato *tête-à-tête* da equipe com os entrevistados¹³. Desse modo, uma viagem à América Latina era perfeitamente justificável como viagem de trabalho. Depois de se esconder por duas semanas, o sociólogo parte para a Argentina. Florestan Fernandes, juntamente com a esposa dele, Ruth Cardoso, negociarão com o diretor, Mario Guimarães Ferri, com o qual até então tinham relações cordiais, o estatuto de suas faltas: “servindo no exterior”. A saída de cena era politicamente preventiva e profissionalmente estratégica.

Tratava-se de proteger-se da perseguição policial, além de garantir condições de continuar escrevendo sua tese. Se ficasse no Brasil, seu tempo seria consumido pelas atividades que o ocupavam, sobretudo as demandas a ele endereçadas – seja por seus alunos de esquerda, por seus pares, seja pelo trabalho político institucional (Excerto 9, abaixo). A diretoria lhe concede uma primeira licença, atrelada a uma renovação incerta. Porém, face ao prolongamento da estada de Fernando Henrique Cardoso, o diretor cede às pressões dos militares, e ameaça colocá-lo em situação de “abandono de emprego”.

Durante alguns meses, o sociólogo, tendo por representante fiel Florestan Fernandes, procura manter seu cargo. Por fim, o diretor não concede o afastamento para pesquisa, tampouco o estatuto de “servindo no exterior”. Outrossim, a diretoria da FFCL-USP, na pessoa de Ferri e a reitoria da USP, na pessoa de Gama e Silva impunham a submissão ao IPM como condição para realizar o concurso da Sociologia II. Diante

¹² CARDOSO, F. H. – *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.

¹³ *Idem*, p. 8-11.

disso, o sociólogo desiste do concurso, põe seu cargo à disposição, e insiste que não aceitará tal desmando.

Florestan Fernandes tenta dissuadi-lo da ideia, encaminhando novas negociações com a diretoria e a reitoria. O catedrático era comprimido por estas duas instâncias, irredutíveis quanto à volta do sociólogo; e, simultaneamente, pelo exilado, intransigente quanto ao retorno (Excerto 1, abaixo). Florestan Fernandes negocia junto aos poderes institucionais e ao mesmo tempo adverte Fernando Henrique Cardoso dos riscos que sua atitude implicava para a equipe: colocar cargo à disposição implicava possível transferência do mesmo para cadeiras concorrentes. De todo modo, ele não retorna. A negociação quanto ao cargo fica em suspenso, aguardando a mudança de diretoria. O concurso da Sociologia II é prestado por Octavio Ianni, sucessor de Fernando Henrique Cardoso na hierarquia da cadeira, que será derrotado. Ele não voltará senão em 1968, mantendo-se irresoluto quanto à decisão de não prestar depoimentos à polícia.

Excerto 1. “Poucos conhecem mais do que eu os mecanismos internos da Universidade e o jogo das acomodações (...). Se me tenho negado a segui-lo é por decisão e não por ingenuidade ou falta de inteligência política (...) o senhor pode seguir confiante neste ângulo do meu talento, mas que é melhor focalizar minhas atitudes e reações sob o prisma dos valores. Não quero agir em termos de minha carreira na Universidade (...). Eu temo que esteja me distanciando um pouco da realidade do dia a dia e que isso dificulte ou mesmo elimine minha volta para a USP. Mas o senhor sabe melhor que ninguém que nos momentos que eu considero decisivos em termos de meu comportamento eu arrisco tudo para ser coerente comigo. (...) A carreira, professor, sempre foi um subproduto para mim e continuará sendo, enquanto eu puder manter essa atitude. O limite para essa decisão de não aceitar a humilhação da Universidade e a legalização do policialismo

intelectual se confundem, entretanto, com a situação dos que estão aí no Brasil. (...) não seria responsável de minha parte colocar em perigo nosso grupo por atitudes pessoais minhas. Mas eu não posso aceitar nem sequer a sugestão de ir falar com o Gama; não quero dar explicação alguma a um Reitor que não soube manter a dignidade do cargo e que ele sim deveria explicar-nos como cedeu tanto por ambição barata. Sendo assim, para não causar problemas maiores do que os que o senhor já tem, e é com emoção e lástima que o digo, ponho meu cargo de assistente-substituto à sua disposição (...)"¹⁴.

O entrelaçamento entre a pesquisa – notável, por exemplo, na escolha dos países a que poderia viajar, mantendo as formalidades – e as condições que viabilizam o exílio também se evidencia na rede de solidariedade mobilizada para tanto. Para ir à Argentina, ele contou com auxílio de Leôncio Martins Rodrigues e de Maurício Segall.

Na Argentina, imaginava escrever sua tese sob o abrigo de José Nun, que o recebeu. A visita de Nuno Fidelino de Figueiredo leva a boa notícia de um possível posto na CEPAL. Ora, Leôncio Martins Rodrigues e Maurício Segall trabalhavam sob sua coordenação no CESIT. Com José Nun, contraiu amizade em sua primeira viagem profissional a Paris, realizada com o objetivo de se aproximar da sociologia do trabalho, estreitando relações com Alain Touraine – que, anos antes tinha ido a São Paulo¹⁵, e que também se encontrava numa fase ascensional de sua carreira¹⁶. Nuno Fidelino de Figueiredo, economista e diretor da Cepal, participou da viabilização da construção do CESIT, tinha

¹⁴ CARDOSO, F. H. – Correspondência para Florestan Fernandes. Santiago, 23/09/1964. UFSCAR-BCO.

¹⁵ LOPES, J. S. L. – “Touraine e Bourdieu nas Ciências Sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas”. *Sociologia & Antropologia*, vol. 3, n.º 5 (junho 2013), p. 62.

¹⁶ Alain Touraine fundou a revista *Sociologie du travail*, em 1959; tornou-se diretor na École des Hautes Études em 1960; defendeu sua tese em 1965; e foi incorporado ao corpo docente da recém-fundada Universidade de Nanterre em

experiência no circuito internacional e também fugia por motivos políticos, muito embora não fosse de esquerda¹⁷.

Fernando Henrique Cardoso é recebido no Chile pelo sociólogo José Medina Echavarría, que anos antes havia viajado a São Paulo em busca de alunos para cursos recém-inaugurados da FLACSO. A ele é reservada a cadeira de Sociologia do Desenvolvimento no ILPES, e de Introdução às Ciências Sociais na FLACSO.

Vale assinalar que a abertura da instituição aos sociólogos – na qual a Economia é disciplina dominante – é indissociável do momento de revisão de alguns de seus axiomas. Segundo Celso Furtado – animador de um seminário criado com o objetivo de reler criticamente os textos clássicos da Cepal, do qual Fernando Henrique Cardoso participa – esperava-se que os sociólogos fossem capazes de responder quais eram os obstáculos que os agentes econômicos poderiam antepor às proposições práticas dos modelos cepalinos. Neste sentido, investigar o papel dos empresários no desenvolvimento – tema de Fernando Henrique Cardoso – ia ao encontro da agenda. Os espaços de sociabilidade em Santiago do Chile tinham a atmosfera da capital dos intelectuais de esquerda latino-americanos cosmopolitas. Fernando Henrique Cardoso estreitou laços com antigos “compagnons de route”, fez novos amigos brasileiros, alguns refugiados de primeira hora como ele, e estrangeiros. Morou com Francisco Weffort – que ele recomendou à Cepal em 1963, quando tinha recusado a primeira oportunidade de trabalho na instituição – e Celso Furtado. Frequentou os jantares promovidos por Thiago de Mello, adido cultural da embaixada

1966. (ROUSSELIER, N. – “Alain Touraine”. In JULLIARD, J. et. al. – *Dictionnaire des intellectuels français*. Paris: Seuil, 1996).

¹⁷ O novo das biografias foi reconstituído consultando as correspondências e entrevistas publicadas em: MONTERO, P.; MOURA, F. (Org.) – *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009; MARTINS RODRIGUES, L. – *Depoimento*, 2008. Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010.

brasileira, conheceu Salvador Allende, então jovem senador, entre outros representantes da elite política latino-americana e brasileira.

O sociólogo permanece em Santiago do Chile até 1967, quando se encerra seu contrato com o ILPES. Alain Touraine, recém-ingresso na Universidade de Nanterre, convida-o para lecionar¹⁸. Concomitantemente, ele publica, com Enzo Faletto *Dependência e desenvolvimento na América Latina*¹⁹. Do ângulo da CEPAL, o livro se liga ao mencionado momento de autocritica de seus paradigmas. Grosso modo, tratava-se de chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento poderia dispensar os processos de integração do mercado interno e autonomia nacional face à divisão internacional do trabalho. O livro projeta-o internacionalmente, e o elo que foi socialmente estabelecido entre este livro e a tese por anteriormente defendida – *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico* – é um dos fundamentos da projeção nacional que o circuito internacional lhe confere. Em *Empresário Industrial* ele mostrava que era ilusória a expectativa por uma burguesia nacionalista. Empiricamente, ela simplesmente não existia. Ora, duas obras encerram um feito de alto valor no mercado das trocas simbólicas: o de colocar em dúvida, em circuitos politicamente progressistas, convicções da esquerda – a saber: a de que a burguesia nacional seria demiurga do desenvolvimento; a de que o desenvolvimento eliminaria a dependência²⁰.

Em São Paulo, Florestan Fernandes esperava a mudança de reitor, na expectativa de retomar as negociações que trariam Fernando Henrique Cardoso de volta a seu posto.

¹⁸ FURTADO, C. – *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 27-36; LEONI, B. – *Fernando Henrique Cardoso: le Brésil du possible*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 80-83.

¹⁹ CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. – *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

²⁰ RODRIGUES, L. S. – “Desenvolvimento e dependência de uma polêmica”. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em linha: <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0067.pdf>

Contudo, concomitantemente à sua partida de Santiago para Paris, o falecimento de Lourival Gomes Machado, catedrático de Política na FFCL-USP abre nova perspectiva de retorno a São Paulo: será preciso realizar um concurso para preencher a vaga.

Fernando Henrique Cardoso, bem informado por Florestan Fernandes e por seus amigos próximos, ciente de sua vantagem avassaladora em relação à candidata que seria a sucessora do falecido, aproveita-a. “Age em consequência”, tão logo a carta do catedrático o alcança no Chile, isto é: traça um plano de tese e de calendário para ganhar o concurso, expõe-no a Florestan, consulta-o a respeito.

Excerto 2. “Meus planos são os seguintes: a) fico no Instituto até novembro deste ano, b) aceito, a partir de novembro até junho uma cátedra na Universidade de Paris. Penso escrever a tese aqui em Santiago até novembro. Não decidi ainda como fazê-la. Tenho a seguinte alternativa: aproveitar as investigações sobre os empresários na parte política dos questionários e junto com uma elaboração *ad hoc* das hipóteses sobre desenvolvimento e dependência que estou reelaborando a partir do trabalho sobre a América Latina que o senhor conhece “costuro” uma tese. Ou então, escrevo um ensaio no estilo dos dois primeiros capítulos do livro sobre os empresários, fazendo uma revisão crítica das teorias políticas sobre desenvolvimento. Há uma enorme bibliografia moderna, pouco divulgada no Brasil, que se presta a um lindo ensaio. E, como sempre (... é possível uma terceira hipótese...) combinar os três trabalhos.”²¹

Cumprindo seu plano e mantendo-se informado por seus colegas, por sua esposa e por Florestan Fernandes, o sociólogo volta ao

²¹ CARDOSO, F. H. – Correspondência para Florestan Fernandes. Santiago, 26/04/1967. UFSCAR-BCO.

Brasil para ganhar o concurso. Entretanto, a aposentadoria não tarda. Tampouco ele se reconcilia com o estado policialesco que lhe parecerá ter interrompido a ascensão da carreira²² – muito embora isso não corresponda aos fatos. Ao trânsito que sua origem social lhe facultava entre elites locais soma-se sua credibilidade junto a organismos internacionais e o prestígio de percurso no estrangeiro. Esses trunfos são decisivos no convencimento da Fundação Ford a financiar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – que dará abrigo a numerosos aposentados pelo regime²³.

Excerto 3. “Na prática, fui afastado da USP desde março de 1964 quando, depois de haver combinado com o reitor em exercício, Prof. Ferri, que sairia do Brasil para, evitando as perseguições policiais que sofria, terminar a tese, tive meu pedido e afastamento engavetado. Voltei ao Brasil, abrindo mão da posição de professor na Universidade de Paris em 1968 para concorrer à cátedra de Política, cujo concurso ganhei. Nomeado em outubro de 1968, soube, em abril de 1969, pela Hora do Brasil, que havia sido aposentado compulsoriamente. Sem processo, sem acusação, sem defesa.”²⁴

Sucesso negociado

Convicções, integridade e desprendimento quanto aos interesses de carreira são motivos frequentemente mobilizados para justificar para

²² Evidente no título de uma matéria, em jornal de grande circulação, que celebrava o título de “professor emérito” a ele conferido quase trinta anos depois do exílio, em 1992: “A revanche do professor”. *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 1992.

²³ KEINERT, F. C. – *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2011. Tese de Doutorado. p. 61-70.

²⁴ CARDOSO, F. H. – Correspondência para Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), por ocasião da proposta de retorno de alguns professores aposentados compulsoriamente em 1969. São Paulo, 21/12/1979. Arquivos administrativos da FFLCH-USP. Processo 78.1.533.8.3, fls. 27-28.

Florestan Fernandes a decisão de não retornar nem se submeter aos IPMs (Excerto 1)²⁵. Como já ocorrera anteriormente, em sua primeira viagem profissional à Europa, ao noticiar o sucesso que fazia no exterior, a reação de Florestan Fernandes é de orgulho quase paternal²⁶, encorajava o sociólogo no exílio: “Você encontrou solidariedade e compreensão em Buenos Aires e já conta com uma situação definida na CEPAL. Ótimo. Não desanime e vamos ver o que nos sucederá!”²⁷. A leitura dos dois polos da correspondência sugere, contudo, que Fernando Henrique Cardoso tentava negociar a interpretação de Florestan Fernandes a respeito da escala de seu sucesso internacional. Nada mais plausível, posto que ele dependia do empenho de Florestan Fernandes para garantir seu cargo no Brasil. Era preciso convencer seus pares do “brilho de sua carreira do exterior” – o que o valorizava no polo originário, favorecendo o retorno. Mas era preciso dosar a escala desse brilho, senão, como explicar a necessidade de voltar? Outrossim, objetivamente, o percurso no exterior era incerto, dependente de vínculos cujo estreitamento recente e ainda em curso, atrelava-se à sorte em instituições jovens cujos meandros ele não dominava com a desenvoltura que conduzia a trama da “ala modernizante” na USP. Logo adquiria tal traquejo, multiplicando habilidades que já tinha.

Excerto 4. “Não quero entristecê-lo, mas o fato é que eu mesmo ainda não consegui (...) superar completamente os incidentes

²⁵ Em geral, eles são acompanhados de observações que contrastam o mundo universitário brasileiro e o estrangeiro, de modo a enfatizar sempre a experiência ambígua de seu reconhecimento internacional e de sua humilhação no Brasil. Não se dispõe, contudo de espaço para desenvolver a hipótese a respeito desse ponto.

²⁶ Em 1963, este lhe escrevia: “Fiquei muito contente com os êxitos que você está alcançando em Paris. Espero que suas exposições tenham merecido uma avaliação condigna e que o sucesso não suba à cabeça”. FERNANDES, F. – Correspondência para Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, 01/02/1963. Arquivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso (doravante, iFHC).

²⁷ FERNANDES, F. – Correspondência para Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, 27/04/1964. Arquivo iFHC.

todos que me envolvem (...). Não é nada fácil (...) mudar de planos, de hábitos, de interesses e até de amigos de um dia para o outro. Apesar das aparências eu sou muito apegado às pessoas que me cercam e desenvolvi vínculos mais fortes do que a prudência indicava (...). Dificilmente poderão avaliar os novos amigos que hoje pensam que talvez tenha exagerado ²⁸ o quanto foram duros para mim os quinze dias que passei em São Paulo, escondido de casa em casa (...) (Ferri e Gama) (...) Forçaram-me, desde logo a ficar numa situação de outsider e a depender de favores que, a rigor, não deveria a ninguém. (...) não foi por precipitação que saí do Brasil. Antes de tomar essa resolução (...) consultei muita gente e de todos ouvi que minha situação pessoal parecia perdida: o exército (por informações diretas) queria prender-me (...). As notícias do mês de maio (...) não permitiam mais ilusão: nem a licença me concediam. Senti-me subjetivamente com razão traído pela USP. (...). E é neste barco que estou agora, sem ser marinheiro de primeira viagem mas também sem o encanto que as novas aventuras devem ter.”²⁹

Excerto 5. “Recebi a sua carta, que muito me comoveu. Tenho a impressão de que houve um malentendido. Não subestimei o lado dramático de sua situação (...). (quando as coisas voltarem ao normal) caberá a você decidir como e quando voltará. Por enquanto, não tomamos – nem tomaremos – medidas que indiquem o propósito de substituí-lo mesmo provisoriamente. Qualquer que seja o brilho de sua “experiência internacional”, e não tenho dúvidas de que será o maior possível, não dependo dela para formar um juízo sobre você e o valor de sua colaboração

²⁸ O sociólogo refere-se à decisão de se autoexilar, julgada precipitada por alguns.

²⁹ CARDOSO, F. H. – Correspondência para Florestan Fernandes. New York, 29/06/1964. UFSCAR-BCO.

em nosso grupo de trabalho. Eis aí o essencial. (...) precisamos de você mais do que nunca. Entre os jovens está batendo um desânimo perigoso. Ir para o estrangeiro, que sempre foi um dos braços do nosso provincianismo intelectual, está se convertendo em ideal de vida. Seria bom que você escrevesse, se estiver de acordo (...) para ajudar a estabelecer um senso de medida. (...) Aconselhe-os, se puder e achar razoável, pois tenho quase certeza de que alguns sofreram os impactos da sua decisão e de sua ida para o Chile como um golpe inesperado e em certo sentido incontrolável.”³⁰

O impacto da saída de cena de Fernando Henrique Cardoso foi equivalente ao papel que representava para os sociólogos reunidos em torno da Sociologia I e do CESIT. Sendo reconhecido como modalidade de excelência intelectual por seus pares, estes inclinavam-se a seguir seu exemplo. E, com efeito, a correspondência que estabelece com os jovens (ligados ao CESIT) de que fala Florestan Fernandes ilustra-o: eles sondam a possibilidade de ir para o Chile, procuram-no em busca de oportunidades de trabalho, apresentam avanços em pesquisas em curso. A estruturação hierárquica das posições aos poucos se repõe – com valor engrandecido pelo percurso internacional do sociólogo. Se, em São Paulo, ao transitar entre reitoria e governo do estado, Fernando Henrique Cardoso carregava vantagens e oportunidades para os que estavam ao redor da Sociologia I, uma vez no exterior, as demandas a ele dirigidas repunham tais expectativas.

Eram compatíveis com a posição ocupada por ele? Deixando a questão em suspenso³¹, quando se consulta outro segmento da

³⁰ FERNANDES, F. – Correspondência para Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, 11/07/1964. Arquivo do IFHC. Sublinhado meu.

³¹ Em 8 de junho 1964, Alain Touraine dirigia-se a Fernand Braudel, intervindo a favor de Fernando Henrique Cardoso, pedindo que ele fosse abrigado na École des Hautes Études – ao que tudo indica, o posto em São Paulo era abandonado

correspondência trocada no período do autoexílio, surpreende-se outra faceta da negociação da identidade e do sucesso do sociólogo. Acompanhando a missiva dos jovens sociólogos da “geração 68”³², nada incrustados no nicho de origem do sociólogo, sua posição dominante se repõe, de modo matizado. O impacto sofrido na experiência internacional é aquilatável no juízo que ele emite sobre as novas gerações, orientando a avaliação de sua própria formação acadêmica, carente de técnicas de pesquisa quantitativas, associadas ao universo da ciência social norte-americana, e repleta de reflexão teórica e conceitual, sobretudo no que concerne a autores marxistas (Excerto 9)³³.

Quais foram os recursos mobilizados pelo sociólogo para se inserir profissional, social e intelectualmente em instituições internacionais – ILPES, CEPAL, FLACSO, sobretudo? Ele não poderia se valer das práticas ou estratégias dos novatos – como matricular-se em cursos e seminários – incompatíveis com sua idade acadêmica. Sua aproximação profissional se estabeleceu precipuamente por meio dos temas de pesquisa (sociologia do desenvolvimento, elites empresariais), a sua formação entrava em relativa dissonância não apenas com as técnicas de pesquisa correntes, mas com a disciplina dominante: a Economia

concomitantemente as tentativas de inserção no exterior. Correspondência de Alain Touraine para Fernand Braudel. Paris, 08/06/1964. Agradeço a Maurice Aymard pelo acesso concedido ao arquivo de Fernand Braudel.

³² Adoto a terminologia de Fabio Keinert para designar a geração que realizou seus doutoramentos em grandes escolas norte-americanas e inglesas e importaram no âmbito da Economia e da Ciência Política técnicas de pesquisa e estilo de trabalho diverso aos da tradição francesa, anteriormente dominante e foram beneficiados pela política de financiamento filantrópico das Ciências Sociais, da Fundação Ford e Rockefeller (KEINERT, F. – *Op. Cit.*).

³³ “Essa geração do Simon Schwartzman e também do Vilmar Faria que foi em seguida para a Flasco teve uma formação técnica que permitia uma profissionalização, de usar esse conhecimento fora da academia. Já eu tive que aprender com eles”. (Entrevista do sociólogo concedida a Fabio Keinert, citada em KEINERT, F. – *Op. Cit.*). Sobre a formação de Fernando Henrique Cardoso e sua introdução ao marxismo, ligada ao grupo de estudos d’O Capital, que montou com seus amigos, entre 1958-1964: RODRIGUES – *Op. Cit.*, cap. 2.

– a despeito da abertura dos cepalinos aos sociólogos³⁴. Ora, o exame da correspondência trocada com seus patronos no exterior sugere que sua identidade de intelectual marxista e de esquerda foi mobilizada como fonte de credibilidade profissional (Excerto 8). Ainda é impossível demonstrar, mas ousar uma hipótese não desabona a pesquisa: o acesso a determinados círculos lhe foi facultado tanto pela competência profissional quanto por sua condição de perseguido político. Em contrapartida, no plano da produção intelectual, a leitura dos textos que redigiu no Chile encontra abundantes “elaborações ad hoc”, repetitivas a respeito da “relevância do fator social”. Lendo-as à luz da mencionada hierarquia disciplinar, elas traem uma dimensão clandestina e inelutável da vida intelectual. Empenhar-se por fazer valer “o ponto de vista sociológico”, chamar a atenção dos economistas para o “social” exprime sua posição em falso face à Economia, dominante na instituição, esforçando-se por fazer valer suas competências disciplinares (Excerto 6, 7).

Excerto 6. “Como o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação

³⁴ BIELSCHOWSKY, R. – *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000, 2 vols. ; GARCIA, A. – “Circulation internationale et formation d’une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-2000)”. *Social Science Information* [Em linha], vol. 44, no. 521 (2005). Disponível em: <http://ssi.sagepub.com/content/44/2-3/521>.

econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política.”³⁵

Excerto 7. “... o Celso Furtado está trabalhando no Instituto e numa direção bem mais próxima à minha do que parecia em seus livros anteriores (...). Temos conversado muito, e, juntos, tentamos convencer os economistas que o desenvolvimento não é só ‘distribuição de recursos’, como no fundo eles pensam. Planejamos rever, criticamente, do ângulo sociológico, toda a experiência da Cepal em matéria de planificação. É uma tarefa tentadora, que poderá ser proveitosa para minha ex-tese, próximo livro. Tento, assim, não perder-me em mágoas sobre o que poderia ter sido e não fui.”³⁶

Excerto 8. “Meu caro F.H.: Hace dias que venia juntando tiempo para escribirte y ahora tengo de pronto un motivo de urgência, pues quisiera tener tu opinion em lo que concierne a una invitation (...) el convite es tentador. Pero mi primera reaccion es rechazarlo dado el lugar en que se llevará a cabo da Conferencia. Pienso que no debo participar en una reunión que se efectua em un país donde intelectuales como tú mismo son perseguidos por sus ideas. Glaucio Soares me argumenta que el gobierno brasileño no interviene, desde que el Centro corresponde a Unesco. Pero a mi me parece que es un tipo de razonamiento muy ‘leguleyo’. Em resumen, Fernando Henrique: que me importa muchísimo tener tu consejo a la mayor brevedad, pues de el depende mi contestation AL Council. Si, como preveo, tu opinion es negativa, por favor, indicame tambien algunos

³⁵ CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. - *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d., p. 23 (sublinhados meus).

³⁶ CARDOSO, F. H. - Correspondência para Florestan Fernandes. New York, 29/06/1964 (sublinhados meus; “ex-tese” refere-se ao trabalho com o qual concorreria à Sociologia II).

nombres de intelectuales perseguidos por el regimen, pues me gustaria mencionarlos en mi respuesta.”³⁷

Excerto 9. “(...) deixe-me dizer como reajo ao que você me diz (...). você atribui à juventude um papel principal nisto, indicando os problemas de tempo livre, posições e falta de entusiasmo do grupo ‘velho’, no qual, ao que parece, você se inclui. Acho que se definimos isto como uma tarefa de juventude, o fracasso é praticamente inevitável. Simplesmente porque, aonde você diz ‘juventude’, eu leio ‘amadorismo’ (...). Por bem ou por mal, eu sou – somos – profissionais em ciências sociais, e somente nesta base seria concebível uma participação séria na criação de uma revista, por exemplo (...) Por culpa talvez de um mau marxismo, esta distinção raramente tem sido feita entre nós, e a consequência tem sido de que o trabalho de tipo científico tem sido sobrecarregado de intenções ideológicas e programáticas, ao mesmo tempo em que se tem pretendido exigir e impor à vida política demasiada sofisticação intelectual.”³⁸

Teoria e método na prática

Uma caudalosa bibliografia se empenhou em identificar nexos de coerência e incongruência entre as ideias defendidas por Fernando Henrique Cardoso a respeito de “dependência e desenvolvimento” e a política econômica de seus dois mandatos como presidente da República (1994-2001). Posto que a burguesia nacional não corresponda

³⁷ NUN, J. – Correspondência para Fernando Henrique Cardoso. Berkeley, 03/12/1964. Arquivo iFHC. (Sublinhados do autor, itálico meu). Ainda não foi possível identificar a qual conferência ele se refere.

³⁸ SCHWARTZMAN, S. – Correspondência para Fernando Henrique Cardoso. Copenhagen, 05/10/65 (sublinhados meus).

ao papel demiúrgico a ela atribuído e que o desenvolvimento ocorra a despeito da dependência, teria o seu governo abdicado à disputa face às nações hegemônicas?

Igualmente recorrente foi discussão a respeito de sua “virada para a política” – tanto no sentido de valorizar a ação política dos atores sociais em detrimento das determinações incontornáveis das estruturas, para empregar o jargão sociológico; quanto à rotação do acadêmico em político profissional de partido. Em outra direção analítica, Afrânio Garcia Jr., tratando das relações entre ciência social e política no percurso de Fernando Henrique Cardoso, apresenta uma proposta alternativa. Para ele, posto que seja imperativo caracterizar as “redes sociais que deram significado e substância” à atividade do sociólogo, é pouco relevante os modelos analíticos que adotou. Afinal foram aquelas e não estes que viabilizaram seu acesso e sua ascensão na esfera política³⁹. Tratam-se de paradigmas diversos no tratamento dos intelectuais. Como afirmaram Frédérique Matonti e Gisèle Sapiro: de um lado, apresenta-se o que encontra nas ideias defendidas pelos autores a explicação delas próprias. De outro, o que busca a explicação das tomadas de posição por meio das posições ocupadas no espaço social⁴⁰. Esta tem por inspiração a sociologia de Pierre Bourdieu e se empenha na pesquisa dos nexos entre disposições cognitivas e estruturas objetivas⁴¹.

A presente pesquisa é beneficiada pela disponibilidade atual dos arquivos pessoais que a fundamentam: a documentação das motivações encontradas na correspondência do próprio sociólogo (Excerto 2, 7) torna destituída de interesse a discussão a respeito da pertinência

³⁹ GARCIA Jr., A. – “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo social*, vol. 16, n.º 1 (2004), p. 297.

⁴⁰ MATONTI, F. ; SAPIRO, G. – “L’engagement des intellectuels : nouvelles perspectives”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 176-177, 2009/1, p. 5.

⁴¹ BOURDIEU, P. – *La noblesse d’État : grandes écoles et esprit de corps*. Paris : Minuit, 1989, p. 46-47.

das obras aos domínios da Sociologia ou da Ciência Política, tanto quanto a busca de uma linha de coerência ou ruptura de teses e ideologia, como se o país estivesse já sob sua direção nos anos 1970⁴². Entrementes, se o esboço apresentado tiver algum interesse ele se deve tanto às fontes quanto ao tipo de tratamento a que elas foram submetidas – inspirado no segundo paradigma teórico supracitado. Para tanto, realiza os procedimentos incontornáveis que a opção por esta abordagem implica. Explicitá-los é o objetivo do que segue.

Como ficou evidente na exposição, a leitura das cartas tem se orientado pelas posições e relações hierárquicas no espaço: pares-superiores (Florestan Fernandes, sobretudo); pares-inferiores (equipe sob sua tutela no Cesit); parcerias em curso no exterior (José Nun, Alain Touraine); geração 68 (mais jovens, não paulistanos, Simon Schwartzman). A organização da correspondência/correspondentes nesses segmentos é conduzida pela noção de campo científico, que exige a localização relacional dos portadores das ideias⁴³. Seria uma platitude afirmar a dimensão impessoal das biografias individuais, mas vale insistir: a adoção do conceito de campo propicia levar a cabo esta perspectiva. De modo que, por excepcional que pareça o percurso do sociólogo a inteligibilidade dele se encontra no conjunto de relações que o produziu.

Os exílios acadêmicos parecem confirmar a assertiva segundo a qual é ilusório supor que a vida intelectual seja naturalmente internacional. Também no domínio científico se encontram

⁴² Trata-se dos arquivos pessoais de Florestan Fernandes, localizado na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (Coleções Especiais) e de Fernando Henrique Cardoso, localizado no instituto que tem seu próprio nome.

⁴³ BOURDIEU, P. – “A gênese dos conceitos de habitus e campo”. In BOURDIEU, P. – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. Uma observação importante: nada mais distante do espírito compreensivo que anima esta pesquisa do que o tratamento da ação num registro “utilitarista” ou “maquiavélico”. Para dissipar qualquer mal-entendido, remeto o leitor a : BOURDIEU, P. - “Un acte desinteressé est-il possible ?” in BOURDIEU, P. – *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris : Éditions du Seuil, 1994.

nacionalismos e imperialismos – assimetrias que reproduzem, segundo o modo próprio e relativamente autônomo da esfera científica, as diferenças de força entre os países. Os cientistas e os intelectuais as sofrem, sendo simultaneamente portadores das mesmas⁴⁴. Nesta direção, importa investigar as condições de possibilidade da circulação das ideias e de seus portadores⁴⁵. Para Johan Heilbron, uma história transnacional das ciências poderia ser concebida a partir de três mecanismos estruturantes das trocas: o funcionamento das instituições científicas internacionais e as redes transnacionais; a mobilidade dos universitários (estadas de pesquisa, trocas organizadas pelas universidades, migrações voluntárias ou forçadas); as políticas de trocas conduzidas pelas instituições não universitárias, estatais ou privadas, como as fundações filantrópicas⁴⁶. Seguindo esta orientação, esta pesquisa caracteriza as condicionantes da partida, as condições da circulação e os trunfos de retorno de Fernando Henrique Cardoso. Daí atentar tanto para o quadro da política mais ampla quanto para a particularidade de sua posição no espaço de origem. Seu deslocamento para o espaço profissional e científico internacional, tributário que seja do acúmulo de capitais comportado por tal posição, não implica reprodução *tout court* da posição dominante. Compreender as condições de sua inserção pressupõe atentar aos princípios que estruturam as trocas por meio dos polos de partida e chegada, em âmbito nacional, institucional, disciplinar. A saber: Brasil-Chile; Chile-França; FFCL-USP/CEPALILPES-FLACSO; Sociologia/Economia. A localização no

⁴⁴ BOURDIEU, P. - “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées “. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 145 n° 145 (2002), p. 4.

⁴⁵ A respeito do uso possível do conceito de campo em escala global: SAPIRO, G. - “Le champ est -il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l’histoire globale “. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 200 (2013), p. 70-85.

⁴⁶ HEILBRON, J. et al. - “Internationalisation des sciences sociales : les leçons d’une histoire transnationale “. In SAPIRO, G. - *L’espace intellectuel en Europe*. Paris : La Découvert, 2009.

espaço assimétrico – sobretudo das instituições e das disciplinas – surpreende as estratégias já assinaladas do sociólogo em meio aos economistas. Outrossim, permite supor que sua inserção no espaço internacional foi favorecida pelo estado do campo das instituições de pesquisa e universitário. Se a CEPAL estava em plena fase de autocrítica, o que favorecia a entrada em cena dos sociólogos, a FLACSO e a Universidade de Nanterre – nas quais lecionou – eram instituições recém-criadas, e mais abertas, portanto, aos jovens em fase ascensional da carreira⁴⁷. Tudo parece indicar tratar-se do encaixe recorrente entre instituições em fase de estruturação e quadros sem alocação estável – ambos em disponibilidade recíproca. Por fim é possível aventar a hipótese a respeito das condições de seu retorno – sôfrego, pela incerteza a que aludimos, mas indiscutivelmente triunfante – ao Brasil. Os trunfos que carregava de sua posição na Sociologia em São Paulo concorreram para a inserção inicial no exterior. Naqueles anos, ele adquiriu novos recursos intelectuais; ampliou a rede de relações; conheceu por dentro os mecanismos das agências internacionais de financiamento, assim como da prestação de serviços especializados para agências governamentais (CEPAL-ONU). À distância, capitalizou, por meio da recepção, entre os pares que ficaram, mas seguiam-no à distância, a posição de “crítico da esquerda e de esquerda” – construída, sobretudo com *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1963) e galvanizada em mais ampla escala em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969-70), assim como gerenciou a percepção de seu percurso por meio de suas correspondências.

Apostar na dimensão impessoal da trajetória individual possibilita contornar algumas dificuldades que o estudo do exílio envolve, tais como a dispersão das fontes: o arquivo pessoal documenta a vida coletiva entrelaçada numa biografia. A diversificação das relações

⁴⁷ BOURDIEU, P. – *Homo academicus*. Paris : Les éditions de minuit, 1984.

sociais que o curto período do exílio propiciou a Fernando Henrique Cardoso, não apenas com estrangeiros, mas com brasileiros em circuito internacional, foi decisiva para os processos que têm sido investigados por Letícia Bicalho Canêdo e Afranio Garcia Jr.: a recomposição das elites dirigentes no Brasil. Eles têm mostrado, por meio de análises quantitativas e qualitativas, a mudança na estrutura de oportunidades de acesso a posições dominantes na política brasileira, transformação indissociável do declínio dos antigos diplomados, sobretudo em Direito, substituídos por quadros com bagagem acadêmica em grandes escolas do circuito internacional⁴⁸.

Esse processo, de longa duração, é intensificado nos anos setenta, e seus desdobramentos, do ponto de vista do recrutamento social da burocracia de estado, podem ser localizadas nos anos oitenta e noventa – justamente os que correspondem ao fim da ditadura civil-militar, à transição democrática e à entrada de Fernando Henrique Cardoso na esfera política⁴⁹. Ora, se o segmento das relações sociais que remonta seus anos acadêmicos se desloca, nesse período, como ele, para a política, é situando-se em polo oposto àquele no qual ele se incrusta. Enquanto seus antigos colegas aproximavam-se do recém-fundado Partido dos Trabalhadores (1980), ele se inseria no Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Gradativamente à

⁴⁸ GARCIA, A. – “Elite’s recomposition and state-building in contemporary Brazil (1920-1964)”. *Historical Social Research*, vol. 33, no. 2 (2008) ; CANÊDO, L. B. – “Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes : le cas de la science politique”. *Cahiers de la Recherche sur l’Éducation et les Savoirs*, vol. 2 (2009) ; CANÊDO, L. B. – “Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”. *Pro-Posições*, vol. 13, n.º 3 (2002), p. 169-198.

⁴⁹ Ele é eleito suplente do senador André Franco Montoro em 1978, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em diversas frentes profissionais – política, televisão, artes cinematográficas – o período assinala a absorção de quadros altamente competentes formados em fase anterior nas oportunidades de trabalho oriundas da modernização intensiva e autoritária levada a cabo pelo regime militar. Para esta discussão, que comporta controvérsias diversas: RODRIGUES, L. S. – “Revolução e mercado”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 48 n.º 24 (2011), p. 437-440.

sua ascensão política, uma fração da malha de relações do universo acadêmico será carreada para seu polo político – e a caracterização dela, mesmo incompleta, assinala que um perfil indissociável das relações estabelecidas no exílio e cultivadas posteriormente.

Sobretudo, os jovens da geração 68, artífices da Ciência Política e da Economia, dotados de doutorados no exterior, notadamente nos EUA, dele se aproximaram em função da condição do exílio, e mantiveram intensas trocas no período seguinte, encontrando então no CEBRAP, um polo de convergência. Esta geração é parte daquela rede à qual se refere Afrânio Garcia Jr. Com efeito, conferiram significado social e político ao trajeto científico de Fernando Henrique Cardoso, compondo, posteriormente, os quadros burocráticos de seu governo⁵⁰. O exílio voluntário do sociólogo tornou-o um dos nós de uma malha em escala internacional que se prolongou no tempo. Os dois campos opostos e irredutíveis – ciência e política – foram entrelaçados, em graus diversos, pelo intercâmbio dos agentes, situados de modo cambiante ora num, ora noutro, ou ainda, fazendo render politicamente os capitais adquiridos no campo da ciência. Jogo de trocas favorecido pela dificuldade de autonomização do campo científico no Brasil – e que não escapa aos próprios agentes em tela (Excerto 9)⁵¹. As múltiplas relações acima esboçadas assinalam que esta malha promoveu tanto rendimentos profissionais à rede de afinidades políticas, quanto suscitou rendimentos políticos à rede de colaboração profissional. Não seria demasiado denominá-la “uma internacional intelectual”.

⁵⁰ Em respeito à economia do artigo, suprime-se a exposição das trajetórias exemplares que correspondem a esta afirmação. Menciona-se, contudo o caso de Francisco Weffort, amigo de longa data e de exílio no Chile. Membro daquele filão de relações estabelecidas na fase acadêmica do percurso, e no polo político oposto ao de Fernando Henrique Cardoso no início dos anos 1980, torna-se ministro da Cultura quando ele se torna presidente.

⁵¹ GARCIA Jr., A. – “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo social*, vol. 16, n.º 1 (2004), p. 285-300; MICELI, S. – *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Bibliografia

- CARDOSO, F. H. – *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. – *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.
- MONTERO, P.; MOURA, F. (Org.) – *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LEONI, B. – *Fernando Henrique Cardoso: le Brésil du possible*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- ADUSP – *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, (1978) 2004.
- ARRUDA, M. A. N. – “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In MICELI, Sérgio (Org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995, Vol. II.
- BIELSCHO WSKY, R. – *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000, 2 vols.
- BOURDIEU, P. – *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. – *Homo academicus*. Paris: Les éditions de minuit, 1984.
- _____. – “A gênese dos conceitos de habitus e de campo”. In BOURDIEU, P. – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. – “Un acte désintéressé est-il possible?”. In *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- _____. – “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 145, n° 145 (2002).
- CANÊDO, L. B. – “Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique”. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, vol. 2 (2009).
- _____. – “Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”. *Pro-Posições*, vol. 13, n.º 3 (2002).
- CHIRIO, M. – “Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exiles brésiliens en France (1968-1979)”. *Cahiers des Amériques Latines*, n° 48-49 (2005).
- CUNHA, L. A. – *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- FURTADO, C. – *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GARCIA, A. – “Circulation internationale et formation d'une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-200)”. *Social Science Information* [Em linha], vol. 44, no. 521 (2005). Disponível em: <http://ssi.sagepub.com/content/44/2-3/521>
- _____. – “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo social*, vol. 16, n.º 1 (2004), p. 297.
- _____. – “Elite's recomposition and state-building in contemporary Brazil (1920-1964)”. *Historical Social Research*, vol. 33, no. 2 (2008).

- GARCIA, S. G. – *Destino Ímpar*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HEILBRON, J. et al. – “Internationalisation des sciences sociales: les leçons d’une histoire transnationale”. In SAPIRO, G. - *L’espace intellectuel en Europe*. Paris: La Découverte, 2009.
- LOPES, J. S. L. – “Touraine e Bourdieu nas Ciências Sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas”. *Sociologia & Antropologia*, vol. 3, n.º 5 (junho 2013), p. 43-79.
- MICELI, S. – *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NAPOLITANO, M. – “No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970”. *Estudos Avançados*, vol. 28 n.º 80 (jan.-abr. 2014).
- RIDENTI, M. – *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- RODRIGUES, L. S. – *A produção social do marxismo universitário em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012. Tese de Doutorado.
- _____. – “Revolução e mercado”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 48, n.º 24 (2011).
- _____. – “Desenvolvimento e dependência de uma polêmica”. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em linha: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0067.pdf>
- ROMÃO, W. M. – *A experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SÁ MOTTA, R. P. – *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

**ANOS DOURADOS *VERSUS* ANOS DE CHUMBO:
O EXÍLIO DE JUSCELINO KUBITSCHK EM
PORTUGAL E O NASCIMENTO DA FRENTE
AMPLA DE OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR
BRASILEIRA (1966-1967)**

Sarah Luna de Oliveira

Como é sabido, durante a sua presidência, Juscelino Kubitschek (1956-1961) demonstrou ser um “amigo de Portugal” tendo apertado os laços de aproximação com a velha metrópole que já estavam fortalecidos desde o último governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Neste sentido, destacamos a visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em 1957 da qual resultou uma declaração conjunta assinada entre o presidente português e o presidente Juscelino Kubitschek a 11 de junho daquele ano. A partir de então foi instituída uma Comissão Mista Luso-Brasileira encarregada de fiscalizar a aplicação das disposições do Tratado de Amizade e Consulta (1953) nas duas pontas do Atlântico¹.

¹ Vejam-se alguns fragmentos do texto da declaração conjunta firmada entre os presidentes J.K. e Craveiro Lopes: “As comissões nacionais, brasileira e portuguesa, encarregadas de estudar a aplicação do Tratado de Amizade e Consulta, de acordo com os altos princípios nele enunciados chegaram respectivamente a conclusões concretas que serão estudadas e devidamente coordenadas por uma comissão Mista Brasil-Portugal. [...] O Tratado, marco de partida para novo rumo das relações entre os dois países, já não representa tão somente uma forma jurídica que enquadra a situação especial que, de facto e desde sempre, Brasileiros e Portugueses têm usufruído, respectivamente, em Portugal e no Brasil; nem constitui só documento diplomático que consubstanciava as razões da Comunidade Luso-Brasileira, condensando-as numa fórmula em que cabem os imperativos de sangue e de língua e de todos os

Ainda na conjuntura da presidência de Juscelino Kubitschek destacamos a participação do chefe de Estado brasileiro nas comemorações do quinto centenário da morte do Infante Dom Henrique (1960) na qualidade de coanfitrião do governo português, ao lado do Presidente Américo Tomás e do líder do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar.

Assim contabilizou o *Diário de Lisboa* alguns avanços práticos no desenvolvimento da política bilateral luso-brasileira alcançados com a visita de J.K. a Portugal na ocasião do quinto centenário de morte do Infante:

Os Chefes de Estado do Brasil e de Portugal assistiram à assinatura de acordos e convenções. [...] Assinaram oito documentos, em duplicado. São, portanto 16 assinaturas que faz cada um dos ministros: convenção sobre dupla nacionalidade entre Portugal e Brasil; declaração sobre as relações econômicas; convenção sobre representação diplomática e consular; acordo sobre turismo; acordo sobre vistos em passaportes comuns; acordo sobre medidas várias para dar efetivação prática às obrigações e princípios consignados no tratado sobre a admissão e permanência dos cidadãos de um país no outro, equiparação dos cursos, exercício de profissão e atividades econômicas, disposições militares, territoriais e relativas aos emigrantes portugueses; acordo sobre extradição e convenção sobre assistência judiciária gratuita².

índices espirituais que irmanam as duas nações; o Tratado de Amizade e Consulta vai tendo a sua prospecção prática e criadora, determinando a colaboração mais fecunda e íntima dos Governos na esfera da sua política externa, estreitando sempre mais os laços tradicionais que unem os interesses solidários do vasto mundo da língua portuguesa". *Diário de Lisboa*, ano 37, n.º 12.397 (12 de junho de 1957), p. 1.

² *Diário de Lisboa*. Quarta-feira, 10 de agosto, n.º 13531, 1960, p. 1-2.

A parte destas conquistas da diplomacia luso-brasileira decorrentes da participação de JK nas comemorações henriquinas vale ressaltar que, antes disso o governo brasileiro já se havia posicionado em favor dos interesses portugueses na Índia³ e renovou o seu apoio neste sentido, bem como no que respeitava à África. Não podemos esquecer que, em 1960, o governo português lutava contra aquilo que designava por “campanha anticolonialista” e, logicamente que para as autoridades brasileiras pactuar com o governo português significava colaborar com a luta pela defesa do Império lusitano.

Com o término do governo de Juscelino Kubitschek, a parceria internacional entre a ex-colônia americana e a sua antiga metrópole chegava ao fim. A ascensão de Jânio Quadros ao poder trazia consigo uma nova realidade completamente adversa ao problema do colonialismo português. Doravante, o governo brasileiro começou a reformular sua política internacional priorizando a aproximação com os países africanos de língua portuguesa, e corroborando com os movimentos de autodeterminação dos povos não autônomos⁴.

³ Ainda antes da ascensão de JK à presidência, o Brasil já havia assumido o compromisso de defender os interesses portugueses na Índia. Veja-se: “Convidado pelo Governo português, o Brasil comunicou, por nota, ao Governo da Índia, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido, no dia 8 de agosto de 1955, tal investidura. No dia 22 do mesmo mês, o Governo da Índia comunicava à Embaixada do Brasil em Nova Dehli reconhecer o papel de protetor por parte do Brasil”. Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1955, p. 34. Ainda sobre o tema, ver PERDIGÃO, José de Azeredo – *A Índia portuguesa na comunidade luso-brasileira: conferência proferida no Instituto Vasco da Gama sob os auspícios da Delegação da Índia dos Amigos da Comunidade Luso-Brasileira*. Goa: Imprensa Nacional de Goa, 1960, p. 59.

⁴ “Com a ascensão à presidência do Brasil do governador de São Paulo, Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro com relação ao problema colonial português iria modificar-se inteiramente. Logo após eleito, o presidente Jânio Quadros manifestou publicamente a sua oposição à opressão colonialista, preconizando a rápida emancipação dos povos africanos e asiáticos. O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arino de Melo Franco, ao tomar posse em 1º de fevereiro de 1961, assumindo o seu cargo o vice-presidente João Goulart. A virada à esquerda e a nova política brasileira em relação à África, foram, no entanto, mantidas, sendo seu intérprete o novo chanceler, San Tiago Dantas, que intitulou a nova orientação da

Como se sabe esta Política Externa Independente formulada no breve contexto do governo de Jânio Quadros (que durou apenas sete meses) foi perpetuada por João Goulart quem “continuou nessa linha até sua deposição pelos militares em 1964”⁵.

A postura política de “Jango” que o associava a uma forte aproximação ao bloco soviético teria por fim contribuído para que setores militares de convicções antidemocráticas e anticomunistas se articularassem em torno do golpe de 1964. Quando da eclosão do golpe militar, JK era senador pelo estado de Goiás e candidato a Presidência para o pleito de 1965. Inicialmente, JK não se pronunciou nem em defesa nem contra o novo governo em ascensão, como alegou certa vez que, a “Revolução encontrou-me sem compromissos com o governo deposto, do qual não era candidato e em cujos concílios não tinha assento”⁶. Sua habilidade política o fez buscar ocupar possíveis espaços junto ao novo regime, atitude que o levou a votar no General Castelo Branco nas eleições indiretas que ocorreram em 1964, alegando “em primeiro lugar, as informações sobre a conduta cívica do candidato, sua posição na marcha dos acontecimentos que desembocaram no dia 31 de Março, sua respeitabilidade, por todos proclamada”⁷.

Em contrapartida ao seu apoio favorável a candidatura do General Castelo Branco, Juscelino Kubitschek intencionava proteger sua própria campanha à presidência da República demonstrando “claramente que

política externa do Brasil de *política externa independente*. Em uma obra publicada em 1962, afirmava ser um dos objetivos dessa política, ‘o apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole’. O recado para o governo português era bem claro”. MAGALHÃES, José Calvet – “As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX”. In JUNIOR, Benjamin Abdala (Org.) – *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 109.

⁵ DÁVILA, Jerry – *Hotel trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 52.

⁶ ORICO, Osvaldo – *Confissões do exílio – JK*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, p. 28.

⁷ ORICO, Osvaldo – *Confissões... Op. Cit.*, p. 33-34.

o PSD já possuía candidato lançado ao pleito de 65, e só tinha estas reivindicações a fazer: imparcialidade do governo, eleições livres e posse ao eleito”⁸.

Deste modo, ainda na aurora da “Revolução” militar, Juscelino se sentia esperançoso de que a constitucionalidade e as eleições presidenciais eram aspectos da democracia brasileira que seriam preservados pelo governo do General Castelo Branco. Também chegou a guardar esperanças que por ter apoiado a eleição do General Castelo Branco não teria seu mandato e direitos políticos caçados como aconteceu com os “inimigos” do novo regime em ascensão⁹.

Neste sentido, a *Folha de São Paulo* de 8 de junho de 1964 trazia a seguinte notícia:

Círculos ligados ao senador Juscelino Kubitschek animaram-se ontem com a informação de que o presidente Castelo Branco só cassaria seu mandato se fosse unanime a manifestação do Conselho de Segurança Nacional nesse sentido. Entretanto, não se tem confirmação da posição do Chefe de Governo. Kubitschek permanece no Rio acompanhando “tranquilo e sereno” as marchas dos acontecimentos [...] Comenta-se que a situação do senador goiano melhorou bastante nas últimas horas com o propósito do presidente Castelo Branco de não assinar o decreto de cassação do seu mandato e direitos políticos, caso não haja unanimidade do Conselho de Segurança em torno da medida. Contudo, os próprios amigos de J.K. não sabem informar se esta notícia é verdadeira. O ex-presidente, durante todo o dia de hoje, manteve-se alegre

⁸ ORICO, Osvaldo – Confissões... *Op. Cit.*, p. 34.

⁹ Em 10 de abril foi declarada a primeira lista dos caçados políticos do novo regime. Ver: *Folha de São Paulo*. Sexta-feira, 10 de abril de 1964, ano 44, n.º 12.717, p. 1.

e até comunicativo, bem diferente da maneira com que recebeu ontem os seus amigos – reservado e preocupado¹⁰.

De fato, a veracidade da notícia era duvidosa e o fato de Juscelino ser uma potencial candidatura às eleições de 1965 não deixava de configurar uma ameaça não apenas para a sucessão presidencial do próprio General Castelo Branco, como também para outros partidos, a exemplo da União Democrática Nacional que pretendia lançar a candidatura de Carlos Lacerda ao próximo pleito eleitoral. Diante desta realidade, não foi difícil encontrar unanimidade no Conselho de Segurança Nacional para que a cassação dos direitos políticos de J.K. fosse sancionada.

Muito além de ter tido suas expectativas com relação ao governo militar plenamente frustradas, J.K. veio a ser alvo de constantes perseguições e teve seus direitos políticos caçados por dez anos a 8 de junho de 1964 pelo presidente que ajudou a eleger¹¹. Evitando a prisão, JK exilou-se do Brasil. O primeiro destino de seu exílio foi a Espanha, por sugestão do Embaixador deste país no Rio de Janeiro, Jaime Alba, que coincidentemente era seu vizinho do apartamento da Rua Vieira Souto na capital carioca, última morada do ex-presidente no Brasil. O Embaixador espanhol fora cúmplice das intensas e progressivas perseguições a pessoa de J.K., e consciente dos riscos iminentes à sua liberdade cuidou em contactar o governo de seu país para que este autorizasse a estada de Juscelino em território espanhol¹².

¹⁰ *Folha de São Paulo*. Segunda-feira, 8 de junho de 1964, ano 44, n.º 12.776, p. 1; 3.

¹¹ “No dia 8 de junho, o presidente Castelo Branco, que fora eleito no Congresso Nacional com o apoio de J.K., assina o ato de cassação dos direitos políticos e do mandato de senador do cidadão Juscelino Kubitschek de Oliveira”. GUERRA, Jacinto – *JK - triunfo e exílio: um estadista brasileiro em Portugal*. 2.ª ed. Brasília: Thesaurus, 2005, p. 136. Ainda sobre o mesmo tema, ver: *Folha de São Paulo*. Terça-feira, 9 de junho de 1964, ano 44, n.º 12.777, p. 1; 3; 6.

¹² Sobre a relação de J.K. com o Embaixador espanhol, ver: GUERRA, Jacinto – *Op. Cit.*, p. 136.

No dia 13 de junho de 1964, JK e sua família partiram para Espanha. Suas últimas palavras concedidas a um jornalista antes de subir ao avião da Ibéria foram estas, “Parto como proteção contra a violência de que eu, minha família e o povo fomos vítimas”¹³. Em 14 de junho, Juscelino aterrava em Madri e dava início ao seu exílio que perduraria até 1967. Ao longo destes três anos, viveu em Paris, Nova Iorque e Lisboa.

Dentre todos os lugares que viveu fora do Brasil é possível identificar uma especial admiração que o ex-presidente brasileiro possuía por Portugal, sobretudo por sua capital, Lisboa. No começo do exílio, esta fora a cidade escolhida para o casamento de sua filha Márcia e Baldonero Barbará. De acordo com Jacinto Guerra, um biógrafo do exílio de Juscelino, “Em Portugal, JK tem um círculo mais amplo de amigos e ali poderá casar sua filha na Pátria-Mãe, uma forma aproximada de se sentir mais perto do Brasil e dos brasileiros”¹⁴.

Ademais, não podemos esquecer-nos de que a honrosa participação de JK nas festas do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique em 1960 ainda estava viva na memória dos portugueses¹⁵. Mas, embora Juscelino tivesse boas amizades e relações em Portugal, nunca esqueceu que vivia no exílio. Curiosamente, durante muito tempo, JK sempre manteve-se discreto quando era interrogado pela Imprensa sobre a suposta associação entre seu exílio e a atual realidade política do Brasil. Neste sentido, esclarecia que “a melhor maneira de servir ao Brasil é não discutir no estrangeiro o que se passa lá dentro”¹⁶.

¹³ *Folha de São Paulo*. Domingo, 14 de junho, ano 44, n.º 12.782, p. 1.

¹⁴ GUERRA, Jacinto – *Op. Cit.*, p. 137.

¹⁵ Segundo Carlos Heitor Cony: “A 30 de junho de 1964, a emoção misturada com uma dose de amargura: em Lisboa, sua filha Márcia casa-se com Bê Barbará. Na véspera, a cerimônia civil. A família se hospedara no Tivoli, na Avenida da Liberdade. O calor da gente é grande, ali ele recebera, em histórica visita a Portugal, ainda como presidente, em 1959, uma das maiores manifestações que os portugueses haviam prestado a qualquer estadista do mundo”. CONY, Carlos Heitor – *JK: memorial do exílio (1964-1967)*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982, p. 92.

¹⁶ *Diário de Lisboa*. Domingo, 14 de junho de 1964, ano 44, n.º 14.905, p. 1.

Em realidade, JK acreditava que poderia retornar definitivamente ao Brasil em breve, e a vitória de Francisco Negrão de Lima ao governo da Guanabara e de Israel Pinheiro ao governo de Minas Gerais, tendo ambos sido eleitos com o seu apoio, lhe dava uma injeção de ânimo, neste sentido. Parecia que a luta pela redemocratização do país ganhava força e renovava as esperanças do ex-presidente. Contudo, não foi esta a realidade que encontrou em seu primeiro retorno ao Brasil, em 4 de outubro de 1965, quando pôde comprovar pessoalmente a intensificação do aparato repressivo e o recrudescimento do perfil autoritário do regime militar brasileiro.

Ora, no mesmo dia de sua chegada, JK foi intimado a depor naquele que seria o primeiro de vários inquéritos policiais militares dos quais seria alvo. Na verdade, a acareação imposta ao ex-presidente consistia em um nítido gesto de que o governo militar só aceitaria a sua presença no Brasil naqueles anos sob a constante ameaça de prisão¹⁷. Diante desta atmosfera, o ex-presidente retorna ao exílio um tanto desanimado após os exaustivos interrogatórios e falsas acusações a que fora submetido em sua rápida estada em território brasileiro.

Ainda no mês de outubro de 1965, foi outorgado o Ato Institucional n.º 2 para exterminar as últimas brechas de oposição após o golpe de 1964. A partir deste Ato, iniciou-se um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos, extinguíram-se os partidos políticos e instituiu-se o modelo de eleições indiretas para a presidência da República. Esta medida alijou inúmeros nomes conhecidos da vida pública brasileira, dentre eles o de Carlos Lacerda, famigerado apoiador do Golpe de 1964 e velho opositor de Juscelino, que assim como

¹⁷ “À tarde, o Sr. Juscelino Kubitschek foi prestar depoimento no inquérito policial militar do ISEB, presidido pelo coronel Ferreira Reis. Este, além de não confirmar nenhum pedido de prisão preventiva (o que será estudado após os depoimentos), adiantou que o depoente deverá ser convocado mais quatro vezes. Hoje, o Sr. Kubitschek deporá no IPM do Partido Comunista”. *Folha de São Paulo*. Terça-feira, 5 de outubro, ano 45, n.º 13.260, p. 1.

este, também acabou por ter seus planos de eleição à presidência da República abortados.

De certa forma, o cerceamento dos espaços de oposição política ao regime militar legalizado pelo AI2 acabou por impulsionar uma vasta militância clandestina contra a ditadura que então se desenhava no Brasil. Ainda que muitos opositores se agrupassem no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cujo real poder de atuação política era meramente decorativo, foi fora dos espaços formais que os excluídos políticos passaram a articular-se. Neste sentido, destacamos a formação da Frente Ampla, onde paulatinamente as forças adversárias ao governo militar iam vinculando-se¹⁸.

Assim, à medida que a repressão da ditadura brasileira recrudescia, especialmente a partir do fortalecimento da linha dura do Exército nos quadros do governo militar, as negociações da oposição no contexto da Frente Ampla dinamizavam-se. Como se sabe, o maior articulador da Frente Ampla foi Carlos Lacerda, que buscou criar um polo convergente entre as distintas ideologias sociopolíticas que perfilavam as principais lideranças marginalizadas do processo político brasileiro em torno de um mesmo objetivo: a luta pacífica pela redemocratização do país¹⁹. Sob este ímpeto, em meados de 1966, Lacerda procurou seu adversário político de longa data, – Juscelino Kubitschek – e buscou persuadi-lo a integrar este movimento de ampla oposição à ditadura brasileira. O ex-ministro do Partido Social Democrático, Renato Archer “foi o agente

¹⁸ A respeito, destacamos, por exemplo, a adesão de membros do Partido Social Democrático, da União Democrática Nacional e do Partido Trabalhista do Brasil no interior da Frente Ampla de Oposição ao regime militar brasileiro. Ver: *Folha de São Paulo*. Quarta-feira, 7 de setembro de 1966, ano 46, n.º 13.597, p. 2.

¹⁹ Nem sempre este objetivo era alcançado, visto que algumas lideranças se recusaram a integrar a Frente Ampla, a exemplo de Miguel Arraes e Leonel Brizola. Ver: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando – *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Veja, 1979, p. 105.

de ligação entre Lacerda e o ex-presidente Kubitschek, em Portugal e nos Estados Unidos”²⁰.

A princípio, apesar de se identificar com as propostas da Frente Ampla, Juscelino não apoiou abertamente o movimento e, portanto, não chegou a subscrever-se ao Manifesto deste movimento que acabou por ser publicado oficialmente no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* com a assinatura única de Carlos Lacerda a 28 de outubro de 1926. Segundo o *Diário de Lisboa*, algumas possibilidades concorreram para que J.K. não chegasse a firmar sua adesão pública ao Manifesto de modo súbito:

Segundo certas fontes, as dificuldades teriam consistido na impossibilidade de ligação telefônica com Kubitschek, em Nova York, a fim de obter dele a “luz verde” definitiva. Mas outras fontes afirmam que o adiamento foi resultado de um aviso recebido por Vieira de Mello, segundo o qual o Governo se preparava para ripostar, duramente ao Manifesto²¹.

Apenas mais tarde Juscelino Kubitschek viria a declarar claramente a sua adesão a este movimento. Segundo, Ronaldo Costa Couto,

No começo de novembro de 1966, em Lisboa, JK recebe telefonema de outro algoz, Carlos Lacerda, que visitava Paris. Assunto: proposta de encontro para conversarem sobre a Frente Ampla, a situação e as perspectivas do Brasil. Quem diria: cumplicidade entre o maior líder da antiga UDN e o maior líder do antigo PSD, velhos inimigos. Mas não foi uma surpresa. Havia meses que pessoas a eles ligadas conversavam e articulavam união de forças para antecipar o fim da ditadura. Renato Archer,

²⁰ *Diário de Lisboa*. Quinta-feira, 27 de outubro de 1966, ano 46, n.º 15. 755, p. 17.

²¹ *Diário de Lisboa*. 27 de outubro de 1966, *Op. Cit.*, p. 17.

Sandra Cavalcanti, Raul Brunini, Carlos Murilo Felício dos Santos e outros²².

Em novembro de 1966, Carlos Lacerda encontrava-se de passagem por Paris, e aproveitando a ocasião, sondou a possibilidade de um encontro com Juscelino em Lisboa, na casa de um amigo em comum dos dois. Mas, reticente e desconfiada com a ideia de um encontro pessoal entre seu marido e o histórico adversário, Dona Sarah Kubitschek protestou: “Não Juscelino. O encontro deve ser aqui em casa. Ele foi seu detrator a vida toda. Chegou a hora da retratação. É nossa vitória moral. A reunião será aqui em casa, e vou convocar toda a imprensa”²³. E assim foi. Ficava então acertado um encontro entre o ex-presidente e o ex-governador da Guanabara para 19 de novembro de 1966, no apartamento da Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 68.

Em uma carta a seu amigo Adolpho Bloch, assim resumia Juscelino o seu encontro com Carlos Lacerda:

A surpresa foi espetacular. Lacerda também goza de popularidade em Portugal. Os portugueses acharam “uma delícia” o acontecimento. Ao meio-dia e meia meu apartamento estava cheio de jornalistas. A sala de jantar repleta. Tivemos de interromper a conversa para recebê-los. Obrigaram-nos a tirar fotos abraçados. Havia alegria geral²⁴.

²² COUTO, Ronaldo Costa – *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Edições da Câmara dos Deputados, 2011, p. 210.

²³ SANTOS, Affonso Heliodoro – *JK: exemplo e desafio*. 2.ª ed. Brasília: Thesaurus, 2005, p. 217.

²⁴ CONY, Carlos Heitor – *Op. Cit.*, p. 120.



“JK e Carlos Lacerda em Lisboa, 19 de novembro de 1966: Frente Ampla pela democracia”. CONY, Carlos Heitor – *Op. Cit.*, p. 324.

Do famigerado e improvável encontro entre JK e Carlos Lacerda resultou a *Declaração de Lisboa* onde os dois adversários históricos explicitavam sua aliança no âmbito do movimento da Frente Ampla. Embora este relevante encontro tivesse reunido inúmeros jornalistas, vale salientar que pouco espaço foi dedicado ao tema nos principais jornais lusitanos. Assim atestava o modo sintético com que o *Diário de Lisboa* tratou o tema, cuidando em ressaltar os riscos a que estas duas lideranças se expunham, pois ambos encontravam-se “sob a legislação especial dos parlamentares que perderam o seu mandato, facto que lhes proíbe vincar qualquer atitude política, sob pena de sanções graves. Deste ponto de vista, o gesto de Lacerda e Juscelino constitui verdadeiro desafio ao regime”²⁵.

Este modo hegemônico da imprensa portuguesa avaliar o notável encontro arquitetado por Juscelino e Lacerda em além-mar revelava certa condescendência com o governo militar brasileiro e acabava por frustrar as principais expectativas de seus mentores: denunciar a repressão da ditadura militar do Brasil na Europa como parte de uma

²⁵ *Diário de Lisboa*. Sábado, 19 de novembro de 1966, ano 46, n.º 15.778, p. 1.

estratégia de sensibilização da opinião pública internacional para a realidade interna da vida política brasileira.

Seja como for, o alinhamento entre a imprensa lusitana e o governo brasileiro justificava-se.

Segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, os noticiários lisboetas

[...] noticiam com grande relevo o encontro realizado sábado em Lisboa dos dois políticos brasileiros antigos rivais, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Sr. Carlos Lacerda, mas a censura à imprensa não autorizou a publicação da sua declaração sobre o encontro nem o relato da conferência de imprensa que deram ontem em Lisboa. Observadores desta capital julgam que esta decisão da censura é uma indicação de que o governo português, que sempre tem seguido uma política de estreitamento das relações de amizade luso-brasileiras, não quer que Portugal tenha qualquer interferência na política internacional brasileira²⁶.

Não se pode esquecer que em 1966 o Estado Novo chefiado por António de Oliveira Salazar ainda era vigente em Portugal e a proximidade entre o perfil autoritário do regime lusitano e o brasileiro colocavam novamente os dois países em rota de coesão. Neste contexto de meados da década de 1960, as relações luso-brasileiras eram retomadas e, conseqüentemente renovava-se o projeto de criação de uma Comunidade Luso-Brasileira que paradoxalmente fora aprofundado ao longo do governo de JK (1956-1961) e interrompido por Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Portanto, o Salazar que outrora fora o amigo de Juscelino, era agora, amigo do General Castelo Branco e não seria nada lógico prejudicar a atual relação amistosa entre os dois governos concedendo destaque ao

²⁶ *Correio da Manhã*. Terça-feira, 22 de novembro de 1966, ano 46, n.º 22.586, p. 3.

encontro dos líderes da Frente Ampla de oposição à ditadura militar brasileira na imprensa portuguesa.

Mas, apesar da censura e omissão da imprensa portuguesa, as intenções do encontro entre Juscelino e Lacerda em Lisboa não foram fracassadas. Ora, em primeiro lugar, deve-se pensar que como bem alegou Juscelino, este encontro que deu vida a *Declaração de Lisboa* produziu um documento que “seria lido em quase todo o mundo livre”²⁷. O que significa dizer que, fora de Portugal e do Brasil onde a censura também se impunha sobre os veículos de comunicação social, a notícia do encontro seria igualmente veiculada com maior atenção do que nos dois países em questão. Portanto, o plano de denunciar a repressão da ditadura militar brasileira continuava eficiente.

Ademais, havia exceções que escapavam a censura midiática portuguesa sobre o tema do encontro JK – CL. Neste sentido, destacamos o jornal *O Século*, que tinha certa independência com relação aos demais jornais cujo crivo dos conteúdos era submetido ao exame da censura estatal. Sobre o encontro em pauta, este jornal afirmava com originalidade que “A explicação para êste fenômeno está, certamente, na declaração de Lacerda à chegada à nossa capital: ‘acima das divergências que nos separam está o Brasil’”²⁸.

No Brasil, a maneira como a *Folha de São Paulo* veiculou a notícia do encontro entre Juscelino e Lacerda em Lisboa também era muito clara e fiel aos reais objetivos que justificavam aquele acontecimento.

Vejamos as palavras pronunciadas por Juscelino e Lacerda publicadas no referido jornal:

Juscelino intervem: “Superar as divergências em benefício da democracia é um processo normal quando está em jogo uma grande causa. Muitos não compreendem nossa posição.

²⁷ CONY, Carlos Heitor – *Op. Cit.*, p. 120.

²⁸ *Correio da Manhã*. Terça-feira, 22 de novembro de 1966, p. 3.

Compreenderão mais tarde”. “Mais cedo do que alguns acreditam” falou Lacerda. A entrevista terminou aí²⁹.

De fato, o que vale refletir acerca do apelo midiático deste encontro, é que, em primeiro lugar, a ditadura militar brasileira era denunciada de modo inédito no exterior sob os olhos da imprensa estrangeira. Como disse Juscelino, “jogamos a bomba. Esperemos agora a explosão”³⁰. Em segundo lugar, a adesão de Juscelino a Frente Ampla fortalecia o movimento e abria precedentes para futuras adesões, a exemplo de João Goulart que mais tarde, em 25 de setembro de 1967 viria a encontrar-se com Lacerda no Uruguai (onde estava exilado) para externar o seu engajamento a esta Frente. Por fim, assinalamos o último, e talvez, o aspecto simbólico mais importante explorado por JK e CL na *Declaração de Lisboa*: o fortalecimento do espírito de oposição e resistência à ditadura militar acima de qualquer sectarismo partidário ou convicção ideológica.

Como se sabe, em curto prazo, a aliança selada em Lisboa entre Juscelino e Lacerda não rendeu reprimendas imediatas da parte do governo do Presidente Castelo Branco, que desejava evitar a criação de novos “mártires”, a menos que “o manifesto se revestisse de um carácter nitidamente subversivo e chamasse a nação brasileira à revolta”³¹. Em contrapartida, em longo prazo, com a eleição do Presidente Costa e Silva e a outorga do Ato Institucional n.º 5³², a manifestação pública de divergência ao regime militar passou a ser enquadrada como crime político.

Neste ensejo, a liderança de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e tantos outros nomes da vida pública brasileira no âmbito da

²⁹ *Folha de São Paulo*. Domingo, 20 de novembro de 1966, ano 46, n.º 13.671, p. 6.

³⁰ CONY, Carlos Heitor – Op. cit, p. 120.

³¹ *Diário de Lisboa*. Quinta-feira, 27 de outubro de 1966, ano 46, n.º 15.755, p. 17.

³² Sobre a declaração do AI5, ver: *Folha de São Paulo*. Sábado, 14 de dezembro de 1968, ano 48, n.º 14.426, p. 1; 3.

Frente Ampla de oposição ao regime militar viria a custar-lhes a própria liberdade individual. Como era esperado, a Frente Ampla foi desmantelada e posta na ilegalidade. Não obstante, e apesar de sua efemeridade e limitações, a memória do primeiro exemplo de uma ampla articulação popular extrapartidária contra a ditadura militar brasileira deixava seu legado paradigmático para a luta em favor da redemocratização do país.

**DE LESTE PARA OESTE, HISTÓRIAS DE EXÍLIO
NA LITERATURA PORTUGUESA:
O CASO DE ILSE LOSA E JORGE LISTOPAD**

Isabelle Simões Marques
Universidade Aberta

Elementos introdutórios

Focar-nos-emos, no nosso estudo, em dois escritores que se radicaram por razões políticas em Portugal e que escolheram escrever em português uma grande parte da sua obra literária. Assim, escolhemos Ilse Losa¹, que fugiu da Alemanha durante a ascensão nazi e que se fixou no Porto em 1934, e Jorge Listopad² que se radicou em Portugal a partir de 1960.

O terceiro romance de Ilse Losa, *Sob céus estranhos*³, desenrola-se durante o regime ditatorial de Salazar. Josef Berger, o personagem principal, refugiado judeu alemão no Porto, aborda as suas dificuldades de adaptação e a sua sensação de estranheza. As questões ligadas à identidade e à alteridade estão particularmente presentes neste romance. Enquanto os dois primeiros romances

¹ Ilse Losa também colaborou em vários jornais e revistas portuguesas e alemãs e publicou ainda um livro de pedagogia intitulado *Nós e a criança, um livro para os pais*, em 1954.

² František Listopad ou Jorge Listopad como é conhecido em Portugal, nasceu Jiří Synek em 1921 em Praga. Para além da sua vasta produção literária em português e em checo, também é dramaturgo, ensaísta, tradutor, jornalista, realizador e encenador.

³ LOSA, Ilse – *Sob Céus Estranhos*. Lisboa: Edições Afrontamento, (1962) 1987

de Ilse Losa, *O mundo em que vivi e Rio sem Ponte*⁴ tratavam das questões do exílio e da expatriação, *Sob céus estranhos*, o seu terceiro romance, dá conta da tentativa de integração num país estrangeiro. À identidade judaica e alemã abordada nos romances anteriores, é adicionada a apreensão crítica de uma lusitanidade que se impõe na trajetória do *eu* diegético. Estamos, portanto, confrontados com várias perspetivas: a do personagem principal que vagueia na cidade do Porto, a dos Portugueses que olham com estranheza para estes refugiados que chegam nas pequenas cidades, a do espanto dos refugiados estrangeiros com o atraso do país salazarista e a insatisfação de alguns Portugueses, cansados do isolamento imposto pelo regime ditatorial:

Este pachorrento pedacinho de terra, na última ponta da Europa, a dar a ideia de já não pertencer à Europa, é precisamente o que convém antes de seguir caminho⁵.

— Todas as manhãs – disse-me – logo que saio para a rua e vejo os escarros no chão e a miudagem ranhosa a esmolar, fico com o dia estragado. Entro numa repartição e os ilustres senhores doutores ainda não chegaram. Com um “lá para as onze e meia” sou despachado. É de dar em doido⁶.

A obra de Jorge Listopad, *Biografia de Cristal*, publicada em 1992, evoca a juventude do autor, marcada pela Segunda Guerra Mundial na sua Checoslováquia natal⁷. Neste romance memorialista, o passado é reavivado, especialmente através das temáticas da guerra, da fome e do

⁴ LOSA, Ilse – *O mundo em que vivi*. Porto: Marânus, 1949; LOSA, Ilse – *Rio sem Ponte*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1952.

⁵ LOSA, Ilse – *Sob Céus Estranhos*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1987, p. 78.

⁶ *Idem*, p. 92.

⁷ Hoje em dia, República Checa e Eslováquia.

exílio. As situações vividas são evocadas de maneira breve, através de inúmeros fragmentos. A linguagem poética do autor é acompanhada de imagens e cores que compõem estas memórias furtivas. O *eu* é, assim, “cristalizado” no passado e nas memórias.

O romance autobiográfico

Como o indica Lejeune⁸, o ato autobiográfico envolve várias problemáticas, tais como a memória, a construção da personalidade e a autoanálise. O romance autobiográfico é definido pela sua política ambígua de identificação do herói com o autor. A sua dualidade reflete, desse modo, o duplo movimento de procura e de recusa de comunicação. A diferença entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, identificativo de qualquer escrita autobiográfica, estabelece um jogo de perspetivas e de desassociações que só uma narração retrospectiva pode implementar. Para reconstruir a sua identidade, a escrita autobiográfica requer que o autor se distancie do seu *eu* do passado e é esta dupla distância de identidade e temporalidade que dá alimento a qualquer empresa de autorrepresentação⁹.

No que diz respeito à estrutura interna do romance autobiográfico, podemos considerar a relação entre o tempo da narrativa e o tempo da História. A narrativa autobiográfica insere-se entre duas situações extremas que são as da narração retrospectiva e o do relatório instantâneo – contemporâneo do evento vivido¹⁰.

⁸ LEJEUNE, Philippe – *Le Pacte autobiographique*. Paris : Éditions du Seuil, 1996.
LEJEUNE, Philippe – *Signes de vie. Le pacte autobiographique 2*. Paris : Éditions du Seuil, 2005.

⁹ GUSDORF, Georges – *Les Écritures du moi, lignes de vie 1*. Paris : Éditions Odile Jacob, 1991.

¹⁰ VITOUX, Pierre – “Notes sur la focalisation dans le roman autobiographique”. *Études littéraires*, n° 17 (1984), p. 2.

Identidade narrativa

Relativamente a *Biografia de Cristal*, consideramos que a obra reflete o cruzamento da autobiografia com a ficção. Na verdade, Listopad narra uma história baseada na sua própria experiência de vida. O autor está, assim, na interseção do seu romance e escolhe, de uma forma mais ou menos clara, assumir a sua identidade, como o podemos constatar através destes excertos:

Estou pois, amargo e feliz, em Portugal, porque tenho de estar algures; mas algures é sempre lá, onde poderíamos não estar, numa desgarrada heterotopia.

Conheço Portugal de lés a lés, o Alentejo como o Manuel, a região do vinho do Porto como a Agustina, Coimbra como a tua velha batina, ó António; porém, nos últimos tempos tenho feito pesquisas antropológicas e geo-humanas em Linda-a-Velha, a civilizada, e na Graça, onde até compro gasosa para a motorizada porque é mais popular e revitalizadora¹¹.

Encontrei a minha irmã, a mana, Alena, que há vinte anos não via. (...) Olhava-me, com a boca ligeiramente aberta, depois pôs-se a chorar, chorámos ambos, e eu acabei por perguntar: “Jak se ti vede, milácku?”¹² Perguntei-o entre soluços¹³.

Vemos, através destes excertos que o romance, expresso na primeira pessoa, dá lugar a um narrador homodiegético que pertence simultaneamente à esfera da narração e da ação.

¹¹ LISTOPAD, Jorge – *Biografia de Cristal*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, p. 13.

¹² Em português: “Como está, querida?”

¹³ LISTOPAD, Jorge – *Biografia de Cristal*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, p. 15.

O romance de Ilse Losa, *Sob céus estranhos*, é também ele um romance construído na primeira pessoa, contendo vários elementos que convergem com a vida da autora. Assim, a sua fuga para Portugal quando Hitler começou a dominar a sociedade alemã, o seu casamento com o arquiteto Arménio Taveira Losa e o nascimento das suas duas filhas estão na base neste romance autobiográfico. Existe uma série de detalhes inspirados em episódios específicos do seu passado: a descrição da chegada de Josef Berger e o seu espanto com a pobreza das pessoas que habitam as margens do Porto refere-se sem dúvida às primeiras impressões de Portugal marcadas na memória da autora¹⁴, como ela própria o afirmou em entrevista:

(...) certa tarde desembarquei do cargueiro “Santa Clara”, no porto fluvial do Douro onde para espanto meu uma mulher descalça carregou à cabeça o meu caixote de livros, enquanto transportava na mão a minha mala. E, estupefacto, pousei os olhos no bairro miserável de onde vinham a correr crianças, nuas da cinta para baixo, de olhos encovados, estendendo as mãos para uma esmola¹⁵.

Mas não são apenas as memórias de experiências vividas que aproximam escritor e personagem. É interessante notar que algumas partes deste romance também são inspiradas na experiência dos seus irmãos, Ernst e Fritz Lieblich, que tal como Ilse, conheceram a cidade do Porto nos anos 1930¹⁶. Podemos destacar, por exemplo, os seguintes episódios vivenciados por Ernst: a agressão sofrida em Hildesheim

¹⁴ FERNANDES, Ferreira – “Lisboa 1940. Passagem para a vida”. *Público Magazine*. Lisboa, n.º 61 (1990), p. 6-17.

¹⁵ LOSA, Ilse – *Sob Céus Estranhos*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1987, p. 38.

¹⁶ Ernst Lieblich seguiu depois para a Itália e os Estados Unidos acabando por se radicar no continente americano ao contrário de Fritz que, tal como Ilse, se fixou em Portugal e contraiu matrimónio com uma cidadã portuguesa.

por um grupo de antissemitas, ou mais tarde, a sua passagem por algumas pensões no Porto, ou ainda, a sua experiência como professor de alemão junto de um grupo de intelectuais antifascistas¹⁷, elementos presentes no romance, como o podemos ver nestes seguintes trechos:

De repente senti-me tombado no chão. Corpos atiraram-se sobre o meu corpo: mãos abertas, punhos, unhas, botas. A volúpia de homens transformados em bestas: “Espicha, porco de judeu!”. Depois fiquei só, na valeta húmida, a gemer de dores e de solidão. Na clínica, ainda deitado sobre a maca e meio atordoado, ouvi uma voz: “Judeu? Pegue-lhe você. Cá por mim estou-me nas tintas”. E depois uma gargalhada, a que se juntou uma voz aguda de mulher. A resposta do outro assemelhava-se ao rosnar de cão, não distingui uma única palavra¹⁸.

Foi ela quem, no fim do mês, me entregou, num sobrescrito branco, a remuneração total das doze lições combinadas: a contribuição de quatro fogosos adversários de todos os regimes totalitários para uma vítima da tirania germânica¹⁹.

A ficcionalização das memórias de Ernst Lieblich, que dá ao protagonista do romance a credibilidade de um currículo masculino, em nada compromete o romance autobiográfico e, mais do que isso, não impede uma sensibilidade tipicamente feminina na captura de pessoas e lugares²⁰. É por isso que adivinhamos no olhar estrangeiro

¹⁷ COIMBRA, Rui Henriques – “Amigo de Portugal [Ernst Lieblich]”. *O Independente*, Lisboa, 4 de junho 1993, p. 32-34.

¹⁸ LOSA, Ilse – *Sob Céus Estranhos*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1987, p. 32.

¹⁹ *Idem*, p. 54.

²⁰ MAGALHÃES, Isabel Allegro de – *O sexo dos textos e outras leituras*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

de Josef Berger “olhar atento, gravador e docemente irónico” o próprio olhar da autora²¹.

Biografia de Cristal é uma história de vida pessoal na qual são traçados a trajetória e a reflexão do autor. Além disso, a escrita do romance ocorre com uma certa distância temporal dos eventos vivenciados. De facto, a obra só foi publicada em 1992, ou seja, cinco décadas após os acontecimentos, uma vez que o romance se refere à sua participação como resistente durante a II Guerra Mundial e à sua saída da Checoslováquia para a França, onde permaneceu dez anos, e de onde seguiu para Portugal, como se pode ver a partir destes trechos:

Sobrou só um objecto. Puck²². Com ele a Checoslováquia ganhou o campeonato do mundo de hóquei no gelo, em 1935. Então cantei o hino pela última vez. De pé²³.

Cheguei à cidade onde todos eram estrangeiros. Conheci pombos doentes, hotéis manhosos *dernier confort*, bares com duas saídas, manhosos vestuários (...) o metro Passy, St Lazare, Deus ali não é sereno, é aventureiro. (...) Tive vários ofícios. Fui assistente da Companhia de Ballet Expressionista, fotógrafo de rua, tradutor, actor, paginador, vendi vaselina para limpar óculos e livros políticos editados por *Carnegie Donation*, dirigi ensaios enquanto Jean Vilar procurava o segundo *éle* no seu nome, guiei turistas da Inglaterra e de Nova-Zelândia, fui gerente da tipografia “Ucrânia” na place Maubert; um dia fui-me embora, não quis ter nenhum ofício. Fui-me embora à procura de uma terra onde

²¹ COSTA, Alves – “Um texto a brincar de Ilse Losa: sinal premonitório”. *Letras & Letras*, 1 de maio 1988, p. 15.

²² Disco de borracha galvanizada, usada no jogo de hóquei.

²³ LISTOPAD, Jorge – *Biografia de Cristal*. Lisboa: Relógio D’Água, 1992, p. 22.

houvesse batatas ainda meio enterradas nos sulcos, ramos secos e bons para o forno (...) ²⁴.

Como podemos ver, estes excertos referem-se a diversos momentos da vida do narrador, quer seja na Checoslováquia antes e durante a guerra, ou no Paris do pós-guerra ou ainda em Portugal. Este romance constitui, portanto, um marco temporal na vida do seu autor em momentos específicos, momentos esses que o romance autobiográfico permite relembrar através desta retrospeção assumida pelo narrador.

A questão do exílio

As pessoas, longe da sua cultura natal tentam, através da arte, por um lado, manter os laços culturais de origem e, por outro lado, reprimir os factos que os levaram a abandonar o seu país, temporariamente como é o caso de Jorge Listopad (que depois da queda do muro de Berlim tem voltado à sua terra natal) ou permanentemente, como é o caso de Ilse Losa que abandonou a Alemanha hitleriana e que escolheu ficar em Portugal onde morreu em 2006.

Se, como o afirma Lévi-Strauss ²⁵ é a partir dos outros que forjamos a nossa própria identidade, podemos considerar que este período da História propicia a sua reflexão. Hall, que retoma o conceito de “différance” de Derrida, afirma que a diferença na diáspora não funciona em torno de processos binários fechados tais como “eu sou de aqui” ou “eu sou de lá” ou de fronteiras, mas sim como lugares de passagem, sempre relacionados, ao longo de um espectro sem começo nem fim. Este conceito corresponde a estes romances que se situam num “entre-deois” constante. Assim, não procuramos apenas avaliar a influência do exílio no processo de criação literária destes dois

²⁴ *Idem*, p. 66.

²⁵ LEVI-STRAUSS, Claude – *Le regard éloie*. Paris: Plon, 1983.

autores, como tentamos também considerar o papel que a literatura pode desempenhar na assimilação do exílio como forma de vida para Listopad e Losa, porque, como o assinalou Saïd, o exílio está relacionado com a dicotomia que caracteriza o homem desenraizado.

Além disso, uma obra literária traz sempre no seu seio, mesmo que não seja esse o seu principal objetivo, uma série de elementos históricos. A literatura relacionada com o exílio tem como principal característica a historicidade, uma vez que visa a expressão de sentimentos e acontecimentos que ocorreram durante um processo de expatriação, seja ele político ou económico. E é particularmente no romance – onde é contada uma história – que se encaixa a representação desta realidade específica. A literatura relacionada com o exílio muitas vezes responde a um projeto ativista que só se pode afirmar à margem das estruturas que contesta. Desta forma, o facto de lidar com as diferentes facetas do exílio permite aos autores revelar e denunciar um estado precário. A noção de literatura de exílio também levanta o problema geral da relação entre expatriação, escrita e língua, como o podemos ver nestes excertos:

Não se trabalha assim. Estou a escrever no carro. Que maçada. Não tenho para onde ir, onde disponha de mesa lavada e gavetas com manuscritos acabados e futuros. (...) Tenho 60 anos e sou cigano: um cigano motorizado, um cigano sem rei: com os braços magros e ainda queimados pelo Verão passado; tenho a mão direita mais forte, a mão esquerda mais sensível, nunca duas coisas iguais, mas nunca em oposição. A oposição, o sim e não, somos nós que os inventamos, ambos são palavras de três letras²⁶.

²⁶ LISTOPAD, Jorge – *Biografia de Cristal*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, p. 18.

Voltei ao teatro quando perdi a faculdade de me exprimir na língua materna. Era natural a ressurreição. Fiz Strindberg. E aprendi isto: nascer três vezes não é mais espantoso do que morrer uma vez²⁷.

Diz-se que a língua materna é a nossa verdadeira pátria e se isso corresponder à verdade eu estava a dar maus tratos à minha pátria ao consentir que os meus alunos, como por exemplo o bom Sr. Ribeiro Pinto, a estropiassem, para ainda por cima a acharem cómica e dura como o matraquear das metralhadoras²⁸.

De facto, o escritor, quando confrontado com a experiência de deslocamento e, portanto, de desenraizamento, é diretamente confrontado com a experiência de alteridade. A língua deixa de ser *sua* e esta consciência exacerbada da linguagem pode propiciar a escrita, mas uma escrita provavelmente *diferente*. Como sabemos, os escritores olham, necessariamente, para as línguas de forma peculiar. Na verdade, a(s) língua(s) são sempre moldadas pelos escritores uma vez que a escrita é um verdadeiro *ato de linguagem*²⁹. Assim, estes *construtores de língua*³⁰, enfrentam a necessidade de reinventar e criar a sua própria língua de escrita porque as suas representações linguísticas são diferentes. Para Deleuze³¹ um grande escritor é sempre um estrangeiro na sua língua. De facto, pode escolher a língua das suas obras, a sua língua literária. Se para alguns, escrever na língua do *outro* ou do inimigo é impossível, outros conseguem (re)apropriar-se da língua. De facto, Listopad e Losa foram capazes, não só de

²⁷ *Idem*, p. 65.

²⁸ LOSA, Ilse – *Op. Cit.*, p. 70.

²⁹ GAUVIN, Lise – *L'écrivain francophone à la croisée des langues: entretiens*. Paris: Kartala, 1997.

³⁰ KRISTEVA, Julia – *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Fayard, 1988.

³¹ DELEUZE, Gilles – *Le pli, Leibniz et le Baroque*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

adotar a língua do país de acolhimento, como também traduzir obras de outros autores e de se autotraduzir. Jorge Listopad autotraduziu para português a sua obra escrita em língua checa em 1954 (*Tristão ou a traição de intelectual*, em 1960) tradução aliás revista por Jorge de Sena. No caso de Ilse Losa, a autora autotraduziu para o alemão duas das suas obras: *O mundo em que vivi* e *Rio sem Ponte* (1989). Além disso, traduziu vários autores alemães para a língua portuguesa e vice-versa³².

Para além disso, a linguagem literária não é o reflexo perfeito da realidade transtextual, mas sim a verbalização do real no mundo ficcional. Isso significa um investimento na experimentação da linguagem artística, na inovação discursiva e na procura de novos percursos e perspectivas para esta escrita romanceada que retrata a História. Este investimento na experimentação da escrita, na problematização em torno da representação do acontecimento histórico determina e revela outras características da ficção. Partindo do pressuposto que a literatura de exílio reflete de forma particularmente incisiva a relação do sujeito com a realidade do seu tempo, é legítimo que esta se imponha como uma questão-chave na análise do único romance de Ilse Losa cujo tema é a odisséia de expatriados. Se *Sob céus estranhos* descreve a cidade do Porto na época da guerra, a partir da perspectiva de um refugiado, a obra também aborda a realidade dos exilados em terras lusas e a forma como estes são vistos pela população e tratados pelas autoridades, senão vejamos:

Os estrangeiros eram gente “de fora”, diferentes da gente de cá, e portanto cheios de defeitos deploráveis. As mulheres “lá de

³² Traduziu, entre outros autores, Bertolt Brecht, Thomas Mann, Robert Musil, Erich Kastner, Max Frisch, Anna Seghers. Para um estudo mais aprofundado ver MARQUES, Ana Isabel – *As traduções de Ilse Losa no período do Estado Novo: mediação cultural e projecção identitária*. Coimbra: FLUC, 2009. Tese de Doutoramento.

fora” eram “umas desavergonhadas”, frequentavam os cafés como se fossem homens³³.

Pelas suas atitudes, os seus gestos e hábitos, os refugiados põem em causa a sociedade letárgica portuguesa e vêm destabilizar os fundamentos da moral instituída:

O desembaraço com que se moviam e agiam, o descuido que manifestavam em relação ao seu arranjo, tudo isso reforçado pela inquietação de sei lá onde estarei amanhã, encontravam, para horror dos habitantes mais velhos, uma série de imitadores na gente nova. Começaram a ver-se raparigas de famílias bem instaladas em simulado negligé de penteado “à refugiada”, a fumar cigarros nas confeitarias, a discutir com gestos largos. (...) Essa gente estranha, espalhada pelos cafés e pelas praias, a levar uma vida de nómada, quase de ciganos, destoava do ambiente e criava uma atmosfera de instabilidade, incerteza e angústia³⁴.

— Onde estará ela a estas horas, coitadinha? (...) pois nunca mais tivemos notícias da Sra. Grunbaum desde o dia em que fora obrigada a partir, mais o seu caixote, para as Caldas da Rainha onde, por falta de espaço nas prisões, a Polícia Internacional concentrou, até ao desfecho da guerra, os fugitivos à espera de vistos ou de outra solução para a sua vida³⁵.

Episódios como estes revelam-nos detalhes sobre as crescentes restrições em relação à passagem de cidadãos estrangeiros no país. Do vaguear em cafés segue-se o encarceramento em prisões, por

³³ LOSA, Ilse – *Op. Cit.*, p. 111.

³⁴ *Idem*, p. 62.

³⁵ *Idem*, p. 133.

falta de extensão de autorização de permanência ou o degredo em locais distantes dos grandes centros urbanos para exercer um controlo máximo nos refugiados que chegavam a Portugal. O romance de Ilse Losa relata-o com a solidariedade daquela que testemunhou esses acontecimentos³⁶.

Podemos afirmar, no que diz respeito à estrutura deste romance, que é composto por diferentes sequências narrativas que recriam a história de um refugiado alemão a partir do momento que é forçado a deixar a Alemanha e a instalar-se no Porto. Sob este percurso diegético, existe um crescendo de aproximação com a alteridade lusitana, consubstanciada nas relações que o herói estabelece com diferentes tipos de personagens que aparecem ao longo do romance. O início e o fecho estão marcados pelo nascimento do seu filho – facto que comprova a importância do evento no processo de adaptação de Josef. A espera do nascimento do seu filho no hospital constitui aliás o ponto de partida para recuperar episódios do passado numa profusão de memórias que formam uma justaposição de pensamentos, de associações e reflexões, levando à reconstituição do seu passado, já decantado várias vezes pela distância temporal e emocional que existe entre a experiência e a memória³⁷.

A saída da Alemanha e a visita do local de nascimento após o fim da guerra representam igualmente o fim de uma fase que visa estabelecer a identidade do herói de *Sob céus estranhos*: Josef já não mais é um refugiado alemão, mas sim um estrangeiro naturalizado português, tal como a autora que se naturalizou em 1935. O facto de superar esse período de indefinição, assim como a integração de uma

³⁶ O seu irmão também foi preso pelas autoridades portuguesas, ver: FERNANDES, Ferreira – “Lisboa 1940. Passagem para a vida”. *Público Magazine*, Lisboa, n.º 61 (1990), p. 6-17.

³⁷ MARQUES, Ana Isabel – *Paisagens da Memória. Identidade e Alteridade na Escrita de Ilse Losa*, Coimbra: CIEG/Minerva Coimbra, 2001.

alteridade que, gradualmente se torna mais familiar, fazem da obra, uma narrativa fechada:

O nosso menino não será estrangeiro, é o que lhe vai valer, tenho de me deixar ficar por isso... ficar... linda palavra... *bleiben*, *to stay*, *rester*... o mais bonito é *to stay*: breve, eufórico, como tudo na língua inglesa, grande língua³⁸.

Podemos dizer que os autores tanto de *Sob céus estranhos* como de *Biografia de Cristal* estão confrontados com eles próprios e com os outros. No entanto, por serem escritores, têm uma visão mais distanciada e nítida dos acontecimentos, como o podemos ver nos seguintes trechos:

Eu vi tudo isto: quem escreve é sempre ímpar³⁹.

– A nossa terra é sempre a nossa terra.

– Na recordação sim – redargui, e pensei: “A recordação é a única realidade válida”⁴⁰.

Podemos afirmar que este distanciamento oferecido pela escrita, permite uma consciencialização maior e mais profunda do *eu*:

Mas vós, homens e mulheres abandonados em silêncio, a quem ninguém cortou as unhas, deixados sós nos parques devastados, nas estações nocturnas, nos subterrâneos de urina, nas matinés dos cinemas sujos... a vós, falsos parentes sem auxílio nos

³⁸ LOSA, Ilse – *Op. Cit.*, p. 179.

³⁹ LISTOPAD, Jorge – *Biografia de Cristal*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, p. 78.

⁴⁰ LOSA, Ilse – *Op. Cit.*, p. 134.

supermercados, castigados sem culpas, criaturas, não cortei as unhas: por vós nem contra vós⁴¹.

Aliás, a própria construção do romance autobiográfico, de acordo com o seu modo narrativo, pode contribuir para a visão, necessariamente subjetiva, que o autor quer dar, não só de si mesmo como também dos outros. Além disso, o romance pode servir como um apoio para a expressão de memórias e testemunhos.

História e Memória(s)

Se o testemunho está intimamente ligado à História, a sua prática também vai além da documentação dos factos históricos. Desta forma, não se pode contestar que uma obra literária também possa funcionar como um documento histórico. Se a História tem como ponto de partida o depoimento, que é o conhecimento dos factos, o seu percurso vem em primeiro lugar da memória. Se a pesquisa e a produção textual garantem a coerência do facto e evita que caia no esquecimento, a ação mnemónica fundamental é caracterizada pela sua função narrativa. Com isto, a memória assume, junto da sociedade, o papel de interlocutora. É por ela que os episódios são transmitidos para os outros membros da comunidade ao longo do tempo, permanecem presentes e, assim, produzem história. Sabemos que o passado pode assumir muitas formas. Neste sentido, Robin⁴² distingue quatro tipos de memória: a memória nacional, a memória sábia ou científica, a memória coletiva e a memória cultural. Existe uma grande circulação discursiva e memorial das formas de apropriação do passado. Nesta diversidade de memórias coletivas, o indivíduo vai construir a sua própria representação do passado numa luta identitária, numa “contramemória fragmentada”, ou,

⁴¹ LISTOPAD, Jorge – *Op. Cit.*, p. 38.

⁴² ROBIN, Régine – *La mémoire saturée*. Paris: Stock, 2003.

pelo contrário, numa “dispersão de memórias migrantes”. Em *Biografia de Cristal*, o narrador apresenta as suas memórias de maneira muito mais fragmentada do que em *Sob céus estranhos*, como o podemos observar nos seguintes excertos:

Queria eu dizer: havia fome negra na região, eu tinha fome. Faço as contas: foi há dois mil anos, isto, eu era jovem, procurava restos no lixo e comi bolor. *Et audies de ore meo verbum et annuntialbis eis ex me, ouvi.*

Quero dizer: na região, que é outra, há outra fome, tenho pão e morangos, queijo e vinho, sou velho e triste, procuro o equilíbrio e ouço *se dicem me ad impium: morte morieris*. Faço as contas: há mil anos eu tinha fome e mitigava-a com a água das terras do meu avô, do poço aberto junto à passagem de nível. Há cerca de duzentos anos a guerra longa acabou e lavámos as camisas em farrapos e estendíamos-las a secar na relva de sete aromas. Há um século escrevi a primeira palavra: magnólia. Há cinquenta anos iniciei, solitário, a aprendizagem de outros dialectos, com caroços de tâmara por debaixo da língua. Os fantasmas reais saíam da minha mala-armário. Casei-me com eles⁴³.

Estava dentro de casa, sentia várias saudades, da pista onde andávamos de patins que cortavam o gelo, da chuva dos castanheiros em surdina no Cours de la Reine, da sombra manchada de sol, das oliveiras... A porta com chave por fora abriu-se devagar, devagar, um a um entraram e desceram para uma outra casa, por baixo daquela, os filhos que tinha e os que não tinha, a minha mãe, que era mais corpulenta e tinha os cabelos mais ruços, o meu pai, que ainda sofria, os meus avós, os meus amores com as pedras preciosas que eu lhes ofereci, alguns conhecidos, alguns confundidos, na sua maior parte, por não se

⁴³ LISTOPAD, Jorge – *Op. Cit.*, p. 23.

conhecerem mutuamente, e eu desci atrás deles, por baixo de uma casa há sempre outra casa (...) ⁴⁴.

À maneira de um cristal, as memórias aparecem e desaparecem, podem ficar – ou não – mais salientes na consciência do narrador.

Nesta ordem de ideias, o romance, embora sem compromisso ou intenção de copiar a realidade, é uma forma cultural incorporada, de tipo enciclopédica. A escrita ficcional representa assim, para o narrador, uma maneira de apreender melhor a realidade. É verdade que a literatura desempenha o papel de preencher espaços em branco, pois, como o observou Vargas Llosa ⁴⁵, a literatura diz o que o historiador não pode dizer. De facto, o historiador restringe-se a documentos e, muitas vezes, as sensibilidades são ignoradas, porque – regra geral – não estão registadas em documentos oficiais. A presentificação do passado é, provavelmente, uma forma de aprofundamento e questionamento do presente. É também uma das maneiras para iluminar perguntas que ficaram sem resposta. Como o indicou Netto Simões ⁴⁶, a revisitação do passado justifica-se para explicar um presente que traz ressonâncias de vivências, silêncios, palavras ensurdecedoras e gestos incompletos. De facto, a escrita pode expressar sentimentos proibidos ou censurados pela sociedade, nomeadamente no que diz respeito às atrocidades da guerra como o podemos ver nos seguintes trechos:

Éramos como animais caçados na neve. Desesperados. O chefe, para nos dar o baptismo de sangue, mandou matar a mãe. Condenada no processo sumário por traição, é nessa mesma noite executada. Matámo-la numa granja abandonada. Também

⁴⁴ *Idem*, p. 24.

⁴⁵ LLOSA, Mario Vargas – *La vérité par le mensonge*. Paris: Gallimard, 1992.

⁴⁶ SIMÕES, Maria de Lourdes Netto – “25 de Abril 25 anos depois”. *JL - Letras e Ideias*, 27 de agosto a 7 de setembro de 1999, p. 37-39.

participei: para ser fiel à ideia de liberdade. Ela sabia. A morte abria a porta com a ponta do pé. O acto era rápido mas lento. Se sobrevivêssemos, seríamos amnistiados pelos nossos feitos a favor da libertação. Respiro com dificuldade. Cantámos a Internacional, em fila na neve, o T. acompanha-a a flauta primitiva; respiro com dificuldade. Ainda hoje, quando canto canções de embalar aos meus filhos, que continuam a ser pequenos, respiro com dificuldade⁴⁷.

Matemática cega do destino. 9 de maio, a guerra finda. (...) Voltei da clandestinidade sem mudar de sítio, ainda surpreendido por estar vivo. Sabia da minha madrasta no campo de concentração, já há três anos. Viva? Sem notícias. Hoje como ontem. *Etcetera*, ah *etcetera*⁴⁸.

E é curioso como nos quase imperceptíveis segundos entre a troca de frases nos surge uma série de imagens. A mim, naquele momento, surgiu-me o jovem polaco que vira os alemães levarem centenas de crianças ao massacre e também a cena que me contara uma refugiada, entretanto morta pelo abuso de pastilhas tranquilizadoras: “Marta – disse o médico, em Auschwitz, de quem ela fora auxiliar – vai buscar ligaduras lá fora, na sala do fundo do corredor”. E Marta para lá correu, abriu a porta ao fundo do corredor e deparou-se-lhe um monte de cadáveres nus, acamados uns por cima dos outros como lenha⁴⁹.

Os narradores contam, com precisão, certos episódios que ainda hoje os perseguem. A memória e os sentimentos vivenciados encontram-se na obra e permitem, não só de testemunhar, como também relembrar memórias, muitas vezes reprimidas e silenciadas pela sociedade.

⁴⁷ *Idem*, p. 35.

⁴⁸ *Idem*, p. 20.

⁴⁹ LOSA, Ilse – *Op. Cit.*, p. 138.

Conclusões

Para concluir, podemos dizer que a escrita autobiográfica permite a criação de um novo *eu* e assim, misturados com a experiência real e o sentimento vivenciado, testemunho e memória(s) misturam-se e formam um todo. Estes dois autores são seres de fronteira e a sua escrita inclui a sua condição de dualidade: por um lado a função referencial expressa nos factos que apresentam e, por outro lado, a função poética expressa nas suas obras.

Além disso, a leitura destes romances não é nem imediata nem consensual e esta literatura é investida com uma função de alerta contra o esquecimento. O sujeito-narrador encontra-se numa condição de *estrangeiro*, perante si mesmo e perante os outros. Assim, estamos diante de romances que problematizam a crise de reconhecimento do ser pessoal. É desta forma que esta literatura se refere permanentemente ao *outro*.

Podemos perguntarmo-nos o que faz com que o exílio se torne uma condição tão propícia para a produção literária. *A priori*, a própria condição do exilado exige que esteja dividido entre dois tempos, dois lugares e duas realidades. Banido do seu país e do seu quotidiano, o exilado pode encontrar refúgio apenas na escrita, e como no caso que nos propomos analisar, na língua do outro, aquele que acolhe, tornando-se assim uma língua catártica, capaz de curar o passado.

Estes dois escritores têm na sua escrita um terreno fértil para a produção literária, esta é também uma forma de exorcizar as suas existências. O exílio oferece, não só à literatura portuguesa como também mundial, um leque vastíssimo de escritores e obras dedicadas a pintar a rutura forçada das raízes, com um sentimento misto de pertença e não pertença. Neste processo, o exílio não é apenas um tema fundamental, mas também uma motivação para a escrita. Desta forma, a escrita relacionada com esta temática liga duas realidades:

ocorre entre aqui e lá, passado e presente, saudade e esperança e, neste caso, Leste e Oeste.

Bibliografia

- COIMBRA, Rui Henriques – “Amigo de Portugal [Ernst Lieblich]”. *O Independente*, Lisboa, 4 de junho 1993, p. 32-34.
- COSTA, Alves – “Um texto a brincar de Ilse Losa: sinal premonitório”. *Letras & Letras*, 1 de maio 1988, p. 15.
- DELEUZE, Gilles – *Le pli, Leibniz et le Baroque*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.
- FERNANDES, Ferreira – “Lisboa 1940. Passagem para a vida”. *Público Magazine*, Lisboa, n.º 61 (1990), p. 6-17.
- GAUVIN, Lise – *L'écrivain francophone à la croisée des langues: entretiens*. Paris: Kartala, 1997.
- GUSDORF, Georges – *Les Écritures du moi, lignes de vie 1*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1991.
- HALL, Stuart – “Cultural Studies: two paradigms”. *Media, Culture and Society*, vol. II (1980), p. 57-72.
- KRISTEVA, Julia – *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Fayard, 1988.
- LEBLANC, Julie (Dir.) – “L'Autobiographique”. *Texte, Revue de critique et de théorie littéraire*, n.º 39-40 (2006) págs.27-37.
- LECARME, Jacques ; LECARME-TABONE, Éliane – *L'autobiographie*. Paris: Armand Colin, 1997.
- LEJEUNE, Philippe – *Moi aussi*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- LEJEUNE, Philippe – *Le Pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- LEJEUNE, Philippe – *Signes de vie. Le pacte autobiographique 2*. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- LYOTARD, Jean-François – *La condition postmoderne*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de – *O sexo dos textos e outras leituras*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- MARQUES, Ana Isabel – *Paisagens da Memória. Identidade e Alteridade na Escrita de Ilse Losa*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG)/Minerva Coimbra, 2001.
- MARQUES, Ana Isabel – *As traduções de Ilse Losa no período do Estado Novo: mediação cultural e projeção identitária*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), 2009. Tese de Doutoramento.
- MARQUES, Isabelle Simões – “O romance plurilingue ou como a língua incorpora a cultura do outro”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade - Papers on Language and Society*, vol. 13, n.º 1 (2012), p. 129-149.

- MARQUES, Isabelle Simões – “À la découverte de l’autre: Manuel Alegre et Nuno Bragança, deux écrivains en exil ”. In GHEORGHIU, Andreea et al. (Éds.) – *Agapes francofones. Timișoara: Editura Universității de Vest, 2013*, p. 249-262.
- MARQUES, Isabelle Simões – “A literatura como espelho das migrações entre Portugal e França: análise de interferências e variações linguísticas”. In CID, Teresa et al. (Coords.) – *Portugal pelo mundo disperso*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 319-332.
- MOREL, Jean-Pierre ; ASHOLT, Wolfgang ; GOLDSCHMIDT, Georges-Arthur – *Dans le dehors du monde. Exils d’écrivains et d’artistes au XXe siècle*. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, 2010.
- RICCEUR, Paul – *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- RICCEUR, Paul – *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- ROBIN, Régine – *La mémoire saturée*. Paris: Stock, 2003.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto – “25 de Abril 25 anos depois”. *JL - Letras e Ideias*, 27 de agosto a 7 de setembro de 1999, p. 37-39.
- VITOUX, Pierre – “ Notes sur la focalisation dans le roman autobiographique ”. *Études littéraires*, n° 17 (1984), p. 2.

(Página deixada propositadamente em branco)

**PORTUGAL, THE GERMAN EXILE'S LAND:
THE EXTRAORDINARY CASE OF ILSE LOSA**

Giorgia Sogos

The topography of the German's exile is presented as a dense and vast network of movements in which are inscribed, in a more or less discontinuous way, the escapes, the waits or transfers of the many exiled people, who immediately, in 1933, or in successive waves, left the Third Reich, escaping from different persecution reasons such as political or racial ones. According to this phenomenon's breadth, which affected every corner of the planet to the point that sometimes it was even untraceable¹, as well as to its heterogeneity², it emerges to be very difficult to assert a true exile literature's core³. In this geographical constellation Portugal, however, didn't represent a desired destination

¹ Among the most interesting dispersion events, a consequence of the poverty caused by the exile, Maria Leitner's fate appears as one of the most emblematic. According to Anna Seghers' testimony, the writer of Bulgarian origin was sighted for the last time in Marseille the summer of 1941, as reported by the same Seghers. See: SCHWARZ, Helga – „Maria Leitner – eine Verschollene des Exils?“. In KOEBNER, Thomas et al. (Hrsg.) – *Exilforschung. Ein Internationales Jahrbuch, Fluchtpunkte des Exils und andere Themen*. München, Ed. Text+Kritik, 1987, t. V, p. 123-134.

² STEPHAN, Alexander – *Die deutsche Exilliteratur 1933-1945. Eine Einführung*. München: C.H.Beck Verlag, 1979, p. 51-52. Stephan identifies the different treatment that host countries addressed towards famous and wealthy exiled writers like Thomas Mann, Stefan Zweig, Leo Feuchtwanger. Thanks to their privileged status, they could actually choose the place in which they wanted to settle without any obstacle from the local authorities.

³ STEPHAN – *Op. Cit.*, p. 52.

for the German exiles. Located in a strategic position between Europe and the Atlantic, Portugal was considered by many as a transit country with the hope of being able to quickly leave the European continent in direction of the Americas⁴. Similarly as Liverpool, Marseille, Le Havre, also Porto and Lisbon represented in Europe the major docks. The image of Portugal as a transit country was attested by many German exiled writers, who described it in their travelogues or novels. While the most emblematic case, regarding Marseille, was shown in Anna Seghers' famous novel *Die Transit* (1944), the description of Lisbon provided by Alfred Döblin in *Schicksalsreise. Bericht und Bekenntnis* (1977) is also very significant. Among the several stages of his odyssey, the arrival in the "wunderbares Land"⁵ appears to have saved himself due to the lack of control over its boundaries and to the freedom to move into the "bunte, südliche und friedliche Welt"⁶. Döblin's representation of Lisbon that Pinto Correia considers by far the most detailed of those hitherto produced in the German exile literature⁷, shall be the same as the famous literary evidence of Erich Maria Remarque *Die Nacht von Lissabon* and Alma Mahler-Werfel, who in her autobiography *Mein Leben* recalled "die paradiesische Ruhe in einem paradiesischen Lande"⁸.

Portugal appeared then in the outcasts' perception to be a quiet and peaceful nation, where the fugitives, mostly coming from the South

⁴ VON ZUR MÜHLEN, Patrik – *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa 1933-1945*. (Forschungsinstitut der Friedrich-Ebert Stiftung). Bonn: Dietz, 1992, p. 165-168. See also PINTO CORREIA, Maria Assunção – Abschied von Europa: Portugal als Exil- und Transitland. In KOHUT, Karl; VON ZUR MÜHLEN, Patrik (Eds.) – *Alternative Lateinamerika. Das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1994, p. 28.

⁵ DÖBLIN, Alfred – *Schicksalsreise. Bericht und Bekenntnis*. Solothurn/Düsseldorf: Walter-Verlag, 1993, p. 240.

⁶ DÖBLIN – *Op. Cit.*, p. 240.

⁷ PINTO CORREIA – *Op. Cit.*, p. 27.

⁸ MAHLER-WERFEL, Alma – *Mein Leben*. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1960, p. 319.

of France⁹, could find refuge without the risk of being imprisoned or deported to prison camps. The particular geographic position, together with the favorable conditions that they found, reinforced the misleading idea of a democratic country, where the inherent geographical isolation corresponded to an equally political isolation from the rest of Europe.

These first impressions of the Lusitanian country, as well as the benefits that both Döblin and Alma Mahler-Werfel obtained, didn't correspond to the routine procedure. The massive influx of German-speaking Jews since 1938 was dammed up by the PVDE, *Polícia de Vigilância e Defesa*, already established in 1931 with the aim to ensure the safety and the sociopolitical order of the *Estado Novo*. Acting in close collaboration with the Third Reich, this surveillance, under the command of general Cumano, operated through a smear campaign against stateless people and especially against the Jews. In this regard they were considered by the PVDE as a danger to the country's security. So, while on the one hand, the Portuguese consulate work in a foreign land was often hindered to prevent the entry, and therefore, the granting of visas to dangerous individuals, on the other the Jewish communities already established in Portugal hadn't an easy life¹⁰. However Salazar's policy should not be considered neither anti-Semitic nor Nazi, nor comparable to the "brother" *Estado Novo* of Getúlio Vargas, based on the Brazilian racial superiority idea¹¹.

The transitional German exile nature in Portugal is indicated also in territorial terms, by the lack of networks such as committees, associations and clubs that are present, however, in the countries

⁹ PINTO CORREIA – *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁰ PINTO CORREIA – *Op. Cit.*, p. 31-36. See OFFENHÄUßER, Dieter – "Ilse Losa: Unter fremden Himmeln „...als zöge die Landschaft und wir ständen fest“". In ENGELMAYER, Elfriede; HEß, Renate (Hrsg.) – *Die Schwestern der Mariana Alcoforado. Portugiesische Schriftstellerinnen der Gegenwart*. Berlin: Ed. Tranvia, 1993, p. 179.

¹¹ FURTADO KESTLER, Izabela Maria – *Die Exilliteratur und das Exil der deutschsprachigen Schriftsteller und Publizisten in Brasilien*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1992, p. 38-41.

where the outcasts settled down. Even the absence of religious centres, designed to magnetize the Jewish community, especially the Sephardic one from Hamburg, signalizes the isolation of those that, on the contrary, chose the Lusitanian country as an exile land¹².

In this constellation, the story of Ilse Lieblisch Losa, a German writer with Jewish origins, becomes extraordinary because of its unusual aspect: her stay in Portugal, conceived originally to be temporary, ends up turning into an exile. Born in 1913 in Buer, a small village near Osnabrück, Ilse Lieblisch grew up with her grandparents until the age of six. Then entrusted to the care of her parents, she moved with them and her two younger brothers, Ernst and Fritz, in 1928 to Hildesheim, where she attended high school. The father's death obliged her to abandon the studies and move to England as an au pair girl. After returning to Germany, she found a job as a nurse in Hannover but with Hitler's power rise and the anti-Semitic atmosphere reigning there, she decided to move to Berlin, where she began different jobs. Suspected of being an enemy of the regime and of the *Führer*, described in a letter as a *Verbrecher* (criminal), she was convened in March 1934 in Berlin by the Gestapo. The interrogatory turned out to be a redemption for the young woman, because of her unusual Jew physical appearance – blonde hair and blue eyes – attributed to the so-called Aryan race. She was released with the condition to leave Germany within five days, under the penalty of being arrested¹³. The woman undertook an escape route to Portugal, where she reached her brother Ernst and uncle in Porto¹⁴. Because of her escape, set at the

¹² VON ZUR MÜHLEN – *Op. Cit.*, p. 165-166.

¹³ The information provided about the time that the Gestapo gave to Lieblisch Losa for the escape is somewhat uncertain: while Marques and Nunes assert that Losa had 5 days at her disposal, Offenhäuser indicates 6 days.

¹⁴ For biographical information about Ilse Losa, see: OFFENHÄUSER, Dieter – *Op. Cit.*, p. 181; MARQUES, Ana Isabel – *Paisagens da Memória. Identidade e alteridade na escrita de Ilse Losa*. Coimbra: CIEG/Minerva Coimbra, 2001, p. 44-49; MÜHLSCHLEGEL, Ulrike – ““Portugal? Não fica na Espanha?”: Stereotype und Clichés

initial migratory phase, which was less consistent than the following one, the woman was not impeded by the Portuguese authorities and could enter the country as a tourist due to her valid passport¹⁵. The meeting with the architect Arménio Losa Taveira, turned out in marriage after a year, inducing her to cancel her initial travel plans to America.

The acquisition of the Portuguese citizenship, which regularized her statement, reinforced that decision and saved her from having an uncertain fate as an outcast, due to the mercy of bureaucratic procedures¹⁶. With the achievement of a certain security and economic stability, Ilse Losa could soon insert herself into Porto's society and work as an educator as well as a teacher of children's literature¹⁷. The mastery of Portuguese completed her integration process into that social context. This language was especially used as an instrument for expressing herself as an author in literary works. This conversion process towards the adaptation and the absolute integration in the Portuguese society is emblematic and therefore unusual because only a few writers managed to overcome the language barrier in their respective country of arrival, such as she did during her exile¹⁸. If we take into account the female exile literature it is possible to note that Ilse Losa's case appears to be very similar to many other women writers, who managed to develop their own mechanisms of defense during the exile, adapting themselves to its reality that tested daily

bei Ilse Losa, *Sob céus estranhos*". In DAHMEN, Wolfgang (Ed.) – *Schreiben in einer anderen Sprache. Zur Internationalität romanischer Sprachen und Literaturen*. Tübingen: Narr, 2000, p. 293.

¹⁵ NUNES, Adriana – *Ilse Losa. Schriftstellerin zwischen zwei Welten*. Berlin: Ed. Tranvia - Verlag Walter Frey, 1999, p. 12.

¹⁶ NUNES – *Op. Cit.*, p. 13. BECKER, Sabina – „Zwischen Akkulturation und Entkulturation. Anmerkungen zu einem vernachlässigten Autorinentypus: Jenny Aloni und Ilse Losa“. In KOEBNER, Thomas et al. (Hrsg.) – *Exilforschung ein internationales Jahrbuch. Kultur, Transfer im Exil*. München: Ed. Text+Kritik, 1995, t. XIII, p. 129. MARQUES – *Op. Cit.*, p. 45.

¹⁷ NUNES – *Op. Cit.*, p. 13.

¹⁸ See KREMnitz, Georg – *Sprachen in Gesellschaften. Annäherung an eine didaktische Sprachwissenschaft*. Wien: Braunmüller, 1995, p. 225.

their resistance ability. Whereas for men, the exile was very often considered dangerous because it threatened to degrade them in a subordinate position compared to the one that they could achieve in their country of origin. Nevertheless, the women's ability to respond positively to this process makes them heroines. The willingness to endure suffering allowed them to develop new survival mechanisms to such a point that the creation of a new identity was accomplished and therefore transposed into their own writing¹⁹. However, this conquest, achieved by going beyond the language and culture boundaries, was not easy at all for Ilse Losa. The adoption of Portuguese constitutes the entry into a new phase that inevitably implies the abandonment of the original language. Her double *Heimat* loss, that is, both of her identity as a Jew, denied by the regime, and as a German, who didn't recognize herself any more as affiliated to the Third Reich and hence of the perpetrators' land, produced on Losa a suspension state of her identity. With the purpose to overcome this gap and to help her to find a new homeland her husband persuades her to write in Portuguese. From this struggle comes out a substantial literary production, composed of three novels, and overall, of short stories, collected in various anthologies. On the one hand, among the topics that Losa faced, it is possible to recognize that writing about the exile and its consequences had on her a therapeutic function. So, it was not a coincidence that her first novel, *O Mundo em Que Vivi*, was written according to the advices from her doctor in order to treat her from the depression she was enduring²⁰. On the other hand, the novels written for children are so plentiful that it makes her one of the major children's literature pioneers in Portugal, thence becoming a part of the school programs²¹. With the renunciation of the German

¹⁹ BECKER – *Op. Cit.*, p. 114-115.

²⁰ NUNES – *Op. Cit.*, p. 13. See also www.nzz.de

²¹ LOSA, Ilse – *Caminhos sem Destino*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 9-10.

language, dictated by the need to overcome her isolation, especially in the family context,²² Losa could enter in the literary panorama as a Portuguese writer²³. Nevertheless, the only contact channel with her mother language was represented through the translation of works from authors like Thomas Mann, Kafka, Brecht, thus assuming the mediator role between the German and the Portuguese cultures.

The suspension condition corroborated by the loss of her *Heimat*, on the one hand, and the encounter with *das Fremde*, i.e. with Portugal as an *Exilland*, on the other hand, is thematized in her last novel, *Unter fremden Himmeln*. Not only written in Portuguese but also translated into German by Losa, this work established her as a writer providing, in the Lusitanian literature context, a new framework about the difficult conditions of the German exiles in Portugal²⁴. As many scholars, such as Ana Isabel Marques²⁵, rightly pointed out, this novel can be considered as a sequel to the first one, *O Mundo em Que Vivi*. In both it is actually possible to find in fictional episodes traces of her real life. Among these the most important is certainly the interrogation that Rose Frankfurter underwent due to the Gestapo before she was finally released²⁶. The novel ends with the scene of Rose who, in the background of a Berlin that by the time was contaminated by the

²² NUNES – *Op. Cit.*, p. 13.

²³ MENDES – *Op. Cit.*, p. 41.

²⁴ NUNES – *Op. Cit.*, p. 21.

²⁵ MARQUES – *Op. Cit.*, p. 86. See also p. 33. Marques mentions here Georg Rudolf Lind's assertion, who considers the two novels as a biography divided into two parts.

²⁶ ENGLMANN, Bettina – *Poetik des Exils. Die Modernität der deutschsprachigen Exilliteratur*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001, p. 248. Recognizing the parallels between the protagonist and the author, the researcher points out the fictional character of the work. See also WALL, Renate – *Lexikon deutschsprachiger Schriftstellerinnen im Exil 1933-1945*. Freiburg in Br.: Kore, 1995, t. I, p. 258. Wall considers *O Mundo em que Vivi* “ein halbautobiographischer Roman” – that is, a half-autobiographical romance.

Nazis, gets lost among the anonymous crowd²⁷. The narrative thread, that at the first glance seems to be uninterrupted, ideally continues in the novel *Unter fremden Himmeln* through a male perspective. Another convergence point is that, just as *O Mundo em Que Vivi* is considered as a sort of *Bildungsroman*²⁸, also *Unter fremden Himmeln* outlines the evolution of the soul. This process, however, is still in an ongoing phase, without a conclusion. The protagonist's condition, presented from the outset on – José is in a clinic waiting room in Porto, where his wife is hospitalised in labour – induces him to mull over his own existence. The analyzed subject concerns his arrival as an exile in Portugal, due to the violence in Germany, where he decided to remain. The progression of minutes, signaling the birth of a new life, collides paradoxically with the termination of the chronological temporal boundaries in which José, going from one memory to another, succeeds to clarify within himself the meaning of his stay in Portugal. The whole text presents itself in a tapestry, which strings are held together as a memory of life fragments, but which temporal levels cut across and often overlap each other. In a sort of self-analysis, the inexorable flow of thoughts is interrupted from time to time by observations on the present as well as by projections on the future.

The story of Josef/José is about an expatriate who tries to integrate in Porto's local society²⁹, reflecting, therefore, not only the author's vision but also her conditions during her long adaptation process "unter fremden Himmeln"³⁰. However, as Mendes remarks, the adoption of the male perspective corresponds to Losa's brother one, Ernst Lieblich,

²⁷ LOSA, Ilse – *Die Welt in der ich lebte: die Geschichte der Rose Frankfurter*. Freiburg: Beck & Glückler, 1990.

²⁸ MARQUES – *Op. Cit.*, p. 71.

²⁹ MARQUES – *Op. Cit.*, p. 127.

³⁰ MARQUES – *Op. Cit.*, p. 127-129. See also OFFENHÄUßER – *Op. Cit.*, p. 171. SANTOS, Américo Oliveira – *Op. Cit.*, p. 11 (See note 11).

to whom the story is in part inspired³¹. The novel appears as an emblem because it offers a socio-historical framework from Porto in the thirties and forties, where the clash between different cultures, fueled by prejudices and clichés about Portugal and its inhabitants, are described³². In chronological order the first image from Portugal is given by rabbi Reh and Josef's parents. They agree on the idea of a small and isolated country, quite retrograde and closed in its glorious past. Although this image was filtered through instruments like the old fashioned and outdated encyclopedia that the *good old man* consults or the letter from Arthur Lindomonte, also the second one, given by Josef at the time of his arrival, coincides paradoxically. Firstly, the stranger comes across the poverty: venturing into a popular neighborhood, he is amused by poor children playing in the street and also the accommodation offered by Souza is revealed to be a kind of deposit without windows, which must be shared every now and then with the house women³³. These first close-minded reality impressions, that even the mother in a mixture of ignorance and apprehension could predict, are enriched by the encounters with the local inhabitants, putting more into evidence the cultural differences. The landlord Senhor Souza best embodies the typical portrait of a Portuguese man³⁴: authoritarian and somewhat old-fashioned, Souza plays the role of a householder, controlling the work of three women, who live with him. These characteristic features are transferred in name of Sr. Ribeiro Pinto who, with his stubborn and male chauvinist nature, completes the Southern European depiction, recognized for his frankness, talkativeness and cordiality. The text reveals a kaleidoscope of perspectives resulting from the comparison between two different

³¹ MENDES – *Op. Cit.*, p. 130.

³² See MÜHLSCHLEGEL – *Op. Cit.*, p. 294-295. MARQUES – *Op. Cit.*, p. 160.

³³ MENDES – *Op. cit.*, p. 128. See OFFENHÄUßER – *Op. cit.*, p. 172.

³⁴ OFFENHÄUßER – *Op. cit.*, p. 173.

cultures, one local and one from the exiles, contaminated by bias. The Portuguese verbal and behavioral codes result often for the North Europeans in occasions of misunderstanding or irritation. The spontaneous and inappropriate use of hygiene outside by suitable places, for example in the third-class compartment, as well as the habit of spitting of the officer at the U.S. consulate, are interpreted as signs of incivility by Josef. Even the family Lindomonte, who was waiting for the American visa, lists to the newcomers a number of objections against the Portuguese society that reveals their tragic isolation. Mr. Lindomonte's gratitude for the country from which his descendents come and that has welcomed him, is in contrast with his wife and daughter's endure. The intolerance towards the eating habits in addition to the inability to overcome the language barrier, reveals, in the case of his wife, a surpassing homesickness. The daughter's allegations show, on the other hand, the attempt of rebellion both in terms of a generational conflict against the school system and of women's emancipation struggle. The denunciation of the young girl of the women subordinate role and their segregation within the family sphere is interpreted as a form of regression and social injustice; in an opposite cultural point of view, nevertheless, the conduct of the foreigner woman, who enjoys the nightlife, is considered sinful by Dona Branca and Ambrosina's puritan perception.

To reinforce the distance between the two contexts is the dogmatic behavior with which the Portuguese consider the exiles as slackers, without knowing their daily difficulties³⁵. And it is exactly this thoughtlessness and quietness in which the Portuguese live, isolated from the contemporary tragedies, to be denounced by the exile community of *Café Superga*. The reason for the unbridgeable barrier arises, according to the writer Egon Frank, just by the diversity of their lives that makes, therefore, the Portuguese unable to understand

³⁵ See NUNES – *Op. Cit.*, p. 94-95.

the experience of being uprooted. Likewise, Josef, thinking about the fate of being homeless, feels at the end even envy towards this sedentary people who did not know any hardships³⁶. The critical tone is not muted even after his long years of permanence: the comments about the clinic's unhygienic conditions are followed by the avenue's scarcity of illumination and his aversion to an impertinent mother-in-law. This attitude reveals, even after many years, how José is not able to completely overcome the sense of strangeness towards the country that welcomed him. On the early stage of his stay in Porto, the young man approaches the characters of Nils and Hannah with whom he shares the disconsolate fate to be in an exile. The unrequited love for the gloomy Hannah and the friendship with the cosmopolitan Nils influences his idea of a continuous wandering, dictated by their own inability to adapt³⁷. In the course of the story this belief is brought into discussion by the relation with the painter Gil Roseira and Teresa. Both Teresa and Gil act as cultural mediators between the inside (that is, the Portuguese world) and the outside. Replacing Nils and Leslie, figures of the past, Gil and Teresa lead the stranger slowly to the inclusion into the Portuguese society. The meeting with Teresa, fulfilled with the marriage, restores José from his bewilderment as well as from his despair: thanks to her intervention, the young man restarts to love and becomes a regular Portuguese citizen³⁸. Teresa's rescue function also emerges after the return to Germany with José. Faced with a post-war rebuilt country, which José no longer recognizes as his homeland, Teresa tries to save her husband gradually from the pain of the new loss; José can overcome it completely only with the birth of his child³⁹. Equally crucial is the teaching of the Portuguese

³⁶ See NUNES – *Op. Cit.*, p. 72.

³⁷ See NUNES – *Op. Cit.*, p. 21-22. See also p. 61-67.

³⁸ See MARQUES – *Op. Cit.*, p. 139.

³⁹ See NUNES – *Op. Cit.*, p. 111-115. OFFENHÄUßER – *Op. cit.*, p. 177-178. MARQUES – *Op. cit.*, p. 142.

painter, as well as his roommate, Gil, whose marginal position as an unacknowledged artist makes José intimately connect with him. The protagonist even shares Gil's critical attitude towards his countrymen⁴⁰. Thanks to Gil, a *sui generis* personage, José learns that metamorphic rule according to which every human being is not exclusively the result of its past but a constantly evolving entity based on the experiences that it has already lived. Incorporating past and present, this positive legacy, which José preserves even after his friend's death, attests to his openness to the future, thus the willingness to adapt himself to the new situation and to put his roots down at last.

The reflection of José's personal experience story makes Losa recognize the importance of love and friendship in the process of overcoming strangeness as well as the achievement of stability⁴¹. Referring to the case of Losa, is it possible then to talk about a total conquest in the assimilation process? Was Portugal for her a new home? Although Losa's efforts were rewarded with the official recognition as a Portuguese writer, such victory overshadows a very deep endure: she declared in an interview in 1989 that only the mother language represents the true home, but years later she regrets giving up her German as an instrument of literary production⁴². But just because all achievement implies always a giving up, also in the case of Ilse Losa her great success in Portugal delayed the so-coveted acknowledgment in her homeland. Only in the early nineties, after the publication of her German translated novels, does the name Ilse Losa become popular in Germany. This appreciation, however, soon gives place to an ungrateful forgetfulness. Losa's ascending parable ends so in Portugal, where she is still remembered even many years after her death. It is now up to scientific research in Germany to restore

⁴⁰ MENDES – *Op. Cit.*, p. 81.

⁴¹ NUNES – *Op. Cit.*, p. 80-83; p. 116-122.

⁴² NUNES – *Op. Cit.*, p. 13-14.

dignity to the figure of this writer and, first of all, of a woman, who was able to overcome the not-so-easy language and cultural barriers, and to give voice to her own life.

Bibliography

- LOSA, Ilse – *Die Welt, in der ich lebte. Die Geschichte der Rose Frankfurter*. Freiburg: Beck & Glückler Verlag, 1990. Roman aus dem Portugiesischen von Maralde Meyer-Minnemann unter Mitarbeit der Autorin.
- LOSA, Ilse – *Unter fremden Himmeln*. Freiburg: Beck & Glückler Verlag, 1991. Von der Autorin aus dem Portugiesischen übersetzt und überarbeitet.
- LOSA, Ilse – *Caminhos sem Destino*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 9-17.
- ALBONICO, Aldo – *Antonio de Oliveira Salazar creatore dello “Estado novo” portoghese*. In RANEIRO, Romain (Ed.) – *I personaggi della storia contemporanea*. Milano: Marzorati Editore, 1980, p. 584-652.
- BECKER, Sabina – “Zwischen Akkulturation und Enkulturation. Anmerkungen zu einem vernachlässigten Autorinentypus: Jenny Aloni und Ilse Losa”. In KOEBNER, Thomas; KÖPKE, Wulf; KROHN, Claus-Dieter (Ed.) – *Exilforschung. Ein internationales Jahrbuch, Kulturtransfer im Exil*. München: Ed. Text+Kritik, 1995, t. XIII, p. 114-136.
- ENGLMANN, Bettina – “Verfremdende Kinderblicke auf Deutschland – Ilse Losa: Die Welt, in der ich lebte”. In ENGLMANN, Bettina – *Poetik des Exils. Die Modernität der deutschsprachigen Exilliteratur*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 2001, p. 248-258.
- HAMMER, Gerd – “Ilse Losa. Zum 100. Geburtstag von Ilse Losa. „Heimat in der Ferne“”. *Neue Zürcher Zeitung* [online], 13/10/2013. Retrieved from: www.nzz.ch
- KAY, Hugh – *Die Zeit steht still in Portugal. Hintergrund eines politischen Systems*. Bergisch Gladbach: Gustav Lübbe Verlag, 1971.
- KOHUT, Karl; VON ZUR MÜHLEN, Patrik (Hrsg.) – *Alternative Lateinamerika. Das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1994.
- KREMnitz, Georg – *Sprachen in Gesellschaften. Annäherung an eine dialektische Sprachwissenschaft*. Wien: Braumüller, 1995, p. 219-228.
- LISTOPAD, Jorge – *Ilse Losa em 7 parágrafos. Ler. Livros & Leitores*, n.º 6 (primavera 1989), p. 28-29.
- MARQUES, Ana Isabel – *Paisagens da Memória. Identidade e alteridade na escrita de Ilse Losa*. Coimbra: CIEG/Minerva Coimbra, 2001.
- MÜHLSCHLEGEL, Ulrike – ““Portugal? Não fica na Espanha?": Stereotype und Clichés bei Ilse Losa, *Sob céus estranhos*”. In DAHMEN, Wolfgang; HOLTUS, Günter; KRAMER, Johannes; METZELTIN, Michael; SCHWEICKARD, Wolfgang; WINKELMANN, Otto (Hrsg.) – *Schreiben in einer anderen Sprache. Zur Internationalität romanischer Sprachen und Literaturen*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2000, Romanistisches Kolloquium XII, p. 293-303.
- Nunes, Adriana – *Ilse Losa. Schriftstellerin zwischen zwei Welten*. Berlin: Ed. Tranvia – Verlag Walter Frey, 1999.

- OFFENHÄUSER, Dieter – “*Ilse Losa: Unter fremden Himmeln ...als zöge die Landschaft und wir ständen fest*” In ENGELMAYER, Elfriede; HE , Renate (Hrsg.) – *Die Schwestern der Mariana Alcoforado. Portugiesische Schriftstellerinnen der Gegenwart*. Berlin: Ed. Tranvia, 1993, p. 170-184.
- PINTO CORREIA, Maria Assunção – “Abschied von Europa: Portugal als Exil- und Transitland”. In KOHUT, Karl; VON ZUR MÜHLEN, Patrik (Hrsg.) – *Alternative Lateinamerika. Das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1994, p. 27-39.
- ALEXANDER, Stephan – *Die deutsche Exilliteratur 1933-1945. Eine Einführung*. München: C.H.Beck Verlag, 1979.
- VON ZUR MÜHLEN, Patrik – *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa 1933-1945* (Forschungsinstitut der Friedrich-Ebert Stiftung). Bonn: Dietz, 1992, p. 115-171.

SENTIR-SE SURREALISTA EM PORTUGAL: OS EXÍLIOS (NÃO) DEMANDADOS DOS SURREALISTAS

Maria João Simões

*Quando a pátria que temos não a temos
Perdida por silêncios e por renúncia
Até a voz do mar se torna exílio
E a luz que nos rodeia é como grades
Sophia de Mello Breyner Andresen*

1. Ser surrealista: possibilidade mitigada e perseguição no Estado Novo

O movimento surrealista teve as suas primeiras manifestações em Portugal não apenas depois de instaurado o regime do Estado Novo mas, mais do que isso, quando o regime já tinha encetado uma escalada de iniciativas para se manter e se autoprotger. Em 1947, quando se forma o primeiro grupo surrealista — o Grupo Surrealista de Lisboa — a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) já tinha dado lugar à PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que, para além de polícia política, tinha funções nos serviços estrangeiros e de fronteiras. O ano de 1947 é o ano em que Salazar ilegaliza o MUD e persegue elementos da oposição ao regime que, depois do fim da 2.^a Guerra Mundial, se estava tornando mais ativa e organizada.

Os surrealistas participaram em várias atividades de oposição ao regime e, desde muito cedo, as suas exposições e reuniões foram seguidas pela PIDE, constando registos destes eventos em vários processos do arquivo desta polícia¹. Alguns dos surrealistas participaram na campanha eleitoral de Norton de Matos para as eleições de 1949, das quais o general desistiu por não haver condições de voto livre, na sequência de idêntica decisão do MUD. Por exemplo, Mário Henrique Leiria será preso a 11 de fevereiro², sobretudo pelo seu envolvimento nesta campanha, para a qual remetia também a capa da 1.ª exposição do Grupo Surrealista de Lisboa.

Aliás foram vários os surrealistas que estiveram presos, como aconteceu com Alexandre O'Neill que assinou, em novembro de 1953, o manifesto “Pela Paz entre as Nações” e foi detido em 20 de dezembro por participar, no aeroporto, na receção de homenagem a Maria Lamas que regressava da reunião do Conselho Mundial da Paz. É de notar que Maria Lamas era uma figura muito importante da resistência: esteve presa por diversos períodos, sendo a primeira prisão, em 1949, em incomunicabilidade. Foi forçada a exilar-se várias vezes entre 1953 e 1962³.

Como expõe a historiadora Adelaide G. Tcheng⁴, nos arquivos da PIDE encontram-se as fichas de muito escritores surrealistas, tendo a maioria deles entres dois a cinco processos. A oposição dos surrealistas é manifestada claramente na 1.ª Exposição do Grupo Surrealista de

¹ ROCHA, Francisco Canais – “Norton de Matos A campanha eleitoral contra a ditadura fascista foi há 60 anos”. *Jornal da Fiequimetal*, n.º 4 (abril 2009), p. 187

² TCHEN, Adelaide Ginga – *A Aventura Surrealista*. Lisboa: Colibri, 2001, p. 193-194.

³ GARROCHINHO, António – “Maria Lamas. Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893-1983)”. *Desenvolturas & Desacatos* [Em linha], 26 de junho 2011. Disponível em: <http://desenvolturasedesacatos.blogspot.pt/2011/06/maria-lamas-maria-da-conceicao-vassalo.html>

⁴ TCHENG, Adelaide G. – *Op. Cit.*, p. 189.

Lisboa, tornando-se mais conhecida do público pelo facto de ser apresentada com uma capa antifascista e ter sido proibida pela censura.

Cesariny, por exemplo, foi preso várias vezes por participar nas atividades surrealistas e “por atentado aos bons costumes”. O seu processo na PIDE refere a sua ida para Paris, em 1947, onde frequentou a Academia de La Grande Chaumire e onde contactou com os surrealistas franceses⁵. O relator do processo alude à sua reputação: “segundo consta é um miserável”; ora, para além da explícita avaliação moral, o facto de não ser abastado era um elemento que o tornava ainda mais suspeito, pois levanta a suspeita de que poderia ter ido para Paris com alguma bolsa de origem comunista⁶. Só em 1962, poderá voltar a Paris, pedindo ajuda a Vieira da Silva⁷ para escapar às constantes perseguições da PIDE. A pintora enviou-lhe um quadro cuja venda permitiu ao poeta ir para Paris durante algum tempo. Cesariny foi um dos primeiros a apreciar e a escrever sobre a pintura de Vieira da Silva, publicando uma “Carta aberta à pintora Vieira da Silva” e o texto com o sugestivo título “Maria Helena Vieira da Silva, pintora de renome universal, é quase uma desconhecida no nosso país”⁸. Na carta pública, Cesariny expressa “uma insistente exposição do desejo, necessidade e valor, de [ver] a sua obra franqueada ao público, em Lisboa”, mas alerta logo de seguida: “esta notícia não é um chamamento.

⁵ Em 1947, Cesariny conheceu André Breton em Paris, mas, numa entrevista ao jornalista Vladimiro Nunes disse: “É. Mas eu já ia surrealista, não fui lá ser surrealista. Queria era conhecê-lo!” (CESARINY, Mário – “Entrevista” (realizada pelo jornalista Vladimiro Nunes). *Sol*, 7 de outubro de 2006. Disponível em linha: <http://cesariny.blogspot.pt>).

⁶ TCHENG – *Op. Cit.*, p. 192.

⁷ Na referida entrevista, o jornalista relembra: “O Mário também costuma falar de uma estada em Paris, financiada com a venda de um quadro da Vieira da Silva... — É verdade. Eu escrevi-lhe a dizer: ‘Maria Helena, estão a apertar muito o rabo do gato’. A polícia fazia-me lá ir como suspeito de vagabundagem. Então, a Vieira da Silva, através do Manuel Cargaleiro, deu-me um quadro dela, muito bonito. Eu só pedia dinheiro para a passagem, mas aquilo rendeu imensa massa, que eu fui conspicuamente gastar lá para fora.” (CESARINY – *Op. Cit.*).

⁸ Textos publicados no Jornal *Cartaz*, em junho e julho de 1952.

É uma homenagem. De maneira nenhuma nos pertence “chamar” de quem de tão alta maneira chamou a si o Mundo. É a nós que pertence ir ter consigo, com a sua Arte”. Mais tarde, o poeta interpretará este final como querendo dizer “que, era favor não pensasse em voltar, [que] ficasse onde estava”⁹. Queria o poeta dizer que o ambiente em Portugal era tão sufocante, mesquinho e provinciano que seria um desperdício se Vieira da Silva viesse para Portugal — o que o poeta expressa em carta da seguinte forma:

“A Maria Helena tem sido, aqui, o grande susto – a hipótese da saúde. Agora, os nossos doentes propõem-se aptos a respirar o seu oxigénio, sem repararem muito em que é o de uma altura a que a Maria Helena os coloca. Claro que haverá muitos muito leais admiradores. Mas ser-se admirador não é difícil – não é o mais difícil. Sinto, em suma, que os que se chamam portugueses deveriam ter uma vergonha horrível de falar de si. Verdade é que os portugueses falam pouco, de uma maneira geral”¹⁰.

Cesariny não saiu de Portugal senão temporariamente, só porque não tinha situação financeira que lhe permitisse sair do país.

Já Fernando Lemos, pintor e fotógrafo, conseguiu sair do país, pois emigrou para o Brasil em 1953; porém, esta emigração é uma forma encoberta de exílio, pois, na verdade, ele era procurado pela PIDE que emitiu uma ordem de captura sobre ele, constando no processo o “solicitar a título devolutivo o respectivo bilhete de identidade”¹¹. De acordo com o que o próprio artista esclarece, num texto publicado em 1967, num jornal brasileiro, a concessão do seu passaporte para

⁹ CESARINY – *Op. Cit.*, p. 5.

¹⁰ CESARINY – *Op. Cit.*, p. 42.

¹¹ TCHEN – *Op. Cit.*, p. 198.

emigrar deveu-se a uma confusão de nomes, pois o seu nome artístico era diferente do seu nome de registo.

Esta e outras situações explicam porque não surgem de forma muito explícita referências ao exílio: alguns surrealistas saíram da pátria para não regressarem mais; outros “emigraram” como forma de fuga; outros, ainda, conseguiram partir, mas foram obrigados a voltar por questões económicas. Para além de todas estas situações, acresce que, para muitos, o exílio foi um exílio interior e a saída de Portugal muito desejada, mas impossível de concretizar.

Alguns aspetos e matizes das noções de exílio

A este propósito convém, então, ponderar algumas diferenças e alguns matizes sobre as noções de exílio, tal como aqui são entendidas.

Edward Said, em 1984, escreve o seu célebre ensaio “Reflexões sobre o exílio”¹², onde aborda a questão da vivência do exilado salientando a fratura vivencial que origina e a dualidade e ambivalência do sentir e do estar do exilado:

[...] estranhamente o exílio inculca-nos a pensar sobre ele, mas é terrível de vivenciar. (...) Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre um eu e seu verdadeiro lar. Sua tristeza essencial jamais pode ser superada (...) As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (...) Os exilados são sempre excêntricos que sentem a sua diferença (ao mesmo tempo que, com frequência, a exploram)¹³.

¹² Este ensaio é reunido mais tarde na obra *Reflections on exile and others essays*, publicada em 2000.

¹³ SAID, Edward – *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46, 55.

Na teorização de Edward Said, é fundamental quer a ideia de coação quer a ideia de perda:

“O exílio é irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico, é produzido por seres humanos para outros seres humanos, é uma condição criada para negar a dignidade e a identidade das pessoas. Nesse sentido o exílio não pode ser posto ao serviço do humanismo”¹⁴.

Este modo de concetualizar o exílio permite incluir certas situações vividas pelos surrealistas como a do exílio interior ou interno ou, ainda, a da suposta emigração que, em alguns casos é uma forma encapotada de exílio.

Por sua vez, Claudio Guillén¹⁵, no texto “On the Literature of Exile and Counter-exile” distingue a “literatura de exílio” da “literatura de contraexílio”, dizendo que a primeira, situada no lugar de exílio, dá voz à experiências de forma direta ou confessional, perfilando-se como vinculada a ideia de cultura específica unitária e a “sentimentos modernos de nacionalismo”; a segunda implica que o autor escreva desde o exílio, distanciando-se dele e reagindo às condições sociais e políticas que o envolvem. Considerando Ovídio com uma figura arquetípica do exilado, em “El sol des desterrados”, de 1998, o conhecido comparatista afirma que o exilado se expõe como uma “sensibilidade afligida, negativa, centrada no protesto, na nostalgia, na lamentação”¹⁶.

Num estudo mais recente, McClennen contesta as perspetivas dualistas de alguns teóricos e a categorização dualista de Claudio

¹⁴ SAID, E – *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁵ GUILLÉN, Claudio – “El sol de los desterrados”. In *Múltiples Moradas – Ensayo de literatura comparada*. Barcelona: Tusquets Editores, 1998, p. 279.

¹⁶ *Idem*, p. 36.

Guillén — exílio (nostálgico) e contraexílio (criativo), propondo uma abordagem compreensiva da tensão dialética entre estes lados. Baseando o seu estudo em vários autores de Espanha e da América Latina estudados, esta investigadora afirma que muitos textos, com efeito, mostram ambos os lados desta dialética numa tensão não solucionável.

Propõe-se analisar o exílio sob vários ângulos, cruzando quatro componentes cruciais:

“Utilizo estes casos para defender uma teoria da escrita do exílio que reflita estas tensões e recuse privilegiar apenas uma faceta das complexas condições culturais do exílio. É minha ideia fundamental sustentar que a literatura de exílio contém uma série de tensões dialéticas que se desenvolvem à volta de componentes centrais da identidade cultural do exílio: nação, tempo, linguagem e espaço¹⁷.

Se se pretender aprofundar este cruzamento de fatores e adentrar na sua complexidade deverá considerar-se uma granulagem mais fina relativamente aos fatores implicados nos movimentos migrantes. Pioneiros neste campo foram os teóricos do chamado “transnational turn” que salientaram os mecanismos de retroação e reciprocidade que se verifica em muitos dos movimentos migrantes.

Investigadores do fenómeno migrante apontam como atualmente se acentuam alguns destes aspetos:

[A] migração transnacional surg[e] dentro de espaços sociais fluidos que são constantemente reconfigurados através do

¹⁷ McCLENNEN, Sophia A. – *The Dialectics of Exile. Nation, Time, Language and Space in Hispanic Literatures*. West Lafayette/Indiana: Purdue University Press, 2004, p. 2.

envolvimento dos migrantes em mais do que uma sociedade simultaneamente¹⁸.

Embora se acentuem no mundo contemporâneo, certas características dos fluxos migratórios marcaram sempre os seus movimentos:

Os migrantes mantêm relações múltiplas — familiares, social, organizativa, religiosa e política — que atravessam e ligam fronteiras¹⁹.

Este tipo de entendimento relacional, de malha apertada, permite perceber melhor as situações específicas dos artistas surrealistas relativamente às questões do exílio e da emigração, facultando a possibilidade de deslindar os nós das relações estabelecidas dentro do tecido social dos meados do século.

Isolamento e exílio num (de um) país ignorante

Neste sentido, relativamente aos artistas surrealistas, ou próximos do surrealismo, é possível observar-se uma diáspora diversificada com características diferenciadas e com uma gradação evidente – gradação essa que vai da recusa de saída por parte do poder e do Governo até à recusa de concessão de Bilhete de Identidade.

Num dos extremos estará o caso do **exílio “interno e interior”** dos que não puderam partir, como aconteceu com O’Neill. É conhecida

¹⁸ BASCH et al., apud LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadia – “Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends”. *The Annual Review of Sociology*, vol. 33 (2017), p. 129-156. Retrieved from: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.soc.33.040406.131816>

¹⁹ SCHILLER et al., apud BAILEY, Adrian J. – “Turning transnational: notes on the theorisation of international migration”. *International Journal of Population Geography. Special Issue: “(Re)theorising Population Geography”*, Vol. 7, No. 6 (November/December 2001), p. 413–428. Retrieved from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijpg.239>

a sua história de “amor contrariado”: quando Nora Mitrani, escritora surrealista francesa vem a Lisboa proferir a conferência “A razão ardente”, a tradução do texto²⁰ é feita por O’Neill que, nessa altura, se apaixonou perdidamente por ela. Quis segui-la para França, mas não lhe foi concedido o passaporte, tendo a PIDE impedido a sua saída, considerada perigosa para o regime a sua saída de Portugal.

É bem conhecido o poema “Um Adeus Português”²¹, onde o poeta fixou esta sofrida experiência: “Nos teus olhos altamente perigosos / vigora ainda o mais rigoroso amor (...) Não tu não podias ficar presa comigo / à roda em que apodreço / apodrecemos / (...) a esta pequena dor à portuguesa / tão mansa quanto vegetal / Não tu não mereces esta cidade não mereces / esta roda de náusea em que giramos / até à idiotia / (...) tu és da cidade aventureira / da cidade onde o amor encontra as suas ruas / onde morres ou vives não de asfixia / mas às mãos de uma aventura (...) digo-te adeus / e como um adolescente / tropeço de ternura / por ti.”²².

É notória a crítica do provincianismo português, mas, mais ainda, a denúncia da opressão e do medo instaurados pelo regime salazarista. Em contraponto, é detetável a heteroimagem idealizada que O’Neill tece da cidade dos artistas — a cidade que, segundo o poeta, preza e preserva a liberdade.

Depois de ter sido preso em 1953, por ter participado na recepção de Maria Lamas, as suas atividades são vigiadas. Em 1965, não lhe é concedida autorização para sair do país — o que o poeta não acata saindo a 9 de Julho para França²³.

²⁰ MARINHO, Maria de Fátima – *O Surrealismo em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1987, p. 67.

²¹ O poeta integrou, depois, este poema no volume de poesia *No Reino da Dinamarca*, publicado em 1958.

²² O’NEILL, Alexandre – *Poesias Completas*. 3.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 2002, p. 52.

²³ TCHENG – *Op. Cit.*, p. 203.

Não espanta, pois, que através da sátira e do humor – recursos estilísticos muito utilizados pelos surrealistas — Portugal seja reiteradamente fustigado em vários poemas, entre os quais se destaca o célebre poema intitulado “Portugal”, que inicia o seu volume de poesias intitulado *Feira Cabisbaixa*, de 1965: “Ó Portugal, se fosses só três sílabas, / linda vista para o mar, Minho verde, Algarve de cal, /(...) Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo, / (...) feira cabisbaixa, /meu remorso, /meu remorso de todos nós...”²⁴.

No rol de temas recorrentes, salienta-se o tema da ignorância do país e a desconstrução da falsa da imagem e do falso autoimagotipo construídos pelo regime, como O’Neill expõe no poema “O País Relativo”, publicado no volume anteriormente referido: “País por conhecer, por escrever, por ler... /(...) País dos gigantones que passeiam / a importância e o papelão, /inaugurando esguichos no engonço / do gesto e do chavão. / (...) País pobrete e nada alegrete, / baú fechado com um aloquete (...)”²⁵.

Sob uma grande influência dos princípios do Surrealismo francês, os surrealistas procuram criar associações inusitadas, expressar o ineditismo do “acaso objetivo” e da “escrita automática” que rejeita o controlo da razão, explorando para tal diferentes procedimentos artísticos, entre os quais se encontram, por exemplo, as colagens, os ‘inventários’, as ‘definições de dicionários’. No caso português, acresce que estes procedimentos tinham também um propósito político, pois a associação de ideias e imagens ao acaso tornava mais difícil a interpretação das mensagens, tal como os procedimentos referidos ajudavam a encriptar os significados, permitindo assim carrear mensagens mais difíceis de censurar, pela estranheza que apresentam.

Em Cesariny ressaltam os temas da morte, do perigo e da demanda solitária, tal como acontece, por exemplo, no “Poema podendo servir

²⁴ O’NEILL – *Op. Cit.*, p. 211.

²⁵ O’NEILL – *Op. Cit.*, p. 226.

de posfácio”, publicado na obra *Discurso Sobre a Reabilitação do Real*, de 1952: “ruas onde o perigo é evidente / braços verdes de práticas ocultas / cadáveres à tona de água / girassóis / e um corpo / um corpo para cortar as lâmpadas do dia /(…) ou um rosto um rosto solitário como barco em demanda de vento calmo para a noite”²⁶.

Sem recursos, perseguido pelo regime e hostilizado pelo seu estilo de vida, Cesariny apresenta-se como um ‘outsider’, configurando assim uma outra espécie de exílio: um ‘estar fora’ do centro — um exílio-margem. Não admira então que o poeta afirme no seu poema “Autografia”, publicado na obra *Pena Capital*: “O meu nome está farto de ser escrito na lista dos tiranos: condenado à morte!”²⁷.

Gradientes do sentimento de exilado nas vivências surrealistas

Estes casos permitem pensar uma espécie de cartografia das situações de exílio que parte do desenho dos gradientes de afastamento relativamente a um centro “oficial”, ou, pelo menos, um centro social — mais imposto do que aceite.

Neste sentido, e continuando a percorrer as situações de exílio, pode salientar-se a figura de António Pedro que esteve primeiro ligado ao movimento dimensionista em Paris. Dentro de um espírito vanguardista efémera e ambigualmente apoiado pelo regime, em 1939, 1942 e 1943 participou nas exposições do Secretariado de Propaganda Nacional, pelo que esteve ligado à direita conservadora; porém, a falta de liberdade cedo o afasta desta ligação, vindo a ser conhecido pela sua voz de oposição ao regime quando é correspondente da BBC em Londres, de onde fez crónicas radiofónicas para Portugal, durante os últimos dois anos da 2.^a Guerra Mundial. No Reino Unido adere ao movimento surrealista inglês. Por estas razões, para o regime, ele

²⁶ CESARINY – *Op. Cit.*, p. 100.

²⁷ CESARINY – *Op. Cit.*, p. 36.

apresenta-se como alguém que envia e traz ‘ideias perigosas’ para o país — o que se vem a comprovar pelo seu envolvimento na campanha de Norton de Matos, em 1949. Depois de ter vivido algum tempo em Lisboa, com o endurecimento do regime, a partir de 1951, resolve “autoexilar-se” partindo para Moledo, no Minho, onde se dedicará sobretudo à cerâmica (ainda que com algumas incursões no teatro e em outras atividades artísticas). Esta outra situação, poder-se-á designar por **exílio intramuros**.

Configurando um grau de afastamento maior surge o caso do **exílio-migratório** do pintor Cruzeiro Seixas que decide entrar para a Marinha Mercante em 1951, partindo primeiro para o Oriente e depois, em 1952, para Angola, que abandonará, com grande pena sua, aquando da guerra colonial.

Um outro grau diferente será o do **exílio-fuga** representado no caso, acima referido, do pintor e fotógrafo Fernando Lemos: embora procurado pela PIDE, o engano propiciado pela diferença entre o nome artístico e o nome real permitiu-lhe obter o passaporte e partir para o Brasil como emigrante. Semelhante a este é também o caso de Mário Henrique Leiria que “foge” para o Brasil depois da singular (porque algo ingénuo e divertida, mas também engenhosa e corajosa) “Operação Papagaio” — o assalto fracassado ao Rádio Clube Português — que o levou à prisão²⁸.

Um caso diferente é o de António Dacosta que parte para Paris em 1947, mas, estranhamente, deixa de pintar — gesto a que os alguns companheiros atribuíram um certo carácter mítico. Ele representa aquilo que se pode designar por **exílio-desistência**, ou **exílio-deserto** da alma.

²⁸ LOURES, Carlos – “Operação Papagaio — a ação armada dos surrealistas contra a ditadura (A realidade competindo com a ficção). *Estrolábio* [Em linha], 8 de julho 2010. Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/286715.html>

Diferente se apresenta o caso do poeta Ant3nio Maria Lisboa, figura singular, aureolada e mitificada sobretudo por Cesariny, que ilustra uma situa73o que se poder3 designar por **ex3lio demandado**. Com efeito, em 1949 parte para Paris, onde fica por dois meses, levando por miss3o falar com Andr3 Breton com quem Cesariny j3 se tinha encontrado. Trata-se agora de colocar em contacto o grupo “Os Surrealistas”, dito Grupo dos Surrealistas Dissidentes, com os surrealistas franceses e explicar as dissid3ncias portuguesas e as diferen7as de posicionamento. A sua correspond3ncia, publicada por Cesariny, constitui um testemunho do maior interesse para se perceber quer a internacionaliza73o do surrealismo portugu3s, quer as diverg3ncias entre os grupos, quer ainda como o regime salazarista lidou com estes artistas. De Paris vai explicando aos amigos as cis3es, as dissid3ncias do Surrealismo franc3s, entre as quais a expuls3o de V. Brauner. Importa salientar que Ant3nio Maria Lisboa 3 um autor fundamental na teoriza73o do surrealismo portugu3s: al3m de ter escrito, em 1950, *Erro Pr3prio*, o principal manifesto do surrealismo portugu3s, redigiu o texto *Afixa73o Proibida*, em colabora73o com M3rio Cesariny. Mas desde muito cedo abra7a a dimens3o m3tica ou m3gica do surrealismo, avan7ando para uma compreens3o m3stica da sobrerrealidade, 3 qual acrescenta um conhecimento mais profundo do Hindu3smo, da Egiptologia e do Ocultismo. Desde muito cedo fala em viajar para outros pa3ses, como, por exemplo 3 China, 3 Noruega, ao Oriente²⁹. Apesar do estado avan7ado da sua tuberculose, em 1951, resolve fugir da asfixia portuguesa³⁰ e regressar a Paris, de onde pretendia partir para o Oriente. Por3m, sem dinheiro e cada vez mais doente, retorna a Portugal, onde morre, em 1953, com 25 anos.

²⁹ CESARINY, M3rio – *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*. Lisboa: Ass3rio & Alvim, 2008, p. 166-200.

³⁰ Tendo ido ao Porto e depois a Braga afirma: “Isto de viver nos arredores do mundo 3 asfixiante. Quanto mais pequena 3 a terra mais “3 rasca” fico.” (*Idem*, p. 186).

No espectro de gradientes traçado, pode ainda identificar-se um caso extremo³¹ — o de um **exílio de alienação** representado pelo caso do artista José Leonel Rodrigues. Também ele aluno da Escola António Arroio, pertenceu ao grupo do Café Herminius que foi apanhado pela PIDE na década de 40 quando fazia pichagens em Campo de Ourique com a frase “Morte a Salazar”. Considerado como capaz de matar o chefe de Estado, foi tão maltratado pela PIDE que endoideceu. Ensimesmou e, obcecado com perseguições, tornou-se incapaz de falar. Fugiu da família e só reapareceu muitos anos depois. Foi o irmão, Martins Rodrigues, conhecido membro do PC, que cuidou dele até ao fim³².

Exílio e condição de apátrida

Diferente e extrema, embora ainda interligada com a questão do exílio, se manifesta a condição vivida por Vieira da Silva: a célebre pintora experienciou não só o **exílio**, como também a **emigração** e, para além disso, viveu na condição de **apátrida**.

³¹ Outra situação insólita é a morte de Pedro Oom que morre de ataque cardíaco no dia quando festejava com amigos a liberdade trazida pela Revolução dos Cravos, quando regressavam do exílio em Paris os artistas José Mário Branco, Luís Cília, bem como Álvaro Cunhal. Em 28 de abril de 1974, os portugueses viviam o seu primeiro domingo em Liberdade. Na página 11 do *Diário de Lisboa* era notícia a morte de Pedro Oom. “O irreverente e talentoso poeta surrealista Pedro Oom, figura muito conhecida da Lisboa literária e boémia, frequentador assíduo do café Gelo ao tempo em que ali se reunia o grupo em que pontificavam Mário Cesariny de Vasconcelos, Luiz Pacheco e outras personalidades daquela corrente estética, morreu ontem de comoção provocada pela queda do fascismo em Portugal” (informação divulgada, em abril de 2011, no blogue “cais do olhar”. Segundo Carlos Loures, o poeta Pedro Oom teria comentado com João José Forte: “Nunca esperei ver uma coisa destas, os pides a fugir de nós!” (...) Morreu, de emoção, de alegria, no dia 26 de abril, às 14,30, quando no “Restaurante 13”, festejava com uns amigos a queda do regime fascista”.

³² PEREIRA, José Pacheco – “Francisco Rodrigues Martins nos blogues e nos jornais”. *Estudos sobre o Comunismo. Os movimentos radicais da esquerda e a oposição ao Estado Novo* [Em linha], 27 de abril 2008. Disponível em: <http://estudosobrecomunismo2.wordpress.com/2008/04/27/francisco-martins-rodrigues-nos-blogues-e-nos-jornais/>

A longa duração do problema legal causado pelo seu casamento e as permanentes dificuldades enfrentadas pela sua vivência no estrangeiro constituem uma marca indelével do exílio sofrido por Vieira da Silva e estão bem presentes em comentários e cartas onde a artista expressa o modo como a sua condição de exilada subsiste como uma cicatriz que dói por longo tempo. Esta experiência dá-lhe uma dolorosa consciência do carácter tardio e da inoperância das homenagens e das atenções que mais tarde teve em Portugal. Por isso um dia disse a Jaime Isidoro que dirigia a Galeria Álvarez no Porto³³ que não gostava muito dos portugueses que “hoje não me pagam com milhões, duzentos escudos [de outrora].” O galerista não entendeu e pintora explicou: “Todos os jovens em Portugal têm quem lhes compre um quadro por 200\$00. E eu nunca tive! E agora pagam milhões pelos meus quadros.”³⁴

Em 1930, Vieira da Silva casa com o pintor húngaro Arpad Szenes, tendo perdido, à face do antigo Código Civil, a nacionalidade portuguesa, considerando-se, a partir desse momento, cidadã húngara. Com os acontecimentos políticos verificados na Hungria aquando da última guerra, Vieira da Silva e Arpad Szenes passaram à situação de apátridas residentes em França. Fugindo da guerra, em 1939, permanecem quase um ano em Lisboa, mas Vieira da Silva não consegue ver reconhecida a sua nacionalidade portuguesa³⁵. O casal

³³ Num texto que escreveu sobre a pintora, Jaime Isidoro explica: “Entendi que a pintura de Vieira da Silva era incompreendida em Portugal. A partir daí (anos 50) dediquei-me à divulgação em Portugal da obra de Vieira da Silva” (CESARINY, Mário – *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, p. 129).

³⁴ ISIDORO, Jaime – *Au fil du temps: percurso fotobiográfico de Maria Helena Vieira da Silva*. Lisboa: Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, 2008, p. 129. Disponível em linha: <http://fasvs.pt/index/search>.

³⁵ Esta recusa de concessão de identidade portuguesa sobrevém mesmo tendo a artista participado no concurso de vitrines na Rua Garrett proposto pelo Secretariado da Propaganda Nacional e tendo sido premiada e apesar de pintar, por encomenda do Estado, um quadro com destino à Exposição e do qual diversos artistas participaram. Vieira da Silva concorreu com as vitrines: *Luva com Flores* para a casa Luva Verde,

emigra, em 1940, para o Brasil, onde entra em contacto com outros emigrados e exilados. Os dois artistas são bem acolhidos e participam em eventos culturais e exposições, ficando no Brasil até 1947.

De regresso à Europa, Vieira da Silva tenta novamente obter o passaporte português, mas é-lhe dito que apenas o poderia fazer mediante o pedido de bilhete de identidade como solteira. Se Arpad Szenes estava disposto a aceitar a situação, a pintora não quis o passaporte português obtido assim. Em 1952, enviou ao conservador da Conservatória dos Registos Cíveis Centrais de Lisboa, um requerimento para obtenção da nacionalidade:

Maria Helena Vieira da Silva Szenes, casada, pintora de arte (...) vem expor a V. Excia. o seguinte:

É filha legítima de [pais] portugueses, nascida em Lisboa (..) sendo, portanto, cidadã portuguesa de origem. (...)

Em novembro de 1939, a expoente celebrou o seu casamento segundo as Leis da Igreja Católica (...) Em consequência da última guerra (...) tanto a expoente como o seu marido perderam a nacionalidade húngara.

Pretende a expoente readquirir a nacionalidade portuguesa, com os seguintes fundamentos (...). Em primeiro lugar, porque a situação de apátrida não é desejada, e é contrária até aos princípios da lei portuguesa (...). Em segundo lugar, a expoente, cuja vida artística tem sido coroada de excelentes êxitos, é um valor do património nacional de Belas Artes.”

Segue uma extensa exposição do seu trabalho e o documento termina com a frase:

“Com a presente exposição, não tem em mira fazer realçar o seu *curriculum vitae* por mera e pueril vaidade, mas tão somente

Sapatos de 7 léguas para a Sapataria Garrett, e ainda *Bailado de Tesouras* para a Sheffield House, com a qual foi premiada.

fazer notar que no seu raio de ação profissional honra e divulga o nome da pátria portuguesa. E.R deferimento.”³⁶

Apesar da legalidade do documento e das razões apresentadas, é-lhe negada a obtenção de nacionalidade, tendo o casal adquirindo nacionalidade francesa em 1956.

Vieira da Silva, vivendo em Paris desde 1928, conheceu os artistas surrealistas, convivendo e colaborando com alguns, mas não integrou o movimento surrealista. Segundo Cesariny, Vieira da Silva encontrou os surrealistas, em 1931, no *atelier* de Hayter (entre eles, Ernest, Miró e, sobretudo, Tanguy), chegando mesmo a ter um convite formal de Breton para integrar o movimento surrealista na década de 50; contudo, a artista preferiu a liberdade singular relativamente ao conforto grupal³⁷. Manteve, no entanto, um estreito contacto com vários surrealistas portugueses que recebeu e ajudou em Paris. Foi considerada surrealista por Cesariny — assim o poeta a classificou explicitamente em 1973. Cesariny dedicará à sua obra vários anos de estudo³⁸ que culminaram no livro intitulado *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*.

³⁶ Publicado em *Flama*, 19/6/70.

³⁷ Em carta dirigida a Cesariny, em 1952, António Maria Lisboa comenta sobre Vieira da Silva: “Não se filia. Acha graça que os abstraccionistas a chamem abstraccionista e os surrealistas (?) surrealista. Não é uma intelectual no sentido em que exponha e defenda uma tese, antes realiza. São a pintura e a poesia que lhe interessa realizar e põe-se fora de toda e qualquer polémica que se desenvolva e corra fora. Vida interior densa e profunda, densa e dramática”. (CESARINY, Mário – *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, p. 220).

³⁸ Ao comentar a exposição intitulada “Correspondências: Vieira da Silva por Mário Cesariny”, Sílvia Guerra afirma que “o percurso expositivo segue um pouco a ordem da vida dos artistas e a exposição termina dando vontade de voltar a ler e reler Cesariny.” Ainda neste mesmo texto, a autora explica como o “poeta conheceu a pintora ainda antes de a conhecer, através da sua pintura e foi um dos primeiros a exaltar o seu mérito na imprensa nacional. Pediu uma bolsa de estudos para estudar a sua obra e durante vinte anos concebeu uma obra que lhe iria dedicar *O Castelo Surrealista*, de 64 a 84.” GUERRA, Sílvia – “Correspondências - Vieira da Silva por Mário Cesariny”. Exposição no Museu Arped Szenes — Vieira da Silva (05 Junho -

Foi o poeta António Maria Lisboa quem falou primeiro de Vieira da Silva a Cesariny, como ele próprio diz em carta à pintora que hoje se pode ler porque foi recentemente publicada a correspondência entre Cesariny e Vieira da Silva³⁹.

Por fim, saliente-se que a publicação da correspondência entre ambos, bem como a de António Maria Lisboa, e, mais recentemente ainda, a publicação de manuscritos e documentos vários concretizada pelo Centro de Estudos do Surrealismo, aliadas a um mais fácil acesso aos Arquivos da PIDE, tornam visível como se foi tecendo uma rede de amizade e cumplicidade social e cultural entre os artistas surrealistas, permitindo mapear e estabelecer as diferenças explicitadas neste estudo. Contudo, as designações propostas para as diferentes situações de exílio, não visam uma arrumação ou compartimentação das vivências destes artistas que tanto pregaram a liberdade e dramaticamente por ela lutaram. Visam, isso sim, mostrar o modo persecutório com que o regime ditatorial os tratou, assim como visam expor o ostracismo a que os votou a sua política conservadora, originando todo este conjunto diversificado de formas de reagir — formas essas que intrinsecamente implicam modos diferenciados de se sentir exilado, até mesmo quando o exílio não é físico. Em oposição a todas as dificuldades enfrentadas pelos artistas surrealistas, e mesmo por entre as múltiplas dissidências, é possível ver como se foi gerando um conjunto de gestos e atitudes de interajuda, os quais ganham uma inegável dimensão simbólica “em tempos de escuridão”.

04 Outubro, 2008). Disponível em linha: <http://www.artecapital.net/exposicao-199-colectiva-correspondencias-vieira-da-silva-por-mario-cesariny>

³⁹ CESARINY, Mário – *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.

Bibliografia

- BAILEY, Adrian J. – Turning transnational: notes on the theorisation of international migration. *International Journal of Population Geography. Special Issue: "(Re) theorising Population Geography"*, Vol. 7, No. 6 (November/December 2001), p. 413-428.
- CESARINY, Mário – “Entrevista” (realizada pelo jornalista Vladimiro Nunes). *Sol*, 7 de outubro de 2006. Disponível em linha: <http://cesariny.blogspot.pt>
- CESARINY, Mário – *Gatos Comunicantes - Correspondência entre Vieira da Silva e Mário Cesariny (1952-1985)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- CESARINY, Mário – *Manual de Prestidigitação*. Lisboa: Assírio & Alvim, Col. Biblioteca de Editores Independentes (BI), 2008.
- CESARINY, Mário – *Vieira da Silva. Arpad Szenes ou o Castelo Surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- CESARINY, Mário – *Pena Capital*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- GARROCHINHO, António – “Maria Lamas. Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893-1983)”. *Desenvolturas & Desacatos* [Em linha]. 26 de junho de 2011. Disponível em: <http://desenvolturasedesacatos.blogspot.pt/2011/06/maria-lamas-maria-da-conceicao-vassalo.html>
- GUERRA, Sílvia – “Correspondências - Vieira da Silva por Mário Cesariny”. Exposição no Museu Arped Szenes — Vieira da Silva (05 Junho - 04 Outubro, 2008). Disponível em linha: <http://www.artecapital.net/exposicao-199-colectiva-correspondencias-vieira-da-silva-por-mario-cesariny>
- GULLÉN, Claudio – “El sol de los desterrados”. In *Múltiples Moradas – Ensayo de literatura comparada*. Barcelona: Tusquets Editores, 1998.
- ISIDORO, Jaime – *Au fil du temps: percurso fotobiográfico de Maria Helena Vieira da Silva*. Lisboa: Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, 2008, p. 129. Disponível em linha: <http://fasvs.pt/index/search>
- LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadia – “Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends”. *The Annual Review of Sociology*, vol. 33 (2007), p. 129-156. Retrieved from: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.soc.33.040406.131816>
- LISBOA, António Maria – *Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim, Col. BI., 2008.
- LOURES, Carlos – “Clube dos Poetas Imortais: Pedro Oom (1926-1974). *Aventar* [Em linha], 29 de novembro 2009. Disponível em: <http://aventar.eu/2009/11/29/clube-dos-poetas-imortais-pedro-oom1926-1974/>
- LOURES, Carlos – Operação Papagaio — a ação armada dos surrealistas contra a ditadura (A realidade competindo com a ficção). *Estrolábio* [Em linha], 8 de julho de 2010. Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/286715.html>
- MARINHO, Maria de Fátima – *O Surrealismo em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1987.
- McCLENNEN, Sophia A. – *The Dialectics of Exile. Nation, Time, Language and Space in Hispanic Literatures*. West Lafayette/Indiana: Purdue University Press, 2004.
- O’NEILL, Alexandre – *Poesias Completas*. 3.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 2002.

PEREIRA, José Pacheco – “Francisco Rodrigues Martins nos blogues e nos jornais”. *Estudos sobre o Comunismo. Os movimentos radicais da esquerda e a oposição ao Estado Novo* [Em linha], 27 de abril 2008. Disponível em: <http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2008/04/27/francisco-martins-rodrigues-nos-blogues-e-nos-jornais/>

ROCHA, Francisco Canais – “Norton de Matos A campanha eleitoral contra a ditadura fascista foi há 60 anos”. *Jornal da Fiequimetal*, n.º 4 (abril 2009).

SAID, Edward – *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TCHEN, Adelaide Ginga – *A Aventura Surrealista*. Lisboa: Colibri, 2001.

EXÍLIOS: OLHARES CRUZADOS

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS EXILIOS ENTRE ESPAÑA Y AMÉRICA Y LA DIMENSIÓN COMPARADA¹

Enrique Coraza de los Santos

Introducción

Construir este texto representa un reto intelectual y personal en el proceso de estudio y comprensión de las movilidades forzadas en general y, los exilios en particular, como fenómenos no sólo académicos, sino también humanos, individuales, sociales, políticos y hasta afectivos, es decir, en sus dimensiones analíticas y subjetivas.

Reconocemos lo ambicioso de la propuesta y somos conscientes de su intencionalidad, pues pretende ser un elemento para el debate, para la discusión sin un punto final, más bien, un punto y seguido.

Pensar en las movilidades forzadas y los exilios, al menos en América Latina en el siglo XX, es tener en cuenta múltiples factores diferentes de acuerdo a las circunstancias de contexto de cada realidad nacional o experiencia humana.

¹ Este texto fue elaborado en 2014 y de él se derivaron dos artículos que ya han sido publicados por lo que su contenido puede encontrarse, en parte, aunque más desarrollado en: CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Migraciones forzadas en América Latina en perspectiva comparada”. *Projeto Historia*. São Paulo: Universidad Pontificia de São Paulo, n° 53 (2015), p. 11-55; y en co autoría, CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique y GATICA, Mónica – “Los exilios políticos y la dimensión comparada: un campo en construcción”. *Nóesis Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. Ciudad Juárez: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, vol. 27, n° 53 (2018), p. 1-21.

Uno de los exilios paradigmáticos, al menos para la porción ibérica y latinoamericana del mundo, ha sido el del exilio republicano español resultado del golpe de estado que en 1936 se dio contra la República Española, la posterior guerra civil (1936-1939) y el período derivado denominado como dictadura franquista (1939-1975). Sin profundizar en el recorrido historiográfico del mismo, podemos decir que se pueden reconocer algunas tendencias generales del mismo. Por un lado, tenemos la producción realizada por las víctimas de la guerra civil (1936-1939) y el franquismo que, desde sus espacios de destino comenzaron a reflexionar y a expresarse sobre su significación política, cultural y hasta afectiva. Esta producción se desarrolló, fundamentalmente desde los primeros años del destierro y continúa a partir de los procesos de memoria social, política e histórica muchas veces impulsado por aniversarios o recordatorios. Algo similar, ha ocurrido con los exilios en el Cono Sur de América Latina, los que se produjeron como consecuencia de los procesos represivos en la década de los 70/80 del siglo pasado se convirtieron, objetiva y subjetivamente, en “los exilios” por definición. Al igual que el español, fueron los más importantes estadísticamente de cuántos se habían producido en estos países, pero a la vez, también por sus características, proyección internacional y permanencia en el inconsciente colectivo y los debates memorialísticos, se puede decir que no son pasado, sino que forman parte del presente. Estos últimos, también han tenido su particular recorrido historiográfico desde ser parte de las “no memorias” del pasado traumático reciente de países como Argentina, Chile, Brasil, Uruguay o Paraguay, hasta tener ya hoy un lugar en la historia, no sin ciertas lagunas aún².

² CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “El Uruguay del exilio: la memoria, el recuerdo y el olvido a través de la bibliografía”. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [En línea], Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 94 (2001). Disponible en: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-46.htm>; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “¿Quién hablará de nosotros cuando ya no estemos? Memoria e historia del Uruguay del exilio a partir de un análisis bibliográfico”. *Studia Histórica*,

Si analizáramos los recorridos historiográficos veríamos algunas referencias a otros exilios, tanto histórico nacionales como de otros orígenes, muchas veces con un sentido simbólico o referencial, tanto para las y los protagonistas, como para quienes realizan los análisis. Sin embargo, poco se ha avanzado en su consideración como fenómenos que, más allá de sus particularidades y diferencias en cuanto a momentos históricos y circunstancias contextuales, tienen elementos que se puedan trabajar como relacionados y no sólo en sus conexiones entre ellos, sino como fenómenos con cierto grado de similitud.

Sobre las conexiones, algo se ha avanzado, especialmente en encontrar los puntos de contacto entre el exilio republicano español con Argentina o con Uruguay, fundamentalmente y, con algunos acercamientos, para el caso chileno. Estos abordajes, van desde los aspectos ya mencionados asociados a las memorias, como referentes en el pasado de experiencias en el presente, especialmente para el caso de los exilios argentinos y uruguayos en España, hasta los estudios que buscan encontrar las conexiones en las relaciones causales de los destinos para estas migraciones forzadas. A esta altura de la producción existente ya se puede afirmar, empíricamente, que esa relación entre esos caminos forzados de ida y vuelta forma parte de algo que va más allá de la particularidad de aquellos exiliados españoles que terminaron residiendo en el Cono Sur, militando políticamente e influyendo sobre los actores políticos, culturales y sindicales de estos

Revista de Historia Contemporánea. Salamanca: Universidad de Salamanca, vol. 25 (2008); JESEN, Silvina y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Los pioneros de la inmigración latinoamericana a España: exiliados uruguayos y argentinos”. En ESCRIVÁ CHORDÁ, María de los Angeles; BERMÚDEZ TORRES, Alejandra y MORALES MENA, Natalia (Eds.) – *Migración y participación política. Estados, organizaciones y migrantes latinoamericanos en perspectiva local-transnacional*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2009 y RONIGER, Luis y YANKELEVICH, Pablo – “Exilio y política en América Latina: nuevos estudios y avances teóricos”. *Dossier especial sobre exilio y política en América Latina. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* [En línea] vol. 19 n° 2, 2013. Disponible en: <http://www.pacarinadelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/318-destierro-y-exilio-en-america-latina-un-campo-de-estudio-transnacional-e-historico-en-expansion>

países, estableciendo redes y vínculos familiares que, años después los hicieron acompañar una nueva ruta de exilios de vuelta a España junto a muchos argentinos y uruguayos³.

EL TEMA Y EL ENFOQUE

El interés que aquí se pretende expresar es dar un paso más en lo ya realizado hasta el momento por muchos investigadores e investigadoras, abonar en esta complejidad de los exilios entre España y América en el siglo XX. Somos conscientes que no estamos navegando en mares desconocidos, como comentaba anteriormente, ya existen trabajos que han seguido la ruta en la que se pretende incursionar, pero el aporte propuesto no apunta tanto a los estudios de casos, sino a la pertinencia y reflexión sobre ella.

A esta altura del desarrollo del conocimiento sobre las migraciones forzadas tenemos elementos suficientes desde el punto de vista de la precisión conceptual, del estudio en profundidad de casos nacionales, de incursiones en aspectos novedosos o que aún representan lagunas en su estudio y comprensión (es el caso de los estudios sobre la

³ LIDA, Clara – “Enfoques comparativos sobre los exilios en México: España y Argentina en el siglo XX”. En YANKELEVICH, Pablo - *México, país de refugio: la experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Plaza y Valdés, 2002, p. 205-217; DURTÉNIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Tiempos de exilios. Relaciones de españoles y uruguayos*. México: Instituto Mora – Fundación Carolina – Editorial Textual, 2008; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Territorialidades de la migración forzada. Los espacios nacionales y transnacionales como estrategia política”. *Espacialidades* [En línea]. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa, Vol. 4, n° 1 (enero-junio 2014). Disponible en: <http://espacialidades.cua.uam.mx/>; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Migraciones forzadas en América Latina en perspectiva comparada”. *Projeto História*, Dossier Exilios: cultura, política y resistencia [En línea]. São Paulo, n° 53 (mai-ago 2015), p. 11-55; LASTRA, Soledad – “Semillas de la recepción a los retornados del exilio argentino y uruguayo (1983-1985)”. *Revista Cantareira*, edición 20 (jan.-jun. 2014), p. 71-90 y JENSEN, Silvina y DUEÑAS ITURBE, Oriol – *La presencia catalana al món: Segles XIX i XX*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Vicepresidencia, 2008.

segunda generación⁴. Es por ello, que consideramos que existe, hoy en día, un caudal tal de información y de saberes que conforman un capital de producción académica que puede permitirnos mirar ya no hacia ellos, sino entre ellos.

Por esta razón, la pregunta disparadora de este texto es: ¿es posible hacer estudios comparados, para los exilios en América Latina en el siglo XX? Como se podrá comprobar, la respuesta no es sencilla y, al final, juzgarán si hemos sido capaces de responderla, en un sentido u otro (por la positiva o por la negativa) y, si esto, contribuye, o no, a un avance en la comprensión de las migraciones forzadas en el presente, el pasado y el futuro.

El reto es indagar en dos líneas metodológicas que son, por un lado, el Método Comparado como herramientas de análisis de las Ciencias Sociales y, por otro, en la Historia Comparada como estrategia particular de esta disciplina. Ambos caminos no están separados, sino que son complementarios, pero consideramos, que son los que más aportan en el sentido que nos interesa como exploración de factibilidad.

El Contexto Conceptual

Mucho se ha debatido, y se continúa debatiendo, sobre los conceptos de movilidades forzadas, dentro de los que podemos encontrar los de desplazamientos forzados, migración forzada y/o exilios, en distintos ámbitos académicos partiendo de realidades diversas, ya fueran guerras civiles como la española o las centroamericanas casi

⁴ NORANDI, Mariana – *Los hijos del exilio uruguayo en España (1972-1985): la memoria de la segunda generación de una migración forzada*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2012. Tesis doctoral. Disponible en línea: <http://academica-e.unavarra.es/handle/2454/15016>; NORANDI, Mariana – “El no retorno de la segunda generación del exilio uruguayo en España: habitando un espacio sin construir”. *Revista del Programa de Historia Oral. Historia, voces y Memoria*, n° 8 (2015), p. 51-64; DUTRENIT BIELOUS, Silvia – “La marca del exilio y la represión en la ‘segunda generación’”. *Historia y Grafía*, n° 41 (julio-diciembre 2013), p. 205-241; DUTRENIT BIELOUS, Silvia – *Aquellos niños del exilio. Cotidianidades entre el Cono Sur y México*. México: Instituto Mora, 2016.

en ambos extremos temporales del siglo XX, como de los procesos autoritarios y dictatoriales, principalmente del Cono Sur de América Latina en el último cuarto del siglo pasado⁵. Pero aún hoy, está presente desde nuestra realidad en el corredor centroamericano definido por Honduras, El Salvador y Guatemala, con México y Belice como tradicionales puentes de paso de personas buscando lo que algunos denominan el “sueño del norte” y otros traducen como “la pesadilla del norte”. En esta frontera o, para ser más precisos, en este territorio transfronterizo que va más allá de los límites o líneas divisorias político administrativas entre estados, se vive hoy nuevas realidades donde domina la militarización, el control cada vez más férreo, el aumento de la vulnerabilidad de las personas, la acción de grupos violentos y del crimen organizado, las violaciones de los Derechos Humanos y la ineficiencia del diseño administrativo en competencias migratorias. Estos nuevos escenarios, están mostrándonos la cara de nuevos migrantes forzados que golpean a las puertas de la frontera mexicana pidiendo ayuda y, la respuesta, es el rechazo y la deportación sistemática con la sombra de las presiones de Estados Unidos planeando sobre todo este espacio⁶.

Todas estas realidades, han interpelado a los investigadores e investigadoras, a las instituciones, tanto académicas, como a las organizaciones de la sociedad civil, organismos internacionales de protección y asistencia y hasta los medios de comunicación donde se puede observar un aumento de aportes desde el periodismo de investigación. Los resultados, son una cantidad ingentes de materiales

⁵ CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – 2015, *Op. Cit.*; CÁRDENAS MÉNDEZ, Eliana – “Traumatismos e identidades estigmatizadas: migraciones forzadas por conflictos bélicos”. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, Bogotá, vol. 9 n° 1 (jan./june 2014), p. 157-177; SZNAJDER, Mario y RONIGER, Luis – *The Politics of Exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.

⁶ WINTON, Ailsa; ARRIOLA VEGA, Luis Alfredo; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique; GARCÍA ORTEGA, Martha y MARTÍNEZ VELASCO, Germán – “Control y crisis en las fronteras: retos contemporáneos de las migraciones en México”. *ECOfronteras*, n° 52 (2014), p. 14-17.

de toda índole que conforman un enorme caudal de información de cuyo estudio y análisis, para cada realidad, fenómeno o caso, determinaría su estado del arte, qué se ha hecho, qué se ha dicho, por quién, cómo, desde qué posición.

Un denominador común, es que la principal relación causal que tiene como desencadenante es la violencia en sus múltiples versiones, real, simbólica, política, social, de género, de expresión, de opción sexual, ciudadana, militar, policial, del Estado, de delincuentes comunes, del crimen organizado, de grupos religiosos y un largo etcétera. La violencia política, dominó buena parte del siglo XX y hasta inicios del XXI y ahora estamos asistiendo, al menos con mucha fuerza en la frontera sur de México, a la violencia social, ciudadana, de los servidores públicos, de las fuerzas de seguridad y hasta del sistema dominante global⁷.

La diversificación del carácter de las violencias también interpela a los conceptos en la medida que aquello que goza de cierto consenso entre los académicos como es el de exilios, basado en las experiencias latinoamericanas y española, hoy se tambalea frente a estas nuevas realidades y nos obliga a repensarlo, adecuarlo y redefinirlo. Sin embargo, por no ser en este momento nuestro objeto central de reflexión, no profundizaremos en él, sino que lo señalamos como parte de la vigencia que aún tiene la discusión teórico conceptual alrededor de las migraciones forzadas.

Aquí, la mirada está puesta, fundamentalmente, al menos como base para esta presentación, en las migraciones forzadas por causas políticas, lo que se traduce como exilios políticos. Aquí si consideraremos tanto, el exilio republicano español iniciado a fines de la década de 1930 hasta el fin de los mismos (al menos desde el punto de vista objetivo) en 1975, los del Cono Sur de América Latina cuyas fechas podríamos establecer a partir de la década de los 70 (con algunos casos anteriores

⁷ *Ibidem*

como el de Brasil o Paraguay) hasta fines de los 80 (con variantes de acuerdo a los años de inicio de la recuperación democrática en cada uno de los países) del siglo XX y, finalmente, los centroamericanos que se dieron fundamentalmente en la década de 1980 y 1990.

Aun así, distinguimos entre el exilio como imagen, como representación de la situación vivida por un colectivo de ciudadanos y ciudadanas de un país que a partir de un contexto de violencia⁸ y represión debieron emprender la huida y se establecieron en diferentes países con distintos grados de visibilidad, organización y movilización en las sociedades de destino. Como “exilio organizado”⁹ se persiguieron, fundamentalmente, tres objetivos: recabar solidaridad, denuncia de la situación vivida en el país de origen y aislamiento y condena al régimen que los obligó a su huida y, como síntesis, terminar con las circunstancias causales de su situación. Frente a esta proyección como colectivo, identificado con una situación, debemos acompañarlo del concepto de exilios, en plural, donde identificamos las experiencias

⁸ Se puede hacer una distinción entre las formas en que se ejerce la violencia. Podemos hablar de violencia real cuando afecta física y psicológicamente a la persona a partir de acciones que impactan en su integridad física o emocional. También podemos encontrar una violencia simbólica, cuando se afecta, fundamentalmente aspectos psicológicos. Finalmente podemos también hablar de una **violencia potencial** identificada más a partir del sujeto potencialmente violentado, más que desde el violentador (ya sea individuo, institución o grupo). La violencia potencial es la que percibe la persona como amenaza, como peligro al que se enfrenta o al que cree que puede enfrentarse por estar dentro de un grupo o asociado a prácticas que están siendo objeto de represión o violencia, ya sea simbólica o real. Para ejemplificar esta tercera forma de violencia podemos poner un ejemplo muy recurrente en las formas de localizar a personas consideradas como “enemigos internos” en las dictaduras de los años 70 del siglo XX. Me refiero a la captura de agendas que aportaban, a los represores, datos para localizar a las personas que formaban parte de una agrupación, organización, partido, sindicato, movimiento, etc. La persona al enterarse de que “había caído” un/a compañero/a de acción o militancia, comenzaba a desarrollar un miedo a que, a partir de la captura de documentos o referencias se pudiera llegar hasta él o ella y siguiera en la lista de ser objeto de esa represión directa.

⁹ El término “exilio organizado” es utilizado por la investigadora Silvia Dutrénit y que yo denomino como “exilio militante”. Se refiere a quienes en su exilio estuvieron ligados a espacios de representación ya fueran políticos, sindicales, sociales o culturales.

personales, vivenciales, individuales, grupales, familiares y colectivas que representaron para hombres, mujeres y niños en un abanico tan amplio como las múltiples víctimas de las violencias lo han evidenciado en testimonios o memorias, algunas explícitas, otras implícitas, unas en forma de grito, de denuncia, de voz, de recuerdo y otras de silencio, de privacidad, en definitiva, de olvido.

Asimismo, también hemos definido una distinción entre dos momentos compartidos, interrelacionados, pero de dimensiones diferentes. Por un lado, un exilio “objetivo” determinado por las circunstancias que generaron la huida, el destierro, la separación, y que se inicia con la partida y se termina en el momento que esas circunstancias desaparecen en la forma de la posibilidad del retorno en términos de seguridad. Por otro, el exilio “subjetivo”, el que se ha interiorizado como experiencia, como vivencia, muchas veces como trauma y que, a la vez que define y caracteriza a la persona como víctima, le imprime un sello indeleble del que no se puede abstraer, olvidar, negar. Este segundo, no termina con las circunstancias que lo generaron, al contrario, muchas veces la posibilidad del retorno es la evidencia real y emergente de que hay algo que ha marcado su vida para siempre y, que por tanto, se lleva consigo siempre¹⁰.

Otra distinción que se ha instalado es, frente al exilio como experiencia de destierro, el término de “insilio”¹¹ o exilio interior, para referir a quienes sufrieron igualmente la violencia pero por distintas

¹⁰ CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *El exilio uruguayo en España 1973-1985: redes, espacios e identidades de una migración forzada*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007a. Tesis Doctoral; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Un destino casi invisible y una memoria viva, la del exilio republicano español en Uruguay”. *Migraciones y Exilios. Revista de la Asociación para el Estudio de los Exilios y las Migraciones Ibéricas Contemporáneas (AEMIC)*, Madrid: AEMIC, n° 12 (2011), p. 63-86 y CORAZA DE LOS SANTOS – *Op. Cit.*, 2014.

¹¹ La tríada formada por insilio-exilio-desexilio fue planteada y trabajada por Mario Benedetti en varias de sus obras, principalmente para referirse a actores y actrices que no salieron de Uruguay durante la dictadura y sufrieron diferentes formas de represión como cárcel, tortura, censura u ostracismo. Posteriormente, se generalizan y son términos retomados en muchos trabajos académicos como

circunstancias pudieron, o decidieron, permanecer en el país. Si el exilio es una expatriación no voluntaria teniendo la distancia con el país de origen, también el “insilio” es una forma de expatriación al interior, si consideramos que aquel mundo del que se formaba parte, el que se consideraba como de pertenencia, que definía el nosotros ha sido arrebatado, quitado, robado y, por tanto, ha obligado a construir uno nuevo, más reducido, acotado, limitado que fue muchas cosas: privacidad, miedo, resistencia, lucha, clandestinidad, espera.

Por tanto, en resumen, las movilidades forzadas en general están directamente relacionadas con el ejercicio de la violencia sobre las personas, las familias, los grupos. Dentro de las movilidades, encontramos los desplazamientos forzados, como aquellos que se producen por parte de grupos o colectivos dentro de los límites de un país o en los límites inmediatos a éstos; en segundo lugar, las migraciones forzadas que es las que llevan a movimientos más allá de las fronteras y con un grado o conciencia de permanencia más extendido en el tiempo que los desplazamientos (pues éstos aluden a algo más de emergencia). En ambos casos, el tipo de violencia sobre las personas y los grupos tienen que ver con acciones de la delincuencia común, el crimen organizado, las pandillas, cambios medioambientales, grandes obras de infraestructura –represas o embalses– o como consecuencia de la instalación de industrias extractivas –la minería, por ejemplo–. Finalmente, en esta tipificación de las movilidades forzadas tenemos los exilios, como espacio construido y como experiencia, se define a partir de las circunstancias causales de la violencia (principalmente política, pero también puede ser religiosa), sufrida en forma directa, real o simbólica hacia la persona o su entorno más inmediato que obliga a la huida como la única o la mejor opción para preservar la integridad física y/o mental. Un segundo elemento,

categorias, especialmente el primero y el último, el primero referido al exilio interior y el tercero al retorno.

que define en general a las movilidades forzadas tiene que ver con la urgencia, la inmediatez para la partida que, en muchos casos, concedió lapsos de tiempo muy cortos para pensar en las diferentes fórmulas posibles, y viables, para la huida. El tercero, tiene que ver con la imposibilidad del retorno, este se mantiene durante todo el período en que permanezcan las circunstancias que lo generaron. Un cuarto elemento, es el protagonismo del Estado como agente que ejerce, o permite el ejercicio de la violencia convirtiendo las diferentes formas de movilidades forzadas como una forma más de violación de los Derechos Humanos, tanto por acción como por omisión y, a quienes lo sufrieron, en víctimas de ese Estado, por tanto, reclamantes de formas individuales y/o públicas de reparación.

Los Conceptos como una dimensión para la comparación

La importancia de los conceptos es algo en lo que las Ciencias Sociales han reparado como uno de los componentes fundamentales de los análisis explicativos. Sin entrar en detalle en este aspecto sí podemos citar algunos de los acercamientos que más han influido en este punto.

Por un lado, tenemos los aportes del politólogo Giovanni Sartori¹² de los que recogemos su idea de los conceptos empíricos cuyo significado está asociado a definiciones relacionadas con sus referentes¹³. Asimismo, es útil también las características de extensión (denotación), la clase de cosas o la totalidad de objetos o acontecimientos a las que se aplica dicha palabra; de la intención (connotación) como el conjunto de propiedades, o la cantidad de características que debe poseer o determinan las cosas a las que se aplica la palabra¹⁴. Traducido al concepto del exilio estableceríamos, según Sartori, la distinción entre

¹² SARTORI, Giovanni – *Cómo hacer Ciencias Políticas*. Madrid: Taurus, 2011, p. 46.

¹³ SARTORI, Giovanni – *Elementos de Teoría Política*. Madrid: Alianza, 1992, p. 65.

¹⁴ SARTORI, Giovanni – *Op. Cit.*, 2011, p. 47.

a qué denominaríamos como tal, de las características que deberían reunir las circunstancias vividas por cada persona para ser incluidas dentro de ese concepto. Lo que en la obra de Sartori se pone de manifiesto es esta importancia de los conceptos, sus características y cómo identificar indicadores de las mismas para llegar a construirlos, tanto en su dimensión abstracta como operacional.

Otro de los aportes que nos ha parecido significativo es el de Collier y Mahón¹⁵ que partiendo de ciertas observaciones al abordaje de Sartori establece dos tipos de formación de conceptos: la de “familia de semejantes” y las “categorías radiales”. En el primer caso, es el resultado de una revisión previa de los casos considerados donde está presente el fenómeno que deseamos estudiar para extraer los atributos (una familia de atributos) similares (semejantes) que nos permiten (a partir de la existencia de alguno de los mismos) definir el concepto. En el segundo, encuentran una subdivisión entre subcategorías centrales y no centrales. La central, es la que posee el significado general de la categoría, el conjunto de atributos, y la no central, se refiere a los mismos atributos, pero tomados en forma independiente o en conjuntos de dos o más. Nuevamente, haciendo el ejercicio aplicado al concepto de exilio, en el primer caso, familia de semejantes, es donde debemos considerar las características ya reseñadas que nos permiten movernos dentro de ciertos supuestos que llevan a definir a los actores como exiliados o no. Si aplicamos el segundo criterio, el de las categorías radiales, en su sub categoría central es lo que podríamos ubicar en los casos que denominaríamos paradigmáticos (en la medida que poseen todas las características) y en la sub categoría no central en aquellos que muchas veces están en la frontera con otros tipos de migración como la expatriación, la migración por razones económicas, culturales

¹⁵ Citado en RAMOS MORALES, Leonidas Lucas – “Método comparado: precisiones y características”. *Revista de Ciencias Políticas* [En línea], n° 16 (agosto 2012). Disponible en: <http://www.revcienciapolitica.com.ar/num16art4.php>

o incluso en un punto un tanto controvertido y sujeto a debate como quienes acompañan al exiliado/a o los hijos.

El Método Comparado

En este punto, nos interesa ahondar en algunos de los abordajes que se han hecho, desde las Ciencias Políticas, que han sido quienes más han profundizado en este aspecto. Los politólogos diferencian, la aplicación del Método Comparado respecto al objeto de la disciplina –los sistemas de gobierno comparado o la política comparada–, del mismo como metodología. Es esta segunda versión, la que nos interesa traer sobre la mesa en la medida que consideramos que es donde podemos encontrar las herramientas necesarias para nuestra propuesta de mirada.

El punto de partida tiene que ver con aquellos análisis cualitativos donde tenemos un número reducido de casos, definidos por Lijphart como *N* pequeña¹⁶ frente a los estudios donde se poseía un gran número de casos y era posible la aplicación de métodos estadísticos. Si bien, en la evolución de las Ciencias Políticas puede verse, desde los años 50 del pasado siglo hasta la actualidad, un acercamiento donde se los consideraba como estudios menores frente a los cuantitativos, cada vez es mayor al tratamiento de las particularidades alejándose de la búsqueda de generalidades y, por tanto, la relevancia del método comparativo como estrategia¹⁷. Este debate, tiene su base justamente en el tema de las estrategias, reconociéndose por un lado la del estudio de casos de Max Weber (centrado en un número pequeño de casos definidos de forma teórica) de la del estudio de variables de Emile Durkheim que analiza variables y sus relaciones y cuyo “...

¹⁶ LIJPHART, Arend – “Comparative Politics and the Comparative Method”. *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 3 (1971).

¹⁷ COLLIER, David y MAHÓN, James E – “Conceptual ‘Stretching’ Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis”. *The American Political Science Review*, Vol. 87, No. 4 (Dec. 1993) y RAMOS MORALES, Leonidas Lucas – *Op. Cit.*, 2012.

objetivo principal es comprobar hipótesis abstractas derivadas de teorías concernientes a relaciones entre características de las unidades sociales”¹⁸.

Sartori, haciendo una revisión de sus reflexiones en 1971 sobre el Método Comparado, diez años después dice: “En mi escrito digamos originario, me preguntaba en el siguiente orden: 1) por qué comparar; 2) qué es comparable; 3) cómo comparar. Es conveniente repetir las mismas preguntas en el mismo orden”¹⁹. Su introducción nos parece adecuada para iniciar nuestra propuesta e intentar seguir esta secuencia y ver a qué resultados podemos arribar para el concepto de exilio.

Responder a la primera cuestión es algo que el mismo Sartori, citando a Przeworski, Ragin y Meyer resume en la tríada: comprender, explicar e interpretar, algo en lo que considero que, si ese es el resultado, todos y todas deberíamos estar de acuerdo. De su reflexión, se desprende que el objetivo fundamental es el control, es conocer para decir qué sí y qué no, para establecer una regla, un parámetro. Por tanto, deberíamos decir que nuestro interés es estudiar los diferentes exilios para establecer una serie de parámetros (contenidos en los casos considerados) y el empleo de categorías extraídas de un esquema conceptual que pueda ser generalizante²⁰.

Aun así, nos queda pendiente una pregunta ¿qué buscamos al comparar los exilios? Puede ser meramente establecer una precisión conceptual que nos permita comprender de qué se trata, cuáles son las características que lo definen como elementos causales pues, a partir de ellos, entonces, podremos comprender mejor las reacciones de los individuos, los grupos, las sociedades y las organizaciones e instituciones.

¹⁸ CAÏS, Jordi – “Metodología del análisis comparativo”. In *Cuadernos Metodológicos* n° 21. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1997, p. 11.

¹⁹ SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (Comps.) – *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza, 1994, p. 29.

²⁰ SARTORI, Giovanni – *Op. Cit.*, 2011, p. 29-33.

A partir del estudio realizado y de los aportes de similares caminos emprendidos por otros y otras colegas en el mismo sentido, se puede observar una serie de actitudes y estrategias en este espacio de representación que denominamos como exilio que es el que nos ha llevado a preguntarnos ¿estas actitudes y estrategias son las variables que determinan el concepto de exilio? o, por el contrario ¿las actitudes y estrategias devienen como resultado de ser un exilio? Sin querer llegar a una pretensión tan ambiciosa de generar leyes o generalizaciones absolutas, nos preguntamos si es posible desarrollar un conjunto de variables que nos permitirían aplicar estrategias de análisis comunes y observar si se cumple una regla que podríamos expresar como: la situación de exilio deriva en una serie de actitudes y estrategias desarrolladas por los individuos y los grupos como vehículos en una lucha por acabar con las causas que lo generaron. En definitiva, cabría preguntarse si lo que se persigue es una forma de intentar eliminar, o al menos reducir al mínimo, los traumas que la aplicación directa de la violencia les genera y que tiene como consecuencia principal el tener que abandonar su espacio identitario de referencia primaria. Finalmente, podríamos establecer ahí el elemento central de diferenciación con otros tipos de migración, pues en la voluntad de migrar está la necesaria madurez para asumir que se es un ser transnacional (generalmente traducido en la expresión “ya no soy ni de aquí ni de allá”), mientras que cuando no existe, o ha existido mínimamente, la capacidad de elegir, la madurez se convierte en superar y reconocer un proceso de crisis personal identitaria que, bajo mi punto de vista, se condensa en el momento del retorno, ya sea como realidad o como planteamiento²¹.

Avancemos en la segunda pregunta que nos lanza Sartori ¿qué es comparable? No tiene sentido entrar en el punto de si es válido el método comparado pues académicamente está aceptado como tal utilizando la analogía de las manzanas y las peras. Tampoco

²¹ CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Op. Cit.*, 2014.

consideramos necesario un desarrollo sobre qué es posible comparar y qué no porque no forma parte de nuestro objetivo en esta propuesta. Sino, que lo que nos interesa es revisar qué es lo que los autores consideran como elementos comparables para, posteriormente, establecer que el exilio es uno de ellos. Sartori nos aclara por dónde puede ir la deriva "... ¿comparable (bastante similar) respecto a qué propiedades o características y, no comparable (demasiado distinto) respecto a qué otras propiedades o características"²². Por tanto, consideramos que debemos ubicarnos en el plano macro de las movilidades de población y dentro de ellas considerar las experiencias micro de los exilios, pues son similares respecto al conjunto de características que los definen y los diferencian de otras formas de movimientos de población.

A continuación, la pregunta es ¿cómo comparamos? Tal vez una de las respuestas más difíciles, pues aquí es donde los autores tienen diversidad de propuestas y técnicas, cada una con su argumentación correspondiente. Como ya mencionáramos aquí no se trata de un estudio en profundidad del Método Comparativo, sino más bien de presentar una propuesta a debate sobre la posibilidad, o no, de hacer estudios comparativos sobre los exilios.

Collier, respecto a los objetivos de la comparación cita los estudios de Skocpol y Sommers que establecen una serie de objetivos, el primero sería realizar un análisis causal, el segundo examinar un número de casos que permita que un modelo o conjunto de conceptos permite comprenderlos, el tercero es examinar dos o más casos para observar cómo los procesos de cambio, se dan de forma diferente según los contextos y así, determinar qué tan diferente son. Finalmente, lo que proponen es un "ciclo de investigación" que permite a investigadores

²² SARTORI, Giovanni – *Op. Cit.*, 2011, p. 35.

e investigadoras probar sus hipótesis y teorías en un cada vez mayor número de casos²³.

Otra de las preocupaciones que tiene que ver con el cómo, no hace solamente al número de casos estudiados, donde acompañamos la tendencia de decantarnos por los estudios de N pequeña, sino también a las dimensiones espacio temporales. En este punto, es donde el enfoque histórico comparativo ha aportado mucho, pues agrega al análisis sincrónico la dimensión diacrónica permitiendo la comparación no sólo de casos diferentes en un mismo momento, sino casos similares a lo largo de la historia, tanto en el mismo país como en países diferentes. De esta forma, se profundiza, frente a los estudios que priorizan la N grande sobre una base cuantitativa, lo cualitativo como válido para el método comparativo²⁴.

Otro aspecto a considerar en el cómo hace al papel que juegan en la selección de casos la similitud y la diferencia. Por un lado, tenemos el denominado “método de similitud” establecido por Stuart Mill que enfatiza en que los casos elegidos deben coincidir en sus resultados aumentando la efectividad en casos muy distintos y, el “método de la diferencia”, donde se seleccionan casos positivos y negativos. El punto de partida de Mill es la lógica determinista donde todos los casos positivos deben presentar la causa y todos los negativos deben carecer de ella. Posteriormente Przeworski y Teune desarrollan el “diseño basado en los casos más diferentes” haciendo hincapié en la necesidad de elegir casos que más que fijarse en la similitud de los resultados había que elegirlos por la diferencia en las variables de

²³ COLLIER, David y MAHÓN, James E – “Conceptual ‘Stretching’ Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis”. *The American Political Science Review*, Vol. 87, No. 4 (Dec. 1993), p. 25-27.

²⁴ LLAMAZARES VALDUVIECO, Iván – “El análisis comparado de los fenómenos políticos. Una discusión de sus objetivos metodológicos, supuestos metateóricos y vinculaciones con los marcos teóricos presentes en las Ciencias Sociales Contemporáneas”. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), N° 89 (julio-septiembre 1995), p. 281-297.

control. A su vez, contraponen la versión de Mill del “método de la diferencia” la del “diseño de los casos más similares” donde establecer que cuanto mayor sea la similitud de los casos en algunos aspectos, mayor será nuestra capacidad para eliminar estas variables como explicaciones plausibles²⁵.

Este desarrollo no termina de responder a la pregunta inicial de si es posible utilizar el método comparativo para el caso de los exilios, tampoco lo ha pretendido porque consideramos que aún falta mucho por profundizar para responder y, principalmente, respondernos. La intención, es más bien colocar algunos de los aspectos a considerar en el debate metodológico del Método Comparativo que es necesario que abordemos para llegar a esa respuesta.

Los Exilios: una forma diferente de Migración

El exilio, más allá de una preocupación emergente desde el punto de vista social, político, mediático, incluso jurídico es, también, un objeto/sujeto de estudio académico, pero por sobre todas las cosas, es la realidad de una experiencia humana de exclusión, protagonizada por personas que sufren unas circunstancias que pueden ser catalogadas de, traumáticas. Es, a partir de esta premisa, que hablamos de exilios en plural, como forma de expresar su realidad compleja. Como complejidad²⁶, representa una multiplicidad de “nosotros” considerados desde diferentes perspectivas, por ello una realidad poliédrica y dinámica que hace referencia a un tiempo permanente en la vida de los individuos, familias, grupos y sociedades que ha involucrado o tenido contacto. Los exiliados y exiliadas pueden ser considerados como una “comunidad”, en el sentido de estar unidos por un conjunto

²⁵ PÉREZ LIÑÁN, Aníbal – *El método comparativo: fundamentos y desarrollos recientes*. Documento de trabajo. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh, 2007, p. 6-14. Disponible en línea: <http://www.pitt.edu/~asp27/USAL/2007.Fundamentos.pdf>

²⁶ MORIN, Edgar – *Ciencia con Consciencia*. Barcelona: Antrophos, 1984 y MORIN, Edgar – *Introducción al Pensamiento Complejo*. Barcelona: Gedisa, 1997.

de prácticas y modos de identificarse, tanto al interior, sus propias elaboraciones y reelaboraciones identitarias, como al exterior, sus proyecciones sociales de relaciones con las diferentes realidades de las que forman parte, con el país dejado, entre generaciones, de género, de composición familiar, de militancia y de acción política entre otras.

Los exilios suman a un acontecimiento una serie de formas de proyección social, como camino de comunicación entre los individuos que los protagonizan, sus necesidades personales, sociales y políticas, y la sociedad con la que se relacionan. Los exilios mantienen, en algunas ocasiones un sentido de suspensión permanente y, en estos casos exiliados y exiliadas están atravesados siempre por una crisis identitaria que los marcará para el resto de su vida, el no sentirse ya de ninguna parte y de todas las partes a la vez. En otros, la aceptación de una realidad que los lleva a repensar, reformular, resignificarse en otro contexto, en otras territorialidades, con distintas fórmulas de anclaje con el pasado, desde la intención del olvido, a un recuerdo del pasado²⁷. Esta diversidad, pensada a partir del aumento de estudios sobre esta forma de migración forzada, es lo que alimenta esta intencionalidad de sumar casos a la comparación.

Otro de los aspectos que definen y diferencian los exilios son los contextos de salida, dominados por la violencia, por la urgencia de la salida, por la imposibilidad del retorno, por el escaso margen de tiempo para la toma de decisiones y análisis de las opciones posibles que estarán determinadas, sobre todo, por la inmediatez de la huida el horror²⁸.

²⁷ GATICA, Mónica – *¿Exilio, migración, destierro? Los trabajadores chilenos que se asentaron en el Noreste de Chubut a partir de Septiembre de 1973: Memorias, historias e implicancias*. La Plata: Universidad de La Plata, 2011. Tesis Doctoral. Disponible en Memoria Académica: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.377/te.377.pdf>

²⁸ JENSEN, Silvina – *La Huida del Horror no fue olvidado*. Barcelona: M.J. Bosch S.L. y CO.SO.FAM, 1998.

Como mencionara, somos conscientes que no es posible generalizar y unificar a todos los exiliados y exiliadas en una misma pauta, más cuando justamente hacemos referencia a la complejidad de la propia realidad de estudio. Nos basamos en una porción de los exilios, en aquella que se proyecta en la sociedad de destino como tal, aquella que interactúa con la sociedad y la política del lugar de llegada presentándose bajo un signo de identidad que determina su presencia allí: la de exiliado/a. A su vez, aquella que esa sociedad de destino percibe como tal y que antepone a la nacionalidad de sus integrantes, es decir, las circunstancias determinan la condición del grupo, transformándolo en una “comunidad exílica”²⁹. Esto se puede percibir, respecto al exilio republicano español como se establece esta diferencia en México entre el español conquistador, el español inmigrante, y el español exiliado, observándose actitudes hacia estas imágenes de un colectivo “nacional” diferentes dependiendo a cuál se pertenezca o se diga pertenecer. Algo similar podemos ver en España en cuanto a las actitudes sociales, políticas y mediáticas, entre argentinos, uruguayos y chilenos del exilio e individuos de estas mismas nacionalidades como inmigrantes, incluidos dentro de un fenómeno más amplio y en ascenso desde la década del 70 del siglo XX como son los inmigrantes latinoamericanos o la inmigración en general. Pero aún podemos agregar otro matiz, y es el que expresan los mismos colectivos de exiliados, tanto los españoles republicanos como los exiliados del cono sur, por establecer esa distinción y marcar su condición como referente identitario diferenciador.

El testimonio de un exiliado español en México lo deja claro:

“Esta era la idea general que existía: que debíamos mantenernos como exiliados puesto que nosotros no éramos emigrados, es

²⁹ JENSEN, Silvina – *La provincia flotante. El exilio argentino en Catalunya*. Barcelona: Casa de América en Catalunya, 2007.

decir, el origen de nuestra llegada a México no era económico, era de origen político”³⁰

En comparación, años después, una exiliada uruguaya en Barcelona comenta:

“Un día iba caminando con dos catalanes y dijeron... porque los inmigrantes... y yo lo paré y le dije: ¡un momentito, yo no soy inmigrante, yo soy exilada política!”³¹

Finalmente, como un ejemplo más, una exiliada salvadoreña en Estados Unidos y Canadá afirmaba en una entrevista:

“Yo iba con el cartel de exiliada a todos lados, quería que vieran en mí a mis compañeros y compañeras que estábamos sufriendo lo mismo y que supieran que no estábamos ahí porque queríamos sino porque nos habían echado, no éramos migrantes económicos.”³²

Estas puntualizaciones, que hacen a la identidad, a la forma de autodenominarse son importantes a la hora de referirnos a las movilidades y considerar su complejidad, pues marcan las diferencias entre las distintas formas que adquiere la misma. Esto reafirma el enfoque de profundizar en las causas políticas que influyen en los movimientos de población y, como hemos visto, no sólo determinan sus características en cuanto a salidas, rutas y llegadas, sino también la propia identidad de los migrantes, tanto en su relación con los

³⁰ Entrevista a Claudio Esteva Fabregat citada por PLA BRUGAT, Dolores – *Pan, Trabajo y Hogar. El exilio republicano español en América Latina*. México: SEGOB/ Instituto Nacional de Migración/Centro de Estudios Migratorios, 2007, p. 108.

³¹ Entrevista: EL/Montevideo/08-2001.

³² Entrevista: DA/San Salvador/07-2014.

otros como también la forma en que serán percibidos desde la sociedad de destino.

Evidenciar estas dimensiones es lograr profundizar en las diferentes formas de exilios en distintas realidades, independiente de las experiencias nacionales, o los momentos históricos, son las que pueden darnos elementos para comparar, para comprender ciertos elementos comunes. Estos elementos comunes no sólo se refieren a las circunstancias causales sino, también, a las estrategias de la violencia desde el Estado o desde grupos asociados al Estado que desarrollan formas de exclusión radicales que es el expulsar y quitar del ámbito público a quien se considera como un “enemigo”³³.

Reflexiones Finales

El texto hasta aquí realizado es un intento de aportar nuevas miradas, nuevos enfoques sobre los movimientos de población en general, las movilidades forzadas y, los exilios, en particular.

Entre los historiadores y científicos sociales que trabajamos los exilios, especialmente los del Cono Sur, reconocemos que éstos aún no forman parte de las memorias sociales o históricas de la historia reciente de nuestros países. Sin embargo, también reconocemos que, además de seguir profundizando en su estudio, es necesario dar un paso más allá y comenzar a verlos en una dimensión comparativa, tanto a nivel sincrónico como diacrónico.

Los estudios sobre las migraciones en general, y principalmente las de orden económico llevan cierta ventaja en la medida que sus análisis tienen una trayectoria más extensa y por tanto han generado una serie de herramientas metodológicas y teóricas muy importantes.

³³ PITA GONZÁLEZ, Alexandra; CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique; AMADOR MARTELL, Karla Fabiola – “La doctrina de la seguridad nacional en América Latina: el concepto de enemigo”. En BLOCH, Avital; RODRÍGUEZ, María del Rosario (Coords.) – *La Guerra Fría y las Américas*. Morelia: Universidad de Colima y Universidad Michoacana de San Nicolás Hidalgo, 2014.

Por esta razón, a pesar de ser poco considerados los exilios dentro de estos estudios, sostenemos que el traslado de esas herramientas para una mirada sobre éstos es de una gran valía y puede ayudar mucho a su comprensión dentro de la complejidad que representan.

En este sentido, el nuevo giro que los cambios a nivel de las Ciencias Sociales, por un lado, y a nivel macro con el proceso de globalización, por otro, han estimulado a los investigadores e investigadoras, a buscar nuevas formas explicativas, en algunos casos, y en otros, a poner en duda viejas lecturas.

A lo largo del siglo XX los movimientos de población han sido, tanto en América Latina como entre ésta y Europa o Estados Unidos, y siguen siendo, constantes con una dinámica permanente entre lo económico y lo forzado, entre origen, destino, tránsito y retorno. Lo que durante buena parte del siglo pasado fue un movimiento desde Europa con destino a Latinoamérica y desde ésta hacia Estados Unidos, se convirtió en un flujo hacia Europa y Estados Unidos, a partir del último cuarto del mismo. Entrado en el siglo XXI los procesos de retorno hacia América Latina y emigración tanto desde Europa y Estados Unidos marcan nuevamente una inversión de los flujos a consecuencia de la crisis económica iniciada en 2008. Hoy en día, las realidades de las violencias, tiene nuevamente en América Latina destinos diversos, desde México que recibe a provenientes de Centroamérica, principalmente, pero también destino para africanos y africanas que huyen de sus países. O las realidades de Ecuador que se ha convertido en un punto de llegada y salida de colectivos diversos en tránsito por América Latina como para cubanos, africanos o haitianos. Estos contactos entre personas generaron y siguen generando un amplio capital humano, real y simbólico que se integra y forma parte de un conjunto de relaciones históricas y presentes. A su vez, este capital no es algo inmóvil, sino todo lo contrario, es de un gran dinamismo, es cambiante, se alimenta y retroalimenta en forma permanente y sostenida aumentando su valor real y potencial.

El mismo, se puede ver como un conjunto de recursos que pasan de lo potencial a lo funcional cuando se convierte en objeto de una estrategia para conseguir una serie de fines.

Dentro de los recursos desarrollados hemos hecho hincapié en la generación de una serie de redes que son las que han mantenido y mantienen vivo ese capital, es como un gran puente que une el presente con el pasado.

Analizando los casos particulares de los exilios se pueden observar una serie de elementos comunes que en algunos casos conscientemente, y en otros de forma inconsciente establecen ciertas lógicas que han perdurado en el tiempo más allá de los espacios concretos, es más, desconociendo los viejos paradigmas de circunscripción como pueden ser las concepciones de límite, frontera o estado-nación.

De esta forma, profundizar en los estudios de casos en aspectos como los conceptos, las características en toda su complejidad, los procesos organizativos o de relacionamiento llevan a construir un caudal de conocimiento (en sus dimensiones analíticas y subjetivas) que contribuyen a abonar el camino para la comparación. Esta misma, como forma de abordaje, como mirada, permitiría ver los casos más allá de su particularidad y establecer puntos de similitud y diferencia que, analizados en conjunto, permiten comprender mejor las relaciones entre la violencia y las movilidades humanas.

Por tanto, el sentido último de este trabajo ha sido el reclamo de comenzar a trabajar en forma comparativa y relacional para entender mejor nuestra historia y la Historia.

Bibliografía

- CAGIAO VILA, Pilar; REY TRISTÁN, Eduardo y PÉREZ SANTOS, Raquel (Eds.) – *De ida y vuelta. América y España: los caminos de la cultura*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2007.
- CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “El Uruguay del exilio: la memoria, el recuerdo y el olvido a través de la bibliografía”. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [En línea], n° 94 (2001). Disponible en: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-46.htm>

- “Viajes de ida y vuelta: exilios entre España y Uruguay en el siglo XX”. En *X Jornadas Interescuelas y Departamentos de Historia*. Rosario: Universidad Nacional del Litoral y Universidad Nacional de Rosario, 2005. (CD)
- *El exilio uruguayo en España 1973-1985: redes, espacios e identidades de una migración forzada*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007. Tesis Doctoral.
- “Un destino casi invisible y una memoria viva, la del exilio republicano español en Uruguay”. *Migraciones y Exilios. Revista de la Asociación para el Estudio de los Exilios y las Migraciones Ibéricas Contemporáneas* (AEMIC). Madrid: AEMIC, n° 12 (2011), p. 63-86.
- DEL POZO, José (Coord.) – *Exiliados, emigrados y retornados: chilenos en América y Europa 1973-2004*. Santiago de Chile: Ril Editores, 2006.
- DIAZ-REGAÑÓN LABAJO, María Aránzazu – *El exilio científico republicano en Argentina. Contribución e impacto de los médicos, biomédicos y psicoanalistas españoles en la ciencia argentina (1936-2003)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2009. Tesis Doctoral.
- DUTRENIT BIELOUS, Silvia (Comp.) – *El Uruguay del exilio. Gente, circunstancias, escenarios*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.
- *Aquellos niños del exilio. Cotidianidades entre el Cono Sur y México*. México: Instituto Mora, 2016.
- DUTRENIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Tiempos de exilios. Relaciones de españoles y uruguayos*. México: Instituto Mora – Fundación Carolina – Editorial Textual, 2008.
- ESCRIVÁ CHORDA, María de los Angeles; BERMÚDEZ TORRES, Alejandra y MORAES MENA, Natalia (Eds.) – *Migración y participación política. Estados, organizaciones y migrantes latinoamericanos en perspectiva local-transnacional*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2009.
- GATICA, Mónica – *¿Exilio, migración, destierro? Los trabajadores chilenos que se asentaron en el Noreste de Chubut a partir de septiembre de 1973: Memorias, historias e implicancias*. La Plata: Universidad de La Plata, 2011. Tesis Doctoral. Disponible en Memoria Académica: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.377/te.377.pdf>
- GRILLO, Rosa María – “El exilio español en Uruguay”. En AZNAR SOLER, Manuel (Ed.) – *“El exilio literario español de 1939”. Actas del Primer Congreso Internacional, vol. 1*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1995.
- JENSEN, Silvina – *Suspendidos de la historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976- ...)*. Barcelona: UAB, 2005. Tesis Doctoral.
- *La provincia flotante. El exilio argentino en Catalunya*. Barcelona: Casa de América en Catalunya, 2007.
- JENSEN, Silvina y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Los pioneros de la inmigración latinoamericana a España: exiliados uruguayos y argentinos”. En ESCRIVÁ CHORDA, María de los Angeles; BERMÚDEZ TORRES, Alejandra y MORAES MENA, Natalia (Eds.) – *Migración y participación política. Estados, organizaciones y migrantes latinoamericanos en perspectiva local-transnacional*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2009.

- JENSEN, Silvina y DUEÑAS ITURBE, Oriol – *La presencia catalana al món: Segles XIX i XX*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Vicepresidència, 2008.
- MARKARIAN, Vania – *Idos y recién llegados. La izquierda revolucionaria uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1967-1984)*. México: Uribe y Ferrari Editores, S.A. de C.V., 2006.
- MARMORA, Lelio y GURRIERI, Jorge – *Return to Rio de la Plata: response to the return of exiles to Argentina and Uruguay*. Washington, DC: Center for Immigration Policy and Refugee Assistance, 1998.
- NORANDI, Mariana – *Los hijos del exilio uruguayo en España (1972-1985): la memoria de la segunda generación de una migración forzada*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2012. Tesis Doctoral. Disponible en línea: <http://academica-e.unavarra.es/handle/2454/15016>
- NUÑEZ SEIXAS, Xavier y CAGIAO VILA, Pilar – *O exilio galego: política, sociedade e itinerários*. Sada/Coruña: Edición do Castro/Consello da Cultura Galega, 2006.
- PLA BRUGAT, Dolores – *Pan, Trabajo y Hogar. El exilio republicano español en América Latina*. México: SEGOB/Instituto Nacional de Migración/Centro de Estudios Migratorios, 2007.
- REY TRISTÁN, Eduardo y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – “Retornos forzados del Cono Sur. En torno al exilio de los descendientes de españoles”. En LIÑARES GIRAUT, Amancio (Coord.) – *Hijos y nietos de la emigración española*. Madrid: España Exterior, 2009.
- RUBIO, Javier – *La emigración de la Guerra Civil de 1936-1939*. Madrid: San Martín, 1997. 3 vols.
- SAID, Eduard – *Cultura e imperialismo*. Barcelona: Anagrama, 1996.
- SARTORI, Giovanni – *Cómo hacer Ciencias Políticas*. Madrid: Taurus, 2011.
- SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (Comps.) – *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza, 1994.
- SCHWARZSTEIN, D. – *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Buenos Aires: Crítica, 2001
- SZNAJDER, Mario y RONIGER, Luis – *The Politics of Exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- YANKELEVICH, Pablo y JENSEN, Silvina – *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

**LA INVESTIGACIÓN DEL EXILIO ARGENTINO
DE LA ÚLTIMA DICTADURA MILITAR EN EL
ESPEJO DE LA HISTORIA/HISTORIA DEL EXILIO
REPUBLICANO ESPAÑOL**

Silvina Jensen

Durante el siglo pasado, las sociedades ibéricas y conosureñas conformaron un espacio de acogida, tránsito y luchas antidictatoriales impulsadas por sus exiliados políticos que en sucesivas oleadas cruzaron el Atlántico, primero en un sentido y luego en el otro, huyendo de los regímenes autoritarios que desde los años 20 del siglo XX afectaron a la región.

Atento a las reconocibles influencias y aprendizajes mutuos entre generaciones de perseguidos en este espacio exiliar transnacional a dos orillas, a la articulación de redes personales, políticas, sindicales, intelectuales o profesionales y a la construcción de espacios complejos de representación que comprometieron a exiliados de distintas nacionalidades del mundo ibérico en el diseño de acciones colectivas de denuncia dictatorial, solidaridad con las víctimas y lucha por el reconocimiento de derechos, este trabajo pretende analizar la creciente producción académica argentina sobre su último exilio político de cara a dar respuesta a un interrogante: ¿en qué medida las experiencias históricas de los exilios ibéricos –en su “dato duro” (¿quiénes se exiliaron?, ¿cuántos?, ¿cómo?, ¿durante qué período?, ¿por qué?) y en sus respectivas historiografías– pudieron/pueden operar como

modelos de inteligibilidad para los historiadores que desde hace algo más de una década intentan de forma decidida dotar de sentido a un fenómeno de emigración forzada/condicionada que en principio se relevaba novedoso para el recuerdo de los argentinos?

En este contexto, intentaré poner en debate el carácter productivo (o no) de la puesta en diálogo de las experiencias exiliares española de 1939 y argentina de 1976, de cara a identificar las tensiones analíticas surgidas al momento de tratar de identificar los exiliados políticos argentinos del “Proceso de Reorganización Nacional”¹ en el espejo de la historia española.

El trabajo se divide cinco partes. Las tres primeras reconstruyen de forma muy sintética la aparición en Argentina del campo de estudios del exilio de la última dictadura militar y la escasa preocupación de los historiadores por otras experiencias de destierro que jalonaron el devenir nacional desde la primera década del siglo XIX y a lo largo del siglo XX. Se trata de analizar en qué medida los historiadores del exilio político argentino masivo del “Proceso de Reorganización Nacional” contaban o no con una tradición historiográfica previa en el país, esto es, con marcos interpretativos y conceptualizaciones productivas, metodologías probadas o como mínimo una agenda de temas y problemas básicos, cuando decidieron constituir como objeto de estudio a la experiencia más dramática de exilio político de la Argentina del siglo XX. La cuarta parte compara en su “dato duro” las dos exilios masivos del siglo XX que tuvieron a la Argentina, como destino y origen –el exilio republicano español de 1939 y el exilio argentino de la última dictadura militar– con el propósito de identificar las similitudes entre ambas emigraciones políticas y también las diferencias sustantivas en la composición de sendos movimientos de población y en las formas y medios de concretar las salidas forzadas o

¹ Denominación empleada por las Juntas militares para referir a los gobiernos de facto que se sucedieron entre el 24 de marzo de 1976 y el 9 de diciembre de 1983.

condicionadas desde cada país en dos diferentes coyunturas del siglo XX. La última parte discute los límites y posibilidades de analizar el exilio argentino dictatorial en el espejo del exilio republicano español, atendiendo al debate de qué es lo político en cada experiencia de exilio y quiénes fueron los exiliados políticos en la España de Francisco Franco y en la Argentina de Jorge Rafael Videla.

La constitución del campo de estudios sobre el último exilio argentino: una breve historia

Si los años 80 y 90 del siglo pasado fueron para la Historiografía Occidental una coyuntura a la vez fuertemente polémica, de crisis y búsqueda; en la Argentina esa renovación epistemológica, metodológica y temática se produjo en un contexto de democratización de las instituciones universitarias y a la vez de una fuerte pretensión de autonomización del saber producido en sede académica de los clivajes político-ideológicos que habían lastrado la interrogación del pasado en la etapa previa al golpe militar del 24 de marzo de 1976.

En esta coyuntura, los historiadores ni se sintieron interpelados por la investigación del pasado reciente, ni tampoco por la del exilio político dictatorial. Quizás fuera menos la incómoda cercanía de un objeto atravesado por la mayor tragedia del siglo XX y sus dolorosas reverberaciones presentes, que los resabios del positivismo y su mandato de historiar pasados cerrados o clausurados y a los que se accede a través de archivos oficiales y documentos escritos, los que expliquen por qué el pasado reciente en general y el exilio dictatorial en particular quedaron en el territorio de politólogos, psicólogos, sociólogos, demógrafos y especialistas en relaciones internacionales.

La implicación de los historiadores argentinos en la indagación de los exilios de los años 1970 no es anterior a finales de la década del noventa y por entonces fueron preferentemente aquellos que en forma temporal o definitiva y por razones diversas (incluso de tipo político)

residían fuera del país, los que comenzaron a poner los cimientos de lo que hoy es el campo de estudios de los exilios políticos argentinos recientes².

La primera producción historiográfica sobre el exilio argentino dictatorial estuvo marcada por un doble imperativo. El primero, la necesidad de recuperar la memoria de aquellos que se habían visto obligados a salir del país desde antes del quiebre institucional de 1976 primero por la acción de la violencia paraestatal (Alianza Anticomunista Argentina-AAA) y luego estatal y tras la consolidación del Estado de excepción. El segundo, la preocupación por reconstruir la historia de ciertos colectivos étnicos en sociedades que se descubrían o reivindicaban receptoras de inmigrantes o lugares de refugio, en particular España³ y México⁴.

Si bien los historiadores en principio no buscaban reivindicar a los exiliados, ni pretendían contribuir a su desestigmatización, estas primeras producciones parecían compartir el interés por transmitir a las generaciones futuras una experiencia dolorosa y poco conocida por los compatriotas que habían permanecido en el país. Buena parte de estos trabajos estaban contruidos en torno al testimonio de los exiliados y en ese sentido privilegiaban dimensiones de análisis tales como la experiencia y la construcción y reconstrucción de identidades. En no pocos casos, fueron la expresión de un ingente trabajo de recolección de memorias, en algunos casos encarado por investigadores

² De hecho, el primer libro publicado sobre el exilio argentino de la dictadura fue escrito por la antropóloga española Margarita del Olmo Pintado que, movida por un interés teórico por los procesos construcción, crisis y reconstrucción de identidades culturales, se abocó al estudio de la colonia de exiliados argentinos de Madrid. Tras esa primera obra titulada *La construcción cultural de la identidad: emigrantes argentinos en España* (Madrid: Universidad Complutense, 1990); en 2003, del Olmo publicó *La utopía en el Exilio* (Madrid: CSIC, 2003).

³ Véase JENSEN, Silvina – *La huida del horror no fue olvido. El exilio político argentino en Cataluña (1976-1983)*. Barcelona: Editorial Bosch - COSOFAM, 1998.

⁴ Véase YANKELEVICH, Pablo (Coord.) – *México, país refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Plaza y Valdés, 2000.

en solitario y en otros por grupos de investigación que apuntaban a la creación de archivos de la memoria de los exilios latinoamericanos (Archivo de la Palabra, UNAM)⁵.

Si bien ninguna de estas investigaciones planteaban un divorcio con la historia dictatorial y de las luchas políticas y de la violencia de los años previos al golpe militar en Argentina, su énfasis estuvo en las relaciones entre la comunidad exiliada y la sociedad receptora y en particular la ponderación de mestizajes desde lo social, simbólico, material o político-ideológico. En este sentido, el eje del análisis pasaba más por los vínculos de los desterrados con el país de residencia y las transformaciones identitarias de la comunidad exiliada⁶.

Más allá de estas primeras investigaciones pioneras que en la escritura de capítulos de la historia inmigratoria o intelectual de los países de origen o residencia de los historiadores se toparon con los exiliados políticos; la consolidación del territorio del exilio argentino no se produjo sino hasta avanzados los años 2000. Esta nueva etapa estuvo marcada no sólo por la sostenida incorporación de jóvenes historiadores que trabajan en la Argentina, sino también por la renovación de cuestionarios, escalas de análisis⁷, la incorporación de nuevos

⁵ Merece destacarse el proyecto “Refugio a la democracia. La experiencia del exilio latinoamericano en México” (UMAM-INAH) dirigido por Eugenia Meyer y Pablo Yankelevich, que se expresó en como mínimo dos libros clave: YANKELEVICH, Pablo (Coord.) – *En México, entre exilios. Una experiencia de sudamericano*. México: Plaza y Valdés Editores, 1998; y MEYER, Eugenia; SALGADO, Eva – *Un refugio en la memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México*. México: Océano, 2002.

⁶ Ejemplo de esta lógica es el proyecto (2000-2003) dirigido por Guillermo Mira en la Universidad de Salamanca y titulado “*Recepción y consecuencias del exilio argentino y uruguayo en la España de la transición*”.

⁷ Más allá de los clásicos capítulos nacionales que han multiplicado sus geografías de interés (Francia, Israel, Italia, Bélgica, Venezuela, Suecia, EE. UU., entre otras), se incorporan trabajos a escala local, comparada, regional y transnacional. Para ver las transformaciones del campo en la última década, véase YANKELEVICH, Pablo (Comp.) – *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Al Margen, 2004; YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina (Comps.) – *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007 y JENSEN, Silvina; SOLEDAD LASTRA (Eds.) – *Exilios: militancia y represión. Nuevas*

registros fontanales (fuentes burocráticas, judiciales, penitenciarias, de inteligencia, etc.) y la apuesta explícita por comprender el exilio dentro de la historia de las prácticas violentas del Estado terrorista argentino, de su acción extraterritorial, como parte del activismo social y la militancia política revolucionaria de los 70 del siglo XX, y como estrategia de lucha política, humanitaria y antidictatorial.

Los historiadores argentinos y los “exilios históricos”

Si la implicación sistemática de los historiadores en la interrogación del exilio político de los años 1970 no tiene más de una década, cabe preguntarse cuál ha sido el interés académico por lo que podríamos denominar los “exilios históricos” de la Argentina, esto es, por las reiteradas expulsiones y salidas condicionadas por diferentes mecanismos de exclusión ciudadana y represión política que atraviesan el primer siglo y medio de vida independiente del país.

De hecho, la historia de los exilios en Argentina se remonta a los orígenes mismos de la independencia de los territorios del Virreinato del Río de la Plata de España. Los casos de Mariano Moreno (1778-1811), José San Martín (1778-1850), José Gervasio de Artigas (1764-1850), Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), Esteban Echeverría (1805-1851), Juan Bautista Alberdi (1810-1884), Juan Manuel Rosas (1793-1877), Alfredo Palacios (1878-1965), Nicolás Repetto (1871-1965) o Juan D. Perón (1895-1974) dan cuenta de que se trata de una práctica de larga duración en pos del control, silenciamiento o anulación de la capacidad de acción del opositor y/o enemigo político.

Pero si la historia nacional se confunde con la de los exilios de sus políticos o intelectuales más conspicuos, la historiografía no cuenta

fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta. La Plata: EDULP, 2014.

aún con un gran libro sobre esos exilios en la larga duración. Y aún más, el tiempo de exilio parece no contar demasiado en las biografías políticas de personalidades que desempeñaron lugares eminentes en la conducción de los destinos de la Nación. Un caso emblemático de la desatención de la vida en el exilio de nuestros próceres es el del general José de San Martín. Su biógrafo oficial, Bartolomé Mitre –a la sazón uno de los padres de la Historia Argentina– le dedicó apenas 90 líneas sobre el total de 2.500 páginas que tiene su *Historia de San Martín y de la emancipación americana* (Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1939, t. IV). En forma sintomática, recién en 2009 y de la mano de otro exiliado (Rodolfo Terragno), los 26 años que median entre el alejamiento de San Martín del Río de la Plata y su muerte en Boulogne-sur-Mer (1850) fueron expurgados en una rigurosa biografía que pretende mostrar que lo que Bartolomé Mitre definía como la “abdicación del Libertador” no implicó el retiro del “Padre de la Patria” de la vida pública. Por el contrario, para el periodista y dirigente del radicalismo exiliado por la última dictadura militar, San Martín continuó ejerciendo una importante labor política en relación con las incipientes repúblicas americanas y lo hizo casi hasta su muerte en Francia en 1850. Lo que *El diario de San Martín* de Terragno (Buenos Aires: Sudamericana, 2009) ayuda a entender es que el destierro es algo más que un paréntesis, un hueco en la biografía personal⁸.

Más allá de constatar que el destierro apenas cuenta en las biografías de nuestros grandes hombres políticos y, que no cuenta o bien porque se lo desnaturaliza transformándolo en una decisión individual, o bien porque no se lo lee como un indicio o un síntoma de nuestra historia colectiva; también constatamos que los historiadores no hemos explorado en forma sistemática ni los exilios

⁸ <http://carteleradehistoria2.wordpress.com/2010/02/18/el-diario-de-san-martin-por-rodolfo-terragno/>

de los “proscritos de 1837”, ni los exilios de los peronistas que tuvieron que huir del país tras la llamada “Revolución Libertadora” (1955). Experiencias que exceden con creces al gran hombre y que afectaron a grupos humanos importantes convertidos en enemigos por los gobiernos de turno, incluyendo generaciones diferentes, de disímil perfil laboral y profesional y con historias de militancia heterogéneas. Su importancia para el devenir nacional no se reduce a su variable peso numérico, sino al papel político que desempeñaron estos colectivos de desterrados, sea en la denuncia, sea en el intento por resquebrajar o derribar los regímenes que habían determinado sus salidas no deseadas del país.

La inexistencia de un “gran libro” sobre los “exilios históricos” o la escasa importancia que se le concede al tiempo de destierro en las biografías tiene su correlato en la ausencia de capítulos especiales dedicados al exilio en las grandes Historias de síntesis del pasado nacional, tanto en las editadas a principios de siglo XX como en las de más reciente publicación⁹.

Que el relato historiográfico de la Nación no tematice el exilio cuando nuestro país es un país de destierros contrasta con la presencia del exilio en las Historias de la Literatura argentina. Desde la emblemática *Historia de la Literatura Argentina* de Ricardo Rojas (Buenos Aires: Kraft, 1960, 8 ts.) que dedica los libros V y VI a “Los proscritos”, el exilio surge como un motivo omnipresente y ninguna Historia de la Literatura nacional lo omite. Los escritores exiliados, la producción literaria en o sobre el exilio y hasta el reconocimiento de que –parafraseando a Rojas– la cultura argentina reconoce su origen en una generación de artistas, poetas y pensadores exiliados, imponen una marca al territorio de los estudios sobre el exilio. Así,

⁹ Para un análisis pormenorizado del vacío, véase ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA – *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1999-2003 y SURIANO, Juan (Dir.) – *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000-2005.

si escasean los abordajes históricos, en cambio el exilio parece una dimensión ineludible y un objeto prolífico para críticos culturales y literarios.

Los historiadores argentinos y el exilio republicano español

Si los historiadores argentinos han prestado escasa atención a los exilios que atraviesan el devenir nacional desde la expulsión/huída/retiro forzoso de los prohombres de los primeros gobiernos de la etapa independiente hasta avanzado el siglo XX¹⁰, tampoco otros destierros que tuvieron a la Argentina como país refugio despertaron el interés de los historiadores sino hasta las últimas décadas. En tal sentido, cabe señalar que los estudios pioneros sobre los exilios antifascistas y judío datan de la década del noventa del siglo pasado. En esa pionera historiografía argentina dedicada al estudio sistemático de diferentes grupos de refugiados y exiliados, huidos de la Europa de entreguerras y que recalaron en la Argentina peronista, los principales avances se han concentrado en el rescate de testimonios, el llamado “exilio cultural” o “exilio literario”, la inserción ocupacional de los perseguidos raciales o políticos, el impacto de su arribo en el entramado asociativo étnico preexistente y en menor medida en la historia política de las comunidades desterradas¹¹.

¹⁰ Para un análisis pormenorizado Vid. JENSEN, Silvina – *Suspendidos de la historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976-...)*. Barcelona: UAB, 2004. Disponible en línea: <http://www.tdx.cesca.es/TDX-1024105-231137/>

¹¹ Sólo a manera de ejemplo, pueden citarse entre otros, SENKMAN, Leonardo – *Argentina, la Segunda Guerra mundial y los refugiados indeseables, 1939-1945*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991; SENKMAN, Leonardo – *Argentina, la Segunda Guerra Mundial y los refugiados indeseables*. Buenos Aires: GEL, 1991; SMOLENSKY, Eleonora y JARACH, Vera Viggevani – *Tantas voces, una historia. Italianos judíos en la Argentina, 1938-1948*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999.

En el caso específico del exilio republicano español en Argentina, el referente ineludible es Dora Schwarzstein¹² que en innumerables artículos y muy especialmente desde la publicación de *Entre Franco a Perón. Memoria e identidad del exilio republicano en Argentina* avanzó en dos sentidos. Por un lado, en la articulación de la historia del exilio republicano y la de la inmigración masiva española que llegó a la Argentina desde las décadas finales del siglo XX. Y por el otro, en la reconstrucción del exilio político en clave social, esto es, sin circunscribir su investigación a los derroteros de algunos intelectuales y profesionales reconocidos. La pesquisa de Dora Schwarzstein tuvo además el mérito de ser el primer aporte unitario sobre el exilio de la Guerra Civil española en Argentina, donde se conjuga lo humano y lo político, las memorias de los actores y las lógicas político-partidarias, sociales y estatales en la comprensión de la salida abrupta de España, la penuria de los campos de concentración franceses y el drama del cruce del Atlántico, las formas de ingreso de los perseguidos a la Argentina, la solidaridad de la sociedad civil y de los partidos de oposición frente a la intransigencia de los gobiernos argentinos de fines de la década del 1930 y principios de los años cuarenta, las estrategias de cimentación de una identidad comunitaria en el mundo asociativo, la familia, etc. y los dilemas del retorno.

Más allá de los trabajos de Schwarzstein, la primera producción sobre el exilio republicano español en Argentina concentró su interés en las biografías de intelectuales, científicos, escritores, profesionales, artistas y en menor medida, políticos. En esta línea, cabe mencionar el número especial de la revista *Cuadernos Hispanoamericanos* (nº 473/474, noviembre/diciembre 1989) publicado con motivo del 50º aniversario del final de la guerra civil en el que colaboraron los principales referentes del mundo académico argentino, dedicado,

¹² SCHWARZSTEIN, Dora – *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Crítica, 2001.

específica o coyunturalmente al estudio de esas biografías individuales o colectivas, esto es, de grupos profesionales) exiliares. Entre ellos, destacan los aportes de María Teresa Pochat sobre María Teresa León y Antonina Rodrigo sobre Margarita Xirgu, o Emilia de Zuleta sobre Guillermo de Torre, Carlos Areán sobre artistas españoles en Hispanoamérica, Ana María Barrenechea y Elida Lois sobre lingüistas, Eduardo Grau sobre músicos, José Agustín Mahieu sobre cineastas.

Asimismo, los trabajos más pioneros abonaron la línea del “exilio literario” y/o “el exilio cultural”. Tal es el caso de los trabajos de Emilia de Zuleta; en particular *Espanoles en Argentina* (Buenos Aires: Atril, 1999) donde se propone entender el exilio literario de 1936 como “una reinscripción, en circunstancias trágicas, dentro de la cadena inmigratoria iniciada desde la Conquista y en el marco de unas interrelaciones culturales entre España y América que se remontan, también, hasta aquellas fechas”¹³. La autora pretende, por un lado, superar el nivel de generalización y comenzar a transitar lo específico de cada exilio, atendiendo tanto a la composición del grupo exiliado, como a las características de las diferentes sociedades receptoras. Y, por el otro, establecer quiénes eran los exiliados en Argentina, separándolos de los que emigraron antes y después de la guerra civil, más allá de que estos últimos se asimilaran y adhirieran al mundo político y cultural del exilio español en Argentina.

Directamente conectados con la historiografía del exilio republicano, existe otra área de estudio que en las tres últimas décadas ha concitado el interés de los investigadores argentinos. Me refiero a las pesquisas sobre el impacto de la Guerra Civil Española en Argentina, entre las que cabe mencionar los pioneros trabajos de Enrique Pereira¹⁴, Mónica

¹³ ZULETA, Emilia de – *Espanoles en Argentina*. Buenos Aires: Atril, 1999, p. 25.

¹⁴ “La guerra civil española en la Argentina”. *Todo es Historia*, Buenos Aires, n° 110 (julio 1976).

Quijada¹⁵, Ernesto Goldar¹⁶, Víctor Trifone y Gustavo Svarzman¹⁷ y Beatriz Figallo¹⁸, entre otros.

La magnitud de la presencia española en Argentina que a mediados de la década de 1930 ascendía a casi dos millones de personas y representaba casi un 15 % del total de la población, explica el impacto que la contienda tuvo en el país. La trascendencia del acontecimiento es el supuesto del que parten todos los investigadores que señalan que el 19 de Julio de 1936, en Argentina los sectores medios, los intelectuales, los obreros, la aristocracia, la prensa, buena parte de la clase política, pero también los ciudadanos anónimos y por supuesto el rico entramado asociativo de la colonia española, hicieron de la guerra un motivo de apasionamiento, solidaridad, denuncia, polémica, etc.¹⁹. El envío de víveres y abrigo, la agitación en las calles y la implicación de ciudadanos argentinos en las Brigadas Internacionales²⁰ son apenas algunos signos de esta movilización. El potencial disruptivo de la guerra civil²¹ y de sus damnificados (huérfanos, inválidos, desplazados internos, exiliados, etc.) en el espacio político argentino fue tal que algunos de los debates parlamentarios más sonados de la época –ejemplo aquellos en los que

¹⁵ “Los españoles de la Argentina ante la Guerra Civil Española: las instituciones de la comunidad”. En PÉREZ HERRERO, Pedro et al. – *Inmigración, integración e imagen de los latinoamericanos en España (1931-1987)*. Madrid: OEI, 1988 y *Aires de República, aires de cruzada: la guerra civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai, s/f.

¹⁶ *Los argentinos y la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: Contrapunto, 1986.

¹⁷ *La repercusión de la guerra civil española en la Argentina (1936-1939)*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

¹⁸ *La Argentina en la Guerra Civil Española. El Asilo Diplomático y el Asilo Naval*. Rosario: Pontificia Universidad Católica, 1996.

¹⁹ CATTARUZZA, Alejandro – *Historia de la Argentina, 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009, p. 132-133.

²⁰ JIMÉNEZ, Norma – *Testimonios Republicanos de la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 2001, y GONZÁLEZ, Lucas et al. – *Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2008.

²¹ QUIJADA, Mónica – *Aires de república, aires de cruzada: la guerra civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai Ediciones, 1991.

discutió la represión del comunismo, la nueva política inmigratoria y la apertura de las fronteras a refugiados raciales y políticos– estuvieron atravesados por la situación peninsular. Del mismo modo, en no pocas ocasiones las fuerzas políticas y sindicales argentinas proyectaron sus propios intereses, preocupaciones y conflictos, sobre la escena bélica española. Sobre todo los partidos de izquierda intentaron hacer de los puentes entre las realidades argentina y española una plataforma de lanzamiento y conquista de reivindicaciones y una herramienta de visibilización ciudadana y de ampliación de inscripción electoral en el espacio político nacional.

Comparando exilios masivos de guerras civiles y dictaduras militares de la Doctrina de la Seguridad Nacional

La historiografía argentina remite al éxodo español masivo de los años 30 del pasado siglo como “exilio republicano”, “exilio de 1939”, o “exilio de la guerra civil”. Sin embargo, este proceso de emigración forzada no fue en toda España la resultante de la guerra civil, ni se concentró en el invierno de 1939. De la misma manera, si bien tuvo como protagonistas privilegiados a las fuerzas políticas del Frente Popular (socialistas, comunistas, republicanos), también estuvo integrado por fuerzas que por derecha y por izquierda habían cuestionado la institucionalidad republicana y hasta su proyecto, habían protagonizado el proceso revolucionario que se vivió sobre todo en Madrid y Cataluña tras el fracaso de la sublevación en el norte de África en julio de 1936 o, como mínimo y ya en el destierro, pero bastante tempranamente, abandonaron la defensa del régimen republicano como condición para el retorno.

Estas constataciones obligan a repensar el fenómeno “exilio de 1939” atendiendo a caracterizar el proceso de violencia que vivió la Segunda República, de cara a complejizar la explicación del destierro junto a la guerra civil, pero más allá del campo de batalla, del desenvolvimiento

de las acciones bélicas y de su epílogo, la derrota militar del bando republicano. De hecho y en principio cabe pensar el exilio en una temporalidad que incluya la totalidad de la guerra civil (1936-1939), pero también cabe analizar los exilios que se desgajaron a lo largo de los años cuarenta y que fueron consecuencia de la acción terrorista del Estado franquista y sus violencias física, económica, laboral, ideológica y judicial.

Aún si dejamos de lado a monárquicos, políticos de derecha, clérigos, encargados de fábricas y talleres, sectores acomodados de la burguesía industrial y agrícola y personas comprometidas con los insurgentes que salieron entre 1936-1937, el exilio de los años 30 del siglo XX sólo el “río de personas” o la “marea humana” a la que se refería Antoni Rovira i Virgili en sus memorias²². Si bien el éxodo de más de 450.000 personas cruzando los Pirineos en apenas dos semanas (28/1-10/2/1939) se impone por su dramatismo, no todos los que salieron fueron combatientes de la mítica batalla del Ebro. En este proceso, hubo otros exilios que no forman parte de la “retirada” –como llamaron los franceses al destierro de 1939–, porque su detonante fue el temor a una política de represión sistemática e indiscriminada por parte de los vencedores.

Atendiendo a la “campana de cosificación y degradación de los vencidos” implementada por el régimen franquista que dejó a los llamados “antiespañoles y escoria comunista”²³ pocas alternativas de salvar la vida o conservar la libertad, puede entenderse que el movimiento que llevó fronteras afuera en unos pocos días a casi el 2 % de la población –aunque meses después más de la mitad de los refugiados había regresado y el destierro de larga duración no representó más del 1 %– fuera no sólo “desmesurado” sino también

²² ROVIRA I VIRGILI, Antoni – *Els darrers dies de la Catalunya republicana. Memòries sobre l'èxode català*. Barcelona: La Mata de Jonc, 1976, p. 49.

²³ MORENO, Francisco – “La represión de la posguerra”. En JULIÁ, Santos (Coord.) – *Víctimas de la guerra civil*. Madrid: Temas de Hoy, 1999, p. 278.

muy heterogéneo. Entre sus protagonistas figuraban cargos de responsabilidad política en el gobierno del Estado, militantes políticos de los partidos integrados al Frente Popular, militantes sindicales del anarquismo, comunismo o socialismo y militares republicanos, soldados regulares o milicianos, pero también vastos sectores sociales –incluido jornaleros sin tierra, obreros, campesinos– que salieron por miedo a las represalias, civiles que ni combatieron ni tuvieron peso o visibilidad política y que creyeron encontrar refugio en Francia y que cuando no lo obtuvieron y fueron alojados en campos de internamiento en el sur del país, sufrieron la persecución conjunta de las policías nazi y franquista o padecieron el aislamiento social por su condición de “indeseables” o “apátridas”, optaron por una peligrosa repatriación a España y someterse a la maquinaria de aniquilación y reeducación del régimen franquista.

Apenas unos pocos miles de los que llegaron a Francia pudieron reemigrar a terceros países, embarcándose principalmente hacia México, Chile o República Dominicana, pero también a Inglaterra, EE. UU. y otros países europeos.

En definitiva, si en el contexto de violencia que explica los exilios españoles la guerra civil es la piedra angular –y eso introduce una peculiaridad en tanto son exilios de una guerra declarada (por la Junta de Burgos, el 28/7/1936), que se libró en los campos de batalla y que terminó con la derrota republicana, la “retirada” de los vencidos a Francia y la declaración de la “Victoria” por parte de las fuerzas franquistas (1/4/1939)–, existen otros componentes a tener en cuenta. No hay que olvidar la represión indiscriminada que se impuso en las regiones donde el golpe triunfó y donde técnicamente no se dio la fractura social ni el conflicto violento de masas que se vivieron en las zonas que quedaron en manos de los republicanos. Donde los golpistas triunfaron, la violencia fue parte integral de la nueva situación política. El Movimiento que inició su andadura con el golpe castrense perpetró asesinatos arbitrarios y paseos, aplicó la ley de

fugas, para luego dar una cobertura “legal” a la represión que habilitó a matar, torturar, encarcelar en forma indefinida y forzar al exilio a cientos de miles de españoles por casi cuarenta años. Por tanto, más allá de las víctimas de los combates abiertos, la guerra de trincheras, o incluso de los bombardeos y los exilios de los protagonistas de la guerra, los combatientes (fuerzas regulares o milicianos) y los cargos de responsabilidad política y sindical, hay que pensar en estas otras violencias y su impacto en la producción de exilios.

Aunque el primer franquismo intentó evitar la salida de población, en un contexto de hambre y de represión extrema –que incluía encarcelamiento, batallones disciplinarios, estigmatización, depuración, relegación, confinamiento, consejos de guerra y sentencias de muerte bajo el imperio de la justicia militar y del estado de guerra que se prolongó hasta 1948–, los individuos diversificaron y redefinieron sus estrategias de supervivencia. Además de las salidas estratégicas de los guerrilleros comunistas que operaban entre el sur de Francia y el Valle de Arán y las huidas que apelaban a la clandestinidad o a burlar las restricciones que afectaron sobre todo a los jóvenes en edad militar, otros pocos españoles lograron salir al exilio e incluso llegar a Argentina, Brasil o Venezuela apelando a viejas estrategias migratorias como las “cartas de llamada” y la activación de redes familiares. No hay que olvidar que ya en 1948, Franco firmó los primeros tratados bilaterales de emigración –el primero con el presidente argentino Juan D. Perón–, que si bien pretendían controlar y ordenar los flujos de salida de población, no pudieron evitar la emigración espontánea en la que salieron –a pesar de los controles– algunos exiliados políticos.

Por una parte el régimen franquista intentó impedir la salida de “rojos” tras conseguir la “Victoria” y penalizó las salidas de “zona nacional” o del territorio español²⁴, pero por la otra, comprendió

²⁴ La “Ley de Responsabilidades Políticas” penalizaba el “haber salido de la zona roja después que el Movimiento Nacional hubiera entrado en ella y hubiera

claramente la dimensión punitiva del exilio territorial, no sólo por las penas de destierro/relegación que aplicó a quienes ya habían purgado en las cárceles franquistas y que tras quedar en libertad no podían regresar a sus pueblos, sino que hasta bien avanzados los años 60 del siglo pasado, mantuvo la Comisión Dictaminadora de Exilio Político que exigía informes y avales a alcaldes y Guardia Civil sobre aquellos que residían fuera del país y que manifestaban voluntad de regresar. No hay que olvidar que, como explica Conxita Mir, para el régimen, el exilio operó también como válvula de escape y por eso se afanó en dificultar el retorno de los derrotados²⁵.

Por su parte, los exilios argentinos de los años 1970 no se explican por un estado de guerra abierta, declarada, con batallas identificables y dos bandos sociales enfrentados o de fractura de las FFAA entre “leales” y “facciosos”²⁶. En Argentina, los exilios setentistas están ligados directamente a la violencia ejercida por el Estado, primero a partir de la acción de bandas criminales paraestatales como las AAA y luego tras el golpe y con el control total del poder, desde la articulación de una violencia estructural, no episódica y que se constituyó en pilar fundamental de la dominación castrense.

Asimismo, si los exilios españoles de los años 30 del pasado siglo son algo más que la consecuencia de la guerra civil, los argentinos de los años 70 del siglo XX tampoco se circunscriben al golpe porque las dinámicas terroristas del Estado entroncan claramente con las prácticas violentas de los grupos parapoliciales y paramilitares

permanecido en el extranjero más de dos meses, retrasando indebidamente su entrada en territorio nacional”.

²⁵ MIR, Conxita – “El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra”. En CASANOVA, Julián (Coord.) – *Morir, matar y sobrevivir. La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 151.

²⁶ Para una lectura de lo ocurrido en Argentina como guerra civil, Vid. MOYANO, María José – “Argentina: guerra civil sin batallas”. En WALDMANN, Peter y REINARES, Fernando (Eds.) – *Sociedades en guerra civil. Conflictos violentos en Europa y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

(Alianza Anticomunista Argentina, Comando Libertadores de América, Comando Moralizador Pío XII, Comando Anticomunista, Concentración Nacionalista Universitaria, etc.) que hicieron su aparición en los últimos meses del gobierno de Juan D. Perón y alcanzaron su clímax bajo la presidencia de María Estela Martínez y produjeron antes del 24 de marzo de 1976 un lento goteo de exilios. Esta diáspora, fruto del clima de intolerancia, intimidación, amenazas, asesinatos, torturas, listas negras y bombas, estuvo integrada por militantes sindicales y políticos de larga trayectoria y compromiso ligados al peronismo de izquierda y a Montoneros, pero también de la izquierda marxista y hasta del radicalismo. En número significativo también salieron periodistas, intelectuales, artistas y hasta deportistas. Para algunos, éste fue el inicio de un largo destierro. Otros volvieron al país y fueron nuevamente represaliados, se vieron imposibilitados de trabajar o debieron volver a marchar al exilio.

Ya antes del golpe, pero sobre todo desde que las Fuerzas Armadas ocuparon el centro del Estado, aunque la represión apuntó a eliminar a los sectores más activos y combativos de la sociedad, militantes de las organizaciones armadas, sus periferias, activistas políticos de la izquierda en general, activistas sindicales y miembros de organizaciones humanitarias, su accionar terrorista se extendió a familiares, amigos, vecinos o personas directa o indirectamente relacionadas con los reprimidos, e incluso personas que eventualmente podían convertirse en testigos molestos o fueron confundidas con otras y que constituyeron las llamadas “víctimas casuales”²⁷. Se trató de una represión planificada, sistemática, no circunscripta a determinados lugares geográficos y a la vez masiva, aunque como en el caso español, el carácter político de la persecución dio cabida a un “enemigo” a aniquilar, anular o expulsar del espacio público de perfiles lo suficientemente amplios y

²⁷ CALVEIRO, Pilar – *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1995, p. 44-45.

difusos como para que una parte considerable de la sociedad creyera estar en peligro. El carácter subterráneo y negado de la violencia con dosis justas de exhibición y espectacularidad, así como sus aspectos arbitrarios, actuaron como multiplicadores del miedo, modificando los comportamientos y las relaciones sociales. En este contexto donde el terror operaba conformando nuevos sujetos políticos, se perfiló un exilio cuantitativamente importante que llegó a representar entre el 1 y el 2 % de la población²⁸, conformado por miles de salidas individuales o de pequeños grupos y con escasos exilios organizados. Se trató de una emigración en cuentagotas y conformada por miles de salidas forzadas/condicionadas que se sucedieron a lo largo de toda la etapa dictatorial, aunque tuvieron un clímax entre 1976-1979²⁹.

Si la magnitud del evento emigratorio fue consecuencia de la decidida política de exterminio político que materializó la primera Junta Militar, las formas de concretar el exilio son subsidiarias del “ejercicio de una forma novedosa de la muerte por causas políticas: su práctica clandestina”³⁰. Si las miles de acciones individuales que conformaron el fenómeno colectivo del exilio dictatorial remiten a la violencia y al miedo, sus formas fueron tan heterogéneas como las trayectorias políticas y vitales de sus protagonistas en la Argentina previa al golpe. Hubo huidas del horror de la tortura, la desaparición-reaparición y otras tras la represión laboral por la aplicación de la “Ley

²⁸ MÁRMORA, Lelio; GURRIERI, Jorge – “El retorno en el Río de la Plata (Las respuestas sociales frente al retorno en Argentina y Uruguay)”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, n° 10 (diciembre 1988), p. 475; y LATTES, Alfredo; OTEIZA, Enrique (Coords.) – *Dinámica migratoria argentina (1955-1984): democratización y retorno de expatriados*. Buenos Aires: CEAL, 1987, vol. I, p. 21-22.

²⁹ El bienio 1976-1978 concentró casi el 70 % de los exilios; en tanto que entre 1974 y 1975 salió un 12 % y entre 1979 y 1980, el 18 % (MALETTA, Héctor; SZWARBERG, Frida; SCHNEIDER, Rosalía – “Exclusión y reencuentro: aspectos psicosociales de los exiliados en Argentina”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, n° 3 (agosto 1986), p. 296).

³⁰ CRENZEL, Emilio – *La Historia Política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008, p. 27.

de Prescindibilidad”³¹. Hubo expulsiones oficiales para no nacionales y salidas condicionadas por amenazas explícitas o veladas dirigidas a los propios actores de la diáspora o marcadas por la desaparición de compañeros de militancia o trabajo, amigos y familiares. Hubo cuasi expulsiones que encerraban retornos imposibles (“opcionados”³²) y hubo exilios del miedo que parecieron viajes convencionales. Hubo salidas ilegales y “turísticas”. Hubo partidas angustiadas por la incertidumbre de no saber si sería posible cruzar la frontera o atravesar el control migratorio. Y también hubo asilos diplomáticos y salidas protegidas al amparo de Naciones Unidas.

España, Argentina, sus exilios masivos del siglo XX: espejos deformados en la escritura de la historia

Si algo identifica al exilio dentro del universo de los viajes y desplazamientos, es que se trata de una emigración política. ¿Pero qué es lo político de esa emigración? ¿Remite a la condición de militante y/o combatiente del exiliado, condición que lo ha convertido en blanco de expulsión o de persecución política? ¿Incluye sólo a quienes ocuparon cargos expectantes de responsabilidad política y/o militar en la coyuntura previa a la partida forzada o puede involucrar a aquellos

³¹ La “Ley de Prescindibilidad” (25/3/1976) autorizaba a dar de baja por razones de seguridad a cualquier empleado público sospechado de estar vinculado a “actividades de carácter subversivo” o a “actividades disociadoras”.

³² La “opción” es un derecho contemplado por la Constitución Nacional (artículo 23) que en caso de conmoción interior, el presidente tiene la prerrogativa de declarar el estado de sitio y en este marco está autorizado a trasladar a detenidos considerados peligrosos dentro del territorio del país y eventualmente puede concederles el beneficio de salir del mismo. Si el estado de sitio rigió desde 1974 y no fue levantado hasta el 10 de diciembre de 1983, el gobierno militar aplicó la opción no sólo de forma discrecional sino que la suprimió en varias ocasiones para los detenidos sin causa ni proceso. Según denunciaba Amnistía Internacional, la Junta Militar no sólo anuló retrospectivamente y por decreto el derecho de opción –hecho que bloqueó las opciones concedidas con anterioridad al golpe–, sino que a lo largo del tiempo hizo uso discrecional del mismo, aprobando únicamente aquellas solicitudes que, a su juicio, no ponían en peligro la seguridad de la Nación.

otros que huyeron por miedo a las represalias? ¿Lo político remite a la salida de instituciones políticas (gobierno, parlamento, partidos) o puede involucrar sectores que concibieron su salida como forma de resistencia política y de oposición al régimen dictatorial aunque no estuvieran encuadrados ni formaran parte del gobierno depuesto? ¿Resulta indispensable para identificar a un exiliado político que haya emprendido el viaje con la consciencia de estar tomando una decisión política o es posible que alguien resignifique más tarde y fronteras fuera, una salida en principio fundada en el miedo y el agobio, en expresión de resistencia y oposición? ¿En que medida lo político del exilio refiere a ser el epílogo de un proceso político, esto es, la expresión de una derrota?

La puesta en diálogo de las experiencias exiliares española y argentina pueden dar algunas pistas. Para el caso de los exiliados republicanos, la pertenencia y/o adscripción política de los desterrados resulta evidente³³. En principio, salieron de España los cargos de los gobiernos central, autonómicos y municipales, la dirigencia política de los principales partidos del arco parlamentario, los cargos de responsabilidad en el Ejército republicano, las dirigencias sindicales y una vasta militancia intermedia y de base filiada con las fuerzas del Frente Popular, aunque también salieron militantes anarquistas, de la Confederación Nacional del Trabajo-Federación Anarquista Ibérica (CNT-FAI) e incluso de fuerzas catalanas de derecha (Lliga Catalanista).

Pero si algo refuerza lo político del exilio republicano español es que se exiliaron las instituciones de la República completas, de

³³ Sin embargo, existe un rico debate historiográfico respecto a quien considerar exiliado político o sea quiénes son los “auténticos exiliados”. Para Javier Rubio (*La emigración española de la guerra civil*, Madrid: Editorial San Martín, 1977, vol. I), entre los exiliados hay que incluir a mujeres, niños, ancianos, soldados, milicianos y civiles válidos y heridos. En cambio, Alicia Alted (“El exilio español en la URSS”. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, Madrid, n° 47, 2002) considera que sólo cuentan los que cumplieron funciones de responsabilidad política o militar durante la guerra. Finalmente, Dora Schwarzstein (*Op. Cit.*, 2001) afirma que son exiliados tanto los que salieron forzosamente como los que partieron a ejercer la resistencia política.

los gobiernos central, autonómicos y municipales, el Presidente de la República y las Cortes. La institucionalidad del exilio republicano no sólo impactó sobre la posibilidad de hacer de este éxodo un movimiento organizado, donde medió una orden de salida, sino que, incluso hasta el estallido de la Segunda Guerra Mundial –y aún después– y más allá de los conflictos entre las fuerzas políticas, pudo organizar y sostener económicamente la evacuación de los que estaban refugiados en Francia, vía reemigración a terceros países y cuando la amenaza nazi se abatió sobre territorio galo. Asimismo, las instituciones creadas para la asistencia a los refugiados –Servicio de Emigración o Evacuación de Republicanos Españoles (SERE) y Junta de Auxilio a Republicanos Españoles (JARE)– fijaron criterios para decidir quién era un exiliado y por lo tanto quién tenía derecho a la ayuda para su evacuación desde Europa hacia América en los “barcos del exilio”. Así, la JARE fijó esos criterios en dos ocasiones. En noviembre de 1939, diferenció “emigrados políticos propiamente dichos” de “refugiados en general”. Sólo los primeros eran sujetos plausibles de ayudas a la evacuación hacia América, además de ser acreedores de subsidios de locación parcial o albergue. Todo esto atendiendo a “sus actividades profesionales” o “su actuación política por consecuencia de la guerra”³⁴. En abril de 1940, la JARE reconoció la categoría de “exiliado político emigrable”, que incluía cargos de responsabilidad gubernamental, estatal, política, sindical, militar profesional o no profesional y personalidades de relevancia cultural o científica, siempre que “exist[iera] alguna razón motivada en servicios a la República que justifi[car]a su expatriación”. La JARE aclaraba también que podrían ser considerados “exiliados políticos” que reunían las “condiciones de emigrabilidad”, los que sin encuadrarse

³⁴ JARE – “Normas básicas para la concesión de ayudas a refugiados”, París, 30/9/1939 (Fondo Nicolau D’Oliver, Arxiu Nacional de Catalunya, Sant Cugat, Barcelona).

en ninguna de las categorías anteriores, “sean motivo de propuesta especial y razonada por los Consejos nacionales de los Partidos y Organizaciones representados en la JARE”.

El último exilio argentino contrasta en forma notable no sólo en su composición política, sino en su carácter de no organizado, ni institucionalmente amparado. Como señalaba la Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU) de Madrid, las filas del exilio argentino se nutrieron de los cuadros superiores y medios de las organizaciones armadas que salieron en los meses inmediatos al golpe, algunos pocos políticos de las estructuras partidarias tradicionales –aunque no los que ocupaban cargos centrales en el gobierno o en la oposición–, y mayoritariamente de profesionales, intelectuales y artistas perseguidos, amenazados o agobiados por la falta de libertades y que integraban de manera más o menos cercana la prolífica militancia social, barrial, cultural, sindical, profesional y religiosa de la época.

Si en el pasado no pocos presidentes y personalidades de la primera línea política argentina habían debido marchar al exilio, el de 1976 no excluyó a políticos del radicalismo y del peronismo en el gobierno, pero afectó preferentemente a militantes de organizaciones no integradas al arco parlamentario o ya en la clandestinidad, y a buena parte de sus apoyos sociales, directos o difusos. Hay que tener en cuenta que la violencia estatal tuvo un objetivo preciso: eliminar a la militancia armada y desarticular el movimiento social que desde el centro de estudiantes, la universidad, el sindicato, la práctica profesional, las organizaciones barriales, la guerrilla o la Iglesia del Tercer Mundo y desde diversas tradiciones ideológicas (izquierda peronista y no peronista) y con diferentes metodologías, preconizaba un horizonte de cambio que podía resumirse en la “Argentina Justa, Independiente y Soberana” y en la “marcha hacia el Socialismo” o la “Liberación Nacional y Social”. En ese sentido, el exilio argentino de los 70 del siglo XX tuvo peculiaridades que lo diferencian también del que se desató en Chile tras el golpe de Pinochet.

En este exilio confluyeron los que huían de la represión, algunos por sus propios medios y otros con la ayuda de gobiernos extranjeros, partidos políticos y organizaciones humanitarias del mundo; los que salieron usando su pasaporte y fingiéndose viajeros o turistas y los que lo hicieron en forma clandestina; los que salieron de la cárcel o de los “chupaderos”³⁵ y los que cargaron con la expulsión de la Junta Militar que les aplicó la “opción”. Se agolparon en el destierro los miles que pasaron por el aeropuerto de Ezeiza; los que zarparon del puerto de Buenos Aires en los vetustos barcos de la naviera italiana que unía el lejano sur con los puertos europeos de Lisboa, Barcelona y Génova y los que usaron autos particulares, colectivo, lancha, caballo o mula o cruzaron a pie las fronteras terrestres con Uruguay, Brasil o Bolivia. Pocas de estas experiencias remiten a un exilio organizado que fue el que involucró a dirigentes de las organizaciones revolucionarias (especialmente de Montoneros) y algunos cuadros intermedios del Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) – Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP). En este caso, las estructuras partidarias decidieron sacar del país a ciertas figuras para ponerlas a resguardo y preparar la contraofensiva militar.

Si un exilio como el español de 1939 no ha estado ajeno al debate historiográfico y político –incluyendo temas como la necesidad de la partida cuando la caída de la República aún no era un hecho definitivo o sobre la condición de exiliado de aquellos “huéspedes ilustres” que salieron del país con pasaporte, en coche y con recursos económicos–, ¿qué queda para el exilio argentino que preferentemente afectó a la militancia revolucionaria (armada y no armada) que operaba ya en la clandestinidad, a sus dirigencias pero especialmente a amplios sectores ligados a sus frentes de masas o de superficie, sectores que en algunos casos estaban atravesando un proceso de divorcio de sus organizaciones de pertenencia o referencia, ya sea por un cuestionamiento profundo

³⁵ Así eran denominados los centros clandestinos de detención.

(político, ideológico, ético) a la tentación por la violencia y en concreto a la deriva militarista, o ya sea por el impacto del terror sobre la cotidianeidad militante? Y a su vez, ¿en qué medida la experiencia española puede operar como un espejo legítimo para leer el caso argentino? En definitiva, ¿cómo pensar lo político para el caso argentino cuando no se exiliaron las estructuras partidarias, que aunque se vieron afectadas porque la Junta Militar no sólo decretó la suspensión de sus actividades y tipificó la actividad política como delito e inmovilizó sus fondos, sino que también encarceló, asesinó o forzó la salida del país de algunos dirigentes de los partidos tradicionales, no orientó su persecución prioritariamente sobre ellas? Hay que recordar que no todos los partidos políticos recibieron el mismo trato en los primeros años del “Proceso de Reorganización Nacional”: hubo agrupaciones disueltas, otras prohibidas y otras que pudieron seguir funcionando legalmente, aunque con fuertes limitaciones tales como la prohibición de tener locales partidarios públicos³⁶.

La complejidad del universo de la militancia argentina de los 70 del siglo pasado es tal que debemos reconocer que no todos los que militaban estaban encuadrados políticamente y muchos mantenían compromisos más laxos, pero no por eso menos intensos en su acción colectiva en el barrio, la universidad, la iglesia o el sindicato. Asimismo, es importante remarcar que lejos de lo que denunciaba la dictadura, no todos los militantes fueron combatientes armados, aunque todos fueron calificados de “subversivos” y por lo mismo, objeto de persecución y exilio. Si estas complejidades han dificultado entender ciertas salidas de la Argentina como emigraciones políticas, el hecho de que la mayoría de los exiliados no fueran parte del gobierno

³⁶ Recordemos que la Junta ilegalizó a los partidos marxistas maoistas y trotskistas (Comunista Revolucionario, Comunista Marxista Leninista, Socialista de los Trabajadores, Obrero Trotskista y Política Obrera) y suspendió las actividades de otras agrupaciones marxistas (Partido Socialista Popular, Movimiento al Socialismo para la Liberación Nacional, Socialista Unificado y Comunista).

elegido democráticamente y más tarde depuesto, los obligó a acreditar su condición de derrotados y en no menor medida de opositores, considerando, además, que una vasta proporción se filiaba con el peronismo que en el escenario internacional equivalía a fascismo o populismo y era, además, el signo político del gobierno de la derrocada María Estela Martínez de Perón. Por si esto fuera poco, buena parte de esa militancia política, sindical, estudiantil, profesional e intelectual en el exilio se identificaba o simpatizaba con organizaciones como el PRT-ERP, Montoneros, Peronismo de Base, Partido Obrero o Palabra Obrera que a diferencia de los militantes socialistas y comunistas carecían de hermanos ideológicos claros, hecho que si bien no obtuvo la posibilidad de construir espacios de solidaridad política internacional, determinó que las redes transnacionales se definieran en términos amplios o humanitarios y no por afinidad ideológica.

Por último, como explica Encarnación Lemus³⁷, la España de 1939 vio desterrarse no sólo a la sociedad en todas sus clases, grupos de edades y en un amplio espectro político-ideológico, sino a sus instituciones autonómicas y hasta “una concepción completa del Estado, la República social y democrática, [...] junto con el gobierno que la sustenta”, y no en menor medida, una cultura y una lengua. En tal sentido, este exilio fue un acontecimiento que atravesó social, económica y profesionalmente a la sociedad española. Si las riadas humanas que atravesaron las fronteras pirenaicas a principios de 1939 estuvieron formadas por funcionarios públicos, intelectuales, maestros, profesores universitarios, periodistas y políticos, en su mayoría este exilio estuvo integrado por personas pertenecientes al sector secundario (trabajadores industriales, de las obras públicas, la construcción, la minería y la electricidad), seguidos por agricultores y trabajadores

³⁷ LEMUS, Encarnación – “Identidad e identidades nacionales en los republicanos de Chile”. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, nº 47 (2002), p. 161.

del sector primario y por último por sectores del transporte³⁸. En tal sentido, puede hablarse no sólo de la transversalidad social del exilio republicano, sino de su carácter popular, aunque algunos historiadores consideran que si bien es cierto, la condición de exilio popular no se mantuvo en todas las geografías de la diáspora. Para Dora Schwarzstein, se dio una división socioprofesional entre los que permanecieron en Europa y los que embarcaron para Latinoamérica vinculada al capital material, pero también simbólico (político, de relaciones profesionales, familiares, laborales, etc.) que el candidato a emigrar pudo poner en juego para burlar las restricciones que manifestaban buena parte de las legislaciones migratorias de los países del subcontinente³⁹. En los españoles llegados a Latinoamérica, el perfil social promedio era el de personas pertenecientes a sectores económicos medios o altos, con niveles medios o superiores de educación y que en proporción no desdeñable habían pasado por la universidad. En una densidad muy poco significativa encontramos trabajadores manuales, obreros o campesinos⁴⁰.

En contraste, el exilio argentino de 1976 si bien atravesó toda la pirámide social, lo hizo con grados de incidencia muy disímiles. En la salida pesó un criterio de selectividad social. Como decía el periodista y escritor Vicente Zito Lema, el destierro fue un camino para periodistas, escritores, universitarios, abogados, profesores y maestros, artistas, psiquiatras, psicólogos y psicoanalistas. Los obreros también salieron, pero “viajar es costoso y escapar a las dictaduras

³⁸ VILLARROYA I FONT, Joan – *Desterrats. L'exili català de 1939*. Barcelona: Base, 2002, p. 55.

³⁹ SCHWARZSTEIN – *Op. Cit.*, 2001, p. 82.

⁴⁰ Esta lectura confronta con la de Francisco Caudet (*El exilio republicano de 1939*. Madrid: Cátedra, 2005, p. 387) que sostiene que el exilio republicano en Latinoamérica estuvo conformado sustantivamente por “una ciudadanía de obreros, campesinos y cuadros medios de distintas profesiones”. Desde su perspectiva, aún considerando intelectual a todo aquel que acreditaba una formación universitaria o superior, no eran más de un 28 %.

muy difícil”⁴¹ (Lema, 1978, p. 27). Si la alta proporción de estudiantes, intelectuales, profesionales y técnicos que conforman el exilio argentino resulta congruente con la incidencia de la desaparición forzada sobre sectores como profesionales, docentes, artistas y periodistas (19,3 %) y estudiantes (21 %), la representación de obreros en el exilio dista mucho del 30 % de desaparecidos pertenecientes al sector de los trabajadores industriales. Es claro que la escasa presencia de sectores populares entre los exiliados argentinos se explica no por haber quedado al margen de la maquinaria del Estado terrorista, sino por sus menores posibilidades económicas para escapar de ella. En líneas generales, el exilio argentino representó mayoritariamente a una población de adultos jóvenes de entre 20 y 40 años de edad, de sectores medios y con estudios secundarios, terciarios o universitarios.

Palabras finales

Tras constatar que el surgimiento del interés de los historiadores argentinos por los exilios producidos o recibidos, históricos o más recientes, es un fenómeno relativamente nuevo; que la creciente preocupación de la historiografía argentina por los exilios apenas reconoce una relativa primacía de los estudios sobre los exilios masivos europeos de entreguerras con respecto al exilio del Estado terrorista, postulamos que en el plano historiográfico si bien han existido y existen diálogos fructíferos entre especialistas de ambas experiencias de destierro, no siempre la historiografía argentina sobre el exilio republicano pudo servir de modelo para los historiadores argentinos del exilio de la última dictadura militar, sobre todo atendiendo a que la Historia argentina sobre el exilio republicano se encontraba también dando sus primeros pasos en el país.

⁴¹ LEMA, Vicent Zito – “Los exilados en España: de espaldas contra la pared”. *Agermanament. Revista de Política Internacional al servei dels pobles oprimits*, Barcelona, n° 146 (1978), p. 27.

Asimismo, las especificidades del exilio republicano español –exilio como consecuencia de una derrota política y militar en el contexto de una guerra civil, masividad, dramatismo, precipitación, visibilidad a los ojos del mundo, concentración temporal y hasta geográfica de la salida, sectores políticos representados (instituciones, partidos, dirigencias, combatientes)– no siempre han permitido interrogar satisfactoriamente las experiencias de exilio de los argentinos que huyeron de la política represiva del Estado terrorista.

En tal sentido, la utilización de algunas de las formas de identificar quién era un exiliado en la España nacional y franquista para analizar las trayectorias de los argentinos de los años 70 del siglo XX en no pocas ocasiones han generado algunas incomprendiones. Sin embargo, aún queda abierta la posibilidad de que los historiadores intentemos una puesta en diálogo o avancemos en un juego de espejos. De hecho, el principal reclamo a la relación y a la comparación, la han planeado los protagonistas del exilio de 1976 que cuando necesitaron dar sentido a su “decisión” de salir del país, cuando requerían filiarse o reafiliarse con la historia del país de origen o destino o cuando buscaban dar sentido a sus luchas antidictatoriales, recurrían a la experiencia de sus “padres” en el destierro: los españoles que en los años 30 y 40 del siglo pasado llegaron a la Argentina. Para dar cierre a este trabajo, veamos apenas algunos ejemplos que conectan estas dos experiencias exiliares separadas por varias décadas y originadas en dos continentes diferentes en las memorias de estos otros perseguidos por la violencia política.

Cacho Narzole (Jorge Alma) relata en sus memorias que las coplas que entonaban los ejércitos y milicias republicanas en el campo de batalla fueron apropiadas por la militancia de la izquierda marxista (PRT-ERP), huida a Italia a prepararse política y militarmente para u retorno al país: “Con los bigotes de Mola / Haremos una escoba / Para barrer la inmundicia / De la Falange española”. “Con la cabeza

é Videla / Haremos una pelota / Para que jueguen los niños / Que ahora no tienen escuela”⁴².

Alfredo, un militante de las Fuerzas Armadas Peronistas, que llegó a Barcelona en 1974 perseguido por las AAA, explicaba que conocía al franquismo antes de sufrirlo en su condición de exiliado, por los relatos de “muchos *anarcos* que había en Argentina” y que habían llegado tras la guerra civil⁴³.

Algo similar reseñaba Vicente Zito Lema, cuando alertaba que las tretas de la historia habían hecho que los argentinos que aprendieron sobre socialismo de los emigrantes españoles llegados a la Argentina a finales del siglo XIX y tras la contienda fratricida, se integraran al proceso de construir el socialismo en España⁴⁴.

Los espacios compartidos excedían la experiencia de los militantes encuadrados. No pocos intelectuales y profesionales argentinos que arribaron a la Península Ibérica tras el golpe castrense habían seguido las enseñanzas de renombrados republicanos españoles. Blas Matamoro⁴⁵ señalaba que como si se tratara de un reflujo cultural, en los 70 del siglo pasado España recibió a los discípulos de aquellos que habían introducido el Psicoanálisis en Argentina. Los herederos de estos republicanos “regresaban” a la Península tras el golpe de 1976. Entre ellos, Oscar Massota, Arnoldo Liberman, Valentín Barembli, Hernán Kesselman y Edgardo Gili, quienes a su vez crearon escuela y tradición dentro del mundo Psi español. Similar fue la situación de penalistas argentinos como Enrique Bacigalupo o Roberto Bergalli,

⁴² NARZOLE, Cacho – *Tributo a Naviente. Escuela de militancia*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2006, p. 98.

⁴³ Véase: <http://www.emigrados.net>, (consulta 20/7/2014).

⁴⁴ AA. VV. – “Exilados latinoamericanos: España, una opción vital”. *El Ciervo*, Barcelona, n° 339 (mayo de 1979), p. 17.

⁴⁵ MATAMORO, Blas – “La emigración cultural española en Argentina durante la posguerra de 1939”. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, n° 384 (1982).

discípulos de Luis Jiménez de Asúa, que debieron dejar la Argentina por la persecución política, para finalmente instalarse en España.

Aprendizajes políticos, espacios educativos y culturales compartidos y imaginarios transmitidos acercaban a los exiliados españoles y argentinos. No pocas fueron las historias familiares de exilios de ida y vuelta, y también fueron habituales las referencias a la “deuda histórica” de los españoles por la recepción al exilio republicano en la Argentina de los años 30 del siglo XX, deuda en la que no pocos cimentaron el reclamo o la concesión de solidaridad hacia los recién llegados. Y algo más, no pocos fueron los argentinos que incluso compartieron con viejos republicanos de regreso, su travesía marítima al destierro. Si el exilio español de los 30 del siglo pasado fue un exilio de “barcos”, muchos de los perseguidos políticos argentinos que recalaron en Europa entre 1976 y 1977 lo hicieron a bordo de vetustas embarcaciones de una compañía naviera italiana que unía Buenos Aires con Génova, pasando por Montevideo, Río de Janeiro, Lisboa y Barcelona.

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS HIJOS DEL EXILIO Y SU GENERACIÓN: ALGUNAS IMÁGENES DE SUS ENCRUCIJADAS

Silvia Dutrénit Bielous

Los exilios argentino, chileno y uruguayo se originaron en los contextos de crisis institucionales y posteriores dictaduras denominadas de Seguridad Nacional¹. Estas dictaduras instaladas en los años setenta del siglo pasado, se inspiraron en la doctrina que lleva el mismo nombre². Para entonces la lógica de las armas venció a la política. La dirección del Estado fue arrebatada por militares las más de las veces, pero los civiles no estuvieron ausentes. En ese contexto lo que primó fue una estrategia represiva. La sistematización de la violencia estatal fue ampliada por los ejércitos mediante la Operación Cóndor. La acción coordinada de los servicios de inteligencia posibilitó que la

¹ La autora agradece a Ximena Apaez Brito, becaria del proyecto *Segunda generación de los exilios conosureños en México* del Instituto Mora, su apoyo en la recopilación y sistematización de información.

² “La Doctrina de Seguridad Nacional es una concepción militar del Estado y del funcionamiento de la sociedad, que explica la importancia de la ‘ocupación’ de las instituciones estatales por parte de los militares. Por ello sirvió para legitimar el nuevo militarismo surgido en los años sesenta en América Latina. La Doctrina tomó fuerza alrededor de una serie de principios que llevaron considerar como manifestaciones subversivas a la mayor parte de los problemas sociales... La Doctrina de Seguridad Nacional es un fenómeno regional derivado de la influencia externa, pero con gran variación en sus manifestaciones particulares”. LEAL BUITRAGO, Francisco – “La Doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur”. *Revista de Estudios Sociales*, n° 15 (2003), p. 74-87. Disponible versión en línea: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2349602>

persecución se extendiera más allá de las fronteras por lo que estuvo presente en todos los países del área y en otros más lejanos.

Un porcentaje muy importante de la población fue perseguido³, lo que dio lugar a que muchos de los amenazados o de quienes, simplemente, ya no resistían vivir en un clima de terror, decidieran exiliarse. La magnitud de la represión convirtió a estos exilios conosureños en un torrente humano que penetró y se instaló en decenas de países de distintos continentes⁴. El exilio es una forma particular de migración y en estas experiencias se convirtió en un fenómeno colectivo, social. En virtud de ello no se puede hablar en singular aunque sea de un mismo país porque los exilios son muchos por una multiplicidad de razones.

Ese incesante flujo migratorio se alimentó de un principal propósito: garantizar la libertad, proteger la vida. No obstante, otras intenciones desde el momento inicial, o incorporadas en el camino, admiten una caracterización más comprensiva de la diversidad de circunstancias del exilio. Entre ellas, la continuidad o no con el compromiso militante, las distintas formas de su incorporación, los modos de inserción con la sociedad de acogida y, en especial, las distintas generaciones que lo atraviesan y sus maneras de pertenencia.

La trama de la vida exiliar cruza a distintas generaciones y se impone más cuando los destierros cubren temporalidades muy largas. Es interesante entonces al tiempo que relevante conocer diferentes experiencias y en particular la relativa a los hijos (o segunda generación). Observarla permite advertir la profundidad de las

³ Si bien son numerosos los registros documentales y bibliográficos, un valor privilegiado lo tienen algunos informes primigenios: CONADEP - *Nunca Más, Informe de la CONADEP*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984; CNVR - *Informe de la CNVR*. Santiago de Chile: CNVR, 1991, 3 vol. y SERPAJ - *Uruguay, Nunca Más*. 2.^a ed. Montevideo: SERPAJ, 1989.

⁴ Consúltense para información estadística *El mapa migratorio internacional de América Latina y el Caribe: patrones, perfiles, repercusiones e incertidumbres*. Chile: CELADE-CEPAL, 2001.

huellas que los procesos exiliares han dejado aún en quienes no son identificados como los protagonistas. Asimismo la mirada hace posible aprehender las características de las transmisiones generacionales y las rutas de acercamientos, readecuaciones o rechazos que tienen los hijos respecto a la biografía heredada. Ésta es fruto de contextos cambiantes y de marcas traumáticas con variada intensidad. Es decir, el acercamiento facilita identificar la construcción que esta generación –que se reconoce o no como la segunda– realiza acerca del pasado político que impuso el exilio familiar, su identificación en diferentes grados con esa experiencia o la búsqueda por construir una trayectoria que la distancie. También advierte sobre acercamientos o distanciamientos culturales e identitarios de sus progenitores.

El texto ofrece un análisis de la problemática para el caso de los hijos de exiliados del Cono Sur latinoamericano en México y se sustenta en la convicción de que esas huellas explícita o implícitamente están presentes, esas improntas no desaparecen y se refuerzan en la adultez, más aún y en particular, cuando la vida desemboca en la paternidad o maternidad.

Se trabajó con un prisma metodológico propio del hacer del historiador apoyado en el andamiaje de la historia oral de ahí que los testimonios representan las fuentes sustantivas y novedosas del texto. El universo de entrevistados reside en la Ciudad de México⁵. Se trata tanto de mexicanos por nacimiento como por adopción y en su mayoría poseen doble nacionalidad. Todos coinciden en un origen familiar vinculado a la vida académica, intelectual, cultural o profesional.

El análisis vertido en estas páginas se organizó en tres apartados (dilema de las generaciones, transmisión intergeneracional y definición de una ruta propia) que encuentran en las conclusiones puntos

⁵ Los fragmentos testimoniales fueron tomados de una reunión convocada por la autora de este texto, en octubre de 2013, en el Instituto Mora. En la misma se compartieron recuerdos y experiencias a partir de una identidad generacional.

reflexivos para nuevas investigaciones. En el mismo se intenta dirimir la dificultad para definir desde los hijos hasta dónde se consideran tales o se asumen como exiliados ellos mismos, así también dilucidar si existió o no una *cadena de transmisión* e incluso si se preserva, por qué y cómo sucede.

Dilema de las generaciones

Si la referencia al exilio comprende un fenómeno colectivo como se ha dicho, y ya no a uno individual y de elites como lo fue durante las primeras décadas del siglo XX en América Latina, es necesario apreciarlo en sus distintas generaciones. Aún más cuando es un acontecimiento prolongado y que trasciende más allá de los límites formales que el exilio pudiera tener⁶. Esta manera de observación y análisis se ha realizado por ejemplo para procesos largos y rupturales por su gravedad como la guerra civil y el franquismo en España y el nazismo y fascismo en toda Europa con su representación más brutal, el holocausto.

Es necesario reparar brevemente en el concepto de generación porque cuando se habla de hijos, se alude al menos a padres, de manera implícita a protagonistas del exilio en este estudio. Al hablar de generación la referencia trasciende el ámbito familiar y etario e implica contextos sociales, culturales, afectivos de una cotidianidad en que se converge o coincide.

Mannheim en *El problema de las generaciones* analiza distintas argumentaciones y avanza en la configuración de una fundamentación sociológica debido a que es esencial para la comprensión del cambio social y cultural. ¿Por qué? Porque la fecha de nacimiento

⁶ La referencia es al límite temporal del exilio. ¿Cuándo termina? Formalmente cuando desaparecen las condiciones que obligaron a buscar una tierra de acogida. En lo subjetivo se diría con SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo – *El fin de exilio o el exilio sin fin*. Apoyado en *El transterrado* <http://elviajedecrispulo.blogspot.mx/2014/06/los-transterrados.html>

no necesariamente impone una pertenencia colectiva aunque sí demográfica.

Una observación más inclusiva ha sido analizada desde distintos enfoques y desde tiempo atrás. Mannheim la retoma por ejemplo de Dilthey, quien adscrito a la corriente romántica, fue más allá de lo cronológico y puso énfasis en las interioridades del sujeto, en sus recuerdos vivenciales, influencias y referentes que constituirán un ser interior idéntico a otros⁷. Se trata de una perspectiva que retoma entonces el análisis del fenómeno social. Sin duda, es reiterada la mención a los *hippies*, al mayo francés o al 68 estudiantil en algunos países de América Latina, incluso a la de los *baby boomers*, las X, Y y Z. En todo caso, una generación no es una yuxtaposición de personas que coinciden en la fecha y lugar. Una generación reúne características coincidentes en términos sociopolíticos y culturales.

Cuando la referencia es a la segunda generación del exilio en relación siempre con la primera, es necesario pensar que cada una posee contextos prolongados en diversos planos como son el geográfico, cultural, social e incluso político. Es común hablar de ella no obstante, ¿quiénes pertenecen a ella? ¿aquellos que nacieron en el país de acogida de su/s progenitor/es o quienes siendo pequeños llegaron a ese país? ¿es posible hacer coincidir un rango etario?⁸ La realidad es bastante compleja. Por ejemplo, para los estudios sobre el holocausto, la segunda generación corresponde a aquella nacida cuando finalizó la guerra. En cambio, en algunos estudios sobre migraciones de otra

⁷ MANNHEIM, Karl – “El problema de las generaciones”. *Reis. Revista española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, n° 63 (1993), p. 193-242.

⁸ En el caso de España, Alicia Alted mencionó que cuando la referencia es a niños, se habla de una franja de edad que va desde el año 0 hasta la adolescencia, los 14 años. En las evacuaciones los límites que se ponían eran esos 14 años. *Conferencia en el Coloquio internacional: Segunda generación de los exilios conosureños en México*. México: Instituto Mora, 28 de octubre de 2013.

índole, el debate tiene varias aristas como lo evidencia García Borrego⁹. Allí se discute por un lado, si se puede hablar de segunda generación de la migración económica cuando sus integrantes nunca emigraron, por el otro, sobre la confusión de una categoría institucional con una noción sociológica. Y hasta por momentos se debate a la vez acerca de un problema más controversial, aquel que posibilita reunir en una sola definición a la primera y segunda generación para equiparlas en contraposición con los no migrantes. Es decir, convirtiéndola en los “otros”.

Incluso existen otros análisis que desagregan el concepto de generación como se verá en lo inmediato. Portes y Rumbaut sostienen a partir de la situación de los progenitores, que la primera generación de jóvenes que no nacen en el país de acogida fluctúa entre los 18 y 21 años. En tanto plantean que la segunda generación comprende a aquellos que nacieron en el país de acogida. Sin embargo, retoman a Rumbaut y Danico para considerar que existe la generación 1.5 en la que se encuentran los niños que habiendo nacido en el país de origen de los padres llegaron al de acogida a una edad temprana (0 mes a 12 años aproximadamente). Ello les significó ser educados y socializados en este último¹⁰.

En el ámbito académico, el concepto de segunda generación del exilio ha sido utilizado con distintas definiciones. En este trabajo se parte de la consideración que a sus integrantes los identifica la trayectoria exiliar de la familia. Es decir, son parte de la segunda generación tanto aquellos que nacieron en el país de sus padres y lo/s acompañaron siendo pequeños y hasta adolescentes, como también quienes nacieron en la tierra de acogida durante los años del exilio.

⁹ GARCÍA BORREGO, Iñaki – “Los hijos de inmigrantes extranjeros como objeto de estudio de la sociología”. *Anduli: revista andaluza de ciencias sociales*, n° 3 (2003), p. 27-46.

¹⁰ PORTES, Alejandro y RUMBAUT, Rubén – *Legados: la historia de la segunda generación inmigrante*. Trad. Albino Santos. México: Miguel Ángel Porrúa, 2011. p. 44.

Estos últimos entendidos en una temporalidad que cubre desde el momento que se debió salir en busca de una tierra de acogida hasta cuando desaparecen las condiciones formales que obligaron al exilio. Como es obvio, no significa que el exilio y sus improntas se borren por esas razones.

Esta amplia caracterización de segunda generación es subjetivada de diversas maneras de acuerdo con los jóvenes adultos convocados a rememorar sus circunstancias y delimitar su propia vida respecto a la experiencia biográfica familiar. Si bien puede percibirse un hiato entre quienes nacieron en el país de los padres y en el de acogida, aquel tiende a borrarse mientras los recuerdos y el presente invaden y se entretrejen en el relato.

Por ejemplo, Andrea¹¹ reacciona ante la pregunta de si es exiliada o hija de exiliados, si se considera segunda generación, y afirma:

...es que yo siempre viví como que yo era un extra que había llegado después de todo, nací en el exilio y cuando pienso de donde soy, veo de México, y cuando busco la raíz ¡ah! Uruguay. Entonces para mí, yo nací en el exilio, así es mi historia, pero no me siento exiliada... Mis abuelos políticos fueron mucho más reales para mí que mis abuelos de sangre y estaban en México y la casa donde me crié estaba en Morelia, o sea como que mi raíz de alguna manera estaba aquí [México] y mi identidad también estaba allá [Uruguay], entonces no me sentí exiliada digamos, pero sí nací en el exilio, eso sí me queda muy claro...

Mientras que para Valeria¹² que también nació en México, parece advertirse una sensación un tanto diferente:

¹¹ Andrea, socióloga, mexicana-uruguaya.

¹² Valeria, psicóloga, mexicana-chilena.

... soy hija de exiliados pero también me siento exiliada, y en ese sentido bueno, hice una tesis sobre la segunda generación, hicimos una discusión al principio de 'Bueno, nos vamos a referir a segunda generación como por estas razones teóricas pues', pero la verdad es que es un tema polémico, y yo la verdad es que no me siento segunda generación... nosotros no decidimos esta historia, nuestros padres no lo decidieron tampoco cien por ciento esta historia. Incluso en mi caso, yo veo que todos los padres salieron juntos. Mis padres se conocieron en México, mis padres no se conocían en Chile... Entonces, incluso, nací casi por casualidad de la vida en México porque si no hubiera habido toda esta historia yo no habría nacido.

Para Ignacio¹³ sin embargo, no hay nada que lo haga dudar. Es parte del exilio, de su primera generación, no es hijo, es un protagonista igual que sus padres.

... todos nos exiliamos juntos, aunque fue por la militancia de mi padre, ni siquiera por la de mi madre, pero el exilio lo vivimos todos, no nada más por el hecho de que yo nací en Montevideo y me vine con toda mi familia, sino porque todo eso ... de cómo uno crece dentro de un contexto dentro de una idea, pues a uno lo constituye. Entonces, más allá de cuánto te enteraste, cuánto entendiste, o cómo lo fuiste entendiendo con el paso del tiempo, pues justamente ese desarraigo, esa desubicación, esos dolores circulando, esas familias perdidas, ese encuentro con otro país, con otra realidad, todo eso uno lo vivió... más allá de la conciencia...

¹³ Ignacio, antropólogo, uruguayo-mexicano.

No obstante sostener el sentimiento de pertenencia al exilio, Alonso¹⁴ admite ciertas intensidades no compartidas con la primera generación y logra auto referenciarse como segunda.

... yo sí me siento parte del exilio, pero es un sentimiento creo que bastante distante a la otra generación, yo creo que sí es como una segunda generación de exilio, o sea sin categorizar demasiado, o sin radicalizar demasiado en que sí es exilio o no es exilio. Yo creo que sí pertenecemos a una generación de exilio que es distinta, y también incluso dentro de los hijos, pueden haber muchas diferencias dependiendo como la cercanía con el conflicto y la edad en que les tocó tenerlo presente, incluso si salieron del país de origen y llegaron a México o si nacieron en México, yo creo que ahí es como más distinto. En mi caso, nací en Chile y después me llevaron a México, ya en un contexto de dictadura y donde ya mis papas habían tenido un exilio previo. Entonces mi sensación pues sí, o sea mi pertenencia y mi identidad sí pertenece al exilio, pero la diferencia que yo hago con respecto a mis papás o a su generación, es como con respecto al dolor, que yo creo que en ellos, quizás como que la vivencia sí tuvo que ver con un dolor y en mi caso fue como más la transmisión de ese evento.

Estos breves fragmentos testimoniales de quienes se ubican entre los 33 y los 41 años y cuyos lugares de nacimiento han sido indistintamente el país de los padres o el que los acogió, son ilustrativos del exilio como marca identitaria aunque su ubicación como protagonista o/a hijo/a no logra precisarse claramente excepto en el caso de Andrea. Existe el sentimiento de que se es parte de una experiencia de vida que los marcó pero que quizá no lo sea de la misma forma que a los padres. En el testimonio de Alonso es evidente y en el Valeria algo más diluido. Sin

¹⁴ Alonso, psicólogo, chileno-mexicano.

embargo, para Ignacio no cabe duda, no es hijo, es exiliado. Muestran entonces una compleja delimitación de la condición de exiliado en una percepción de que la intensidad del significado emocional y práctico de la condición de exiliado es distinta respecto a los padres. Si se consideran los códigos culturales y sociales que fueron asentándose en su trayectoria de vida, es decir, las coordenadas espacio temporales en las que vivieron y aún perduran sus cotidianidades y el acontecimiento histórico compartido e inscrito en sus biografías, estos jóvenes adultos conforman una comunidad generacional real o imaginada en tanto los elementos mas o menos comunes que comparten. Es decir, comparten dos planos como lo plantea Sayad, uno diacrónico (biográfico) y otro sincrónico (del presente contextual). Este último es sin duda el exilio y sus circunstancias transmitido y vivencial de manera familiar y social¹⁵.

Transmisión intergeneracional

Existe sin duda una ambigüedad y complejidad en la transmisión. La transmisión intergeneracional no es sólo una verbalización, es también una representación de símbolos y de emociones. De esta forma podría decirse que no siempre se da de manera directa, pueden ser mensajes subliminales.

¿Qué y cómo se transmite el acontecimiento histórico que provocó el exilio y su relación con la ruta biográfica familiar? ¿De dónde surgen esas huellas que parecen imborrables aunque no siempre tengan la misma intensidad? Si bien hay que reiterarlo no se puede hablar del exilio ni del exiliado como un molde o cliché que se reproduce independiente de los sujetos, existe una tendencia a aferrarse de lo perdido, del despojo sufrido y a estar siempre en una permanente rememoración de hechos y datos del pasado inmediato.

¹⁵ SAYAD, Abdelmalek – “Le mode de génération des générations ‘immigrée’”. *L’Homme et la Société*, n° 111 (1994), p. 154-174. Citado por BORREGO, García – *Op. Cit.*, p. 4.

Y existe también para muchos una constante actitud de compromiso militante con el país que se abandonó.

Para algunos psicólogos el proceso de transmisión transgeneracional está precedido y acompañado por la *rêverie* maternal o parental: "sueño con el futuro de mi hijo, lo imagino, lo deseo antes de su nacimiento". El ensueño o ensoñación existe tanto en los padres como en un espacio, en una historia y en medio de relaciones sociales¹⁶. Al producirse la huida y concretarse el exilio, se producen rupturas en todos los aspectos y comienzan a fluir interferencias y trastornos en la transmisión transgeneracional. En este caso los padres como sujetos afectados no reaccionan de la misma manera, han cambiado bruscamente el espacio y el entorno social con consecuencias traumáticas.

De ahí que no siempre se produce de inmediato una transmisión de las razones por las que los padres residen en un país que es ajeno. No obstante, las situaciones son diversas tanto en los extremos de comunicarlas o no como en las formas de transmitirlo. Ejemplos de las diversas formas de la transmisión intergeneracional se pueden observar en los fragmentos testimoniales de los informantes.

Valentina¹⁷ recuerda que siempre hubo una referencia al exilio, no sólo por pertenecer a una familia de numerosas víctimas de la dictadura en donde las fotos de los ausentes estaban presentes cotidianamente en su casa, sino también porque era constante el trabajo solidario por Chile. Incluso lo tiene grabado en su retina por la vivido en la Casa de Chile.

¹⁶ Apoyado en SANTA ANA, Irene y Ariel SANZANA – "Uniando memorias, creando sentidos. Experiencia de trabajo grupal en Ginebra". En DUTRÉNIT BIELOUS, Silvia (Coord.) – *El Uruguay del exilio. Gente circunstancias, escenarios*. Montevideo: Trilce, 2006, p. 506-538.

¹⁷ Valentina, comunicóloga, chilena-mexicana.

... íbamos cada fin de semana a la Casa de Chile, a hacer desastres, éramos al fin de cuentas niños, entonces hacíamos travesuras de niños, pero siempre con actos políticos, siempre tener cosas de la memoria histórica, de no olvidar lo que había pasado; de hacer cosas por la causa en Chile... No sé. Yo desde que recuerdo, siempre, siempre, siempre el tema del exilio estuvo presente.

Sin duda, Casa de Chile fue una referencia simbólica y que transmitía como “lugar” la fuerza de la tragedia vivida y el compromiso por revertir la derrota mediante el apoyo solidario desde el exilio, pero muchas de las veces sin verbalizar la vivencia familiar. Valeria rememora con cierto titubeo un silencio familiar y una notoria contradicción en los mensajes cotidianos de la familia.

... efectivamente lo que se transmitió, se transmitió súper a nivel inconsciente, porque nunca me dijeron nada, o yo no recuerdo que me hayan dicho nada. Yo no sé si yo pregunté o no pregunté algo, para mí era una situación súper esquizofrénica porque era de lunes a viernes el mundo mexicano, y era ir a la escuela mexicana, y eran los amigos mexicanos... y era México absolutamente. Y con padres totalmente ausentes, que estaban trabajando de sol a sol, pues porque necesitaban sobrevivir... Y sábado y domingo era el mundo chileno, era ir a la Casa de Chile... era como este grupo de chilenos, de padres, de hijos, de nuestra edad, un poquito más grandes, más pequeños... Sí recuerdo que jugábamos, no recuerdo a qué ... pero mi recuerdo más fijo que tengo de la Casa de Chile es alguien tocando ‘Volver a los 17’, y para mí es el recuerdo más depresivo que puedo tener en la vida... Era realmente horrible, la canción era horrible, era súper triste, era súper lenta, era súper monótona, y todos con una cara de circunstancia que ¡bueno! Pues... esa cara de circunstancia que tu no entendías qué, por qué, nada. Entonces para mí era

absolutamente todo inconexo, como dos mundos totalmente raros e inconexos. De repente en la casa los posters del '¡NO!' pues, y que yo no entendía porqué había un póster o cosas que decían 'No'. Nunca nadie me explicó porqué los posters decían 'No'¹⁸.

En efecto como lo narra Alonso, la transmisión verbalizada no era tan explícita en muchas familias. Ello seguramente lo valora como sucesos que se silencian para proteger a los hijos de acontecimientos dolorosos. Schützenberger admite que a pesar de que hay sucesos históricamente conocidos, no son hablados dentro de la familia cómo los recuerdos de guerra, campos, bombardeos, cataclismos¹⁹. Esta trasmisión a veces no explícita se interioriza en la memoria ocasionando cierta ambigüedad de significados como lo demuestra Valeria.

Esa era la transmisión un poco más implícita que explícita. Nosotros íbamos a esos lugares de reunión donde la gente hablaba más en serio, pero nosotros seguíamos jugando en ese entorno. Obviamente a nivel inconsciente, sí había toda una carga política que uno terminaba entendiendo en la manera que podía, porque te aparecía, por ahí los referentes de Pinochet, que era el dictador, y por otro lado te aparecía la gente del partido Comunista, del partido Socialista, o del MAPU [Movimiento de Acción Unitaria], o del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, y nosotros lo que hacíamos era una adecuación de esto que escuchábamos y pues jugábamos tipo a las escondidillas [escondidas].

¹⁸ La referencia es al plebiscito convocado por el régimen dictatorial en Chile en 1980 para reformar la constitución. La oposición levantó la campaña por el 'No' y el oficialismo por el 'Sí'. Triunfó el oficialismo y se concretó la reforma.

¹⁹ SCHÜNTZENBERGER, Anne – *¡Ay mis ancestros!* Buenos Aires: Editorial OMEBA, 2006, p. 7.

No obstante para Andrea sí lo fue. Recuerda que sus padres si lo compartieron explícitamente y que ello significó una historia de principios frente a situaciones sustantivas de la vida.

... y muchas veces incluso el haber vuelto a vivir a Uruguay sí me dio un sentimiento de que hay cosas que sí importan y otras que no, pero las que sí importan son las que son ligadas a... ¿cómo decirlo? como a lo más profundo de la gente. No tanto si tiene que ver con un partido político o no, es 'estoy en esta situación y quién soy yo y de dónde vengo', ¿no? Como que siempre ha sido eso, incluso en situaciones difíciles pueden ser personales o pueden ser del trabajo, si a mí se me olvida mi hermano me agarra y me dice de donde vienes, quién eres', y entonces es como... [ademanes de espabilarse]. Y esas implicaciones o sea, tenían que ver con principios yo creo ¿no?, o sea, mis papás, más allá de lo malo o bueno que tengan, creo que lo bueno que sí nos dieron fue, en lo que sí crees, comprométete, y comprométete y entrégate.

Existe una herencia familiar que se impone muchas veces, en ciertos momentos, y deviene en formas de actuar que se identifican con la primera generación en el caso del exilio pero que en la ruta biográfica va más allá de los progenitores. Y ello no responde sólo a las vivencias traumáticas como lo han estudiado Edelman y Kordon²⁰, en las que se ha comprobado su incidencia sobre el cuerpo social en su conjunto por varias generaciones, también interviene en el momento de atender conflictos, posicionamientos sociales y éticos.

²⁰ KORDON, Diana y EDELMAN, Lucila (Comp.) – *Impacto psíquico y transmisión inter y transgeneracional en situaciones traumáticas de origen social. Paisajes del Dolor, Senderos de Esperanza. Salud Mental y Derechos Humanos en el Cono Sur*. Buenos Aires: CINTRAS, EATIP, GTNM/RJ, SERSOC Editores, 2002.

Ahora bien ¿puede o no advertirse que a los hijos se les transmitieran aquellas circunstancias aciagas por las que sus familias debieron transitar? Aún más, ¿se les compartieron explicaciones de los acontecimientos que lejanamente sucedían pero en las que estaban afectivamente inmersos? ¿Hubo a la vez una transmisión de valores y códigos políticos y éticos? Las narraciones reunidas en este texto ofrecen una certeza en cuanto a la transmisión intergeneracional aunque no en todos los casos fuera verbalizada. Distintas representaciones como la presencia en Casa de Chile, las imágenes del dictador, se fueron incorporando de acuerdo a los procesos subjetivos de cada uno de estos integrantes de la segunda generación.

Pero conforme fueron transitando estos hijos hacia la adultez, y en virtud de que la identidad es la de cada uno o de un colectivo –dado que no es una camisa de fuerza, por lo contrario es algo maleable y dinámico, que interactúa con el medio–, la pregunta es ¿cómo la van definiendo los hijos, cómo construyen su camino, qué toman y qué dejan en el camino?

Definición de una ruta propia

La transmisión del estado de exilio y sus razones no necesariamente se incorpora como circunstancia propia en los sujetos, pero esos datos biográficos parecen estar incrustados aunque no los perciban, incluso cuando tienden a producir rechazo. Distintas reacciones son proclives a dotarles de un sentido de pertenencia aunque no sea consciente de ese universo conceptualizado como segunda generación del exilio. Mariano²¹ lo define sintéticamente. “Son cosas intrínsecas. Hay cosas intrínsecas, hay valores que uno ya sabe que la otra persona va actuar así, o cómo piensa aunque no se lo diga, ya está claro, que por ahí va la cosa”.

²¹ Mariano, ingeniero químico, argentino-mexicano.

En cada persona hay una búsqueda de entendimiento para consolidar su propio camino. Es muy probable que descarten las actitudes de sus padres, como el cambio constante de un lugar a otro, ó que retomen el activismo político como una vía de acción heredada de la voluntad familiar. Para Valentina, su momento de ruptura o más bien de definición de lo que realmente ella como sujeto quería hacer fue “Cuando a los 14 años, cuando mi madre me dijo ‘vamos a Chile’, me lo planteó y le dije: ¿-No, ya no. Te vas sola, yo me quedo en México, no sé cómo le voy hacer, pero ya no me quiero mover de acá-?”.

Incluso esa búsqueda de entendimiento podría producir situaciones y procesos de mayor entretrejo de experiencias hasta llegar a una definición de vida. Es el caso de Valeria.

... la psicología para mí, y me he dado cuenta muchos años después, que fue como una forma de buscar entender algo, y no sólo buscar entender algo, buscar entenderme a mí y buscar entender a mi familia. Y por eso además meterme en el tema de Derechos Humanos y además meterme al tema de atención a las víctimas de violación de Derechos Humanos en Chile pues, víctimas de la dictadura, pero como yo nunca recibí esas respuestas en casa, pues tenía que encontrarlas de alguna manera ¿no?, fue mi búsqueda justo de esta historia y de esta identidad. Y creo que sí, que estuvo absolutamente marcada y determinada por esta no separación de mi historia y la de mis padres, y de mi identidad y la de mis padres, pero sí creo que por ejemplo, cuando yo me regresé a México, fue un momento que a mí me marcó un montón, fue un momento en el que ya yo como de la 5ta, 6ta terapia, empecé a tener esta sensación de ‘yo me vine de Chile e hice todo lo que hice, por una deuda a México’, o sea, cuando me fui para allá [Chile], fue por una deuda que ahora entiendo que no era mía.

Y también se observa en la experiencia de Ignacio como en otras de los entrevistados, un “corte de caja”. Muy claramente lo narra cuando señala que es muy distinto el exilio para sus padres que para él. Se trata absolutamente de otra experiencia. ¿Por qué? Porque entre otras cosas el dolor, el sufrir, todo lo que vivieron sus padres en muchos sentidos no es lo suyo.

... y ahí es donde uno decide qué continúa de esa historia, no nada más a nivel narrativo, sino de acciones, qué tomas de esa historia. Yo creo que de esa historia no he tomado ni el nacionalismo uruguayo, ni la sensación del dolor, ni de lo perdido, sino me quedé con las ideas y la búsqueda de un cambio, y eso me gusta y a lo mejor me gusta a mí contarlos... cómo también uno se relacione con su propia memoria, entonces cómo te estás construyendo, y entonces qué escoges de eso. Yo creo que escogí eso más allá, o sea, porque yo creo que sí hay una elección, o sea más allá del destino que te trajo aquí, uno no decidió nacer, tampoco decidiste el exilio, hay muchas cosas, tampoco decidí no volver, mi familia no volvió y al final no fue una decisión mía, tenía 12 años, la tomaron mis padres, por más que yo pataleé, pero tampoco lo pude romper, me quedé. Las decisiones quizá vinieron después o fueron dándose poco a poco, pero hay una decisión también de qué escoges, qué tomas de eso.

Parecería que se coincide en ubicar como importante ese momento de decisión más que hasta dónde se delimita la pertenencia al mundo exiliar. Valeria lo recrea desde lo personal aunque intuye que es un sentimiento comunitario de la segunda generación. Pone énfasis en que lo sustancial es percatarse que se puede resolver por ella misma, por ellos mismos.

... cuando dejas de arrastrar la historia, de arrastrar los dolores, de cargarlos como mochila obligada de destino, de 'bueno, pues me tocó y ni modo', sino que cuando dices 'OK'... De esta mochila, esto es parte de mi historia y lo tomo desde aquí, esto es de mis padres y no lo quiero, esto lo voy a seguir pero desde esta otra postura mía, y esta es la vida que yo quiero vivir'. Cuando tomas esa decisión, cuando te das cuenta que puedes decidir y tomas esa decisión o decisiones, creo que ese ha sido un punto, y sí creo que son varias decisiones no es que un día uno dice tomo esta decisión y ya cambió mi vida radicalmente, no, uno va tomando pequeñas decisiones, desde vivir allá, vivir acá, desde seguir o no seguir la militancia, desde qué tipo de izquierda, qué tipo de trabajo, desde los hijos, desde un montón de cosas...

En todo caso, la textura de las narraciones hace posible observar lo irregular de los énfasis en algunos casos, pero y en especial la coincidencia, que no deja de ser propia del desarrollo biológico, de un anclaje en esta segunda generación. La que comparte historias marcadas por huidas, derrotas, nostalgias así como compromisos sociales y éticos que van a trascender a esa segunda generación toda vez que hay una insistencia ante las experiencias de la maternidad o paternidad. Por ello, son las condiciones contextuales las que permiten percibir realmente la problemática que les perturba o conmueve.

Para concluir

Lo investigado hasta el momento permite observar matices con relativa intensidad en cuanto a la percepción que este grupo de jóvenes adultos tienen de su condición frente a la experiencia exiliar parental o familiar que los involucra. Se trata para algunos de una percepción incierta en la medida que no son los directamente afectados emocional y prácticamente, al menos de manera consciente, cuando se produce

la búsqueda de una tierra de acogida. No obstante, se aproximan en la apreciación de que hay una impronta imborrable que tiene que ver con la biografía familiar. Esa marca está contextualizada en el tiempo y en el espacio por una historia socio política y cultural de los países conosureños y también lo está por lo que corresponde al país de acogida en el que todos han crecido y han decidido residir aun cuando evidencien distintos itinerarios en su trayectoria de vida. Pero lo está también por una coincidencia que trasciende lo objetivado y radica en el mundo de la sensibilidad y subjetividad respecto a sensaciones y emociones con el medio cultural cercano y lejano.

La conjunción de una identificación diacrónica relacionada con lo biográfico y uno sincrónico referido a lo contextual, hace posible retomar con énfasis la argumentación de que una generación (en este caso la segunda del exilio) va más allá de la yuxtaposición de elementos. Existe un conjunto de elementos no idénticos pero sí similares y todos se entretajan en tensión con otro (en este caso con la primera generación del exilio).

Entre los elementos que dialogan aún en la disparidad, está el de la transmisión intergeneracional. Sin embargo, no hay una experiencia unívoca de cómo se genera esta transmisión. Imposible que suceda si se concibe al exilio como una experiencia de vida desgarradora lo que no significa que al final pueda considerarse formativa y enriquecedora. Marca la derrota personal y colectiva. Como proceso social y cultural constituye una madeja de historias personales, un cúmulo de acciones para seguir en la política o para salir de ella, un universo de actos comunitarios e identitarios de momentos de transculturación y de integración social y, a la vez, de rechazos de unos y de otros. Forman un mundo de padecimientos y de angustias y revelan a la larga desencuentros con los cercanos y acercamientos a los distantes.

La transmisión intergeneracional entonces se advierte como un continuo fluir de corrientes simbólicas y otras veces verbalizadas de la biografía familiar y del contexto en el que transcurre la cotidianidad

exiliar. Incluso como se ha dicho, por momentos contradictorio, en el que no deja de estar presente la preservación de los hijos ante el horror vivido pero también la imposibilidad de verbalizar lo que constituye un trauma. Lo anterior no impide pensar que también otras razones están presentes como puede ser la seguridad más allá de las fronteras del país de expulsión.

¿Qué toman y qué dejan los hijos de estas transmisión directa o indirecta? Amoldarán a sus propias vivencias e insertarán en las sendas que van a recorrer mayores o menores énfasis de lo que fueron los compromisos políticos y sociales, aunque estos últimos parecen preservarse por sobre todo. En todo caso y como ha señalado Yerushalmi las generaciones como la que es materia de análisis, resignifican su pasado²². Extraen lo que consideran apropiado y el resto queda en el camino. Ello deviene en que en la cadena de la transmisión se aprecien algunos eslabones rotos.

Para cerrar no puede obviarse una consideración general. La experiencia investigativa exige puntualizar que el grupo de hijos estudiados no puede ser considerado representativo de una generación. Es necesario cotejar sus vivencias y rememoraciones con otros que sean exponentes de condicionantes socioeconómicas distintas y contextos geográficos distantes a su residencia en la Ciudad de México. Al mismo tiempo, se concluye que sería necesario para otros estudios relacionar estas experiencias con las de otras familias de migrantes representativas de movimientos poblacionales disparados a partir de otras razones a las que consideran este estudio.

²² YERUSHALMI, Yosef Hayan – “Reflexiones sobre el olvido”. *Cholonautas - Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales*. Disponible en línea: <http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/Yerushalmi.pdf>

**NOTAS PARA UN DEBATE: LOS TRABAJADORES
EXILIADOS. APORTES DESDE LA EXPERIENCIA
LATINOAMERICANA**

Mónica Gatica

En este texto buscamos dar cuenta de las experiencias exiliares de trabajadores chilenos que se radicaron en el Noreste de la Provincia de Chubut, en la Patagonia Argentina, después de producido el golpe de estado contra el presidente democrático de Chile Salvador Allende Gossens, en septiembre de 1973¹. Después de cuarenta años, generamos condiciones para que quienes habían permanecido en la opacidad y la mayor parte de las veces en silencio, o conservando y transmitiendo sólo en el seno de sus familias memorias traumáticas, pudiesen hablar, recuperar porciones significativas de sus vivencias, inscribiéndolas en una historia más continente. El carácter forzado y masivo de los exilios latinoamericanos hace evidente su profundidad histórica, evidenciando que fue y es un “modo central de hacer política”, constituyéndose en hiato de las relaciones entre ciudadanía y nacionalidad².

¹ Este trabajo da cuenta de la investigación que dirijo junto al Dr. Gonzalo Pérez Álvarez *Historia y Memorias de la Clase Obrera en el NE de Chubut parte III*, radicada en el Instituto de Investigaciones Históricas y Sociales, FHCS – UNP. Cabe consignar que avanzar en el conocimiento requiere de la producción colectiva junto a graduados y alumnos de la casa de estudios en que nos desempeñamos.

² RONIGER, Luis – “El exilio no deja de ser un mecanismo institucionalizado de exclusión, que llega a formar parte de la cultura política. Entrevista a Luis Roniger”. *Revista Testimonios*, Buenos Aires: Asociación de Historia Oral de la República Argentina. Año 3, N° 3, (invierno de 2013).

Es difícil separar el exilio de otras formas de represión, pero sus consecuencias y efectos le otorgan una especificidad, en tanto las historias políticas de los sujetos involucrados continúan desarrollándose en otro espacio, mutando, evaluando la derrota o el repliegue, pero con instancias de compromiso colectivo que los empodera. Los sujetos en cuestión fueron trabajadoras/es, excluidos de los estudios más tradicionales de exilio, pero también son expatriados a los que se despojó de la historia colectiva y de su historia personal.

Hay una cuestión de clase que subyace: los obreros mayormente han salido sin resguardos ni encuadramientos, muchas veces por sus propios medios, valiéndose de los recursos de que dispusieron. Los trabajadores, mayormente al no contar con la visibilidad que obtienen intelectuales o dirigentes políticos, se mimetizaron y esa característica los expulsa de la linealidad, empujándolos, al no disponer de recursos para sobrevivir, a una inscripción laboral que muchas veces a pesar de las circunstancias críticas que deben sortear, les permite salvaguardar su propio *self*, poniendo su capacidad creativa en juego y sorteando así la nostalgia por los sujetos y objetos perdidos. Sufrieron, y sus pesares se profundizaron al no ser comprendidos muchas veces por quienes se quedaron en Chile, siendo incluso estigmatizados, ya que son ¡aquellos a quienes no les fue tan mal!

Nuestra tarea ha perseguido inscribirse en las investigaciones que se realizan en Argentina y en Chile para crear esferas públicas para las distintas memorias que contrarresten el olvido propiciado a través de la reconciliación y de las amnistías oficiales.

Frecuentemente para caracterizar al proceso migratorio o exiliar hay una alusión al número de involucrados, pero ante los difusos límites de la experiencia referida, no ha sido éste el objetivo perseguido. Podríamos referirnos a las barriadas que estos cientos de mujeres y hombres levantaron, y atender a la incompleta información oficial, pero aunque no minimizamos el valor de la estadística, hacemos una opción por nombrar y conocer a los sujetos; para también conocer y

comprender el ámbito en que actuamos profesionalmente. Es dable destacar que la Universidad de la Patagonia en Trelew (en la que nos desempeñamos) contiene y forma a una generación de hijos de obreros asentados en esta localidad, especialmente en la década del 70 del siglo XX, por lo que nuestra tarea procura aportar herramientas teóricas, metodológicas e investigaciones fácticas que resulten incluyentes. Historia, identidad y memoria son problemáticas no sólo relevantes para la vida académica, sino también para vivir el presente y el futuro.

Fue una migración obrera, de trabajadores y trabajadoras jóvenes, que en términos identitarios hizo que lo nacional apareciera intersectado por lo generacional, y la experiencia ideológica de clase. Su aporte puede revisarse en testimonios y diversas fuentes, siendo observable también a nivel estructural, cuando al repasar cualquier comisión directiva de los gremios o los cuerpos de delegados hay trabajadores provenientes de Chile. Ellos aportaron elementos claves para el desarrollo, la organización y la lucha en el noreste de Chubut. Trajeron una experiencia de conflictividad social muy profunda, y el acervo de una cultura obrera de izquierda clasista que planteaba centralmente la necesidad de la unidad entre los trabajadores, planteando un complejo diálogo con la cultura de izquierda argentina y con el peronismo en tanto horizonte ideológico mayoritario de la clase obrera en la región. En ese contexto es donde nos hemos propuesto revisar experiencias de exilios e insilios que procuramos inscribir y comprender en contextos represivos y vigilados que sin embargo permitieron construir destinos posibles en el noreste de Chubut.

Para plantear nuestra pesquisa no podemos dejar de considerar los prejuicios discriminatorios de la sociedad receptora, que como indican nuestros informantes en algún momento "*los chiloteo*". En realidad, este comentario no sólo evidencia una conducta de vieja data en la Patagonia Argentina, sino que permite rastrear la consideración nacional chilena frente a los habitantes de la isla de Chiloé, a quienes hacen depositarios de valores atrasados y primarios. Bien sabemos que "No

son infrecuentes las denominaciones despectivas de los extranjeros, con mote que se perpetúan, a veces, por generaciones, y en los que pueden condensarse la envidia por sobreestimación y el desprecio para defenderse de aquélla.”³

Luis Roniger nos ha permitido reflexionar en torno al marco que nos lleva a problematizar las bases de las violaciones de Derechos Humanos debiendo rastrearlas en la rutinización y aceptación tácita de la violencia generalizada. Su advertencia sobre la necesidad de reconocer que en realidad no se trata de recuperar algo que se perdió, sino de crear algo que no ha existido, nos parece muy valiosa. Ante un acto de violencia, se inicia un proceso interpretativo que puede ser codificado en términos de violaciones de Derechos Humanos, pero también ese carácter les puede ser negado, y en buena medida es lo que aconteció.

En general podemos considerar que “La geografía del exilio es también una geografía de la difusión de las ideas políticas y sociales, puesto que los exiliados fueron los vectores privilegiados de estas ideas.”⁴. Y es en este sentido que nos ocupa el análisis, ya que creemos que el ideario, o tal vez los distintos idearios, que se explicitaron en el Chile de la Unidad Popular, contribuyeron a la conformación de la identidad de clase en el contexto en estudio. La investigación comparada de los exilios y las migraciones está en marcha, y nosotros pretendemos participar de esa tarea.

El perfil de clase de nuestro sujeto de investigación nos permite acordar con Ferrer en que los/as trabajadores/as chilenos/as fueron la mano de obra que facilitó la industrialización, y para ello fueron utilizados: “Al inmigrante periférico se le otorga apenas un precario permiso de residencia –sea éste legal o ilegal, es un chantaje. En tanto

³ GRINBERG, León y GRINBERG, Rebeca – *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Ed. Alianza, 1984, p. 104.

⁴ GROPPPO, Bruno – *Los exilios europeos en el siglo XX*. Trad. Silvia Kiczkovsky. París: (Mimeo, 2000, p. 4).

mano de obra, fueron tolerados. Este es su salvoconducto, está obligado a construir la ciudad de su nuevo amo”⁵. Es evidente la literalidad del caso, en tanto muchos de los chilenos radicados se han dedicado a la construcción, o a oficios correlacionados.

Pero, como bien ha señalado Esteban Cuya, “aún antes del golpe de estado en Argentina (marzo de 1976), ya se habían logrado acuerdos entre los servicios secretos de ese país y de Chile, para el intercambio de información “clave” y para facilitar la captura de militantes izquierdistas chilenos”, perfeccionándose luego con la “Operación Cóndor”⁶. Militantes y simpatizantes de izquierda, chilenos, uruguayos, paraguayos, brasileños, y bolivianos, fueron capturados en Argentina, en Paraguay y en Brasil, pero quienes más persecución sufrieron en nuestro país fueron los líderes y militantes del MIR chileno. Pese a esto algunos de ellos vivieron en el NE de Chubut –por cierto, en una sociedad muy vigilada– pero pudieron establecerse y proyectarse.

Es necesario acceder a archivos de inteligencia para explicar las coyunturas de la represión, regionalizando su ámbito de operaciones. Advertimos que hay contrastes en las comunidades del valle inferior del río Chubut, donde los ciudadanos chilenos contaron con resguardos que no existieron en otros contextos argentinos, e incluso provinciales. Cabe destacar que los primeros chilenos desaparecidos en el exilio fueron secuestrados, justamente, en el sur de esta provincia.

⁵ FERRER, Christian – “Los intrusos”. *La caja revista de ensayo negro*. Buenos Aires, n° 6 (1993), p. 17.

⁶ CUYA, Esteban – “La “Operación Condor”: El Terrorismo De Estado De Alcance Transnacional”. In KO’AGA ROÑE’ETA – *Derechos Humanos en América Ko’aga Roñe’eta*. Santiago de Chile. Serie VII (1996), p. 5. Disponible en línea: <http://www.derechos.org/vii/1/cuyas.html>

Metodología y fuentes

Trabajamos con un enfoque interpretativo que privilegia las experiencias y creencias, rescatando matices y prácticas sociales; reconstruyendo percepciones, y discursos, que nos permiten recuperar sujetos históricos colectivos que muchas veces han permanecido en la opacidad. El trabajo que desarrollamos se halla en la encrucijada entre la historia del pasado reciente, la historia desde abajo, la historia oral, y la memoria; y es desde allí, que planteamos nuestra investigación. Es oportuna la conceptualización que nos aporta Paul Thompson, quien en un sentido amplio considera que es “la interpretación de la historia, las sociedades y las culturas en proceso de cambio a través de la escucha y registro de las memorias y experiencias de sus protagonistas”, es el objetivo de nuestra tarea⁷.

Esta opción casi seguramente es respuesta a la incertidumbre actual, y refleja, por cierto, la tarea de profesionales motivados mayoritariamente por razones sociales y políticas, que procuran estimular a ciertas mujeres y hombres para que puedan hablar, tratando de garantizarles condiciones para que sean escuchados, y que persigue que consideren, revisen, y se empoderen, a partir de la reflexión sobre sus vivencias. La disciplina apela a sujetos que han sido muy poco atendidos, ya que el diseño de marcos sociales incluyentes necesita hacer presentes a los excluidos, y marginados. Siguiendo a Silko, bien sostiene Portelli que –estas– “(...) historias son herramientas que necesitamos no sólo para sobrevivir sino para vencer. Son una protección que nos permite salvarnos y también activar instrumentos

⁷ THOMPSON, Paul – “Historia oral y contemporaneidad”. *Anuario*. Rosario: Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario. N° 20 “Historia, memoria y pasado reciente” (2005), p. 15.

para cambiar el mundo, porque hay poder en las palabras: están hechas de aire pero dejan su marca en la realidad material”⁸.

La diferencia esencial que se plantea es el tipo de pregunta que podemos realizar, y que puede superar el límite de la información, para dar cuenta de la representación. Hacer esta historia no implicará darle la palabra a quienes optaron por el silencio, ni intentar sortearlo con interpretaciones aleatorias, sino integrar todo el material reunido: las entrevistas realizadas y las rechazadas, los resultados obtenidos y las dificultades de la investigación. Nos abocamos a comprender la interacción humana, que en mucho trasciende las fronteras disciplinarias, y bien sabemos que la mejor historia oral es la que abarca tanto la comprensión e interpretación de vidas individuales como un análisis social más amplio, “(...) la que articula los resultados de la investigación cualitativa con los de la investigación cuantitativa”⁹. Trabajamos así, porque aunque nos dice menos sobre los acontecimientos, mucho nos aporta sobre el significado de los mismos; puede no agregar mucha información o datos precisos a lo que sabemos, pero nos dice del impacto, de la magnitud, y del costo real que pagaron por sus vivencias. Es una reseña subjetiva porque la memoria no registra una sucesión lineal de hechos y acontecimientos, sino que reconstruye el pasado, y lo resignifica. Nuestro desafío es conjugar la no uniformidad de la experiencia humana con la pretensión de generalidad y explicación de la ciencia social. Luisa Passerini y Ronald Grele cuando abordaron la subjetividad y la calidad textual del testimonio oral, justamente destacaron que se trata de una oportunidad única. Sin embargo es necesario distinguir qué ocurrió, cómo, de lo que se ha narrado, ya que es una distinción metodológica que incluso puede ser complejizada, en tanto al cruzarla

⁸ PORTELLI, Alessandro – “Memoria y resistencia. Una historia (y celebración) del Circolo Gianni Bosio”. *Taller, Revista de Sociedad, Cultura y Política*. Buenos Aires, Vol. 4, n° 10 (1999), p. 91.

⁹ THOMPSON, Paul – *Op. Cit.*, p. 19.

con fuentes más tradicionales –escritas o materiales–, implica que no podemos ignorar que se trata de narraciones instituidas, y que por lo tanto, su verificabilidad merece el mismo tipo de reparos. La información documental a que recurrimos no nos servirá para probar su exactitud, sino para interpretarla. Al decir de Portelli, “quien hace historia oral trabaja el triple”: ya que debe encontrar a las personas, registrar, transcribir; y por otro lado saber qué ha ocurrido, cuál es el relato hegemónico, para finalmente trabajar sobre la relación entre ambos planos¹⁰.

Bien afirma el historiador italiano que el trabajo de campo implica una forma de intervención política, que supone un esfuerzo de autoconciencia, de crecimiento y de cambio, en sus palabras: “(...) la gente no va a hablar con uno a menos que uno hable con ellos, no se va a revelar a menos que uno se revele antes”¹¹. Trabajos de estas características nos permiten al decir de Hassoun subjetivar, que es *imaginar hasta lo real de la nominación simbólica a cada uno*, para que puedan tomar acto. Imaginarlos, nombrarlos uno por uno, es comprender que se trata de sujetos diferenciados y no de una masa anónima¹².

Nuestro objetivo es contribuir a develar subjetividades, para que no queden atrapadas en el pasado, repitiendo el trauma de modo circular; sino que se inscriban en una perspectiva identitaria continente. Parafraseando a Thompson, entendemos que la historia es una forma dentro de la cual luchamos, y muchos han luchado antes que nosotros, buscando no un saber indolente, sino marcas y rasgos para comprender nuestro presente, y construir un futuro más justo.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro – “El uso de la entrevista en la historia oral”. *Anuario*. Rosario: Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario. N° 20 “Historia, memoria y pasado reciente” (2005), p. 43.

¹¹ PORTELLI, Alessandro – *Op. Cit.*, p. 106.

¹² HASSOUN, Jacques – *El exilio de la memoria. La ruptura de Auschwitz*. Buenos Aires: Xavier Bóveda Ediciones, 1998, p. 51.

El historiador que se dedica a la historia oral debe utilizar no sólo las técnicas de la oralidad sino sobre todo las del historiador, tomando todos los recaudos necesarios tanto al interrogar la fuente como al construir una explicación a partir de ella. Si no hay explicación, si no hay proceso, si el uso de la oralidad no sirve para explicar el devenir histórico, entonces el análisis puede ser válido y hermoso pero no es historia oral”¹³.

Atendiendo a las particularidades de nuestra tarea, debe destacarse que la construcción no implica sólo la información documental, sino las mismas fuentes, lo que supone cuestiones metodológicas importantes: en principio, la entrevista es un diálogo, con arreglo a ciertos esquemas o pautas acerca de un problema, o de cuestiones determinadas, teniendo un propósito profesional, y supone un proceso de acción recíproca; es una comunicación interpersonal, establecida entre el investigador y el sujeto. Su naturaleza es oral, pero también tenemos la oportunidad de captar los gestos, la transpiración, el llanto, los tonos de voz, los énfasis. Ahora bien, los entrevistadores no somos pasivos ya que buscamos y provocamos reflexiones y evocaciones, es decir somos coautores, teniendo la oportunidad de validar, y resignificar lo narrado; y paralelamente, al momento de la transcripción, revisitamos e interpretamos, avanzando más allá de la cuestión lingüística o narrativa.

El síndrome del sobreviviente suele distinguirse como desviación, sin muchas veces atender a las implicancias de la supervivencia psíquica y moral. El silencio es más frecuente que el olvido, y puede referir a diversos modos de gestión de la identidad y de reacomodamiento al mundo, debiéndolo conciliar con las normas de la moral corriente, incluso, atendiendo a las sanciones del derecho. Es decir, los testimonios se sitúan en el espacio de lo decible.

¹³ POZZI, Pablo – “Mi historia: “para que algún día puedan ser libres””. En PASQUALI, Laura (Comp.) – *Historia social e historia oral. Experiencias en la historia reciente de Argentina y América Latina*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2008, p. 7-8.

Nos hemos enfrentado a la dificultad de entrevistar a obreros que no han estado mayormente encuadrados en una organización, lo que supuso vastas dificultades para contactarlos, pero les otorgó libertad, sorteando las tensiones que entre lo subjetivo y lo objetivo se plantean si analizamos a miembros de una institución, o colectivo instituido. Para ellos, aislados, ha sido más difícil, y sólo la experiencia contestataria y de denuncia de El Chile Democrático los contuvo, mientras que el Centro de Residentes no lo hizo, ni lo hace, y es más, reproduce el conflicto y el enfrentamiento de la sociedad chilena, volviendo en ocasiones a victimizarlos.

Investigaciones de estas características pueden inscribirse en las esferas escondidas a que alude Thompson, atendiendo a la importancia de abordar la migración a partir de historias de vida, que conectan puntos de una narración explicativa, dando cuenta de los extremos del proceso¹⁴. Aplicamos en nuestro análisis la perspectiva de la *historia desde abajo* porque nos permite corregir la historia de las grandes personalidades y los grandes hechos, para hacer una síntesis más rica, fusionando la experiencia de la gente común con temas más tradicionales de la historia. Ahora bien, en este reconocimiento del *desde abajo* está implícita la existencia de la estructura y el poder social que están permeando la misma realidad *desde arriba*. El poder impone olvidos y memorias, pero quienes lo resisten, necesitan conservar su pasado, especialmente aquello que busca ser invisibilizado; y muchas veces, la memoria preservada por quienes han perdido –los de abajo–, nos encauza para buscar en archivos y repositorios más tradicionales, enriqueciendo nuestro análisis. Bien señala Adolfo Gilly que “La gente no se reconoce en la historia que la halaga, sino en aquella que le permite comprender su pasado, discernir su vida y entrever su futuro”¹⁵.

¹⁴ THOMPSON, Paul – “Historia oral y contemporaneidad”, *Op. Cit.*, p. 22-26.

¹⁵ GILLY, Adolfo – *Arriba los de abajo*. México: Ed. Océano, 1986, p. 19.

Cuando pensamos en la clase obrera, entendemos definitorio el elemento subjetivo, es decir su conciencia; y creemos que estar comprometidos con los trabajadores, es llevar adelante una práctica social, un lenguaje, y una relación entre lo intelectual y la vida cotidiana que dé cuenta de ello. Utilizamos el concepto de clase pensándolo desde la perspectiva de E. P. Thompson, quien la definió como “(...) un fenómeno histórico unificador de un cierto número de acontecimientos dispares y aparentemente desconectados, tanto por las respectivas condiciones materiales de existencia y experiencia como por su conciencia”, no como una estructura, y menos aún como una categoría, sino como algo que acontece¹⁶.

Exilio y migración económica

Las migraciones forzadas y los exilios o destierros han involucrado a sectores muy numerosos a lo largo del último siglo, proyectándose también a este nuevo milenio, inscriptos en el fenómeno más vasto de los refugiados. Entonces para caracterizarlo en el contexto internacional y local; y atendiendo a las escasas producciones que dan cuenta del universo obrero en estas experiencias traumáticas, han sido evidentes los límites que supone una estricta separación entre exilio y migración económica o política; ya que dicha conceptualización encierra una mirada que invisibiliza derroteros que en principio, o superficialmente, pueden ser leídos como poco organizados. La aplicación del análisis de red contribuye a hacerlos visibles, transformándolos en actores racionales, con objetivos que se movilizaron a partir de los recursos de que dispusieron; tratando de superar el paradigma que hacía de ellos seres desesperados: fueron mujeres y hombres que eligieron un destino posible, siempre atendiendo al doble carácter de la experiencia

¹⁶ THOMPSON, E.P. – *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Madrid: Capitán Swing Libros SL, 2012, p. 27.

en que estuvieron inmersos: la salida de su país por un lado los liberó, pero también los privó; asociando indisolublemente sentimientos de dolor por el desprendimiento de lo propio –de los afectos personales y colectivos–, agravados por los efectos de la derrota y la incertidumbre. Son sujetos que pusieron su identidad en riesgo.

Pensar y analizar los efectos de los desplazamientos forzados supone no sólo concentrarse en las víctimas directas, sino pensar en la totalidad de las sociedades; y destacar que las dictaduras latinoamericanas han actuado como agentes fundacionales del neoliberalismo. La expulsión de trabajadores que representa el exilio es parte de la destrucción del tejido social, pero también los sitúa como mano de obra disponible para procesos industrialistas en expansión. Compartimos con Coraza de los Santos, que “las corrientes migratorias, incluido el exilio, o mejor dicho, vistas a través del exilio, tienen consecuencias y establecen correspondencias más allá de las circunstancias que las generan”¹⁷. Esta aseveración puede ser prístinamente ilustrada con los trabajos de Bruno Groppo¹⁸.

Es pertinente revisar que hay una cuestión de clase que subyace, y que no se ha atendido hasta ahora con demasiada profundidad. Nuestra investigación aborda el exilio obrero, y como bien ha expresado Zito Lema, los trabajadores también salieron, pero “viajar es costoso y escapar a las dictaduras muy difícil”¹⁹. Cualquier estudio migratorio del mercado de trabajo, debe revisar la importancia de mecanismos formales e informales, lo que permite entonces cuestionar el principio de la anulación de la importancia de las relaciones personales con

¹⁷ DUTRIÉNIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Tiempos de exilios. Memoria e historia de españoles y uruguayos*. Uruguay: Ediciones Textual, 2008, p. 159.

¹⁸ GROPPPO, Bruno – *Los exilios europeos en el siglo XX*. Trad. Silvia Kiczkovsky. París: (mimeo, 2000) y GRINBERG, León y GRINBERG, Rebeca – *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Ed. Alianza, 1984.

¹⁹ YANKELEVICH, Pablo (Comp.) – *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 123.

la industrialización, ya que reviste una sumaria importancia²⁰. La trascendencia de tener conocidos es frecuente en la mayoría de las localidades de Patagonia, pero su alcance fue dispar, registrándose el nivel más alto en Neuquén, aunque también es una constante en el NE de Chubut, lo que puede aparecer reforzado por tratarse de centros urbanos más pequeños, donde aún siendo más vulnerables (a nivel de educación por ejemplo), contaron con cierta protección y resguardo. Este tipo de investigaciones suponen aproximarnos a diversas experiencias personales, laborales y políticas, que necesitan para ser develadas superar hábitos de ocultamiento y clandestinidad. Roniger y Sznajder concluyen, y nos permiten establecer un paralelismo con nuestra investigación, en torno a la problemática de la invisibilidad de exilios o refugios en el caso de países que vivían un contexto de expansión: “los escapados se tornaron invisibles (y) su pasado siguió vivo en la memoria, aunque colectivamente su impacto se sumó al de otros inmigrantes”²¹. Esta afirmación pareciera estar formulada desde nuestro contexto, en tanto nuestra región atravesó circunstancias de esas características, que bien le han permitido a Palma Godoy reconocer en Comodoro Rivadavia distintas estrategias: asimilacionistas, participacionistas o negadoras de su identidad, e incluso situar históricamente el prejuicio de ser chilote, que en realidad encierra una forma de discriminación dentro de la comunidad de origen²².

Jensen pone en cuestión la superposición de exilios y migraciones económicas, pero es particular la atención que presta a las “marcas” que lo confirman como un acontecimiento colectivo²³, y esta herramienta

²⁰ BJERG, María y OTERO, Hernán (Comp.) – *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995, p. 17.

²¹ YANKELEVICH, Pablo y JENSEN, Silvina (Comp.) – *Exilios Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 58.

²² MÁRQUES, Daniel y PALMA GODOY, Mario – *Distinguir y comprender*. Comodoro Rivadavia: Ed. Proyección Patagónica, 1995.

²³ YANKELEVICH, Pablo (Comp.) – *Represión y destierro. Op. Cit.*

es la que aplicamos en nuestra tarea, siempre atendiendo a que el destierro genera una filigrana imborrable para la generación inicial, y continuará siendo dominante para distintas generaciones, hasta convertirse en una “(...) huella apenas perceptible, casi indiciaria, para las generaciones siguientes”²⁴.

Claudio Bolzman, citando a José Donoso, da cuenta del exilio chileno reforzando la imposibilidad de cristalizar la experiencia exclusivamente de acuerdo a la legalidad, sosteniendo: “(...) todos como nosotros, huyendo, algunos perseguidos, la mayoría en exilio voluntario porque ahora resultaba imposible vivir allá si uno quería seguir siendo quien era (...) Pero fueron pasando los años y muriendo las causas y las esperanzas: el olvido adquirió el carácter de bien necesario para sobrevivir”²⁵. Aún, considerando la distancia intelectual que expresa el narrador, es dable considerar que su experiencia europea es semejante a las trayectorias de quienes nos narraron su vivir en el NE de Chubut.

Exilio Chileno

Patagonia funcionó como frontera abierta donde potencialmente al menos se podía empezar la vida de nuevo, aquí los chilenos desarmaron las valijas. Esta migración forzada, o el exilio que investigamos fue invisibilizado durante más de treinta años, negándoseles ese *status*; y entonces, al iniciar desde el presente un proceso interpretativo, debemos considerar que existen nuevas reglas de juego, condicionadas por el contexto social, político y cultural, que ha sido resignificado incluso por los mismos sujetos. El problema que nos ocupa se inscribe y mimetiza en una migración que tiene una profunda temporalidad, lo que en muchos casos se tradujo en redes, que tienen contactos individuales y

²⁴ DUTRIÉNIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – Op cit., p. 259.

²⁵ DEL POZO ARTIGAS, José (Coord.) – *Exiliados, emigrados y retornados. Chilenos en América y Europa, 1973 – 2004*. Santiago de Chile: Ril Editores, 2006, p. 24.

familiares como indicadores. Su presencia fue desdibujada, aparentando identidades distintas, ajenas, para palear la represión, especialmente de quienes tenían responsabilidades clandestinas y obviamente, reencontrarse y articular una resistencia más visible, también se dificultó por el contexto de peligro aquí, aunado a las circunstancias que supuso el venir de una derrota.

Nos parece importante atender que a partir de documentos como por ejemplo el Oficio Reservado N° 318/5 del Consulado de Chile en Estocolmo al Ministerio de Relaciones Exteriores, del 16 de agosto de 1979, se insistió en la necesidad de distinguir a refugiados económicos de refugiados políticos²⁶. No contamos con documentación de esas características, pero tal vez la artificial diferenciación entre refugiados económicos y políticos, pueda aplicarse y explicar la invisibilidad por lo menos de parte de nuestro colectivo.

González Bernaldo y Franco trabajan con la conceptualización de migración política, señalando que “no puede de ningún modo ser asimilada a los flujos de inmigrantes en busca de un mercado de trabajo más atractivo”²⁷, pero la gran dificultad son los límites ambiguos de nuestro colectivo. Nominar “desde arriba” los invisibilizó, protegiéndolos en la opacidad.

Entre los chilenos residentes en nuestro país aparece la mayor proporción de quienes aducen motivos económicos para migrar; mientras que para quienes salieron por motivos políticos el principal destino fue Suecia. Esta afirmación da cuenta del perfil de clase de quienes se radicaron en Argentina, que ciertamente han sido los migrantes menos calificados, pero que en un caso como el de Trelew aportaron mano de obra para la industria en expansión. Recibieron

²⁶ *Idem*, p. 48.

²⁷ YANKELEVICH, Pablo (Comp.) – *Op. Cit.*, p. 19.

una hospitalidad pasiva, poco comprometida, receptiva, al decir de Jensen²⁸.

El rol de los/as obrero/as chilenos/as en la formación de la clase

Una de las hipótesis que trabajamos en nuestra investigación sostiene que durante los primeros años de la industrialización subsidiada se conformó una nueva clase obrera en la región, producto del arribo de los diversos contingentes migrantes, la que fue sumamente heterogénea, y que en muchos casos no traía experiencia²⁹ de trabajo fabril o de vida urbana. Llegaron en un contexto de pleno empleo, con inauguración frecuente de fábricas, y la posibilidad de ir mejorando sus condiciones de vida. Ese desarrollo subsidiado planteó la necesaria rearticulación de una clase obrera en la región, para trabajar en las fábricas que se instalaban y en las actividades satélites que se iban conformando. No tuvo lazos fuertes con las experiencias y tradiciones previas; y esto no implica que hasta allí no hubieran existido conflictos u organización obrera³⁰, pero entendemos que la clase emergente que se conforma no parece haber construido vínculos históricos de importancia con esa experiencia.

Un rasgo central fue su evidente heterogeneidad, con poca experiencia política y sindical, con falta de tradiciones en común, y ausencia de experiencia colectiva en tanto trabajadores industriales

²⁸ *Idem*, p. 151.

²⁹ La utilización del concepto remite a Thompson E.P. – *Op. Cit.*

³⁰ De hecho relevamos conflictos ya en el principio del siglo XX, en GATICA y PÉREZ ÁLVAREZ – “No solamente pasaba el viento: sindicatos, huelgas, boicots, cortes de vías y lucha política en los primeros pasos del movimiento obrero en el noreste del Chubut (1917-1922)”. In ARIAS BUCCIARELLI, Mario (Coord.) – *Diez territorios Nacionales y catorce provincias, Argentina, 1860-1955*. Buenos Aires: Prometeo, 2012.

y/o urbanos. Estos rasgos explicarían un bajo nivel de conflictividad³¹, y la identificación de intereses entre estos trabajadores y los grupos dominantes del proyecto de industrialización subsidiada.

En el desarrollo de nuestras investigaciones nos hemos encontrado con un dato de la realidad que ya conocíamos, pero que debemos remarcar para comprender las dinámicas de formación y organización del conflicto capital/trabajo en la región. A saber: la gran presencia de trabajadores y trabajadoras chilenos en el seno de la clase, y su rol central, tanto en términos estructurales como, especialmente, en el aspecto político y sindical por la relevante experiencia de organización y lucha que dichos sujetos portaban. En este apartado haremos mención a esta dinámica y trabajaremos algunos elementos ya que muchos de los trabajadores chilenos que llegaron a la región durante la década del 70 del siglo XX vivieron un exilio no público, y consecuentemente su extrañamiento no fue reconocido como “político”, quedando subsumido en la apariencia de la tradicional migración económica de obreros desde Chile hacia Argentina.

Se necesitaba fuerza de trabajo y por ello fueron recibidos, decíamos que nuestra región, sumida en un proceso de desarrollo y expansión, cobijó e invisibilizó a miembros de distintas organizaciones políticas: socialistas, miristas, comunistas, demócratas cristianos. También queremos destacar que fue una migración obrera, de trabajadores y trabajadoras jóvenes, que en términos identitarios hizo que lo nacional apareciera intersectado por lo generacional, y la experiencia ideológica de clase. Su experiencia fue fundamental, y su aporte puede revisarse en testimonios y diversas fuentes, siendo observable también a nivel estructural, cuando al repasar cualquier

³¹ Especialmente en comparación con lo que acontece durante este período en los centros industriales del país. Ver la hipótesis de que estos proyectos buscaban “despromover” el trabajo industrial en las áreas tradicionales, para descomprimir la conflictividad existente, en SCHVARZER, Jorge – *Promoción industrial en Argentina. Características, evolución y resultados*. Buenos Aires: Documentos del CISEA, 1986.

comisión directiva de los gremios o los cuerpos de delegados hay trabajadores provenientes de Chile.

Aún así la relación no estuvo exenta de múltiples conflictos: la Doctrina de Seguridad Nacional fue constitutiva de los proyectos de polos de desarrollo, y en ese horizonte ideológico Chile aparecía como el enemigo fundamental. Si a esto le sumamos la presencia de estos chilenos “agitadores”, resultó lógico que se desataran distintas persecuciones desde los grupos dominantes, lo que los situó en una delgada línea, debiendo calcular y evaluar a su vez cada paso a dar. Especialmente los sectores dominantes utilizaron la presencia de trabajadores chilenos para dividir las luchas, lanzando constantes rumores sobre prácticas a favor de la desestabilización del país, o simplemente haciendo eje en denuncias xenófobas o racistas. Así recordó René³² dos momentos en los cuáles esa persecución se agravó (en referencia a la guerra de Malvinas en 1982):

“...cuando cae el helicóptero en territorio chileno hubo toda una persecuta contra los chilenos, me decían que los estábamos ayudando; no éramos nosotros, eran los golpistas de allá”; y en relación a la situación de 1978, en la cual se estuvo cerca de la declaración de guerra entre ambos países recordó: “... tenía un compañero de trabajo que me dice que su hijo estaba en la colimba y que si a su hijo lo matan al primer chileno que él iba a matar era a mí (...) Eso lo sufrimos mucho, mucha amenaza”.

Esa práctica discriminadora la vemos reflejada en otros entrevistados. Al preguntarle a Oscar³³ sobre los problemas para organizar a la clase remarcó:

³² René, entrevista realizada por G. Pérez Álvarez en la casa del entrevistado el 4/7/2009. Fue trabajador textil y militante del Partido Comunista (PC).

³³ Oscar, obrero de la construcción y militante político. Entrevista realizada por G. Pérez Álvarez en el café Touring Club, el 14/4/2012.

“Los chilenos siempre fueron fuleros para llevarlos a la lucha. Y si te acompañan se te daban vuelta en el camino, casi nunca terminan con vos. Eso es lo que yo pude ver en eso compañeros ¿viste?”.

El dato es relevante porque lo está planteando un militante de izquierda, politizado, que además proviene de un barrio con fuerte presencia de migración chilena. Una respuesta semejante, de otro obrero chileno, también de izquierda y politizado, nos la brindó Mario:

“Son, no sé, muy poca decisión, eso es lo que tiene el chileno, que en ese sentido es más decidido... (Intervino su esposa señalando) ¡Acá lo que son, es coimeros!!! ¡Mucha coima hay acá!”. Retomando la palabra insistió: “Y eso es lo que tiene el chileno, allá son mas decididos y acá no”³⁴.

El traidor o el cobarde es el otro; aquí no hay un “nosotros trabajadores”, sino un “nosotros argentinos” o un “nosotros chilenos”. Esa división fragmentaba y debilitaba. La discriminación se daba en diversas formas. Hemos señalado que muchos de nuestros entrevistados, incluso remiten a cierta discriminación positiva, en tanto su origen nacional los asoció a una mayor dedicación y consagración al trabajo, muy valorada por las distintas patronales que los convocaron. Quizás esta fue otra de las maneras en que se profundizó la división entre fracciones de la clase.

La masiva presencia de trabajadores y trabajadoras chilenos/as aportaron elementos claves para el desarrollo, la organización y la lucha de la clase obrera en el noreste de Chubut. Ellos/as traían una experiencia de conflictividad social muy profunda, y provenían de una cultura obrera de izquierda clasista que planteaba centralmente

³⁴ Entrevista de Mónica Gatica con Mario y Adriana en su casa del Barrio Menfa de Trelew, en junio de 2006.

la necesidad de la unidad entre los trabajadores, planteando un complejo diálogo (que aquí no exploraremos por razones de espacio) con la cultura de izquierda argentina y con el peronismo en tanto horizonte ideológico mayoritario de la clase obrera en la región.

El aporte del exilio de trabajadores chilenos es quizás un elemento que nos permite comprender el porqué esta clase no parece haber sufrido una derrota durante la dictadura. Al mismo tiempo, y de forma contradictoria, la presencia del colectivo obrero de origen chileno fue utilizada para dividir, en una operación que fue, al menos, parcialmente exitosa.

Las características de la clase obrera que ya reseñamos inciden en el tipo de conflictividad y organización que los trabajadores desarrollaron. La identificación de parte de sus intereses con los de sus patronos, la construcción de alianzas con esas patronales, y la sintonía en un discurso compartido sobre la necesidad de potenciar el desarrollo de la Patagonia, son elementos claves a lo largo de su historia.

Esto no significa que no haya habido luchas y conflictos. Pero sí que estos hechos toman una coloración particular, que debemos asimilar para comprender la dinámica de la clase y el tipo de conflictividad obrera que se hace presente en el contexto de esta industrialización subsidiada. Esta clase obrera, que se conforma en lo estructural durante los años 60 y 70 del pasado siglo, comenzó a desarrollar sus reclamos en un contexto de intensa vigilancia. Quizás por ello se trata de conflictos de dimensiones reducidas, vinculados a las condiciones de trabajo por planta y a la cantidad de horas de trabajo diarias que se les imponía. En esa resistencia que desarrolla la “joven” clase obrera de la región durante la dictadura tienen un rol clave los trabajadores de origen chileno. En muchas de sus narraciones estaba presente la continuidad de la experiencia política y sindical que habían desarrollado en su patria, pero también suponía el peligro de la persecución política. El negarse a realizar horas

extras fue la forma fundamental de protesta que tenemos relevada durante la dictadura en el parque textil de Trelew. Así lo narra René:

“...entré a Huamac que era una de las fábricas más importantes que tenía el parque, tenía un incentivo muy alto y muchas horas extras. Esto ya era en principio del 77, hacía mantenimiento en la fábrica, bueno ya estaba el golpe de estado y por ahí no nos daban aumento de sueldo. Entonces ¿cómo nos manejábamos? Estaban tan acostumbrados a que hiciéramos las horas extras, por la misma necesidad que teníamos, por más que a nadie le gusta pasar todo el día en el trabajo (...) Había que convencer a los compañeros de que no estábamos haciendo un paro porque en realidad no era un paro (...) y siempre estaba el rumor de la noticia no confirmada del terror, viste. Estaba el rumor de que a fulano en una fábrica lo echaron con toda su familia, lo dejaron en la frontera y los pacos lo cagaron a palos”³⁵.

Otro reclamo relevado (en este caso por Tania Pérez Aguilar³⁶) es un planteo por productividad en la fábrica Supersil. Fue impulsado especialmente por trabajadores de origen chileno, quienes además coordinaban el campeonato de fútbol textil, otra manera a la que apelaron para reunirse durante aquellos años. Uno de sus entrevistados, Joel, narró:

“Recuerdo que el petitorio fue redactado por Adolfo Pérez Mesas, quien primero llevó el borrador y lo revisamos dos o tres

³⁵ Recordemos que René era chileno, como un sector importante de la clase obrera de la región. El término “pacos” hace referencia a la policía militarizada de Chile, los “carabineros”.

³⁶ PÉREZ AGUILAR, Tania – *Avance de la investigación*, Taller V, del Área VI de la Licenciatura en Historia, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de la Patagonia, sede Trelew, 2002.

compañeros, luego que lo aprobamos, al día siguiente apareció el original listo para firmar. Yo integré el grupo porque era soltero, lo mismo que Lillo...”³⁷.

Por su parte Adolfo explicó:

“Fue una situación especial. Creo que al lograr la respuesta positiva a nuestra carta, sentimos un alivio natural, donde pusimos a prueba un trabajo político que había quedado trunco el 11 de septiembre de 1973. Actuamos en forma coordinada y cada cual tenía un trabajo específico que se magnificó con la actividad deportiva (...) habíamos constituido la Liga Textil de Fútbol que llegó a mover a unas 15 fábricas con más de 1.500 personas en la cancha todos los domingos. En plena dictadura militar, los trabajadores textiles se reunían todos los domingos en torno a una pelota de fútbol”³⁸.

Es más que interesante, y abre todo un horizonte de exploraciones, el vínculo que realiza con las luchas del Chile de la Unidad Popular.

Un conflicto clave se suscitó en la pesquera Ventura, de Madryn. En 1981 se produjo una toma reclamando mejores condiciones de trabajo, centrándose en reivindicaciones provenientes de las trabajadoras mujeres que tenían relación con la problemática de género. Así lo contó Eliana³⁹:

³⁷ Entrevista a Joel “Pantera” Sánchez, realizada por Tania Pérez Aguilar en su casa de Trelew, 2001.

³⁸ Entrevista a Adolfo Pérez Mesa, realizada por Tania Pérez Aguilar en su casa de Trelew, 2001.

³⁹ Eliana, entrevista realizada junto a su esposo, Aliro, por G. Pérez Alvarez el 6/3/2012 en su casa de Puerto Madryn. Aliro fue dirigente del PS en Chile y del PC en Puerto Madryn. Eliana fue militante social y sindical.

“Tomamos la empresa porque no respetaban ninguno de los derechos, no respetaban la ropa adecuada, las mujeres cargaban y descargaban los camiones. Había mucho abuso. Era la única pesquera en ese momento, trabajaban como 3 mil personas ahí. (...) nos empezamos a unir y dijimos hay que reclamar esto no es justo, ¡porque van a haber mujeres descargando camiones! Y ahí pedimos eso y otras cosas y como no nos tomaron en cuenta les tomamos la empresa. Estuvimos siete días más o menos, en plena dictadura (...) conseguimos todo y los militares no intervinieron, no entraron a la empresa ni nada”.

No siempre las acciones culminaron en victorias: hemos analizado al entrevistar a Patricia lo acontecido en la fábrica de indumentaria “Dos Muñecos”:

“Una vez empecé a reclamar porque las condiciones eran paupérrimas, comíamos encima de las máquinas: hicimos una asamblea, había una delegada pero no podía hacer nada. Hicimos una protesta y vino el viejo y nos dijo que si no nos dábamos cuenta que estaban los militares, que no se podía protestar, y dijo que ¡al que le gusta se queda y al que no, se va! Así que me fui...”⁴⁰.

Fueron procesos de lucha y organización que permitieron ir conformando una experiencia colectiva entre los trabajadores, estructurando comisiones internas en algunas fábricas textiles, y permitiendo la elección de delegados con una línea distinta a la del sindicato⁴¹ dando cuenta de una acumulación de fuerza que se expresó tras el regreso del régimen constitucional.

⁴⁰ Patricia, entrevista realizada por Mónica Gatica, en la casa de la entrevistada el 12/11/2008.

⁴¹ Nos cuenta Oscar: “Así logramos sacar algunos delegados medio combativos que tampoco pudieron lograr ganar reclamos porque la UOCRA te quedaba allá lejos

En la mayoría de los casos que trabajamos el destierro apareció como el único escape posible, tratándose la mayor parte de las veces de una salida personal, y la cercanía hizo que no lo percibieran como exilio. Fue un refugio que permitió establecer una distancia espacial que termino cristalizando también como distancia temporal. Cabe consignar que hasta 1976 Argentina aparecía, especialmente mientras duro la primavera camporista, como un resguardo para uruguayos, brasileros y chilenos. Pueden haber sido decisiones individuales o personales, pero “el elemento detonador y motivador del exilio fue compartido: preservar la libertad y hasta la vida”⁴².

Concluyendo podemos señalar que a pesar de la opacidad, estas trabajadoras y trabajadores pudieron recuperar la agencia histórica, proyectando la experiencia de lucha forjada durante el gobierno de la Unidad Popular, pero también de la temprana articulación del proletariado en Chile que hunde sus raíces profundamente, con un largo encadenamiento represivo: los más de tres mil obreros muertos en la Escuela Santa María de Iquique, o las víctimas de Frutillar; los comunistas deportados de Lota... Un largo ciclo de resistencia aportó certezas y saberes. La apropiación y el reconocimiento de distintas generaciones de trabajadores chilenos de nuestra investigación les permite no sólo superar el aislamiento, sino resituarse e invertir a sus mayores comprendiendo y compartiendo. La historia es una herramienta⁴³.

y no acompañaba los reclamos de los delegados que no manejaba”.

⁴² DUTRIÉNIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Tiempos de exilios. Memoria e historia de españoles y uruguayos*. Uruguay: Ediciones Textual, 2008, p. 35.

⁴³ GATICA, Mónica – *¿Exilio, migración, destierro? Trabajadores Chilenos en el Noreste de Chubut (1973 -2010)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

Bibliografía

- BJERG, María y OTERO, Hernán (Comp.) – *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995.
- CUYA, Esteban – La “Operación Condor”: El Terrorismo De Estado De Alcance Transnacional”. En KO’AGA ROÑE’ETA – Derechos Humanos en América Ko’aga Roñe’eta. Santiago de Chile. Serie VII (1996), p. 5. Disponible en línea: <http://www.derechos.org/vii/1/cuyas.html>
- DEL POZO ARTIGAS, José (Coord.) – *Exiliados, emigrados y retornados. Chilenos en América y Europa, 1973 – 2004*. Santiago de Chile: Ril Editores, 2006.
- DUTRÉNIT BIELOUS, Silvia; ALLIER MONTAÑO, Eugenia y CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique – *Tiempos de exilios. Memoria e historia de españoles y uruguayos*. Uruguay: Ediciones Textual, 2008.
- FERRER, Christian – “Los intrusos”. *La caja revista de ensayo negro*. Buenos Aires. N° 6 (1993).
- GATICA, Mónica – *¿Exilio, migración, destierro? Trabajadores Chilenos en el Noreste de Chubut (1973 -2010)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- GILLY, Adolfo – *Arriba los de abajo*. México: Ed. Océano, 1986.
- GRINBERG, León y GRINBER, Rebeca – *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- GROPPO, Bruno – *Los exilios europeos en el siglo XX*. Trad. Silvia Kiczkovsky. París: (mimeo, 2000).
- HASSOUN, Jacques – *El exilio de la memoria. La ruptura de Auschwitz*. Buenos Aires: Xavier Bóveda Ediciones, 1998.
- MÁRQUES, Daniel y PALMA GODOY, Mario – *Distinguir y comprender*. Comodoro Rivadavia: Ed. Proyección Patagónica, 1995.
- PÉREZ AGUILAR, Tania – *Avance de investigación*, Taller V, Área VI de la Licenciatura en Historia, FHCS, UNP. Trelew, 2002.
- PÉREZ ÁLVAREZ, Gonzalo – *Patagonia. Conflictividad social y neoliberalismo. El noreste de Chubut (1990-2005)*. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 2013.
- POTELLI, Alessandro – “Memoria y resistencia. Una historia (y celebración) del Circolo Gianni Bosio”. *Taller, Revista de Sociedad, Cultura y Política*. Buenos Aires. Vol. 4, n° 10 (1999).
- PORTELLI, Alessandro – “El uso de la entrevista en la historia oral”. *Anuario*. Rosario: Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario. N° 20 “*Historia, memoria y pasado reciente*” (2005), p. 35-47.
- RONIGER, Luis – “El discurso de los derechos humanos: problemas interpretativos en su inserción local”. En BALABAN, Oded y MEGGED, Amos (Comp.) – *Impunidad y Derechos Humanos en América Latina. Perspetivas Teóricas*. La Plata: University of Haifa y Ediciones Al Margen, 2003.
- RONIGER, Luis y SZNAJDER, Mario – *El legado de las violaciones de los Derechos Humanos en el Cono Sur. Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones al Margen. 2005.

THOMPSON, Paul – “Historia oral y contemporaneidad”. *Anuario*. Rosario: Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario. N° 20 “*Historia, memoria y pasado reciente*” (2005), p. 15-34.

YNKELEVICH, Pablo (Comp.) – *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.

YANKELEVICH, Pablo y JENSEN, Silvina (Comp.) – *Exilios Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIREÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adotá-lo nesta Coleção de carácter geral sobre a história do século xx, e também, por um lado, do século xix, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século xxi, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a atualidade. Mas, esta visão não supõe uma conceção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Coleção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, conceções, objetivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA